



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

O ARPÃO E O ANZOL
técnica e pessoa no estuário do
Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá)

Carlos Emanuel Sautchuk

Brasília

2007

O ARPÃO E O ANZOL
técnica e pessoa no estuário do
Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá)

Carlos Emanuel Sautchuk

Orientadora: Profa. Lia Zanotta Machado

Tese apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, no dia 17 de dezembro de 2007, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Antropologia.

Banca Examinadora:

Profa. Lia Zanotta Machado (DAN/UnB) (Presidente)
Prof. Luiz Fernando Dias Duarte (MN/UFRJ)
Profa. Maria Cristina Maneschy (UFPA)
Profa. Mariza Peirano (DAN/UnB)
Prof. Paul Elliott Little (DAN/UnB)

Suplente:

Prof. Henyo Trindade Barretto Filho (IEB)

À Dina (*in memoriam*) e ao meu pai, Jaime.

Ao meu avô, Vittorio.

Para Sayuri.

Agradecimentos

Sou grato ao sistema de ensino público brasileiro, onde há muitos anos desenvolvo minha formação.

No Amapá, várias pessoas são responsáveis pelo empreendimento da pesquisa de campo que dá suporte a esse estudo. Toda minha gratidão é insuficiente para fazer jus ao apoio de Patrícia Pinha e Teresa Cristina Dias, do Ibama; sem seu entusiasmo, informações e auxílio teria sido difícil chegar ao Sucuriju.

No Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, IEPA, sou devedor das informações de Odete Silveira, Inácia Vieira e Maria de Fátima; e em especial a Luís Maurício Abdon e Salustiano Costa Neto, pelas informações logísticas e o auxílio com a nomenclatura científica de plantas e animais.

Em Macapá, agradeço também a Benedito Pontes e Miriam Correa e Beto, admiradores e filhos do Sucuriju.

Na impossibilidade de citar todas as pessoas do Sucuriju, agradeço a Geraldo Amoras Vales (Gero), Silvana Castro e seus familiares, que, mais do que me receberem em sua casa, tornaram-se grandes amigos. Assim também Macó, com quem aprendi tudo que pude sobre o lago, e Everaldo, Nei e Mira, companheiros de conversas e viagens pela costa amazônica.

Aos participantes do grupo de pesquisa *Techniques et culture* e do *Centre d'Ethno-Technologie en Milieux Aquatiques*, que tão gentilmente me acolheram durante o estágio na França. Dentre eles, Aliette Geistdoerfer, Jean-Luc Jamard, Odile Moureau, François Sigaut, Jacques Ivanoff e Philippe Geslin.

Também Blandine Bril, Rémi Gouasdoué e Julie Foucart, membros do *Groupe de Recherche Apprentissage et Contexte*, da *École d'Hautes Études en Sciences Sociales*, que me auxiliaram no tratamento dos dados e debateram questões relativas à aprendizagem.

Aos amigos, que fizeram a estadia em Paris ainda mais agradável: Gustavo Madeiro, Diane Viana, Avaís Daulat, Daphne Fayad, Josiane Martinez, Vinícius Brei, Nicolas Poirier, Emilie Mariat e seu companheiro Xavier.

A alguns colegas da antropologia sou especialmente grato, por terem influenciado em decisões importantes a respeito dessa pesquisa. Ronaldo Lobão felizmente me convenceu a voltar esse estudo aos pescadores; Rodrigo Paranhos, sabendo desse interesse, apresentou-me o Sucuriju e indicou-me o caminho das pedras, ou das águas; Adolfo Neves ofertou-me preciosas orientações para o trabalho de campo.

Aos que dividiram comigo a angústia da escrita nos subsolos da katacumba: Soledad Castro, Elena, Júlio Borges, Carlos Alexandre, Diogo, Diego, Mariana, Josué, Cris, Odilon, Luís Cayón, Aina e Guilherme. Além, é claro, da ‘velha guarda’: Cloude Correia, Ney Maciel e Héber Grácio.

Devo ao Departamento de Antropologia da UnB pela acolhida dos últimos anos; em especial a Rosa, Adriana e Paulo.

Ao Henyo Barretto e ao Eduardo Di Deus, pelas indicações bibliográficas e conversas sempre instigantes

Aos professores Mariza Peirano, Wilson Trajano e José Pimenta, pela atenção e confiança que me dispensaram em momentos importantes.

A Lia Zanotta Machado, minha orientadora.

Sou grato aos companheiros da educação física, que incentivaram essa passagem para a (pela) antropologia. Em especial Juarez Sampaio, Roberto Lião, Leandro Casarim, Daniel Catanhede e Alexandre Rezende.

Aos amigos Renato João, Guilherme Sari, Sandro Ricci, Rosa Melo, Maurício Cerri e Márcio Guedes, agradeço pela presença constante durante minhas idas e vindas nos anos dessa pesquisa.

Ao mestre José Yañes, *El Pini*.

Ao pessoal de casa: dona Grazia, Anna Maria, Pia D'Alto, Clarinha, Beth e o vindouro Gabriel.

Por fim, agradecimentos sem limites a minha mãe, Vera Manzollilo.

E a João Miguel e Maria Rosa, irmãos e amigos.

Durante os quatro anos de duração do doutorado, fui beneficiário de bolsa de estudos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Salvo nos onze meses em que estive em Paris (outubro de 2005 a setembro de 2006), quando recebi bolsa e custeio do Programa de Doutorado com Estágio no Exterior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC).

Viu-o, porém, ele, e, sem precipitação, calmo e forte, ‘manda-lhe’, consoante a sua expressão predileta, a pesada haste armada do penetrante ferro, que através da camada líquida e das duras escamas se lhe vai cravar nas carnes rijas. A súbita e trepidante parada da haste, que se levanta um momento sobre as águas para logo desprender-se e cair para ali, indica-lhe que o animal foi alcançado e deita a fugir malferido.

(...)

O pescador encarregado de lançar os anzóis corre ao longo das bordas, rápido tirando-os das beiras em que estavam enganchados e deitando-os ao mar, um a um, metodicamente, mas presto e ligeiro. A canoa, velas enfunadas, corre. É preciso que na rapidez a acompanhe e exceda ele, sem o que, se partiriam anzóis ou a corda, esticada de repelão pela carreira do barco. Às vezes, de súbito, um ai! doloroso corta o ar. Foi um daqueles anzóis que pegou a mão que aceleradamente os ia levantando da borda e lançando ao mar.

José Veríssimo, *A pesca na Amazônia*, 1895.

(...) entendo por uso não somente a manipulação ou a satisfação direta ou instrumental das necessidades, e sim as atividades corporais entendidas no sentido mais amplo de comportamento, no sentido em que o corpo *abraça* o entendimento, ou seja, as idéias, crenças e valores que *circundam* um objeto.

Bronislaw Malinowski, *A vida sexual dos selvagens*, 1929.

É preciso ver técnicas e a obra da razão prática coletiva e individual, lá onde geralmente se vê apenas a alma e suas faculdades de repetição.

Marcel Mauss, *As técnicas do corpo*, 1934.

Resumo

O presente estudo aborda a pesca enquanto modo de construção da pessoa, refletindo sobre a relação entre o técnico e o humano numa perspectiva monográfica. A etnografia enfoca dois grupos de pescadores que habitam a Vila Sucuriju. Os *laquistas* dedicam-se à predação do pirarucu (*Arapaima gigas*) em lagos, onde o acoplamento do arpão e da canoa ao pescador e a relação intersubjetiva com os animais são primordiais. Eles se formam através de um longo processo de protetização do corpo, que é condição para a interação pessoa a pessoa com o peixe. Já os *pescadores de fora* atuam na região costeira, onde tripulam barcos a motor e agem em coordenação com a maré e o espinhel (linha com centenas de anzóis) para capturar a guriuba (*Arius parkeri*). Seu prestígio está ligado à demonstração de coragem para enfrentar os perigosos movimentos do anzol e à vontade para suportar a árdua integração na dinâmica a bordo. Estabelecendo relações distintas entre pescadores, artefatos e ambiente, as pescas lacustre e costeira estão associadas a modalidades próprias de subjetivação, incluindo corpos, habilidades e modos de socialidade específicos (formas de reciprocidade, socialização das crianças, participação nas festividades, organização do espaço doméstico etc.). Tomando a relação entre o técnico e o humano numa perspectiva genética, em diálogo com Mauss, Leroi-Gourhan e Latour, e conferindo importância à prática, conforme as antropologias ecológicas de Descola e Ingold, este estudo examina em detalhe o fato que, para além da eficiência produtiva e do domínio de um saber-fazer, o engajamento em atividades técnicas implica configurações particulares da pessoa.

Abstract

The Harpoon and The Hook: technique and the person in the Amazon estuary (Vila Sucuriju, Amapá State, Brazil)

This study deals with fishing as a mode of person-building, reflecting on the relationship between technique and the human from a monographic perspective. The ethnography focuses on two groups of fishermen inhabiting the village of Vila Sucuriju. One group, the *laquistas*, dedicate themselves to preying on the *pirarucu* fish (*Arapaima gigas*) in lakes, where the attachment of the harpoon and the canoe to the fisherman and the intersubjective relation with the animals are of prime importance. Members of this group evolve through a long process of corporal prosthetization, which is the condition for person to person interaction with the fish. On the other hand, the *pescadores de fora* group operate along the coast using powered craft, the crew acting in close coordination between the tide and the bottom fishing line carrying hundreds of hooks (*espinhel*) to catch *guriyuba* fish (*Arius parkeri*). Prestige as a fisherman is linked to demonstration of courage to face the perilous task of casting the line of hooks, and the will to bear the arduous integration with the onboard dynamics. Establishing distinct relations among fishermen, artefacts and the environment, the lake and coastal fishing modes are associated with the modalities of subjectivation themselves, including bodies, skills and specific sociality modes (forms of reciprocity, child rearing, participation in festivities, organization of domestic space etc.). Viewing the relationship between technique and the human in a genetic perspective, bearing in mind the discussions of Mauss, Leroi-Gourhan and Latour, and conferring importance upon the practice, in accordance with the ecological anthropologies of Descola and Ingold, this study examines in detail the fact that, besides the productive efficiency and the mastery of the required know-how, the engagement in technical activities entails particular human configurations.

Sumário

Prólogo – Estórias e pescadores: tema, conceitos e métodos, 01

Capítulo 1 – Sucuriçu em três tempos: a memória-rio, o ritmo hídrico e os percursos do peixe, 27

Da boca às cabeceiras: a constituição de uma identidade fluvial, 30

Aqui é tudo por maré: das referências temporais no Sucuriçu, 43

Pra bóia e pra passar: as formas de circulação do peixe nas trocas e no sistema de aviamiento, 56

Capítulo 2 – Lago: acoplamento técnico, comunicação e predação, 75

Caminho através dos seres, 77

Mariscar, 95

Topar, arpoar: a relação com o pirarucu, 105

Proeiro, individuação técnica e predação, 123

Capítulo 3 – Costa: fluxo hídrico, *disposição* e engajamento técnico, 134

Maré: tempo e espaço na pesca costeira, 134

Pesca, 156

Barco: entre *horário* e *serviço*, 151

Anzol: possibilidades, riscos e *coragem*, 160

Pescador, engajamento e metamorfoses, 176

Capítulo 4 – *Buiar:* palavras, humanos e artefatos entre o lago e a costa, 189

Fundo: da situação das categorias, 190

Trânsito humano: modalidades de inserção no lago e na costa, 202

Duas razões para rejeitar a rede: de compromissos e apetrechos de pesca, 221

Capítulo 5 – Construção da pessoa e aprendizagem da pesca, 235

Aprender a pescar: comentário bibliográfico, 241

De zagaías, barcos e moleques, 265

Gestação e metamorfoses: da formação de laguistas e pescadores, 289

Epílogo – Sobre técnicas e humanos, 292

Referências bibliográficas, 300

Anexo 1 – Nomes de plantas e animais citados

Anexo 2 – Termo de compromisso firmado entre o Ibama e a Comunidade do Sucuriçu para o uso dos lagos

Anexo 3 – Caderno de Fotos

Mapas

Mapa 1 – Vila Sucuriju e região do estuário do Amazonas, 02

Mapa 2 – Croqui da Vila Sucuriju, 41

Figuras

Figura 1 – Relações entre pescador (freguês) e patrão, 69

Figura 2 – Campo operatório do proeiro, 90

Figura 3 – Semiótica do pirarucu, 109-10

Figura 4 – Montagem e operação do arpão, 117-8

Figura 5 – *Horário da maré*, 164

Figura 6 – *Serviço a bordo*, 164

Tabelas

Tabela 1 – Regimes de temporalidade da vila, 47

Tabela 2 – Atividades associadas ao fornecimento de crédito, conforme os *patrões* atuantes na Vila Sucuriju, 65

Tabela 3 – Exemplos de distribuição das ações entre os camarados ao posicionar a linha no fundo (*linhar*), 165

Tabela 4 – Exemplos de distribuição das ações entre os camarados ao recolher a linha do fundo (*colher*), 166

Gráficos

Gráfico 1 – Seqüência do lançamento de anzóis, 170

Gráfico 2 – Lançamento dos anzóis por Everaldo (barco *Navegando com Deus*). Média de 0,83 segundo por anzol, 174

Gráfico 3 – Seio lançado por Mira (barco *Nazareno*). Média de 0,83 segundo por anzol, 174

Vídeo documentário “O arpão e o anzol” (6:33 minutos).

Link

(http://br.youtube.com/watch?v_mGqXjz4Sqo)

Prólogo

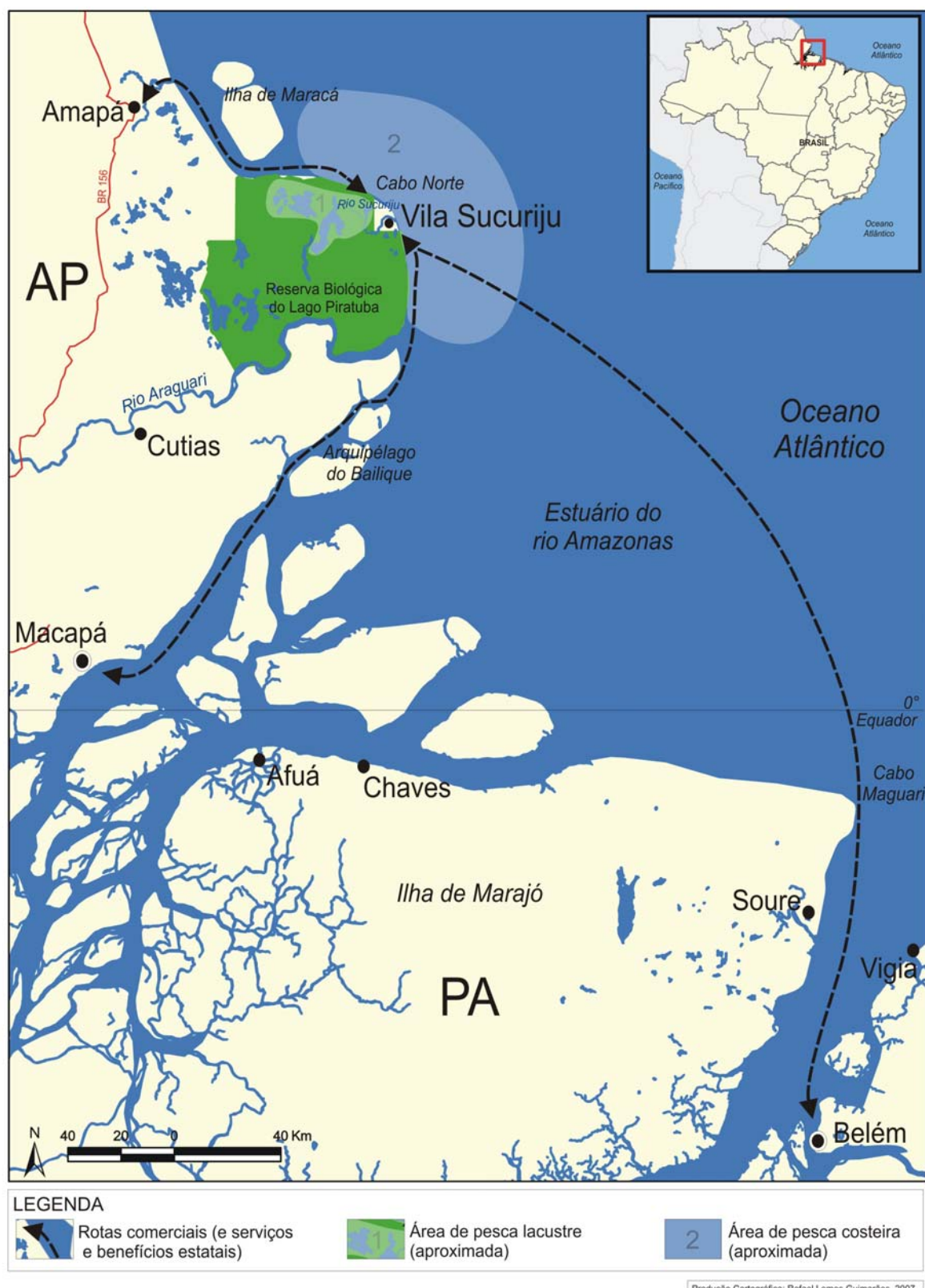
Estórias e pescadores: tema, conceitos e métodos

Na vila Sucuriju, o gosto por contar os sucessos da pesca é demonstrado por muitos. Nada incomum, se levarmos em conta que a vila, com cerca de quinhentos e vinte habitantes – localizada na foz do rio homônimo, ao norte da desembocadura do Amazonas (vide mapa 1, abaixo) – tem na pesca sua única atividade produtiva, seja com fins comerciais ou para consumo local. Entretanto, mesmo o ouvinte mais displicente logo perceberia que há dois tipos de estórias bem diferentes. E não poderia ser de outro modo, pois enquanto algumas narrativas tratam da pesca costeira, que é realizada com barcos motorizados, com três a seis tripulantes e usando espinhel (linha de mais de um quilômetro, com centenas de anzóis), outras têm como tema a pesca lacustre, efetuada em canoas a remo para duas pessoas, empregando o arpão.

Além da ambientação das estórias, também as propriedades dos seres e artefatos que nelas interagem são particulares. A importância e o significado do barco para a pesca costeira não encontram paralelo no uso da canoa na pesca lacustre. Aquele aparece como entidade autônoma – composta por pescadores, motor, aparelhos de pesca – que se desloca pelo mar, deparando-se com diversas manifestações do fluxo hídrico; no lago, a canoa e o arpão são solidários às ações do arpoador. No que diz respeito aos instrumentos de captura, a desconfiança dos pescadores em relação aos perigos que o anzol lhes representa não se parece em nada à compreensão do arpão como parte integrante daqueles que atuam no lago. Estes se referem sobretudo ao encontro com o pirarucu (*Arapaima gigas*)¹, peixe que dá mostras de refinada inteligência, e cuja captura envolve estratégia e interação. A guriuba (*Arius parkeri*), o peixe mais buscado na costa, que se movimenta rente ao fundo, tem em seu comportamento algo de imprevisibilidade, mas que não nasce da esperteza, como é o caso do pirarucu, e sim de sua relação com a maré.

¹ A taxonomia científica de plantas e animais citados pode ser consultada no anexo 1.

Mapa 1 – Vila Sucuriju e região do estuário do rio Amazonas



Se em tais histórias as coisas e os animais tomam formas muito particulares, eles também têm relações peculiares com os pescadores. O artefato que executa a captura no mar – o anzol – é compreendido como um parceiro imprescindível, mas ao mesmo tempo um adversário pronto a ‘*pular*’ sobre o pescador, animado pelo sistema mecânico do espinhel e do barco. O arpão, que vai ao fundo dos lagos para alcançar e trazer o pirarucu, é narrado como parte constituinte do corpo do arpoador e participa de seu prestígio. Também os peixes mostram particularidades, da astúcia e intencionalidade do pirarucu, que estabelece um jogo com o pescador, à caracterização da gurijuba como um tesouro – a pesca costeira é referida também como uma espécie de garimpo, onde o pescador *dá com o peixe* conforme perscruta a costa. As temporalidades também marcam domínios específicos. Nas histórias sobre o lago, os eventos significativos estão nos encontros entre os seres e suas (inter)ações, que configuram as propriedades do espaço, e inclusive os nomeiam – veja-se por exemplo o *rego da cobra*, a *enseada do Chico Torres*. Na costa, é a relação com a maré que ordena o tempo, já que ela tem ciclos inexoráveis, mas com intensidades até certo ponto imprevisíveis, compondo o ritmo da atividade costeira, desde os momentos propícios aos movimentos do barco até o equilíbrio do pescador sobre o convés.

É interessante lembrar, porém, que os pescadores não são apenas os que contam histórias sobre os ambientes e as atividades – eles também são personagens dessas histórias. Eles se relacionam com esses elementos, integram-se a essas temporalidades e, como não poderia deixar de ser, apresentam propriedades e características particulares, associadas a cada atividade. Assim, as histórias não são apenas dos pescadores, mas também *sobre* os pescadores. As elaborações narrativas – sobre o encontro com um jacaré, ou a transformação de um laguista em pirarucu, ou então sobre a coragem diante do anzol ou o caso da avaria de um motor – não deixam de falar também do próprio pescador. É assim que, ao elogiar os dotes do pirarucu, não deixam também de tratar do pescador como um corpo-arpão, numa interação com o peixe permeada de sentidos. Se falam da pescaria marítima em meio a um temporal ou de uma avaria mecânica na navegação costeira, não é sem enfatizar a *disposição* para lidar com o anzol sob chuva, ou para saltar na água e realizar um reparo.

Se as histórias que tratam do lago e da costa colocam em ação coisas distintas, elas refletem também uma existência muito particular dos pescadores. Aqueles que atuam nos lagos se consideram a partir das relações que entretêm com animais diversos e com os ‘*donos*’, espíritos que controlam determinadas áreas; eles ressaltam a forma como estes seres agem de

modo intencional e inteligente, de acordo com suas capacidades corporais para o deslocamento e, alguns, mesmo para o ataque. A efetividade da captura corresponde sempre a uma interação direta com o animal, que reflete um estado do pescador – *feliz* nas boas capturas, *panema* quando a pesca não vai bem – que pode ser alterado por vários tipos de interações ou práticas em que ele se envolve. Já na costa a captura está vinculada a *Nossa Senhora de Nazaré* ou a *Deus*, que concedem ou não o encontro com o peixe. Os temas do catolicismo local se associam às ações do barco e de seus componentes frente aos movimentos hídricos; assim, a atuação do pescador ganha sentido no âmbito das interações a bordo, enquanto forma de contribuir ao funcionamento do todo, cuja ação transcende à sua própria; isto é, sua atuação se relaciona com a captura através de uma série de mediações.

Portanto, do mesmo modo que as histórias e as atividades, há também pescadores bastante diferentes no Sucuriju. Segundo a atividade que desempenham, eles se dividem em dois grupos especializados, que são chamados localmente de *laquistas*, os que atuam nos lagos, e *pescadores de fora* ou simplesmente *pescadores*, os que pescam na costa. Ambos habitam na vila e têm sua existência vinculada a essa socialidade, estando, assim, inseridos na mesma situação geográfico-econômica do estuário amazônico e ligados conjuntamente à comercialização da pesca através do sistema de aviamento. Se os pescadores desempenham atividades e têm formas de vida até certo ponto especializadas, estes aspectos ficam englobados por seu pertencimento ao Sucuriju, que configura um contexto histórico-mítico, uma origem migratória, uma temporalidade e uma situação prática e econômica compartilhadas.

O contraste que ressalta nessas histórias é uma pista com a qual esse trabalho lida. Além da diferença de ambientes, seres, artefatos, saberes – em suma, entre as duas atividades – há outra, articulada a todas estas, que nos interessa mais particularmente. Tratam-se de duas formas de elaboração do humano, ou, mais especificamente, de dois tipos de pescadores. Essa diferença não está apenas nas narrativas sobre os sucessos da pesca, mas é igualmente observável na estruturação e importância da unidade doméstica, na forma de circulação do peixe, nas formas de socialidade na vila e na própria morfologia e concepção dos corpos. Diante disso, o aspecto que mais interessa nesse estudo é abordar a prática da pesca nos dois domínios, considerando sua articulação com as pessoas que as praticam – *laquistas* e *pescadores de fora*.

A pesca: entre tema e problema

A mobilidade e a incerteza do acesso aos recursos – que leva a um vínculo peculiar entre a extração, por um lado, e a comercialização ou o consumo, de outro – é um problema central para a economia da pesca e se constitui numa espécie de prisma aos olhos das concepções teóricas das ciências sociais. Isto porque é lidando com as várias possibilidades de interpretação desse vínculo que elas consideram as populações de pescadores em diferentes contextos ora como camponeses (Firth 1971; Forman 1970; Diegues 1983; Furtado 1987, 1993; Maldonado 1993; Chaves 1973), ora como trabalhadores (Duarte 1999; Diegues 1983; Loureiro 1985; Maneschy 1993), ora como caçadores (Diegues 1983: 06; Pálsson 1994; Collet 1989). O mais das vezes, tais termos orientam uma preocupação em estabelecer as especificidades da pesca por meio de analogias com outras atividades (agricultura, indústria, predação, coleta etc.) centradas em parâmetros econômicos. Isso não impede que se tenha tentado estabelecer uma definição própria para a pesca privilegiando a análise econômica. Luiz Fernando Dias Duarte (1999: 64-5), por exemplo, discute a caracterização de certas formas de pesca frente à noção marxista de “pequena produção mercantil”, atribuindo a permanência nesse estágio do desenvolvimento das forças produtivas às limitações da aplicação de capital para “superar as vicissitudes próprias da submissão às injunções climáticas e ecológicas em geral”. Por isso mesmo, Duarte não deixa de apontar as “ambigüidades” e “imprecisões” que a pesca apresenta diante do instrumental de análise marxista, principalmente devido às particularidades de seu processo produtivo. Antônio Carlos Diegues (1983: 149-51), por sua vez, baseia-se na distinção que a teoria marxista faz entre camponeses e artesãos para defender uma classificação entre “pescador-lavrador” e “pescador artesanal”, formas que ele considera dentro do marco da pequena produção mercantil, mas que seriam distintas conforme o seu grau de dependência do mercado. No contexto amazônico, Violeta Loureiro (1985) e Lourdes Furtado (1993) distinguem de modo análogo entre os pescadores que também praticam a agricultura ou outras formas de extrativismo daqueles que são “efetivos” ou “monovalentes”, isto é, cuja pesca é a única atividade, com produção voltada para o comércio.

As pescas lacustre e costeira no Sucuriju se enquadrariam nessa segunda situação, isto é, como atividades produtivas exclusivas e voltadas para o comércio, dependentes de um saber-fazer especializado e de meios de produção pertencentes a pescadores ou pequenos proprietários locais e estabelecendo uma prática e uma identidade masculinas estreitamente vinculadas à

atuação na pesca comercial. Isto dito, é importante reafirmar que laguistas e pescadores se diferenciam muito na relação que mantêm com o ambiente e com seus instrumentos, nos tipos de habilidades e na forma como as reproduzem; além do modo distinto de lidar com o que talvez seja o aspecto mais complexo das abordagens econômicas da pesca – a imprevisibilidade da captura. Sendo assim – considerando os pescadores numa posição intermediária entre a incerteza da captura e a premência da relação comercial que sustenta a economia familiar – interesse-me por essa questão a partir do viés das relações com o ambiente e os instrumentos no âmbito da atividade de captura, e como isto implica na construção diferencial dos pescadores, na costa e no lago.

Mesmo ao buscar analisar as atividades a partir de suas relações técnicas, este trabalho não deixa de se alinhar com a preocupação demonstrada por Duarte (1999: 18), em relação à relativização da categoria pescador.² Se o domínio técnico é privilegiado nessa análise, é porque considero os diferentes modos de envolvimento na atividade de captura como aspectos centrais na construção do pescador – mais especificamente, de *laguistas* e *pescadores de fora*, os dois grupos especializados no Sucuriju. Esse trabalho dialoga ainda com outros desdobramentos do pensamento de Duarte, em especial quando, a partir de etnografia sobre uma população de pescadores no Rio de Janeiro, aponta a necessidade de se tomar o tema da reprodução social do pescador através da preocupação com a composição de sua identidade no próprio processo de trabalho: “(...) o pescador feito é o resultado de um fazer paulatino que vai ao mesmo tempo fazendo quem faz” (Duarte 1999: 95). Disto advém um segundo desdobramento, que está no fato de se considerar a aprendizagem como algo chave para compreender “a lógica de sua gênese [do pescador], o processo de legitimação pela aquisição do conhecimento indispensável à construção do pescador feito” (*idem*: 91).

Nesse ponto, aliás, Duarte dá uma formatação própria a uma questão que perpassa os estudos sobre pesca em geral. Com diferentes enfoques, os autores são praticamente unânimes em sublinhar a competência (habilidade, saber-fazer, conhecimento etc.) como aspecto fortemente valorizado no âmbito das sociedades de pescadores. Para ficar num exemplo, que guarda proximidade etnográfica com esse estudo, veja-se como Furtado compreende o saber-fazer em

² Voltada para as discussões de gênero, Edna Alencar também nota que é preciso “que se repense o conceito de ‘pesca’” e, nesse sentido, “talvez o entendimento da categoria ‘pescador’ seja um primeiro passo para o entendimento do que é a ‘pesca’”, já que é imperativo “distinguir o conceito de pesca para os grupos pesquisados (...), do conceito do pesquisador” (Alencar 1993: 71 e 73).

torno da pesca como um fator de instituição do pescador do ponto de vista local: “o conhecimento sobre o ambiente, os instrumentos de pesca e as modalidades de pescar são imprescindíveis para uma boa pescaria e para definir um pescador como tal, e não os critérios oficiais para considerá-lo como pescador profissional” (Furtado 1993: 446).

A partir disso, proponho analisar a relação entre o pescador e a prática da pesca, compreendendo que essa é uma ligação intrínseca, para além do caráter adaptativo ou de identificação. Tendo em vista a prática das atividades lacustres e costeiras, efetuadas por diferentes grupos no Sucuriju, busco estudar quais são as relações particulares entre as formas de captura e produção do pescado e a configuração das pessoas que realizam a atividade. Atentando para a relação entre os processos de reprodução da pesca e dos pescadores, a questão da competência ou das capacidades envolvidas na inserção na atividade ressalta como tema central, discutido a partir das noções de técnica e de pessoa.

Técnica e pessoa

Na tradição dos estudos etnográficos sobre pesca no Brasil, a preocupação com a cultura material se mostra um aspecto favorecido, não raro aparecendo como tema central, mas em geral obtendo uma análise atenta, por vezes sofisticada – como nessa lista de exemplos, abrangente no tempo e na temática: Chaves (1973), Loureiro (1987), Kant de Lima e Pereira (1997), Furtado (1987 e 1993), Maneschy (1993b), Ribeiro (1995), Nery (1995), Mourão (2003), Alves (2004). Acredito que a manutenção do interesse pela cultura material no âmbito da pesca não é fortuita; parece-me que parte das etnografias de populações envolvidas com a pesca sustentara um vínculo primordial entre alguns dos aspectos mais sublinhados pela pesquisa antropológica nas últimas décadas (identidade, organização social, tradição e modernização etc.) e a materialidade constituinte da atividade pesqueira.³ É possível que isso tenha ocorrido também em função do interesse antropológico pelo contraste entre o domínio terrestre e a dimensão hídrica⁴, levando a

³ O que não parece ser o caso dos estudos em sociedades caboclas amazônicas (outro campo etnográfico com o qual este trabalho dialoga), a julgar a partir do apelo feito por autores do campo por maior ênfase nas pesquisas sobre a construção da cultura material (Harris 2006: 89) e sobre as interações ecológicas (Morán 1990: 252) dessas populações.

⁴ Prova disso, a meu ver, é a designação dos grupos de pesquisa dedicados aos estudos nessa área, que privilegiam na definição de seu campo de abrangência a relação com o ambiente hídrico. Veja-se, na França, o caso do *Centre d'Ethno-Technologie en Milieux Aquatiques* (CETMA – CNRS/MNHN) e, no Brasil, do Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras (Nupaub), da USP, do Laboratório de Antropologia dos Meios Aquáticos (LAMAq), do Museu Paraense Emílio Goeldi, e do recentemente criado Laboratório de Antropologia das Populações Marítimas, Estuarinas e Ribeirinhas (LaMER), da UFPB.

que fossem especialmente sublinhados os aspectos materiais ou práticos que sustentam a vida de tais populações. Seja como for, isso faz com que um estudo que se proponha a voltar a análise de uma população de pescadores para os aspectos técnicos não fuja ao escopo dessa tradição de pesquisa no Brasil.

Contudo, é necessário delinear o modo como o termo técnica é tomado aqui, para em seguida evidenciar o tipo de ligação que se propõe entre ele e a construção da pessoa. Diga-se logo que se encontram nessa perspectiva duas linhas de investigação antropológica que remetem à obra de Marcel Mauss. Seria mais exato dizer, aliás, que essa proposta é inspirada por duas *indicações* que Mauss aponta em seus textos sobre técnica (2003b) e sobre a noção de pessoa (2003c), sem efetivamente aprofundar-se nelas. Ao situar o tema das técnicas corporais, cuja inspiração sigo em grande medida, Mauss assinala, mas põe de lado, tanto a relação corpo-artefato quanto “*as técnicas do corpo que funcionam como profissões ou parte de profissões ou de técnicas mais complexas*” (2003b: 417). No escrito sobre a noção de pessoa, ele explica que aborda ali apenas a evolução histórica da categoria do “eu”, evitando os aspectos propriamente psicológicos, que passam pela individualidade espiritual e corporal (2003c). Estudos posteriores ampliaram esse enfoque; Márcio Goldman (1999: 37) propõe mesmo que se tome a linha de um “alargamento” da proposta maussiana, indo além do plano representacional e incluindo outras manifestações e práticas, abarcando domínios físicos, psicológicos e sociais; o que, acrescenta ele, está presente nos próprios escritos de Mauss, como aqueles sobre a expressão obrigatória dos sentimentos e das técnicas corporais.

No que se refere à técnica e à tecnologia (esta entendida doravante como estudo sobre a técnica), uma importante derivação de sua obra é expressa nos escritos de André Leroi-Gourhan. A ampla classificação das técnicas não-industriais empreendida por Leroi-Gourhan em *Évolution et techniques* (2002 e 2004) leva a cabo as indicações estabelecidas por Mauss (1947; 1948), mas fazendo uma importante modificação nos termos da classificação. Ao invés de ordenar as técnicas pelos produtos, Leroi-Gourhan elenca como critério principal os processos (isto é, tecelagem ao invés de tecidos) o que resulta em se considerar os instrumentos não pela forma, mas pelo uso, e as técnicas não pelo resultado, mas pelos meios de ação sobre a matéria que as caracterizam. Sob alguns pontos de vista, isso torna a análise da técnica mais operativa no sentido teórico-metodológico, apresentando outras possibilidades para a pesquisa etnográfica, que vão além da catalogação e da problematização das dispersões temporal e geográfica características de

uma tradição de estudos em cultura material. Alguns aspectos da proposta de Leroi-Gourhan sustentaram a etnologia da técnica francesa, que se dedicou a estudos sobre a técnica em diversos contextos etnográficos, buscando relacionar os aspectos materiais e culturais (ver a revista *Techniques et culture*, publicada a partir de 1983).

Diferenciando-se das preocupações em considerar a cultura material pelo viés da adaptação (como na ecologia cultural), esse grupo de pesquisadores, dialogando também com o estruturalismo de Lévi-Strauss e com a antropologia econômica de Godelier, estabeleceu orientações para a análise etnológica das técnicas, articulando os procedimentos materiais, a organização social e os aspectos simbólicos (cf. Digard 1979). A partir dos estudos de Leroi-Gourhan, foram desenvolvidos conceitos aplicáveis à abordagem etnográfica dos processos técnicos, como o de “*chaîne opératoire*” (Cresswell 1996; cf. Schlanger 2004 e 2005), que busca descrever sistematicamente o desenrolar de um procedimento técnico, formulando o encadeamento das ações sobre a matéria, e o de “*choix techniques*” (Lemonnier 1986; 1993), que trata das mudanças e permanências das técnicas em determinados contextos culturais. Ambos concebem, a seu modo, a articulação do domínio da técnica com os aspectos sociológicos e simbólicos.

Essa sistematização do tratamento etnológico das técnicas, com conceitos e métodos bem delineados, afirmou no rol de preocupações etnológicas a dimensão das transformações da matéria empreendidas em diversos contextos culturais. Ela não deixou, porém, de se valer de um recorte nas possibilidades de desenvolvimento da obra de Leroi-Gourhan, sublinhando os seus primeiros trabalhos, de classificação das técnicas, que acentuam o caráter das leis físicas e dos “*contraintes*” da ação. Alguns de seus alunos apontaram as reduções implicadas nesse modo de tomar a sua obra. De acordo com Aliette Geistdoerfer,

Cette reconnaissance [des contraintes ‘naturelles’] fut négative dans la mesure où, de l’œuvre d’André Leroi-Gourhan, quelques ethnologues ne vont retenir que cet aspect et même, allant au-delà, largement, de ce qu’il propose, ont considéré que les techniques possèdent une dynamique autonome, interne, du fait de cette ‘rationalité de base’, qui, pour lui, ne correspond à aucune réalité ethnologique (...) (Geistdoerfer 1987: 51)

A autora refere-se à desconsideração de outro aspecto do pensamento de Leroi-Gourhan, que, ao tomar o “gesto” como unidade primordial da análise, estabelece uma ligação intrínseca entre a técnica e os homens. Ademais, ele fixa a compreensão da técnica nos termos de um “fato social total”. Por tudo isso, a técnica em Leroi-Gourhan deve ser entendida como

“transformation matérielle de l’acteur lui-même, des relations entre lui et les autres, des milieux et ressources naturelles (...)” (Geistdoerfer 1987: 50).

Esse debate deixa entrever outro ponto em comum entre as obras de Leroi-Gourhan e de Mauss, aspecto em grande medida menosprezado, e que abre possibilidades diferentes para se considerar a relação entre o técnico e o humano. Certamente hoje o texto mais conhecido de Mauss sobre o assunto é aquele que trata das técnicas do corpo (Mauss 2003b). Ainda assim (e para além da referência que se costuma fazer dele no âmbito da antropologia do corpo), vale lembrar que Mauss considera como técnica não apenas o uso de instrumentos, mas as ações humanas mais prosaicas como dormir ou caminhar. Assim, Mauss toma o corpo humano enquanto um elemento a ser abordado pela tecnologia (leia-se estudo da técnica), considerando a técnica enquanto fator de transformação do ponto de vista morfológico (tendões, ossos) e do comportamento, dado pelo *habitus* (Mauss usa como exemplo sua dificuldade para se desvencilhar de seus próprios gestos). Além disso, ele mostra uma visão não utilitária, evidenciando a técnica como um modo de atuação em diversas esferas, não necessariamente produtivas (relativiza assim a idéia de eficácia), e a considera como algo que varia segundo as tradições e que passa por um processo de transmissão.

Proposições como essas são largamente exploradas em outra parte dos escritos de Leroi-Gourhan, sobretudo nos dois volumes de *Le geste et la parole* (1991a; 1991b). Essa obra é caracterizada por alguns como “monumental” (Ingold 2000: 301), visto que propõe uma teoria da hominização que toma o desenvolvimento da mobilidade corporal (estação bípede, liberação da mão) como condição das formas de vida intelectual e social humanas. A partir disso, ele trata de vários temas como a ferramenta, a arte, a memória, a escrita e os computadores. Ainda que empregue uma abordagem não propriamente etnológica, e algumas de suas proposições tenham sido questionadas e mesmo invalidadas posteriormente (notadamente o progressismo e o pressuposto teleológico e a-darwiniano com que considera a evolução humana), essa obra guarda enorme interesse para a antropologia da técnica. Estudos recentes a revisitam e tomam como fonte de diálogo ou inspiração em diferentes temas (e.g. Neves 2006; Stiegler 1998; Warnier 1999; Latour 1996; Ingold 2000; Schlanger 2004, 2005). Nela, Leroi-Gourhan expressa proposições instigantes sobre a relação entre o humano e o técnico, inclusive reposicionando sua abordagem anterior, centrada na classificação das técnicas: *“si la technologie systématique, qui a fait l’objet des deux volumes d’« Evolution et Techniques » [Leroi-Gourhan 2002, 2004], est une*

base indispensable, l'outil n'est réellement que dans le geste qui le rend techniquement efficace" (1991b: 33). Em sua visão, o gesto humano e a operação dos artefatos são inseparáveis, e nisso reside seu argumento de fundo, que considera a importância da técnica na própria instituição do humano. Numa perspectiva que analisa a técnica transitando entre as dimensões biológica e sociológica, Leroi-Gourhan critica a postura desmaterializada das ciências humanas, que conduziu a "*détacher l'homme de toute connection avec l'étendue du vivant*" (1991b: 258).⁵

Ainda a respeito da técnica, porém no campo da etnologia propriamente dita, destaco dois autores no cenário contemporâneo, que tomam a técnica como relação não simplesmente utilitária ou adaptativa entre os humanos e o ambiente. Um deles é Philippe Descola (1994; 2005), que considera a técnica no âmbito de uma proposta de antropologia da natureza. Ele rejeita as duas vias opostas que detecta nas abordagens etnológicas da relação do homem com o ambiente: uma que considera a natureza como um objeto sobre o qual os nativos exercem seu pensamento taxionômico e cosmológico; e outra, utilitarista, que postula a determinação da sociedade por seu ambiente, considerando a elaboração simbólica como epifenômeno da adaptação. Contra essas formas de reprodução do dualismo mente/matéria, Descola propõe conceder papel de destaque à prática – entendida como totalidade orgânica, onde aspectos materiais e conceituais estão intimamente ligados (1994: 02-3).

Em seu mais recente trabalho, *Par-delà nature et culture*, Descola (2005) dialoga com a antropologia simétrica de Latour (1994), considerando que os humanos formam coletivos com não-humanos (animais, objetos, espíritos etc.), e compreendendo a técnica como modalidades específicas de estabelecer relações entre eles. As técnicas seriam então objetivações de relações entre os seres, tomando a forma de "exteriorizações" de funções físicas e mentais humanas ou da

⁵ Numa proposição sem dúvida reducionista, mas significativa, é comum que se considere a etnologia francesa da segunda metade do século XX como composta de duas propostas influenciadas pela obra de Mauss: uma voltada para os aspectos simbólicos, em torno da figura de Lévi-Strauss, e outra preocupada com os aspectos materiais, pensando em termos da relação entre o técnico e o humano, cujo expoente foi Leroi-Gourhan. Fica claro que a primeira dessas posturas teve maior repercussão e que as duas linhas pouco dialogaram; mas vale citar o comentário de Lévi-Strauss, que apresenta uma leitura particular da obra de Leroi-Gourhan, a partir da concepção dualista que fundamentou essa divisão de territórios no campo da antropologia francesa: "*Il me semble que, parlant de choses très différentes, nous les abordions et nous les traitons dans le même esprit. De sorte que, si Leroi-Gourhan est allée de l'étude des techniques, comme poussé par une nécessité invincible, jusqu'à élaborer toute une mythologie (...), je faisais de mon côté la démarche inverse : partant de la mythologie, j'étais obligé de m'improviser apprenti astronome, apprenti botaniste, apprenti zoologiste et d'aller vers ces faits-objets (c'est une expression de Leroi-Gourhan) qui sont unis aux faits-idées – ce sont là toujours ses mots que je cite – par toute une série continue d'intermédiaires. Et ce qui rend, entre autres, son apport irremplaçable, c'est d'avoir enseigné à ses étudiants, c'est de nous avoir enseigné à tous, qu'il est impossible de parler de quoi que ce soit sans savoir d'abord de quoi on parle*" (Lévi-Strauss 1987: 204-5).

“artificialização” de não-humanos. No exemplo de onde tem extraído importantes conclusões, Descola (1994b e 2004) constata que, para os Achuar da Amazônia, mesmo com todas as condições favoráveis, a domesticação animal não fazia sentido; isto porque os animais não-humanos, considerados a partir da relação de caça, são tomados como sujeitos independentes, com os quais se estabelecem relações de pessoa a pessoa. Portanto, como a relação com os animais baseia-se na intersubjetividade, a incorporação de um filhote ao convívio humano pode perfeitamente ocorrer, mas a domesticação enquanto reprodução controlada de outro ser não faz sentido (2005: 523).

Outro autor que tem elaborado reflexões significativas sobre a relação entre o humano e o técnico atualmente é Tim Ingold (2000). Ao estabelecer as bases de uma antropologia da vida, ele aborda a técnica ao tratar dos organismos-pessoas, isto é, dos animais (sejam eles humanos ou não humanos), em sua relação com o ambiente, numa perspectiva ecológica sob influência de Gregory Bateson (2000; cf. Velho 2001) e da psicologia ecológica de James Gibson (1979). Assim como Descola, Ingold rejeita a compreensão de um determinismo das condições naturais, que levaria a uma consideração adaptacionista da técnica, e também reprova com igual veemência a concepção construcionista, que trata o ambiente como mero resultado da formulação simbólica de uma cultura particular.

Ambos consideram, portanto, que a interação entre humanos e não humanos em geral (animais, artefatos, aspectos do ambiente), passa pela prática e está sujeita a diversas configurações (diferentes da relação sujeito/objeto), a depender do arranjo que houver entre eles. Todavia, para Ingold a técnica é uma relação concreta, cujo sentido é imanente à prática, a partir da qual se constituem as pessoas (humanas e não humanas) com suas identidades e propósitos, sendo que para Descola a técnica se apresenta como a objetivação das ligações que emanam de um dado esquema de relação entre os seres. Se ambos fixam o plano da ação para compreender a técnica, Descola o faz sob influência da noção de *habitus* de Bourdieu, de modo a articular o potencial heurístico do estruturalismo de Lévi-Strauss com uma preocupação em torno da ontologia das relações entre os seres e das diversas modalidades de agência. Numa linha diferente, Ingold situa sua proposta a partir do organismo-pessoa e do comportamento, considerando as relações concretas com o ambiente a partir da interação construtiva com o meio – *dwel*, morada – e da relação habilidosa com as coisas – *skill*, ou habilidade.

Compreendo a distinção entre esses autores diante de importantes fatores em comum, até porque existe um diálogo efetivo entre eles. A matriz predominantemente intelectualista da proposta de Descola e a ênfase no comportamento por parte de Ingold não deve obliterar o fato de que ambos buscam enfatizar uma análise da técnica a partir da prática, rejeitando o pressuposto de uma relação reduzida aos termos do sujeito humano ativo e do objeto animal ou material. Por isso, as perspectivas de Ingold e Descola são chamadas constantemente a dialogar com a análise do material aqui trabalhado, sobretudo no que se refere aos modos de interação com os animais e à articulação entre as atividades materiais, a vida social e os elementos do discurso nativo. A forma como Descola pensa a ordenação do mundo nos termos de disposições para a ação e como Ingold concebe a centralidade da base orgânica da atividade humana, através da noção de *skill* (habilidade), são importantes para este trabalho.

Conforme a proposta apresentada acima, não apenas a relação entre o humano e o técnico nos interessa, mas os modos de configuração humana relativos a técnicas distintas e, mais ainda, as relações genéticas que se colocam entre a atividade técnica e a formação do pescador, e que fundam um processo de reprodução. No caso do lago, a interação com o pirarucu e o acoplamento do arpão e da canoa ao pescador são fatores a serem considerados; assim como no mar o engajamento corporal do pescador na dinâmica do barco, envolvida na temporalidade das marés, é o que ressalta. Assim, a preocupação desse estudo ultrapassa a discussão das modalidades de agência, para tratar mais detalhadamente da configuração do humano pensando em seus engajamentos corporais em dado contexto técnico. Por isso, a aproximação antropológica da inserção nas pescas lacustre e costeira no Sucuriçu envolve uma rediscussão dos limites e propriedades do corpo em articulações com os objetos (conexão entre o laguista e o arpão) e de incorporações em sistemas técnicos mais amplos (inserção do pescador costeiro a bordo), o que está diretamente ligado à formação particular destes pescadores.

A maneira como disponho a relação entre as noções de técnica e pessoa nesse trabalho se deve, em parte, às formulações de Jean-Pierre Warnier (1999; 2001), que considera “*la matérialité dans son rapport aux conduites motrices du sujet, comme matrice de subjectivation*” (1999: 17). Warnier vê nessa proposta um modo de contornar o problema metodológico maior da cultura material, qual seja, a ambigüidade entre o mundo material e o mundo dos signos. Considerando as linhas mais recentes de desenvolvimento nesse tema, como Latour (1994) e sua proposta dos “híbridos sócio-técnicos”, Warnier pergunta se passar de uma perspectiva dos

sujeitos atuantes (segundo a proposta do ator-rede) para uma preocupação voltada às condutas motoras no contexto material não seria um passo importante na consideração sobre a subjetivação (2001: 166).

Parece-me que isso é um fator decisivo, ao menos nas atividades técnicas que envolvem um aspecto cinestésico, como é o caso das analisadas neste trabalho. Ao propor algo assim, diga-se, Warnier não está alinhado com a afirmação do papel do corpo na antropologia pela via fenomenológica do *embodiment* (cf. Csordas 1990), propostas que têm resultado, é forçoso concordar, em considerações circunscritas às representações do corpo e, por vezes, à redução dos dados etnográficos à assunção de um sujeito pré-concebido. Para Warnier, é necessário considerar os elementos concretos das atividades práticas humanas, e para tanto ele afirma a necessidade da antropologia recorrer aos instrumentos de análise empírica das condutas motoras (por exemplo, a praxeologia, ou ciência da ação motora proposta por Pierre Parlebas). A importância da consideração empírica e concreta das manifestações corporais é essencial para a abordagem que pretendo delinear a seguir, ainda que eu não assuma o modo como Warnier toma a noção de subjetivação, a partir das “técnicas de si”, de Foucault. Nesse sentido, me parece mais apropriado adotar como suporte heurístico a noção de pessoa, tal como tem sido trabalhada no âmbito da antropologia.

Ainda que as elaborações de laguistas e pescadores sejam distintas, e que isso leve ao diálogo com diferentes linhas de desenvolvimento do conceito de pessoa no campo da antropologia, há alguns aspectos gerais que convém estabelecer. Tendo em vista a clássica proposição de Maurice Leenhardt (1971) da pessoa *canaque* como um nexo de relações, o que passa pela negação da unidade do corpo e do indivíduo, Marilyn Strathern (2006) faz alguns reparos. Concordando que a pessoa se dê nesse nexo de relações, e também negando que ela tenha uma autonomia subjetiva, Strathern aponta, no entanto, o equívoco de Leenhardt ao desprezar a existência de uma singularidade responsável pela agência que estabelece as relações constituintes da pessoa. Segundo ela, além da pessoa, nexo de relações objetificadas, existe o agente que as mobiliza: “*agir individua o agente como um sujeito...*” (2006: 429). Sendo assim, são os atos, enquanto instituição de relações, que constituem as pessoas, e o corpo é um “*composto de relações*” que assume nesse processo uma forma singular (*idem*: 205).

Embora Strathern se volte a outro contexto etnográfico e seu objetivo seja aprofundar a análise das relações de gênero, ela estabelece pontos que são bastante operativos para tratar a

construção da pessoa no âmbito das atividades técnicas, pois fixam a importância das relações, sem desconsiderar a agência e a singularidade. Não obstante, duas observações são necessárias, ao considerar a construção da pessoa com esse objetivo. Em primeiro lugar, é preciso aplicar um pressuposto simétrico a tais “relações”, entendendo com isso não apenas as relações entre humanos (ditas “sociais”), mas também com os não-humanos (ditas “técnicas”); depois, é o caso de sublinhar a intenção de tomar o corpo como uma questão, já que as relações, neste âmbito, passam por uma reconfiguração somática, por meio de conexões com objetos e desenvolvimentos diversos.

É nesse sentido que me valho da proposta de trazer para a abordagem etnográfica das técnicas de pesca os elementos conceituais dos estudos das condutas motoras. Estes permitem pensar as “sínteses corporais” concretamente, tomando o corpo como um sistema flexível, baseado na articulação e na interação com outros elementos, e que se configura como uma unidade de percepção e ação que não coincide necessariamente com os limites anatômicos. Voltando, assim, a atenção para o papel do engajamento técnico na constituição da pessoa, pode-se supor que os pescadores passam por uma configuração corporal específica, que os individua enquanto pessoas particulares, no lago e na costa, em processo associado à elaboração de identidades sociais distintas – *lagueiros* e *pescadores*. Eis, portanto, a questão central deste estudo: traçar a relação entre a prática da pesca e a instituição do pescador, partindo da hipótese que, nesses casos, a construção da pessoa como pescador (seja *lagueiro*, seja pescador de fora) se dá por meio do engajamento em processos técnicos específicos, engajamento que é, a um só tempo, engajamento corporal e engajamento subjetivo. Assim, esta é uma proposta que pode ser chamada de *praxiogenética*, na medida em que aborda o estabelecimento do sujeito através das práticas.

Observação e análise da técnica

(...) convém proceder do concreto ao abstrato, não inversamente.

M. Mauss, *As técnicas do corpo*, 1934.

Exponho a seguir as bases metodológicas dessa pesquisa. O trabalho de campo na vila Sucuriju foi realizado em três etapas – outubro de 2004 a janeiro de 2005, maio a setembro de 2005 e janeiro e fevereiro de 2007 – empregando as estratégias habituais do *métier* etnográfico.

Nestes períodos, dediquei-me a fazer anotações sobre o cotidiano da vila, a partir da observação das atividades e das conversas com diversas pessoas; também empreendi a gravação de mais de trinta horas de entrevistas, sobretudo com pescadores, relativamente às atividades dos lagos e da costa, sendo que as mais produtivas foram realizadas nos intervalos das atividades de pesca.

Creio ser necessário, entretanto, expor algo mais sobre outros três aspectos da estratégia metodológica utilizada, pela importância que têm para a etnografia da cultura material. Em primeiro lugar, falo do instrumental conceitual e metodológico para a observação e análise dos processos técnicos; abordo também o papel da experimentação prática como aproximação às interações cinestésicas no âmbito da técnica; por fim, traço em linhas gerais como utilizei o registro visual em fotografia e vídeo como forma de compreensão e parte do discurso etnográfico.

O propósito inicial desse estudo é realizar uma abordagem da prática de laguistas e pescadores no âmbito da pesca dos lagos e da costa. Sendo assim, faz-se necessária uma análise sistemática dessas atividades, buscando relacionar os diversos fatores em interação (por exemplo, maré-barco-espinhel), para delinear o papel dos pescadores face a um nexos mais amplo de relações. Para tratar das ações humanas, a análise da técnica deve situá-las num âmbito de interações relevantes, o que busquei fazer articulando a análise dos processos técnicos com o sentido a eles atribuídos pelos pescadores. Assim, ainda que eu não possa falar de uma “teoria nativa”, o intuito etnográfico buscou seguir as percepções locais em torno da cultura material, não apenas em seu sentido geral (produtos, artefatos, atividades), mas em seus aspectos propriamente operativos. Acredito que, sem o cuidado de guiar-se pela percepção nativa, a análise da técnica com preocupação antropológica pode facilmente levar a caminhos que desviam das atividades e operações significativas. Além disso, a interlocução constante e situada com os pescadores pode conferir às ações técnicas o valor e o sentido num nexos de relações, algo só compreendido a partir de uma posição interna ao processo. Quando falo da preocupação de empreender uma análise situada da técnica, explico o cuidado em não limitar a tarefa etnográfica ao processo descritivo, mas estendê-la à discussão de interações concretas; o que pode levar, penso, a um diálogo efetivo sobre o sentido dos processos técnicos, segundo seus atores.

Isso se complementa (em idas e vindas) com uma compreensão abrangente do processo material, isto é, com a compreensão dos não-humanos envolvidos numa atividade técnica. Nesse ponto me inspirei na noção de “cadeia operatória”, que busca delinear as ações interligadas num

procedimento técnico. Evito pensar no caráter esquemático que esse termo assume por vezes, no sentido de procedimentos que se sucedem de modo determinista. Em Leroi-Gourhan (1991a: 164), a cadeia operatória remete a uma sintaxe de gestos e instrumentos, e, como tal, se caracteriza pela fixidez de tipos de relações e pela flexibilidade em sua condução. Por isso, ela pode ser considerada tendo em vista outra noção de Leroi-Gourhan – “comportamento operatório” – que articula os elementos materiais com as formas de ação humana. Schlanger (2005: 05) também tem uma apreciação ampla do conceito de cadeia operatória, abarcando instrumentos, habilidades, possibilidades ambientais, valores, além das identidades sociais. A partir dessa noção, penso a forma de descrição da técnica como um modo de situar o espectro das relações significativas envolvidas numa dada atividade.

A descrição do processo técnico não é o fim do presente trabalho, mas dá suporte para compreender o caráter sistêmico e relacionado da atividade humana, e, mais ainda, para enfocar a inserção humana articulada a ações de outra ordem (artefatos animados ou acoplados ao corpo, outros humanos, animais, ambiente etc.). A partir de uma visão mais abrangente, sem perder de vista a ação humana, penso que é possível estabelecer a relação do pescador com a atividade em termos semelhantes aos coletivos sócio-técnicos de Latour (1994), que visam a compreensão da atividade em termos de seus diversos partícipes (veja-se os exemplos da relação com objetos cotidianos em Latour [1993]). Ou seja, busco considerar o pescador no interior do nexo particular de relações que se estabelece numa atividade onde existem agentes de outro tipo. Assim, seria possível chegar a uma compreensão do sentido e das contingências de sua atuação, tomando o conjunto das relações técnicas que ele próprio compõe. Esta me parece a melhor forma de fazer jus aos dois planos da concepção local a respeito da técnica – um conjunto de relações entre vários elementos, que se reproduz com alguma estabilidade (a *pesca de anzol*, por exemplo), mas que se fundamenta numa atuação humana situada e contingente (*enfrentar o anzol*).

Essa forma de considerar a atuação no âmbito dos processos técnicos busca evitar as compreensões pré-estabelecidas do sujeito como mero resultado da adaptação aos demais elementos (ambiente e artefatos) ou como ator que detém e aplica o saber-fazer ou o conhecimento sobre eles. O lugar do sujeito humano nos processos técnicos é justamente a questão desse estudo, que traz como suposto que a configuração do sujeito é relativa à sua posição no interior da atividade. Nas técnicas aqui estudadas, adianto, o pescador situa-se na relação com outros seres (o laguista na interação com o pirarucu) ou com os elementos

constituintes de um sistema englobante (o pescador no âmbito do barco). Mesmo que exista um propósito e uma estruturação prévia das atividades (que compreendem os artefatos, por exemplo), a posição situada do pescador, que implica na atuação frente a outros elementos, é que agencia essas relações. E a forma dessas relações é significativa na configuração do corpo e da pessoa do pescador enquanto tal.

O etnógrafo e a criança ou “participação observante”

Mais il est des métiers si singuliers et des manoeuvres si déliées, qu'à moins de travailler soi-même (...), il est difficile d'en parler avec précision.

Denis Diderot, « Prospectus » de L'Encyclopédie, 1750.

Uma das formas de apreender a posição que marca a atuação humana em determinado contexto técnico é a prática da atividade. Essa é uma estratégia etnográfica que, para além da observação, é empregada de distintas maneiras no âmbito das pesquisas em cultura material. Considero três formas pelas quais os autores se referem a essa experiência prática como método etnográfico. A primeira delas reflete a prática como uma forma de inserção em dado contexto, onde a socialidade é vinculada a certas competências. No caso da pesca marítima, Duarte (1999) e Pálsson (1994) relatam como um fator importante para a aceitação entre o grupo de pescadores a sua capacidade de estar a bordo sem apresentar náuseas. No texto *“Pesquisa de campo: uma criança no mundo”*, Seeger (1980) narra belamente sua equiparação às crianças entre os Suya, até que pudesse aprender a pescar e propiciar sua própria subsistência, após o que passou a receber alguma atenção dos adultos.

Em outros dois modos a experiência prática é tomada como um fator que contribui à compreensão etnográfica do próprio processo técnico. Alguns pesquisadores deixam transparecer, às vezes por ocasião de um comentário bem-humorado, o papel dos erros a que se submetem ao praticar certas operações como fator revelador sobre uma atividade. Chamoux (1978: 84) refere-se à sua experiência de praticar a tecelagem entre uma população do México como permeada de equívocos, que elucidaram passos importantes e ignorados sobre a relação entre alguns gestos e a compleição final do desenho. Lemonnier (1975: 162) faz algo semelhante ao descrever os complexos procedimentos de manipulação da pá ao mover o sal numa salina. Ingold, para mostrar o valor central da habilidade com o laço entre os criadores de rena (inclusive na

constituição de suas identidades conforme o uso de diferentes instrumentos), descreve a ocasião da separação coletiva dos animais, em que cada proprietário deve laçar e retirar os seus em meio a uma multidão de animais e criadores, e completa: “...*an inexperienced hand with the lasso (as was the anthropologist, in my case) can cause chaos*” (1993: 112).

Outros etnógrafos, sejam eles mais bem sucedidos, menos sinceros, ou voltados apenas aos resultados positivos, mencionam o valor do engajamento prático como uma forma de desempenhar a tarefa técnica assim como os nativos. Maranhão (1975: ii) usa a estratégia de aprender a navegação e a pesca em seu estudo no nordeste brasileiro. No âmbito da caça, cito três exemplos. Laura Rival (1996: 149), ao notar que o conhecimento sobre a caça não era verbalizado, passou a acompanhar as caçadas (sem efetuar-las), articulando essa experiência com as conversas informais entre os caçadores durante e depois da atividade, nas quais encontrava não descrições da caça, mas debates de estratégias, podendo assim acessar sentidos mais profundos da atividade. Sobre seu trabalho de campo, voltado para a relação entre os Achuar e o ambiente, Descola (1994: 107) ressalta que o que informava o intuito etnográfico não era propriamente a comunicação, mas a materialidade, por meio de uma participação progressiva: “*when the garden seems to have yielded up its secrets, it is time to make his first foray into the menacing forest and attempt to hunt for himself*”. Assim também, Silverwood-Cope percebeu que seguir os caçadores em sua atividade seria o melhor caminho para compreender a experiência Maku. Mas, para acompanhar efetivamente, pareceu-lhe necessário aprender a atividade. Desajeitado no início, ele se tornaria eficiente na atividade cinegética, ainda que empregando armas de fogo, e não a zarabatana:

Aprendi tudo o que pude, cada detalhe em seguir, atrair, cercar e matar animais de caça. Aprendi como cada técnica se baseava num conhecimento específico do comportamento do animal em questão. Após um ano, já se notava uma mudança fundamental nas atitudes dos Makú para comigo (Silverwood-Cope 1990: 33-4).

Se é certo, como afirma Peirano (1992: 4), que a pesquisa de campo não é apenas uma técnica de coleta de dados, mas um procedimento com implicações teóricas, sendo por meio dela que a teoria antropológica se desenvolve e se sofisticava, então deveríamos perguntar pelos desdobramentos mais profundos do envolvimento no domínio prático como estratégia etnográfica. Uma das respostas mais eloqüentes a essa questão aparece, sem dúvida, na obra de Marcel Mauss. A pertinência da prática para tratar dos assuntos relativos à dimensão cinestésica

aparece no seu texto sobre as técnicas corporais (Mauss 2003c), ainda que de modo subjacente e pouco lembrado. Em outros escritos, Mauss ocupa a posição de um narrador distanciado, que se coloca como observador e analista, mas não como um participante. É significativo que, justamente no texto sobre técnicas do corpo, ele lance mão a todo o momento de sua vivência pessoal (na Guerra, em viagens, em atividades esportivas etc.) como origem das informações, o que levou inclusive alguns autores a relativizarem a concepção difundida de que Mauss não teria realizado trabalho de campo (Warnier 2001).

Para afirmar o caráter histórico das técnicas, Mauss remete a sua própria incapacidade de nadar como as gerações mais novas (2003c: 402); referindo-se à aprendizagem, ele mostra como foi levado a correr de modo peculiar, com os punhos colados ao corpo (: 404), ou como, no exército, ensinou seus recrutas uma marcha determinada (: 420); para falar da modulação da forma corporal operada pela técnica, ele se refere à incapacidade de nos mantermos agachados e assegura que, acostumados com os calçados, sentimos bem a profundidade das modelações corporais pela dificuldade de andarmos descalços (: 406); sobre as técnicas do sono ele relata que dormiu várias vezes montado a cavalo ou de pé (: 415 e 421). Esta diferença entre a origem das informações que perpassam a análise maussiana do corpo e de outros aspectos indica, no mínimo, que existe uma dimensão da experiência nativa que a antropologia não pode abordar simplesmente pela visão e pela linguagem, pois requer que o pesquisador esteja vinculado ao registro cinestésico pelo qual ele se dá a conhecer.

É certo que, assim como as demais estratégias etnográficas, sejam elas consagradas, como o caderno de campo, ou mais recentemente disseminadas, como os registros imagéticos, a prática da atividade não apresenta apenas possibilidades, mas, também, inúmeras questões. Uma das formas com que a experiência prática tem sido defendida como método etnográfico atualmente é segundo a linha de uma aproximação fenomenológica, conforme a perspectiva de Michael Jackson (1989). No campo da etnografia da técnica, Ingold (2000) e Pálsson (Pálsson 1994 e Descola e Pálsson 1996: 06) aceitam as influências dessa forma de considerar a pesquisa de campo como aprendizado – um *enskilment* – propondo inclusive que a etnografia de modo geral só é possível porque se dá através do envolvimento direto num ambiente compartilhado – isto é, o etnógrafo e as pessoas locais habitando “*a common ground of experience*” (Ingold 2000: 167). Isto aponta para uma ampliação dos modos de interação no trabalho de campo, considerando outras formas de acesso a outras formas de experiência nativa, derivando o fazer antropológico

por searas que envolvem os sentidos, as percepções e os gestos. Além disso, leva a situar o fazer etnográfico diante da realidade local. Creio, porém, ser necessário não tomar esse pressuposto fenomenológico como uma interação individual, ignorando o peso das diferenças, a começar pelas capacidades de percepção e ação, que são frutos de engajamentos não livremente agenciados – o antropólogo guarda inúmeras diferenças em relação ao nativo, mesmo se ambos podem pescar. Assim, creio que a interação prática tem seu valor etnográfico na medida em que as diferenças de estatuto, de intenção, de envolvimento, de sentido e inclusive de competência numa dada prática são levadas em consideração, inclusive como instrumentos heurísticos.

Outra abordagem etnográfica que utiliza a experimentação prática como método é aquela empreendida por Loïc Wacquant (2002), em estudo sobre boxeadores do subúrbio de Chicago. A pergunta que ele se faz é “*como dar conta, antropológicamente, de uma prática tão intensamente corporal, de uma cultura totalmente cinética, de um universo no qual o mais essencial transmite-se, adquire-se e desdobra-se aquém da linguagem e da consciência (...)?*” (*idem*: 15). Nesse sentido, ele propõe uma abordagem *a partir* do corpo, tendo o próprio corpo como instrumento de investigação e vetor de conhecimento, atitude que lhe permitiu possibilidades interpretativas inesperadas (*idem*: 12 e 89). Baseado em sua iniciação como *boxeur*, Wacquant chega a uma série de interessantes conclusões a respeito da vida da população masculina praticante de boxe, conclusões essas que sublinham as formas de interação cinestésica (sentidos, sensações, gestos), como um campo significativo na vida suburbana. A partir disso, ele considera que

... impõe-se que o sociólogo submeta-se ao fogo da ação *in situ*, que ele coloque, em toda a medida do possível, seu próprio organismo, sua sensibilidade e sua inteligência encarnadas no cerne do feixe das forças materiais e simbólicas que ele busca dissecar, que ele se arvore a adquirir as apetências e as competências que tornam o agente diligente no universo considerado... (*idem*: 12)

Entendo que o trabalho de campo implica, de um modo ou de outro, a inserção num regime de práticas determinado, não necessariamente fundado em competências relativas ao desempenho corporal. Ocorre que o modo como este engajamento se estabelece é importante para se considerar quais feixes de relações locais são o centro do esforço etnográfico. Assim, se em seu estudo sobre feitiçaria na França, Favret-Saada (1977) só passou a outro nível de compreensão quando entrou no circuito de relações que envolviam as acusações e os eventos; se Wacquant (2002) acessou as formas de constituição da masculinidade suburbana por meio da inserção no universo cinestésico do boxe; do mesmo modo a apreensão antropológica da relação

entre o pescador e sua atividade envia ao nexo de relações em que ele se situa com os objetos e outros seres (pescadores, animais etc.).

Dentre seus famosos preceitos, Malinowski recomendava “*ao etnógrafo que de vez em quando deixe de lado máquina fotográfica, lápis e caderno, e participe pessoalmente do que está acontecendo*” (1978: 35). Ora, frente ao desafio de compreender as interações técnicas da pesca, pareceu-me mais relevante justamente a relação contrária de prioridades, orientando os demais registros a partir da prática. Bem ao modo da sugestão de Wacquant de inverter a ordem da expressão clássica de Malinowski, propondo assim uma “*participação observante*” (2002: 23).

Não quero dizer com isso que o estudo antropológico dependa do sucesso em tornar-se um nativo. Na experiência etnográfica que fundamenta este trabalho, os principais *insights* são derivados do valor e do sentido de minha própria distância em relação a determinadas práticas ou competências. É o fato de ter acompanhando um arpoador em sua atividade – dirigindo a canoa, experimentando-me na habilidade com o arpão, ouvindo seus comentários sobre minha atuação – que pude apreender o tipo de interações com o peixe, os artefatos e o ambiente que essa posição envolve, além do percurso restrito e prolongado que leva alguém a assumi-la. Por outro lado, na pesca costeira minha inserção na dinâmica a bordo evidenciou um domínio de interações completamente diverso, que envolvem coordenações de outra ordem e um processo de integração fundado em competências corporais mais árduas, porém mais rapidamente adquiridas. Minha inserção deslocada nas duas atividades foi elucidativa porque evocou reações diferentes de cada sistema, ressaltando seus regimes técnicos específicos. E possibilitou também novo patamar de comunicação com os pescadores, no qual as relações técnicas ganharam outro sentido, além do contido nas narrativas e nas descrições com as quais iniciara o estudo. Ao invés das longas metáforas e analogias iniciais, os pescadores começaram a falar sobre a pesca em seus próprios termos, a expressar inquietudes antes incomunicáveis, e eu pude perguntar-lhes ou evocar comentários até então impensados. Sob este ponto de vista, as atividades do lago e da costa apresentam um aspecto iniciático (é assim também que meus tutores as consideravam), já que sua compreensão depende também da inserção prática nas relações entre os pescadores e com os artefatos, animais e ambientes.

O registro de imagens como método e linguagem antropológica

Nessa pesquisa utilizo também o recurso da imagem fotográfica e em vídeo. Faz-se necessário refletir a respeito de dois aspectos: a utilização da imagem como forma de compreensão das atividades e a sua inclusão neste trabalho, compondo o discurso antropológico.⁶

A simples presença do equipamento de registro de imagens em campo já provoca algumas reflexões sobre sua modalidade de utilização e sua influência no papel do pesquisador. Prudente no início, fui solicitado pelos próprios sucurijuenses a fazer uso da câmera para captar imagens sob alguns aspectos que lhes interessavam (para “mostrar”) e depois instituiu-se um processo de registro e devolução de retratos pessoais. No caso das atividades de pesca, o registro (sobretudo em vídeo) propiciou a compreensão de algumas atividades onde diversas coisas se passavam ao mesmo tempo ou em que havia coordenações complexas, além de algumas dinâmicas envolvidas no processo de aprendizagem (cf. Comolli 1995). Não apenas porque pude analisar com detalhes as situações (inclusive quantificando algumas ações), mas porque a apresentação das filmagens e fotografias aos pescadores gerou reflexões e diálogos sobre a dinâmica e o sentido da atividade. A partir de certo momento, a captação de imagens passou a ser em grande medida dirigida pelos pescadores, o que evidenciava não apenas detalhes e sentidos das ações, mas a relação de algumas habilidades com o *status* do pescador.

Ademais, as próprias escolhas envolvidas no uso das câmeras me surpreendia e levava a reflexões sobre aspectos desconsiderados – o instrumento era um produtor de imagens mas também de questões, uma espécie de *alter ego* etnográfico. O papel metodológico da câmera foi explorado em vários sentidos por Bateson e Mead (1942), no famoso *Balinese character*, e foi referido também por John Collier, para quem, na fotografia de atividades técnicas,

(...) um dos problemas essenciais é um conhecimento suficientemente grande a respeito da tecnologia, para *sabermos* observá-la em seus aspectos *significantes*.

⁶ Utilizei para registro fotográfico uma câmera Nikon N60, com lente 28-80 mm, o que possibilitou um equipamento leve, compacto e versátil, facilitando sua operação nas incursões ao lago e à costa. As 1.745 fotografias realizadas são quase todas em preto-e-branco, sobretudo com filme Kodak TRI-X, além de T-MAX e Ilford HP5 – todos com sensibilidade ISO 400. Pequena parte foi realizada em filme colorido Kodak ISO 200, sendo que algumas estão reproduzidas neste trabalho em preto-e-branco. Também foram registradas pouco mais de onze horas de imagens de vídeo, através de uma câmera filmadora MiniDV Panasonic 3CCD.

Interculturalmente isto pode ser uma exigência imperiosa, pois o significado de uma arte [tecnológica] se insere profundamente nos diferentes *ethos* de uma cultura (1973: 39-40).

Em minha experiência ao captar imagens, essa função metodológica não residiu apenas nas decisões sobre o que fotografar ou na interpretação das imagens; o que se mostrou mais ressaltado foi o papel heurístico do próprio ato de fotografar ou de filmar. Como um artefato, as câmeras funcionam articuladas ao objeto fotografado por um sistema de sensibilidade; assim, as ações mesmo de enquadrar, focar e definir prioridades de luz e velocidade impõem uma escolha e portanto uma compreensão em certo sentido analítica sobre a ação (subentendida ou não), já que é necessário estabelecer prioridades, relações etc. Nisso, o que me pareceu principal foi a experiência de conectar esses equipamentos ao ritmo das atividades. Um bom exemplo é o registro da ação do arpoador; além da prática na canoa e das conversas, o uso da máquina fotográfica para registrar o gesto da arpoada foi um elemento chave para entender aspectos da interação com o peixe. Se a minha própria experimentação com o arpão foi essencial, o nível precário de acoplamento corporal com a arma que consegui atingir não me permitiu grandes avanços na interação com os peixes, principalmente o pirarucu. Com a câmera a tiracolo, atento aos mínimos sinais e pronto ao disparo, eu compreendi detalhes sobre o jogo de percepções entre o proeiro e o peixe que não pude vislumbrar observando, conversando ou empunhando um arpão.

Também ao compor o discurso etnográfico as imagens requerem algumas reflexões. Nas palavras de Samain (1995: 44), a visualidade que informa o registro etnográfico de imagens é relativa a um “*projeto teórico antropológico*”. Nas fotografias de Malinowski, em que transparece o objetivo funcionalista, o ponto de vista inalterado, a falta de closes, os planos largos, de conjunto e horizontais, tudo isso reflete uma intenção de concatenar elementos e fatos num mesmo plano (Samain 1995). Já em *Balinese character* (Bateson e Mead 1942), a utilização de pranchas com seqüências ou justaposições de fotografias, a ênfase nos gestos e nas expressões emotivas associa-se ao interesse pelo *ethos* cultural expresso no comportamento dos balineses (Samain 2004).

A partir desse tipo de reflexão sobre os exemplos clássicos da antropologia visual, lanço um olhar sobre minha própria produção fotográfica, e noto uma preferência em expressar a ação, enquadrando o manejo de artefatos ou então abrangendo elementos que interagem de modo coordenado. Várias das fotografias apresentam closes da integração cinética e perceptiva do pescador com os artefatos, enfocando posturas, gestos, expressões faciais ou contrações

musculares – enquadramentos estes que recortam e reúnem os corpos, buscando acentuar o tipo de integração que se estabelece na ação, para além dos limites morfológicos. O fato de privilegiar as múltiplas formas de inserção do humano na atividade técnica faz com que o ponto de tomada da fotografia varie, privilegiando o eixo da ação (ainda que a posição da máquina esteja limitada pelas possibilidades espaciais no contexto da atividade). O uso de seqüências também enfatiza, em algumas ocasiões, a progressão de uma tarefa, de modo mais descritivo.

No que se refere à relação com o texto, o caderno de fotos em anexo é composto de 125 fotografias organizadas em 32 pranchas temáticas (lembrando *Balinese character*), de acordo com argumentos ou análises desenvolvidas no corpo da tese – as legendas fixam essa relação. Organizar as fotos em conjuntos me pareceu importante, porque assim elas complementam as descrições e se concatenam em prol de algum argumento desenvolvido no texto, mas criam também um espaço próprio, onde uma linguagem visual podem evocar sentidos e percepções mais profundos, que talvez o texto não possa atingir plenamente. Nesta articulação texto-imagem, a consulta ao caderno propicia duas abordagens: seguindo as referências no texto às pranchas específicas ou percorrendo o caderno, numa visão geral do trabalho. Além da abordagem aleatória, afinal, os fotogramas transcendem suas posições em função de um argumento, o que favorece outras apreciações.

Estruturação desse trabalho

No primeiro capítulo, abordo o contexto da vila Sucuriju, tratando principalmente da sua temporalidade ligada ao domínio hídrico, tanto do ponto de vista histórico-mítico quanto de seu cotidiano. Abordo também os sistemas de circulação do peixe na vila, para alimentação, e do seu modo de comercialização, através do sistema de aviamento, ao qual estão ligadas as pescas costeira e lacustre. No capítulo dois é abordada a atividade lacustre, delineando o ambiente de interação com os animais aquáticos e as formas de deslocamento, enfatizando a captura do pirarucu. Ao fim, proponho algumas conclusões a respeito da construção da pessoa dos laguistas, fundada na constituição de um acoplamento com o arpão, que se expressa e se afirma pela relação direta com o peixe, conforme o contexto da predação. No capítulo três, a pesca costeira é tratada em sua vinculação primordial com a maré; feito isso, as atenções são voltadas às atividades que se desenrolam no barco, sobretudo a pesca de anzol, principal atividade produtiva e que confere prestígio especial aos seus praticantes. A partir da análise da participação dos pescadores a bordo,

o capítulo se encerra tratando o engajamento corporal no barco como imersão dos gestos e do corpo do pescador na ação do conjunto. Isso constitui o processo central de formação dos pescadores costeiros, que envolve a *disposição* para se manter *ativo*, conectado como elemento da dinâmica a bordo. A agência do pescador é altamente valorizada, mas não no sentido da autonomia pessoal, e sim conforme ele contribui para a autonomização do barco, entidade preeminente.

Volto ao contexto da vila no capítulo seguinte, em outro nível de análise, para abordar como as configurações distintas da atividade no lago e no mar se refletem na socialidade diferencial de laguistas e pescadores de fora. São tratadas as diferenças na utilização de determinados termos comuns, nas possibilidades de passagem dos pescadores entre as duas atividades, na participação em atividades como a festa da padroeira, e no posicionamento diante de questões relativas ao uso de certos instrumentos de pesca e à regulação ambiental.

No último capítulo, a construção da pessoa é tomada a partir da aprendizagem da pesca, segundo a concepção de que a inserção na atividade dos lagos ou do mar constitui modos particulares de subjetivação. No lago, configura-se um modo de transmissão agnática da função de proeiro; os filhos passam por um longo período de interação com o pai, durante toda a infância e a juventude, inseridos em seu círculo perceptivo-motor na canoa e mimetizando seu comportamento. É um processo que, do ponto de vista da atividade técnica, pode ser considerado como uma espécie de gestação pessoal, dado que idealmente o laguista se desenvolve durante anos ali, até abandonar a canoa do pai para se tornar ele mesmo um arpoador. Já o pescador passa por árdua e rápida imersão na dinâmica a bordo, na qual a família participa dos procedimentos decisórios, mas fica afastada do processo em si. Durante suas primeiras viagens de pesca, o rapaz deve demonstrar disposição para a atuação a bordo, sob sensações de desconforto e dor, ao cabo do que ele pode ou não assumir uma modificação corporal (comportamental e morfológica) que o torna capaz de fazer a passagem constante entre a terra e o barco, através de metamorfoses das quais depende a sua configuração enquanto pescador.

Na conclusão, busco retomar os resultados do empreendimento desta pesquisa etnográfica que compara “laguistas” e “pescadores de fora”, a partir de uma análise da construção de pessoa que privilegia as relações técnicas e seu aprendizado. É a partir da observação e análise das relações entre a prática da pesca e a instituição do pescador, que se pode apreender, de uma

perspectiva fecunda, o processo de engajamento corporal e subjetivo suposto na construção da pessoa.

Capítulo 1

Sucuriju em três tempos: a memória-rio, o ritmo hídrico e os percursos do peixe

Por volta da década de 1920, onde hoje é a Vila Sucuriju havia apenas algumas *feitorias*, habitações utilizadas durante as temporadas de pesca costeira por pescadores vindos da embocadura do Amazonas, sobretudo da Vigia e do arquipélago do Bailique. Os *Antigos*, habitantes da região, ficavam no lago, vindo à costa apenas para vender o peixe e comprar alimentos. ‘*Os que trabalhavam no lago, era só morador daqui, que morava aqui.*’

O rio hoje chamado Sucuriju não existia. No lugar havia uma enseada, sem varada para canto nenhum. Havia um barranco e uma praia, que impediam o contato com o mar. Era um tempo em que se passava necessidade, devido à dificuldade para a chegada de embarcações trazendo mercadorias.

Isso era tapado! Olha, quando chegava a [embarcação] freteira, daí aparecia uma vara [o mastro] aí fora, a praia era enorme. Então, de lá que passava a mercadoria, uma mercadoriazinha. Aqui já houve miséria, meu amigo! Já houve miséria aqui nesse lugar! Você comer sem farinha...

Então fizeram uma promessa para Nossa Senhora de Nazaré: se a praia se tornasse rio, rezariam em agradecimento durante três noites, a cada ano. Numa madrugada de tempestade, com chuva, vento, cerração, trovão, raio, ouviu-se um estrondo muito grande, que não vinha do céu, mas de baixo. Quando amanheceu, o rio já existia.

Abriu da noite pro dia. Foi um sucuriju que varou, que veio rasgando com essa terra toda e abriu esse rio aqui. Essa cobra veio de lá [do lago], d’um rego muito grande, muito fundo, que chamam rego do Urubu. Essa cobra desceu de lá e veio embora, rasgando por aí. Abriu esse rio aí, aí foi, foi, foi... Correu, foi abrindo, foi abrindo; deu certo na época do inverno, ele foi alargando. Ficou muito fundo... Foi assim que foi o negócio. Assim que abriu o rio que hoje é chamado o Sucuriju. Assim pôde varar água, que não escorria água antes. Aí começou o Sucuriju, daí que foi a Vila do Sucuriju.

(A partir dos relatos de dona Tudica, além de seu Branco, e seu Nestor, autores dos trechos *ipsis verbis*)

[ver caderno de fotos, prancha 1; daqui em diante apenas assinalarei a prancha]

A origem do Sucuriçu, tal como é contada e celebrada nos dias de hoje, remete a três “ordens” de temporalidade (Gell 2001: 316) estruturantes na vila. A mais evidenciada pelos relatos é a forma como a vila é indissociável da dinâmica do rio. Veremos como a geração de ambos num mesmo evento mítico indica, para além do posicionamento ribeirinho da vila, um modo de considerar sua existência ao longo da história regional e na dinâmica espaço-temporal local.

Um segundo ponto, ligado também à relação fundamental fluvio-humana, remete à própria constituição do Sucuriçu enquanto confluência de dois regimes hídricos, que a cobra grande mítica propiciou o encontro – o da água doce, que desce contínuo dos lagos, variando conforme duas estações (inverno-chuvas e verão-estiagem), e o da água salgada, subindo diariamente o rio nos ciclos da maré. A abertura original, pedida à *Santa* e cumprida pela *Cobra*, ao mesmo tempo em que forma o rio pela reunião de duas águas, institui a vila através da reunião de duas populações – os *Antigos*, vindos do lago, e os pescadores costeiros sazonais, que foram sedentarizados a partir desse evento. São dois ritmos distintos que se articulam na vila, dimensões temporais expressas no comportamento das águas doce e salgada, que têm uma existência autônoma no lago e na costa, influenciando predominantemente as atividades de laguistas e pescadores de fora.

Se a elaboração da memória e o estabelecimento do ritmo de vida no Sucuriçu remetem ao rio e seu complexo regime hídrico, não se pode esquecer outro aspecto evidenciado no evento original, talvez o principal para a formação da vila: a instauração da regularidade do comércio. Comunicável apenas por via marítima, a Vila Sucuriçu só pôde surgir com a abertura da foz do rio, dando passagem às embarcações que levam o peixe e trazem mercadorias (cujo item paradigmático é a farinha). Base exclusiva da subsistência de um povoado sem agricultura, a pesca comercial tem seu ciclo de eventos dado pelos períodos do sistema aviamento – procedimentos de crédito e de produção do pescado, que colocam em relação patrões e pescadores.

Passo, então, às três ordens de temporalidade através das quais apresento o Sucuriçu – sua relação histórico-mítica com o rio, o ritmo hídrico do cotidiano e os circuitos de troca e comércio que caracterizam a relação da pesca com a distribuição do peixe e com o sistema de aviamento.

Da boca às cabeceiras: a constituição de uma identidade fluvial

A maneira como a relação entre a vila e o rio Sucuriçu é tratada, seja no próprio mito ou nos vários tropos lingüísticos que relacionam a cobra, o rio e a vila, vai além da mera associação toponímica. Na elaboração da abertura do rio e da fundação da vila num mesmo marco gerativo e nomeador, fica expressa uma forma de estabilização da identidade local a partir de dois elementos chave: a ligação vital com o comércio e a confluência dos regimes hídricos, técnicos e cosmológicos característicos do lago e da costa. Tais elementos, acionados pela *Santa* e pela *Cobra*, agentes cosmológicos característicos do universo caboclo (cf. Galvão 1976), despontam como permanências mais abrangentes diante de uma história local perpassada de intensas mudanças dos pontos de vista econômico e geográfico.

De fato, as sociedades caboclas de modo geral têm sido caracterizadas como fortemente tocadas pelas mudanças nas demandas comerciais e nas condições ambientais (Nugent 2006; Harris 2006; Lima 2006). Frente à diversidade de realidades cobertas pelo termo caboclo, Harris chega a defini-lo como um “*modo de ser no tempo*”, enfatizando uma constituição historicamente instável, associada a um processo ativo de criação dos modos de vida, ainda que haja certa continuidade do ponto de vista técnico e cosmológico (Harris 2006: 104). Tais conclusões são pertinentes no caso do Sucuriçu, e pretendo evidenciar como a relação fundamental vila-rio estabelece uma identidade estável diante de um quadro de intensas mudanças.

Com a junção dos dois tipos de pescadores na vila, e ainda que a pesca já ocorresse nos termos de uma atividade comercial, realizada a partir de um sistema similar ao dos regatões amazônicos, é somente na década de 1940 que se instala na vila o primeiro comerciante e fornecedor de crédito. Ele estabelece em seguida uma “empresa de pesca”, contando com embarcações, levando o produto para Belém e trazendo mercadorias para venda no local. Este patrão pioneiro era agente de outro, originário de Pernambuco e sediado no Bailique, que comerciava em toda a região. Mas ele logo se autonomizaria e teria a co-presença de outros comerciantes, vindos de Belém, Vigia, Viçosa, Afuá, de modo que em meados do século passado a Vila de Sucuriçu alcançaria o estatuto de um importante ponto de pesca do litoral ao norte do Amazonas (Guerra 1954: 303). Entre os anos 1960 e 1970, a vila atinge o seu auge, com mais de mil habitantes, fiscal tributário, postos médico e policial, escola e pelo menos cinquenta canoas de pesca, para as quais eram trazidos pescadores de outros locais.

Entretanto, algumas transformações regionais fazem a posição de destaque do Sucuriju entrar em declínio da década de 1970 em diante. A criação da conexão rodoviária entre Belém e as regiões nordeste e centro-sul do país e também com a região costeira do Pará (zona do Salgado), aumentou a comercialização do peixe (e a oferta de produtos industrializados), estimulando a formação de centros permanentes de pesca e de pescadores especializados, com escoamento da produção para Belém por via terrestre. A pesca então se transforma, programas de desenvolvimento trazem inovações técnicas como motores náuticos, redes de fio sintético e conservação à base de gelo (Loureiro 1985: 24-9; Furtado 1993: 337 e 1987: 50 e 69-70; Maneschy 1993: 115-7).

Começa a produzir-se em outras localidades uma forma de conservação e escoamento que no Sucuriju não se poderia executar. Numa pesca estruturada à base de salga e transporte flúvio-marítimo, a vantagem de situar-se próximo aos recursos fazia com que o sistema de conexão através das embarcações freteiras funcionasse bem, atraindo capital da região. Mas as transformações fazem o Sucuriju perder estas vantagens relativas, caracterizando-se como um local isolado a partir do novo marco das ligações rodoviárias. Como escreve Lourdes Furtado (1987: 75), analisando o caso análogo de localidades do litoral paraense, os pontos avançados no mar, até então favorecidos pelo transporte flúvio-marítimo da produção, começam a ser substituídos por antigos ou novos povoados pesqueiros, muitas vezes com menores vantagens quanto à posição fluvio-marinha, mas conectados à rede rodoviária. Fazendo parte deste complexo pesqueiro com centro em Belém, o Sucuriju vive um declínio. As empresas de pesca deixam a vila ao longo da década de 1970; os padrões quebram, mudam de atividade ou retornam para Belém ou Vigia, continuando na pesca sob o novo modelo.

Os barcos são levados a outras localidades e a vila entra num período de crise econômica que, segundo os relatos, fez reviver em alguns momentos a ignominiosa falta de farinha dos tempos originários. Tornou-se cada vez mais difícil encontrar embarcações para pescar, deu-se grande êxodo e no início da década de 1990 contavam-se cinco embarcações ativas na vila e menos de trezentos habitantes. Durante os anos oitenta os pescadores da costa passaram para atividades lacustres ou para a pesca próxima às praias, com *batelão* (embarcações a remo e a vela, com dimensões entre uma canoa e um barco). Nesse período surge no local a pesca de rede fixa na costa. Nos anos 1990 apareceria também a alternativa comercial da cata do caranguejo

(atualmente suspensa pelas autoridades ambientais), demandado pelos mercados de Belém e Macapá.

No que se refere ao domínio lacustre, é também na década de 1970 que se efetiva no Sucuriju a proibição da caça de animais de pele (jacarés, jacuruxis, lontras e sucurijus), que teve sua força em meados do século e vinha sendo feita em menor escala e dirigida a Caiena (mas que nunca superou a importância do pirarucu, segundo os relatos locais)⁷. Em 1980 é instaurada na região dos lagos a Reserva Biológica do Lago Piratuba, estabelecendo a interdição legal das atividades humanas. Consequentemente, houve diligências de fiscalização; mesmo que muito esporádicas para inibir a atividade, foram no mais das vezes truculentas, apreendendo instrumentos e pescado e chegando a incendiar *feitorias*, as palafitas que abrigam os laguistas durante as temporadas de pesca. Desde o início deste século, entretanto, outra postura tem sido adotada por funcionários dos órgãos ambientais, apontando para o diálogo e fixando acordos com a população local. Há em certa medida interesses mútuos nesse novo modelo de interação, já que o chamado “cinturão de lagos oriental”, acessado exclusivamente pelos habitantes do Sucuriju durante o século XX, passou a ter uma parte explorada também por pescadores estrangeiros à vila, por meio de uma passagem (um *varadouro*) para o mar, recém-aberta, defronte à ilha de Maracá. Essa nova forma de exploração, e a maneira nociva como tem sido caracterizada, gerou interesses mútuos entre o Ibama e a população local no que tange ao controle do acesso à região, favorecendo a criação de acordos no recente diálogo sobre o controle territorial da área.

Além disso, inúmeras transformações geomorfológicas são referidas pelos moradores locais. Cito as referências ao fato de que os lagos ficaram mais profundos nas últimas décadas, dificultando a pesca com arpão; as contínuas modificações nas condições de acesso aos lagos por meio dos rios e igarapés; e o fato principal de que, ao final de cada estação seca, a maré adentra os lagos pelo norte, chegando, algumas vezes, a deixar salobra toda a região. Isso acarreta a morte de muitos animais (como jacarés, sucurijus e pirarucus), mas traz novas espécies de peixes, associados à água salgada, o que cria ciclos de produção diferentes e com alto grau de imprevisibilidade nos lagos. Há também a referência às piranhas, que se disseminaram nos lagos há cerca de três décadas, dificultando certas modalidades de pesca. Com a proibição da captura, a

⁷ De acordo com as informações de Veríssimo (1970: 111) e Coudreau (1887: 42) já no século XIX o pirarucu é, junto com o peixe-boi, o principal produto da pesca na região de lagos ao norte do Araguari, sendo levado dali para Caiena e Belém. Ainda que descreva a região de lagos como bastante despovoada e de difícil acesso, Coudreau relata a presença de “arpoadores” vindos para a região em decorrência da Cabanagem (*idem*: 47). Anteriormente, Veríssimo (1970: 111) informa a existência de um pesqueiro real na região, durante o século XVIII.

população e o tamanho dos jacarés também aumentaram, atrapalhando e ameaçando os pescadores. Assim, o que deve ser considerado o fator crítico na reprodução da atividade lacustre não é tanto o mercado regional do pescado (que mantém demanda relativamente estável), mas as mudanças nos domínios ambiental e ambientalista.

Outro elemento desde sempre presente entre as preocupações locais é a obtenção de água potável. Situada próxima ao mar, numa região de mangue onde a maré adentra muito, salgando a água do rio e dos cursos d'água próximos, na Vila de Sucuriju a água da chuva é que serve ao consumo. Nos meses de inverno, ela é armazenada a partir do telhado das casas, o que confere grande importância aos frascos dentre os utensílios domésticos. Eles são de vinte até duzentos litros e uma unidade doméstica deve contar com um número de frascos compatível com seu tamanho, de modo que eles são oferecidos inclusive como presente de casamento. Num passado recente a obtenção de frascos era mais difícil, mas com sua produção em material plástico, o custo diminuiu e o desgaste pela oxidação não é mais problema. Além do que, hoje em dia é mais fácil encontrar frascos encostados nas praias, caídos de barcos ou navios, e a atividade de coletá-los pelas praias, juntamente com materiais como bóias e linhas, não deixa de constituir uma espécie de extrativismo de produtos industrializados.

Durante o período de estiagem, de agosto a dezembro, a solução foi sempre a mudança da família para o lago ou o empreendimento de expedições periódicas para obtenção de reservas de água portátil nos lagos ou na foz do Amazonas. Em meados da década de 1980 esse problema foi mitigado pela construção de uma caixa de concreto, onde a água das chuvas é armazenada durante o inverno para suprir o período de verão. A construção, animada por um clérigo italiano e financiada principalmente com recursos holandeses, foi realizada praticamente toda ela com mutirão de mulheres e crianças (a maioria dos homens dedicava-se à pesca). Desde então, durante o verão (agosto a dezembro) a *pegação* de água é organizada semanalmente. No período em que estive na vila, a cota era de trinta litros por pessoa, a serem retirados aos sábados.

Se a situação da vila na virada para os anos 1990 é lembrada pelos moradores locais como um tanto crítica, pareceu ainda mais problemática aos olhos das autoridades governamentais. A localidade se transformara num enclave entre a Rebio do Lago Piratuba e o mar; a pesca marítima comercial colapsara; permaneciam as dificuldades no suprimento de água potável; os obstáculos no acesso aos serviços públicos tornavam-se relativamente mais significativos, em função da crise econômica local e do isolamento em relação às redes rodoviária e elétrica, que distancia o

Sucuriju das principais ações de desenvolvimento regional. Ocorre assim uma tentativa governamental de transpor a vila para um loteamento na cidade de Amapá, alternativa rejeitada pela população local.

A partir da década de 1990, novas perspectivas se apresentam, praticamente todas relacionadas a ações estatais. Uma segunda caixa para armazenar as precipitações de inverno foi construída pelo governo estadual, melhorando o abastecimento de água potável. A difusão paulatina entre a população local de dois benefícios federais – a aposentadoria rural e o seguro desemprego da pesca, que confere um salário mínimo a cada pescador durante o período de proibição da captura de certas espécies de pescado – representa um novo modo de capitalização, utilizado na pesca, na formação de *baiúcas* (pequenos comércios) e na aquisição de bens diversos, sobretudo eletrodomésticos. Com notável velocidade espalharam-se pela vila refrigeradores e principalmente televisores, cuja quantidade saltou de um para algo em torno de sessenta aparelhos durante a última década.

A pesca costeira ganha novo fôlego nesse período, com sucessivos programas de financiamento estatal (intermediados pela colônia de pescadores), fazendo com que hoje o Sucuriju conte com mais de trinta embarcações. Ainda que as técnicas de captura, conservação e transporte do produto se mantenham, há mudanças em relação ao antigo sistema de pesca. O produto salgado, que antes abastecia cidades como Belém, segue dali para assentamentos agrícolas no interior do Pará. Hoje a propriedade das embarcações e apetrechos é disseminada entre os próprios pescadores; os atuais *patrões* fornecem crédito, intermediam a venda do peixe e comercializam mercadorias localmente, mas com menos poderio econômico do que antes – dos oito intermediários-aviadores nenhum possui mais de duas embarcações e cinco deles são originariamente pescadores locais, que obtiveram crédito com grandes comerciantes de Macapá e Belém.

Ainda que seja agora motorizada, a pesca costeira do Sucuriju se limita às proximidades da *beira*, raramente algum barco se aventurando a pescar mais afastado, com *mato sumido*, como faziam antes. Isto se deve em parte à menor dimensão das embarcações atuais, mas principalmente ao fato de que, a partir da década de 1980, proliferaram os barcos paraenses na costa do Amapá, utilizando um tipo de apetrecho (rede de *bubuia*, ou seja, flutuante à deriva), que significam competição pelos recursos e risco aos instrumentos e aos próprios barcos do Sucuriju, visto que estes pescam fixados ao fundo (chamados por isso de *escoradores*). Para

evitar um confronto desigual e potencialmente violento, estes exploram o trecho mais próximo ao litoral, onde encontram menor produtividade.

Paralelamente a todas as transformações pelas quais passou o Sucuriju durante o século XX, não devem ser ignorados os três períodos em que estiveram instaladas no local as bases de empresas petrolíferas que prospectavam a região costeira. Além disso, é preciso considerar as alterações significativas ao longo do tempo no preço de seu principal produto – a bexiga natatória da gurijuba. Conhecida regionalmente como *grude*, hoje ela rende ao pescador pelo menos três vezes mais do que a carne do peixe, mas está submetida às variações da demanda internacional e à cotação do dólar, posto que atualmente toda a produção é exportada para o consumo humano e a feitura de colas e outros subprodutos no extremo oriente (cf. Cepnor 2000 e Lisboa 2005).⁸

Esse panorama de variações na inserção regional do Sucuriju repercute na formação de uma identidade local, na constituição da especificidade do Sucuriju e do sucurijuense. O primeiro ponto a ressaltar é a exclusividade da pesca. Dizer que o Sucuriju é uma vila de pescadores não serve apenas como caracterização sócio-econômica, mas é uma forma de compreender sua inserção regional. Sim, pois não é apenas que os pescadores do Sucuriju o sejam exclusivamente (pescadores “efetivos” ou “monovalentes”, nos termos de Loureiro e Furtado), mas que na vila não há alternativa produtiva à pesca. Em boa parte das comunidades do estuário amazônico, a pecuária (sobretudo de búfalos a partir dos anos 1970), a agricultura e diversas formas de extrativismo vegetal são atividades comerciais tão ou mais importantes do que a pesca; ou pelo menos alternativas para o autoconsumo ou em momentos de crise – no Sucuriju, o pescado é a base econômica e alimentar exclusiva.

Não há criação ou cultivo, excetuando-se o complicado esforço de defender algumas plantas das inundações de água salgada para suprir, quando muito, um núcleo familiar com um pouco de ervas e verduras ou dispor de água de coco em algumas situações. Procedimento análogo é exigido para eventuais animais de criação (*xerimbabos*), principalmente porcos e galinhas, cuja pequena proporção sobrevive a marés, cachorros e onças para alimentar algum festejo. No dia-a-dia do Sucuriju, quando não há peixe quem tem dinheiro ou crédito obtém ovos, charque, conserva, carne de gado ou de frango, tudo trazido de outras localidades. Muito raramente há caça (capivara, cutia). Por vezes alguém – normalmente um aposentado ou um

⁸ Durante o ano e meio em que realizei incursões de campo, o preço pago ao pescador pelo quilo da *grude* variou entre R\$ 40,00 e R\$ 85,00.

patrão – se aventura a fazer uma *roça* num local um pouco menos vulnerável à água salgada, nem sempre próximo à vila; mas são projetos insipientes, que vi serem abandonados depois de uma maré especialmente violenta ou da saciação furtiva de outrem.

Outro aspecto importante referido tanto pelos moradores locais quanto pelos estrangeiros, é o risco da navegação para o *Norte*, como é designada a costa do Amapá, visto que o centro regional é a embocadura do Amazonas (onde estão cidades como Macapá, Belém, Vigia, Chaves, Afuá). O Sucuriju, estando no seu ponto crítico, a zona em torno do Cabo Norte e da ilha de Maracá, é marcado como local de navegadores destemidos: ‘*só de ouvir falar no Norte eu já tremo*’, é um tipo de comentário que o Sucuriju suscita em outras localidades. Isso não deixa de compor certa auto-imagem, tanto assim que o barco de propriedade coletiva (doador pelo governo estadual e pela *British Petroleum*, que prospecta a região) foi batizado com o nome do respeitado acidente geográfico: *Cabo Norte*.

Junto com isto, o fato de viverem em construções elevadas, numa zona salgada, inundada pelas grandes marés, de não terem outra fonte de água que o armazenamento da chuva e de estarem distantes de boa parte dos serviços públicos, são acionados na formação de uma compreensão especialmente áspera da vida local, relativamente ao contexto regional. Diante disso, existe a formulação de propriedades humanas em torno da *resistência* e da *coragem*, aliado à fartura de peixe, que evidencia a base pesqueira da comunidade. No Sucuriju, o termo *caboclo* é usado como designativo geral do sujeito humano; enquanto auto-nomeação, ele comporta sentidos como resistência, coragem, destreza. Ainda que expresse uma consciência irônica de que tais propriedades são relativas a uma posição desfavorecida num sistema regional (e mesmo nacional), o uso do termo *caboclo* no Sucuriju ressalta um valor positivo, ressaltando a capacidade de agência. Ele remete à aptidão para agir, rearranjar, *dar seu jeito* frente a condições desfavoráveis, seja um defeito no barco, a dívida com o patrão ou o ataque de um animal: ‘*caboclos daqui são assim, eles não correm sem ver do quê*’.

Com isso não quero apenas apontar para o mecanismo mais geral de fixação da identidade pela relação de contraste ou oposição, mas propor que o Sucuriju é considerado por seus próprios habitantes como o resultado da instalação local de uma forma de vida regional. Não creio que se possa, sem incorrer em distorções, pensar no caso do Sucuriju aplicando o esquema de uma comunidade tradicional que sofre influências e pressões da sociedade envolvente sobre seu modo de vida original. Trata-se antes do contrário: um satélite desta sociedade envolvente, a um só

tempo marginal e necessário, e que se “tradicionaliza” a seu modo. O mito de origem do Sucuriju reporta-se, não a um pertencimento ancestral nem a uma criação *ex nihilo*, mas justamente à confluência para um mesmo lugar de dois modos de vida regionalmente consagrados. A Cobra-demiurgo não age criando nem transformando, mas estabelecendo a vila através da abertura de passagem. Em outras palavras, o ato de gênese é o estabelecimento de comunicação, o que, na cosmogonia local, significa a constituição de fluxo hídrico: “Assim pôde varar água, que não escorria água antes. Aí começou o Sucuriju, daí que foi a vila do Sucuriju.”

Não observei nenhuma referência da população do Sucuriju a uma ligação com modos de vida anteriores ou diferentes daqueles dois que são envolvidos em seu mito de origem e que eles sabem disseminados por toda a região do estuário do Amazonas (cf. Coudreau 1887; Veríssimo 1970; Furtado 1981, 1987 e 1993; Furtado e Nascimento 1982; Loureiro 1985; Maneschy 1993; Isaac et. al. 1998).⁹ Também do ponto de vista pessoal, ser sucurijuense não requer necessariamente ter nascido ou ter ascendência na vila. Em minhas buscas por dados genealógicos, sempre que descobria uma pessoa que não havia nascido ali, era raro que outros soubessem com exatidão de onde tinha vindo, e isso lhes parecia no mais das vezes sem importância, um fator menor. Da mesma forma, os traços fenotípicos (muito variados) e a propriedade territorial não são operadores de identificação ou segmentação local. Aliás, a propriedade durável do espaço ou dos recursos não existe, seja nos lagos, na costa ou na vila (onde, legalmente, a terra pertence à Marinha).

Assim como aponta Lima-Ayres (apud Woortmann e Woortmann 1997: 147-8; cf. também Lima 1996: 147) para o uso da terra entre caboclos amazônicos, não há no Sucuriju herança nem acumulação dos espaços e recursos; nem mesmo o trabalho transforma os lugares em bens. Se há formas mais ou menos estáveis de controle territorial no Sucuriju, elas se legitimam apenas pela presença, pela utilização, e não pela noção de pertencimento como um

⁹ Desconheço indícios que permitam mesmo supor uma relação “direta” entre os atuais habitantes do Sucuriju e as populações que ocuparam a região a norte do rio Araguari antes da conquista européia e no período subsequente, de acordo com as pesquisas arqueológicas (Meggers e Evans 1957) e etnohistóricas (Grenand e Grenand 1990; Gallois 1986). Mesmo assim, é razoável notar algumas semelhanças na interação com o ambiente e no tipo de produto comercializado, principalmente a partir das descrições de viajantes, como De La Barre (1666: 14 e 35), que relata que nesse “pays noyé”, com “árvores que parecem plantadas no mar”, barcos franceses, ingleses e holandeses vinham seguidamente abastecer-se do “lamentin” (peixe-boi) que os “Aracarets” e os “Palicours” capturavam com arpão nos “marais” e rios. Na segunda metade do século XIX, Coudreau (1887a; 1887b) descreveria nessa região a pesca do pirarucu (e também do peixe-boi) com canoas e arpão, em moldes semelhantes aos que delineou Veríssimo (1970) e como se pratica no Sucuriju atualmente.

vínculo de posse *a priori* e herdável. Isto é válido para as raras e efêmeras roças, para os lugares onde as casas são construídas na vila e principalmente para os espaços de atuação no lago e na costa. No domínio da pesca, o que dá alguma prioridade de uso, além da presença ativa do pescador num dado lugar, são as feitorias em condições de uso nos lagos e as estacas para fixação de redes nas praias costeiras – que deterioram-se rapidamente. Ainda assim, quando não estão sendo usadas por quem as construiu, o empréstimo é quase uma obrigação, e muitas vezes só é comunicado posteriormente.

De um ponto de vista geral, a identidade e a noção de pertencimento ao Sucuriju, que não obstante são muito marcadas, fundam-se na dinâmica de práticas específicas que caracterizam a vila. As capacidades para exercer as atividades de pesca geram, diga-se, uma importante especialização local entre grupos correspondentes às populações originais, denominados *laguistas* e *pescadores de fora*. A constituição desta segmentação através da inserção nos contextos técnicos do lago e da costa é, aliás, o fio condutor deste trabalho. Mas, por ora, cumpre sublinhar o caráter englobante da identidade do Sucuriju.

Ainda que assuma por vezes a forma de oposição aos bailiquienses, amapaenses, macapaenses ou belenenses, o pertencimento ao Sucuriju não é tratado como substancialidade, mas como fruto de uma prática, um hábito. Esse vínculo não é tido como uma natureza, algo que pré-organiza a socialidade, mas como um modo de ser instaurado pelo engajamento nas relações e práticas locais, que configuram alguns estereótipos, como os jeitos de remar e dançar, as habilidades em arpoar e jogar o anzol, as particularidades do comércio. Passar a beber sem problemas a água que se toma na vila, ter a pele *tuíra* (impregnada do *barro* das águas flúvio-marinhas) pela exposição às atividades em contato com a água local, por exemplo, são indicadores do processo de *se acostumar* ao Sucuriju. Quando alguém se refere a uma mudança, positiva ou negativa, nas formas de agir (a armazenagem de água, o decréscimo da cooperação entre vizinhos...), diz ‘*esse não é mais o Sucuriju*’. O que fundamenta a reprodução do Sucuriju não é alguma noção de descendência ou de essência comum, mas a renovação de um conjunto de práticas. E se é neste ponto que se estabelecem as particularidades dos sucurijuenses face aos outros povoados, cumpre apontar o contexto de práticas local e sua relação com o nexó histórico-mítico entre a vila e o rio.

Assim como as duas atividades paradigmáticas do Sucuriju são relativas a dois domínios hídrico-técnicos particulares – lago e costa – a identidade do Sucuriju é dada em sua relação com

o rio. É importante então ressaltar o que parece ser um paradoxo: a estabilidade se funda na disposição à mobilidade. A própria transformação hidrográfica da origem – a abertura do rio (cuja obstrução é apontada em 1858 pelo cartógrafo Azevedo [*apud* Silveira 1998]) – entra no rol de eventos corriqueiros na região. O surgimento, desaparecimento e deslocamento de igarapés e ilhas no intervalo de uma geração é uma constante no litoral do Amapá, especialmente na região entre o Amazonas e o Cabo Norte, de tal modo que, nessa faixa, o conhecido “dinamismo morfológico” da várzea do Amazonas (Morán 1990: 223) se vê potencializado. A plataforma continental e o continente (que se compõe de vasta planície alagada e invadida pelas marés) estão sujeitos às influências do regime de macromarés e à vazão hídrica e sedimentar do Amazonas, que geram o intenso dinamismo geomorfológico dessa região litorânea, alterando com relativa rapidez o curso dos rios e mesmo a linha de costa (Guerra 1954; Costa 1996; Silveira 1998; Gabioux 2002; Santos 2006).

A região em torno da vila é composta de mangues, várzeas e lagos (ou “campos permanentemente inundados”), não havendo nenhuma zona caracterizada como “terra firme”, livre da alagação por marés ou chuvas. O acesso à região continental para além dos lagos é extremamente difícil, tendo sido realizado em raras oportunidades por antigos laguistas, segundo contam os sucurijuenses, em expedições de vários dias lembradas como façanhas. Raridade e antiguidade semelhantes são atribuídas às expedições no sentido inverso, de pessoas vindas do Araguari ou das comunidades a oeste da região de lagos. De modo que se deve dizer que o Sucuriju apresenta-se como insula, pois fica isolado no que tange à comunicação continente adentro e relaciona-se com outras localidades apenas via marítima.

Ainda que no período de estiagem, entre as marés mais pronunciadas, algumas áreas nessa região fiquem secas por dias seguidos, leva-se uma forma de vida basicamente sobre as águas, seja em palafitas ou em embarcações. O deslocamento na região interior é efetuado em *montarias* (canoas a remo de quatro a seis metros de comprimento) sempre conforme o fluxo da maré, que chega a subir toda a extensão do rio, invertendo o sentido da corrente até as cabeceiras, no limite com os lagos. O leito do rio, os igarapés e os *caminhos* no mangue e na região de lagos são intrincados e móveis, de modo que mesmo os laguistas mais experimentados perdem em capacidade de movimentação neste meio se não o freqüentam durante vários meses.

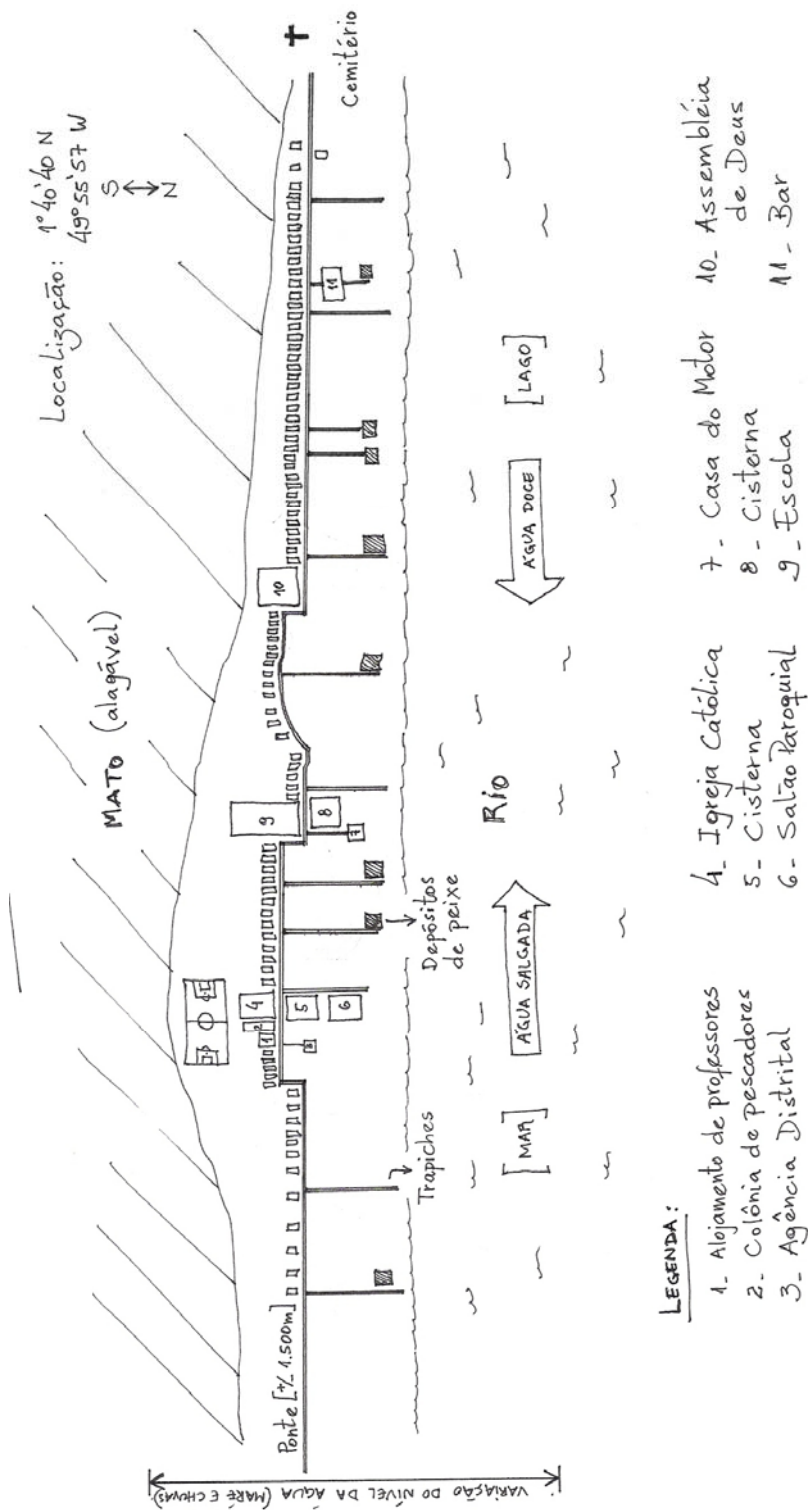
A vinculação original da vila com o rio remete a uma referência fundamental, que é o fluxo de água do Sucuriju. De modo que não seria exato dizer que a vila está estabelecida num

lugar, mas conjugada a um regime hídrico. Ela se alonga, numa linha estirada ao lado do canal principal do Sucuriju, a uma distância que a resguarda das marés mais violentas, mas próximo o bastante para que um trapiche possa dar acesso ao ponto onde os barcos flutuam nas preamares. São pouco mais de cem construções, entre casas, depósitos de peixe e outras (Igreja católica, salão paroquial, Assembléia de Deus, escola, Colônia de Pescadores, bar etc.), todas dispostas ao longo da *ponte*, uma passarela de um quilômetro e meio, à qual se ligam trapiches menores, em direção ao rio.

Esta formação é refeita em poucos anos, acompanhando as variações da embocadura do rio, provocadas pela grande mobilidade dos sedimentos. Nos últimos tempos a ponte e as casas têm elevado sua altura em relação ao solo, que vem subindo nesta margem, pois *‘a terra de ano a ano ela tem uma diferença, ela cresce’* (dona Tudica). Tanto assim que um signo da idade de uma casa é a altura de seu piso em relação ao solo e à ponte, níveis de referência que se elevam com o tempo. Conforme as mudanças na foz do rio vêm expondo a vila aos ventos, tempestades e marés, nos últimos anos as casas têm deslizado para cima, se avizinando do cemitério. Este, aliás, foi trazido da margem oposta na década passada, em caráter de urgência, antes que a maré o revolvesse ainda mais.

Alterações essas que não causam sobressaltos, mas são inerentes à vida local. É normal que onde a vila começa hoje fosse o seu final há pouco mais de duas décadas, pois, se há de fato uma noção de permanência, ela é fluida, já que o ponto de referência é o rio, que está em constante movimento. Como o rio, a vila está sempre a se refazer, a cada inverno os trapiches quando não desabam devem ser reforçados; as casas também não resistem muitos anos sem ajustes, principalmente na altura; o campo de futebol é refeito a cada ano, pois a vegetação o cobre durante o inverno, quando ele fica um semestre entre úmido e submerso.

Mapa 2 – Croqui da Vila Sucuriju



A afirmação de Morán (1990: 251) de que as populações da várzea do Amazonas devem conhecer intimamente sua variabilidade para prever as flutuações das águas e se manterem sempre no mesmo lugar reflete de modo inexato a situação do Sucuriju. Também não se trata apenas da preocupação em estar ao longo do rio para utilizar a água e facilitar o acesso das casas à única forma de transporte local (via fluvio-marinha), o que seria apenas a replicação do dito padrão adaptativo linear da vila ribeirinha amazônica (cf. Meggers 1987: 200). Mesmo se as construções ladeiam o rio, acredito ser mais pertinente formular essa situação de modo inverso. A Vila Sucuriju é uma espécie de duplo do rio, e sua permanência se baseia na articulação (mutável) com o fluxo da água. Há transformações intensas ao longo de alguns anos, às vezes meses (um inverno) – árvores, barrancos, praias, a foz do rio, os igarapés, a altura do próprio solo onde está a vila – mas o rio, o fluxo da água, é o índice de estabilidade espacial e de ordenação temporal. Em seguida abordarei as atividades que estabelecem a coordenação dinâmica entre a vida na vila e do rio. Mas é preciso dizer ainda uma palavra sobre o argumento de que a mobilidade fluvial, e não a localização terrestre, é que caracteriza o Sucuriju e seus habitantes, sendo inclusive um tema importante de sua especificidade no contexto regional.

Quando alguém se refere a toda a vila, sem exceções, é comum que se utilize a relação com o rio. Assim, um velho pescador afirmando sua habilidade, ou outro, assegurando a veracidade de um relato, dizem ao interlocutor que pode indagar sobre o assunto ‘*da boca às cabeceiras*’, ou seja, por toda a vila. E a identificação se dá também através do terceiro termo, que nomeia a ambos. Quando noutro lugar – no mar, nos lagos ou em Macapá – costuma-se dizer *vou pra Cobra*; já ao aproximar-se pelo mar, é de praxe indicar a foz do rio com a exclamação ‘*lá está, a boca da Cobra!*’. De alguém que apreciou a vila, fixando residência ou retornando sempre, diz-se que ‘*depois que a Cobra abraça, não solta mais*’. Há inúmeras outras formas em que essa relação aparece, dentre as quais a criação de um bloco de carnaval de sucurijuenses residentes em Macapá, que canta enredos sobre a vida e a pesca no Sucuriju, levando o estandarte “Unidos da Cobra Grande” e jogando com as múltiplas significações desse animal mítico.

A relação original entre a vila e o rio é revivida todos os anos no arraial em homenagem à padroeira local e a quem foi dirigida a promessa mítica, Nossa Senhora de Nazaré. A *Festa*, como é chamada, é o acontecimento mais importante da vida local, estendendo-se por oito dias de agosto com missas, jogos e bailes. Seu ponto alto é a disputa na doação de bens a serem leiloados

em prol da *Santa*, em que concorrem os dois grupos originais: laguistas e pescadores de fora. A Festa refunda o mito da junção das águas e dos pescadores num mesmo ato, e reafirma a ligação primeva entre a vila e o rio – um rio que corre nos dois sentidos. Mas o que as motivações da Festa deixam claro é que, tão repentinamente como abriu, o rio pode secar; é um princípio inerente a essa ordenação fluída do mundo. Aliás, a experiência cotidiana dos lagos não deixa esquecer que as cobras grandes geram e transformam o mundo por suas ações – ao mesmo tempo em que criam caminhos e poços profundos, ao se retirarem os fazem secar, interditando a passagem da água. Dando nome à vila e ao rio, a cobra grande é demiurgo por seu próprio movimento, assim como a morfologia da vila, que tem por natureza acompanhar as alterações do rio; e nisso reside um aspecto fundamental da memória e da identidade do Sucuriçu – a permanência do movimento.

Aqui é tudo por maré: das referências temporais no Sucuriçu

O tempo não é um panorama geral, mas antes o resultado provisório da ligação entre os seres.

B. Latour, *Jamais fomos modernos*, 1991

Seguindo a pista do tempo como entrada para a compreensão da vida no Sucuriçu, passemos a outra “ordem de temporalidade” (Gell 2001: 316). Uma vez indicada a maneira pela qual o sucuriçuenses se pensam no âmbito da história econômico-ambiental da região, tratemos das interações que tecem o dia-a-dia da vila, organizado em grande medida em torno do fluxo hídrico de que trata o mito de origem. Para notar como as atividades se distribuem e se coordenam, descrevo inicialmente um dos dias que estive no Sucuriçu.

É madrugada, cerca de quatro horas da manhã, ouve-se ao longe o som dos motores; aos poucos três barcos se aproximam, entram pelo rio e encostam nos trapiches. Chegam juntos porque pescavam próximos um ao outro, numa região não muito distante. Saem de lá quando a maré começa a encher e chegam na boca do Sucuriçu com ela quase preamar. Assim não precisam esperar, passam logo pela boca do rio. Vêm de quase três semanas pescando.

A vila, em silêncio; em suas redes as pessoas distinguem o som dos barcos que retornam e, sendo alguém que lhes diga respeito, saem do mosquiteiro para fazer um aceno ou um breve som de boas vindas. Normalmente os *camarados* (tripulantes) iriam para casa dormir, retornando ao barco pela manhã, mas nesse dia a maré fez com que chegassem

quase amanhecendo, pelo quê ficam para descarregar o peixe no trapiche de um patrão. Com o dia amanhecendo esta tarefa é mais rápida e logo finda.

Numa hora dessas os laguistas já estão chegando no Jaburu, a primeira feitoria dos lagos. Saíram três montarias da família Castro quando a maré tinha enchido um pouco, cerca de duas da manhã. É começo de *lanço*, dias de lua nova e cheia, quando as marés aumentam, e os laguistas aproveitam sua corrente para subir o rio; já os pescadores voltam, pois o mar fica perigoso para a pesca de anzol.

Quando clareia o dia, a maré já vaza. Dentro em pouco os barcos estarão *em seco*. Os encarregados dispensam os *camarados*, lembrando que na maré da tarde, quando os barcos flutuam novamente, devem retornar para descarregar o material de pesca e limpar o barco. Antes, distribuem um pouco de peixe para crianças que vêm ao barco e cada um leva uma cambada para casa. A chegada dos barcos era esperada com certa ansiedade, pois faltara peixe na vila nos últimos dias.

Passado um pouco das sete horas, inicia-se o fluxo de crianças pela ponte em direção à escola. O presidente da Colônia de Pescadores passa pouco depois, para cumprir seu expediente até dez ou onze da manhã, permanecendo ao alcance do único telefone da vila, instalado diante da Colônia. Até o momento em que ele retorna para casa, no outro extremo da vila, o movimento pela ponte é intenso: uns buscam comprar algo para o almoço nos comércios, empréstimos de ferramentas, visitas a parentes ou amigos... Quando o sol *esfol*a, esquentando de vez, busca-se o abrigo das varandas contíguas à ponte, deitando-se no jirau, à espera do almoço. Ali mesmo é feita a refeição e o descanso subsequente. O pátio das casas é o espaço diurno de ócio, comensalidade e também onde alguns permanecem o dia consertando redes. Com acesso livre à ponte, o pátio é um espaço onde se dão visitas e conversas, e de onde se aprecia todo o movimento da vila, que ocorre praticamente sem exceções pela passarela defronte às casas. Contanto não haja outro imperativo, evita-se sair antes do sol baixar um pouco.

Mas a maré chega nos barcos pouco depois do almoço. Os *camarados* voltam então para cumprir uma tarefa considerada abominável: retornar ao serviço do barco depois de já ter chegado em terra. Ao vê-los passar, um pescador resmunga que quando a maré necessária não dá justo no horário do almoço, impede a ida ao futebol, no final da tarde. É justo o que acontece neste dia.

Outros três *camarados*, entretanto, não apareceram para o futebol nem para o serviço. *Se meteram* desde cedo, bebendo no bar da vila. Na embriaguês em que já vão, ninguém sequer os chama para nenhuma das duas atividades. Sabe-se que estarão nessa prática por algum tempo.

Jogos de futebol e vôlei, com participantes de ambos os sexos e várias idades, se distribuem nos campos pequenos defronte à vila, com assistência. Já é inverno e o campo grande atrás da Igreja está impraticável. O futebol masculino e adulto acontece então na praia que a maré baixa faz surgir à beira do rio. Ali o jogo termina quando passa a pororoca, onda que marca o começo da maré enchente. Nos campinhos o jogo prossegue com a inundação, apesar da saída daqueles que vão aos trapiches encher os reservatórios domésticos de água salgada, aproveitando que o nível do rio se eleva. Pouco antes de escurecer, as picadas dos maruins encerram o lazer (se a maré viesse um pouco mais cedo, o jogo cessaria logo que ela invertesse, começando a vazar, pois seu fluxo viria de trás das casas, onde estão os banheiros e o lixo). Os participantes sobem à ponte e lavam-se do barro. São acesos recipientes com lenha (*cacos*), fazendo fumaça para minimizar o ataque

dos carapanãs à entrada da noite. Nesse momento, quase tudo se desenrola à espera do acionamento do *motor*, equipamento gerador que supre de energia elétrica toda a vila. Ouve-se o ruído da máquina diesel; instantes depois, a energia atinge as casas. Na vila tudo acende ou entra em funcionamento de uma só vez – todas as lâmpadas (não há interruptores) e em seguida, num ato quase automático, funcionam os aparelhos de som e televisores. Há gritos de júbilo aqui e acolá. As atividades seguem diversificadas – jogos de cartas, refeições, conversas, música paraense, telejornais – até que se concentram todos na novela das oito. Nesse dia, como noutros, entretenho-me com a rara sensação de caminhar pela ponte praticamente sem ser notado. Todos se voltam aos televisores no interior das casas.

O final da novela é o sinal. As pessoas que assistiam TV em outras casas dirigem-se às suas. As mulheres que estão um pouco atrasadas correm pela ponte, procurando evitar que a escuridão lhes alcance ainda longe de casa. Essa é a hora limite, sobretudo para as filhas solteiras, mas também para os cônjuges sem justificativa. O funcionário responsável fecha as janelas da *casa do motor* – último aviso – e o desliga. O silêncio desaba sobre a vila. Em seguida ao repentino cessar de aparelhos e luzes, os vizinhos se despedem, as portas se fecham. Passados alguns momentos, ninguém mais transita pela ponte, à exceção de um eventual, às vezes furtivo caminhante, tentando em vão pousar os pés sobre as tábuas sem ferir o silêncio. Os mais interessados sempre podem se inteirar e comentar maliciosamente no dia seguinte a respeito dos movimentos esquivos da noite.

Nesse dia, porém, o silêncio não é completo. Os *camarados* que chegaram da pesca, alheios a todo esse ritmo, continuam bebendo, agora reunidos sobre a caixa d'água que é também uma praça. Quando o motor desliga, seu diálogo trôpego, rasgado por cantorias, gritos e gargalhadas impõe-se sobre o Sucuriçu. De tempos em tempos um deles se levanta e, solitário, fala e caminha pela ponte. A vila ouve impassível, durante toda a noite, o rumor daqueles que, mesmo desembarcados, não se integraram ao seu cotidiano.

[Prachas 2, 3 e 4]

Não há nada nessa descrição que seja considerado extraordinário ou inabitual; entretanto, é o caso de refletir um pouco sobre a idéia de uma rotina típica no Sucuriçu. Ainda que várias dessas atividades se repitam dia após dia – o motor, as refeições, a distribuição de certas atividades ao longo do dia – há um descompasso importante a se considerar, posto que significa uma alteração constante nos ritmos das tarefas diárias. É que parte das atividades vincula-se preferencialmente ao movimento das águas fluviomarinhas, e por isso elas estão articuladas ao movimento das marés, que não segue o mesmo ciclo do sol. As saídas e retornos para o lago e para a costa, a obtenção de água do rio e várias outras atividades, extremamente importantes no cotidiano da vila, se atêm ao ciclo hídrico, e não aos dias. Em uma palavra, o cotidiano da vila se caracteriza por um descompasso entre os ciclos das *marés* – que é ligado ao movimento da lua e se expressa em diferenças de nível, velocidade, direção e salinidade do rio – e o do *dia/noite* –

que implica numa sequência de estados de luminosidade e temperatura determinados basicamente pelo movimento do sol.

Detalharei a dinâmica das marés quando tratar da pesca costeira; no momento, basta adiantar que o principal fator de influência sobre as águas marinhas é a atração da lua. O movimento básico da maré no Sucuriju – o ciclo diário de marés enchente e vazante – é referente ao dia lunar, que têm duração pouco maior que o dia solar. Portanto, ainda que existam uma *maré do dia* e outra *da noite*, elas têm um *atraso* em seu momento de ocorrência de um dia para o outro. Por isso a pororoca – onda que marca o início da maré enchente durante as luas nova e cheia – passa em frente à vila sempre num momento diferente a cada dia. Outro “descompasso” é aquele entre o sistema horário e as atividades que implicam o movimento das águas. Sendo o “tempo do relógio” uma convenção baseada nos movimentos da terra em relação ao sol, ele se encontra na mesma falta de cadência com o ciclo das marés.

É escusado dizer que não se trata aqui de pintar o cotidiano local como determinado pelo movimento dos astros. Este tipo de digressão é uma forma de exprimir inicialmente a convergência de referências temporais com ritmos distintos, o que impede de falar do Sucuriju nos termos de uma rotina centrada nos dias solares. Mas, se tem sua utilidade como marco inicial, tal esquematismo não diz muito sobre as formas de se experienciar o tempo. A propósito disso, Tim Ingold apresenta dois argumentos importantes. Primeiro ele lembra que, mesmo se vários dos fenômenos rítmicos associados à vida de uma população têm causas na mecânica dos movimentos planetários, não é em relação a isto que os seres (dentre eles os humanos) se atêm, mas às repercussões no âmbito de suas atividades (Ingold 2001: 200). Ressaltando as influências múltiplas e situacionais que configuram uma atividade no tempo, Ingold apresenta a seguinte analogia: “*in music as in social life, there is not just one rhythmic cycle, but a complex interweaving of very many concurrent cycles. (...) [T]here is no single, one-dimensional strand of time*” (*idem*: 197). A importância em ressaltar a multiplicidade de ciclos rítmicos (no lugar da concepção unilinear ou de um ciclo regular) deve ser compreendida frente a um dos pontos centrais no pensamento de Ingold, que consiste em analisar a vida social em sua manifestação concreta e dinâmica. Isto o faz propor dois termos para falar do tempo – tarefa e ressonância. A noção de *tarefa* (*task*) exprime o propósito de considerar o tempo a partir da ação; assim como afirmou Evans-Pritchard (1999) ao falar do tempo ecológico dos Nuer, as referências temporais são orientadas para tarefas, que seguem uma ordem dada nas próprias atividades, em sua

sucessão e coordenação (Ingold *idem*: 324). Além disso, a temporalidade da vida social é resultante do encontro entre ritmos diversos, numa interação que Ingold nomeia de *ressonância*, ainda numa analogia musical.

No Sucuriju existem três marcos orientadores dos acontecimentos e atividades, expressos pelos seguintes termos: a *maré*, o contraste *dia/noite* e a *hora*. Como detalharemos nos capítulos seguintes, a *maré* refere-se à seqüência de acontecimentos mais significativos para a pesca costeira; já a relação entre dia e noite e suas subdivisões é associado ao ritmo das atividades lacustres, onde as *águas paradas* não alteram a condução da atividade em função de seu fluxo. Ambos os termos se fazem presentes na ordenação do tempo na vila, articulados ainda com o tempo do relógio, que é importante em algumas atividades.

Tabela 1 : Regimes de temporalidade da vila

Ciclos orientadores	Atividades que influenciam predominantemente
Sol <i>dia/noite</i>	• alimentação • repouso/atividade
Relógio <i>horas</i>	• atividades escolares • uso do telefone público • televisão • funcionamento do motor gerador
Maré <i>enchente/vazante</i> <i>lanço/morta</i>	• recolhimento de água do rio • transporte (saídas e chegadas para o mar e o lago) • posicionamento das embarcações nos trapiches • atividades no solo em geral (futebol, construções etc.)

O mito do surgimento refere-se também à origem da maneira específica de viver o tempo na vila, que conjuga ritmos diferentes, devido ao posicionamento desta entre o mar e os lagos. A Cobra-Grande, animal pertencente ao Lago – domínio das águas paradas – desce para abrir a boca do rio, possibilitando a entrada da *maré* e dando origem ao trânsito e ao comércio necessários à fundação da vila. Se o rio Sucuriju é, em toda a sua extensão, espaço de encontro da água doce, limpa e calma, que desce vagarosamente dos lagos, com a água salgada, barrenta e movimentada que sobe em golpes violentos a partir do mar, a Vila do Sucuriju expressa em seu cotidiano dois ritmos correspondentes. Além do ambiente, das técnicas e do aporte econômico distintos, o lago e o mar implicam temporalidades diferentes, que são referidas no dia-a-dia da vila.

O rio Sucuriju assume dimensões e propriedades variáveis, não se definindo pela estabilidade de sua margem ou direção da corrente. Trata-se na verdade de uma passagem (*furo*), por onde a água dos lagos escorre para o mar e onde as marés adentram, percorrendo toda sua extensão, até o seu trecho mais próximo da região de lagos (as *cabeceiras*), sem ultrapassar este ponto. A vazão dos lagos – que alimenta o rio com água doce, limpa e grossa – é contínua, tendo variação significativa em escala anual, marcada pelas estações verão e inverno, que remetem à quantidade de chuvas que alimenta a região de lagos. Já a entrada das marés rio acima – trazendo água salobra, barrenta e fina – tem dois ciclos, que implicam em intensidades e direções de corrente particulares. O primeiro deles, é diurno, ou semidiurno: a cada período de pouco mais de doze horas há uma maré enchente e uma vazante. O outro ciclo é quinzenal, composto de uma fase em que as águas alcançam uma variação maior, durante as marés de sizígia (período de luas cheia e nova), denominado de *lanço*, e outra em que enchente e vazante diminuem sua intensidade, durante as marés de quadratura (nos quartos crescente e minguante), chamadas de marés *mortas* ou *dismortas*.

O estado do rio é considerado em articulação com três ciclos hídricos: *verão-inverno* (ciclos anuais de pluviosidade), *lanço-morta* (ciclos semanais de intensidade das marés), e *enchente-vazante* (ciclos diários de marés). Ainda que sejam os elementos de cálculo e previsão das atividades, estes termos estão sujeitos a uma série de variações dadas por qualificações específicas em alguns destes níveis e que significam uma margem de imprevisibilidade importante: chuvas fortes, um lanço mais ou menos intenso (*porrudo* ou *choco*), ventos que reforçam uma enchente etc. Melhor seria dizer que estes termos estruturantes do regime hídrico do rio não servem para antever exatamente a situação (já que apenas estabelecem previsões aproximativas), mas atuam como operadores na interação com o comportamento das águas. Esta interação, requerendo uma percepção e interpretação atenta dos movimentos, é que orienta as atividades.

Durante as marés pequenas e médias a vila fica a certa distância do leito do rio. É nos dias de grandes marés que a água adentra a área das casas, inundando a vila [prancha 1, fotos 2 e 3]. Algumas atividades são realizadas preferencialmente quando a maré está sob as construções, como encher os reservatórios de água salobra para o uso doméstico, deixar as crianças menores se divertirem na água etc. Outra forma de aproveitamento das *marés lançantes* se dá com a alagação de uma *montaria* com a água doce, ao final da maré vazante; depois, com o auxílio da

maré enchente, ela é trazida até perto da ponte para encher os vasilhames. É preciso, entretanto, arrastar o frasco ou a *montaria* um pouco pra cima (com esforço considerável, dado o atoleiro dessa área), evitando que a violência inicial da enchente os extravie ou os polua com a água salgada e barrenta. Isto não pode ser feito na alta estiagem (o *veraozão*), em que a seca é grande, pois a água do rio não *adoça* em momento algum; já durante o período mais intenso do inverno não há necessidade dessa operação, pois a água do rio fica mais próxima dos trapiches e só salga durante a enchente. Em contrapartida, certos cuidados são tomados prevendo a inundação, como retirar do chão madeiras estocadas e outros objetos, interromper trabalhos de construção, suspender animais domésticos suscetíveis ao *salobre* e apressar o término de um torneio de futebol.

Importante tarefa a ser executada em coordenação com a maré é o posicionamento e a vigilância diuturna do barco, para que ele não fique mal colocado ao apoiar-se no solo durante uma vazante e nem tombe, bata em outros barcos ou seja levado pela violência de uma maré enchente. A demarcação fundamental nesta tarefa é o *barranco*, a inclinação mais acentuada da *beira*, isto é, a margem do rio. O *barranco* marca justamente a parte do leito do rio em que a água fica restrita nas marés mortas e, nas marés de lanço, ele é o limite que atinge a violência inicial da maré enchente – acima do *barranco*, sua correnteza já não apresenta a mesma força.

Assim que, antecedendo os dias de lanço, o pescador se preocupa em ‘*puxar o barco pra cima do barranco*’ antes do final de uma maré enchente. Ele deve fazê-lo, imperiosamente, antes que a maré vazante desça do barranco, pois uma vez que o barco não se apoiou no solo em cima do barranco, não é possível deslocá-lo para cima. Se isto ocorre, o remédio é amarrá-lo bem e permanecer a bordo para, logo que a enchente (e eventualmente a pororoca) *der com ele*, soltar as amarras e acelerar o motor, direcionando-o de proa para a corrente. Sem a agilidade desta manobra, a maré pode virar o barco lateralmente e, uma vez que ele está apoiado no solo, tombá-lo. Por outro lado, se o barco fica em seco num trecho especialmente alto, num dia em que a intensidade da maré já começa a diminuir, na enchente seguinte a água não atinge mais a mesma altura e, se o pescador pretende sair com o barco antes do próximo lanço, será obrigado a solicitar a ajuda de vários outros para empurrar a embarcação, fazendo-a alcançar o leito do rio. Com as montarias existe a mesma preocupação, pois, deixadas em baixo do barranco, não raro a pororoca as danifica. Mas, como são mais leves, seu transporte para um local seguro ou dali para a água não é problema e pode ser feito mesmo por um só pescador.

Mesmo que esteja *no porto*, o posicionamento do barco conforme a maré é fator crítico em seu manejo. Por isso o barco permanece em frente à casa do encarregado ou dono, pois ele se responsabiliza por coordenar sua posição com a dinâmica do rio. Flutuando ou em seco, fundeado e/ou amarrado, em cima ou embaixo do barranco, são fatores importantes porque as relações entre o fluxo da água e as propriedades do barco, definem a segurança da embarcação e as atividades que serão ou não possíveis de se realizar no período subsequente do ciclo de marés. Se um pescador colocou o barco abaixo do barranco, é o sinal inequívoco para todos os *camarados* de que a saída será na próxima maré. Se um proprietário *puxou o barco* ao final de um lanço, sabe-se que não pretende sair até a próxima maré de lua, algumas vezes com a intenção de executar um reparo. Essas movimentações são observadas e comentadas intensamente ao longo da vila, com análises rigorosas sobre o manejo do barco ou simplesmente em tom de chacota; os equívocos ou negligências nessas operações contribuem muito para a imagem negativa de encarregados e proprietários, pois atestam publicamente, diante da vila, sua incapacidade de conduzir o barco.

Além do manejo dos barcos, o acompanhamento da maré constitui também fator importante nos preparativos que envolvem uma expedição de pesca ou uma viagem. Assim, seu ritmo influi na temporalidade da vila, não só porque a maré faz com que o rio suba, desça e tenha níveis de salinidade diferentes ao longo do dia, mas também porque os preparativos dos pescadores obedecem a esse fluxo, tendo em vista uma saída próxima, a chegada de um barco, uma maré propícia que se aproxima etc. Em função das *marés de lanço* (em lua cheia ou nova), existem períodos em que os barcos estão nos trapiches e outros em que quase todos estão pescando. Assim, é comum que vários barcos empreendam ao mesmo tempo os preparativos às saídas para a pesca, todos à espera do lanço. Quando a água *começa a puxar*, aumentado a intensidade das marés, é momento de sair para a pesca, pois o peixe *encosta* próximo ao litoral. Os lanços fixam uma regularidade à partida e o retorno dos barcos pesqueiros. Mas indicam também certos períodos em que as viagens de passageiros e carga são evitadas, dada a força das marés lançantes na região entre o Cabo Norte, a boca do Araguari e a ilha de Maracá.

Entretanto, a própria passagem pela barra do rio Sucuriçu só é possível quando a maré avoluma as águas, permitindo aos barcos transitar sem tocar o fundo. À exceção do momento mais intenso das chuvas, entre fevereiro e abril, a entrada e a saída do Sucuriçu ocorrem exclusivamente de acordo com a maré. Se, por exemplo, um barco chega de Macapá com maré

baixa, deve esperar *na boca*, para adentrar o rio quando a maré encher. Isto é perigoso em dias de lanços grandes, quando a maré enchente se inicia com a pororoca; nestes períodos, as viagens são evitadas ou então se procura chegar à boca do Sucuriju depois da pororoca ter passado. A saída também só pode ocorrer com maré grande. No verão, mesmo em situações de emergência, e ainda que o barco seja arrastado até a água, é necessário esperar que a maré enchente produza o calado suficiente à navegação. Mesmo com as variações sazonais das chuvas e quinzenais das marés, é razoável afirmar que a passagem dos barcos entre a vila e a costa se faz possível duas vezes ao dia, em períodos de algumas horas. Considerando as conseqüências importantes que as marés, a geografia e as técnicas náuticas acarretam às possibilidades de navegação no percurso entre o Sucuriju e as cidades do estuário Amazônico (principalmente Macapá e Amapá), é que se deve compreender a afirmação de um pescador, impaciente com os questionamentos de um grupo de funcionários sobre os horários do transporte desde Macapá: *‘Aqui é tudo por maré!’*. Assim também, para dar a entender, em sentido figurado, que alguém esteve rapidamente no Sucuriju, diz-se que *‘veio e voltou na mesma maré’*.

Também no trânsito entre a vila e o lago, a *subida* e a *baixada* do rio implicam em considerar o fluxo das marés, por dois motivos. Primeiro em função da correnteza: para subir o rio nas montarias a remo, os laguistas saem logo depois que a *maré encheu* (isto é, depois que começou a enchente), pois neste momento o fluxo do rio se inverte, a correnteza levando à montante. Por ocasião da baixada, é o inverso: evita-se *topar* a maré enchente no meio da descida, pois pode *dar pororoca* ou, quando não, é impossível vencer a força da maré que sobe o rio. Outro fator de importância da maré para o acesso aos lagos é o volume de água que ela aporta ao rio, um fator crítico para o deslocamento das montarias nos meses de verão, quando as cabeceiras ficam secas. Nessas ocasiões, para chegar ou voltar do lago é necessário fazê-lo quando a maré enchente chega às cabeceiras, levando água suficiente para que uma montaria possa flutuar (*buiar*). E a enchente só alcança as cabeceiras do rio nos dias de marés de lanço, isto é, em ciclos quinzenais. Portanto, para ir de um lugar nos lagos até as cabeceiras no momento propício, o pescador se guia pela forma e a posição da lua no céu, conjugando assim o seu deslocamento ao da maré. Nas palavras de seu Sabá, *‘pra gente viajar é só nas luas. Sobe na lua e baixa na lua, que aí facilita mais. Nas mortas ela [a maré] fica lá em meia viagem. Aí a gente espera né, dá a lua, que ela vem deixar a gente cá em cima [no lago].’*

Exposta, em linhas gerais, a complexidade que envolve a movimentação entre o lago e a vila, é possível prever que, ao baixar nos meses de verão, haverá uma preocupação em chegar às cabeceiras antes da maré, muitas vezes arrastando a montaria pela lama até o ponto em que, espera-se, ela chegue. Afinal, “antes a gente esperar, porque a maré não espera ninguém” (Macó). Estas previsões baseiam-se na lua, mas estão sujeitas a inúmeras variações, e o risco é ficar acima do ponto que a maré atingir; neste caso a solução é arrastar a montaria pela lama e esperar mais de doze horas pela maré subsequente. Mas, encontrando água suficiente para ir descendo o rio antes da maré chegar, é preciso não se adiantar demais, para não *topar* com a pororoca. É uma ação a ser executada em interação com diversos fatores, como o momento daquela maré, a carga da montaria, as variações de chuvas e de intensidade das marés (que alteram a situação do rio nas semanas em que o pescador permanece no lago), a possibilidade de utilizar um igarapé como atalho nos meses de inverno etc.

Portanto, e é este o ponto em que pretendia chegar, deve-se conceder um valor preeminente às marés na constituição da temporalidade do Sucuriju, já que ela fixa momentos favoráveis, e mesmo exclusivos, de passagem entre a vila, os lagos e a costa. Emprestando o termo de Cordell, em seu artigo minucioso sobre a pesca estuarina na Bahia, digamos que no Sucuriju as passagens para o lago e para a costa são “ativadas” temporariamente pela maré (Cordell 1974: 387), o que implica dizer que em determinados momentos a maré possibilita a conjugação de diversos fatores (técnicos, ambientais...) na consecução de uma atividade. Além das implicações que isto tem nas atividades desenvolvidas na costa e no lago, tanto os preparativos para uma partida quanto a expectativa de uma chegada mobilizam a vila através de um fluxo temporal referenciado na percepção sofisticada dos movimentos fluviais.

A saída de um barco envolve basicamente a preocupação com o momento da maré. É verdade que a maré da noite ou da tarde pode ser escolhida de acordo com as particularidades da viagem: se se quer passar com a luz do sol em algum ponto arriscado do percurso, ou se é preferível o embarque diurno, especialmente em viagem de passageiros. Mas o momento da partida é dado em termos da posição da maré (conforme o destino). Ainda assim, a referência do sistema horário é utilizada, mas neste caso ela assume uma forma (bastante) aproximativa. Um exemplo: numa ocasião perguntei a que horas seria a preamar, e o pescador calculou 13h30min, depois de observar o rio e de se informar que naquele momento eram 12h30min. Porém, a maré esteve cheia somente às 16h. Isso demonstra, não um equívoco do pescador, mas o despropósito

da pergunta. A conversão ao ritmo regular das horas não é algo importante para a orientação das atividades que funcionam articuladas ao fluxo da água. Tripulantes e passageiros dão uma cadência adequada às tarefas preparativas ao embarque e se colocam no trapiche no momento certo da saída de um barco, não porque tenham relógio, mas porque enxergam o rio. Isto explica porque alguém que seja recém-chegado na vila pode se encontrar várias vezes adiantado ou atrasado nos embarques, mesmo chegando na hora previamente acertada.

Não digo isto para afirmar a predominância de uma temporalidade “tradicional” sobre um tempo “moderno” no Sucuriju. Alguns autores, como Adam, alertam para o cuidado em se classificar as sociedades de acordo com referência temporais unívocas:

...few societies are nowadays completely untouched by it [clock time] – many live out a compromise between that artefactual time and their local times, but no society has completely replaced the multiplicity of social time with the singularity of clock time. In other words, there exists no society for which machine time constitutes the only source of social time (Adam 1994:516).

É certo que o “tempo do relógio” – convenção baseada nas revoluções da terra em torno do sol, fundamental para a transformação e a expansão do sistema de produção, comunicação e transportes expressos no capitalismo (Thompson apud Ingold 2000) – é utilizado como referência em algumas atividades no Sucuriju. Várias pessoas portam este artefato na vila e, a despeito de seu caráter de adorno, sua utilização como orientação para certas tarefas é inquestionável. As atividades escolares se desenrolam de acordo com as horas, assim como as combinações para a comunicação com outras localidades através do telefone. Também são pré-definidos os horários da missa dominical e da distribuição da quota de água potável (trinta litros por pessoa), que ocorre todos os sábados, durante o verão. Um dos eventos mais expressivos ligado ao sistema horário é o funcionamento do motor gerador. Mas, ainda que seja estabelecido um tempo de funcionamento padrão, de acordo com a disponibilidade de combustível (normalmente das 18 às 22h), o responsável pelo motor é quem decide acioná-lo conforme a diminuição da luminosidade; e costumeiramente o desliga ao término da novela das oito, e não às 22h.

O sistema horário fixa-se então como uma forma de referência para algumas atividades, constituindo orientação da ocorrência de eventos na vila. Entretanto, não creio que a dicotomia entre atividades governadas por um tempo do relógio e outras determinadas por um tempo local seja um bom instrumento de compreensão, pois existem na verdade articulações e conversões

entre diversos índices de referência temporal – como sol, água, lua e horas – que predominam conforme as atividades. Antes de apontar tais imbricações, rejeitemos a idéia de que o tempo do relógio seria estrangeiro, arbitrário em relação ao tempo da vila, enquanto este seria tradicional e ecológico. Afinal, enquanto artefato, o relógio é tão ‘artificial’ ou ‘externo’ quanto são as embarcações e os métodos de transporte e pesca que fazem do fluxo da água uma referência temporal. Se é certo que o sistema horário é uma convenção baseada numa regularidade astronômica, esta convenção deriva em marcações com sentido local, de acordo com as atividades que fundam uma certa socialidade (como são os momentos de acionamento e desativação do motor gerador). Por outro lado, repito, não se pode dizer que o valor temporal da maré não seja também artifício, já que ela só se constitui como um ritmo da vida local na medida em que exprime a ressonância de vários fatores, dentre eles os tipos de embarcações e as modalidades de deslocamento, de pesca e de comercialização.

Como outros índices, a marcação das horas participa do ciclo de acontecimentos locais. É claro que nisto ela apresenta especificidades, mas que estão longe de serem dadas por uma capacidade maior de padronizar e conferir exatidão, como se costuma tratar o seu papel no contexto industrial. Voltemos ao exemplo da saída de um barco. Neste caso, já o vimos, existem duas maneiras alternativas de informar a alguém sobre o momento da saída: indicando, por exemplo, que será na maré da manhã, ou dizendo que ocorrerá às oito horas. O barco sairá no momento em que a maré alcançar o estado pré-definido como ótimo para a viagem; não só porque em muitos casos ela é a condição para que o barco flutue e se movimente, mas porque a hidrodinâmica costeira orienta todo o período subsequente de deslocamento e pesca, conforme as técnicas locais. Para a saída de um barco, ainda que se possa fixar um horário, e algumas pessoas portarem relógio e às vezes referirem-se a ele, é no ‘*horário da maré*’ que a partida ocorrerá, inexorável como a de um trem britânico, deixando para trás os retardatários e fazendo saltar apressados os que se demoram em despedidas à bordo. A pontualidade existe (no sentido de precisão, exatidão), mas não é regida pelo relógio – ela se dá na convergência de fatores que não tem influência direta do sistema horário.

Por isso, o uso do relógio como indicador nas atividades vinculadas à maré envolve sempre um processo de conversão, operado de forma inexata e até com displicência no Sucuriçu. Como já foi dito, o principal determinante da maré (e na maioria das vezes o suficiente) é a lua, e seu movimento no céu não se harmoniza com o sistema sol-terra, há sempre um “atraso”. Assim,

somente por meio de um cálculo o relógio pode se tornar um índice da lua; por isso ele quase não se presta à informação sobre o estado hídrico, a não ser em alguns momentos, quando não há lua ou o céu está encoberto. O sistema horário é relativo ao sol (Sorokin e Merton apud Ingold 2001: 328), e como um artefato, a simples existência do relógio ou a referência às horas não implanta por si só o sistema de estruturação do tempo das sociedades industriais. Ele oferece modos de referência que podem constituir-se em determinantes para a ocorrência de outros eventos (como a missa ou uma chamada telefônica), mas também outros modos de referência, como aquele em que se constitui em índices secundários (e aproximativos) do local da lua ou do sol. Como artefato, o relógio tem certas potencialidades, mas seu papel só é dado pelo uso a que é submetido.

Processo análogo ocorre com o calendário (gregoriano, baseado no sol): ele têm de ser convertido às revoluções da lua. Esta conversão já é informada em muitos calendários, mas de maneira inexata para os propósitos dos pescadores do Sucuriçu. Como afirma Pelado,

tem gente que diz ‘ah, porque dia de lua [cheia] dá amanhã, dá depois...’ Não é assim não! Você tá olhando aqui na folhinha [calendário]. A folhinha tá marcando hoje dia de lua... a folhinha não marca certo não. Vai daquele que se guia em folhinha! É muito difícil folhinha dá certo em negócio de lua e quarto. Eu não me guio em folhinha não. Eu me guio, sabe por onde? Eu me guio pelos dias que se passam.

Há ainda um último aspecto a notar: esteja onde estiver (no lago, na costa, em Macapá, no Bailique ou no Amapá), ao certificar-se da posição e da forma da lua o sucuriçuense infere o estado da maré na região costeira e no Sucuriçu. É preciso lembrar que a maré desloca-se por toda a região (numa “onda de maré”, para usar a expressão oceanográfica), de modo que uma dada posição da lua no céu indica estados diferentes da água em todas as localidades. Assim, mesmo à distância é possível comentar com nostalgia sobre as atividades que se desenrolam àquele instante no Sucuriçu, calcular os movimentos realizados por pescadores ou viajantes, ou mesmo aguardar o acontecimento de um evento (a chegada ou a lavagem de um barco, por exemplo) antes de comunicar-se por telefone com alguém na vila. Em sua relação indéxica com a maré, a lua é a referência geral, interconectando temporalmente a região.

Pra bóia e pra passar: as formas de circulação do peixe nas trocas e no sistema de aviação

Almoçávamos no pátio, como de hábito, quando apontou alguém ao longe, caminhando com uma cambada de peixe pela ponte. Silvana de pronto exclamou: *‘olha, chegou comida! Fiz charque pensando que só ia chegar peixe mais tarde...’*. Mulher de Gero, pescador de fora, eles e seus três filhos foram meus anfitriões durante a pesquisa de campo. Nessa ocasião, como noutras, na falta de peixe Silvana preparou um prato alternativo, mas não deixou de lamentar a chegada fora de hora do alimento preferido. Não podia ser diferente: o charque é um subterfúgio alimentar, assim como os ovos de galinha e as conservas, também disponíveis no comércio local. Nos períodos em que não há peixe na vila, reclama-se muito sua falta, dizendo que os outros alimentos não saciam, não dão sustança. O peixe é não só o alimento mais consumido, mas o paradigma mesmo da alimentação, como mostra a reação de Silvana. Mas ele é sempre acompanhado da farinha de mandioca, cuja ausência, aliás, é absolutamente intolerável. Se o paradigma da comida e da fartura é o peixe, o da fome é a falta da farinha. É claro que quando não há peixe, e é preciso comer ovos ou charque, há sensação de privação; mas se trata da *fome de peixe*, uma ausência de substancialidade, algo que se afasta do ideal alimentar e causa certo constrangimento. A *fome* enquanto tal – sem qualificativos, carência absoluta – é a falta de farinha. É o que não deixam esquecer os tempos que antecederam a abertura do rio: *‘Aqui já houve miséria, meu amigo. Você comer sem farinha...’* Pode-se dizer então que, à semelhança do que ocorre na região amazônica (Adams et alii 2006; Morán 1990: 242)¹⁰, peixe e farinha são a base da alimentação no Sucuriju, mas segundo modalidades dignas de nota.

Na vila ou durante a pesca, preparam o peixe de vários modos – frito, assado, moqueado – mas o preferido é sem dúvida ferver em água: peixe cozido. O caldo agrada muito e tem propriedades fortificantes, além do que, aproveitam-se todos os fluídos do peixe, o rendimento é maior e fica propícia a combinação com a farinha. Sempre que há peixe cozido este fica numa panela ao chão, com todos sentados ao redor. Cada qual prepara um pirão em seu prato com

¹⁰ Um tema bastante referido pelos autores é o papel determinante dos conhecimentos e habilidades desenvolvidos pela população autóctone (particularmente em relação à pesca) no processo de colonização da Amazônia (e.g. Wagley 1988; Morán 1990; Little 2001: 16; Parker 1985; Adams et. al. 2006: 222; Loureiro 1985: 21). José Veríssimo afirma que a habilidade dos indígenas na obtenção de peixes propiciou a penetração portuguesa na região e que os pesqueiros reais puderam existir durante o século XVIII, até a reforma pombalina, enquanto a população indígena esteve “disponível” para efetuar a pesca (Veríssimo 1970: 90, 111).

farinha, que é completado abundantemente com caldo, durante toda a refeição, de modo a não ganhar consistência. Os temperos dificilmente excedem o uso de cominho, coloral e sal. Quando se faz peixe frito ou assado, ele costuma figurar como entrada ou prato auxiliar, consumido juntamente com o peixe cozido, atrativo principal. Seja na vila ou nas expedições de pesca, o caráter excepcional do assado fica explícito também em sua utilização em ocasiões particulares – se há visitas, uma data a celebrar, abundância de peixe, ou simplesmente se os pescadores se dão o prazer de *comer um assado* no intervalo do trabalho da pesca. Pode-se dizer que o cozido é em muitos casos uma demonstração de moderação, enquanto o assado se apresenta como signo da abundância e da prodigalidade, sendo inclusive a manifestação da “exo-cozinha” por excelência (cf. Lévi-Strauss [1968]; sobre a preeminência do cozido entre pescadores do Ceará, ver Peirano [1975: 16, 24]). [Prancha 5]

Emprestar a farinha, mandar o peixe: provimento e reciprocidade no consumo local

O peixe consumido é capturado localmente, mas sob modalidades distintas e num regime que merece atenção. O que se come é o chamado *peixe pra bóia*, diferente do *peixe para passar*, que compõe a *remessa*, parte destinada ao patrão. Não se trata de uma classificação *a priori* das espécies, mas da definição circunstancial entre espécimes ou partes conservados para alimentação local ou destinados ao comércio. Todos os peixes podem e são tomados para a *bóia*, mas preferencialmente os exemplares ou partes que não tem valor comercial. É assim que a esfera do comercializável influencia o paladar e estabelece, por eliminação, as iguarias da culinária sucurijuense. Do mar, os expoentes são cabeça e ova da guriuba e o *aticó* de bandeirado (filé extremamente fino, cozinhado pelo sol); do lago, aprecia-se sobretudo pirapema grande cozida e piranha assada. Ressalve-se a barriga (*ventrecha*) e o lombo (*dobrado*) do pirucu, que, não obstante seu valor comercial, os laguistas fazem questão de consumir – para desgosto dos patrões, que revendem um produto desprovido de seu melhor trecho.

Como dizia, tais regularidades são resultado da separação dos peixes, de modo que um peixe ganha estatuto de *bóia* ou de produto dependendo de como ele é encaminhado após a captura. A forma de *cuidar o peixe* é distinta: eviscera-se em todos os casos, mas para o consumo imediato (dependendo do tipo de peixe) pode-se cortá-lo em fatias ou cubos para cozer, em filé para fritar, ou apenas abri-lo ao meio para que asse com as escamas sobre a brasa. Se é transportado para o consumo na vila, devendo conservar-se por um ou dois dias, aplica-se um

pouco de sal, designando-o então *peixe de moura* – caso em que se cuida de não desidratar muito a carne, quer pela ação do sol ou do próprio sal. O *peixe para passar* é conservado também com a aplicação de sal, mas em maior quantidade, e são colocados em seguida para secagem ao sol. Além dos cortes longitudinais na carne – os *lanhos*, que propiciam maior área de contato com o sal – o peixe é eviscerado e decapitado (e descamado, quando é o caso). O peixe salgado não é muito apreciado na vila, e não é comum que, uma vez preparado para o comércio, ele revenha ao estatuto de alimento; até porque as limitações na obtenção de água doce durante o verão tornam o processo de diluição do sal contido no peixe um desperdício. Quando é *passado* ao patrão então, transformando-se em valor monetário através da pesagem, ele termina de selar seu destino e apenas nos períodos de maior escassez ele pode chegar a sair do depósito para o consumo do patrão ou de seus próximos.

Aos que passam uma temporada na vila, e mesmo a alguns habitantes do Sucuriju, intriga a recorrente escassez de peixe numa vila de pescadores, que chega a durar dias seguidos. Isto se explica também porque boa parte das pessoas capazes de suprir a vila com peixe permanece temporadas relativamente longas na costa ou no lago. Apenas quando estes retornam de suas expedições é que trazem uma parte do pescado separado da destinada ao comércio – é a chamada *bóia*, pescado dirigido ao suprimento dos parentes, vizinhos e amigos. Mas na vila também é praticada a pesca para consumo, sem objetivo comercial; ela é efetuada no rio ou na praia, e designada com a expressão *defender a bóia*. Além dos próprios pescadores que se engajam na pesca com fins comerciais, há outras pessoas capazes de efetuar esse tipo de pesca nas águas próximas: crianças, mulheres, pescadores aposentados, funcionários. Isso remete ao argumento de Alencar (1991, 1993), de que a distinção de gênero e de idades não se constrói a partir de um interdito em torno da pesca. Se há atividades relativas aos gêneros no Sucuriju, é porque a formação da masculinidade se delineia pelo provimento, derivado da pesca ‘*efetiva*’, comercial e articulada ao aviamento. Ou seja, no Sucuriju há uma inversão do que se costuma constatar para as sociedades amazônicas: a masculinidade está relacionada à farinha. Sim, pois se a captura do peixe para autoconsumo é algo compartilhado entre todos, a obtenção de farinha por meio da pesca comercial é um fator de constituição da masculinidade.

Todavia, mesmo se há várias pessoas aptas a pescar, em certos períodos a quantidade delas com disponibilidade para *defender a bóia* não é suficiente para suprir a vila. Muitas das mulheres que pescam têm o tempo dedicado ao cuidado dos filhos na ausência do marido,

enquanto vários pescadores profissionais (para quem *defender a bóia* na vila é demonstração de *disposição*) dedicam-se ao reparo de barcos e apetrechos, ou mesmo descansam de uma longa pescaria. Vide o seguinte comentário de Mira, pescador de fora, enquanto consertava rede na vila: ‘*É compadre, tá ruim. Não tem nada pra bóia. É por isso que eu gosto de estar lá fora [na pesca], por que você está sempre puxando, tem sempre a bóia*’. Apesar da propalada abundância de peixe nas águas locais, em vários períodos a captura não é suficiente para suprir toda a vila.

Um professor que lecionava uma temporada no Sucuriu inquietou-se com essa constatação (prática), e tomou a iniciativa de conversar com um pescador, entabulando um diálogo que descrevo por elucidativo. Informando-se de antemão sobre o preço do peixe e o tempo médio necessário à sua captura nas proximidades da vila, quis saber de um dos pescadores porque ele não deixava a pesca embarcada e se dedicava à captura diária no rio ou na praia, vendendo o pescado para as pessoas da vila, que compravam conserva. Segundo seus cálculos, nessa prática seria possível ganhar mais que um pescador embarcado, com o conforto da vida “em terra”. Intrigado com a proposta, o pescador respondeu que era certo: se vendesse quarenta quilos na vila conseguiria obter o valor da remuneração diária média de um pescador embarcado. Mas observou que isto seria impossível, pois ‘*não dá pra vender todo esse peixe*’, e explicou: chegando com a quantidade prevista, teria de *mandar* um tanto para a casa do sogro, outro tanto para seu pai e seus irmãos, um pouco para seus vizinhos, além de reservar para seu próprio almoço e janta. Sobrando, ele guardaria para o outro dia e, nesse caso, não havia motivo para ir pescar na manhã seguinte.

No que se refere ao consumo local, a circulação do peixe por um sistema de trocas (Mauss 2003a) se impõe ante a comercialização. O peixe é vendido na vila por poucas pessoas e em poucas situações. Em primeiro lugar, pelo motivo apresentado no diálogo acima, que faz com que a rede de reciprocidade seja mais ampliada e importante do que a rede de compradores potenciais. Vende-se numa ocasião ou outra, mas os poucos que exercem o comércio mais constante são pescadores aposentados ou estrangeiros à vila. Portanto, no âmbito da vila o peixe pra bóia percorre preferencialmente as relações de parentesco, incluindo também compadrio, vizinhança e amizade, na forma de dádiva, que parte da iniciativa do pescador e não entra numa contabilidade monetária. Notei também que a rede de parentesco e amizade confere importância especial às pessoas que têm dificuldades na obtenção do peixe, como idosos sem filhos ou um pescador com o barco em reparos. As complexas situações, inerentes às redes de troca, que

envolve sempre hierarquizar relações, é ainda mais ressaltada quando a quantidade de potenciais recebedores aumenta em situações de escassez. Mas também pelo fato, não menos importante, que a própria constituição espacial da vila faz que o pescador sempre encoste o barco ou a montaria e caminhe pela ponte revelando o resultado de sua pesca a todos e gerando expectativas para além do que pode corresponder.

Não se pede peixe a outrem, mas existem meios de fazer lembrar, ou de exercer pressão, sem incorrer na possibilidade de um constrangimento mais grave. O mais utilizado deles é o envio de crianças para solicitar o peixe. Na verdade em raras oportunidades as vi serem mandadas explicitamente ou pedirem abertamente o peixe. Nem precisam: elas simplesmente correm pelo seu espaço de brincadeiras e se aproximam, conhecendo bem as redes de parentesco e a situação alimentar de sua casa, mas comportando-se ambigualmente, entre o interesse calculado e a simples curiosidade, de tal forma que o pescador tem margem para ignorá-la, negando o peixe sem tensionar a relação.

O peixe *pra bóia* é chamado de *embiara*, designação que assinala sua ligação com o pescador que o traz; o termo *embiara* é seguido da indicação do pescador responsável pela captura e dádiva – ‘*a embiara de Fulano*’ – mesmo depois de ser repassada ao consumo de outras pessoas. Isto coloca outro problema na distribuição do peixe, que são as conseqüências que podem advir desta passagem. O peixe que circula na vila mantém relação com quem o capturou, existindo a possibilidade de que o mau uso, inadvertido ou intencional, venha a deixar o pescador *panema*, ou seja, incapaz de pescar (Galvão 1976; Wagley 1988 e DaMatta 1973). O risco da *panemeira* é mais ressaltado em relação aos peixes do lago, em especial o pirarucu, mas de modo geral aquele que oferece sempre coloca em risco a sua capacidade como pescador, pois sua presa pode receber um tratamento inadequado: alimentar uma mulher grávida, ser alvo da desconfiança de alguém, ter os restos jogados perto de dejetos humanos ou ao alcance de animais domésticos etc. Um motivo a mais, portanto, para evitar a venda de peixe no âmbito da vila, pois no círculo de dádivas é o pescador quem direciona sua *embiara* (ainda que não o faça de maneira “livre”); já no caso da venda, ele deveria entregá-la a qualquer comprador, operação que guarda um risco latente.

Após a transformação executada pela salga e secagem, o ato de *passar o peixe* – pesar e contabilizar – consoma a transformação da *embiara* em *remessa*, ao mesmo tempo passando o peixe para a propriedade do patrão e dissipando as conseqüências de seu uso sobre o pescador

que o capturou. Diferente da embiara, a remessa não representa perigo à capacidade do pescador para capturar novas presas. O peixe que é passado ao patrão entra noutro circuito, direcionado ao consumo exterior à vila. Se ‘*com a embiara de outro não se brinca*’, imperando o respeito e a circunspeção, em relação à remessa os gracejos são inúmeros, principalmente aqueles que dizem de um pescador que ele está ‘*passando peixe podre*’, referindo-se à sua (in)capacidade para o trabalho de transformar o peixe num produto com a durabilidade necessária (a depender da espécie, o peixe salgado e seco deve conservar-se por meses). Em algumas oportunidades, durante a salga e a preparação do pescado, notei a expressão de uma “ética de produção”, que se referia à preocupação distante com ‘*quem vai comer esse peixe*’. Mas este circuito da remessa também apresenta significados importantes para o pescador e seu papel na vila.

A farinha consumida no local advém unicamente por esta via, isto é, em contrapartida à venda do peixe e por intermédio dos patrões (à exceção das situações pontuais em que o pescador amealha recursos através de algum benefício governamental e compra sua própria despesa numa viagem a Belém ou Macapá). Portanto, o esquema que Morán (1990: 242) estabelece para a Amazônia – homem-peixe e mulher-mandioca – não se mostra válido no Sucuriju (como aliás noutros lugares, e.g. Viveiros de Castro 1986: 163). Ao contrário, se *defender a bóia* é uma atividade idealmente generalizada, a produção da remessa e sua passagem ao patrão – e consequentemente a obtenção da farinha – são atividades realizadas pelos homens especializados nisso: os pescadores. Ainda que nas famílias dos que trabalham nos lagos seja comum a mulher participar na captura e no tratamento do peixe, sempre vi os homens assumirem a interação com o patrão. Aliás, a própria posição de pescador é sancionada de antemão pela concessão do crédito para a expedição de pesca.

Como vimos, a circulação de peixe na vila não é em bases comerciais, dando-se na forma de dádivas que percorrem as redes de parentesco, vizinhança, compadrio e amizade, mas também em retribuição a um serviço, ao empréstimo ou doação de um objeto ou uma ferramenta etc. Já no caso da farinha, ela está implicada na relação monetarizada com o patrão. Não necessariamente está envolvido dinheiro, mas a remessa é contabilizada no caderno dos patrões, donde a mercadoria repassada anteriormente ao pescador e sua família são descontados; de maneira que, reclamam os pescadores, o patrão-comerciante lucra duas vezes, intermediando o peixe e a mercadoria em direções opostas.

A farinha não está sujeita à circulação pelo dom na vila. Ela chega à unidade doméstica ou de produção via patrão e ali é consumida. Quando há *empréstimo* de farinha, ele se configura exatamente como tal, isto é, requer a devolução o mais rápido possível e exatamente nos mesmos termos – quantidade idêntica de farinha. Nas expedições de pesca a diferença de circulação entre a farinha e o peixe fica ainda mais evidente. Constitui uma das maiores transgressões da ética pesqueira negar a outro pescador o peixe para bóia. Na pesca costeira sempre que um barco faz o sinal convencional para outro, em busca de peixe para alimentar-se, ele será atendido prontamente, sem nenhuma expectativa de retribuição. Se pedir farinha, pode até ser atendido, mas terá de devolvê-la ou pagá-la de algum modo. Nas feitorias do lago, se um pescador retorna ao fim da tarde sem ter capturado nada, ele comerá o peixe que os outros preparam, mas com sua própria farinha. Aliás, as refeições ali são sempre coletivas: quando o peixe está pronto, é colocado no centro ao grito de ‘*está rodando! Pode comerem, pode comerem...*’, então cada um se senta, após encher o prato com farinha de sua saca.

Se o mito de origem do Sucuriju e as práticas alimentares autorizam dizer para a farinha de mandioca o mesmo que Viveiros de Castro afirmou para o milho entre os Araweté – que é “*a marca da civilização*” (1986: 164) – é preciso completar que a civilização está dada no comércio. Isto não consiste em novidade, parte das discussões em torno das sociedades caboclas sendo orientadas a este ponto e fazendo ver que, mesmo se a organização do trabalho (técnicas, relações de produção) não se dá em moldes capitalistas, ela é orientada para o mercado (Harris 2006: 90). Seja o mercado tido como relação de subordinação ou condição de existência, é preciso dizer que, no caso do Sucuriju, a separação do peixe para bóia e para passar não constitui uma fronteira entre as atividades de subsistência e de comercialização do excedente. O comércio do peixe é central para a subsistência, como mostra enfaticamente sua função na obtenção de farinha e da despesa como um todo. Penso, com Lima (2006), que não é possível tomar a conexão da economia cabocla com o mercado como se tratando simplesmente de comercializar o excedente – a organização da economia doméstica e a “subsistência” têm ligação necessária com o mercado.

No caso do Sucuriju, se capturar o peixe *pra bóia* não é apanágio masculino (mulheres e crianças efetuam a captura no rio ou na praia e a rede de parentesco e amizade também o fornece), a farinha resulta das atividades que são efetuadas por homens e é o signo mesmo do provimento familiar. A obrigação de um pai é não deixar faltar farinha em sua unidade doméstica. Aliás, sobre a criação dos filhos de outro homem, costuma-se dizer que ‘*pai é quem*

dá a farinha'. Já a expressão '*comer da farinha de Fulano*' denota estar sob sua influência e autoridade. Entre pescadores, as brincadeiras e piadas em torno do consumo da farinha de um pescador pelo outro se referem invariavelmente à '*cobrança*', que deixa a entender conotações sexuais. A farinha advém da relação com o patrão e se apresenta como o signo do provimento masculino. A posição de pescador é uma forma de exercer a masculinidade sustentando seu núcleo familiar, mas não através do peixe, e sim da farinha. O '*pescador profissional*' é aquele que converte sua capacidade de captura do peixe em farinha – ele se define provendo farinha, e não peixe – por isso sua existência está vinculada à pesca comercial.

Sendo o comércio central na organização da pesca, o tema que nos interessa em particular, qual seja, a relação das técnicas de captura com a constituição da pessoa do pescador, deve ser considerado diante da ligação entre pescador e patrão, estabelecida no sistema de aviamento.

Comer a farinha, desmanchar o sal: sobre as relações pescador-(peixe)-patrão no sistema de aviamento

(...) o ato de produção é (...) ele próprio, em todos os seus momentos, igualmente um ato de consumo.

K. Marx, *Introdução geral à crítica da economia política*.

As principais operações do comércio no Sucuriju são a venda do pescado e a compra de farinha, de outros alimentos e do sal, que possibilita a conservação do peixe para sua revenda. Visto que o pescador raramente consegue vender seu próprio produto em Macapá ou Belém, esta atividade fica a cargo dos intermediários locais, chamados de patrões. Eles fornecem crédito para as expedições de pesca em forma de bens de consumo e de produção, e têm a preferência de receber como pagamento o peixe que dela resultar, conforme o sistema de aviamento característico na região amazônica.

De acordo com Roberto Santos (1980), o termo aviamento, forjado na Amazônia, designa um sistema de crédito sem dinheiro, que é utilizado desde a época da coleta de drogas do sertão, ocupou central na fase da borracha, e alcança atualmente várias esferas de produção, ainda que modificado. Consiste numa forma de crédito dirigido simultaneamente à produção e ao consumo. Quem fornece crédito é chamado aviador, quem o recebe, aviado; mas de tal modo que um aviado pode se tornar aviador de um terceiro, desdobrando a hierarquia de credores e devedores.

Portanto, o sistema inclui não apenas a díade produtor/credor, mas também outros intermediários, grandes firmas aviadoras das capitais e outras do mercado nacional e internacional (Santos 1980: 156). Considerando a sustentação e a abrangência do aviamento, Santos concebe a sociedade regional na Amazônia como um “continuum” entre os núcleos urbano e extrativista.

As sociedades de pescadores da Amazônia também se organizam em torno do chamado sistema de aviamento, de acordo com os traços básicos descritos acima. Entretanto, em alguns aspectos importantes o sistema atualmente utilizado na pesca é diferente daquele que se tornou conhecido por seu uso na extração da borracha, configurando-se “menos rígido” (Maneschy 1993: 355; e também Furtado 1987; Sousa 2000: 128; Silveira 1979; Santos 1980). Dentre as principais diferenças está o fato de, na pesca, não existirem mecanismos de coação física ou punições para manter o aviado ligado ao aviador; as dívidas não impedem o aviado de deixar um aviador e trabalhar para outro, que normalmente o aceita. Há possibilidade de escolha de parte a parte, de modo que não só o aviador como também o aviado pode decidir com quem trabalhará; aliás, boa parte das vezes é o patrão quem procura o pescador, este decidindo em função das propostas que recebe (os patrões não empreendem uma disputa em termos de preço, mas através dos demais fatores da relação com o pescador; cf. Sousa [2000]).

Além disso, no aviamento da pesca o montante do crédito é menor e o ritmo da produção traz resultados em períodos mais reduzidos. Mas nem por isso deve-se deixar de dizer que a pesca, tal qual se apresenta, deriva das condições colocadas pelo sistema de aviamento, apresentando interdependência entre aviado e aviador. Este cumpre um papel importante ao propiciar a comercialização, que na grande maioria dos casos não pode ser realizada pelo próprio pescador, a não ser nas raras situações em que as limitações de tempo, distância e capital não se lhe impõem (Furtado 1987: 303; Sousa 2000: 129; Silveira 1979: 13).

No Sucuriju o aviador também é denominado *patrão*; ele fornece os produtos necessários à subsistência do *freguês* (pescador) e de sua família durante o período de pesca, que são denominados de *despesa* e contêm alimentos básicos como farinha, óleo de cozinha, açúcar, café e insumos para a pesca como sal e combustível. Ao final do período ele recebe como forma de pagamento a *remessa*, o resultado da produção. O freguês deve entregar *toda* a remessa ao patrão; este nunca recebe a dívida em dinheiro ou outro item, mas apenas em produtos da pesca. Se o pescador continuar em dívida, pagará na próxima quinzena, se ele *saldar*, recupera a quantia

correspondente em dinheiro ou então permanece com crédito junto ao patrão, especialmente se este mantém também um comércio com alimentos e outras mercadorias.

O que define um patrão é a execução desta operação básica de crédito da despesa e recebimento da remessa, mas incluem-se três posições correlatas, que podem ou não ser exercidas por ele: a propriedade dos meios de produção, como barcos e apetrechos (redes, espinhéis etc.); a comercialização local de mercadorias (além da *despesa* fornecida aos aviados); e a intermediação da produção para Belém ou Macapá. À época da pesquisa de campo, existiam oito patrões em atividade no Sucuriju, dentre os quais seis pescadores ou ex-pescadores locais, que aviavam para as pescas costeira ou lacustre. Em relação aos três outros papéis, eles se caracterizam como segue, demonstrando a flexibilidade com que as operações de crédito, produção e comercialização se articulam localmente.

Tabela 2 – Atividades associadas ao fornecimento de crédito, conforme os patrões atuantes na Vila Sucuriju

Patrões	proprietário de barco	intermediário do pescado	comerciante de mercadorias
Chicão	X	X	X
Gena	X	X	X
Orimilton	X		X
Renato	X (2)		X
Cidico	X	X	
Careca		X	X
Castanhal		X	
Jan			X

No que se refere às relações entre freguês e patrão, tanto os autores que estudam sociedades caboclas em geral quanto os voltados às populações de pescadores dizem que esta não se dá nos termos de uma relação econômica utilitária, contratual. Ela é permeada de termos como confiança, lealdade, ajuda, e funciona conjuntamente a laços de amizade e parentesco (e.g. Guerra 1954: 306; Silveira 1979: 10; Santos 1980; Wagley 1988; Maneschy 1993: 354; Furtado 1993; Lanna 1995: 163; Harris 2006). Na dissertação *Aviamento e reciprocidade: estudo da vila de pescadores de Apeú Salvador – Viseu*, Isabel Sousa (2000) analisa justamente este aspecto, característico da pesca na região, que são as relações de troca que envolvem pescadores e patrões.

Uma primeira distinção a fazer é entre a dívida gerada pelo crédito para a *quinzena* (a expedição de pesca), que deve ser paga logo ao fim da viagem, e o crédito para comprar ou reformar apetrechos e embarcações, que é mais vultoso e leva algum tempo para ser amortizado. O aviamento da despesa para uma quinzena é um processo de troca circunscrito, e após o acerto de contas ambos estariam teoricamente livres: *‘ninguém deve nada pra ninguém’*. Diferente do aviamento na borracha, via de regra não há acúmulo de dívidas geradas pelo crédito periódico para as quinzenas. Mas quando há uma dívida maior, relativa a um apetrecho ou um reparo no barco, o pescador deve permanecer trabalhando para o patrão várias quinzenas, até conseguir pagá-la. Isso é o que Sousa chama de “dívida real”.

Entretanto, ela pergunta por que “os pescadores, mesmo depois que pagam suas dívidas, continuam fiéis aos patrões?” (Sousa 2000: 130). Questão tanto mais pertinente quanto o aviamento é concebido idealmente como um vínculo duradouro. No Sucuriju se diz que um pescador *é freguês de, compra de, pesca para, trabalha para ou passa o peixe para* um determinado patrão, indicando compromisso, mesmo que entre eles não exista débito. Os pescadores dizem com orgulho que trabalharam às vezes mais de uma década com um determinado patrão e que *‘hoje ninguém deve nada pra ninguém’*. A esta espécie de obrigação de continuidade por parte do pescador, sem que exista “dívida real”, Sousa dá o nome de “dívida imaginária” (: 123; termo que ela empresta de Geffray, mas sem o sentido de engodo, manipulação, que este autor enfatiza ao analisar a extração da borracha). Para Sousa (e ainda que ela não negue a exploração), no contexto da pesca o que explica essa “dívida imaginária” são as relações de parentesco, compadrio e amizade, abarcadas na noção de reciprocidade.

O termo se aplica às relações freguês-patrão no Sucuriju; não obstante, cabe explorar algumas variantes em torno da noção de reciprocidade. Duas análises têm interesse especial no que tange o aviamento da pesca: a distinção entre a troca e a dádiva e o caráter temporal implicado nas relações de reciprocidade. Para Descola a troca e a dádiva são dois “esquemas de relação”, assim como a predação, a proteção, a produção e a transmissão, que coexistem, modulando as maneiras de interação e criando “horizontes éticos não formulados” orientadores das ações. De um modo que convém à análise que se segue, Descola procura distinguir troca e dádiva, frisando o contrato imperioso no primeiro caso e a indeterminação no segundo:

À la différence de l’échange, en effet, le don est avant tout un geste à sens unique qui consiste à abandonner quelque chose à quelqu’un sans anticiper de compensation autre

que la reconnaissance éventuelle du destinataire. Car le retour du bienfait n'est jamais garanti dans le don, si l'on veut bien prendre cette notion dans son sens littéral : c'est une possibilité que l'on peut certes caresser, sous la forme d'un souhait tacite ou d'un calcul, mais dont la réalisation demeure indépendante de l'acte de donner lui-même... (Descola 2005: 429)

Isso remete à diferença entre duas das dimensões do aviamento. Uma delas é a *quinzena*, que implica no aviamento da *despesa* e na entrega da *remessa* para o patrão. Esta é uma relação que poderia ser considerada nos termos que Descola sublinha para a troca: ela envolve a obrigação objetiva da contraprestação (sempre em peixe, nunca em dinheiro ou outra coisa) e se encerra no acerto de contas final, ambos estando livres para repetir ou não a operação, caso não permaneçam dívidas. É uma relação que têm um termo, se fecha. Mas ela pode continuar, e o fazendo (i.e. tomando um novo aviamento), o pescador oferta de certo modo uma dádiva ao patrão, na medida em que, estritamente falando, ele não é constrangido a fazê-lo (há sempre outros padrões). E sua ação não obriga o patrão a um ato similar, mas este também entra no jogo, com dádivas de outro tipo, como a compra de encomendas na cidade, uma carona num barco freteiro para a cidade, e a relação pode evoluir inclusive para a amizade ou o compadrio.

Mas não deixemos de lado o caráter assimétrico da relação. Ao demonstrar lealdade ao patrão através da circulação de dádivas, o freguês pode ansiar por um gesto de proteção – a *ajuda*. Nesse estágio a assimetria opera no campo das expectativas: ambos interagem sabendo que o patrão tem a capacidade de *ajudar* o pescador concedendo-lhe um crédito excepcional. À sequência de dádivas e contra-dádivas o patrão pode corresponder (os *bons padrões* o fazem) com uma ação de outra ordem, e eventual, que é *ajudando* o pescador numa circunstância difícil ou num pedido especial – um adiantamento em dinheiro, a aquisição de bens de consumo ou meios de produção (apetrechos, peças de reposição para o barco etc.). Neste caso passam (ou retornam) ao estado da “dívida real”. Assim, poder-se-ia dizer que a dimensão utilitária da lealdade ao patrão não tem sua explicação reduzida ao passado (gratidão) ou ao presente (amizade), mas é na verdade uma forma de projetar isso no futuro: ela possibilita ao pescador, em caso de necessidade, passar (ou retornar) à situação de “dívida real”, a ser abatida através de sucessivas quinzenas.

Assim, para usar os termos de Descola, creio subsistirem no aviamento da pesca três esferas da relação freguês-patrão: troca, dádiva e proteção. A relação de troca se expressa na relação comercial e de crédito circunscrita na *quinzena*, e está, por sua vez, englobada pela

dádiva. É justamente a renovação de seu próprio engajamento a cada quinzena que constitui a oferta do pescador ao patrão, que evoca contra-dádivas do patrão e marca o *ethos* dominante nesse jogo de sucessão das quinzenas, em que a *lealdade* e a *amizade* imperam. Mas esse contexto fica também englobado por outro, que informa muitas das expectativas aqui subjacentes, dado na relação de proteção. Posto que já existe a relação de dádivas e contra-dádivas, o patrão pode ajudar no caso do pescador sofrer uma doença, avaria num barco, uma safra ruim ou expressar o desejo de um adiantamento ou uma compensação de pelo tempo trabalhado, mesmo que não esteja obrigado a isso – os *bons patrões* são aqueles que o fazem, o que implica também capacidade de obter crédito frente aos grandes comerciantes de Belém e Macapá. A *ajuda* implica numa dívida a ser abatida, agora sim, pela obrigatoriedade de engajar-se nas quinzenas, às vezes por anos a fio. Uma vez quitada essa dívida, retornam ao jogo de dádivas e contra-dádivas e desta forma o patrão espera que o freguês demonstre lealdade, continuando a pescar para ele mesmo quando não existir mais a dívida.

Com tais distinções quero dizer que na relação freguês-patrão estão presentes a obrigação comercial, as gentilezas de parte a parte e a subordinação; três formas de relação englobadas umas pelas outras, nesta ordem. Marcos Lanna chega a uma conclusão não muito diferente em seu estudo sobre a lógica do patronato na pesca costeira no Rio Grande do Norte:

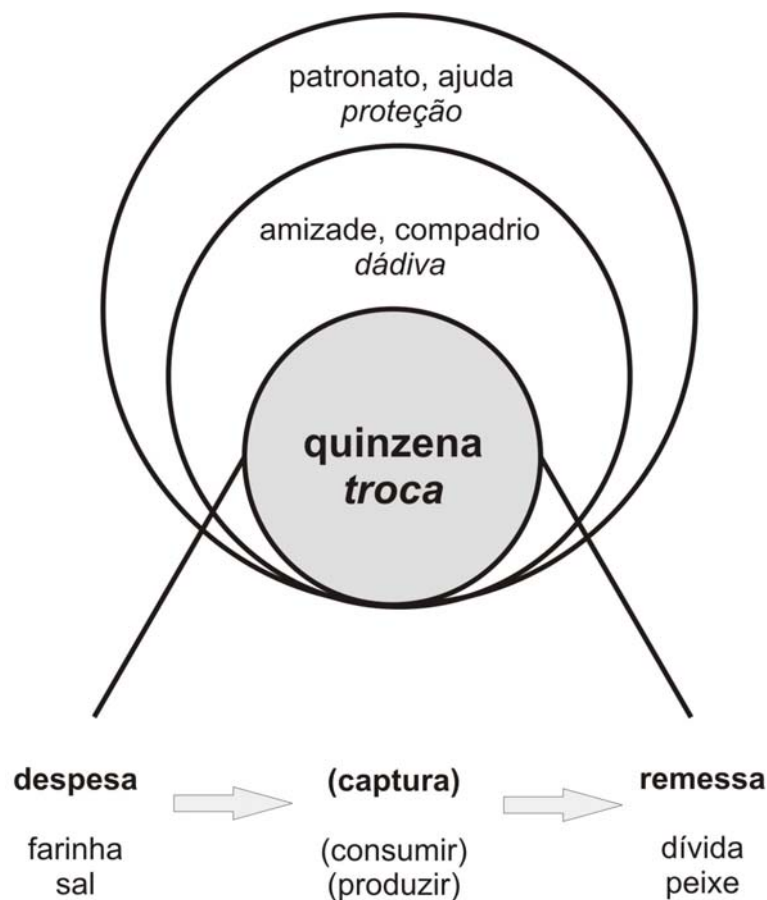
é importante ter em mente que as próprias relações de mercado ora são englobadas (quando relações de trabalho são personalizadas, por exemplo), ora tomam a forma de dádivas, por exemplo, no caso dos adiantamentos de dinheiro, que são considerados favores, gerando dívidas e subordinação (Lanna 1995: 156).

É preciso considerar esse duplo englobamento das formas de relação entre freguês e patrão (troca englobada pela dádiva e dádiva englobada pela subordinação), conforme a noção de hierarquia proposta por Dumont (1997), em que há oposição e inversão, a depender das situações. Assim, por exemplo, as situações de retirada da despesa e de passagem da remessa – que demarcam a quinzena – exigem circunspeção e o cumprimento de obrigações bem definidas pela operação comercial, não cabendo qualquer tipo de brincadeira ou ato “desinteressado” entre freguês e patrão, mesmo que sejam compadres. Já as prestações e contra-prestações envolvem um clima amistoso e um vocabulário que vai das demonstrações explícitas de lealdade às jocosidades. Comportamento que contrasta, por sua vez, com as situações delicadas e não raro

constrangedoras da relação de proteção-subordinação entre patrão e freguês quando a *ajuda* se estabelece.

Figura 1 – Relações entre pescador (freguês) e patrão.

Há três tipos de interação que se englobam: a troca, nos termos comerciais da quinzena, a dádiva, que aciona relações de amizade e compadrio, e a ajuda, que funciona nos termos da proteção.



Neste regime da relação entre freguês e patrão já estamos lidando com a qualidade temporal do aviamento, pois é justamente na sucessão (ou não) de engajamentos na quinzena que a relação entre fregueses e patrões se mostra um jogo de dádivas e evidencia a potencialidade da proteção. Entretanto, se considero aqui a operação elementar do aviamento – *despesa-remessa* – como “objeto” das estratégias de reciprocidade entre patrão e freguês, não é por desprezar sua

própria espessura. Ao contrário, chamo *elementar* não só porque ela é objeto de manejo ao longo do tempo do aviamento, mas também porque é justamente entre esses dois eventos – aviamento da despesa e passagem do peixe – que se desenrola a pesca propriamente dita e, portanto, esse intervalo deve ser tomado como a pedra angular do sistema. Chamo intervalo também propositadamente, pois o fator temporal da quinzena é o que pretendo enfatizar.

Para analisar a quinzena, deixemos de lado um instante a preocupação de distinção terminológica de Descola e revisitemos a crítica de Bourdieu à concepção lévi-straussiana de reciprocidade. Na linha de sua teoria da prática, ele a censura por mecanicista e por desconsiderar o sentido prático de que estão imbuídos os agentes. Para Bourdieu (2000: 337-8), se é certo que uma prestação é a expectativa de uma contra-prestação, isto não constitui um automatismo – a reversibilidade determinista da relação é para ele uma abstração do modelo estruturalista. Quando uma prestação é recebida, instaura-se uma situação em parte *irreversível*, pois há uma dívida e será preciso movimentar a relação de alguma forma. E neste comportamento a duração é fundamental, conferindo o sentido mesmo da ação. Devolver uma dádiva imediatamente é o mesmo que recusar a relação de obrigação, tardar-se na resposta pode ser tanto signo de negligência quanto de valorização da dívida, a depender da situação. Mas interessa aqui a conclusão mais geral da crítica de Bourdieu, qual seja, que a relação de reciprocidade implica também em manejar com o tempo.

No caso do Sucuriju, o manejo do tempo se apresenta de um modo um tanto quanto materializado. A quinzena não tem um período pré-fixado, mas é o intervalo variável entre o aviamento e o retorno à vila. Enquanto há despesa, a quinzena pode continuar; e ela diminui paulatinamente, no ritmo de seu consumo. É verdade que, quando o pescador sai da vila, a despesa fica anotada nos cadernos do patrão, mas inicialmente a dívida é, em certo sentido, uma virtualidade, que se efetiva de acordo com o desenrolar de seu consumo. Isto porque há duas coisas a serem utilizadas, com sentidos opostos para a composição da remessa: a farinha e o sal.

Comer a farinha é o ato que configura de fato a dívida da pesca. Desaparecendo no ritmo da manutenção do próprio pescador, esta não deixa de ser uma forma orgânica de contrair a dívida. E quando a farinha acaba, é preciso retornar à vila, com o que houver. Já *desmanchar o sal* significa justamente usar o meio necessário para cuidar o peixe, tornando-o um produto para compor a remessa. Quando ele acaba, também é preciso voltar à vila, mas em condição favorável. Portanto, são duas formas de consumo, uma regular, inexorável, que marca a presença do patrão

na pesca – a alguém que descansa durante a pesca costuma-se perguntar, em tom jocoso: *‘vai ficar só comendo a farinha do Homem?’* O outro consumo refere-se ao terceiro termo envolvido na quinzena. Além do patrão e do pescador, existe também o peixe. E só se desmancha o sal capturando o peixe, daí a duração e o rendimento das quinzenas serem irregulares por definição.

Portanto, a farinha é signo da extensão da quinzena e o sal de seu rendimento. Numa das histórias prediletas da vila, conta-se o caso recente de um jovem que foi ao lago como piloto de um pescador mais experiente. Mais interessado, entretanto, em retornar à vila para rever sua nova namorada do que em saldar ao final da quinzena, ele foi descoberto escoando para a água um pouco de farinha a cada dia, pensando assim em apressar o reencontro. O papel do sal como signo da efetividade da pesca também é assunto de brincadeiras. Enquanto embarca sua despesa, mostrando pela quantidade de sal a expectativa que tem naquela quinzena, é comum que o pescador ouça algum observador gaiato perguntar-lhe o motivo de levar tantas sacas de sal para passear. Mas as sacas de sal também podem provocar mal-estar: certa vez um pescador adentrou o rio com várias sacas de sal vazias penduradas no barco, como para secá-las, mas segundo muitos com o intuito de ostentar a excelente quinzena, o que gerou rumores.

Claro que há outros fatores concorrendo para o fim da quinzena, como os momentos propícios de retorno para a vila de acordo com as marés, a condição alimentar da família que ficou na vila, um recado do patrão dizendo que o peixe deve ser enviado para a cidade no próximo barco etc. Além disso, a menos que se dê pelo consumo completo de um dos itens, o retorno envolve também um cálculo do pescador em torno do gasto de farinha e de sal. Ou seja, quando as capturas estão insatisfatórias, *‘mais antes a gente voltar pra Cobra do que ficar só comendo a farinha do Homem’*. Mas isso depende da relação com o patrão; um pescador que mantém uma relação antiga de lealdade com o patrão, pode *‘fincar o pé o tempo que for, até dar com o peixe’*, mesmo que isto se configure numa estratégia frustrada, acarretando em prejuízos para aquela quinzena.

Nisso tudo é possível entrever outro aspecto da concepção temporal da reciprocidade, que para os propósitos dessa análise do aviamento na pesca é ainda mais relevante. Para Bourdieu, se as ações que se desenrolam não permitem pensar o período entre a prestação e a contraprestação de modo determinístico, é porque *“l’incertitude sur l’issue de l’interaction demeure, aussi longtemps que la séquence n’est pas achevée”* (Bourdieu 2000: 346). No aviamento, também, não há relação automática entre despesa e remessa: o pescador pode desviar sua produção a outro

intermediário (*fazer tubarão*), o patrão mudar as condições de preço ou refugar um produto etc. Mas a principal incerteza está dada na pesca propriamente dita. É bem verdade que para Boudieu a incerteza “*trouve son fondement objectif dans la logique probabiliste des lois sociales*” (*ibidem*); mas creio ser possível pensar a pesca nestes termos, desde que incluamos no âmbito da “logique probabiliste” o universo das técnicas de pesca, entendido como a relação prática com o peixe e o ambiente.

Se há um fator de incerteza na relação do aviamento, ele não pode ser restringido às estratégias sociais da relação entre freguês e patrão. Falando sobre o aviamento, seu Nestor, pescador aposentado do Sucuriçu, diz que o problema da relação entre freguês e patrão está num terceiro termo: a questão é que ‘*o peixe tem rabo: tem vezes que a gente não arruma!*’. De fato, é preciso considerar mais um âmbito de interações entre agentes, dado na captura. Aliás, o caráter imprevisível da atividade de captura é mesmo usado como definição da pesca nos trabalhos que buscam delinear sínteses (e.g. Besançon 1965; Acheson 1981; Diegues 1983; Maldonado 1986; Geistdoerfer 1987 e 2004; Collet 2004). O que não quer dizer, entretanto, que a imprevisibilidade signifique acaso. Como os demais autores, Cordell (1974) rejeita enfaticamente esse tipo de idéia, apontando para o conhecimento e o saber-fazer sofisticados que conduzem a pesca.

Se for certo que o pescador é instituído na articulação entre o patrão e o peixe, entre a farinha e o sal, entre o crédito e a técnica – em suma, na conjugação dos feixes de interação dados pelo comércio e pela captura – então a simples afirmação de que ele se faz pescador pela propriedade de um conhecimento ou uma habilidade não serve como resposta, mas deve entabular justamente o problema principal: *como* o pescador se constitui nesse feixe de relações extrativas e comerciais? Coloque-se tal questão nos termos do Sucuriçu, em que duas formas diferentes de pesca propiciam uma visão comparativa deste problema. Sabe-se que tanto laguistas quanto pescadores de fora são ‘*machos*’ por meio de sua atividade, vinculando a captura do peixe com o provimento da despesa necessário à reprodução de sua unidade doméstica. Os padrões também são os mesmos e o aviamento funciona de modo semelhante, mas a articulação de todo este sistema ocorre diferentemente. Farinha, sal, humanos e peixes se envolvem de modo particular no lago e na costa, pois as interações entre pescadores e peixes são específicas, assim como as maneiras de *arrumar* o pescado. Os dois grupos de pescadores existentes no Sucuriçu – laguistas e pescadores de fora – se assemelham muito pouco em suas formas de *comer a farinha* e de *desmanchar o sal*.

Diante de vários elementos que caracterizam a socialidade da vila, os dois grupos de pescadores apresentam modos de vida e concepções de pessoa particulares, associados diretamente ao modo como eles se envolvem na atividade dos lagos e da costa. Se laguistas e pescadores se apresentam como distintamente constituídos, mesmo que diante dos traços comuns do Sucuriju – uma origem, uma história e uma existência elaboradas em torno do rio, aos ritmos da vida cotidiana e ao sistema de aviamento – é no envolvimento na atividade de captura nos lagos e na costa que se deve buscar as respostas. É isto que passo a analisar a partir de agora.

Capítulo 2

Lago: acoplamento técnico, comunicação e predação

O lago é uma região alagada composta de várzeas, manguezais e campos alagados (cf. mapa 1, página 02), em que há na verdade vários lagos com nomes e características distintas, e onde a principal atividade é a captura do pirarucu¹¹ com montarias para dois remadores e arpão. A forma de organizar a ida para os lagos é variável, mas se baseia na atividade dos *proeiros*, como são chamados os laguistas responsáveis por conduzir a atividade, capturar o peixe, e efetuar a relação de aviamento. Cada proeiro ocupa sua montaria, às vezes compondo grupos (*companhas*) com outras, mas sempre mantendo a autonomia na atividade de captura e no deslocamento. O proeiro pode ir sozinho em sua montaria, mas o mais comum é que leve consigo um *piloto*, que rema à popa e efetua tarefas complementares na captura e na produção do peixe. Alguns proeiros vão acompanhados dos filhos pequenos e da mulher, que podem ocupar o centro da montaria e executar a função de piloto. Uma vez nos lagos, eles habitam as *feitorias*, palafitas de onde saem diariamente para empreender a captura.

Até então o termo pesca foi utilizado para designar as atividades costeiras e lacustres praticadas pela população da vila de Sucuriju, mas uma observação precisa ser feita. De fato, no horizonte dos estudos sócio-antropológicos, o Sucuriju guarda inúmeras semelhanças com as populações de pescadores, particularmente aquelas do estuário amazônico, dada sua forma de vida, sua relação com o ambiente hídrico e suas instituições. Mais do que isso, do ponto de vista das categorias nativas a pesca é um termo que tem alcance geral, abarcando tanto as atividades do

¹¹ O pirarucu ocorre por toda a bacia amazônica, em águas pretas, claras e com sedimentos. Provavelmente o maior peixe dessa região e o maior peixe de escamas do mundo, ele atinge até 3 metros e 200 kg. Da família dos osteoglossídeos, gênero *Arapaima*, é predador de pequenos peixes, moluscos, crustáceos e insetos, ocupando o nível mais alto na cadeia trófica dos sistemas aquáticos. Sua denominação vem do tupi *pira* = peixe, *urucu* = vermelho, provavelmente pela forte coloração avermelhada que apresenta em trechos da cauda e do dorso. Têm respiração mista – aérea e aquática – ambas obrigatórias durante todo o ciclo de vida; estudos calculam que ele se asfixia caso fique mais de 24 horas fora d'água ou até cerca de quarenta minutos sem emergir para tomar ar. Sua bexiga natatória desenvolvida e muito vascularizada funciona como pulmão, talvez em decorrência de um processo de adaptação aos cursos d'água pouco oxigenados da Amazônia (cf. Imbiriba 1994; Junk 1983; Martinelli et. al. 1999; Neves 2000; Queiroz 1999).

lago quanto da costa. Todos são nomeados *pescadores* frente à Colônia de pesca, as diversas esferas governamentais, o sistema de aviação e os estrangeiros de modo geral.

Todavia, essa denominação *omnibus* não impede que na vila exista um contraste entre laguistas e pescadores de fora. Afirmar que alguém ‘*está pescando*’ é indicar, sem lugar a dúvidas, que está na costa, no mar. No âmbito da comunicabilidade intra-vila, o termo *pesca* não é usado para indicar a atividade lacustre; de quem está no lago diz-se que está *aí pra cima, pra dentro* ou simplesmente *pro lago* – o termo *pesca* não cabe para designar a atividade em si. E mesmo durante a quinzena, quando um laguista sai da feitoria para a atividade de captura propriamente dita, a expressão usada é *mariscar*. Ao verbo junta-se o substantivo, *marisco*, que designa o momento ou a atividade de procura pelo peixe. Também a ação de captura não é formulada como pescar, mas *pegar*: *peguei um pirarucu, peguei muito peixinho*.

Não deixa de haver semelhanças da atividade dos lagos com a caça, tanto que alguns autores chegam a usar este termo para referir-se à pesca do pirarucu. Veríssimo (1970: 30) o reserva para designar uma modalidade de captura que prescinde da montaria, indo os “*caçadores*” com arpão à mão e caminhando no fundo do lago. Já Murrieta (2001: 121) registra a utilização do termo “*caçada*” entre uma população do baixo Amazonas para designar a busca pelo pirarucu. No Sucuriju, o termo é usado muito esporadicamente para referir-se ao lago.

A reflexão sobre o contraste entre caça e pesca não vem aqui a propósito de um interesse de tipificação¹², mas como subsídio para a compreensão da prática dos lagos. E isto a começar pela própria maneira como a técnica é considerada, privilegiando o gesto e não os elementos envolvidos (animais ou ambiente da ação), conforme o pressuposto básico de Leroi-Gourhan. Estabelecendo que a guerra, a caça e a pesca se assemelham como formas de aquisição violenta de seres vivos, inclusive em suas técnicas, Leroi-Gourhan (2002: 10 e 70) insinua o caráter pouco informativo dessas categorias gerais do ponto de vista tecnológico, declarando que “*après avoir pêché des oiseaux et chassée des poissons, le cloisonnement entre la chasse et la pêche paraît moins rigoureux (...)*”.

Também do ponto de vista etnográfico, o termo *pesca* suscita certos cuidados. Em muitas situações, o termo *pesca* ou um equivalente, que se refira de modo geral à captura de animais

¹² Não é o caso aqui de usar a distinção entre laguistas e pescadores para dialogar com as tipificações de sociedades de pescadores e caçadores, como a estabelecida por Serge Collet (1991) em relação aos aspectos de parentesco (matrilocalidade e patrilocalidade), situação no espaço (sedentarismo e nomadismo) e uso dos recursos (acumulação e igualitarismo).

aquáticos, não existe. Descola, por exemplo, comenta que entre os Achuar não há um termo que designe todas as formas de captura de peixes; há na verdade termos que se referem a cada modalidade, de acordo com sua técnica (arpão, linha e barragem): “*la pêche se trouve donc atomisée dans le lexique achuar en autant d’expressions singulières qu’il y a de méthodes de capture des poissons*” (1986: 341). É também em função do tipo de relação técnica que se estabelece com o animal – coleta ou então combate, perfuração e armadilhas – que os tipos de “pesca” são repartidos entre mulheres e homens, respectivamente (: 336 e 341). Isso apenas para dizer que, como categorias da compreensão antropológica, os termos *caça* e *pesca* não são elucidativos por si mesmo, pois abarcam sob um mesmo termo práticas muito diferentes, normalmente sob a justificativa de separá-las segundo o habitat do animal capturado – aquático ou terrestre. O que nem sempre se mostra o principal critério nativo de caracterização das práticas, onde parecem influir muito mais as formas de interação técnica entre humanos e animais; tanto assim que a etnologia amazônica aponta em várias situações a semelhança entre a predação de animais terrestres ou aquáticos, tanto no vocabulário quanto na prática (e.g. Galvão 1976, Wagley 1988, Viveiros de Castro 2002: 357; Descola 1994: 48; Århem 1996: 190).

Dito isto, e a despeito das similitudes e diferenças que possam existir entre os artefatos, o tipo de animal procurado e os meios, o contraste entre caça e pesca é discutido aqui porque a prática dos laguistas evoca uma série de características similares aos que a etnologia de populações centradas na predação animal tem apontado. Na literatura sobre o tema, encontram-se valorizados (diferencialmente) os seguintes aspectos: a atividade de captura é dotada de um componente agonístico, com aspectos de satisfação, muito mais que uma atitude de esforço ou obrigação laboral; a obtenção da carne é mais do que captura, significa relacionar-se com os “mestres” ou “donos” dos animais; os animais têm características semelhantes às dos humanos e a interação com eles é de suma importância na formação da pessoa do caçador; a predação não depende apenas das habilidades do caçador, mas da “cumplicidade” da presa; a morte é erotizada (cf. Erikson 1987; Descola 1986, 1996, 2005, 2006; Viveiros de Castro 1986, 1996, 2002; Århem 1996, 1998, 2001; Taylor 1998, 2000; Silverwood-Cope 1990; Clastres 1982, 1995; Ingold 1986, 2000; DaMatta 1973; Wagley 1988; Galvão 1976).

Essa aproximação das atividades do Sucuriju com o campo etnológico da caça serve como instrumento de análise das atividades lacustres, mas também para compreender as diferenças entre laguistas e pescadores costeiros. O fato dos sucurijuenses não tratarem as atividades

lacustres como pesca significam, no mínimo, que as características e propriedades dos peixes, dos humanos e dos objetos são diferentes das encontradas no contexto marítimo. Mesmo tendo vários aspectos em comum, como o horizonte histórico e econômico dado pela vila e pela origem migratória da população, e muitas vezes a própria descendência familiar dos indivíduos, nos impõe a questão de que as atividades no mar e no lago geram formas diferentes de se coordenar às coisas. Não se trata de advogar um determinismo técnico, antes de mais nada porque não é o caso de separar como duas séries causais os fatores simbólico-culturais e os técnico-econômicos. As características da atividade lacustre que guardam paralelos com as discussões sobre a predação serão abordadas conforme lidamos com a prática dos laguistas.

Caminho através dos seres

A *subida* do rio Sucuriçu costuma ser menos desgastante e problemática que o retorno dos lagos à vila. Para *baixar* o laguista encontra a maré durante a viagem, devendo estimar o momento e a intensidade em que ela se lhe apresentará em sentido contrário, para em seguida tirar proveito da vazante. Já ao partir da vila, ele pode aguardar a maré começar a encher, avaliar seu vigor, e só então tomar o rio junto com ela. A subida ocorre nas enchentes, preferencialmente nos dias de *lanço* (em torno das luas nova e cheia), quando a força da maré é maior: *‘pra gente viajar, é só nas luas. Sobe na lua e baixa na lua, que aí facilita mais. Nas mortas a maré fica lá em meia viagem. Aí a gente espera né, dá a lua, que ela vem deixar a gente cá em cima [no lago]’* (Sabá). No inverno a maré contrapõe o fluxo que desce dos lagos, diminuindo o esforço da remada; no verão ela leva água aos trechos superiores do rio, que ficam secos, inviáveis à navegação. Outra vantagem da subida é a possibilidade de levantar vela e se valer dos ventos, que raramente podem ser aproveitados a jusante. Sem contar que os laguistas costumam iniciar suas viagens à noite, de modo que nas subidas o rio é percorrido em marés noturnas, com temperatura amena, e nas baixadas quase sempre sob os efeitos deletérios do sol equatorial.

À medida que se sobe o leito do rio, as modificações são notáveis, desde a largura, que da foz às cabeceiras diminui de cerca de duas centenas a três ou quatro metros, passando pela qualidade da água, que fica menos salobra e barrenta, e pela vegetação, que ganha em altura e densidade. A vegetação das margens é composta de taboca, açai, mas sobretudo de siriúba e mangueiro; as duas últimas predominam, respectivamente, nos terrenos mais firmes e nas imediações lamacentas dos igarapés e canais de marés conectados ao rio. Estas plantas são

importantes também na região de lagos, o que não impede que exista uma transição abrupta nas cabeceiras, marcando a entrada numa paisagem distinta, onde aparecem também outras plantas aquáticas, flutuantes ou fixas (apé, fusil, orelha de poraquê, canarana, aninga etc.). Em relação às aves, se no curso do rio estão sobretudo bandos de garças e guarás vermelhos e cinzas, adentrando o lago este panorama se diversifica com a presença de cararás, patos, piaçocas etc.

Para chegar ao mais longínquo dos lagos no auge da seca pode ser preciso até vinte horas de viagem a remo. O trajeto do rio é apenas uma fração do percurso, cumprida em cerca de quatro horas, que culmina com a passagem pelas cabeceiras e a chegada na *Espera* ou no *Escavado*, pequenos lagos onde a paisagem se transforma. Ali a maré não chega, e na baixada este é o último ponto de parada antes de tomar o rio, onde há quatro feitorias. A vinda de qualquer parte no lago implica em passar pela *Espera* ou pelo *Escavado*, ainda que não esteja programada uma parada. Contudo, o mais comum é que mesmo tendo vinculado seu movimento ao da lua, calculando encontrar a maré nas cabeceiras, o laguista utilize este local para afinar o ajuste entre seu movimento e o da maré – daí, muito provavelmente, o nome *Espera*. As cabeceiras e a parte superior do rio formam um trecho bastante complicado de ser atravessado. Se no inverno há *cachoeiras*, ou seja, corredeiras mais fortes, que exigem perícia para desviar dos troncos as montarias carregadas, durante a estiagem há o risco de ficar *em seco*, tendo de esperar a maré do dia seguinte ou empurrar a montaria entre troncos caídos sobre a lama, que neste trecho superior do rio se forma devido à grande quantidade de sedimentos não consolidados, e onde os laguistas chegam a afundar mais da metade do corpo. A restrição da mobilidade nestas situações faz com que *dormir nas cabeceiras* não apenas cause desconforto, mas exponha o laguista à falta de alimento e água potável, às ofensivas de carapanãs e mesmo à possibilidade, nunca consumada mas jamais negligenciada, do ataque de uma onça (mais inquietante se o laguista leva uma criança e vai sem arma de fogo). Seria presunçoso querer sistematizar as incontáveis possibilidades de interação envolvidas nesta passagem; para mostrar o tipo de preocupação que pode existir, descrevo uma viagem de retorno da *Maresia*, um dos lagos mais distantes.

Como de hábito, aquele dia não se produziu acordo no debate entre os três irmãos, cada um responsável por sua própria montaria, que pensavam aproveitar a *puxada* da água nos dias de lua para chegar à vila. Estas conversas funcionam o mais das vezes como troca de informações, e culminam com a decisão pessoal de cada proeiro. Eu acompanhava Macó, e ele decidiu sair de madrugada, para alcançar a maré da tarde nas cabeceiras. Caso a

maré chegasse já na boca da noite, dormiríamos no *Escavado* e pegaríamos a maré seguinte, no início da manhã. Partimos então às 3h, e pouco depois a lua despontou no horizonte, mas quase não ajudava a discernir o intrincado *caminho do Justo*, através de mangais (i.e. florestas de mangue) fechados. Fizemos o percurso quase todo por dentro de mangais, pela madrugada e a manhã, chegando na feitoria do Escavado antes das 14h, com o sol *esfolado*, sem nuvem alguma. Saltamos e, depois de um dia ingerindo pequenas quantidades de café e de chibé (farinha com água), enfim comemos o aruanã moqueado, alimento preferido das viagens. Tínhamos matado um pirarucu que atravessou nosso caminho, sinal que Macó estava *feliz*, dissipando de uma vez por todas a *panemeira* que o atormentava; ele o esfolou, lanhou e salgou. Arci estava há alguns dias na feitoria ao lado e informou que a maré estava chegando nas cabeceiras naqueles dias; advertiu sobre uma onça que rondava e nos emprestou um *caco* para fazermos fumaça na montaria e espantar os insetos do crepúsculo; pediu que levássemos um pouco de peixe para sua mulher. Daí pra frente ficamos atentos aos três sinais que indicam a posição da maré. O primeiro é sua zoadá *pra fora*, no mar; em seguida a lua desponta no horizonte, o que indica que a maré já está *porruda* no rio, defronte à vila; cerca de uma a duas horas depois, quando a lua está alta, acima do mato, a maré já está *porruda nas cabeceiras* (este tempo é variável, pois nas marés mortas a maré *atrasa* um pouco em relação ao movimento da lua). Saímos da feitoria antecipadamente e fomos *só escorregando...* Macó explicava que *‘é melhor a gente esperar ela [a maré] do que ela esperar a gente. Se for deixar por ela, ela vaza e a gente não pega ela’*. Por volta de 16h a montaria *ensecou* nas cabeceiras e começamos a remar na lama, tentando avançar o máximo possível. A maré já estrondava *lá pra fora*, no mar, o que gerava ansiedade. A preocupação era não ficar muito acima no leito do rio, onde ela não chegasse, e nem chegar tarde demais, depois que ela já tivesse vazado. Saltamos na lama para empurrar a montaria, e depois começamos a *puxar pau*, que significa retirar os troncos ou passar as montarias sobre eles, executando alavancas. Alcançaram-nos três outras montarias e agora nos movimentávamos mais rápido, todos reunidos para manejar as embarcações. Paramos às 17:20h – os troncos impediam a passagem e apenas um fio de água barrenta escorria pelo rio. Houve grande apreensão: mesmo se a posição da lua indicava que a água ainda vinha subindo, não seria aquela uma maré *jita* (pequena), que não ia *chegar com a gente*? Nada a fazer se não esperar. A noite se apresentava e, entre a impotência e a expectativa, envoltos na copiosa fumaça que mal espantava a nuvem de carapanãs, os diálogos eram monossilábicos. Por vezes alguma brincadeira sobre a (im)possibilidade de armar a rede por ali mesmo... Menos de uma hora depois a maré chegou, derramando-se barrenta e mansa pelo leito do rio; em minutos as montarias *buiaram*, podendo seguir viagem a remo contra a débil correnteza a montante. Íamos por um atalho de inverno, o *igarapé do Jaburu*, e em menos de duas horas chegamos à vila, tendo de parar na beira a meia viagem, para esperar passar a segunda força da maré – uma correnteza mais forte, que dura algumas dezenas de minutos. Os outros dois irmãos, Antenor e Borcage, vieram na maré seguinte, mas já a encontraram mais acima nas cabeceiras e gabavam-se de terem evitado *puxar pau* e empurrar a montaria pela lama.

A relação com a maré exige cautela. Do mesmo modo que propicia o deslocamento, ela pode também se apresentar violenta ao laguista; a maré *puxa*, vindo em direção às cabeceiras, e isto encerra certos riscos. Na viagem descrita acima, a preocupação foi sobretudo com alcançá-la,

mas a maré ainda cresceria nos quatro dias seguintes, pois ainda era antevéspera de lua cheia. Noutra ocasião, no início do inverno, participei de uma baixada nos dias de marés grandes, quando a ocorrência de pororoca é praticamente certa, restando saber o seu tamanho. Vindos de várias partes do lago e aguardando a maré da manhã na feitoria do Escavado, mais de dez laguistas discutiam sobre as estratégias para baixar rumo à vila. Ainda que as decisões deixassem transparecer as estratégias individuais diante da situação, as preocupações em não encontrar com a pororoca foram compartilhadas. Dependendo do tamanho, a pororoca pode ser *aparada*, isto é, o laguista pode neutralizar seu ímpeto pelo posicionamento da montaria, mas em seguida vem a forte correnteza, com muitos troncos. Outra saída é evitar o encontro, puxando a montaria para a margem e tirando-a da água. Antenor aponta as possíveis consequências, quando lembra uma viagem que fez com seu pai:

Nós não sabia se dava pororoca ainda [naquele dia]. Chegou [mais abaixo do rio] ela vinha porrudona mesmo, de lado a lado a bichona, toda quebrada. Aí um pessoal ia na nossa frente, ganharam a beira, e nós fomos parar bem no meio assim. Nós viu que ela vinha lisa no meio, quando acaba ela quebrou tudinho, chegou pra perto de nós. Aí a montaria não aguentou, alagou. Perdemos tudinho os tambor d'água que nós levava, com água doce. Aí nós perdemos a montaria e eu fui m'embora pra beira, que eu era moleque... A maré corria, quase eu ainda morro afogado, no meio dos pau.

O modo como é vivida a relação com a maré diz muito sobre a forma de interação na região dos lagos. O termo *espera* é comum, qualificando vários lugares em que um laguista costuma aguardar os movimentos de um outro ser, normalmente do pirarucu, e levando seu nome, como a *Espera do Chico Torres*, por exemplo. Mas aqui a *Espera* não é vinculada a nenhum laguista em especial; trata-se de um ponto freqüentado por todos, onde cada laguista se depara com a maré, interagindo com ela, procurando antecipar e reagir bem a seus movimentos. A interação com a maré é considerada de acordo com sua forma de ação, que é avaliada de acordo com as capacidades de reação dos laguistas, incluindo o tamanho e a carga da montaria, a força do piloto que levam etc. Por isso, se em algumas situações o problema é alcançá-la para aproveitar sua presença (*'a maré já tá zoando lá pra fora, convidando o caboclo pra baixar...'*), noutros é preciso evitá-la, cuidando para não ser vítima de seu potencial agressivo (*'na Espera ela não faz nada pra gente'*). O problema é que no mais das vezes as duas atitudes se impõem. Veremos adiante que este é um fator importante na maioria das outras interações a que os laguistas estão sujeitos, a tal ponto que as propriedades das interações entre os diversos seres é

que configuram a espacialidade dos lagos. A exemplo da *Espera*, no lago como um todo é preciso pensar nos termos de uma “*phenomenological topoanalysis*” (Casey 1996: 25), em que cada lugar se caracteriza por uma “intencionalidade operativa”, evocando e articulando as propriedades dos agentes humanos e não-humanos.

Na região dos lagos, permanentemente alagada, os bosques de siriúbas e mangueiros formam *ilhas* e *mangais*, que contrastam com lagos de todos os tamanhos, onde há grande variedade de macrófitas aquáticas. Disto resultam diversas paisagens, denominadas conforme uma tipologia dos lugares, tendo como ponto comum a presença de água. Segundo a compreensão local, seria melhor dizer, inversamente, que toda a região é um grande alagado – chamado *o lago* – e que as ilhas e mangais constituem obstáculos, impedindo ou dificultando a passagem da montaria, de modo que as possibilidades de deslocamento humano e não-humano fixa as características principais de cada lugar. O mangal apresenta vegetação densa e alagada, onde o trânsito se dá por corredores estreitos e sinuosos; já as ilhas são núcleos de vegetação que impedem a passagem das montarias, e quando ali desembarcam, normalmente em perseguição a algum pássaro ou peixe embrenhado, os laguistas se apóiam no emaranhado de raízes flexíveis elevadas sobre a água. A decomposição das macrófitas aquáticas faz com que exista uma camada de matéria orgânica submersa, que pode chegar a vários metros, de modo que no verão algumas partes mais rasas se configuram num caldo de *cerrado podre* que dificulta a navegação. O fato de que parte destas plantas morra ou se reproduza em alguns meses, e se movimente ao sabor dos ventos ao longo do dia, altera com rapidez a configuração dos lagos. Independentemente destas modificações, os espaços abertos entre ilhas e mangais são nomeados da seguinte forma: *lagos* e *laguinhos* são os grandes trechos de água sem obstáculos; seus apêndices são chamados *enseadas*; *regos* são trechos compridos e estreitos, como que canalizados pelas árvores; *abertas* são pequenos lagos que se apresentam no meio dos mangais; e *escavado* é uma área em que há pequenos agrupamentos de vegetação espalhados, que estorvam a possibilidade de visualização e deslocamento.

Logo veremos que a própria configuração desta hidrografia (de suas fronteiras e características) se fundamenta na relação de predação e remete às ações gerativas e destrutivas de seres como os *donos* dos animais e as *cobras grandes*. Mas notemos antes que a topologia dos lagos diz respeito às formas de deslocamento. Os *laguistas* navegam em *montarias* de quatro a seis metros de comprimento, cuja propulsão é realizada de ordinário por duas pessoas, uma na

proa, outra na popa, remando cada qual com um remo, em lados opostos e em sincronia. Todavia, o remo desempenha outros modos de propulsão, a depender de como é manejado (em viagem ou perseguição, no lago ou dentro do mangue...), e pode mesmo ser substituído ou articulado a outros instrumentos. Para os lagos e enseadas, se o vento é propício, emprega-se a vela; três laguistas usam também pequenos motores de popa (*rabeta*) acoplados às embarcações, o que produz resultados semelhantes à vela, mas implica no custo do combustível. Nos mangais a propulsão da montaria se dá pelo uso do remo contra a água, as árvores e os troncos submersos; também as mãos são empregadas, puxando ou empurrando os troncos e raízes que ficam rente à montaria. Onde há muita vegetação submersa e de superfície, o que ocorre especialmente nos escavados e regos durante o verão, o remo é usado como alavanca de força; em situações extremas é usada também a *forquilha*, que consiste numa vara de cerca de cinco metros, com a extremidade inferior em “v” para favorecer seu impulso contra os vegetais e o barro do fundo [prancha 6].

Além dessa tipificação topográfica baseada nos modos de deslocamento aquático, as localidades também são nomeadas de ordinário por algum evento, pelo nome de um laguista, animal ou planta cuja frequência ou morada num local são significativas. Assim, por exemplo, o *escavado do Justo*, o *rego da Cobra*, a *ilha das Guaribas*, a *enseada do raio* etc. Os deslocamentos através desse ambiente são realizados pelos *caminhos*, que transpassam e conectam os lugares. O caminho resulta do próprio trânsito, humano e não humano, dadas as transformações que ele opera no ambiente. Vários seres, como jacarés, pirarucus, sucurijs e laguistas, têm uma *batida*, isto é, um rastro que altera o local com sua passagem. O laguista, por exemplo, revolve a vegetação aquática e o *barro do fundo*, além de cortar pedaços das raízes aéreas e dos galhos com o *terçado* (facão). Os caminhos de humanos e animais são mantidos pelo uso constante; a ausência faz *tapar* os caminhos. Na verdade, mesmo quando passam a ser ignorados, os caminhos ainda permanecem, pois se trata da ligação entre dois lugares cuja existência é sabida; ocorre que, pela falta de hábito ou por outros motivos, os laguistas não mais podem discerni-los ou atravessá-los.

Tudo depende de uma *prática do caminho* adquirida em anos de experiência, até que se possa atravessá-lo por si só. Os caminhos que implicam em passar através de mangais, às vezes por toda uma jornada, podem ser percorridos por poucos laguistas acostumados ao seu trânsito, os demais dependendo de suas orientações. Se os estreitos corredores entre a vegetação são em

certa medida intuitivos aos olhos habituados, a cada *aberta* uma infinidade de entradas se apresenta; literalmente falando, só uma vida passando por ali é capaz de levar ao bom encadeamento da longa seqüência de escolhas que o laguista deve fazer para se deslocar. Ainda assim, um laguista mais experimentado também se perde, às vezes por estar meses afastado do lago, por distrair-se enquanto seu piloto rema no rumo errado, ou ainda por uma chuva muito forte ou o fim das pilhas da lanterna, que estorvam a percepção. Os caminhos estão sujeitos a uma série de alterações e, como os laguistas dominam somente aqueles em que transitam freqüentemente, é comum que eles tenham de se valer de um colega para tomar outra via, quando a habitual está obstruída por troncos caídos, pela vegetação ou por uma seca intensa.

Mas o trânsito dos caminhos está sujeito também à influência do *dono* de determinada região, que pode *soprar* aos ouvidos dos laguistas uma direção equivocada, ou fazer determinado caminho desaparecer aos seus olhos, que o vêem encoberto pela vegetação. Com este artifício o dono mantém certos lagos *encantados*, ou seja, inacessíveis. Além disso, em alguns casos os donos movem a vegetação aquática em direção a um *varador* que conecta dois lugares importantes, ou ao canto de um lago, tornando o deslocamento dos laguistas muito custoso e praticamente impedindo a captura de peixes. Mas nem sempre é o dono que transporta a vegetação; ela também se move de um dia para outro ao sabor do vento, podendo inclusive *cerrar* toda uma região durante meses.

Portanto, o caminho é um processo, e se as ações do laguista produzem os seus próprios, eles cruzam os caminhos dos animais. Eles estão em níveis diferentes – normalmente o laguista vai à superfície e os principais animais, submersos – mas acontece de os dois caminhos estarem sobrepostos, como nos mangais, onde a vegetação não raro constrange humanos e animais aquáticos ao mesmo traçado. Nestes locais, a facilidade do encontro e a redução a uma mesma arena de mobilidade complicam a tentativa de fuga do pirarucu, mas também expõem o laguista ao ataque de um jacaré. Que pese as especificidades e limitações deste processo, é possível dizer que assim como os laguistas, vários seres (talvez todos) têm a capacidade de gerar caminhos através de seu próprio corpo, em função do uso que fazem dos espaços. Ou melhor, eles fazem do espaço um hábito, acoplando a ele suas propriedades motoras e perceptivas – *se acostumando* – e modelando o espaço através de sua própria presença. Não estamos longe da noção de *dwelling* (morada), que Ingold (2000) emprega para sublinhar o caráter prático e interativo entre os seres e o ambiente.

Aliás, de acordo com essa percepção prática, do ponto de vista ontológico, o lago enquanto tal se constitui pela morada de um ser dotado de extraordinário poder para mover-se e criar seus próprios caminhos. Assim como aconteceu ao próprio rio Sucuriçu, são as *cobras grandes* que modelam os cursos d'água no lago, gerando em seus deslocamentos os trechos fundos e secos. Os lugares onde a profundidade é grande indicam que ela *'faz sua casa'* nas imediações, pois ela *'cava'*: *'onde ela mora é fundo, chega mete medo'*. Se ficar raso, é sinal que ela foi embora ou morreu: *'ah, não tá mais ali; agora tá tudo seco, a montaria anda embarrando!'*. E ela dita não apenas a presença de água (meio essencial para o deslocamento humano e animal), mas também de vegetação, pois suas dimensões corporais lhe conferem a capacidade de gerar seu caminho independentemente do que se lhe interponha:

É terra,apé [vegetação aquática], tudinho. O rumo que ela marcar, ela vai partindo; é barranco, é ilha, tudinho. Vai rachando tudo no meio. Ela leva na cara, ela vai partindo, ela vai com força. Isso tem muita sustança! (Magrinho)

As cobras grandes são serpentes enormes, normalmente criadas a partir de um sucuriçu. É uma cobra que se agigantou, elevando suas propriedades corporais – peso, tamanho, velocidade – a um estatuto diferenciado, e por isso tornando-se um ser especial e respeitado pelos demais. Seus atos mais prosaicos causam comoção no ambiente: quando come, a ilha onde mora treme; se sai para andar, troveja, há tempestade e todos os bichos *gritam*; ao mover-se submersa, desloca grande quantidade de água na superfície. Suspeita-se que, quando ela fica muito grande, já não saia em busca de comida, dispondo de sucuriçus menores como *mariscadores*. Talvez por isso não seja um animal comum de ser visto; ela se mostra preferencialmente à noite, quando seus olhos emitem um *foco* luminoso, como o de uma lanterna. É arriscado andar em certos lugares quando o sol se põe, nessas ocasiões os poços fundos são especialmente temidos e sistematicamente evitados; vários laguistas já tiveram de buscar refúgio numa ilha durante toda a noite, acossados por uma cobra grande.

Ainda que ela seja o predador mais temido, sua perseguição ao homem não costuma ser tida como premeditada, com objetivos alimentares ou como forma de violência gratuita. Experiência apavorante, sem dúvida, que já levou laguistas à loucura ou ao exílio dos lagos; mas é antes uma casualidade – caminhos que se cruzaram – ou, principalmente, uma “lição” pelo exagero de algum laguista: *'porque muitas vez tem gente que quer abusar das coisas que não deve abusar'*, explica Paroca. Aqueles que *malinam* dos animais, os perturbam durante a noite,

ou capturam além do que deveriam, estão especialmente sujeitos à ação da cobra grande, que serve para mostrar que *‘têm um dono naquele lugar’*. Ela estabelece uma limitação de acesso aos recursos, salvaguardando uma “ética da caça”. Antes de tratar disso, porém, vejamos os desdobramentos que suas capacidades físicas extraordinárias têm para a compreensão das interações entre os diversos seres que habitam os lagos.

Campo operatório: ecologia da comunicação e predação

O comportamento e as propriedades significativas dos seres que vivem nos lagos evocam relações de captura, não consistindo exagero dizer que os laguistas povoam um mundo organizado em torno dos aspectos da predação. Assim como concluem boa parte das etnologias de populações de caçadores, também no Sucuriju é preciso assumir que a cadeia trófica tem importância central na compreensão dos humanos, de sua organização e de suas considerações sobre o ambiente. Mas não creio que assumir a importância da predação deva levar automaticamente a reduzir a relação entre os seres e com o ambiente a um sistema de trocas energéticas, mesmo que expresso e regulado pela cosmologia. Se devemos lançar mão de uma perspectiva ecológica para compreender as relações entre seres humanos e não-humanos no lago do Sucuriju, é a uma ecologia da interação e da prática que devemos recorrer. No lugar de uma ecologia das trocas energéticas, que buscaria criar uma homologia entre as bases físicas da pirâmide alimentar e a ordenação simbólica do mundo, creio que se trata antes de uma ecologia da comunicação e da ação, onde o fator propriamente ecológico está dado no comportamento dos seres (humanos e não-humanos) uns face aos outros.

Duas vertentes dão sustentação a tal postura: a) as argumentações da ecosemiótica, que busca ultrapassar os dualismos material/comunicativo, biofísico/simbólico, estendendo os significados ao mundo físico (Sebeok 1988; North 2001; Hornborg 2001; cf. Peirce 1999); e b) as perspectivas influenciadas pela psicologia ecológica gibsoniana, que propõem a rejeição das dicotomias percepção/ação e organismo/ambiente, considerando o acoplamento como o processo chave de definição tanto do sujeito quanto do mundo (Ingold 2000; Reed 1988; cf. Gibson 1979). Ambas as vertentes são influenciadas pela idéia central do biólogo Jakob von Uexküll (1982), que, utilizando a noção de *Umwelt* (“mundo-próprio”, segundo a tradução portuguesa), propôs considerar que existem múltiplos ambientes, cada um composto por um conjunto de significados

e possibilidades de ação conforme a perspectiva do animal (humanos incluídos).¹³ Edward Reed sublinha esse tipo de idéia como a de maior interesse para as ciências sociais voltadas a uma abordagem ecológica:

As the environment of which we are speaking is a *populated* one, we are not simply interested in the objective categorizations of those ecologists who are concerned primarily with the energetics of material transfer in the ecosystem (...). On the contrary, we want to discover what distinguishes animate from inanimate objects in ways that are relevant to the animals [humans included] concerned (Reed 1988: 113; cf. também Bateson 2000: 459).

É bem verdade que vincular os comportamentos alimentares com as possibilidades de predação dadas nas configurações anatômico-funcionais implica em qualificar as espécies umas em relação às outras de modo hierárquico. Mas isso não autoriza a traduzir as interações nos lagos como um quadro estagnado das espécies, onde cada ser resumiria seu papel ao posto que lhe cabe na pirâmide alimentar e na ordem simbólica sobreposta a ela. Diferentemente, penso que o sentido de cada ser é dado em suas formas de ação; suas capacidades corporais são mobilizadas em situações específicas e de acordo com as reações de outros seres.

Passo a um exemplo. A partir das histórias e preocupações que compartilhei com os laguistas do Sucuriçu, algumas vezes apresentei-lhes a hipótese do encontro entre uma onça e uma cobra grande, os predadores mais respeitados e de comportamento solitário. As respostas transitavam entre a ignorância sobre se tal situação assombrosa já ocorrera e a conjectura que, dados seus equipamentos corporais, a onça deveria *levar largura* no seco, a cobra grande na água. O raciocínio é que esta é insuperável em velocidade e força no meio líquido, mas quando em lugar seco, expõe seu corpanzil aos ataques rápidos; já a onça é mais lenta e limitada em seus

¹³ Cito trecho da réplica de Uexküll à crítica behaviorista que lhe fizera Hartmann, eminente zoólogo, à época diretor do Instituto Max-Planck: “Devo principalmente observar que é erro: primeiro, encarregar um químico, em vez de um historiador da arte, de criticar um quadro; segundo, confiar a apreciação de uma sinfonia a um físico, em vez de a confiar a um músico; terceiro, em vez de chamar um biólogo, conceder a um mecânico o direito de apreciar a realidade dos comportamentos de todos os organismos, apenas na medida em que elas obedecem à lei da conservação de energia. Os comportamentos não são simples movimentos ou tropismos: consistem em *aperceber* e *actuar* e são regulados não apenas mecanicamente mas também segundo o significado” (Uexküll 1982: 228-9, tradução portuguesa). Sobre os desdobramentos disso, vejamos outra passagem, onde ele trata do conceito de *Umwelt*: “Então considerará os animais, não já como meros objectos, mas como sujeitos, cuja actividade essencial consiste em assinalar e actuar. Com o fazê-lo abre-se já a porta que conduz aos mundos-próprios animais, porque tudo aquilo que um sujeito assinala passa a ser o seu mundo-de-percepção, e o que ele realiza, o seu mundo-de-acção. Mundo-de-percepção e mundo-de-acção constituem uma unidade íntegra – o mundo-próprio [*Umwelt*] do sujeito” (*idem*: 25). Vale observar que Ingold reporta-se à tradução de *Umwelt* para o inglês como “subjective universe” (Ingold 1988: 13).

dotes agressivos na água, mas quando salta numa ilha, mostra extrema agilidade sobre as raízes de mangueiro e *‘sua mão é feito o anzol, quando pega, não larga mais’*. Disto emergem diversas variações, a depender das circunstâncias do encontro, que mudariam as possibilidades de parte a parte. Ou seja, trata-se de dois seres que ocupam o topo da cadeia alimentar, mas cujos potenciais ofensivos e defensivos apenas se concretizam nas situações reais de interação e a depender das qualidades e ações do adversário. Evidentemente, existem no lago comportamentos alimentares recorrentes e, obviamente, não se sabe de nenhum peixe cujas circunstâncias lhe possibilitaram predação de uma onça; mas o exemplo limítrofe do encontro entre a cobra grande e a onça nos mostra que, no que concerne as relações entre os seres, o que é preeminente não é a padronização das trocas energéticas pelos grupos de animais classificados segundo seus traços anatômicos, mas o modo como estes traços se articulam nas interações de predação e fuga entre indivíduos em situações concretas.

O exemplo mais claro disso é o tamanho. Ora, a cobra grande é completamente diferente de um sucuriçu; no entanto, sabe-se que ela não é mais do que um sucuriçu crescido, e é o fato mesmo de ter faculdades corporais aumentadas que a torna um ser diferenciado, justamente porque estas são dadas *em relação*, e não segundo critérios taxionômicos fixos. E isto se repete com outros seres, que têm designativos distintos para os indivíduos cujo grande porte torna diferenciados: *membeca* para o jacaré, *Ela* para a pirapema etc. Além disso, os laguistas entendem as capacidades corporais como potenciais a serem agenciados na prática, de modo que todos os seres, inclusive o homem, podem *marcar*, isto é, bobear diante de um outro ser, expondo-se a um ataque ou perdendo a chance de efetuá-lo quando o *enseio* (ensejo) se colocou.

O caráter situacional das propriedades físicas também remete ao fato de que elas se produzem na relação com o ambiente. A questão da cobra e da onça o demonstra, mas isso é igualmente perceptível nas situações práticas em que estão envolvidos os laguistas. Um mau lugar para encontrar um jacaré grande é onde há pouca profundidade, pois, se quiser, ele pode tomar impulso no solo e pular sobre a montaria. Já encontrar uma onça na água não representa perigo, e pode-se mesmo aproximar dela, mas cuidando de não deixá-la *pôr a mão* na montaria, pois ela a *tomaria*. Já encontrá-la numa ilha, sem arma de fogo, é situação completamente diferente. Além do ambiente, a posição relativa em que se encontram os corpos é absolutamente essencial para indicar suas possibilidades de interação.

É claro que os encontros com estes grandes predadores em situação de perigo são raros; mas eles não saem jamais do horizonte comportamental dos laguistas (e talvez justamente por isto sejam incomuns), que se percebem e agem sem desconsiderar a possibilidade de passar a ocupar repentinamente o outro lado do binômio presa-predador. Isso é na verdade um princípio mais geral. Também a relação com o pirarucu, principal engajamento do laguista, só pode ser compreendida com base numa leitura situacional das propriedades de deslocamento, percepção e ataque em que ambos se encontram. Pirarucu ou laguista buscam sempre levar um ao outro para locais que favoreçam relativamente suas próprias ações. E a própria relação com o peixe é vista com base nas possibilidades de inversão, mesmo que o pirarucu não ameace fisicamente o laguista.

Como não poderia deixar de ser, tal forma de interação corresponde a uma configuração espacial. Ao se posicionar ou transitar pelos lagos, o laguista existe no ambiente de acordo com as projeções de sua percepção e de sua capacidade de ação. Algumas expressões denotam essa forma de estar no espaço: a *posição* em relação a outro ser ou a *feição* em que um corpo se encontra, tendo em vista sua possibilidade de ação sobre outro. Para formular isso, emprego o termo “campo operatório”, dando a entender a projeção no ambiente das capacidades de percepção e ação que gravitam em torno do laguista e dos demais seres. Utilizo essa expressão inspirado em Leroi-Gourhan (1991), que trata o “comportamento operatório” como uma forma de definir os seres (inclusive humanos) a partir de suas possibilidades de relação ativa com o ambiente. Transponho este argumento mais geral para o nível propriamente etnológico, incorporando a preeminência que Leroi-Gourhan confere à ação (ao “gesto” e ao “ritmo”), considerando a técnica como fenômeno que institui o ser (humano ou animal), inclusive em sua dimensão biológica (orgânica).

Outro fator ineludível nos lagos é que as ações implicam o engajamento perceptivo; assim, ao falar de campo operatório, não estou me referindo à percepção passiva de um ambiente exterior objetificado. É preciso considerar a percepção como uma forma de ação, à semelhança do que propõe a psicologia ecológica de James Gibson (1979). Para Gibson, a percepção leva em conta as possibilidades de movimento; perceber é captar as informações sobre o que *afford* (propicia, segundo a tradução de Velho 2001) o sujeito que percebe, oferecendo-lhe possibilidades de atuação segundo suas próprias características. Isto é, cada ser percebe o mundo conforme pode agir – pelas *affordances* que se dão na sua relação com o ambiente –, por isso o

ambiente existe nas possibilidades de cada organismo e de modo diferente para cada um deles. Na leitura fenomenológica que Ingold faz de Gibson, ele ressalta que “*the world emerges with its properties alongside the emergence of the perceiver in person*” (Ingold 2000: 168).

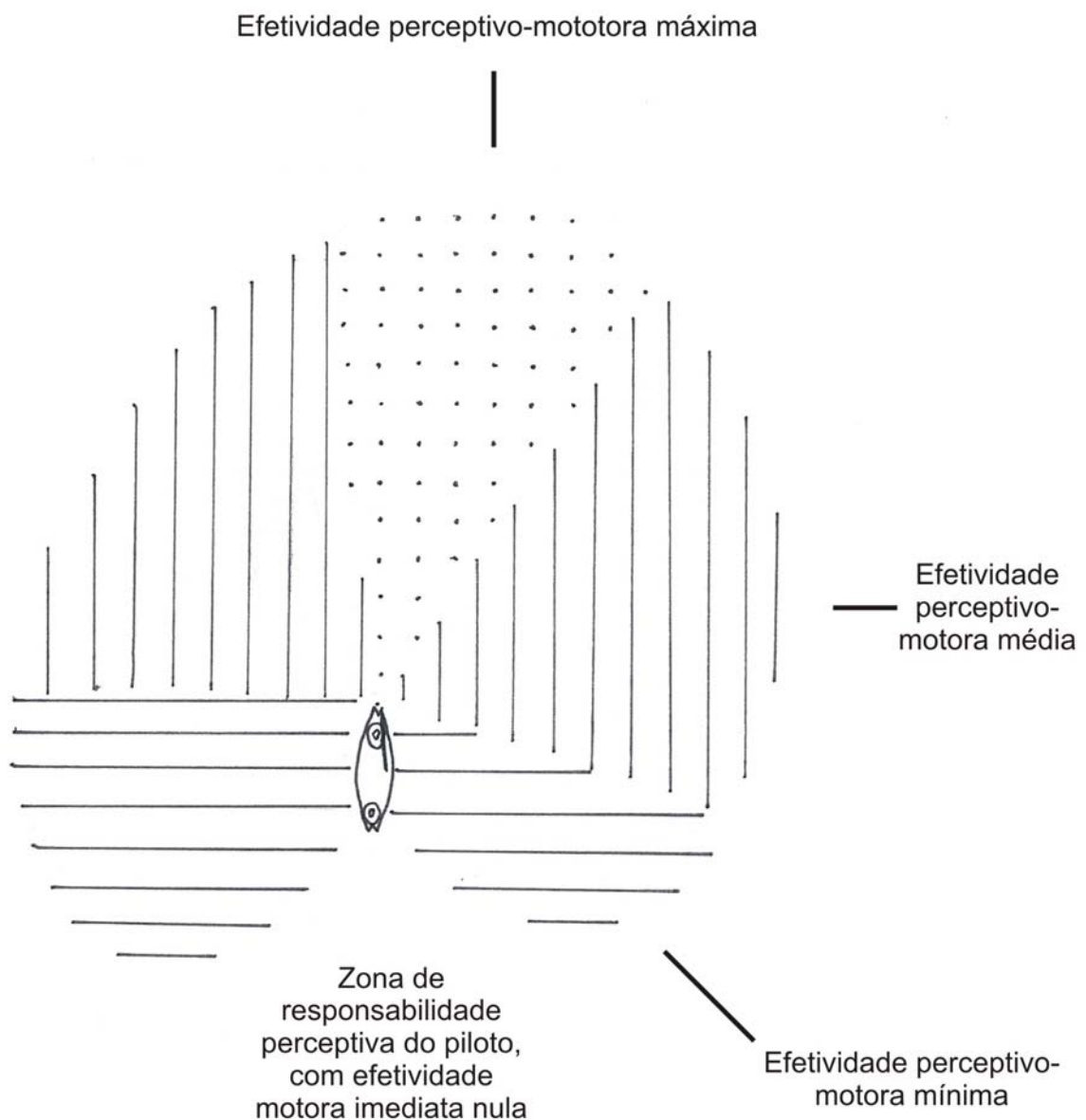
Com isto, Ingold rejeita a preeminência da dicotomia entre objeto e sujeito, evitando tomar o mundo tanto como derivado das condições naturais quanto como sendo construído pela elaboração simbólica; Pensando o domínio do significado como imanente à ação, ele considera o estabelecimento do mundo na prática, pelas interações concretas que fundam também o próprio sujeito que percebe e age. Passando com base nas noções correlatas de *Umwelt* – que estabelece um significado particular das coisas para cada ser, conforme uma perspectiva própria de sua interação no mundo – e de *affordance* – segundo a qual os engajamentos práticos, próprios a cada espécie, é que estabelecem o ambiente para ela – Ingold (1988: 13) recorre a Reed (1988), que usa estes conceitos para falar da socialidade, incluindo humanos e animais. Esse autor sublinha que a interação entre os seres se dá justamente na forma em que eles podem compartilhar suas maneiras particulares de percepção, percebendo não só a maneira como outro ser percebe o ambiente, mas como outro ser percebe as suas próprias maneiras de perceber e agir.

Sem buscar reduzir a subjetividade do laguista à sua atividade de captura, parece-me que este é um aspecto essencial para o tema que se propõe analisar. Por isso, recorro a estas noções para dar conta da realidade dos lagos do Sucuriçu, pois é importante notar como o próprio laguista (com suas propriedades e capacidades) se estabelece no engajamento mútuo com animais e aspectos significativos do ambiente. Mais: que a existência do laguista no espaço extrapola as fronteiras de seu corpo físico, configurando-se em seu potencial interativo, na extensão de suas capacidades de percepção e ação. Assim como os demais seres, o campo operatório do laguista se desloca à medida que se movem suas capacidades de enxergar e atingir um pirarucu ou outro animal. Não se trata, porém, de uma área pré-delimitada e estável ao redor de seu corpo, e sim de um campo continuamente transformado por suas disposições perceptivas e agentivas: se leva seu arpão repousado sobre a montaria, sua área de ataque imediato é nula, se tem a cabeça baixa, não estende sua visão além da própria montaria. Também não se trata de um campo circular e regular, mas com fronteiras e potenciais heterogêneos: numa determinada área o potencial de captura de seu arpão é mínimo (atrás ou sob a montaria), enquanto noutra é máximo (à frente e à direita, para um proeiro destro). No caso do proeiro esse potencial perceptivo-motor é alterado pelos

instrumentos que ele conecta ao seu corpo anatômico, como a lanterna, a linha de mão, o arpão, a tarrafa, o cacete etc.

Figura 2 - Campo operatório do proeiro.

À medida que se desloca, o proeiro movimenta uma área que faz parte dele, pois se refere à extensão de suas capacidades perceptivas e motoras, o que, no ambiente do lago, equivale a uma presepça potencial. O deslocamento nos lagos se configura como uma imbricação constante entre campos operatórios de diferentes seres. No esquema da figura, está expressa a situação de um proeiro destro, de pé e com a haste em punho. Não fica exposta a diferença de alcance entre as capacidades perceptivas e motoras.



Mas essa vivência do espaço como projeção das possibilidades perceptivo-motoras também caracteriza os demais seres, conforme suas propriedades perceptivo-motoras. Portanto, se o laguista desloca seu campo de ação ao mover-se, ele o faz através dos campos operatórios de outros seres. Não há vazio no lago: o campo operatório do laguista está *sempre* imbricado ao de outros seres. Boa parte das vezes ele não se dá conta disto, pois são seres submersos, que o espreitam escondidos ou que têm a capacidade de não se mostrarem à sua visão. Nisso reside o aspecto central de seu “estar no mundo” – caracterizado pela dúvida sobre as relações que o envolvem a cada momento – e também de seu ofício – que passa por perceber o melhor possível as interações que o envolvem. Aliás, a faculdade de perceber antes dos animais é um dos aspectos mais evocados pelos laguistas e constitui o primeiro passo para capturar o pirarucu.

Todos os sentidos estão engajados nesta relação; entretanto, a visão é sem dúvida primordial. Por meio do contato visual boa parte dos seres é capaz de discernir a presença de outro às proximidades e de perceber a si mesmo próximo ao raio de contato de outro. De ordinário a visão alcança mais longe do que a capacidade de apreender ou de ser apreendido fisicamente, de modo que ela constitui a franja mais externa do campo operatório. E a visão em si já envolve uma ação – é um “*mode of action*”, nos termos de Ingold (2000: 166) – não só porque ela implica intencionalidade e modula as formas de agir mas porque é uma maneira de aproximar outro ser. Laguistas e animais são capazes de *mundiar*, isto é, de usar o poder da própria visão para tornar outro ser dócil a seu acercamento ou mesmo para fazê-lo vir até si, englobando-o em seu espaço de captura propriamente dito. A alternativa do laguista para evitar ser *mundiado* por outro ser é enxergar primeiro: ao perceber antes, ele controla a situação, dissipando os poderes paralisantes da visão alheia. Daí que uma preocupação constante dos laguistas é manter uma disposição da visão que não se limite apenas a *olhar*, ou seja, voltar a vista para uma direção. É necessário *reparar*, que significa perscrutar o ambiente com intenção, com propósito, para que lhe seja possível *enxergar*, o que, num terceiro nível das interações visuais, designa o ato de contatar visualmente outro ser. Da mesma forma, os animais por vezes *olham*, mas não *enxergam* o laguista, e nessa economia das nuances visuais é que se desenrola a atividade de predação.

Entretanto, ainda que se deva pensar num *ethos* da predação, nem toda interação implica ações de captura, o que resultaria na impossibilidade de transitar. É que, conforme se sucede a

imbricação dos campos operatórios do laguista com o de outros seres, deparam-se também as intenções de uns para com os outros; e o propósito violento nestes encontros só se justifica se o objetivo for o consumo ou o comércio efetivo do corpo capturado. Isso significa um preceito de conduta diante do outro, e agir de outra forma significaria *malinar* o animal. A todo o momento animais (pássaros, peixes, macacos etc.) atravessam o campo de ação do laguista sem evocar nenhuma reação agressiva, seja porque naquele momento o trânsito ou o envolvimento numa outra relação de predação é mais importante, seja porque não são tomados como alimento ou produto. Ou seja, além de sua situação alimentar, a intenção legítima do laguista em relação a um dado animal depende também de seu valor comercial. Há algumas espécies cuja demanda varia – às vezes há procura, noutras o preço baixa muito – ou simplesmente certa modalidade de pesca não figura nas pretensões de um laguista.

Assim como a visão, as formas de deslocamento dos seres nos lagos também transcendem a percepção e a ação solipsistas do sujeito, para ganhar sentido na disposição que surge da interação entre campos operatórios. Assim, *puxar* equivale a perseguir, buscar englobar outro ser em seu domínio de atuação física; *se empurrar*, ao contrário, significa fugir de um local, escapar de uma interação desfavorável; já *escorregar* é um termo neutro, que indica um deslocamento deliberadamente sem preocupação especial com as interações. Os três termos se aplicam aos movimentos de animais e humanos. Assim, quando persegue um pirarucu ou quer encontrar a maré, o laguista *puxa em cima* deles; quando se retira de um local onde há muitos jacarés ou carapanãs, ou quando volta para a vila em decorrência de uma situação desfavorável, o laguista *se empurra*. Para retornar à feitoria depois do marisco, o proeiro de regra orienta o caminho ao piloto: ‘*vam’bora camarado, só escorregando por aqui...*’. Com aplicação geral, creio que o sentido dessas expressões tem como paradigma a perseguição do homem aos animais aquáticos, em especial o pirarucu. Se não vejamos: ao deslocar-se, o peixe propulsiona a água para trás, *empurrando* seu corpo à frente; já o laguista vai adiante ao *puxar* o remo de encontro a si. Se correta, esta interpretação seria mais um indício de que as relações entre humanos e não-humanos nos lagos são caracterizadas pela possibilidade de inversão concreta das relações de percepção, ação e, inclusive, predação.

Beligerância

Seja como for, parece-me importante sublinhar que, se há uma definição de presas e predadores, ela é dada no encontro circunstanciado entre suas capacidades corporais e intencionalidades. Se os propósitos do laguista quanto a um animal são variáveis, a recíproca também é verdadeira. Isso é particularmente observável nas relações belicosas do laguista com jacarés-açus e sucurijus. Há décadas nenhum dos dois animais é comercializado, e apenas o primeiro deles é capturado vez ou outra para *bóia*, de modo que sua população e tamanho aumentaram nos últimos anos, gerando uma relação de outro tipo. A carne dos espécimes maiores é considerada diferente, dura, e não agrada; tanto o jacaré-açu quanto o sucuriçu são tidos basicamente como rivais dos laguistas.

De ordinário laguistas não saem em busca destes animais, mas o enfrentamento ocorre em algumas ocasiões. Às vezes porque concorrem pelo mesmo animal, como no caso de um laguista que arpoou um pequeno jacaré-tinga para *defender a bóia* do dia. Ele ouviu o jacaré *bater* na água, no meio de uma ilha; saltou da montaria, foi até o local e lançou o arpão. Todavia, quando puxou o pesado alvo, viu emergir um sucuriçu enrolado ao jacaré de pouco mais de um metro.

Ele tava com a cabeça rente à cabeça do jacaré. Ele dizia ‘se o caboclo meter a mão eu mordo ele também’. Aí eu gritei pro meu piloto ‘rapaz, um monstro dum sucuriçu. Ele tá com o [jacaré]tinga enrolado!’ Quando chegou lá ele disse ‘cadê?’. Eu disse ‘tá aqui’. Quando eu disse ‘tá aqui’, ele [o sucuriçu] disse ‘mas eu já vou’. Ele só fez disso aqui, desenrolou rapidola do jacaré. No que ele desenrolou, o arpão saiu: não tava entrado na pele dele, tava só enganchado o arpão numa volta dele. Aí o [piloto] disse ‘ah, covarde! Correste, forgaste?’ Aí eu disse ‘vambora pegar o tinga’. O jacaré ficou lá, tava cansado ele, parece machucado; aí arpoei, puxamo. Eu disse ‘rapaz, tu quer saber duma coisa, nós vamos matar esse sucuriçu; ele vai voltar aqui pra pegar esse jacaré. Nós vamos amarrar uma corda boa e deixar o jacaré batendo aqui que ele vem voltar’. Joguemo lá, mas não, ele não voltou. Nós não queria se empatar muito, já era umas onze horas, aí fomo embora, levemo só o jacaré pra comer.

Com o sucuriçu estes casos não são comuns, mas os jacarés têm o odioso hábito de ‘*revistar a rede antes do dono*’ – além de consumir o peixe, eles *esbandalham* o instrumento. Por isso a pesca de pequenos peixes com rede *malhadeira* nos lagos é muito limitada. É menos arriscada durante o dia; à noite é possível caso o laguista monte guarda na extremidade da rede, iluminando-a com a lanterna de tempos em tempos; se a rede for maior do que o alcance do facho de luz, é preciso percorrê-la. Assim mesmo, o jacaré vem pelo fundo, e quando não encontra

nada, *fica brabo* e destrói a rede. Numa dessas vigílias, dias depois de ter perdido parte de sua rede, Macó bradava ao suposto malfeitor, a cada vez que levantava para focar a lanterna: ‘*Filha da puta, desgraçado, vem roubar peixe dos outros!*’ E desafiava: ‘*Vem, que nós somos dois aqui!*’

Por vezes os laguistas se mobilizam para cumprir alguma vingança, dirigindo-a, não à espécie em geral, mas ao indivíduo culpado de roubo, afronta ou ataque. Os animais são personalizados, têm características e atitudes próprias, que se combinam ou contrastam com os traços recorrentes da espécie. O sucuriçu é considerado traiçoeiro e atrevido; ele pode *pular* no homem mesmo nas situações em que não tem chance alguma de obter sucesso. Como explica Paroca, ‘*um sucuriçu de um metro, um homem com raiva arrebenta ele. Pega ele, dá tanta surra com ele nos paus e pronto. Mas ele se atreve, ele é corajoso.*’ Mas o sucuriçu normalmente se desloca à superfície, o que facilita a antecipação do laguista; além disso, sua mordida não é muito nociva e uma vez que um laguista, com a habilidade e a força necessárias, segura um exemplar não muito grande pela base da cabeça e desfaz ligeiro as tentativas de volvear seus membros, ele anula a preensão mortífera do animal. Levando um corte em qualquer parte, o sucuriçu *força*, perde o ímpeto imediatamente; isto o torna vulnerável, já que seu extenso corpo é dificilmente resguardado pela boca.

Já o jacaré-açu tem o corpo mais protegido, *rabada* potente, coordenada a uma *bocada* dilacerante, e costuma agir de outro modo. Ao arpoar, o laguista enfrenta grandes dificuldades para trazê-lo até a montaria e matá-lo a pauladas, pois o arpão consegue aproximar, mas não afastar o animal; na maioria dos casos, o laguista não se atreve a atacá-lo ou mesmo a reagir sozinho, principalmente se ele é grande ou o local é desfavorável. A cautela é tida como recíproca: o laguista pode passar ao seu lado e ambos apenas vigiarem-se, o confronto não interessando a ninguém. Via de regra, quando passa por um rego à noite (ou mesmo na feitoria), o laguista remeda seu latido, e eles respondem incontinente. Isso serve de informação sobre a proximidade e a quantidade deles, mas é também uma forma de conversação, que o laguista completa em português, normalmente elogiando o porte físico do jacaré. Não obstante, por vezes um deles enfrenta o laguista, o que pode ser interpretado como um encontro casual, um ato motivado pela fome ou, especialmente, simples intenção de agredir. Nessas ocasiões ele vem à superfície e interpõe-se deliberadamente à frente da montaria, chiando. Ou surpreende, como no caso narrado a seguir, que se passou no caminho pelo interior de um mangal.

Na pancada que ele forcejou, que eu afirmei o remo, ele bateu o remo [com o rabo], tirou da minha mão o remo. É rápido o jacaré pra tirar remo da mão da gente. Aí foi quando ele subiu, de frente, por cima da proa da montaria, com a boca aberta, arregaçada pra pegar mesmo. Eu só fiz jogar o corpo assim pra trás, pro porão da montaria. Aí ele caiu no lago e buiou [emergiu] a uma meia braça [menos de um metro] da montaria e ficou todo inchado, pronto pra bater. Eu digo ‘se ele me bater agora, eu não tenho onde me proteger; aqui o que me vale é a hastea [i.e. o arpão]’, porque o terçado não vale nada, era pequeno. Aí eu puxei a haste, olhando pra ele. Ele arredou, sentou [submergiu] e seguiu; buiou mais no lado assim. Eu levantei rápido, quando ele me viu em pé, ele bateu e buiou lá na frente, umas seis braças [cerca de dez metros] afastado. Lá ele ficava assim, tufado do rabo à cabeça.

Pra quê?

Pra querer brigar. Tá a fim disso aí, ele quer reagir com a gente. Tá em forma de guerra. E se você arpoar, ele apanha a hasta e quebra. No que a hasta sai daqui, que bate nele, ele faz ‘tã!’ na hasta. Pegou uma hasta dessa, ele espatifa no queixo, esgalhaça tudinho. Aí ele afastou. Eu larguei ele também, não quis mais mexer com ele. Eu tava assustado, ele já tinha me assustado, aí eu não quis reagir pra cima dele, matar ele.

É bom que se diga que os laguistas do Sucuriju nunca sofreram um ataque fatal, nem mesmo que causasse algum dano mais sério, como já houve em outras localidades da região. Entretanto, se é absolutamente inapropriado pensar numa espécie de “lei da selva” para os lagos, também não é o caso de tratar a relação com os grandes predadores como se fosse apenas uma elaboração imaginária. É um aspecto incontornável da vida nos lagos, tanto por se apresentar como interação efetiva quanto por seus desdobramentos para o comportamento e a subjetividade do laguista. Se os confrontos ganham muita evidência, é porque são na verdade o corolário belicoso da forma geral de socialidade entre os seres – humanos ou não-humanos – que implica a produção-preservação dos caminhos e o engajamento incessante de campos operatórios e intencionalidades.

Mariscar

Durante as quinzenas os laguistas habitam palafitas denominadas *feitorias* ou *carbets*¹⁴. São construções quadriláteras sem paredes, com um anexo descoberto e em nível mais baixo – o *tendal* – onde as montarias aportam e o peixe recebe tratamento. Excetuando-se a frente, que dá acesso ao tendal, a cada um dos outros três lados corresponde uma vertente do telhado, sendo que

¹⁴ Termo *créole* que denota a influência francesa na região, contestada entre o Brasil e a França até 1905. Sobre a história dessa disputa e o estabelecimento da fronteira atual entre o Brasil e a Guiana, ver Silva (1861), Meira (1989) e Reis (1949 e 1993).

a do fundo, oposta ao tendal, é mais rebaixada e voltada para leste, para minimizar o acesso de chuva e vento. Até a década de oitenta as coberturas eram de palha; entretanto, com os incêndios oriundos da ação de fiscalização dos órgãos ambientais os laguistas passaram a utilizar lonas plásticas, que têm a vantagem de serem removíveis, mas não obstruem totalmente os raios solares, têm menor durabilidade e na ausência dos laguistas deixam a estrutura da feitoria exposta às intempéries [prancha 7].

As feitorias são posicionadas no meio de lagos ou abertas, afastadas da beira e das regiões de mangal fechado. Isso por causa das *pragas* (sobretudo carapanãs), mas também para evitar os caminhos por onde transitam os animais subaquáticos, pois o *pitiú* – odor de algumas espécies de peixe – dos restos do beneficiamento do pescado espanta os peixes e atrai jacarés. Para construir a feitoria é necessário antes retirar nas ilhas os paus e varas e prepará-los; isto feito, o processo de montagem é rápido, durando duas jornadas. Para este trabalho costuma-se reunir ao menos três laguistas e as ferramentas utilizadas são o machado e o terçado, facão que serve ao trabalho com o peixe e com o qual são executados todos os cortes e entalhes na madeira. A armação se faz com encaixes e amarras, raramente são usados pregos para fixar os caibros do telhado.

As feitorias são chamadas também *casas*, e há vinte e duas delas em condições de uso. Com exceção de uma feitoria ocupada por um grupo de irmãos no lago mais distante, as outras foram construídas pelos que sobem ao lago acompanhados de mulher e filhos. Como algumas atividades, como as aulas, retêm seguidamente as mulheres na vila com as crianças, os solteiros ou que andam desacompanhados da esposa não se preocupam em *fazer casa*, pois *moram* com outros laguistas, cujas famílias não estão presentes. As quinzenas duram entre vinte e quarenta dias, e parte dos laguistas fica poucos dias na vila antes de retornar ao lago. De modo que muitos deles vivem a maioria do tempo nos lagos, tanto mais no verão, quando o trajeto seca e o acesso à água é mais difícil na vila.

A localização da feitoria estabelece sem dúvida uma área de atuação para o laguista, pela proximidade e o hábito, mas isto não implica em domínio ou preferência sobre a região. Pode-se construir uma feitoria ao lado de outra, e em alguns locais há mesmo três ou quatro reunidas. A propriedade diz respeito tão somente à feitoria, e advém unicamente do laguista a ter construído, recuperado ou obtido por outros meios. Isso não implica constrangimento algum ao acesso de outros laguistas àquela região, a não ser quando o laguista chega antes a um local de marisco – única regra de preferência.

A arquitetura aparentemente simples não reflete a divisão e sucessão precisas dos modos de utilização do espaço. Nenhum objeto permanece na montaria: tudo é trazido *pra terra*, posicionando-se nos três cantos do jirau coberto pelo teto. A caixa com a despesa e os utensílios de cozinha fica junto ao *fogão*, que consiste num suporte de barro colocado próximo ao tendal, onde fica a lenha. Na lateral oposta dispõem-se os instrumentos usados no marisco (hastes e remos), o sal, as pilhas de peixe salgado e o estojo de madeira contendo objetos de uso pessoal dos laguistas (pente, escova de dentes, espelho etc.). No fundo situam-se as velas e as estivas¹⁵, que podem ser desenroladas para fechar a abertura entre o teto e o jirau, no caso de uma chuva de vento. Assim distribuem-se os objetos que estão sobre o jirau, mas há outros que ficam elevados. Entre os objetos de cozinha, é pendurada a panela, para que não tombe à medida que a lenha onde se apóia é consumida. Do outro lado, ficam suspensos os arpões do proeiro (num suporte específico) e sua espingarda e seu rádio, se os possui. Ao redor do pilar central da feitoria situam-se as sacas de farinha, sobre o jirau, e, penduradas, as *capivaras* dos laguistas, que são sacos ou bolsas contendo roupa e algumas ferramentas.

Existe portanto um espaço livre no meio da feitoria, que serve para a circulação, a refeição e o repouso diurno, e é usado também durante atividades como a cozinha e a salga do peixe. Mas tudo isto muda ao crepúsculo; depois de jantar e tomar banho, é costume sentar-se pelo jirau para comentar sobre os mariscos do dia e contar histórias sobre os lagos. Ao contrário das conversas do dia, quando as piadas e jocosidades entre os laguistas dão o tom, ao crepúsculo predominam os assuntos sérios, por vezes circunspectos. Os carapanãs chegam de súbito, e então um ou dois *cacos* são alimentados com lenha, para repeli-los com fumaça. Os laguistas aos poucos vão para suas redes de dormir, numa velocidade proporcional à quantidade de *pragas*. As redes ficam amarradas junto ao teto durante o dia, e quando desprendidas cruzam o espaço da feitoria em todas as direções, tornando qualquer deslocamento um exercício de contorcionismo. Encapsuladas que estão em espessos mosquiteiros, para vedar o acesso dos menores insetos, ir para a rede significa romper o contato visual com a feitoria, adentrando um domínio de relativa privacidade. Dali a conversa continua, mas sobressaem as histórias longas de um só narrador, normalmente algum poema de cordel ou uma das histórias locais, entremeadas pelas perguntas, sobretudo dos jovens pilotos. Os oradores cessam à medida do sono e por volta de oito, nove

¹⁵ Estiva é uma esteira de taboca, estendida sobre os braços da montaria para apoiar o sal, a farinha e o peixe, evitando seu contato com a água que se acumula no porão da embarcação durante as viagens.

horas, ouvem-se apenas os sons exteriores à feitoria, principalmente o grito dos guaribas, que a amplidão da lâmina d'água traz de muito longe. Por vezes junta-se ao som desses macacos a voz de um locutor de Belém, irradiando uma partida de futebol.

A preferência por mariscar nos períodos do início da manhã e do final da tarde justifica-se pela combinação entre os comportamentos de animais e laguistas e pelas condições de percepção e ação que dela emanam. No meio do dia o vento faz desaparecer os sinais superficiais que podem guiar o laguista e a luminosidade espanta os peixes ou os possibilita enxergar o pescador. Além disso, os laguistas devem retornar à feitoria para cuidar o peixe e colocá-lo no tendal durante o sol mais forte; e sua permanência é a única garantia que urubus e gaviões não venham subtrair-lhe o pescado. Chegando à feitoria no meio da manhã, desembarcam tudo e cuidam o peixe. Os peixinhos são sempre descabeçados, eviscerados e descamados. Seu corpo é aberto pelo ventre, recebe os lanhos longitudinais e o sal é aplicado nos dois lados. Já o pirarucu tem tratamento mais cuidadoso e ritualizado. É um peixe de grande porte – os capturados no Sucuriçu variam entre 1,5 e mais de 2 metros e pesam entre 25 e mais de 100 kg, produzindo a metade de seu peso em carne seca e salgada [prancha 14].

Cada proeiro têm três pilhas de peixe: uma onde fica por dois dias o peixe recém salgado (*de mouro*), que passa dali à pilha de peixes em processo de secagem, e finda incorporando-se à pilha de peixe seco. Posicionadas cada uma delas, os laguistas têm a parte central do dia dedicada a realizar algum concerto ou, no mais das vezes, a atividades amenas: estendem-se pelo jirau, conversam, jogam dominó, participam de brincadeiras de pique ou de acertar um ao outro com uma haste inofensiva, o que envolve saltar na água e imitar os animais aquáticos. É também variada e farta a alimentação, que inclui gemadas de ovos, vinho de jaquinha e carne de diversos animais, mas têm como base a refeição de farinha e pescado. Salvo o tradicional peixe assado ou cozido, a iguaria mais apreciada é a *poqueca*, que consiste em amassar a carne da barriga e a gordura do pirarucu ou da pirapema grande, formar bolos, envolver com folhas de apé e assar sobre brasa.

Nas refeições a regra é a abundância, e assim como os restos do tratamento do peixe, as sobras de comida são deixadas cair por entre as varas do jirau. À medida que alcançam a água, ou mesmo antes, são *aparados* pelas piranhas, que em poucos segundos dão fim aos pedaços de carne. Os laguistas apreciam seus movimentos, regozijando-se de vê-las gordas e vagarosas de tanto comer. Elas se alimentam juntamente com os laguistas, que lhes jogam pedaços durante a

refeição, mas se ficam muito agitadas e lançam água para cima, são logo repreendidas: ‘*ei, se quiser comer, come, mas não me molha!*’ Essa presença carnívora sob a feitoria não deixa de despertar cautela entre os laguistas, mas apenas para evitar saltar na água *pitiú*, após ter manuseado peixe, ou então no momento em que as piranhas comem. Alguns evitam colocar as extremidades isoladamente na água, como mãos ou pés, ou mergulhar sem *tanga*. De resto, a água sob a feitoria é altamente freqüentada para banhos e jogos. Mas esse convívio é proveitoso também para os laguistas, pois as piranhas constituem fonte de alimento sempre presente; doméstica, por assim dizer¹⁶. Quando não tem nada para a bóia, o laguista joga um anzol ou lança sua zagaia em baixo da feitoria, e pega facilmente algumas piranhas; mas à primeira captura elas desaparecem, retornando posteriormente: ‘*isso conhece o anzol*’. As crianças também aproveitam o agrupamento das piranhas nos momentos das refeições para pescá-las, repetindo, com o auxílio de um adulto, o processo de salga e passagem do peixe, amalhando com que comprar guloseimas na vila.

Uma das primeiras noites que passei no lago serviu para mostrar outro tipo de relação com os animais no âmbito na feitoria. Todos dormiam quando um animal grande esbarrou numa estaca, estremecendo a habitação. Alarimei-me e logo ouvi um resmungo do laguista ao meu lado. Perguntei o que era e ele respondeu, mais ofendido do que agressivo, que fora um jacaré, e voltou a dormir. Sabendo da inimizade intestina entre laguistas e jacarés-açus, aquele tom causou-me estranheza. No dia seguinte desvelou-se o ocorrido: sabe-se que os jacarés vêm sob a feitoria à noite para buscar carcaças e cabeças de peixe roídas pelas piranhas, mas eles devem fazê-lo sem importunar os laguistas. Espera-se que cumpram essa espécie de acordo tácito, mas ao bater na feitoria o jacaré o transgrediu, e tudo levava a crer que num ato de desafio. Na noite seguinte prepararam um pedaço de carne num anzol atado a uma estaca e capturaram o monstro, numa

¹⁶ Refiro-me a uma espécie de convívio simbiótico (e carnívoro), permeado por certos modos de conduta. Não entrarei aqui no mérito do termo *domesticação*, que, junto com *cultura*, é um dos mais controversos no campo das relações entre humanos e animais (não só para a antropologia). Suas definições variam pela amplitude e intensidade de fenômenos abarcados e implicam discussões em torno das noções de uso, controle da reprodução, amansamento (*apprivoisement*), socialidade e afetividade entre humanos e animais etc. No campo da etnologia da técnica francesa esse panorama foi apresentado por Jean-Pierre Digard (1988; 1990) e François Sigaut (1988), que seguem a influência de Andrés-Georges Haudricourt (1987 [1962]). Mais recentemente, na esteira do vínculo entre domesticação, caça e aliança no contexto ameríndio – tema do artigo importante de Philippe Erikson (1987) – Descola (1994; 2002; 2005) propõe uma interpretação das relações homem-animal a partir das noções de animismo e predação. Para outras linhas, mais preocupadas com as diversas formas de interação, ver as posições da antropologia ecológica de Ingold (2000: 64) e da biosemiótica de Thomas Sebeok (1988).

operação difícil, que rendeu muito júbilo e fartura de carne para os dez laguistas que habitavam a feitoria. Mas os banhos da noite utilizam, por via das dúvidas, água içada com uma panela.

Donos e ética da caça

Já foi dito que urubus e gaviões aproveitam os peixes deixados ao sol ou mal cobertos na feitoria. Os laguistas ficam possessos e impotentes quando isto ocorre e expressam sua indignação nos termos do que podemos chamar de uma “ética da caça”. Eles acusam a ave de dar algumas bicadas e não comer o resto, ferindo assim o princípio de capturar apenas o que for necessário à sua manutenção. Indignado com a perda de uma parte, mesmo que pequena, da remessa, o laguista não pode fazer mais do que reclamar desta falta de senso, como que procurando arranhar a imagem do animal diante de uma moral comum. Isso se expressa também noutras situações, como quando as crianças atingiram a pedradas uma andorinha que habitava a feitoria. Logo alguém gritou: *‘se ela morrer vocês vão ter de comer assada!’*

Como não poderia deixar de ser, os desdobramentos mais importantes desta ética estão dados na atuação do próprio laguista frente aos animais. São freqüentes os casos em que alguém recebe uma punição por ter exagerado ou maltratado os animais. Paroca conta que certa vez veio com seu cunhado da vila para a parte superior do rio só para defender a bóia. Chegando lá *deram em cima* dos bagres e pegaram além do necessário. Resultado: Paroca apertou um bagrinho e tomou uma ferroada. Quem resguarda esta ética é o *dono* do lugar, uma entidade que domina toda a região, e que têm todos os animais como seu xerimbabo (animal de criação). É também chamado *meu avô*, e pode aparecer ao laguista na forma de animais ou *visagens* (espíritos, fantasmas). Assim, o ataque de um sucuriçu ou de um jacaré ou a perturbação noturna (*cuíra*) podem ser na verdade causados pelo dono, que pode atingir o laguista de diversas formas. Após ter passado a tarde arpoando algumas piranhas sob a feitoria, como forma de me habilitar no uso da arma, de noite senti fortes dores no braço. Quando saí de meu mosquito para buscar um medicamento, Macó perguntou o que se passara. Conteí-lhe o que sentia e no dia seguinte fomos para outro lugar, sob o temor que o dono daquele lago não tivesse gostado do novo visitante.

Os donos são ligados a certas regiões e têm características diferentes. O da *Enseada*, onde estávamos, é sabidamente um dono *muito brabo*. Os laguistas que cometem deslizes, não só exagerando na captura, mas fazendo algazarra, perturbando o silêncio, logo enfrentam *visagens*,

às vezes na forma de aparições que os amedrontam e não os deixam dormir. As feitorias construídas nas ilhas perturbam os donos e são logo postas a baixo; para retirar madeira para lenha nas ilhas da *Enseada*, por exemplo, os laguistas pedem ‘*licença meu avô*’. Os donos têm o costume de testar o laguista, apresentando-se na forma de um animal qualquer, uma ave barulhenta ou um macaco, que às vezes o achincalha ou alerta o pirarucu de sua aproximação. Mas é apenas para observar sua reação e, a depender da atitude do laguista, as conseqüências podem ser trágicas:

Olha, uma vez um senhor que trabalhava aqui no lago, ele era muito malvado, tudo quanto era bicho ele queria pegar, queria dar surra nos bichos, né. Quando foi uma viagem ele veio, aí pegou um macaco prego, deu uma surra e sortou. Aí ele foi embora, subiu lá pra Maresia. (...) Chegaram lá e foram fazer uma feitoria pra eles morarem. Só que os pessoal trabalhando lá, né, se descuidaram dele um pouco. Ele tava na água, tomando banho. Aí tudo bem, o pessoal trabalhando, afobado lá na feitoria, ficaram despercebido dele. Quando eles deram... ‘ô, rapaz, cadê o fulano? Ainda agora tava aí!’. Foram ver, ele tava mortinho já. Num palmo d’água! O pessoal conta que num palmo d’água, que lá não podia morrer ninguém. Ele sabia nadar, pô. O cara tava num palmo d’água e morreu afogado. Aí eles embarcaram o cara e vieram embora. O pessoal contam, os camarados dele, que eles queixam que foi esse macaco, que ele deu essa surra no macaco. O dono do macaco matou ele na hora. Bom, esse foi um exemplo, assim o pessoal contam, porque fizeram malvadeza pro bicho... é por isso que os antigos falam que não é muito bom a gente pegar os bichos, malvadar... Não quer o bicho, solta, deixa ele ir embora, mas não pegar, malvadar, fazer malineza com o bicho. A gente não sabe o que é. Na vista da gente, a gente ta enxergando, é um animal, agora a gente não sabe o que é aquilo, né? (Macó)

Os animais pertencem ao dono; ele tem o poder de guardá-los, inclusive os pirarucus, liberando-os para o laguista apenas quando quiser. No limite, os donos podem *cerrar* alguns lagos aos olhos dos laguistas, deixando-os *encantados*. É preciso ver isto à luz do que Philippe Erikson propunha, em seu famoso artigo sobre a caça ameríndia: se a relação entre a caça e o espírito que a guarda é da mesma ordem daquelas entre humanos e animais *apprivoisés*, então “*pour obtenir la viande, il ne suffit pas d’aller la chercher ! Il faut également entrer en interaction avec les ‘maîtres des animaux’*” (Erikson 1987: 108). De fato, no Sucuriju o marisco é sempre uma relação que implica em relacionar-se com o dono dos animais, que se deixa ver através do comportamento destes. O primeiro ponto é a preocupação com o destino da *embiara*, principalmente o pirarucu. Como vimos no capítulo 1, a distribuição do pescado tem efeitos sobre a possibilidade de captura do laguista. Mas há também o cuidado com os restos dos animais, que devem ser devolvidos à água, preferencialmente laçados sob a feitoria. O retorno dos restos ao

local de onde foram tirados, assim como as próprias mortes causadas por doenças ou acidentes, seriam uma forma de compensar os donos pelos animais que o laguista lhes toma.

Mas há certas regras de conduta a cumprir quanto à captura em si. E essa “ética da caça” não é regida exclusivamente pelas interações dos lagos. Vimos que a regulação dos donos expressa a legitimidade para capturar certos animais de acordo com sua utilização para consumo (moderado) ou então para compor a remessa ao patrão. Quando capturam um peixe que não será consumido nem comercializado, os laguistas o devolvem à água. Mesmo no caso de uma piranha, que às vezes importuna a pesca, sua sorte vai ser decidida conforme as circunstâncias. Em alguns momentos ela compõe a bóia ou o patrão a compra por um preço que *vale o sal*; mas caso nenhuma dessas duas situações se dê, o laguista toma a piranha, resmungando por sua impertinência e desvalorização e a atira na água. Assim, a decisão sobre a serventia ou não do animal, se ele vai ser morto por malineza ou por uma boa causa, não é dada de antemão, mas pelas cotingências do consumo ou da rede de trocas em que o pescador vai fazer circular determinado peixe. A relação do pescador com os animais e com os donos não deixa, portanto, de estar articulada também ao patrão.

Peixinhos

Ainda que a área explorada no lago não dê por si só informações substanciais sobre a relação com os “recursos”, pode-se considerar um espaço relativamente amplo. Em toda essa região animais e laguistas transitam consideravelmente; há pouca estabilidade e os locais de captura são aleatórios. Não há lugares pré-definidos para o marisco, cabendo ao proeiro estabelecer o destino de cada saída dentre as possibilidades da região onde se encontra.

Mariscar é o termo geral para a captura de outros seres aquáticos. Não só o laguista, mas o jacaré, o pirarucu, o sucuriçu, os pequenos peixes, todos mariscam. A expressão denota a atividade, mas, não obstante, é de hábito suprimida, ou substituída por eufemismos ou jogos de linguagem. ‘*Vou pra beira*’, é o que o laguista afirma quando se prepara para sair da feitoria; o que indica, aliás, o destino preferido, que são as bordas dos lagos e ilhas, onde se pretende encontrar o peixe em busca de seu alimento. Há também expressões como ‘*vou furar*’, ‘*socar*’, ‘*trazer*’, ‘*puxar*’, a depender do instrumento utilizado. Também o nome dos animais é disfarçado, substituído por apelidos. O pirarucu é chamado *preto*, *bodeco*, *cara fina*. Evitar pronunciar o ato de captura e morte e o nome da presa é um traço comum dos caçadores amazônicos, e parece uma

prática voltada a não irritar os espíritos protetores ou não alertar os próprios dos animais (Erikson 1984: 115; Descola 2005: 152-5). Mas há ainda outro aspecto bastante difundido que se apresenta também no Sucuriju – o fato de não se considerar a atividade de captura como um esforço ou uma tarefa a cumprir, mas antes como uma relação com o mundo do lago, envolta em propriedades agonísticas.

O primeiro a saltar da rede de madrugada é o piloto. O momento depende da distância para onde vão; se o proeiro não lhe disse nada, um bom piloto desperta no meio da madrugada (entre duas e quatro horas), prepara o café e volta pra rede. Quando o proeiro levanta, toma um pouco de café, pega seus arpões (ou zagaia) e se encaminha para a montaria; enquanto isso o piloto recolhe os outros objetos (haste, remos) e o espera ocupando seu lugar à popa. O momento da saída deve ser cedo suficiente para chegar ao ponto de marisco antes do sol levantar-se no horizonte. À medida que o piloto rema na direção indicada, o proeiro organiza pausadamente o seu espaço à frente: arma os arpões, prepara a linha de mão se for o caso e em seguida ajuda o piloto na remada. A não ser que se dirijam a um local muito distante, os laguistas retornam à feitoria no meio da manhã, saindo para outro marisco no meio da tarde.

O proeiro é o mais experiente e o *responsável* pela montaria. É ele quem toma as decisões sobre o marisco e quem opera os instrumentos de pesca, sendo auxiliado pelo piloto em alguns casos. A posição de piloto implica em realizar tarefas bem determinadas, que passam por cortar lenha, fazer a bóia e o café, aprontar os peixes para o proeiro salgar, lavar a montaria e embarcar e desembarcar os objetos (exceto o arpão) a cada marisco. Durante o marisco ele não só propulsiona como *pilota*, isto é, dá direção à montaria, e o ideal é que ele consiga manejá-la conforme as características e a vontade do proeiro. Este dá as indicações, explícitas em palavras e gestos ou simplesmente subentendidas em suas próprias ações. É o proeiro que convida o piloto a acompanhá-lo ao lago; este recebendo um terço do que for obtido com a remessa. A despesa (sal, farinha, óleo etc.) é descontada dos dois terços que cabem ao proeiro.

Há basicamente dois tipos de marisco nos lagos: o de pirarucu e o de peixinho, que designa a captura basicamente de tucunaré, aruanã, pescada amarela, camorim, apaiari e tainha. Do ponto de vista comercial, a captura do pirarucu é mais valorizada, já que os laguistas *passam* seu quilo por cerca de seis ou sete reais, enquanto o dos peixinhos varia entre um e dois reais. Para igualar em valor um pirarucu médio, que resulta numa *manta* de quinze quilos, são necessários mais de cem peixinhos. A busca do pirarucu é tida também como uma atividade mais

nobre, não só pelos desdobramentos de sua captura sobre a pessoa do proeiro, mas também porque envolve menos trabalho, habilidade maior, mais paciência e conhecimento do peixe, maior precisão nas ações.

É importante ressaltar que *‘ou bem o caboclo vai atrás do pirarucu, ou bem vai atrás do peixinho’* – são dois mariscos excludentes. Mesmo que apresente uma conduta silenciosa (como é de praxe no lago), a captura do peixinho produz um grau de ruído incompatível com a aproximação ao pirarucu. Além disso, os peixinhos exigem uma carga de trabalho maior no tratamento e na salga, que deve ser realizada imediatamente, dada sua perecibilidade, principalmente nas horas mais quentes do dia. Isso toma o tempo necessário à espera do pirarucu. Por outro lado, o peixinho não tem *período de defeso*, como o pirarucu, cuja captura é proibida de dezembro a maio, inclusive. Diante dessas possibilidades, cada proeiro atua de uma forma. Alguns deles são famosos por dedicarem-se exclusivamente ao pirarucu, suportando inclusive os períodos de *panemeira* apenas pegando peixinho para a bóia. A maioria, porém, transita entre os dois tipos de marisco durante a quinzena; se chegam ao final tendo pegado um, dois ou nenhum pirarucu, eles *correm pro peixinho*, para *defender a despesa*. Os patrões se irritam com esse comportamento emergencial, contrariados pela aposta renitente de alguns laguistas no encontro com o pirarucu. Menos prestigiosa, a busca do peixinho é, no entanto, admitida sem pudor por outros laguistas, que a vêem como uma atividade mais *segura* do que a incerta busca pelo pirarucu: *‘quando o pirarucu tá difícil de ver e de arpoar, não tenho frescura não, eu caio no peixinho.’*

O marisco de peixinho é subdividido em duas modalidades: peixinhos do doce (tucunaré, aruanã, apaiari, tambaqui etc.) e do salgado (camorim, pescada, tainha etc.). Estes surgem junto com a entrada da água do mar nos lagos a noroeste, nos primeiros meses do ano, justamente na época do defeso do pirarucu. São capturados com rede malhadeira, fixada principalmente à noite, na bacia de lagos e regos, e vigiada pelo laguista. Já os peixinhos do doce são capturados todo o tempo, principalmente com linha de mão dotada de anzol. Sentado na proa, o laguista gira a linha sobre a cabeça e lança em direção ao peixe, com a isca preparada ao gosto de cada um. Os dois principais, tucunaré e aruanã, são peixes que vêm à superfície para comer, então o laguista lança o anzol nas suas proximidades e controla o anzol de modo particular para cada um deles: um é rápido, o outro lento, um é sensível ao barulho e vê longe, o outro não se importa com os ruídos e abocanha apenas o que está diante de si. Mas a maior preocupação é não deixar que piranhas ou

pirapeminhas abocanhem a isca antes dos peixinhos, já que o tucunaré só come algo que está a certa distância, e o aruanã é muito vagaroso [prancha 8].

O laguista deve fazer com que o peixinho esteja dentro de seu campo de ação, dado na extensão da linha, que chega a mais de trinta metros. Feito isso, ele mimetiza com o anzol pequenos peixes ou insetos. Os peixinhos raramente chegam a perceber o laguista, a disparidade entre os campos de percepção sendo muito grande. De modo que o principal desafio nessa pesca é manejar por meio da isca a interação de tucunarés e aruanãs com as piranhas e pirapemas, levando em conta o modo como cada um deles percebe e se movimenta. Se aqui o papel do laguista é se inserir a partir do exterior na economia das relações entre os pequenos peixes, no caso do pirarucu a situação é outra: ele se depara com um ser *inteligente* e dotado de um campo operatório de grandes dimensões. Seu primeiro problema é passar despercebido quando teria tudo para ser identificado.

Topar, arpoar: a relação com o pirarucu

Fino, inteligente, sabido – a lista de adjetivos do pirarucu é extensa. A maioria se refere às suas faculdades para perceber, compreender o que se passa e agir, muitas vezes antecipando-se às ações do proeiro. Os laguistas não se cansam de elogiar seus atributos:

Ele se defende. Deus o livre! As vez você tá enxergando ele assim – ‘pô, eu acerto esse rumo aqui’; no que você solta a haste das mão, ele já dobrou, já não pega mais nele. O bicho é tão veloz, o pirarucu, que é um peixe muito péssimo mesmo. (...) Na tua vista você tá enxergando que vai andando, vai de proa, vem de rabo, mas se tu for arpoar ele, no choque da tua arpoada, se tu não souber arpoar, ele já se espantou lá na frente, já não pega mais, vai pegar só o rasto dele. Ele já foi muitos tempo. Na água clara, um pirarucu de buio, na água clara, é muito ruim de arpoar ele. É ruim porque o peixe quando ele buia, ele buia manso, a gente levanta aqui com força, é levantar e ele bater logo lá, não deixa nem a gente soltar a haste da mão. Já bateu, já percebeu a gente aqui.(...) Ele vê no choque da montaria que a gente levanta, ele conhece. Pirarucu é. (...) Ele ouve, não pode falar. Por isso que a gente não fala quando a gente topa um pirarucu, por causa disso. Ele é muito vivo, ele sente. A intenção dele é só lograr a gente. Pirarucu é. Ele não tem outra saída pra ele se não for lograr a gente (Macó).

Embaixo de uma pequenina folha deapé, imprensado a uma ilha, em três palmos de fundura – nos lugares mais improváveis ele já deixou proeiros ‘*olhando prum pé de raiz, sem saber pra onde ele foi*’, nas palavras de Paroca. Perseguido, ele evita fazer os sinais que o denunciem ao laguista, manejando com destreza sua trajetória de fuga. Ao definir uma rota de

escape, segue em linha reta, decidido e ligeiro, sem desviar-se ou confundir-se. Outras vezes é ele quem vem pelo fundo examinar a montaria; ao perceber do que se trata, parte em disparada e o laguista o percebe já muito longe de seu alcance. *Velhaco* ao extremo, ele conta com inúmeras artimanhas para ludibriar o laguista, e diz-se mesmo que só se deixa apanhar por um descuido.

Por tudo isso o marisco de pirarucu envolve uma preocupação do laguista em não provocar sinais perceptíveis ao peixe. Mesmo quando ainda não se deparou com ele, o silêncio é primordial – os gestos são surdos e a comunicação é através de sussurros ou sinais. Nada deve produzir impacto na montaria, pois reverberaria no meio líquido. Não obstante, é preciso se deslocar; a remada é pausada, sem muita força, aproveitando o deslize da montaria. Se há suspeita de um pirarucu nas proximidades, o remo é retirado da água vagarosamente, procurando não despejar gotas durante a fase aérea, equilibrando a camada líquida na pá do remo, que pousa sutilmente no lago. Em situações críticas, o remo não sai da água, efetuando a recuperação com a pá submersa, cortando o meio líquido silenciosamente. Para trocar o remo pelo arpão de súbito, o proeiro também não o retira da água para embarcá-lo; ao contrário, ele pousa o cabo do remo na água, pegando o arpão no lado oposto. A montaria desliza suavemente e o piloto apenas controla este movimento inercial com a pá de seu remo em posição de leme, sem executar nenhum ato propulsivo. O instrumento do companheiro flutua e chega ao alcance de sua mão esquerda; ele apenas o retém e ambos ficam imóveis, numa posição de ataque que o mais leve ruído denunciaria. Os laguistas se comportam sabendo que estão todo o tempo sobre uma espécie de “caixa de ressonância”, já que a montaria transmite o mais leve toque ao meio líquido. Como ficam expostas à visão do peixe, elas comumente não têm pintada a parte externa do casco ou a pintam em cores escuras. Além disso, o pirarucu também pode enxergar o laguista – portanto evita-se esperar de pé pela chance de uma arpoada, o que aumentaria as possibilidades de ser visto.

Assim, as primeiras coisas que um jovem laguista (e um etnógrafo) deve aprender não se referem ao comportamento do pirarucu ou às suas reações diante de um ataque, mas ao conhecimento que o pirarucu tem sobre o comportamento do laguista, sem o que não se consegue acercá-lo. Isto nos leva, aliás, a discutir um dos desdobramentos mais importantes da noção de *affordance* pra a antropologia. Segundo Reed (1988: 116), ele estaria dado não apenas no fato que um organismo percebe o ambiente a partir das possibilidades de ação dele e dos outros seres, mas também que ele percebe e age tendo em vista as ações e comportamentos dos outros seres

diante das *affordances* geradas por si próprio. Gibson o resume na expressão “*behavior affords behavior*”, e explica que “*what the prey affords the predator goes along with what the predators affords the prey*” (Gibson 1979: 135). No caso do pirarucu e do laguista, isso é tão mais importante quanto numa outra possibilidade dessa interação, quando um se dá conta da presença do outro, há “fintas”, ações simulando certos comportamentos, jogando com o processo de interpretação do outro para gerar uma ação equivocada.

Uma das condições ideais para o marisco do pirarucu tem a ver justamente com a diminuição das possibilidades do peixe em perceber o laguista: a turbidez da água. No lagos ela é em geral bastante opaca, sendo difícil ver o fundo, mesmo em lugares pouco profundos; mas quanto mais escura, mais *bonita* está água. Entretanto, a opacidade vale para ambos, pois o laguista também não vê o pirarucu. É partindo dessa “condição negativa” de percepção que o laguista busca constituir sua vantagem: a perseguição e a captura do pirarucu não se orientam pela visualização do peixe, mas pelos sinais que seus movimentos produzem na superfície. Por isso, os melhores horários para o marisco são o início da manhã e o final da tarde, quando *fica calado*, isto é, venta pouco, e a lâmina d’água acusa as mínimas alterações vindas do *fundo*. Nesses momentos a luminosidade também é menos intensa, o que exacerba a opacidade da água, deixando o peixe mais *assanhado* para sair em busca de alimento.

Semiótica do pirarucu

Tudo se desenvolve na passagem entre o *fundo* – que designa todo o meio líquido, não somente a camada inferior – e o *buiado* – que denota o meio aéreo adjacente à água. Laguista e pirarucu vivem e se movimentam em seus próprios meios, e isto implica, claro, em formas particulares de respiração, de deslocamento e de percepção – sonora, visual, olfativa e tátil. Porém, ambos estão obrigatoriamente ligados ao outro meio, por dois motivos. Primeiro porque não podem deixar de avançar sobre ele: o proeiro está apoiado todo o tempo na água e só se move quando adentra o meio líquido com o remo; o pirarucu tem de ir à tona respirar, e ao se deslocar no *fundo* produz alguns sinais. Depois, porque a forma de perceberem um ao outro é voltando a atenção para o que se passa no outro meio. Por isso a *flor d’água*, além de fronteira entre os meios aquático e aéreo, é uma interface comunicativa da maior importância. Ali os laguistas evitam inscrever sua presença e se guiam pelo conjunto de índices produzidos pelo peixe [prancha 9].

São vários os índices da presença do pirarucu. O *carculo* é uma ondulação muito tênue, provocada pelo deslocamento do peixe a meia água e com certa velocidade. É comparado a uma refrega de vento, dada a forma da ondulação, e chamado também de *querosene*, pelo fato de espalhar-se paulatinamente na superfície a partir de um ponto central: ‘*a água vem assim gordureeeenta, aquela água em cima d’água...*’. É uma situação em que a arpoada é fácil (*talentosa*), pois quando ele vem *carculando* é preciso apenas arpoar bem debaixo – seu corpo está sob a ponta do *carculo* – por isso se diz também que o peixe vem *de chapéu*. O que liga o índice ao peixe é uma distância vertical, que, levando-se em conta a fundura do local, é proporcional à magnitude da ondulação. É mister o laguista não confundir o *carculo*, que é pontudo e acompanha o peixe, com o banzeiro, ondulação circular que se expande sozinha, a partir de algum movimento brusco (ver figura 4, abaixo).

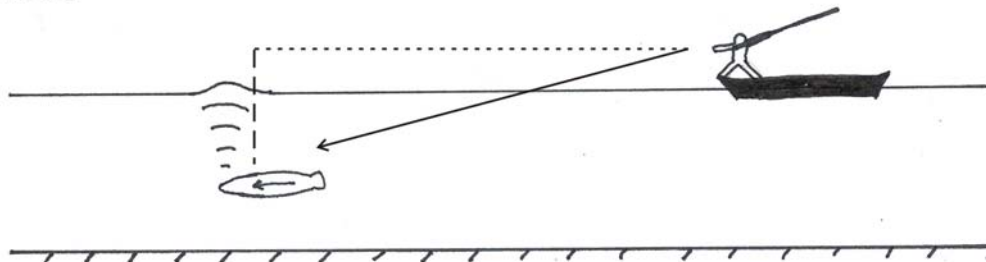
Há outro tipo de índice cuja ligação vertical com o peixe também facilita a arpoada. O *apé* é uma macrófita aquática que tem folha na superfície e raiz fixa ao solo, assim como o lodo, o mururé e o junco. Quando o pirarucu passa por um local onde eles ficam concentrados, ele arrasta a parte submersa da planta e as folhas afundam, apresentando seu deslocamento em baixo relevo. Isso se dá em qualquer velocidade e consiste numa ação imediata, no sentido de não mediada: ‘*é ele mesmo que vai mexendo*’.

A *racha* é um signo da mesma ordem do *carculo* e do *apé*, pois têm relação vertical com o peixe. Mas ela apresenta ainda outra vantagem, que a torna o paradigma da facilidade: o peixe permanece estático. Quando um animal toca o fundo em boa parte do solo dos lagos, ele revolve a matéria orgânica e emergem gases em forma de borbulhas, que permanecem durante algum tempo como uma espuma branca na superfície. Nas situações em que o pirarucu *racha*, ele fica parado no solo e as borbulhas emergem ao redor de seu corpo, delineando na superfície sua silhueta comprida e estreita: ‘*em cima da água aparece o retrato dele*’. Quando o pirarucu fica *rachado*, é porque está exausto ou julga encontrar refúgio na imobilidade, portanto o laguista pode chegar perto e arpoar na vertical, sobre o seu *retrato*.

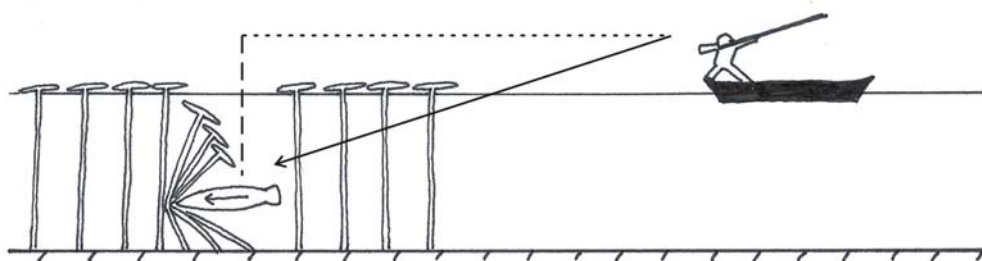
Figura 3 – Semiótica do pirarucu.

A seguir estão as principais formas de arpoada; elas são nomeadas conforme os sinais que guiam a interação. A linha pontilhada refere-se à visualização; a tracejada à ligação entre o peixe e o sinal emitido na superfície; e a contínua é o trajeto da haste. No caso da arpoada de fisga, a interação é tátil, através do arpão.

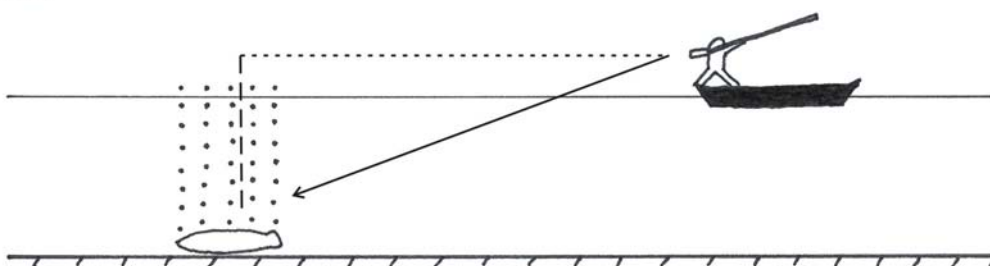
carculo



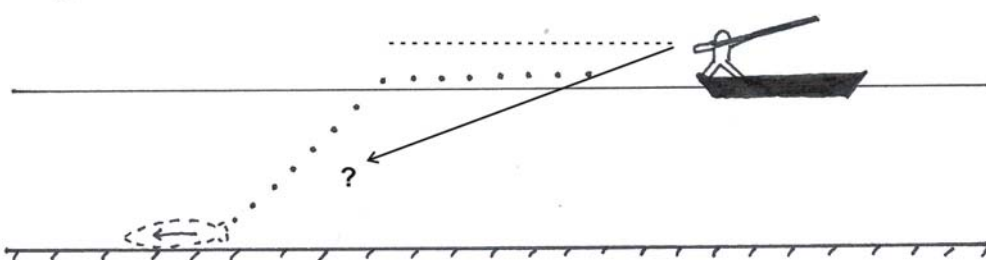
mexida deapé



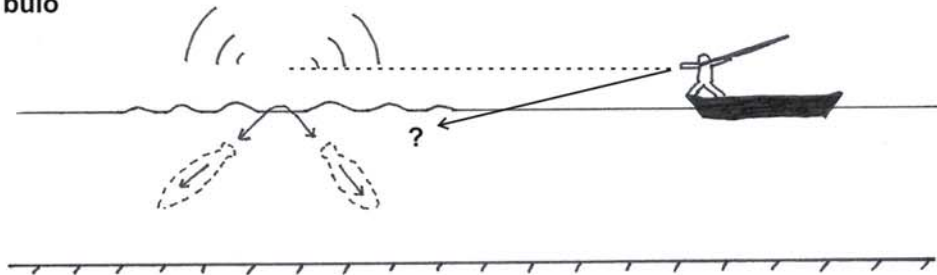
racha



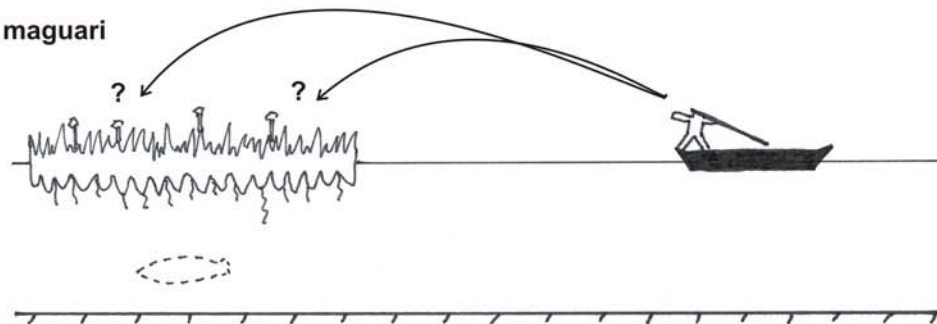
siriringa



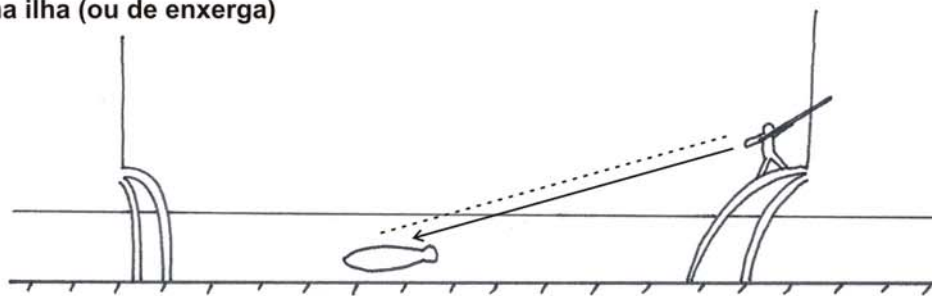
buio



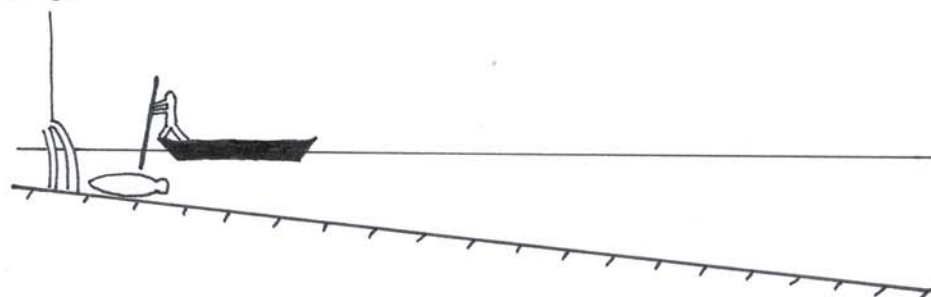
maguari



na ilha (ou de enxerga)



de fisga



Entretanto, muito mais comum do que as borbulhas aparecerem formando a racha, é elas emergirem como *siriringa* – traço que marca o percurso do animal movendo-se em contato com o solo. Os laguistas a comparam ao rastro deixado por um jato no céu, que assinala durante algum tempo sua passagem. Pelo modo como as borbulhas piscam sobre a água, é possível inclusive estimar há quanto tempo o animal passou por ali. Cada animal aquático tem a sua *siriringa* característica, de acordo com as partes que encosta no solo: a da pirapema é *adoidada* e a do sucuriçu disforme, dadas as suas trajetórias; a do jacaré é *atravessada*, pois ele empurra com as mãos; a do pirarucu estreita é retilínea, pois empurra só com o rabo. Isso não impede que muitos enganos ocorram, ainda mais porque ‘*cada lugar siriringa diferente*’, a depender do tipo e da quantidade de matéria acumulada no leito.

Pode-se dizer que, em grau de dificuldade, entre a *siriringa* e os outros três índices situa-se o *buio*. Mas ele se diferencia de todos os outros, pois é o próprio peixe que vêm à superfície para respirar. Todo pirarucu, em qualquer idade, necessita também do oxigênio aéreo, mas o período que podem ficar submersos varia bastante. Os laguistas se desconcertam com que haja peixes grandes que não resistem dez minutos sem *buiar*, enquanto o *forgo* de outros menores chega a durar perto de uma hora. Ademais, o *buio* é um sinal especial porque emite um som característico, que avisa de muito longe da presença do peixe, e porque marca o local exato, pelo banzeiro produzido. Mas ele é também, claro, um *enseio* (ensejo) muito bom para arpoar, e nesse sentido é necessário diferenciar os tipos de *buio*, que variam conforme o comportamento do peixe. Quando não percebeu o laguista, o pirarucu normalmente *buiar manso*, trazendo todo o corpo à superfície, o que, junto com o carculo e a racha, configura-se numa ótima ocasião para atingi-lo. Ainda desavisado, ele pode *buiar* também *dobrado-manso*, passando lentamente o dorso por fora da água, em forma de arco, e voltando ao fundo, o que é também um movimento conhecido em todas as suas fases, facilitando a arpoada. Além disso, o peixe expira em seguida duas borbulhas, que marcam a posição de sua cabeça e apresentam um segundo *enseio* para arpoar. Caso note ou suspeite a presença do laguista, entretanto, o pirarucu respira de maneira nada previsível: se *buiar dobrado-brabo* repete o movimento de arco, mas com muita rapidez e submergindo em trajetória incomum; no *buio de rabanada* então, a violência do movimento deixa pouca margem ao laguista para esboçar reação [prancha 10].

Para discutir os sinais do pirarucu e a forma como o proeiro se engaja nessa relação, recorro à conhecida proposição de Peirce, segundo a qual os signos podem apresentar três tipos

de relação ao objeto: o *símbolo* é ligado ao objeto por uma convenção (como a letra “a” e seu som); já o *ícone* guarda relação de semelhança com o objeto por suas próprias características (como um diagrama); e o *índice* “*está fisicamente conectado com seu objeto*” (Peirce 1999: 73), sendo afetado e modificado por ele. Os signos que vimos até agora são índices, pois são gerados e alterados pelo pirarucu; mas notemos que não existem índices puros, sem qualidades icônicas ou simbólicas, e que as relações “*orgânicas*” entre os índices e seus objetos podem ser muito diversas.

A racha, por exemplo, mesmo sendo gerada pelo peixe, tem um caráter icônico, já que sua forma apresenta a *pintura* de um pirarucu, justamente onde o proeiro deve arpoar. No caso do carculo e doapé, o peixe movimenta a camada de água ou a vegetação à medida que passa, de modo que a arpoada se configura num processo de triangulação: dada a sua distância até as folhas movidas (proeiro-apé) e sabendo que o peixe está abaixo da vegetação, em ângulo reto (apé-pirarucu), basta ao proeiro conhecer a profundidade do local para traçar com a arpoada o terceiro lado (proeiro-pirarucu) deste triângulo. Mas a relação triádica – índice-pirarucu-proeiro – só funciona nas bases dessa triangulação porque a ligação entre o peixe e o carculo ou oapé é da ordem da geometria. Na siriringa já não ocorre assim, pois está envolvido o problema de relacionar a emersão vertical das borbulhas com a velocidade horizontal do peixe (que é indicada pela evolução da própria siriringa na superfície). Além disso, mesmo que “decifre” perfeitamente as relações de dinâmica envolvidas na siriringa, o gesto do proeiro tem ainda outro fator a levar em conta – o comportamento do peixe. Para fechar a tríade que a significação da siriringa sugere, o proeiro necessita pressupor o comportamento que o pirarucu já realizou no fundo e que ele ainda pode ver na superfície; o que implica recorrer às possibilidades de movimento do peixe naquelas condições e esperar que seu comportamento corresponda.

No caso do *buio*, há várias situações. Note-se logo que ele implica na vinda do pirarucu ao meio aéreo, atravessando a fronteira e o plano comunicativo da lâmina d’água e apresentando-se em pessoa ao proeiro – suma oportunidade. Não obstante, nem sempre o *buio* ocorre na posição em que o proeiro possa arpoar, seja porque está aquém de sua capacidade de lançar com precisão, porque acontece em suas costas ou porque o pega sem o arpão nas mãos. Mas se o *buio* não ocorre no campo de ação do laguista, assim mesmo ele indica a presença do peixe, e com uma aproximação rápida é possível alcançar o animal que acaba de submergir. Essa é a mais comum das situações, e requer um conhecimento das convenções envolvidas na trajetória do peixe, que é

tri-dimensional. Os detalhes de seu comportamento – um som, um movimento de rabo, uma torção de corpo – podem dizer muito sobre a direção, a inclinação e a velocidade que o peixe assume ao submergir. Mas apenas aos que são versados nessa linguagem. Por isso, para os proeiros experientes o *buio* (exceto o *brabo*) é uma das formas mais *talentosas* (fáceis) de se arpoar, enquanto para os novatos é sem dúvida a mais difícil. É que a destreza da arpoada não consiste apenas na precisão do lançar, mas num fecho à tríade índice-pirarucu-proeiro, o que leva a pensar no gesto do laguista como a tentativa de instaurar uma eficácia comunicativa fundamental.

Um (contra) exemplo ajuda a clarificar esse argumento. Há uma forma de se arpoar pirarucu de enxerga, isto é, vendo o peixe em água clara. Oportunidade tão fácil quanto rara, ocorre dentro de ilhas ou em outros lugares rasos, onde a água não é muito escura, o peixe fica bem próximo à tona e o arpão o atinge praticamente sem percorrer o meio líquido. Porém, um dos anos subseqüentes em que as marés adentraram fortemente os lagos a noroeste, a água ficou transparente, mesmo nos lugares mais profundos, e os pirarucus resistiram ao salobre. Macó conta suas tentativas de arpoar os peixes nessa situação incomum:

Errei doze pirarucu enxergando! Pô, a modo que na minha vista, eu tava enxergando, a modo que ele vinha na flor d'água, tava meio seco. Pô, ele derretia no bico do arpão! A água era clara e tava fundo, o peixe vinha no barro e eu arpoava aqui em cima, pensando que fosse seco. Dava muito longe o pé da haste! Eu digo 'pô, mas aqui eu acerto...'; olhei bem, carreguei [a haste], soltei, tchu! Rapaz, eu fui olhar o pé da hasta, mas porra, deu quase uma braça por cima! Que era fundo, mas na vista da gente a modo que era seco, porque a água era clara.

Proeiro experimentado, os erros e a perplexidade de Macó frente a essa situação inusitada levam à interpretação da arpoada como o estabelecimento eficaz de um circuito de informação. É que o lançamento e a subseqüente trajetória do arpão são relativas à conexão específica entre o sinal o peixe – que apresenta um caminho particular do *buiado* ao *fundo*. Sem os elementos para interagir com a relação entre a imagem refratada na superfície e o peixe submerso, as arpoadas de Macó seguiram trajetórias equivocadas, perdendo-se entre o signo e o objeto e, de certo modo, colocando em jogo sua própria qualidade enquanto proeiro. Assim, pode-se dizer que o gesto de lançar o arpão tem um valor propriamente comunicativo; ou seja, a arpoada é que consuma a tríade semiótica, instaurando o proeiro como alguém capaz de se situar como interpretante em relação ao signo e ao peixe. Isto se levamos em conta a vertente da semiótica que assume

também os sinais biológicos como elementos comunicativos e considera os signos como a base da continuidade entre a mente e o mundo (cf. Nöth 2001; Deely 2004; Weber 2004).

Esse argumento fica ainda mais evidente se compreendermos a interação envolvida na arpoada nos termos da ecologia de Gregory Bateson, particularmente em sua noção de mente, que incorpora elementos da cibernética. Para Bateson, a mente do indivíduo não é uma consciência imaterial, atrelada ao suporte do corpo anatômico e contraposta ao mundo objetivo; ao contrário, a mente “*is immanent also in pathways and messages outside the body*” (2000: 467), que incluem ações e instrumentos e formam um sistema, em função de sua relevância para um determinado comportamento.

I suggest that the delimitation of an individual mind must always depend upon what phenomena we wish to understand or explain. Obviously there are lots of messages which they carry must be included as part of the mental system whenever they are relevant (2000: 464).

Ora, é o próprio ato de matar que define o proeiro, e a arpoada só pode surgir como uma ação (letal) eficaz se ela incorpora o pirarucu e os sinais por ele emitidos, formando um sistema comunicativo; caso contrário ela é vã, e a condição do proeiro enquanto tal se coloca em questão. Isso tem consequências importantes para a subjetividade do proeiro, ainda mais porque os sinais são considerados a partir da intencionalidade do peixe – são ‘*avisos do peixe*’ – como discuto logo mais. Por ora, repita-se apenas que, assim como a aproximação ao peixe (*topar*), o gesto da arpoada (*matar*) apresenta todas as vicissitudes de um ato comunicativo, definindo (ou não) o proeiro, enquanto um ser conectado ao contexto semiótico do peixe e de seus signos. É que não basta *enxergar* os sinais do peixe, como fez Macó na água clara, é necessário um segundo ato, eficaz, que envolve situar o peixe frente ao signo. Ato que, ademais, só pode realizar-se com o posicionamento indefectível de um terceiro ponto – o *locus* do proeiro, que, por meio de seu lançamento, ao mesmo tempo interpreta e se posiciona no sistema. Mas bastaria dizer que os laguistas consideram a própria habilidade corporal da arpoada nos termos de uma interação perceptiva: eles dizem que o valor de um proeiro passa por ter ‘*uma visão muito boa, tanto no olho quanto no braço*’.

Matar

Em posição de arpoar, levantado, apoiando o pé direito no banco de proa e pisando com o esquerdo à frente, na borda da montaria, Macó puxa a haste com força na água, num movimento de remada coordenado ao do piloto, seu irmão Jó. O pirarucu foge, alarmado por uma arpoada em falso. De repente somem os sinais, a montaria é desacelerada, e no meio do lago só resta a Macó bater a haste na água, procurando aligeirar o peixe e ressaltar seu *carculo*. Depois, joga o arpão na água, na tentativa de desviar o peixe da rota que o levaria a *ganhar o barranco*. ‘Já vai forão lá!’, Jó avisa e dobra a montaria na direção. Mais algumas ‘remadas’ com a haste e Macó flexiona as pernas para poder enxergar melhor o *carculo*. Seus braços se estendem em cruz, no plano longitudinal da montaria: destro, a mão direita fica para trás e segura a haste, que está paralela aos braços e pronta para o lançamento; o braço esquerdo aponta para frente, assim como o arpão. Sai a arpoada. Em vão. Macó recolhe velozmente a linha, pega a haste e retoma sua posição. Agacha, observa, arpoa em falso outra vez. A montaria pára, Macó varre a flor d’água com o olhar, em 360 graus. ‘Vai siriringando!’, indica. Antes mesmo que Jó pudesse apontar a proa da montaria, ele lança o arpão para seu terceiro erro consecutivo. A siriringa já vai mais de dez metros adiante quando Macó arpoa outra vez, agora *empinado*. A haste descreve uma parábola e mergulha alguns metros na frente das borbulhas. ‘Tá seguro!’ A arpoeira *chia* entre os dedos de Macó, que molha as mãos para amenizar o atrito. A montaria é levada pelo peixe. *Andando a reboque*, Jó faz o remo de leme enquanto Macó negocia a linha com o peixe; só a recolhe quando a tensão diminui. Logo alcança a haste, desfaz o laço que a prende à linha e a embarca. Aos poucos o peixe cede e é trazido para perto. Sempre de pé, Macó segura a arpoeira com a mão esquerda, toma a zagaia na direita e lança para *segundar* o peixe. Com as duas arpoeiras presas ao animal, ele puxa mais forte. Porém, a zagaia se desprende do peixe e é preciso repetir a operação. Dessa vez Jó rearma a zagaia e *segunda*. Agora sim, Macó aproxima o peixe. Com trinta e cinco quilos, suas rabanadas imprimem solavancos à montaria. Tendo as linhas firmemente seguras na mão esquerda, Macó aguarda que o peixe esteja exangue e posiciona sua nuca ao alcance das cacetadas que desfere com o braço direito. Inerte, o peixe é pendurado pela guelra na borda da canoa, o corpo ainda na água. Ali Macó *redobra*, aplicando várias cacetadas na cabeça do pirarucu. A seqüência começa firme e termina com toques leves e ritmados, que anunciam sua morte. A cabeça é puxada, torcida e o corpo gosmento embarca deslizando pela borda. Com um corte o arpão é extraído do peixe e rearmado. A faca e o cacete de pirarucu voltam a seus lugares. Macó lava os pés e as mãos no lago, toma seu remo e seguimos adiante. Mais tarde, todos em suas redes, ele revelaria o alívio daquele momento: era o primeiro sinal de que a *panemeira* de meses se dissipara.

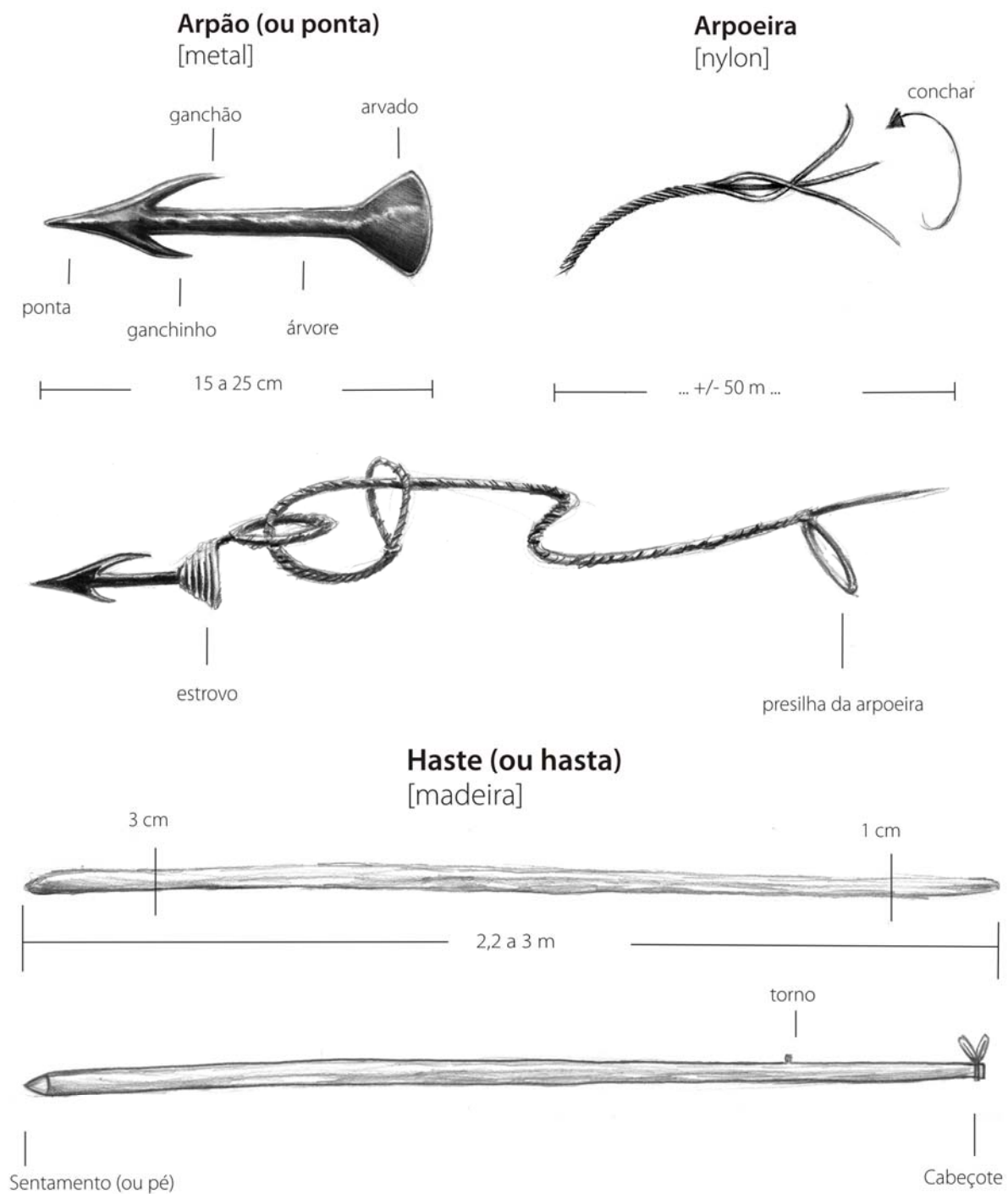
O laguista chega ao fundo para alcançar o peixe através do arpão, que estabelece seu potencial de captura no meio líquido. Aliás, o que caracteriza os instrumentos comumente nomeados como arpão não é a propriedade mortífera, mas a capacidade de introduzir-se num animal aquático e mantê-lo conectado por uma corda, atada a algo na superfície (p.ex. uma bóia) ou diretamente ao homem (cf. Leroi-Gourhan 2002: 54 e 74; Mason 1900: 197-9). Essa definição

mínima se aplica ao arpão no Sucuriju, mas é preciso notar sua configuração e o modo como ele opera.

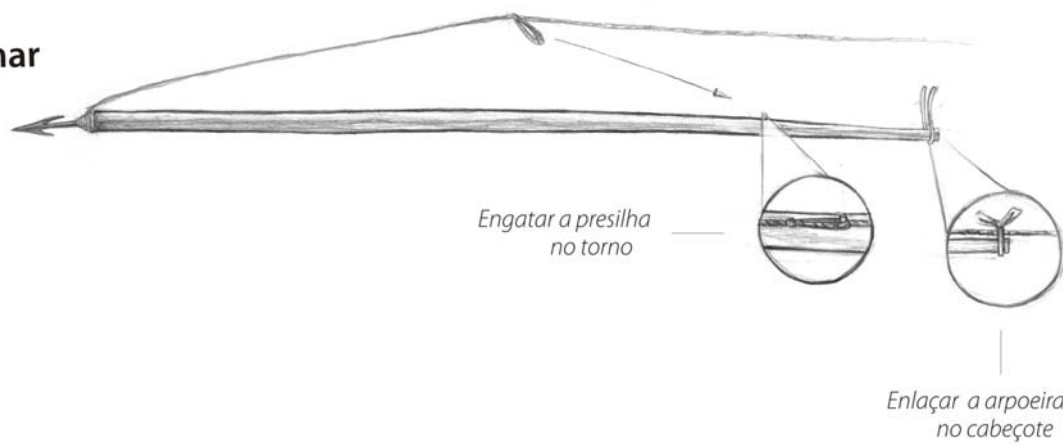
A arma é composta de três partes: o arpão propriamente dito (também chamado *ponta* ou *bico*), a arpoeira e a haste. O arpão é de metal, talhado na própria vila a partir de alguma sucata ou trazido de Belém e remodelado (*armado*) localmente; mede entre 15 e 25 centímetros e é dotado de dois *ganchos* voltados para trás, que o fixam no interior do animal. Sua base é composta pelo *arvado*, formação cônica para receber a haste, que é envolvida pelo *estrovo* feito de nylon, por meio do qual o arpão se conecta à arpoeira. No Sucuriju são usados outros tipos de ponta, principalmente a *zagaia*, que tem dois varões dotados de barbelas, o *itapuá*, com apenas uma ponta, e o *arpão paraguaio*, que tem apenas um pequeno gancho. Com eficácias particulares para certos animais, eles servem também a ambientes específicos. A *zagaia*, por exemplo, engata onde há muita vegetação aquática, já o arpão paraguaio é resistente ao impacto com troncos submersos, muito presentes nos mangais. De qualquer modo, o arpão é o mais utilizado por sua versatilidade e capacidade de *ficar seguro* no peixe.

A haste é produzida em madeira mais densa que a água (maçaranduba, sapucaia, maparajuba ou acapu), o que propicia a conservação de sua velocidade quando passa ao meio líquido. Tem a extremidade dianteira, o *pé*, mais espesso (3 cm de diâmetro), onde é entalhado o *sentamento* para receber um arpão específico, e afina progressivamente até a extremidade oposta, o *cabeçote* (1 cm). As vi medirem entre 2,2 e 3 metros. Já a arpoeira é uma corda de cerca de cinquenta metros, por meio da qual o laguista aproxima o animal após atingi-lo. Uma ponta é conectada ao *estrovo* do arpão, a outra amarrada na proa da montaria. Ela é confeccionada torcendo (*conchando*) os fios de uma corda de nylon, compactando-os ao máximo para gerar um cabo fino e resistente.

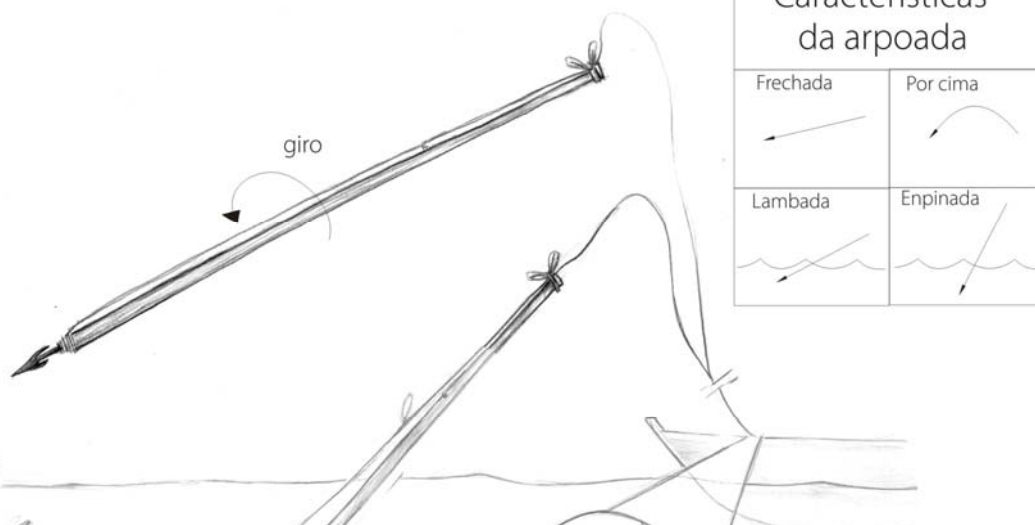
Figura 4 – Montagem e operação do arpão.



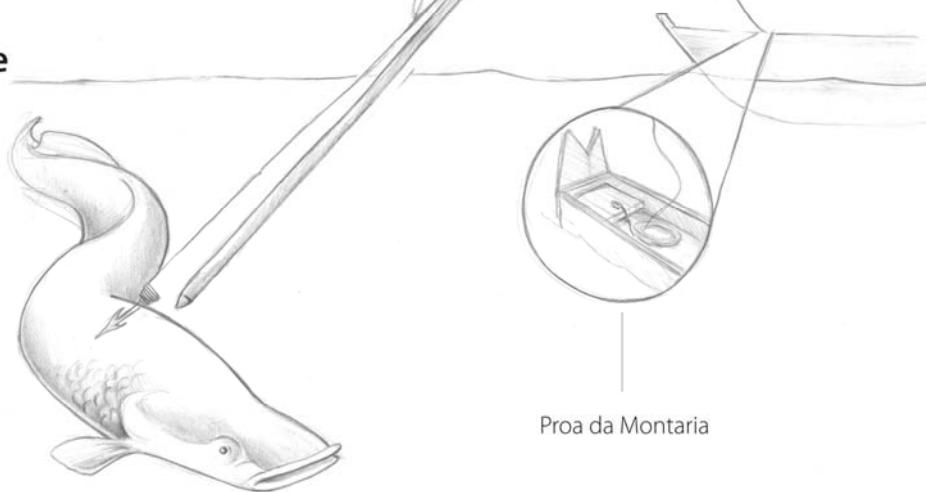
Armar



Arpoada



Desarme



A arpoeira conecta num único dispositivo – o arpão – os elementos para lançar e perfurar o animal; com propriedades aero e hidrodinâmicas (que pode ser lançado com precisão a cerca de vinte metros e mergulha mantendo a trajetória) ele só é desarmado no contato com alguma superfície rígida (um tronco) ou animada (um animal). Para *armar* o arpão encaixa-se a ponta de metal no pé da haste, em seguida a arpoeira é estirada para trás e sua presilha é fixada ao *torno*, minúsculo pedaço de prego incrustado na haste. A força elástica da arpoeira une o arpão e a haste; ela segue então junto à haste, já desprovida de tensão, e é envolvida na altura do cabeçote por um laço folgado e fácil a desatar, que têm duas funções. A primeira é orientar para o eixo da haste a força do trecho da arpoeira que faz a ligação com a montaria. Desse modo, são minimizados os desvios que seu arrasto poderia causar durante o vôo e evita-se que incidam lateralmente os puxões do proeiro para recuperar o instrumento lançado em falso, o que faria a presilha saltar do torno. A outra função é proporcionar a retomada da haste quando o dispositivo é desarmado. Ao se fixar no animal o arpão é movido lateralmente e destaca-se da haste. Sem a força elástica, a presilha abandona o torno e a haste afunda, ficando pendurada à arpoeira pelo laço do cabeçote. Esse nó dá livre passagem à arpoeira; conforme o animal foge, levando em si o arpão, e os laguistas o perseguem, a montaria chega à haste, que é rapidamente desatada e embarcada. Os diferentes papéis da arpoeira esquematizam as operações do arpão: inicialmente ela dá coesão ao apetrecho e estrutura seu sistema de gatilho, depois guia a recuperação da haste, por fim transforma-se no vínculo entre o proeiro e o peixe.

As situações mais correntes – em que o arpão é lançado a certa distância e de acordo com os sinais superficiais – envolvem duas trajetórias, *frechado* ou *por cima*, que encerram uma diferença balística: percurso retilíneo, usado quando o peixe está perto, ou parabólico, se é preciso alcançar mais longe. Há também duas formas de definir as angulações em que a arma penetra a água – *lambado* ou *empinado*. Aquele se aplica quando o peixe está próximo à superfície, este para atingir trechos mais profundos. As arpoadas se formam pela combinação dessas caracterizações. Em qualquer lançamento, porém, o proeiro imprime também um movimento de rotação à haste, de modo que ela viaja girando em torno de seu próprio eixo, o que confere maior estabilidade à trajetória.

As arpoadas que destoam disso são as seguintes. Arpoar *de fisga*, ou *fisgar*, designa a situação em que, sabendo que o peixe está imóvel num canto, escondido ou cansado, o proeiro

tem as duas mãos na haste e tateia o fundo com o bico do arpão, pronto a fazer seu corpo pesar sobre a arma.

As vez [o pirarucu] se quieta, a gente pode embarrar nele tudinho, a gente parpa ele, leva, escorrega pra banda do rabo dele, leva pra cabeça dele, tudinho. A gente vê [sic] como é que ele tá, se ele tá de proa assim, ou se ele tá de atravessado... tudinho ele consente. As vez não, ele não consente, a gente só embarra, ele já vai. As vez a gente passa a hasta segura nas costa dele, a gente só firma lá, ela já entra. É depender dele se espantar lá no fundo, ela já entra. Muitas vez não entra, porque a gente se espanta também aqui. No que ele se espanta lá, a gente se espanta aqui também, aí já fugiu a posição da hasta de lá do peixe. Aí já dá por baixo, dá por cima... aí já não vai mais nele, já não entra mais nele, já fugiu a posição (Antenor).

A arpoada *maguari* denota as situações em que não é possível estimar a posição de um peixe; por exemplo, quando ele se esconde debaixo de uma *bola*, aglomerado de vegetação espessa e flutuante. É uma *aventurada*, ou seja, ‘*o caboclo arpoa a rumo*’, em qualquer direção, sem saber se vai acertar ou não. *Debaixo da ilha*, ao contrário, o laguista lança facilmente, apoiado sobre as raízes de mangue e normalmente *de enxerga*, isto é vendo o peixe próximo à superfície, já que a água rasa e clara no interior das ilhas o permite. Já *arpoar no mangal* requer agilidade para não chocar o próprio corpo ou a haste contra raízes e galhos durante a perseguição na montaria, além de cuidado para não danificar o arpão contra um tronco submerso.

Não custa lembrar que, se o proeiro tem no arpão seu potencial de predação, este só configura suas propriedades ergológicas no acoplamento com o laguista. O momento do lançamento, por exemplo, revela que o tamanho da haste é proporcional à envergadura do proeiro. Quando coloca a arma para trás, preparando um lançamento longo, com o braço estendido e a haste numa angulação próxima a trinta graus, a dimensão do conjunto proeiro-arpão deve ser tal que o cabeçote não toque a água ou a própria montaria, o que corromperia a arpoada. A espessura e o comprimento da haste também se articulam às propriedades corporais dos laguistas para gerar a balística envolvida no lançamento. Conforme os proeiros perdem força, têm de diminuir o peso do instrumento: ‘*vão ficando velho, vão torando as hasta*’ (Sabá). Mas o inverso também ocorre: à medida que a hasta é usada, o *sentamento* desgasta, tem de ser refeito e o instrumento diminui ao longo dos meses, levando o proeiro a ajustar seus gestos. Não é o caso de fixar determinismos, mas apenas de dizer que se trata de um conjunto proeiro-arpão, apto a diversas combinações, sejam elas eventuais ou habituais.

O arpão atua relacionado ao corpo e às habilidades do proeiro em múltiplas posições, de tal modo que é inexato pensar nos termos de um *modo de funcionamento*, no sentido empregado nas taxonomias da cultura material – seria o mesmo que falar da maneira em que se utiliza um braço. Analogia um tanto grosseira essa, mas sublinha o fato que o acoplamento entre o proeiro e o arpão é acionado de formas variadas, tendo diversas possibilidades e limitações: quando o proeiro arpoa de pé, agachado ou sentado, preparando-se ou de súbito, em todas as direções, vários ambientes, com diversas velocidades e posicionamentos da montaria e do peixe etc. É um acoplamento que podemos chamar de orgânico.¹⁷ E não só para capturar o peixe serve o arpão; ele colhe uma jaquinha num galho mais alto, mede a fundura de um lago, sinaliza algo ao piloto, serve de “remo” quando o proeiro vai de pé, repreende uma criança que faz muito ruído no meio da montaria etc. Enfim, o arpão não é apenas *utilizado* pelo proeiro; é melhor dizer que se trata de uma prótese que, no contexto das atividades dos lagos, gera um novo estado somático, com qualidades diferentes, expressos na configuração morfológica e nas propriedades do conjunto proeiro-arpão.

Ingold (1986, prólogo) utiliza um argumento semelhante para falar da relação do caçador com sua lança. Já Bateson chamou a atenção para um fenômeno análogo, com o exemplo do cego e sua bengala; mesmo não remetendo a uma situação de predação, isso tem paralelos com o caso do proeiro, posto que o arpão coloca justamente o problema de se definir o estatuto do proeiro, que passa por compreender não os seus limites corporais, mas a sua integração ao contexto comunicativo do fundo, como vimos acima. Vejamos o que diz Bateson:

Suppose I am a blind man, and I use a stick. I go tap, tap, tap. Where do *I* start ? Is my mental system bounded at the handle of the stick? It is bounded by my skin? Does it start halfway up the stick? Does it start at the tip of the stick? But these are nonsense questions. The stick is a pathway along which transforms of difference [i.e. informação] are being transmitted. The way to delineate the system is to draw the limiting line in such a way that you do not cut any of these pathways in ways which leave things inexplicable. If what you are trying to explain is a given piece of behavior, such as the locomotion of the blind man, then, for this purpose, you will need the street, the stick, the man; the street, the stick, and so on, round and round (2000: 465).

¹⁷ E. Heath, pesquisador do arco e flecha (inclusive no contexto ameríndio), questiona a valia das medições de trajetória e de eficiência e das tipificações de postura, ressaltando como um fator mais importante “o relacionamento orgânico existente entre o arqueiro e suas armas”. Por meio de ilustrações, ele também assinala a variedade de articulações possíveis entre um mesmo arqueiro e as armas no momento do tiro, sempre relativas e situacionais (Heath apud Chiara 1986: 135).

Por meio das variadas configurações desse conjunto é que se institui o campo operatório do proeiro e que ele se torna capaz de acessar o fundo. Aliás, consiste redundância dizer que o proeiro porta um arpão e é um contra-senso pensá-los separados. O arpão é estritamente pessoal, permanece sob controle do proeiro armado ou desarmado e expressa sua capacidade predatória; quando fazem um auto-elogio, os proeiros costumam dizer ‘*esse arpão já matou muito pirarucu*’; tanto assim que mesmo os proeiros aposentados guardam prontos ao uso a haste e o arpão. Ver o seu arpão *tomado* por um animal (especialmente jacarés) é um episódio marcante, muito lamentado pelo laguista. Ao sair rapidamente sem o arpão, apenas para cortar lenha numa ilha vizinha, um deles ouviu a reprovação do colega: ‘*Quero ver se um jacaré te enfrenta aí... Nunca vi arraia sair sem o ferrão!*’

Mesmo após a arpoada, permanece a articulação entre proeiro e arpão. Durante a fase aérea do lançamento, além do direcionamento da haste, o manejo da arpoeira é algo crítico [prancha 12]. Nesse momento alguns proeiros conseguem mesmo fazer pequenos ajustes, pois ao dirigir (*tarear*) a arpoeira para um dos lados altera-se a posição da haste e conseqüentemente da ponta. Entretanto, não tendo alcançado o alvo, o proeiro recupera o apetrecho rapidamente, pois o peixe foi alarmado. Nessa ocasião, além de ficar temporariamente sem poder ofensivo, o proeiro tem de suspender a perseguição. O acoplamento perene entre o arpão e o proeiro passa por manejar situações favoráveis e desfavoráveis e remete diretamente ao problema da *afobação*, provavelmente o pior equívoco de um laguista. Arpoadas *no barro* são normais e até fazem parte de sua tática, à semelhança dos movimentos de xeque no xadrez, que não visam o ataque final, mas levam ao xeque-mate. Não obstante, *se afobar*, arpoar sem um bom motivo – sem estratégia ou sem um *enseio* ofertado pelo peixe – é a melhor contribuição para a fuga do pirarucu. Tanto mais porque, se ele não foge logo de início, uma seqüência de quatro ou cinco lançamentos, intercalados com recuperações do apetrecho e reaproximações a remo, restringe drasticamente durante alguns minutos o alcance da arpoada de um proeiro, além de insuflar a mobilidade do peixe.

Quando o arpão se fixa no peixe o laguista passa a atender integralmente a suas ações, pois ele leva a montaria consigo, na velocidade que impuser. Resta ao proeiro aguardar que a fadiga e a dor o debilem. Pirarucus fracos ou que sofreram uma longa perseguição logo são aproximados e mortos; para acercar outros, chega a ser necessário mais de uma hora, pois mostram muita força e entram debaixo de *barrancos*. A sensibilidade concentra-se na tensão da

arpoeira; é preciso cuidado para conservar a ligação, já que um arpão mal fixado pode sair do peixe com o aumento da tensão, seja pela força contrária do proeiro ou se a corda trançar em algum tronco. Por isso, cuidando de não impor força demasiada, evita-se tanto quanto possível liberar muita arpoeira. Em situações onde o pirarucu se mostra decidido a resistir, há proeiros que passam tabaco na linha para entorpecê-lo.

Quando o peixe está perto é utilizado o arpão *de segunda*, lançado pelo próprio proeiro ou pelo piloto. Depois de *segundado*, o peixe é levado à exaustão, trazido para próximo da montaria com as duas arpoeiras e golpeado com o *cacete de pirarucu*. Apoiado em seguida no berço da montaria, as cacetadas da *redobra* começam num ato enérgico e letal, evoluindo para uma intensidade leve e um ritmo sonoro, que anuncia ao longe a morte do peixe. O proeiro toca-lhe a cabeça com reverência, como serão as atitudes no consumo e no tratamento de seu corpo [prancha 13].

Proeiro, individuação técnica e predação

Um pirarucu no fundo? Eu tenho muito medo...

Mestre Pedro, proeiro

O proeiro pode ser entendido tendo em vista duas dimensões de seus atos – uma delas relativa à sua *posição* e *feição* e outra ao *enseio* (ensejo) para que ele possa arpoar. Refiro-me a essas duas dimensões com os termos “individuação” e “interação”. A individuação do proeiro é dada na forma como o seu comportamento passa a englobar as ações e os elementos do esquema técnico descrito acima. Convergem para o proeiro o piloto, os eventuais passageiros e os objetos (montaria, arpão) envolvidos nesse conjunto, fazendo corpo com ele, em diferentes graus de acoplamento. Pode-se dizer que o proeiro, enquanto um ser dotado de autonomia técnica, se forma pela organização de todos esses elementos em suas ações – as dimensões da haste, a conduta do piloto ou da criança que vai ao centro etc. Outro aspecto significativo para a pessoa do proeiro é o modo como ele se relaciona com os seres nos lagos, em especial o pirarucu. Relação que é da ordem de uma interação dialógica, e não de controle, uso ou exploração. De modo que a pessoa do proeiro implica uma gênese técnico-perceptiva, que o institui pela interação com outros seres.

Como vimos, a formação do proeiro reside em grande parte nesse processo de acoplamento do arpão, que o constitui tanto do ponto de vista morfológico quanto de suas capacidades de ação. Mas a força da arpoada não vem apenas do movimento do seu braço; a velocidade do arpão origina-se, basicamente, do movimento circular de lançamento, em que a haste sai pela tangente. Ao arpoar o proeiro gira o quadril e o braço, semi-estendido lateralmente na altura do ombro, e libera a haste num ponto determinado. Essa mudança postural transfere seu peso de um pé a outro acentuadamente, desequilibrando-o. Após lançar, enquanto manipula a arpoeira com as mãos, ele reposiciona seu corpo para estabilizar a proa, evitando cair na água. De modo que os movimentos do proeiro levam em conta a distribuição de seu peso, que altera e controla o equilíbrio da montaria. Isso se expressa de modo crítico no momento do lançamento, mas é válido a todo instante, para manobrar no mangal, embarcar um peixe ou simplesmente remar de modo coordenado.

Mas o principal é que no contexto da montaria as ações do proeiro incorporam os movimentos do piloto.

A arpoada é conforme a remada aí da popa, do piloto. Se eu levantar pra arpoar, se eu firmar a arpoada aqui, pra arpoar um peixe, e ele der uma remada aqui, pode dizer que eu venho m'embora pra cá. Aí não tem condição de arpoar. (Zé Nádio)

No momento da arpoada o piloto não deve remar, sob risco de *descolocar* e até derrubar o proeiro pra água. Se a montaria está parada, o piloto simplesmente crava o remo na água, *'afirmando a arpoada'* ao impedir que o recuo da montaria dissipe a potência do gesto. Mas a precisão e o alcance de um lançamento dependem muito da velocidade da montaria, e o piloto nota se o proeiro é capaz de atingir o alvo em determinada posição ou se é o caso de remar um pouco ou redirecionar a embarcação. A qualidade de um piloto é *'saber levar pro proeiro'*, proporcionando o *encoste* e uma boa *feição* para a arpoada; para tanto, ele percebe e age conforme as propriedades do campo operatório do arpoador: a mão utilizada, o alcance de seu lançamento, as preferências, o limite para se aproximar sem ser visto pelo peixe. Além de contribuir à preparação e execução da arpoada, o piloto têm também funções perceptivas. Ele cuida dos sinais que aparecem atrás da montaria e, quando o proeiro vai de pé, sua posição mais próxima ao plano da água lhe possibilita visualizar melhor a ondulação sutil do carculo e informar o proeiro.

O piloto é um proeiro aposentado ou, mais comumente, um parente do proeiro – irmão mais novo, filho, sobrinho ou mulher. Os homens ocupam essa posição principalmente enquanto se preparam para ‘*pegar sua própria montaria*’; é um momento de *ser mandado*, mas também de aprendizado, com vistas a tornar-se proeiro. O que nem todos chegam a realizar, por motivos que discutiremos noutro capítulo, mas que estão associados à não constituição de uma capacidade predatória.

Juntamente com a troca da haste, a substituição do piloto é a mudança que mais perturba a atividade do proeiro, exigindo a reorganização de seus gestos e envolvendo o processo de adaptação do novo camarado às suas características e preferências. Mas o piloto é prescindível; o proeiro pode subir ao lago sem camarado, seja por falta de alguém disponível ou por decisão própria, tomada principalmente pelos que não têm filhos ou sobrinhos acima de sete ou oito anos, idade em que, se ainda não contribuem muito à propulsão, já têm força e destreza ao menos para *segurar a popa* enquanto o proeiro arpoa. Quem substitui o piloto é o *joão de pau*, leme que o proeiro controla por uma corda. Para mariscar sozinho o proeiro reorganiza seu gestual e a tática para abordar o peixe, tendo em vista a diminuição de sua mobilidade e de sua capacidade perceptiva. Grosso modo, passa-se de uma estratégia onde figuram o deslocamento e a captura com perseguição para outra totalmente centrada na espera e na precisão do lançamento.

A convergência técnica deste conjunto na pessoa do proeiro se reflete na coordenação que ele exerce sobre as ações do piloto, de modo explícito (sinais, palavras) ou implícito (que subjazem a suas ações e ao contexto). Mas o proeiro tem ascendência em praticamente todos os tipos de decisões, desde o cardápio até o tempo em que vão esperar pelo *buio* de um pirarucu, passando pelo momento de retornar à vila. As referências ao conjunto são sempre em seu nome, ficando o piloto englobado em sua figura. Diz-se que ‘*a popa é bem perto da proa, mas a diferença é muito grande*’. O aviamento é concedido ao proeiro, num ato que é também o reconhecimento de sua capacidade para *trazer*, o que implica *dirigir* a atividade e *matar* o peixe. *Pegar a proa* significa articular todos esses elementos na gênese do proeiro, que se realiza no acoplamento do arpão como uma prótese e na convergência da montaria e do piloto em suas operações.

O proeiro se constitui como um indivíduo, que se apresenta nos lagos auto-suficiente e solitário sob vários pontos de vista. Entre os proeiros isso se expressa no desprezo por informar seus destinos de marisco, nas demonstrações (quase rituais) de desacordo e independência nos

vários tipos de decisões e debates, mas principalmente na dimensão espacial. Quando dois proeiros percorrem o mesmo trecho, eles guardam distância suficiente para que seus campos operatórios não se confundam. Isso se coordena com o princípio segundo o qual, ao topar um pirarucu, quem o percebeu antes segue na perseguição; a menos que ele peça o auxílio do outro, situação em que o resultado da captura será partilhado. Esse princípio de autonomia espacial e preferência na relação é tão bem estabelecido quanto suas “subversões” são ritualizadas e circunscritas: aos domingos pode-se combinar de fazer valer a ‘lei do cão’, quando todos partem juntos (e cada um por si) em busca do pirarucu, ‘arpoando um por cima do outro’; também aos domingos alguns proeiros trocam de posição com seus pilotos; e há vezes em que dois proeiros (sobretudo parentes) vêm ‘de sociedade’ numa mesma montaria, alternando-se no papel de piloto, situação o mais das vezes complicada.

Posição, feição e enseio

Tenho tratado o proeiro como fruto de uma gênese, dada num processo de individuação, e isso merece uma palavra explicativa. Expresso com isso a idéia de que o proeiro coordena unidade de agenciamento com o arpão, o piloto e a montaria (com diferentes modos de vinculação entre si), que deve apresentar solidariedade mecânica e um circuito informativo, gerando uma capacidade de ação sinérgica e autônoma. Portanto, a habilidade (*skill*, Ingold [2000]) envolvida na arpoada não emana unicamente do corpo anatômico do proeiro, mas desse corpo estendido, dado nas propriedades perceptivas e motoras do conjunto da montaria e que converge para os atos do proeiro. Como afirma Gibson, “*this capacity to attach something to the body suggests that the boundary between the animal and the environment is not fixed at the surface of the skin but can shift*” (Gibson 1979: 41). Tomando o gesto paradigmático dessa formação – a arpoada – veremos que ele não pode ser tido simplesmente como fruto da ação isolada do proeiro, mas que o corpo do proeiro configura as forças e posições de todo esse conjunto em seu lançamento. O papel do proeiro nesse conjunto é um exemplo sofisticado daquilo que as pesquisas em motricidade que adotam uma perspectiva ecológica ou aberta do organismo demonstram, a saber: a destreza dos movimentos não pode ser vista como a execução correta de um padrão neuro-motor, pois ela resulta da capacidade de integrar na própria ação fatores orgânicos e ambientais, conjugando as ações musculares com outras forças (inércia, gravidade, impulso etc.) diante de uma tarefa; em suma, a análise não pode se dirigir ao corpo

como um agente isolado, mas à ação enquanto um conjunto de fatores orgânicos e ambientais (cf. Bernstein 1996; Reed e Bril 1996; Thelen 1995)¹⁸.

Não obstante, tomando a arpoada como o gesto paradigmático desse conjunto, veremos que seu caráter dinâmico e situacional não expressa apenas as articulações intrínsecas a esse corpo estendido do proeiro, mas também o modo de interação com o pirarucu. Se a arpoada depende na *posição*, que traduz a situação do campo operatório do proeiro, e da *feição*, que designa o modo como o conjunto da montaria contribui ao seu gesto, ela se funda igualmente no *enseio*, isto é, na oportunidade – e esta lhe é concedida (ou não) pelo peixe. Viu-se que a arpoada é um ato pelo qual o proeiro toma posição no circuito comunicativo que inclui o índice e o peixe. De fato, seu processo de individuação técnico-somática orienta-se pela capacidade de abordar os índices do ponto de vista perceptivo-motor. Contudo, se estou enfatizando que o proeiro se constitui por meio de um processo comunicativo, é porque este não encerra apenas a sua intencionalidade: o pirarucu tem um papel central na consecução desse vínculo fundamental para o proeiro. Por mais que o proeiro busque, ele só *topa* (encontra) um pirarucu quando este se lhe apresenta; o sinal que o proeiro enxerga é sempre um ‘*aviso do peixe*’ [prancha 11].

Além disso, deve ser considerado o fato que a trajetória da haste até o alvo pode durar quase dois segundos: durante esse tempo, além do instrumento, o peixe também se movimenta. Isso significa que, mesmo nas ocasiões em que a relação entre o peixe e o signo é quase imediata (como no carculo), o proeiro não arpoa onde o peixe está, mas onde o peixe estará. Ressalvando os ajustes mínimos que alguns proeiros conseguem fazer, a partir do momento em que a haste é lançada tudo depende dos movimentos do peixe face ao arpão. Durante os deslocamentos do arpão e do peixe rumo a um ponto futuro, a intencionalidade do pirarucu é de extrema importância, e nisso reside um aspecto crítico da relação entre o proeiro e o peixe. Ademais, mesmo quando encontra *com* o peixe, o arpão só penetra a carne se ele *se espantar*, abrindo as escamas. Se o espanto ocorre antes, o pirarucu sai do local; se o peixe fica *teso*, o arpão não entra em seu corpo, trazendo quando muito algumas escamas espetadas.

¹⁸ Segundo Esther Thelen não se pode falar da essência de um movimento, determinada por códigos neurais, pois ele surge de uma variedade de padrões de contrações musculares relacionados a outras forças, como a gravidade e a inércia do corpo: “*the same muscle contraction may have different consequences on your arm depending on the specific context in which the contractions occur*” (1995: 80). “*All behavior is always an emergent property of a confluence of factors. Six-month-old infants do not step without a treadmill. Where does treadmill stepping reside, in the baby or the treadmill?*” (: 83). Sobre isto, ver o trabalho seminal de Bernstein (1996).

A essas duas situações em que o proeiro se coloca frente às intencionalidades do peixe – quais sejam, encontrar e capturar – correspondem dois estados da pessoa de importância capital, que são a *panemeira de topar* e a *panemeira de matar*. Seu Branco as descreve:

Você pode tá bom pra pirarucu, e você tando bom ele vem dali e vem morrer aqui na sua ilhargá. Mas ele tando desconfiado com você ele passa por alí, ó. Nem olha pra gente. (...) Ele vem, tu encontra com ele aqui, vem, vem, vem, quando chega aqui ele pára. Pode arpoar lá o dia inteiro. Lá não tá. Isso é só num segundo. Isso se chama a tal de desconfissão, desconfiança.

Daí que a *skill* do proeiro no manejo do arpão, mesmo sendo a condição de sua existência, não resulta diretamente na captura. Ou melhor, a destreza ao arpoar é um *a priori*, uma condição generalizada entre os proeiros, e o problema da captura está na relação dessa destreza com o pirarucu. Quando se pergunta aos proeiros sobre o valor da habilidade com o arpão na captura do pirarucu, eles são taxativos: ‘*Não, não. Não é nada disso. Só depende da felicidade da pessoa pra matar (...) O cara pode ser profissional [habilidoso] como for, mas erra, erra sim.*’ Também não faz sentido distribuir os proeiros num quadro hierárquico de destreza ao arpão: ‘*pra arpoar não tem ruim nem bom*’. Afinal de contas, todos *matam*, ainda que uns sejam mais *felizes para pirarucu* do que outros.

A questão chave está na relação dialógica com o peixe. Já foi dito que o principal equívoco do proeiro é a *afobação*, ou seja, a tentativa de matar o peixe *a pulso*, sem esperar que ele próprio se ofereça. A atitude ideal é a de *trabalhar com o peixe*, dialogando com paciência até que ele mesmo dê o *enseio* para a arpoada; se o peixe for realmente do proeiro, ele se ofertará, e caberá ao laguista senti-lo. Agir antes do momento propício, sem aguardar o *timing* da arpoada, é uma falha em manter o diálogo com o peixe e o ambiente. Isso porque a eficácia da arpoada não advém exatamente do conhecimento sobre o comportamento objetificado do animal, mas é gerada no engajamento pleno do laguista na relação com o peixe, até que chegue (ou não) o momento de arpoar. Equívoco a que todos estão sujeitos, *se afobar* significa evitar a relação com o peixe, uma demonstração de falta de *confiança*.

Afirmar que se trata de uma relação dialógica não implica dizer que a predação se define por uma espécie de acordo tranqüilo ou pré-definido, mas sim comunicação e influência mútua. O encontro com o pirarucu encerra oportunidades e riscos, cujos desdobramentos remetem diretamente ao estado do proeiro, que se expõe diante de uma intencionalidade outra que a sua.

Paroca dá aqui um bom exemplo de como as propriedades e o comportamento do pirarucu referem-se aos estados da pessoa do proeiro:

Pra você saber o quanto um pirarucu é esperto, tem uma inteligência e tanta, é quando você tá panema pra matar ele, que é o mesmo que uma mulher que você quer conseguir e não consegue. Carinha de todo jeito ela, oferece o que você não tem pra ela, e ela não, dá o fora. É a mesma coisa o pirarucu. Ele buia pralí, você dá um tempo, vai pra lá. Ele já buia pralí, aí você fica aqui, pensando o que você pode fazer pra ele. Ele tá lá, buiando, no mesmo lugar. Aí – ‘agora dá tempo’ – quando você chega lá, ele já vai buiar pralí de novo. Quer dizer que aí você pensa ‘eu não vou esperar o outro buio, eu já vou logo, que eu vejo ele dá três buio só num lugar...’ Aí você chega lá, ele já não buia mais lá, ele já vai buiar pra cá. É só ele sente, ele vai embora. Quer dizer que aí você tá panema pra ele, num caso desse. Não é como você tá feliz, que você tá paraaado aqui, não viu nada, de repente ele buia aí do seu lado, você puxa pelo arpão, toma!, nele.

Outro aspecto significativo dessa passagem é o erotismo com que se trata o encontro com o peixe, que aparece sob inúmeras variações. Várias expressões são usadas para denotar tanto a arpoada quanto a participação masculina no ato sexual, a depender do contexto, como *varar*, *meter a vara*, *cortar*, *queimar*, *faquear*, *socar*, *andar a reboque*, *ficar com o braço teso*. Quando um peixe é capturado, diz-se que ele ‘*arrumou pro cú*’. Já os sonhos premonitórios, tão importantes nas decisões do proeiro sobre o marisco, são de hábito povoados por moças do Sucuriju, em quantidade igual ao número de peixes que o marisco seguinte reserva. Isso sem prejuízo de se considerar o pirarucu como um oponente em nível de igualdade, ou seja, capaz de inverter a relação e *lograr* o proeiro: ‘*caboclo bestou, ele já tá enrabando*’.

Ao abordar o tema dos papéis sexuais atribuídos à presa entre os Jivaro, Taylor (2000) identifica variação semelhante, e a atribui a uma forma de conceitualizar a relação presa-predador segundo os modos de trocas matrimoniais, e não a uma definição substantiva do animal (cf. também Clastres 1982: 84 e Århem 1996: 192). Assim, uma presa pode ser por um lado considerada como um adversário (cujo modelo é o afim), pois a relação de predação é em certa medida uma relação de troca reversível nos termos da guerra, o que implica uma igualdade entre o sujeito predador e o visado pela predação, ambos masculinizados. Por outro lado, a caça é também absorção irreversível (ao nível do indivíduo predado) e assim o animal pode também ser visto como uma mulher, e a predação tida como uma relação de sedução. Seja como for, o aspecto a ressaltar para nossos propósitos são três conclusões sobre a relação predador-presa que emanam da perspectiva de Taylor: (a) a relação de predação tem um potencial de reversibilidade,

(b) ela pode assumir diferentes formas e, principalmente, (c) “*la tension prédatrice ne détermine pas seulement l’organisation du champ social, elle est (nécessairement, pourrait-on insister) constitutive de la subjectivité masculine*” (Taylor 2000: 312-3).

A reversibilidade da relação entre o proeiro e o pirarucu não é apenas expressa na chance deste sobrepor-se ou lograr aquele, mas também pela possibilidade de metamorfose do laguista em pirarucu, como nesse caso célebre, relatado aqui por seu Sabá:

[Um laguista] foi pular na água pra espantar o pirarucu, na base do cerrado. Mas foi, e quando ele buiou assim, tava tipo pirarucu, já. O camarado foi atrás, mas não pegou mais ele. Aí o camarado foi embora, avisar os outros. Foram pra lá, mas não pegaram ele. Aí fizeram aquele negócio de curador, que disse que o pirarucu tinha mundiado ele. Mas deu muito serviço pra pegar ele, porque foi na água. Quando acalmava assim tudinho o barulho, que não tinha ninguém, ele subia, sentava assim na raiz, ficava pensando... e qualquer barulhinho, ele tchum, na água. Caiu na água, pronto, que ele já tava todo peixe! Eles dizem que já tava grudado as pernas, parece rabo de pirarucu. Quando foi um dia se ajuntaram uma turma, e aí avistaram ele. Aí eles se esconderam, foram bem devagarzinho pra ele não vê. Foram, foram, foram, que quando ele pressentiu, eles tavam perto dele. No que ele pulou na água, remaram em cima. Eles foram atrás da siriringa, foram, foram, e um foi lá na proa. Porque tem um que é desastrado assim, corajoso... ele disse “rapaz, eu vou pular nele”. E a turma tudo aí, tudo cabra macho mesmo, né. Eles foram, foram, aí veio pra buiar, veio, veio... Eles iam rente, iam remando, e o cara ia na proa lá, prontinho. Quando ele botou a boca pra buiar, ele pulou nele. Aí levou a mão aqui [na cintura], foi dar na calça dele, que ele tava de calça o homem, ele pulou de calça. A mão dele enganchou lá [no cós] e segurou. Aí a turma pularam na água. Foram dar com ele lá e trançaram com ele, até fizeram ele buiar. Depois que fizeram ele buiar, aí a turma se firmavam num pau, e fez ele cansar. Depois que ele cansou, aí conseguiram embarcar ele e levaram ele pra Vila de novo. Aí foi na mão do curador, né. Foi, foi, até deram jeito nele. Eles dizem, o curador né, que a outra vez que ele fosse, ele não ia voltar mais, ele ia se sumir. O dono do lago ia malvadar dele. Aí ele não veio mais [pro lago], ficou pra lá.

Essa metamorfose é narrada como uma modificação corporal do laguista, que passa por um processo de ganhar a forma do peixe (rabo), e conseqüentemente de se comportar como ele, *siriringando*, *buiando* etc. Sua sorte foi que a modificação não se completou, restando a calça, pelo que foi possível trazê-lo do *fundo* e levá-lo ao *curador*. Tudo faz crer que o problema dessa metamorfose está dado no corpo, o que corrobora o argumento que a morfologia e as propriedades de ação são elementos chave para a definição do estatuto dos seres no lago. As metamorfoses entre humanos e animais através do corpo não são algo estranho ao universo amazônico e isso merece alguma discussão.

A importância do corpo como um operador da pessoa é apontado há algum tempo pela etnologia ameríndia (Seeger et al. 1979), tendo inclusive derivado em importantes facetas da noção de perspectivismo, tal como propõe Viveiros de Castro (1996; 2002). Ao afirmar que as cosmologias ameríndias operam segundo o duplo princípio da semelhança das interioridades e da heterogeneidade de corpos, o perspectivismo atribui ao corpo o estatuto de definidor do “ponto de vista”, que ao mesmo tempo instaura os sujeitos e os diversifica, situando-os uns diante dos outros conforme seus aparatos corporais. Diante da atribuição de uma universalidade das propriedades “culturais” a seres humanos e não-humanos, isto é, de propriedades ligadas à intenção, à comunicação e à inteligência, os seres se diferenciam por um multi-naturalismo, uma variedade de corpos, nos termos de Viveiros de Castro.

Ainda que divergindo em certos aspectos, Descola apresenta argumento semelhante, quando recupera a noção de animismo para referir-se de modo geral às populações que mantêm relações de pessoa a pessoa com animais e outros seres não-humanos. Para ele, qualificar um animal como pessoa significa atribuir autonomia, intencionalidade e um ponto de vista semelhante ao dos humanos; tudo isso no âmbito das esferas de prática e de “*un monde vécu et agi caractérisé par ce qu’un animal est susceptible d’y faire à partir des atouts physiques dont il dispose*” (2005: 388). Assim, nas ontologias anímicas os seres se convertem em sujeitos formando o ambiente através de sua própria ação, de tal maneira que o mundo é “*une extension sensible du corps, non une représentation*” (*idem*: 389, grifo meu). A essa preeminência da prática na concepção dos sujeitos anímicos e do mundo particular afeto a cada um deles, Descola acrescenta ainda outro fator, afirmando que a dimensão corporal é, ela própria, resultado da integração num contexto prático:

... la physicalité, base de la discontinuité des espèces, est plus que l’anatomie nue ; elle spécifie celle-ci par les multiples manières de faire usage des corps, de les donner à voir et d’en prolonger les fonctions, tous éléments qui ajoutent une certaine forme d’agir dans le monde à la forme reçue en y arrivant (*idem*: 202).

Portanto, nesse universo “anímico” não apenas os corpos e seus usos são o fator central no estabelecimento do estatuto de pessoa e de suas propriedades, como são eles também instituídos pela prática. Contudo, pensando no papel do corpo na formação do proeiro, é o caso de lembrar o desacordo de Ingold com um aspecto da perspectiva de Descola. Convergindo com este em boa parte de suas conclusões a respeito das populações de caçadores-coletores, principalmente no

regime de autonomia e interdependência que marca a convivência entre pessoas humanas e não-humanas (e.g. Ingold 2000: 58-9, 70; Descola 2005: 441), Ingold critica a postura sociocêntrica na qualificação do mundo e dos seres. Para ele, o fato de que os animais sejam pessoas não deriva de uma extensão das relações intrínsecas aos coletivos humanos sobre o mundo não-humano (i.e. um antropomorfismo), mas de uma consideração tanto do humano quanto do não-humano conforme o envolvimento prático entre eles. O sentido dos seres e das coisas não seria, portanto, sobreposto ou construído simbolicamente no mundo, mas imanente às interações concretas.

Tal opinião está particularmente expressa quando Ingold (2000: 47) caracteriza as relações entre os seres usando o neologismo *interagentivity*, ao invés de *intersubjectivity*. Quando propõe esse conceito, Ingold busca duas coisas, que interessam em particular a análise sobre os laguistas do Sucuriju: (a) opor-se a qualquer possibilidade de pensar uma interação das mentes anterior e/ou separada à dos organismos; e (b) enfatizar que os humanos não só atribuem, mas assumem características conforme as interações em que estão envolvidos.

There can, then, be no radical break between social and ecological relations; rather, the former constitute a *subset* of the latter. What this suggests is the possibility of a new kind of ecological anthropology, one that would take as its starting point the active, perceptual engagement of human beings with the constituents of their world... (*idem*: 59)

Tendo *dwelling* como uma noção chave de sua proposta, que coloca nos termos de uma morada tanto a relação humana quanto não-humana com o ambiente, Ingold critica a postura que vê no humano o ator, sujeito, e nos animais e no ambiente o objeto, que recebe passivamente a ação.

(...) in dwelling in the world, we do not act *upon* it, or do things *to* it ; rather we move along *with* it. Our actions do not transform the world, they are part and parcel of the world's transforming itself (*idem*: 200).

A postura de Ingold encerra uma espécie de simetria aplicada às relações homem-animal, que assume características peculiares conforme o contexto prático em que elas se desenrolam. Isso leva a se considerar as *skills*, de pessoas dotadas de organismos humanos ou não-humanos, nos termos de um contexto agentivo comum. Assim, pensando a gênese técnico-corporal como fator determinante para a individuação do proeiro, é em certo sentido limitante entender que a conjugação com o arpão e a formação de um campo operatório sejam aplicações de relações humanas ao mundo não humano. A meu ver, a constituição do proeiro não reflete um processo de

domínio ou de adaptação à natureza; é antes um modo pelo qual o proeiro é gerado para e com o ambiente do lago, no âmbito das interações que ali se desenrolam. Claro que não se pode reduzir sua subjetividade às interações vividas no lago no âmbito da captura, mas o objetivo aqui é sublinhar o papel da inserção numa dada atividade como um processo de construção da pessoa. Nesse sentido, a individuação, que institui a autonomia fundamental do proeiro nesse espaço, se dá pelo engajamento na socialidade estabelecida entre os seres que habitam os lagos, processo que será detalhado mais adiante.

Mas lembremos que essa socialidade é baseada na predação. E vista em seus aspectos operativos, a predação do pirarucu é uma relação dialógica e em vários sentidos reversível com o peixe. A arpoada mais *talentosa*, ou seja, que mostra qualidade ímpar em termos de facilidade e beleza, não é a que evidencia a *expertise* do proeiro, mas aquela em que o peixe se apresenta de forma mais explícita. Se a arpoada expressa a virtuosidade de um sofisticado processo de individuação e obtenção de autonomia, que caracteriza a formação do proeiro, ela é também a elaboração da relação com o peixe: um proeiro o é se (e somente se) *mata*, e por mais que seja definido pela aptidão a fazê-lo, ele depende de propósitos alheios para que esse potencial se efetue. Por isso, ao considerar a arpoada como um ato comunicativo fundamental, quero chamar a atenção também para as idiossincrasias que ele envolve enquanto ato dialógico: o sucesso da arpoada não reside somente na eficiência interpretativa e motora (a vista boa nos olhos e no braço), mas passa por (re)instaurar o proeiro pela eficácia do vínculo com o peixe, que só é arpoado, afinal, quando *‘consente’*. Assim, ao arpoar, o proeiro ao mesmo tempo se afirma e se arrisca.

Capítulo 3

Costa: fluxo hídrico, *disposição* e engajamento técnico

Na pesca costeira são usadas e realiza-se com barcos motorizados, tripulados por três a seis pessoas. O principal fator constituinte da pesca e da navegação é a interação com os movimentos hídricos, expressos na *maré* e na *maresia* (ondulações). Tais movimentos constituem uma espacialidade fluida, onde se desloca e age o barco, enquanto um sistema composto por vários elementos, inclusive o pescador; eles têm muita importância na compreensão das técnicas de pesca e, conseqüentemente, da integração do pescador ao sistema do barco. O pescador é considerado frente à sua inserção nas atividades a bordo, pela capacidade que apresenta para engajar-se nas operações da pesca, que seguem um ritmo que transcende e engloba suas ações individuais. Duas funções são particularmente importantes: a de *encarregado*, que implica principalmente em gerir a relação do deslocamento do barco com os *horários* da maré, tendo em vista a produção e a segurança; e a de *jogador de anzol*, que envolve produzir uma coordenação entre o ritmo das atividades a bordo e o fluxo da maré na atividade de posicionar o apetrecho de pesca no fundo. Ambas as funções passam pela *disposição* para embarcar e pelo engajamento no *serviço*.

Maré: tempo e espaço na pesca costeira

A maré no Sucuriçu compõe-se de diversos fluxos associados. Se nessa parte da costa ela enche do norte para o sul e vaza no sentido inverso, esse é apenas um comportamento mais abrangente, composto por fluxos interiores e sujeito a variações de ritmo e intensidade extremamente importantes para o deslocamento e a pesca. Na região mais próxima à costa e na embocadura do rio Sucuriçu, então, o fluxo da água apresenta diversas vertentes e alterações que tornam a situação muito mais complexa do que um movimento regular de vai e vem. Mesmo na área da vila, em dado momento a maré pode estar enchendo no leito do rio e vazando sob a ponte.

A articulação das atividades dos pescadores com esses movimentos estabelece um quadro espaço-temporal que confere sentido ao fluxo hídrico, ou seja, o movimento das águas é

considerado em relação às possibilidades de ação de embarcações e apetrechos. Para abordar as formas em que a maré aparece no Sucuriçu como um fundamento do espaço e do tempo e como aspecto essencial das técnicas de pesca, vejamos como se caracteriza o dinamismo hídrico dessa região, ressaltando a regularidade de seu ciclo diário e quinzenal e as variações de intensidade que ele apresenta.

O estuário do Amazonas

A costa amazônica, particularmente o estuário do Amazonas, apresenta intenso regime de marés. Antes, porém, de descrever os aspectos significativos desse sistema hídrico, lembremos as principais causas da maré e as particularidades com que se expressam nessa região.

À medida que a Terra gira em torno de seu próprio eixo, a força de atração exercida pela Lua desloca-se em sua superfície, “arrastando” as massas líquidas e gerando as correntes oceânicas e a oscilação do nível das águas no litoral. Eis a principal causa das marés, e o ciclo diário de aproximação e afastamento das águas marítimas em uma localidade costeira corresponde ao período em que este ponto executa uma rotação completa em relação à Lua. Durante o período de 24h50min (dia lunar) o nível da água num determinado local perfaz duas vezes um ciclo de maré alta e maré baixa. Visto que esse intervalo é 50min mais longo que o dia solar, os momentos em que a maré atinge seu ponto máximo e mínimo (preamar e baixa-mar) sofrem um “atraso” em relação à posição do sol conforme os dias se sucedem.

A segunda força mais significativa na geração da maré é a atração solar. Ainda que corresponda a menos da metade da força lunar, a “maré solar” é importante porque, dependendo da sua relação com a atração exercida pela Lua, aumenta e diminui a intensidade das marés num ciclo quinzenal, baseado na translação da Lua em torno da terra. Em situações de lua cheia ou nova, quando ocorrem os alinhamentos Sol-Terra-Lua ou Sol-Lua-Terra, somam-se os efeitos dos dois astros sobre as águas marítimas, originando marés de maior amplitude – denominadas marés de sizígia – que alcançam níveis mais altos e descem a níveis mais baixos do que a média. Durante os quartos crescente e minguante, os astros não estão alinhados, suas forças não se adicionam e as marés são menos pronunciadas – são as marés de quadratura.

Estes são os principais componentes astronômicos da maré, responsáveis pela relativa regularidade de seus ciclos diário e quinzenal. Mas o deslocamento das águas marítimas em determinado local é resultado da interação dessas forças com fatores particulares, sejam eles

geográficos ou meteorológicos. Na região do estuário do rio Amazonas vários aspectos se combinam, formando um “ambiente oceanográfico altamente dinâmico”, com grandes velocidades de corrente e compondo um regime de macromarés, ou seja, com variações médias acima de quatro metros (Gabioux 2002; Santos 2006; Silveira 1998). Antes de tudo, estando na vizinhança da linha do Equador, ficam mais pronunciadas ali as forças astronômicas; mas o volume hídrico e a grande quantidade de partículas sólidas despejadas pelo Amazonas também influenciam este quadro. Os sedimentos constituem fundos argilosos e se misturam às águas costeiras em altos gradientes, deixando-as em coloração barrenta e formando camadas de lama em suspensão. Isso reduz o atrito entre a massa líquida e o fundo, amplificando as correntes de maré. Também a baixa profundidade da região da desembocadura do Amazonas influencia na propagação da maré, elevando sua velocidade e amplitude. Em frente ao Cabo Norte, onde se localiza o Sucuriju, a profundidade média de cinco metros se estende a uma distância de cem quilômetros da costa, o que contribui para que o trecho nas imediações da Ilha de Maracá apresente a maior intensidade de marés da região (Gabioux 2002: 06 e 11)

Nesse trecho, onde navegam e pescam os barcos do Sucuriju, as variações de maré podem chegar a dez ou doze metros em alguns pontos (Direção de Hidrografia da Marinha/DHN *apud* Schaeffer-Novelli e Cintron-Molero 1988; e Serviço de Geografia de Estatística *apud* Guerra 1954: 342). O *Roteiros*, publicado pela DHN em 1968, informa que no canal entre a Ilha de Maracá e o continente foram observadas amplitudes de maré de dez metros, com velocidades de corrente de sete nós. Nas marés de sizígia, avisa o texto, os navios não agüentam fixos ao fundeadouro e a passagem por ali pode ocorrer somente no início da vazante (*apud* Schaeffer-Novelli e Cintron-Molero 1988). Guerra (1954: 287) assinala o fator crítico dessa hidrodinâmica costeira para a navegação, tanto pela profundidade quanto pela correnteza: “A navegação costeira está na dependência exclusiva das marés. A entrada da barra de todos esses rios só é possível no momento das marés cheias. A subida e a descida desses rios só se fazem em função das marés.” No entanto, o movimento das águas varia muito de um ponto a outro e também no mesmo lugar em momentos distintos, constituindo em grande medida uma incógnita.

Quer dizer, apesar dos fatores que estabelecem em linhas gerais o comportamento da maré numa região, delineando suas intensidades e ciclos característicos, não se deve esquecer que “*la marée n’est pas un phénomène strictement périodique*” (Geistdoerfer, P. 2002: 137), pois ela tem vários determinantes com periodicidades diferentes e outros que não são cíclicos. No que se

refere ao domínio astronômico, além das atrações principais, exercidas pela Lua e pelo Sol, que são responsáveis pelo ritmo diário (enchente e vazante) e quinzenal (sizígia e quadratura), existem centenas de outras forças ligadas aos movimentos destes astros e da Terra, com períodos variados – de algumas horas a centenas de milhares de anos – que compõem a intensidade da maré num dado momento. Somam-se a elas as alterações no volume dos rios (devido às chuvas), na pressão atmosférica (em função de uma tempestade) ou nos ventos, compondo um rol de fatores que fazem as marés variarem em proporções significativas.¹⁹ Assim, em torno de uma estrutura regular, e dentro de limites localmente determinados, a variação dos padrões de movimento das águas marítimas é algo significativo e de extrema importância para as atividades realizadas no ambiente flúvio-marinho. Ainda mais no estuário do Amazonas, onde as modificações do volume fluvial devido às chuvas e a própria magnitude das marés tornam as alterações no ambiente hídrico especialmente amplas.

Pororoca

Um dos fenômenos que melhor exemplifica tanto a intensidade das marés quanto seu aspecto incerto é a pororoca. Ela pode ou não ocorrer, e tem magnitude bastante variável de uma apresentação a outra. Um aspecto chave para compreender sua formação é a pequena inclinação do continente e da plataforma atlântica, que também favorece as grandes variações de maré. Propagando-se ao longo dos rios por longas distâncias, a onda de maré fica implicada num fenômeno de ressonância, que incrementa sua amplitude e gera um padrão de movimento particular, com estagnações de corrente no momento da preamar e da baixa-mar e grandes velocidades durante certos períodos da maré enchente ou vazante (Open University 2000: 79). Estas características contribuem à formação da pororoca, que pode ocorrer no início da enchente em marés de sizígia, sobretudo durante os equinócios.

The rising tide may force the tidal wave-front to move faster than a shallow-water wave can freely propagate into water of that depth (...) When this happens, a shock wave is

¹⁹ Os cálculos de previsão de marés consideram até cerca de duzentos “componentes harmônicos”, isto é, forças astronômicas com oscilações particulares, que num dado momento se somam para formar a maré. Exemplos importantes de tais oscilações são as órbitas da Terra em torno do Sol e a da Lua em torno da Terra. Elas são elípticas, e por isso implicam na variação da distância entre os astros, o que causa alterações de até 30% nas forças de atração. O mesmo se pode dizer da inclinação da órbita da Lua em relação ao Equador, cuja magnitude acarreta diferenças de até 20% em sua influência sobre a maré, para mais ou para menos. Já fenômenos meteorológicos, como uma forte tempestade, podem elevar até cerca de dois metros uma maré (cf. Open University 2000; Geistdoerfer, P. 2002).

formed, analogous to the ‘sonic boom’ that occurs when a pressure disturbance is forced to travel faster than the speed of the sound. The tidal bore propagates as a *solitary* wave with a steep leading edge, moving upstream as a rolling wall of water. Most tidal bores are relatively small, of the order of 0.5 m high, [...] whereas the Amazon bore (the *pororoca*) reaches about 5 m, and moves upstream at about 6 m/s (12 knots) (Open University 2000: 83).

Especialmente vigorosa no trecho costeiro entre a Ilha de Maracá e o Amazonas, a pororoca se apresenta como uma coluna d’água nas zonas pouco profundas, sobretudo na barra e nos canais dos rios, e seu ruído é ouvido a uma distância de três a seis milhas. Ela é seguida por uma forte corrente, que eleva o nível da água de maneira abrupta, chegando a atingir em alguns minutos a metade da enchente (Rocque 1968: 1403). Diferente de uma onda comum, que movimenta basicamente energia, a pororoca movimenta água e energia rio acima; é como a fachada de uma coluna d’água que sobe o rio, criando forte correnteza e sendo seguida por duas ou três ondas semelhantes (Lynch apud Santos 2006: 64-5).

O encontro com a pororoca pode ser estimado tendo em vista os dias de lua cheia ou nova e a profundidade local. Mas nunca se sabe de fato se *ela vai dar* num dado lugar, seja na costa ou dentro de rios e, principalmente, qual será sua forma (*lisa* ou *quebrada*) e sua intensidade ali. Isso faz com que, mesmo tentando evitá-la, o encontro muitas vezes ocorra. Muito arriscada para os pequenos botes, a pororoca não vira ou alaga uma embarcação de tamanho médio (dez metros), por maior que ela seja; basta que se consiga *apará-la*, o que exige voltar a proa e acelerar em sua direção, subindo ou, se ela já estiver quebrando, atravessando-a, evitando assim que ela arraste a embarcação desgovernada. Desse modo ela passa *por cima* da embarcação e aquelas que são abertas, sem convés, sofrem perigosas inundações, que devem ser eliminadas antes que as ondas subseqüentes levem à alagação completa. Mas é o banzeiro (ondulações) e a correnteza subseqüentes o que mais inquieta, pois são muito fortes e levam troncos consigo.

Os naufrágios de barcos do Sucuriçu em função da pororoca ocorreram em casos onde a embarcação estava *em seco* ou num local de pouca profundidade. Nessas situações o barco fica preso ao solo e a pororoca e a correnteza ulterior podem fazê-lo tombar antes que ele consiga flutuar e sair da situação embaraçosa:

Se tiver *buiado* não, mas se tiver em seco, ou numa parte bem rasa, onde [a pororoca] consiga bater um pouco o casco dele [no solo], ela vira. E vira mesmo. Agora na parte funda, não, ela não vira. (...) [Nessa parte] o perigo não é a pororoca, o perigo é a

correnteza: se você pegar uma correnteza e a embarcação vier bater no seco. Enquanto a pororoca, não, ela pode vir alta como ela vier, a embarcação entra nela, ela cobre a embarcação, mas não vira. Só no seco: se ela bater uma embarcação no seco ela vira mesmo, porque ela não tem apoio de se defender, ela fica indefesa (Manoel Vales).

A preocupação ao enfrentar a pororoca expõe a questão central dessa navegação costeira, que se dá em torno do tipo de apoio em que o barco se sustenta. As possibilidades de estar flutuando (*buiado*) ou apoiado ao solo (*em seco*) orientam os movimentos de navegação nessa região, cujos principais elementos são justamente a intensidade do fluxo hídrico e a pouca profundidade. Nas marés mais pronunciadas, com preamares elevadas e baixa-mares diminuídas, as correntes são muito fortes e em algumas dezenas de minutos um local onde se passava com folga já não permite mais o trânsito. Nesses casos, o barco que *enseca* durante uma maré vazante fica em posição desprotegida, pois ele não pode se movimentar e a enchente o encontrará provavelmente com a pororoca, restando então posicionar suas amarras para voltá-lo de proa e aguardar que a onda não seja muito forte.

O que a pororoca traz é o *peso de maré*, frente ao que o barco tem de usar suas capacidades de movimento, dadas na vela, mas principalmente no motor. Ou então fixar-se ao solo numa posição conveniente para resistir ao seu ímpeto. Essas alternativas são consideradas a depender das possibilidades de movimentação, tanto mais que a pororoca é rápida e um tanto imprevisível.

Era dia de quarto, nós viemos, chegou aí depois da *Ponta Seca* o finado Zé Vilhena disse “bora arriar a vela, bora ficar aqui, deixar a maré encher pra nós entrar [no rio Sucuriçu]. Daqui nós deixa ela encher um pouco, quando a dobra [da enchente] vir vindo nós entra.” Aí o finado Zé disse “olha, a pororoca dá da grande aqui”. Ele respondeu “porra, mas é dia de quarto rapaz, não dá pororoca”. Então tá. A canoa tava quase em seca. Quando ele disse que a pororoca dava grande, já foi “olha como ela vem aí de detrás!”. Mas ela vinha de lado a lado! Vinha da beira do mato e sumia pra fora. Adianta até nem ter puxado o ferro pra correr, porque o motor era fraco, era um dez [HP]. Ele disse “não, mas ela não vem grande”. Mas ela vinha longe, né. Aí ela veio, veio, veio, rapaz, quando chegou perto assim ele disse “ô, rapaz, ela vem grande!”. Aí ela vinha... porra! Só que no rumo que nós tava ela não veio quebrada, ela veio só lisona assim. Nós tinha jogado o ferro [a âncora] já fazia uma boa hora na água, ele tava seguro. Ele disse “olha, puxa, deixa ficar bem empinado [a amarra] lá, passam na bita e no mastro”. Assim os camarado fizeram. Eu fiquei parece um papagaio, olhando de parte, seguro lá no vergueiro, sabia que a porrada era seca, que ela ia dar. Eles ficaram lá. Que quando ela deu, rapaz, ela pegou a canoa de cú, macho. Deu-lhe uma pesada, o ferro tava seguro, e pra mim a modo que aquela canoa ia fazer disso assim [dar uma cambalhota]. Mas não, arrancou o ferro [do solo] e ela pulou. A porrada dela até que não fez nada, agora o que fez foi aqueles banzeiro. Deu

duas porrada logo, ela ficou quase rente de água. Aí pularam quatro macho pra lá [para tirar água]. Rapaz, ele facilitou com aquela pororoca, quase nós alaga. Eu disse “puta que pariu, dia de quarto, pensei que ela não fosse dar aqui, mas ela dá.” De [maré] mortinha, ela dá fora lá, ela dá. Uma enorme de pororoca. Também, camarado, eu não quis saber de ficar dia de quarto por lá nem... Procuro logo o rumo (Pedrão).

Em cima da maré

As marés *mortas* (ou *de quarto*) são aquelas mais atenuadas, dos dias de lua crescente ou minguante. Já as *marés de lanço* (ou *de lua*) são as de sizígia, que atingem o ápice (*cabeços*) no terceiro dia após a lua cheia ou nova. Para uma dada localidade, a forma da Lua, que indica o momento de sua fase, associada a sua posição no céu, indicam o momento das principais inflexões da maré.²⁰ Essa terminologia fixa períodos que são delimitados por momentos de inversão. Quando as marés começam a subir, diz-se que ‘*a água está puxando*’, e quando baixam ao final do lanço, ‘*quebrando*’. O ciclo diário também é indicado pelas tendências e inflexões. Os termos *enchente* e *vazante* indicam os movimentos da água que levam à maré cheia e baixa. Mas os estados em que ela se encontra são colocados sempre no âmbito de uma mudança. Assim, a maré pode estar ‘*baixa de vazante*’ ou ‘*cheia pra vazar*’. Também quando se diz ‘*a maré encheu*’ ou ‘*vazou*’, significa apenas que já se iniciou (e não que se completou) o movimento de encher ou vazar. Os próprios movimentos de enchente e vazante não são invariáveis. A enchente começa vigorosa (às vezes com pororoca) e pára, depois de elevar o nível até acima da metade. Perto de uma hora depois vem a *dobra* da enchente, correnteza muito forte e com mais volume, que eleva o nível quase ao máximo. Em seguida a velocidade diminui e a água se eleva vagarosamente até atingir o ápice, quando ela ‘*pára pra vazar*’. A enchente dura de três a quatro horas, já a vazante cobre um período de oito a nove horas e começa lenta, mas logo aumenta a velocidade, principalmente nos locais em que o fluxo fica limitado a um canal à medida que o nível da água baixa.

²⁰ Há de se dizer algo sobre o fato de que o dia de maiores marés tem um atraso em relação ao dia de lua cheia ou nova. Em oceanografia essa decalagem é chamada “idade da maré” e é atribuída à inércia das águas marítimas e ao seu atrito com o fundo, que as leva a responder com retardo à atração lunar. Há também outra decalagem importante, chamada de “estabelecimento do porto”, entre o instante em que a lua cheia atravessa o meridiano e o momento da preamar (Geistdoerfer, P. 2002: 149; Open University 2000: 66). Na foz do rio Sucuriçu, registrei variação de aproximadamente oito horas, ou seja, no dia de lua cheia (o astro no zênite a 0h) as preamares ocorrem por volta de 8h e 20h. Como essas decalagens são regulares, a forma da lua e sua posição no céu indicam com segurança os pontos chave do ciclo da maré numa localidade.

Além da regularidade cíclica da maré ser considerada mais pelas inflexões e movimentos do que pelos estados propriamente ditos, a intensidade variável através da qual ela se apresenta é algo muito importante e imprevisível. Isso fica expresso nas qualificações que recebem os termos que delineiam os ciclos. Uma enchente pode estar *‘tardando muito’*, ou ser caracterizada como *preguiçosa*, assim como um lanço é *porrudo* ou *jito*. As preocupações centradas na maré e no seu fluxo são, aliás, muito mais importantes do que qualquer consideração mais generalizante sobre o *mar*. Ainda que vez ou outra alguém fale do mar como um ambiente, esse termo se refere o mais das vezes a um estado de agitação das águas; os arredores da Ilha de Maracá, por exemplo, são conhecidos por apresentarem *muito mar*. O domínio costeiro é denotado comumente pelos termos *fora* ou *costa*. Nisso reside, creio, um indício sobre a espacialidade da navegação e da atividade pesqueira, que passa mais por enfatizar um espaço-tempo em transformação do que por fixar um domínio territorial. É de se notar também que não se estabelece uma distinção clara entre o fluvial e o marítimo. Um bom exemplo é o termo *maresia*, que se refere às ondulações causadas pelo vento, não apenas marinhas, mas fluviais e também lacustres.

O próprio termo *maré* não se restringe às águas marítimas. Ele é aplicado ao domínio do rio e também do lago. Nas ocasiões em que é possível perceber um fluxo de água nos lagos, diz-se que *a maré está correndo*, mesmo que não haja ligação com os movimentos marinhos. É verdade que também se diz que a maré não passa das cabeceiras para o lago e que a entrada do *salgado* nos lagos a noroeste é tida como uma *invasão*. Isso aponta para as diversas qualidades da água que estão reunidos no termo *maré*, quais sejam: *salgar*, *correr* e *tufar*. Em rios volumosos, como o Amazonas e o Araguari, e mesmo no Sucuriçu no auge do inverno, nota-se claramente os limites sucessivos que essas características alcançam ao longo de seu curso. A salinidade é a que tem menor penetração; em seguida vem a alteração ou mesmo a inversão da corrente fluvial; e o aspecto que se nota mais distante é a alteração no nível da água. Essa é a ordem do alcance no leito de um rio das alterações envolvidas no termo *maré*, mas no contexto do estuário amazônico esses fatores interagem com as qualidades das águas fluviais (corrente, sedimentos e nível) propagadas mar adentro, em certos momentos com tal intensidade que as expedições dos sucuriçuenses para coletar água doce se distanciam da costa, quase *mato sumido*.

Ainda que no Sucuriçu muitos já tenham conhecido e sejam correntes as noções de *Oceano* – referindo-se ao local a partir de onde a água é azul, depois da parte barrenta do estuário – e da parte superior do Amazonas, a oposição entre rio e mar não é operativa para seus

deslocamentos e atividades. Os rios da região são tão caracterizados pela influencia das marés que as propriedades de suas águas não justificariam essa cisão. Tal oposição faz ainda menos sentido em se tratando da região da desembocadura do Amazonas propriamente dita – entre o Cabo Maguari, na Ilha de Marajó, e o Cabo Norte e a Ilha de Maracá – onde os sucurijuenses pescam e realizam os deslocamentos para Macapá, Belém e Amapá. As formas de orientação não se referem a domínios tão marcados, mas às variações dos fluxos e das propriedades hídricas, considerando os rios mais como braços, onde a maré tem um comportamento particular.

Na costa do Amapá a maré enche de norte para sul e vaza no sentido contrário, e nisto consistem dois termos de orientação muito importantes – *pra cima* e *pra baixo*, respectivamente – aos quais se somam outros dois, indicando se a corrente se distancia ou se aproxima do continente – *pra fora* e *pra beira*. Os termos são sempre acompanhados da preposição *pra*, que designa direção, justamente porque não são propriamente lugares específicos no espaço que orientem um deslocamento, mas fluxos que conectam ou apartam os lugares. De tal modo que tanto a direção quando a distância de um lugar não dizem respeito à topografia, mas ao fluxo hídrico, que abre a possibilidade e dita a forma de se deslocar. Para ir à cidade de Amapá (*pra baixo*), a saída do Sucuriju se dá na vazante e o retorno na enchente. Para Macapá (*pra cima*), o inverso. Contudo, a menos que seja um barco potente e com generosa disponibilidade de combustível, apenas uma maré (vazante ou enchente) não permite realizar esses trajetos completos; em ambos os casos é necessário aguardar a maré subsequente no meio do percurso – na Ilha de Maracá ou no arquipélago do Bailique, respectivamente. Do mesmo modo, por exemplo, para *descer* até o Cassiporé, mais ao norte, são necessárias quatro ou cinco vazantes, já que durante as enchentes, que vêm no sentido contrário, espera-se fundeado no interior de um igarapé. Isso é uma medida de economia de combustível durante as *marés mortas*, mas nos *lanços* é incontornável, principalmente para os barcos médios (com motores de até 18 HP), que não *vencem* a força da água.

Deslocando-se ao longo do estuário, a maré propicia navegação continuada. Se a enchente dura cerca de três horas num mesmo lugar, é possível sair do Sucuriju rumo a Macapá e navegar o dia inteiro ‘*em cima da enchente*’, acompanhando-a por cerca de doze horas, até que ela ultrapasse definitivamente o barco e comece a vazar, normalmente nas imediações do Bailique. Espera-se então vir a enchente seguinte para prosseguir. No entanto, a localização e o transporte baseados no fluxo e refluxo das marés têm outros aspectos a notar, pois a região é muito rasa, e

não é possível passar em alguns trechos a menos que a água não esteja muito baixa. Ao vir de Macapá para o Sucuriju, por exemplo, depende-se das marés vazantes e, após a parada no Bailique, a saída é coordenada a elas; mas se a viagem não for rápida o bastante, ao chegar na boca do Sucuriju a vazante já terá escoado demasiado e não será mais possível entrar (salvo no auge do período de chuvas). Em casos assim, é necessário fundear do lado de fora e esperar a maré encher, considerando que, se for dia de lança, pode dar pororoca.

Há cinco dias o barco freteiro *Cassiporé* esperava que a maré quebrasse para fazer a viagem de volta de Macapá ao Sucuriju. Por calar muita água e estar carregado de mercadorias, as marés de lança lhe representam perigo. Seu proprietário e encarregado decidiu, enfim, pela saída; todos a bordo desde 3h, no *Igarapé das Mulheres*, partimos tão logo o barco *buiou*, às 5h. Descemos o Amazonas vagarosamente, contra a maré enchente, apenas para adiantar a viagem e pegar a vazante, que logo veio e nos levou com mais velocidade, nos fazendo aportar na *Vila Progresso*, no Bailique, às 20:30h. O próximo trecho é até a extremidade norte do arquipélago e é percorrido com a enchente, pois no interior do Bailique a maré se inverte, enchendo para o norte. Sairíamos de madrugada, mas os negócios de um dos patrões a bordo adiaram a partida para a maré seguinte, que veio ao meio-dia. Chegamos então no começo da noite ao igarapé *São Pedro*, última parada dos barcos que aguardam a maré para *descer pro Norte*. Situado na ponta do Bailique, as propriedades que ali estão (praticando pecuária, agricultura e extrativismo) e mesmo o *Congo*, braço pouco profundo por onde se navega, são formações recentes – há cerca de uma geração tudo isto era um canal fundo, onde passavam grandes embarcações. A maré da manhã estava dando ainda de madrugada, e o dono do barco não queria navegar no escuro, com receio de não perceber a crispação da maresia, que avisa das perigosas praias nesse trecho inicial. O barco já havia *ensecado* duas vezes vindo da *Vila Progresso* para o *São Pedro*, livrando-se porque a água ainda subia; mas na saída do Bailique o quadro é mais arriscado. Além disso, um naufrágio recente nessa passagem reforçava a cautela e justificava a espera no igarapé. Mesmo assim, alguns dos passageiros pregavam a saída imediata, cochichando que o dono do barco não tinha *colhão* necessário à navegação nessas paragens; outros concordavam com a prudência, mas reclamavam do erro de cálculo que os fazia esperar ali pela maré propícia, quando podiam ter ficado esse tempo em Macapá; havia ainda a opinião de que tudo poderia ter sido evitado se fôssemos por fora do Bailique, onde é mais fundo, ao que se respondia que o gasto em combustível seria muito maior e a forte maresia faria sofrer as professoras que iam a bordo. Acertado o acompanhamento de um morador local, que tem parentes no Sucuriju, partimos três dias depois, mesmo com a maré ainda no escuro (antes das cinco da manhã), lançando o prumo ininterruptamente para nos manter dentro do canal, que é estreito e se modifica em escala mensal. O alívio demonstrado ao ultrapassar esse trecho foi maior do que de costume. Passamos então a navegar ao largo da costa, num trecho um pouco mais fundo, descendo até chegar à boca do Sucuriju, por volta do meio dia, onde almoçamos aguardando a enchente para entrar no rio.

O processo de orientação leva em conta os astros e os acidentes da costa, é evidente, mas se atém principalmente à hidrodinâmica. Exceto na viagem para Belém, os barcos do Sucuriju transitam quase todo tempo visualizando a costa, mas sua navegação não se funda no conhecido sistema de triangulação, que localiza um ponto no mar com base na relação entre acidentes na geografia do continente, numa espécie de posicionamento guiado pela terra (cf. Furtado 1987). Os acidentes da costa, em especial a boca dos igarapés e as reentrâncias (*pontas*), informam a respeito da altura (*pra baixo* ou *pra cima*); já a relação com a costa (*pra beira* ou *pra fora*) é dada na direção da água e na fundura, medida com o *prumo* ou a *vara*, únicos instrumentos de navegação. Essa medida não informa, porém, a distância em relação à costa, e sim a acessibilidade num dado momento da maré, que *puxa pra beira* ou *pra fora* em diferentes estágios da enchente ou da vazante. Outra utilidade do prumo é evitar os *baixios* e as *praias*, trechos onde a profundidade é menor e que têm, portanto, navegação restrita aos momentos de maré mais *tufada*, superando o calado dos barcos (entre 0,5 e 2 m). Com o detalhe que, se houver muita *maresia* ou a maré estiver *cheia de vazante*, há a possibilidade de bater no solo ou de ficar retido ali enquanto a água escoar. E, visto que a mobilidade dos sedimentos altera rapidamente os fundos, o prumo ou a vara servem tanto à localização dos trechos rasos já conhecidos como para tatear as formações recentes.

Essa costa do Norte, avisa Diógenes, não há ninguém que pode dizer que conhece bem. Isso aqui muda muito. Se você passa dois anos sem passar num lugar, você não sabe mais como é que está.

É pertinente interpretar esse quadro a partir da idéia de “*ativação*”, que Cordell emprega para caracterizar os pontos de pesca no estuário de Valença, na Bahia. Ele mostra que os pescadores são “*tidally activated fishing zones*” (Cordell 1974: 387), operando nos momentos em que a maré favorece conjunções entre o movimento dos peixes, o funcionamento dos apetrechos e o deslocamento das embarcações: “*choosing a fishing spot is largely a matter of timing – putting together information on tides, techniques, and fishing areas...*” (*idem*: 383). No Sucuriju a noção de pescador não se aplica dessa maneira (numa relação pontual e circunscrita com partes do fundo), mas a idéia de que a conjunção de vários fatores é ativada pela água permite sublinhar o estatuto absolutamente central da maré sem recorrer ao vocabulário dos fatores limitantes ou da adaptação. Ademais, ela permite assinalar o caráter multifacetado e dinâmico da maré, fazendo

jus à variedade e à variação dos *affordances* que ela apresenta aos pescadores nas diversas situações, não só de captura ou deslocamento.

Diante do movimento dos peixes e dos instrumentos com os quais os pescadores navegam e pescam, a maré é um fenômeno chave para a organização das ações, possibilitando ou não aproximações, distanciamentos, passagens. Já se disse que a barra do Sucuriçu é franqueada aos barcos em determinados estados do regime hídrico, mas esse papel ativo da maré deve ser estendido aos processos costeiros de orientação, deslocamento e pesca. A propósito, a estória do surgimento do Sucuriçu fala do evento original – a abertura da barra do rio – justamente como o estabelecimento de um contato pleno com a maré, condição de toda comunicação. Os posicionamentos, as coordenações temporais, a captura do peixe, os movimentos em geral implicam a tal ponto numa interação com os fluxos hídricos, que não é exagero tratar a *costa* como um espaço-tempo fluido.

Pesca

Na costa captura-se grande variedade de peixes, mas as espécies visadas para comercialização são agrupadas na categoria ‘*peixes brancos*’ – comportando principalmente o bagre (*Arius sp.*) e a uritinga (*Arius proops*) – que se somam à gurijuba (*Arius parkeri*), bagre amarelado que é o principal produto da pesca costeira do Sucuriçu.²¹ São comercializados sua carne (salgada e seca) e sua bexiga natatória (seca); esta propicia ao menos três vezes mais rendimento que aquela. Nos dois produtos, o preço da gurijuba equivale a pelo menos o dobro dos outros peixes, além de sua captura ser mais freqüente. Presente na zona marinha influenciada pelo Amazonas, ela é denominada também ‘*peixe ouro*’, não só no Sucuriçu, mas em todo o estuário, o que demonstra a importância econômica dessa pesca na região.²²

O termo pesca, porém, não se aplica a qualquer tipo de captura fora da barra do rio; é usada também a expressão *mariscar*, que designa a captura no leito do rio e nas zonas costeiras próximas à praia. As espécies capturadas são basicamente as mesmas, mas é chamado

²¹ Cite-se também a captura em menor quantidade, para comércio ou consumo local, de pescada (*Cynoscion sp.*), pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), bandeirado (*Bagre bagre*), camorim (*Centropomus sp.*), cangatá (*Arius phrigitus* e *Arius quadricustis*), dourada (*Brachysplatystoma flavicans*).

²² O centro regional da pesca da gurijuba é a cidade paraense de Vigia, onde há inclusive um monumento em que se representa o peixe nas mãos do pescador. Sobre a gurijuba e sua pesca, ver Veríssimo (1970), Tapiassu (1968), Loureiro (1985), Ibama/Cepnor (2000), Araújo (2001) e Lisboa (2005). A alcunha ‘*peixe ouro*’ remete, pelo menos no Sucuriçu, à importância do garimpo. Alguns habitantes do Sucuriçu já trabalharam em garimpos no interior do estado e são várias as comparações que vi entre pescadores e garimpeiros no que se refere à incerteza dos recursos.

mariscador qualquer pessoa (crianças, mulheres e também um pescador) que toma um batelão ou uma montaria e vá ao *rio* ou à praia utilizando apetrechos como linha de mão, pequenos espinhéis, tarrafa, rede malhadeira de superfície ou com estacas. Nesses casos, o peixe capturado é predominantemente voltado para a *bóia*, ao contrário da pesca propriamente dita, onde quase a totalidade das capturas é para *passar*. *Ir pescar* significa compor a tripulação de um barco, financiado pelo sistema de aviamento e produzindo peixe preferencialmente para a comercialização.

Diferente da saída para o marisco, que segue o ritmo das decisões pessoais ou no máximo a combinação entre duas pessoas para ir *defender a bóia*, a ida à pesca requer preparativos de maior monta em torno do barco – tripulação, equipamentos, insumos, despesa. Sem dúvida, tanto a saída para o marisco quanto para a pescaria envolvem os movimentos da maré, mas no caso da pesca sua relevância é maior, pois é uma atividade com deslocamentos mais longos e estada em locais que se modificam durante os ciclos lunares. Por isso tanto o trânsito quanto a permanência são contados em marés, vinculados que estão a seus movimentos diários (*encher/vazar*) e quinzenais (*lanço/morta*). As *quinzenas* da pesca costeira não costumam durar mais de dois *lanços*, o equivalente a três semanas, salvo quando o deslocamento é para longe, geralmente *pra baixo*, onde ficam por até dois meses na safra da tainha, por exemplo. Mas, nas ocasiões em que a pesca é realizada nas imediações da foz do rio Sucuriçu, as expedições podem chegar a durar o período mínimo – apenas uma *vazante*, o barco retornando no início da enchente (cerca de oito horas). Na verdade, nesses casos o acerto com o padrão não ocorre a cada maré, mas ao fim de algumas pescarias, de modo que a quinzena, a relação *despesa-remessa*, não dura apenas uma maré. Ainda que os barcos retornem nas enchentes à vila, calcula-se a duração da pesca e o momento de parar e *passar o peixe* ao patrão pela relação entre as fases da lua e o (in)sucesso na composição da remessa.

A relação da quinzena com a maré é específica em cada um dos dois tipos de pesca praticados no Sucuriçu: *rede estacada* e *anzol*. Ambos, porém, estão fundados no princípio de captura que associa o comportamento dos peixes ao movimento das marés. Essa relação é apontada por vários autores como um dos principais constituintes dos conhecimentos da pesca (principalmente em regiões estuarinas), pois o fluxo hídrico tem influência sobre o ciclo reprodutivo das espécies, a disposição de alimentos e a composição da água (e.g. Cordell 1974: 389; Geistdoerfer 1987: 104). No Sucuriçu esses aspectos não são ignorados; sabe-se a respeito da

comidia dos peixes, dos ciclos reprodutivos das espécies e do tipo de água (*limpa* ou *suja*) que os peixes gostam. Mas na condução da pesca essas informações atuam sob a importância mais abrangente do, digamos, efeito mecânico das correntes de marés sobre o deslocamento dos peixes. Além da sua importância nas próprias operações de pesca, ele se manifesta na constatação de que os peixes *encostam* durante os *lanços*, e que as *mortas* são em geral menos produtivas.

É provável que o valor dos efeitos mecânicos da maré na captura dos peixes tenha se acentuado na pesca do Sucuriçu quando esta passou a ser efetuada em zonas muito rasas próximas à costa e não mais como antes, quando era praticada *forão*, com o *mato sumido* e em profundidades médias de vinte metros. Essa transformação ocorreu durante a década de oitenta (fruto do declínio da pesca costeira sucuriçuense e do aumento da presença de barcos paraenses no litoral do Amapá) e dela derivam tanto a forma das embarcações e apetrechos atuais do Sucuriçu quanto os conhecimentos aplicados pelos pescadores. A disseminação no Sucuriçu da pesca de rede fixa nas praias e algumas mudanças na pescaria de anzol ligam-se à transferência da pesca entre diferentes configurações hidrográficas.

Com menor profundidade, tendem a se acentuar as amplitudes e as correntes de maré – aspectos que ganham em importância na pesca próxima à *beira*. Além disso, maneja-se uma situação crítica tanto para a navegação quanto para a própria existência de peixes, que é a presença de água. Se, durante as marés de lanço, nas preamares o mar invade as florestas de mangue (o *mato*), nas vazantes a área descoberta pode se estender por quilômetros. Mas havendo ou não discrepância tão acentuada entre os níveis da água, as formas de captura manejam de diferentes modos o princípio de se associar ao fluxo hídrico no qual se movimenta o peixe.

No litoral do Pará, foram analisados minuciosamente por Furtado (1987) a construção e o posicionamento dos *currais*, artefatos que orientam o percurso do peixe para o *chiqueiro* através de um sofisticado manejo do fluxo e do refluxo da maré. Sobre essa mesma região, Cristina Maneschy conclui que “*d’importantes amplitudes de marées, des terrains à faible pente et l’existence de bas fonds près des rives sont nécessaires à l’installation de ces pièges*” (Maneschy 1993: 246). Mais adiante ela afirma, incluindo as redes fixas:

... l’efficacité des différents types de pièges fixes s’accroît lors des vives-eaux, par rapport aux marées de quadrature. D’après les pêcheurs, la force des courants et le fait que les eaux côtières deviennent plus profondes pendant les grandes marées favorisent l’approche des poissons (*idem*: 256).

Na pesca costeira do Sucuriçu, os apetrechos entram em ação a partir do princípio básico da fixação ao solo: depois de posicionados, quem os aciona é a maré, que passa por eles, trazendo com ela os peixes. Isso é mais evidente no caso da *rede estacada*. Sua preparação consiste em fincar uma linha de estacas numa praia durante a maré baixa, não necessariamente perto da beira, mas perpendicularmente ao fluxo predominante da água (que normalmente é paralelo à costa). Uma vez pronta a *estacada*, a rede é atada às estacas, com a parte inferior rente ao solo, pois a gurijuba é um peixe demersal, que se desloca e se alimenta no fundo. A rede não tem bóias nem lastro, leva apenas os entralhos superior e inferior, que a mantêm estirada e solidária à estacada. A extensão das estacadas varia muito, de algumas centenas a quase dois mil metros. Posicionada a rede, o barco é fundeado nas suas proximidades e ali permanece: nas marés baixas, ele *enseca* e os pescadores saltam ao solo para *revistar* a rede, retirando os peixes e fazendo os reparos necessários na rede e na estacada; durante as marés cheias, o barco *buia* e os pescadores processam o peixe e aguardam a próxima vazante, avistando os sinais de que há peixe emalhado. A produtividade é uma questão de equilíbrio, pois nos locais onde a maré corre muito, tende a passar mais peixe, contudo é maior o *serviço* a cada *revista*, sendo preciso reerguer os trechos da estacada que cedem ao peso da água e dos troncos [prancha 16].

A estacada é uma armadilha estática, fixada ao solo onde se estima que o peixe passe junto com a água. É antes de tudo uma coordenação com o movimento da água, ainda que se considerem, evidentemente, os fluxos que o peixe segue em maior abundância. ‘*Dar com o peixe*’ é fixar-se num local em que grandes quantidades dele acompanham um movimento específico da maré. Isso não significa dizer, evidentemente, que o peixe só se move junto com a água, mas que ele segue um fluxo, tanto assim que os peixes são emalhados no lado da rede que recebe a correnteza.

Na pesca de anzol, entretanto, há outro processo envolvido, pois o peixe é atraído pela isca e fisgado pelo anzol. O *espinhel* (ou *linha*) é um cabo de nylon de mais ou menos um quilômetro e meio, composto de quinhentos anzóis em média, várias bóias de sinalização e ancorotes (*ferros*) de fixação. Sua extremidade é atada à amarra do barco, que permanece fundeado, e por isso a denominação pesca de *escora*. A linha é posicionada no fundo durante uma vazante ou enchente; a captura ocorre nesse intervalo, quando o anzol expõe a isca à mordida do peixe. Diferente da rede estacada, o espinhel é posicionado num local um pouco mais profundo e onde se pensa que o peixe se alimenta. Há indicadores para o seu posicínio, como a *liseira*

ou *vômito de peixe*, mancha gordurenta que indica a presença de um cardume, e os trechos de *lama*, onde se sabe que existem pequenos peixes (*cumidia*) que servem de alimento aos peixes procurados. Não obstante, as várias *linhadas* que acompanhei me levam a crer que esses elementos foram mais importantes na pescaria que se dava distante da costa, pois em raríssimas ocasiões o posicionamento do apetrecho foi guiado por tais sinais. As experiências de posicionamento se assemelham muito às da pesca de rede, isto é, determinados lugares são escolhidos devido ao contexto hídrico favorável ao apetrecho e aguarda-se o resultado da maré ‘*para ver como é que dá*’ o peixe ali, tentativamente. Os pescadores antigos inclusive reprovam o desprezo dos atuais encarregados pelas informações diretas do cardume, o que parece dever-se menos às rusgas entre gerações do que aos traços de uma modificação técnica.

Seja como for, e à parte sua localização, o espinhel vincula-se à maré em todas as fases de sua operação. Seu posicionamento e recolhimento serão abordados a seguir, mas a forma como ele captura o peixe tem a ver com a correnteza. O movimento da água impede que o anzol se enterre no fundo lamoso, pois traciona as bóias, suspendendo a linha, e move também o próprio anzol, estendendo o *estropo* de dezenas de centímetros que o conecta à linha. É movido por esse fluxo que ele *fisga* o peixe: primeiro porque o movimento é essencial para atrair sua *bocada*, mas também há casos em que o peixe é fisgado em outra parte do corpo, atingido pelo movimento do anzol. Quando a correnteza é muito forte, aliás, os peixes morrem no fundo mesmo, presos ao anzol e ‘*com a barriga cheia d’água*’.

É justamente o fato de ser uma pesca fixada ao solo – *estacada* (com rede fixa ao solo) ou *escorada* (com apetrecho e barco fixos) – que faz da hidrodinâmica algo essencial da atividade dos pescadores. Esse ambiente costeiro pode ser caracterizado por uma temporalidade dada no fluxo intenso do espaço (o meio líquido) em que todos os elementos estão situados. Por isso, a posição estática representa na verdade a exposição máxima ao deslocamento do ambiente – água, troncos, peixes. Nesse aspecto, os pescadores do Sucuriju acham muito menos problemática a *pesca de bubuia* dos barcos paraenses, que envolve soltar à deriva uma rede flutuante, com o barco conectado a sua extremidade, onde todo o conjunto acompanha o fluxo da água e suas variações. Para configurar, ao contrário, artefatos e técnicas capazes de se situar de modo eficiente no anti-fluxo radical (ou no fluxo máximo, dependendo do ponto de vista), a operação da *estacada* ou da *linha escorada* envolve interações complexas com o regime hídrico. Na arte de

ficar estático, é preciso manejar com minúcia os efeitos do movimento; daí a propriedade chave da pesca de fora, que é a atenção ao *horário*.

É no horário que ele [o pescador] tem que estar exatamente baseado. A ciência dele é no horário. A hora que ele tem que colocar a linha ou a rede, ele tem que escolher. Principalmente a linha, o espinhel. A linha, ela está escorada, você depende de puxar ela antes da hora. Se você não puxar ela corre perigo. Principalmente se ela começar a arrebentar. Às vezes a linha é fraca, de uma maré pra outra ela estoura, com a força da água. Por exemplo, você coloca uma linha aqui na direção da vazante, então essa linha tá pegando a maré de um jeito... (Manoel Vales)

A rede não corre perigo nas transições entre marés, mas sua produtividade sim. O fato de o peixe ficar morto no aparelho e exposto quando o nível da água diminui exige agilidade na *revista*, para evitar a ação dos urubus e os efeitos deteriorantes do sol ou da lua. Em alguns locais a rede não chega a se descobrir por completo, principalmente nas marés mortas, havendo então menos tempo para *revistar* e fazer os reparos. Nas praias distantes da beira, há também um risco não negligenciado para os próprios pescadores quando saltam ao solo. Na pesca de rede estacada, diz Pelado, '*tem que tá atento no horário que a maré enche, horário que dá pra gente ir pra estacada, horário que dá pra gente chegar na embarcação, tem que tá atento aí.*' O único caso de um pescador falecido na pesca de que obtive informação ocorreu entre duas de minhas viagens ao Sucuriju, justamente em função de um descompasso com o horário da maré. Ela *pegou* Chumbinho distante da embarcação, enquanto ele revistava a rede; até que o barco *buiou* e partiu em socorro, ele já fora levado pela forte correnteza da enchente.

As quinzenas são programadas em consonância com as fases da lua, dependendo do tipo de apetrecho e do local. No caso da rede, em algumas praias mais avançadas, por exemplo, há pescadores que optam por pescar o *lanço da lua*, a *morta* e o *lanço do escuro* (lua nova), retornando em seguida, pois na *morta choca* (lua crescente), a água não baixa o suficiente para possibilitar que a rede seja revistada. Na pescaria de espinhel, que é realizada mais no fundo e implica a manipulação direta de objetos expostos à velocidade da corrente, há pescadores que evitam os lanços mais pronunciados e quase todos se eximem de pescar de anzol durante a época das tempestades (*tempos*) do início do ano.

As decisões sobre onde, quando e como efetuar uma quinzena incluem vários outros fatores, dentre os quais: o clima no dia da saída; as características da embarcação; o tipo de apetrecho de que se dispõe (linha ou rede, se são aparelhos novos, resistentes à força de um lanço

etc.); a quantidade e a experiência dos camarados; a disponibilidade na vila dos componentes essenciais da *despesa* (combustível, sal e farinha); a disposição do patrão em financiar uma pesca (há quinzenas para longe que tem custo mais alto, em torno de mil reais) etc. Ainda assim, os movimentos de saída e chegada apresentam coordenação de grupos e até generalizada, havendo períodos em que quase todos os barcos estão pescando, e outros em que a vila está repleta. Sem dúvida as estratégias frente à maré se assemelham de um barco a outro, mas também as decisões são muitas vezes compartilhadas; intencionalmente ou não, pois um local onde se sabe que *‘está dando bem peixe’* obviamente atrai os demais barcos. Além do que, os pescadores buscam por vezes convidar outros barcos para irem a um local, mostrando preferência por estar em situações onde as tripulações se fazem companhia, aproximando-se nos intervalos da pesca, e socorrendo-se em caso de pane mecânica.

Barco: entre *horário* e *serviço*

A pesca costeira no Sucuriju se estrutura em torno do barco, no que se refere ao deslocamento, à organização do trabalho, à captura e produção do pescado e ao financiamento. O *dono* do barco tem uma parte no resultado da pesca e eventualmente *confia a responsabilidade* pela captura a um *encarregado*; são eles que decidem sobre o engajamento do barco numa quinzena. Os dois papéis podem, no entanto, recair sobre a mesma pessoa – quando o dono acompanha a pesca – o que é um caso comum, pois são 32 barcos disseminados entre 28 proprietários. Mas, independentemente da maneira como sejam distribuídas a propriedade e o comando, o aviamento é dirigido ao barco, dotando-o das condições para efetuar a pesca, e consiste em linhas gerais na alimentação da tripulação, combustível para o deslocamento e sal para o tratamento do peixe. Há diferentes aspectos da partilha do produto entre as pessoas envolvidas numa quinzena: o patrão limita-se à relação de aviamento, recebendo toda a produção; a quantia que ele paga pela remessa é dividida entre os demais através de um sistema de *partes*. Metade é *do barco* – deste montante são descontados os custos da expedição e o restante é revertido ao *dono* – a outra metade é dividida em partes iguais pela tripulação. Se o encarregado do barco não é o próprio dono, ele recebe uma parte a mais do que os outros *camarados*, que é diminuída da metade do barco, como um correspondente monetário da *responsabilidade* que lhe foi repassada.

Os chamados sistemas de *aviamento* e de *partes* são operados tendo em vista a unidade do barco, a partir da qual se constituem os diversos agentes, os cálculos de partilhas e custos e também as relações de exploração. Mas essa espécie de totalidade organizada se expressa também no âmbito da captura. Um *barco aviado*, isto é, pronto para partir à pesca, compõe-se de vários elementos, dentre os quais o motor, o aparelho, os tripulantes etc. A falta de uma peça mecânica, do sal ou de um tripulante são exemplos corriqueiros da incompletude que leva um barco a permanecer *no porto*. O termo *barco* refere-se assim a algo mais amplo do que o termo *embarcação*, ele é um conjunto de elementos engajados nos regimes da pesca.

Antes de analisar o deslocamento e a dinâmica interna do barco, lembremos que ele é uma entidade fundamental da socialidade da região, interconectando-a através das redes de produtos, pessoas, informações, afetos. E não o faz reduzido à qualidade de veículo, e sim personificado, dotado de história própria, e sua presença constituindo por si só um evento; tanto assim que as tripulações, as cargas e mesmo os donos mudam, mas os barcos guardam um significado e uma memória próprios. Às vezes não se sabe exatamente quem é o novo proprietário de um barco, mas sabe-se (ou imagina-se) para onde ele foi, que tipo de atividade desempenha. Nas ocasiões em que soube de alguém que adquiriria um barco e tinha intenção de apagar o seu passado, foi necessário realizar em segredo uma reforma completa, fazendo-o reaparecer sob nova identidade, como se fosse uma compra longínqua.

Na vila do Sucuriju a chegada e a saída de qualquer barco é um evento significativo. As atividades e conversas são invariavelmente suspensas, mesmo que por um instante só, para vê-lo ou então ouvir o som do motor, através do que são identificados os barcos que atravessam a foz. São ocasiões perpassadas de emoções diversas, a expectativa pela vinda (ou não) de um parente, contentamento pela chegada de um produto aguardado etc. Mas ainda que a chegada ou a partida não diga respeito a uma pessoa, é raro que ela não faça algum comentário, mesmo que seja simplesmente uma constatação, tão singela quanto profunda – ‘*eh, Cabo Norte...*’, ‘*Lá vai o Jerusalém...*’ Lirismo é o melhor termo que encontro para definir a disposição das pessoas nessas situações, face à aura que apresenta o movimento cotidiano dos barcos [prancha 15].

Em relação aos contextos de socialidade da vila do Sucuriju, o barco contrasta com o domínio da *casa*. Na pesca não estão presentes mulheres nem crianças, e o convívio a bordo se mostra eminentemente masculino e adulto. Encarregados comparam por vezes a busca de ‘*machos*’ para compor suas tripulações com a procura de uma mulher para casar, remetendo-se às

duas formas de afirmação da masculinidade na qual o pescador se engaja. Não que o barco seja interdito às mulheres; elas embarcam durante as viagens para as cidades, e os pescadores não vêem nenhuma aberração no fato de alguns barcos paraenses levarem pescadoras, ao contrário, elas são tidas como mulheres *do trampo*. No Sucuriçu essa possibilidade não é negada de antemão por uma divisão de espaços masculinos ou femininos, mas é afastada como hipótese e ausente na prática porque envolvem a elaboração de habilidades que encontram distribuição distinta entre os gêneros. Isto porque a participação na pesca costeira passa pela instituição do homem enquanto provedor, e que se produz em contraste com o domínio da *casa*, controlado pela mulher.

Os pescadores de fora encaram suas vidas como a alternância de passagens entre os âmbitos do *barco* e da *terra*, o que envolve transições: se antes de partir há um contato mais demorado com os filhos, na chegada é comum, e até certo ponto legítimo, que o pescador passe por uma farra de um ou dois dias antes de chegar a casa, consumindo álcool com os camarados de pesca. Mas a relação entre o barco e a casa é implicada nas querelas do casal. Desde a disputa por utensílios de cozinha até a “ingerência” da mulher nas decisões sobre o barco (afirmada apenas na ausência do interessado e com indisfarçável malícia), passando pelos casos mais espinhosos da nomeação da embarcação. Os nomes são de duas ordens: há os temas católicos e os ligados à capacidade de navegação, que podem se juntar, como no *Navegando com Deus*; e outra modalidade, igualmente disseminada, que consiste em dar ao barco o nome de um filho. Em duas situações de nomeação iminente, observei os pescadores buscando resistir às pressões da esposa para escrever o nome de um filho. Um deles argumentava que, na eventualidade de uma separação, a mulher poderia requerer a propriedade sobre o barco, assim como teria sobre a casa. Podem-se imaginar os vários planos afetivos dessa discórdia em torno da nomeação, quando o barco, enquanto forma de reprodução econômica da unidade familiar, fica entre a explicitação de seu vínculo com as relações da casa (o que é aceito por muitos pescadores), e a referência direta e até certo ponto autônoma à pesca, fixada pelos temas náuticos e católicos. O *barco* e a *casa* são disputados como dois domínios, e é nesse jogo que a habilitação para a pesca se constitui numa afirmação da masculinidade.

Horário

O barco não é personificado apenas em seu papel de integração regional; é possível chegar a conclusão semelhante atentando às ações da navegação: é o barco que *vira, pega o*

fundo, enseca. Ele tem características que o singularizam: ‘*este é um barco certo*’, ou que ‘*é bom de porrada*’. Estas características são importantes no domínio do trabalho. É porque um barco ‘*cai demais na maresia*’ que um jovem pescador hesitou durante algum tempo em se tornar encarregado dele. Depois de um período como camarado ele *pegou confiança* no barco e pôde aceitar a oferta do dono.

Além de seus atos e características, o barco é o ente a partir do qual a região da costa ganha significado, apresentado suas *affordances* e compondo possibilidades de deslocamento. Quer dizer, os sentidos da *costa* como um espaço-tempo fluído, regido pelos fluxos da maré, emana das formas de engajamento do barco nas atividades de pesca e de navegação, incluindo sua potência, seus instrumentos de percepção e seus apetrechos de captura. Daí que as possibilidades de ação – como passar pela barra do Sucuriju – são variáveis conforme o calado, o motor, o piloto, enfim, os diversos componentes do barco em relação com o ambiente.

Atualmente os barcos do Sucuriju são feitos em Macapá, conforme os traços da construção náutica disseminados na região estuarina, mas com adaptações à navegação do *Norte*, centradas no rebaixamento da casinhola e no reforço do casco, incluindo os braços, a quilha e o *cadrastinho*, que dá sustentação ao leme. Tudo para suportar a *porrada* e o *jogo da maresia*, além do contato freqüente com o solo, nos apoios ou impactos, já que o barco ‘*trabalha todo tempo em seco*’. Eles variam entre oito e doze metros de comprimento, com capacidade de três a oito toneladas; dimensões menores que as das *canoas* que predominavam até a década de oitenta. Os barcos contemporâneos são todos motorizados, mas continuam a utilizar a vela (ainda que diminuída) para compor a propulsão e para ‘*afirmar a queda*’ nas ondulações.

O motor dá conforto à viagem e maior independência em relação ao comportamento do vento, principalmente nas operações da pesca que exigem deslocamento. Por outro lado, ele implica num gasto de combustível considerável, aumentando o custo da pesca e obrigando a capturas mais importantes. Não é o caso de dizer que ele simplifica a habilitação para a pesca, pois se diminui a relevância das interações com o vento, ele institui um leque de cuidados e conhecimentos sobre sua própria mecânica. Os pescadores são capazes de realizar a manutenção e os reparos mais corriqueiros, e mesmo produzir peças de emergência em certas ocasiões; porém, se o defeito é mais complexo e exige reposições, há o custo de enviar o motor para ser reparado noutro lugar, que se soma ao prejuízo de manter o barco parado.

Ademais, a ocorrência da pane traz o risco de ver o barco entregue à maré, pois, se a vela tem grande importância, o motor é imprescindível: sem ele o barco ‘*não se dirige, fica feio*’. Diferentemente da canoa, sua arquitetura e seu leme não privilegiam a estabilidade e a conversão da força do mastro em impulso para adiante, mas sim o rendimento do empuxo traseiro exercido pela hélice. Mesmo tendo propulsão mista, ao cessar o motor por defeito mecânico, ou o barco permanece fundeado, aguardando a passagem de outro para solicitar auxílio, ou desloca-se muito mal, desviando-se com dificuldade do curso da maré e expondo-se a riscos consideráveis.

O motor é uma grande coisa, porque às vezes tu vai viajando devagar, o motor vai devagar, mas no momento que tu quer ir com força o motor pode lhe ajudar. Mas também quando ele não quer, não quer mesmo. Quando ele estanca, estanca mesmo. Principalmente quando a gente não sabe trabalhar com o motor. Quando tu sabe trabalhar, “olha foi tal coisa, então bora dá um jeito que vai dar pra ajeitar”; mas quando não dá, vem o desespero, vem a preocupação (Everaldo).

Há motores *melindrosos* ou *traíçoeiros*, e é mister nunca se fiar completamente neles. Com o tempo se conhece um motor, sabendo de suas características e fraquezas, e a movimentação do barco, o tipo de relação com a água que ele pode estabelecer, depende muito dessa percepção. O pescador deve estar atento ao seu som, que, além de denotar o estado da máquina, é trabalhado por meio de ajustes do cano de descarga, para modular sua sonoridade segundo uma estética que compõe a performance do barco diante da vila. *Ronco* para os mais pontentes, *zoada* no caso dos mais modestos, o som dos motores é o aspecto mais apreciado no movimento de um barco, evocando sua capacidade de *enfrentar a maresia*.

O estado do motor, o cuidado com seu funcionamento e seu som, referem-se à interação que ocorre entre o pescador e a máquina, que resulta numa ação ou numa apresentação do barco tido em sua totalidade. Isso indica algo primordial: a relação entre a existência do barco como um ente – que *viaja, pesca, é aviado e corre atrás* da dívida, participa nas procissões e concursos, faz oferta à *Santa* – e sua dinâmica interna. Primeiramente, o barco tem um potencial produtivo (ou encerra alguma dívida), que se perde (ou se agrava) com a inatividade. Por isso, o proprietário ou encarregado cuidam do princípio de que ‘*o importante é o barco não ficar parado*’, mesmo que os tripulantes habituais não possam embarcar. Essa preeminência da atividade do barco faz com que a composição da tripulação não seja o elemento principal, mas uma condição a ser cumprida para o seu funcionamento. Ainda que dentro dos marcos de

confiança e/ou credibilidade, via de regra é a premência dessa composição que precipita a estréia de um adolescente na pesca de fora ou a ascensão de um camarado, muitas vezes ainda inexperiente, à posição de encarregado.

O *serviço* a bordo compreende a atuação dos tripulantes face às ações a serem cumpridas pelo barco. Sem ser automática nem maquinal – ao contrário, flexível e coordenando-se com vários fatores – a atuação de cada um dos tripulantes deve ater-se ao bom funcionamento do todo, isto é, à eficiência das ações do barco. Jogar o ferro, passar a amarra na bita, jogar os anzóis, arriar a vela ou funcionar o motor, são todas ações que compreendem habilidades particulares; mas a qualidade do camarado se define pela capacidade em fazê-lo em prol da sinergia do conjunto. As avaliações sobre a atuação de um camarado ou de um encarregado na dinâmica a bordo encontram sua justificativa no que deveria ser o funcionamento do barco como um todo, numa boa relação temporal entre o *serviço* e o *horário*. Idealmente, um bom camarado não precisa *ser mandado* para tudo, devendo incorporar-se ao ritmo e realizar as tarefas necessárias nos momentos próprios e sem *preguiça*. Assim como um encarregado não precisaria indicar a todo o momento as ações a serem realizadas; ele deve *mandar*, mas apenas organizando o *serviço* através da indicação dos momentos centrais da coordenação do trabalho, abstendo-se de ordenar detalhes e sem espezinhar a tripulação. Tensões e desentendimentos entre camarados e encarregados se dão nesses termos, e as críticas de parte a parte buscam legitimar-se apontando incongruências entre o comportamento pessoal e as ações a serem realizadas pelo barco.

O valor maior nessa socialidade a bordo é a articulação entre o *horário*, que se refere às ações e deslocamentos do barco diante da maré, com a dinâmica do *serviço*, através do que os comportamentos encontram uma continuidade. A principal *responsabilidade* do encarregado é justamente fazer a conexão entre os dois âmbitos da ação do barco, buscando tanto a produtividade quanto a segurança: ele é ‘*responsável da embarcação, responsável do aparelho, responsável da tripulação*’. Ele controla as etapas do *serviço* conforme os horários chave para a atuação do barco, despertando os camarados na hora de colher a linha, ou de revistar a rede, fixando os momentos da alimentação, etc. E a sintonia do serviço do barco com os horários da pesca é um dos principais fatores com o que ele se preocupa. Quando a captura é grande, o processo de descabeçar, abrir e lanhar o peixe requer celeridade no manejo da faca, para não estragar o peixe e findar o trabalho com intervalo para se alimentar e repousar brevemente antes da maré seguinte. Para agilizar, as ações são repartidas e coordenadas conforme o número de

tripulantes. Em quatro, um descabeça e retira a *grude*, outro eviscera, um terceiro lanha e o encarregado salga.

Recai sobre o encarregado, portanto, a responsabilidade sobre o patrimônio e a produção. O que implica também decidir sobre onde e quando pescar, em ressarcir o proprietário do barco no caso de algum dano à embarcação ou ao aparelho e em zelar pela saúde da tripulação. Além disso, é ele quem salga o peixe, pois é a atividade que confere as propriedades de conservação, arrematando o processo produtivo. Por isso se justifica que ele ganhe uma parte a mais. Mas se ele recebe a parte da *responsabilidade*, a outra se refere a sua participação no *serviço*. À exceção da salga e de sua predominância no controle do leme e do motor, as funções a bordo são permutáveis, não implicam em especialização. Todos, inclusive o encarregado, realizam as diferentes tarefas, conforme as circunstâncias [prancha 17].

Serviço

A relação entre a maré e atuação do barco não é apenas da ordem do *horário*, isto é, das decisões em torno do momento propício para agir, que cabem ao encarregado. Há outra conexão importante, que é aquela dos vários gestos que compõem o serviço a bordo, atuando sinergicamente para efetuar os movimentos do barco. Dizendo de outro modo, até agora tratamos apenas do fato que a maré *corre*, transformando o ambiente em fluxo ininterrupto; mas, pelo próprio fato de *correr*, a maré também *pesa*, ela tem *força*, que afeta o barco e o motor, e também os objetos que ficam submersos, como a linha, a estacada, a âncora. Essa força se transmite a diversos objetos a bordo, e coordena-se a outras, como a do motor e a do vento que incide sobre a vela. De modo que há uma série de forças atuando, com vários objetos interligados.

Grande parte do trabalho a bordo é manejar a interligação dos objetos conforme os principais geradores de movimento – a maré, o vento e o motor – o que se dá através das cordas (cabos, linhas ou amarras). Num contexto diferente do náutico, Ingold (1993: 111-2) afirma que poucos materiais são mais indeterminados e formados pelo uso do que a corda. Constatação que se aplica com propriedade ao caso do barco, onde ela serve a inúmeras funções, conectando os corpos a partir dos gestos do pescador. A corda tem a propriedade de articular dois corpos de modo flexível, quer dizer, fixando um limite para seu distanciamento, mas permitindo que eles se movimentem com relativa independência neste raio. Na ligação da âncora com o barco, por exemplo, este fica livre para se movimentar em torno do ponto de fixação, conforme a maré. É

verdade que isto pode ser anulado pelo posicionamento de outra âncora em direção contrária, mas no Sucuriu o movimento de rotação é importante, sobretudo à noite, pois quando o barco gira, é sinal que ‘*a maré rodou*’, indicação para colher a linha que está no fundo ou partir para algum deslocamento.

A principal propriedade das conexões por meio das cordas é a maleabilidade. Tanto por ligar os objetos com relativa independência, como também pela possibilidade do vínculo ser desfeito ou regulado. A regulação é exercida, por exemplo, no manejo do leme ou da *escuta*, cabo que dá a intensidade em que a vela recebe o vento. Mas o que torna a corda efetivamente um instrumento é o *nó*, que estabelece a relação entre dois corpos. Eles são o elemento principal da regulação de forças que caracteriza o trabalho no barco; muitas vezes procedimentos de segurança (impedindo o distanciamento entre dois corpos), como no caso das âncoras, eles devem ser realizados rapidamente, mas também desfeitos agilmente nas ocasiões em que é preciso ganhar mobilidade imediata, como é o caso dos ferros ligados à linha. Entre os nós há aqueles que *apertam*, e se tencionados não desatam facilmente, ou os que não apertam. Além disso, faz-se a distinção entre nós *de puxar na ponta*, que se desfazem instantaneamente, ou aqueles em que é preciso levar a corda pelo percurso inverso.

Considerando a importância de suas particularidades, os nós compõem sempre os atos de *amarrar*, isto é, fixar a relação entre dois corpos, retirando o pescador da posição de mediador da tensão entre ambos. A *bita* se presta tanto a comportar toda a força quanto a manobras que dividem a tensão do cabo entre o pescador e o barco. Objeto de madeira em forma de “t”, bem fixado na proa da embarcação, a bita é também chamada de ‘*mata-força*’, pois ao amarrar-lhe um cabo, o pescador fica apenas ‘*apreciando o jeito dela, não vai fazer uma força bruta*’.

É uma forma de transferir a força: ‘*lá [na proa] quem trabalha é a bita e o motor*’. Mas além de amarrar, há situações onde se deve apenas *passar* o cabo em alguma parte do barco, *matando* apenas parte da força e conservando o controle do pescador sobre uma fração da tensão. A relação entre o barco e o *ferro* (âncora) exemplifica bem a interação de forças que se dá no ato de *passar* um cabo. Quando o barco está fundeado, o pescador fixa a amarra na bita e no mastro, dando-lhe nós *seguros*, que a força da maré não poderá soltar. Já para erguer o *ferro* do fundo, o nó é desfeito, a amarra é apenas *passada* na bita e o pescador entra na relação. Dependendo do tempo que o barco está fundeado, o ferro enterra na lama, e para erguê-lo é preciso muita força. Para essa operação são utilizadas então dois outros motores: o *motor* do barco e a *maresia*. Ao

*passar a amarra na bita, o pescador estabelece uma fixação que ao mesmo tempo situa quase toda a força entre a âncora e a bita, mas resta ainda uma parte da tensão, que será suportada por suas mãos, permitindo que ele possa manejar a situação. É uma composição entre sua própria força e aquela do sistema barco-âncora-maré: quanto mais voltas, mais a força se restringe à bita e à âncora, mais seguro está o pescador, porém com menos controle. Para desenterrar o ferro, o barco acelera e fica sobre o ponto em que ele está posicionado no fundo; o pescador *encurta* a amarra, deixando-a em posição vertical. Nessa posição o motor é acelerado, esticando a amarra ao máximo; quando o barco desce numa ondulação, o pescador aproveita a diminuição da tensão na amarra e a encurta, mas sempre dando voltas na bita; quando o barco é elevado pela *maresia* seguinte, esse movimento brusco retira o ferro da lama. Os pescadores então tomam a amarra e içam o *ferro*, embarcando-o. Por isso, diz Everaldo, ‘quando tem muita maresia até facilita, porque ela levanta o barco; no que abaixa, a gente colhe [a amarra], aí quando quer levantar, vai com tudo. (...) O soco da maresia ajuda muito, porque a gente não faz força pra levantar [o ferro da lama].’*

Essa mesma estratégia é utilizada para retirar da lama os ancorotes do espinhel. Há novatos que, buscando impressionar pela *disposição* ao trabalho, e ainda sem a experiência suficiente para balancear suas próprias forças e as provenientes de uma manobra do barco, retêm a corda diretamente nas mãos. O encarregado ou outro pescador logo o repreende, com frases como ‘*passa na bita!*’, evitando que o pescador segure a tensão da linha diretamente em seus braços, que poderiam não suportar. Para orientar a tensão que configura o barco e possibilita suas operações, o pescador utiliza diversos expedientes que vão desde *matar* a força até segurá-la totalmente nos braços, em estratégias que acionam conjuntamente nós, objetos e seu próprio corpo, em especial as *juntas* (articulações). O que confere unidade à atuação do barco é a dinâmica de conexão e desconexão entre os elementos, que se dá alternativamente pelas cordas e pelo corpo do pescador, que funcionam como transmissores de força em certas ocasiões. Quando retêm a âncora, deixando-a pender na borda do barco antes de soltá-la ao fundo, o pescador dosa seu peso equilibrando o pesado objeto no berço do barco, com seu próprio corpo pendendo em direção contrária; de tal modo que o pescador suporta um peso menor e pode *jogar o ferro* num gesto ágil, com um balanço de corpo. Mas as cordas podem atar também o próprio pescador. Um velho pescador, acometido por sonolência irresistível ao conduzir a embarcação nas longas viagens noturnas, anula a possibilidade de cair no mar amarrando-se ao barco.

A coordenação a bordo durante as atividades se dá basicamente através do engajamento gestual dos pescadores ao ritmo do barco, através principalmente das percepções cinestésicas de força, peso, balanço do barco. A atenção converge para a interação dos objetos, e a comunicação oral restringe-se aos momentos de inflexão, em que pescador grita, avisando que seu gesto causará uma transformação no conjunto, como no momento de lançar cada um dos ferros do espinhel. Os gritos de quem vai no convés puxando a linha ou alguma corda, dirigem-se ao piloto, com a intenção de articular a tensão da linha com a potência do motor, conforme a tarefa que se impõe (puxar um ferro do fundo, matar um peixe etc.). As outras comunicações são referentes a alterações no ritmo habitual, isto é, assinalam o equívoco de uma conduta (*'passa [a linha] na bita!'*), ou chamam a atenção para algo que não se observa (*'olha esse anzol!'*). Dado que são muitos elementos concorrendo para a consecução plena da tarefa, esse tipo de comunicação é comum; mas ele não guia a atividade, é antes a indicação do início ou a forma de reparar um movimento inapropriado de um pescador ou de algum objeto diante do ritmo geral do trabalho no barco. Durante o *serviço*, a comunicação verbal ocorre quando o ritmo é ameaçado ou sofre inflexões; a interação da tripulação é basicamente cinestésica, através do engajamento com os objetos e as cordas.

Anzol: possibilidades, riscos e coragem

... le courant d'eau déplace, anime, entraîne des corps solides dont le poids est proportionnel à sa violence.

A. Leroi-Gourhan, *L'homme et la matière*, 1943.

A *pescaria de anzol* no Sucuriçu tem mais rentabilidade do que a de rede – captura mais quantidade e espécimes maiores, com a *grude* proporcionalmente mais pesada, e ainda vivos, sem a deterioração iniciada – e compõe o prestígio dos pescadores de fora. Saber dar nós e jogar anzol com maestria são duas habilidades (*skills*) correlatas, das quais os pescadores se orgulham, às vezes contrastando-as com a atividade de *'jogar rede pela praia'*, pescaria reconhecidamente árdua, mas que envolve menos destreza. Diretamente vinculado ao complexo de trações e movimentos do barco, o anzol é um ente animado com o qual o pescador interage. Dotado de grande poder de captura, ele pode voltar-se contra o próprio pescador, e por isso a habilidade e a

coragem para lidar com o anzol é um fator central: ‘*se a gente vacilar, ele pega a gente. Se marcar pra ele, ele pula na gente, a gente nem percebe.*’

Os casos de fisgadas são comuns no Sucuriju, e os pescadores exprimem sua apreensão quanto a essa pescaria lembrando histórias como essa:

... quando o anzol fiska [o pescador], ele já vai com tudo, a maré tira ele pra fora do barco. Olha, esse rapaz aí [Gerson] se fiskeu aí. A linha tirou ele de cima do convés, jogou ele por cima da casinhola, ele caiu nesse redondo [de popa], a sorte que ele caiu e bem do lado do botijão [de gás] tinha uma faca dele cortar isca. Aí ele pegou a faca e foi com ela pro fundo e cortou o estrovo do anzol. De lá ele buiou (Júnior).

As propriedades motoras do anzol resultam de sua conexão com o *aparelho* – chamado também de *linha* ou *espinhel* –, sendo que o anzol constitui a parte dele que o pescador maneja com maior risco. Seus movimentos rápidos e muitas vezes inesperados advêm do fato que o complexo mecânico do aparelho opera na confluência dos movimentos do barco e da maré. Formado por pequenas cordas com anzóis nas pontas – os *estrovos* – amarradas a uma linha central, o espinhel de fundo é um apetrecho de pesca bastante difundido e caracteriza a pesca de linha da costa amazônica (cf. Furtado e Nascimento 1982). Nesse ambiente, a configuração do *aparelho* e sua operação se dão num envolvimento especialmente intenso com a maré, que influi no movimento dos peixes, aciona as capacidades de captura do aparelho e confere a ele um dinamismo próprio, representando perigo aos pescadores, sobretudo quando efetuam a colocação da linha no fundo (cf. Veríssimo 1970: 63; Loureiro 1985: 89-90).

As *linhas* dos barcos do Sucuriju compõem-se como segue. Conectados à linha central, que varia de um a quase três quilômetros, há três tipos de objetos – anzóis, ferros e bóias. Os anzóis são ligados à linha pelos *estropos* (linhas com cerca de quarenta centímetros), e ficam dispostos num intervalo regular de duas braças. Cada trecho com entre 25 e 40 anzóis é denominado *seio*, e separa-se do *seio* seguinte por um ferro e uma bóia, conectados no mesmo ponto da linha. Os ferros têm *estropo* de no máximo uma braça e fixam o aparelho, mantendo-o próximo ao fundo e bem alinhado. As bóias erguem a linha, evitando que os anzóis fiquem enterrados na lama, e servem de sinal na superfície para a recuperação do aparelho.

Mas tratar o *aparelho* assim é um finalismo injustificado, uma estratégia retórica que inverte a preeminência ontológica da prática sobre a forma, da ação do aparelho sobre sua constituição material. A linha se configura na interação entre o peixe, a maré, as profundidades, o barco, os pescadores. Por exemplo, a quantidade de anzóis de um aparelho (de quatrocentos a

mais de mil), reflete a interação com o local onde se linha, da experiência dos pescadores que compõem a tripulação; tudo vinculado ao movimento das marés, segundo a possibilidade de posicionar e recolher o aparelho nos intervalos propícios. A elevação dos anzóis em relação ao solo dialoga com a constituição lamosa do fundo e o comportamento alimentar da gurijuba, e é efetuado pela relação entre o tamanho dos estropos dos ferros e dos anzóis, submetidos à correnteza da maré, que deita a linha rumo ao solo e leva os estropos dos anzóis à posição horizontal. As cordas que ligam a bóia à linha têm entre quinze e vinte braças, extensão que chega a ser dez vezes maior do que a profundidade onde se pesca. Esse comprimento exprime uma interação com a velocidade da maré, já que as grandes dimensões da corda fazem a bóia inclinar-se consideravelmente, diminuindo a componente vertical da tração e evitando que o ferro *pule* do local onde está e que a própria bóia afunde em correntezas não muito fortes. Já o espaçamento entre anzóis não expressa apenas a distância para que não se embolem, mas também o intervalo em que o pescador é capaz de lançá-los ao mar, pois quando a linha é estirada os anzóis devem sair em seqüência e na velocidade imprimida pela maré e o motor.

Linhada

O processo que compreende posicionar a linha no fundo, deixá-la pescar por algum tempo e depois recuperá-la é denominado *linhada*. O tempo em que a linha fica pescando varia, pois os *horários* de posicionamento no fundo e de recolhida '*regulam com a maré*'. Durante as mortas, a linha é colocada numa vazante e retirada apenas na outra, *dobrando* a maré, ou seja, ficando no fundo durante a enchente; ou então é realizada uma *linhada* completa para cada maré, uma na vazante, outra na enchente, o que representa períodos menores no fundo, mas com a vantagem de renovar as iscas. Isso torna o *serviço* praticamente ininterrupto, já que, quando a linha está pescando, os pescadores cuidam o peixe e se alimentam. Em dias de lanço, não é possível '*meter mão*' na linha durante as enchentes, por isso todo o processo da *linhada* se dá durante uma maré vazante. Assim mesmo, se houver atraso, devido a um descuido do encarregado ou um problema com a linha, a maré pode encher antes que finde o recolhimento. Nesse caso, quando o motor *não vence* mais a corrente, a tripulação corta a linha, deixa o restante no fundo, e as possibilidades de reencontrá-la no mesmo lugar são remotas; ao chegar a *dobra da enchente*, a maré trança as cordas de bóia nos ferros, os faz *pular* da lama, arrebenta a linha e leva o aparelho. [pranchas 22 e 23]

Em média, a colocação da linha no fundo dura dez a quinze minutos e seu recolhimento a bordo, 1h45. Se a linhada é durante a vazante, a linha pesca pouco mais de três horas; se é durante a enchente, menos de duas horas; caso fique de uma vazante para outra, permanece no fundo cerca de dez horas. Essa quantificação auxilia na compreensão das dinâmicas temporais envolvidas, mas é preciso dizer que o relógio, quando existe, não tem importância nas operações de pesca, oferecendo, quando muito, aproximações demasiado inexatas dos movimentos das marés. O *horário* é estritamente ligado e indicado pelo fluxo da água, e isso não apenas no que diz respeito às durações (dada em marés e seus diversos estágios ou movimentos), mas também aos momentos exatos para efetuar as ações, o que depende de uma coordenação entre o barco, a linha e a maré.

Nas vazantes, a *hora* de linhar é um tempo depois que o nível da água começou a baixar, quando a maré *roda* – nesse momento a correnteza gira e passa efetivamente a correr na direção contrária à da enchente, isto é, da beira *pra fora* (leste) e voltada um pouco *pra baixo* (norte). Isso é um momento significativo porque estabelece uma “ressonância” específica – entre a corrente, a potência do motor, a direção do barco, a dinâmica das operações e a organização do espaço a bordo – que produz a forma retilínea em que a linha fica disposta no fundo. A soma dos impulsos do motor e da maré não só deixa a linha bem estirada como tem efeito importante sobre a maneira de jogá-la ao mar com maior segurança, evitando que ela venha para debaixo do barco, aproximando-se perigosamente da hélice do motor (*palheta*). É que o barco *linha* da beira *pra fora*, empurrado pela maré, mas ligeiramente inclinado a estibordo, de modo que a maré o atinge um pouco pelo lado direito, e ele se desloca posicionado um pouco obliquamente em relação a sua própria trajetória. Ou seja, o percurso do barco fica entre as direções da maré e do motor, e com isso ele vai *descaindo, saindo da linha* que foi lançada. Como explica Nei, do ponto de vista do barco ‘*é a própria maré vai endireitando a linha, ela pega a linha e vai saindo. A gente joga o anzol, a maré pega e já vai ficando normal.*’

Figura 5 – Horário da maré.

Relação entre as direções da corrente de maré e do barco, exprimindo o momento exato de efetuar a operação de *linhar*, ou seja, posicionar o espinhel no fundo.

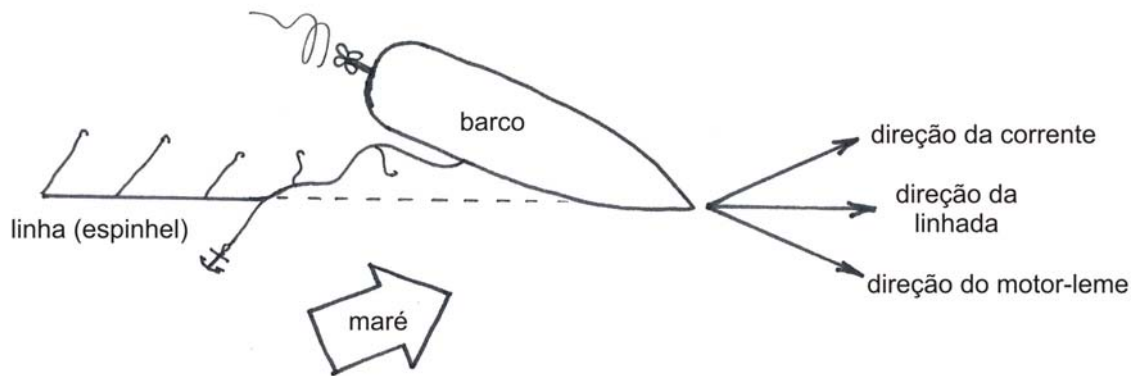
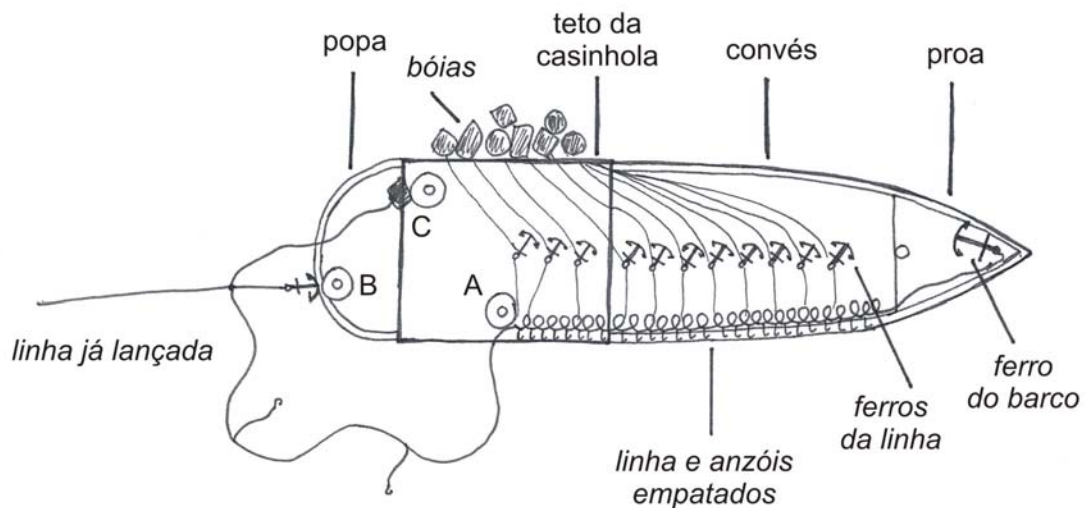


Figura 6 – Serviço a bordo.

Estão indicados os principais elementos que interagem durante o posicionamento da linha no fundo, com três tripulantes: o pescador A (jogador de anzol) lança os anzóis ao mar, o B (jogador de ferro) joga o ferro a cada seio, e controla o leme e o acelerador; o C (boieiro) pega o ferro e as bóias em suas posições, passa o ferro para o B e lança a bóia.



Um dos aspectos que compõem o momento propício ao lançamento é a dinâmica a bordo – disposição dos objetos, habilidades dos pescadores –, inclusive porque ela apresenta uma lateralidade, que faz com que a linha saia sempre pelo lado direito (de modo que na enchente o quadro se inverte com o fluxo da água, e a linha é realizada *de fora pra beira*). O primeiro passo da linha é *ajeitar* o aparelho, deixando-o preparado para entrar em ação assim que a maré *rodar*. Os anzóis ficam apoiados no *anzoleiro*, tábua pregada ao balaustre direito do barco (a estibordo), do teto da casinhola ao convés. A linha fica justaposta aos anzóis, enrolada em espiral sobre o *empataador*, apoio composto por três ripas que evitam que ela encharque ou deslize com as ondulações. A *empatação* é uma operação de grande responsabilidade, pois o bom seqüenciamento dos anzóis é fundamental no momento de seu lançamento; essa ordem é checada quando os pescadores *iscam* os anzóis. Enquanto a linha é iscada, os ferros e as bóias são conectados a ela – estas ficam penduradas do lado esquerdo da casinhola (a bombordo), enquanto aqueles são dispostos em fila no meio do barco, às vezes pendurados na verga.

No momento de linhar, há cinco ações mais importantes a efetuar, relativas à mobilização dos objetos envolvidos na operação: pilotar, controlando o leme e o acelerador; pegar o ferro e a bóia e levar a quem os lançará; lançar os ferros; lançar as bóias; e lançar os anzóis. Quanto ao posicionamento, em geral os anzóis são lançados ao longo do balaustre direito, bóias e ferros são recolhidos no meio da embarcação e enviados ao mar a partir da popa, onde também se realiza a pilotagem. Não obstante essa disposição espacial, a maneira como os pescadores se distribuem as ações varia conforme a arquitetura do barco, o número de tripulantes e suas habilidades. Num barco com cinco camarados, cada um efetua uma delas; se estão em três (o mínimo), cada pescador desempenha mais ações [pranchas 18 e 19].

Tabela 3 - Exemplos de distribuição das ações entre os camarados ao posicionar a linha no fundo (*linhar*). As letras indicam cada pescador.

Tarefas	Tripulação composta por			
	5 camarados	4 camarados	3 camarados	3 camarados
Jogar anzol	A	A	A	A
Pegar bóia e ferro	B	B	B	B
Jogar bóia	C			C
Jogar ferro	D	C	C	B
Pilotar (leme e motor)	E	D		C

Uma vez posicionada, a linha passa um período pescando. Agem no fundo, na operação de captura, os anzóis, o fluxo da maré e os peixes. Nesse período os pescadores cuidam o peixe da linhada anterior, descansam e se alimentam. O momento exato de colher a linha envolve também o tamanho do aparelho e a rapidez da tripulação; o encarregado não deve descuidar desse momento: *‘a maré dá o sinal; tem aqueles frisos d’água, tem umas partes que corre mais, tem outras que corre menos, aí a gente já sabe que tá na hora’*. A *colhida* implica também em desarmar a linha – retirar as iscas e desatar ferros e bóias – deixando tudo posicionado para a linhada seguinte. Para tanto, as tarefas são as seguintes: puxar a linha na proa (desiscar, desatar os ferros e matar os peixes); *empatar* a linha ao longo do convés e da casinhola, enfileirando os anzóis no anzoleiro; pilotar na popa e puxar as bóias no convés ou na popa. Além da organização espacial, as tarefas têm flexibilidade de distribuição entre os camarados, assim como na organização da colhida.

Tabela 4 - Exemplos de distribuição das ações entre os camarados ao recolher a linha do fundo (*colher*).

Tarefas	Tripulação composta por		
	5 camarados	4 camarados	3 camarados
Empatar a linha	A	A	A
Puxar a linha	B	B	B
Matar o peixe	C		
Desiscar os anzóis			
Pegar as bóias	D	C	C
Pilotar (leme e motor)	E	D	

Podemos considerar o barco nos termos de um sistema dinâmico (cf. Maturana 2002), isto é, como uma unidade composta que se mantém pela permanência de uma organização interna que faz dele um conjunto, mesmo que a estrutura de suas relações se transforme. E dos componentes do barco, os mais maleáveis, que são capazes de adaptar suas formas de interação para favorecer a unidade do barco, são as cordas e os pescadores. O *serviço* no barco consiste na coordenação de operações e movimentos dos objetos que compõem a linha – que é, efetivamente, o que se relaciona diretamente com a maré e com o peixe, no fundo. A ação dos pescadores, a distribuição

de tarefas entre eles, deve ser vista mais como uma forma de proporcionar essa coordenação do que como uma especialização das tarefas.

O aspecto central a bordo é a coordenação temporal das operações, e o pescador é tanto mais prestigiado quanto mais *ativo*, isto é, quanto mais atua, e de forma mais versátil, para a manutenção desse ritmo. Não há, assim, especializações instituídas, mas é comum que o encarregado pilote o barco, pois controlando a potência e a direção ele dá o ritmo da operação e efetua manobras de emergência. Mas ele pode deixar a pilotagem a cargo de um camarado e atuar como jogador de anzol, o posto mais arriscado e também o mais prestigioso. Independentemente do número de tripulantes e da distribuição das funções, o pescador que se habilita a jogar o anzol executa unicamente essa ação, pois nela reside a coordenação entre a ação do barco enquanto unidade diante da maré e enquanto conjunto de elementos em sua organização interna. O jogador de anzol é quem produz, em última instância, o vínculo entre o *horário* (a relação barco-maré) e o *serviço* (a dinâmica a bordo).

Semear anzol

Cerne da coordenação barco-linha-maré, o lançamento dos anzóis ao mar exige concentração no comportamento do aparelho e agilidade para manejar e eventualmente reagir aos movimentos de cada anzol. Não é simplesmente a rapidez que caracteriza essa atividade, mas o fato de enviar a linha à água sem inverter a ordem dos anzóis, mantendo-se um pouco adiantado em relação ao ritmo de deslocamento do barco. O objetivo é gerar uma tensão ótima da linha, buscando não deixá-la demasiado frouxa, a ponto de enterrar os anzóis no fundo ou vir para debaixo do barco, e nem jogar muito devagar, de modo que o movimento contínuo do barco *entese* a linha, tracionando os anzóis que ainda estão a bordo ou nas mãos do pescador. Além disso, o jogador de anzol fica atento ao contexto a bordo, como no sinal dado quando cada ferro é lançado, e no modo como a linha está enrolada e os anzóis empatados. Quando algo não vai bem, executam-se com rapidez ações de emergência: se a ordenação a bordo está irremediavelmente atrapalhada, um monte da linha deve ser jogada na água; se um anzol engata em alguma parte do barco ou *fisga* o corpo do pescador, seu *estropo* ou a própria linha deve ser cortada imediatamente, e para isso o jogador de anzol traz de hábito uma faca à cintura [pranchas 20 e 21].

Com sua atuação estritamente vinculada à velocidade do barco em relação ao fundo, ‘o jogador de anzol não pode se espantar com a zoada do motor’ e nem com os sinais da intensidade da maré – a agilidade de seus gestos depende dele não *ficar nervoso* diante da rapidez dos anzóis. Ainda que seja motivado pelas circunstâncias a bordo, jogar anzol é uma decisão voluntária, e consiste em demonstração de *coragem* diante de seu risco e responsabilidade. Há pescadores experientes que a evitam ou mesmo nunca a efetuaram, e diz-se que alguns a realizam com medo, enquanto há jovens que *enfrentam o anzol* em suas primeiras viagens. Passemos à descrição de uma linhada, para então discutir alguns aspectos que caracterizam o papel do jogador de anzol.

Com três camarados, o barco *Navegando com Deus* recolhe o ferro e se encaminha para linhar. Aproxima-se um pouco da beira, faz a volta e, quando aponta para fora, Everaldo põe sua faca na cintura e Berlindo coloca no mar o *capitão*, a bóia-bandeira que sinaliza a extremidade da linha. Elvis, encarregado e piloto, também posiciona uma faca ao seu alcance na popa. Berlindo coloca o primeiro ferro na água. Observando seu gesto, Everaldo se antecipa, jogando três anzóis à água, e dá continuidade à fileira, lançando um anzol de cada vez. O barco se movimenta e, enquanto isso, Elvis retém a corda do leme com a boca e desata uma bóia presa ao balaustre. Berlindo toma nas mãos um ferro e o segura na popa; o barco se movimenta continuamente e, quando a linha começa a entesar, ele grita – *eeeeh, vai!* – e joga o ferro na água, fixando no fundo o primeiro seio da linha. Ao seu grito, Elvis joga a bóia para a esquerda do barco e Everaldo começa a jogar as dezenas de anzóis do segundo seio. Elvis acelera o motor, cujo ruído faz Everaldo agilizar os lançamentos dos anzóis. Em seguida, Elvis e Berlindo repetem as ações de lançamento do ferro e da bóia. Everaldo joga dois anzóis antecipados e aguarda um instante; ao grito de lançamento do ferro, prossegue *semeando* os anzóis do terceiro seio. Agora Berlindo vem sobre a casinhola, pois o ferro e a bóia ficam mais longe da popa. Ferro em punho, ele aguarda ao lado de Everaldo; quando este lança o último anzol e passa os pés por cima do estropo que liga o ferro à linha, marcando o término do seio, Berlindo leva o ferro para ser lançado da popa. Ele o retém, aguardando a linha que está na água (o terceiro seio) ganhar tensão com o deslocamento do barco. Ao seu grito, o ferro, a bóia e os primeiros anzóis do quarto seio vão para a água. O procedimento se repete, e à medida que Everaldo acompanha a fileira dos anzóis, passando ao convés, Berlindo caminha para pegar o ferro sempre ao seu lado, cada vez mais perto da proa. Quando Everaldo lança o último anzol de cada seio, Berlindo leva o ferro rapidamente para a popa, aguardando a tração da linha. Numa dessas passagens, o ferro prende a camisa de Everaldo, mas é logo livrado; ele segue jogando anzóis, sorri e exclama para Berlindo: ‘*porra, vai-te embora!*’. Noutro momento, lançando os anzóis do convés, Everaldo precisa trocar a ordem de três anzóis invertidos e se atrasa um pouco – leva um arranhão na mão, mas o anzol sai direto para a água. Depois de lançar o último anzol, o próprio Everaldo retém a linha; Berlindo vai à proa e posiciona na borda o ferro do barco, onde a extremidade da linha está amarrada. Quando a linha entesa, Everaldo grita e a solta, nesse instante Berlindo larga ao mar o

ferro, que fixa ao mesmo tempo o último seio e a embarcação. Incontinente, Berlindo fixa a amarra na bita; Elvis roda o barco de proa para a maré e desliga o motor.

Em ritmo considerado mediano, resultado da corrente moderada da maré, essa linhada com 640 anzóis é realizada em 10min50s, o que dá um intervalo médio de um segundo para o lançamento de cada anzol. Esse valor não exprime exatamente a forma das ações a bordo, mas reflete a velocidade em que o barco se afasta da linha fixada no fundo. O lançamento dos anzóis precisa estar sempre um pouco adiantado em relação a este ritmo; não demasiadamente, o que resultaria em grande quantidade de linha na água, deixando-a frouxa e embolada; mas, se o lançador se atrasa, a linha é puxada do barco, dotando anzóis e ferros de movimento. Nas *marés do trisca*, em que a água tem velocidade muito grande, o barco desloca-se rápido, essa margem é reduzida, e os objetos (anzóis, ferros e bóias) passam ligeiro pelas mãos dos pescadores.

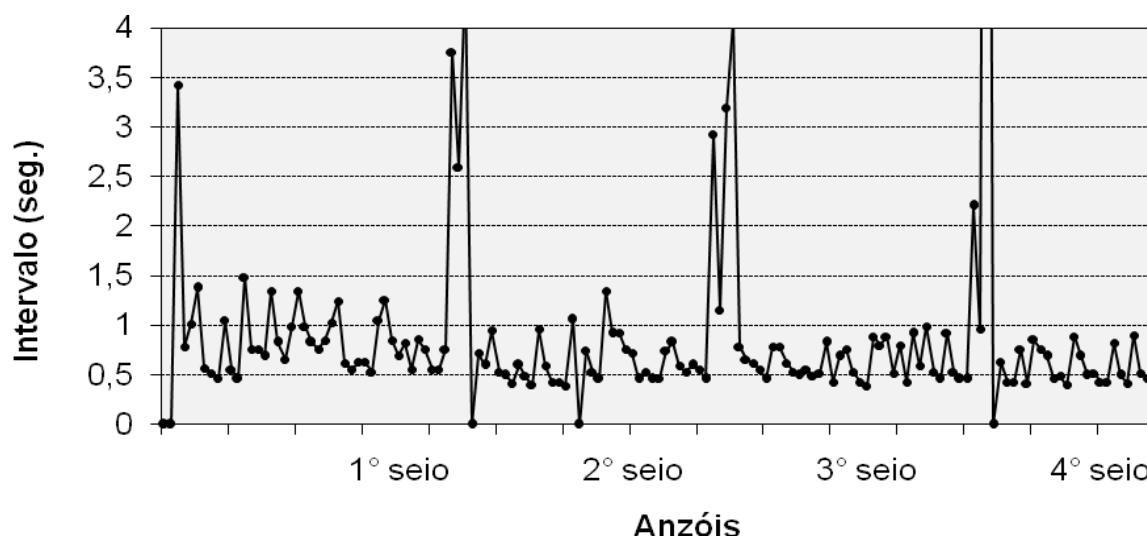
Ainda que se deva dizer que o ritmo de lançamento emana de um contexto prático gerado pelos próprios pescadores, quando configuram os aparelhos e articulam sua relação com a maré de uma forma particular, no âmbito da linhada a velocidade do barco em relação à linha constitui um imperativo para as ações a bordo. Durante a operação de *linhar*, os pescadores se engajam num compromisso prático inexorável, que é aquele da coordenação com o fluxo hídrico e a velocidade do motor, sob o risco de prejuízos físicos e patrimoniais. Nesse contexto, quando está correndo muito, ‘*a maré dá aquela intenção pra gente fazer tudo rápido*’, como diz Everaldo. É verdade que esse compromisso pode ser amenizado – o motor funciona em menor rotação caso a maré corra muito e/ou o jogador de anzol não seja rápido – ou até exacerbado, como nos casos em que a maré é lenta, e o jogador de anzol determina ao piloto – *leva!* – mostrando através da aceleração do motor que ele *se garante* na interação com os anzóis.

Objeto de valorização e composto de interações importantes para o pescador, o compromisso com a maré fixa um ritmo de deslocamento. Ritmo que se expressa na regularidade em que a linha é lançada à água e que deve ser acompanhado-produzido a bordo. Isto porque a uniformidade com a qual o barco posiciona a linha no fundo é produzida por uma série de interações a bordo, que resultam de uma sincronia dos gestos. Nesse compromisso, a posição crítica é a do jogador de anzol, pois ele converte a coordenação a bordo entre objetos e pescadores na disposição retilínea do aparelho. Ele dá o tempo do *serviço* pela velocidade de seus lançamentos e se integra numa sincronia a bordo que assume uma repetição em grande medida cíclica, posto que vinculada à sucessão dos seios da linha. Ou seja, o jogador de anzol transforma

as variações da coordenação a bordo em regularidade – dada na uniformidade e na constância do posicionamento da linha ao fundo. A esse respeito, compare-se a descrição acima da linhada no barco *Navegando com Deus* com o gráfico do lançamento dos quatro primeiros seios.²³

Gráfico 2 Sequência do lançamento de anzóis.

Cada ponto se refere a um anzol, e sua altura em relação ao eixo vertical é o tempo em que foi lançado. Os picos do gráfico evidenciam os momentos de maior lentidão nos lançamentos, quando o jogador de anzol aguarda o lançamento do ferro e da bóia. Essa curva delineia o caráter cíclico das ações implicadas no *serviço* a bordo (o jogador de anzóis é Everaldo, no barco *Navegando com Deus*).



O eixo horizontal apresenta a seqüência dos anzóis (os pontos), traduzindo a disposição linear que o aparelho ganha ao ser disposto no fundo. Já a posição dos pontos em relação ao eixo vertical apresenta o intervalo de tempo em que cada anzol foi lançado. Há três tipos de variações que este gráfico mostra, que indicam aspectos da interação entre os tripulantes. As variações cíclicas mais evidentes são os picos, que representam as passagens de um seio a outro, no momento de lançamento dos ferros. Nessas ocasiões, são lançados três ou quatro anzóis em períodos mais dilatados; isto porque ao final de cada seio o lançador de anzol está alguns segundos adiantado em relação à velocidade do barco, não apenas fixando uma margem para eventuais problemas, mas também de modo que, uma vez lançado o último anzol, o lançador de ferro tenha tempo de ir até a popa, aguardar a linha entesar e avisar aos outros que vai enviar o

²³ As análises quantitativas da atividade a bordo, que possibilitaram a confecção dos gráficos e das reflexões a seguir, foram realizadas com suporte do software *Kronos*. Pude utilizá-lo graças ao apoio técnico e material do *Groupe de recherche apprentissage et contexte (GRAC)*, da *École d'Hautes Études em Sciences Sociales*, Paris, França. Sou grato aos pesquisadores Julie Foucart e Rémi Gouasdoué, além da diretora do grupo, Blandine Bril.

ferro à água. Antes de o ferro ser lançado, o jogador envia alguns anzóis à água para começar o seio seguinte em vantagem, evitando que os primeiros anzóis *pulem* de suas mãos quando é ejetado da popa para se fixar ao fundo.

A manutenção dessa margem inicial é algo crucial. Ao efetuar os lançamentos, o jogador de anzol percebe a vantagem que leva em relação à tensão do aparelho pelo comprimento da linha que ainda não ganhou tensão e flutua ao lado do barco. É também baseado nesse pequeno adiantamento que se tem em relação à linha que as ações emergenciais são realizadas; se não há tempo para desembaraçar algum atrapalho, deve-se jogar um monte de linha para a água. Esse é um tipo de ação que envolve ganhar tempo, jogando um conjunto de anzóis à água, mas sem ordem alguma, o que resulta em diminuição da produção e aumenta o trabalho no momento de recuperar a linha do fundo. Quando a linha entesa e o anzol fisga o pescador ou prende no barco, busca-se eliminar a tensão, cortando a linha ou desligando o motor.

A segunda variação significativa exposta no gráfico é o intervalo médio dos lançamentos, que diminui no terceiro e quarto seios, pois o motor é acelerado após o início da linhada, como de praxe. Pode-se notar que no terceiro e quarto seios cada lançamento é efetuado em menos de um segundo, e boa parte fica abaixo de meio segundo. A outra alternância de ritmo significativa para nossa análise é aquela relativa à seqüência de lançamentos durante um mesmo seio. Há um ritmo médio dos lançamentos, que gira em torno de um segundo, mas também durante o seio é possível verificar que há anzóis que são lançados mais rapidamente do que outros, numa amplitude de 0,4 até 1,5 segundo. Isso se refere à forma como o pescador interage com os anzóis ao jogá-los, efetuando uma estratégia de manutenção do ritmo.

Quero dizer que, se é preciso considerar a ligação com a maré como uma espécie de compromisso – referente à regularidade da tarefa de posicionar a linha no fundo – não é num sentido de adaptação das condutas humanas ao meio natural ou de uma atuação maquinal ou estereotipada do pescador. Após estabelecer que o movimento retilíneo é gerado pela coordenação a bordo, é necessário analisar os gestos individuais do lançador de anzol, para observar sua relação direta com o anzol, que constitui o ponto principal de toda a atividade e tem sentido decisivo nas considerações a respeito do pescador.

A idéia de que as ações se organizam em torno da produção de um ritmo regular, intrínseco a um mecanismo não deve, repito, conduzir a se pensar num processo de mecanização do pescador, ou numa relação determinística com os anzóis. Ao debruçar-se sobre a questão da

ação durante o processo de trabalho, especialmente sobre seus aspectos variantes e invariantes, Yves Clot argumenta:

Certes, la réalisation de toute action suppose la présence d'invariants, externes et internes. Mais, pour le dire à la manière de Leontiev, la formation d'une action ne se ramène nullement à la formation d'invariants, et à plus forte raison n'en est pas le résultat. C'est plutôt le contraire : ils sont le produit d'actions répétées au cours d'activités non réitérables (Leontiev, 1958, p. 176). Du coup, les invariants n'engendrent pas l'activité, ils ne l'expliquent pas. C'est elle qui s'explique avec eux, dans tous les sens du terme. En ce sens, le processus de répétition est une répétition sans répétition (Bernstein, 1996 ; Fernandez, 2001). D'une part parce qu'il n'y a pas d'invariant mis en oeuvre sans une histoire chaque fois singulière de l'activité. D'autre part parce que chaque activité (singulière) affecte, que ce soit sous la forme d'une consolidation ou d'un développement, le répertoire des fonctionnalités de l'invariant (Béguin e Clot 2004: 45).

A própria antropologia da técnica chega a conclusões semelhantes a respeito da habilidade no trabalho com as máquinas, e encontra nessa interação um importante aspecto da agência num sentido propriamente social. A propósito do lançador de anzóis, (e mesmo não se tratando exatamente de um contexto industrializado) cabe lembrar a assertiva de Ingold, ao afirmar que a relação com os instrumentos não é de sujeição, mesmo nas situações mais mecanizadas. Ele remete a François Sigaut (1994: 446), que fala de uma “lei da irredutibilidade das habilidades”, que implica em pensar no aparecimento de novas habilidades humanas conforme surgem diferentes instrumentos e máquinas. Nessa linha, Ingold defende que “*coping with machines is part of the process of producing the worker as a skilled social agent*” (2000: 332).

Tais proposições são relevantes para a análise do engajamento do jogador de anzol, justamente porque ele não se dá nos termos de uma repetição maquinal ou uma sujeição ao ritmo da maré, mas num diálogo com os anzóis, com a tensão da linha e com os outros movimentos a bordo. O fator “invariante” ou “regular” traduzido no posicionamento da linha deriva da ação criativa do jogador. Tanto assim que seu prestígio é associado à expertise na relação – o que o define não é a repetição de gestos, mas o fato de ser *ativo*, interagir com os objetos. Ser *ligeiro*, qualidade dos bons lançadores de anzol, não se pode traduzir como rapidez, mas como agilidade, capacidade principalmente de interagir, respondendo e antevendo os movimentos do anzol: ‘*vous laissez-les tranquilles là [no anzoleiro], mais à des fois un passe par dessus l’autre, à des fois quand vous prenez, ils sont gênés. (...) [Durante uma linhaçada] j’avais un anzol lâché là au milieu, mais il se fâché que j’étais dessus*’ (Gero).

O modo de lançar os anzóis em sequência implica em produzir uma regularidade a partir de situações diversas, a ponto de se dizer que *‘o jogador do anzol joga do jeito que ele quer’* (Mira). Isso quer dizer que o lançamento regular da linha resulta de distintas formas de encadear dos anzóis. Para restringir a análise ao aspecto principal, enfoquemos as duas possibilidades de se fazer o lançamento dos anzóis – recolhendo diretamente do anzoleiro e lançando ao mar um a um, ou então colhendo um punhado na mão esquerda e lançando-os ao mar com a mão direita. O primeiro gesto, que podemos chamar de jogar “direto”, implica num intervalo maior a cada lançamento, pois o pescador tem de se abaixar para pegar cada anzol, além do que o *anzoleiro* se move com a maresia, e o pescador deve “encontrar” o anzol cada vez numa posição relativamente diferente. O outro modo, passando de uma mão a outra, que chamo de “indireto”, envia os anzóis ao mar com mais rapidez, porém envolve um intervalo maior no momento de recolher cada punhado no *anzoleiro*, em função da atenção para mantê-los em ordem na mão do pescador.

De modo que as duas maneiras de lançar os anzóis são usadas durante o mesmo seio, pois se *‘pegar anzol por anzol é arriscado, [pois] a linha estica rápido’* (Gero), no intervalo entre dois punhados se usa jogar alguns anzóis “diretos”, e mesmo dois anzóis juntos, para não ser alcançado pela tração da linha. Assim, enquanto pega os anzóis com a esquerda, o jogador de anzol efetua o lançamento de um ou dois anzóis diretamente do anzoleiro, evitando perder a margem que leva diante da tensão da linha. Dadas estas duas formas de lançamento – a “direta”, deficitária em relação ao ritmo médio do lançamento, mas que está sempre disponível, e outra, mais veloz, mas que exige intervalos de preparação nem sempre disponíveis – a atividade do jogador de anzol consiste em efetuar combinações gestuais que lhe assegurem uma margem sobre o ritmo fixado pela velocidade do barco em relação à maré. Nesta combinação das possibilidades gestuais do pescador com a dinâmica dos objetos reside um dos aspectos centrais do lançamento de anzóis, e ela constitui-se na característica marcante do lançador.

A título de exemplo, comparem-se os lançamentos de Mira e Everaldo, dispostos nos gráficos abaixo. Ambos jogam em média um anzol a cada 0,83 segundo – ou seja, em velocidades semelhantes – mas elaborando esse ritmo com combinações muito diferentes.

Gráfico 2 Lançamento dos anzóis por Everaldo (barco *Navegando com Deus*). Média de 0,83 segundo por anzol.

Neste gráfico e no seguinte, a linha pontilhada assinala o ritmo médio de lançamento dos anzóis, derivado da velocidade de deslocamento do barco. A linha que liga os pontos mostra a forma como os lançamentos de anzóis produzem a linha pontilhada uniforme através de estratégias não-regulares. Os pontos escuros correspondem aos anzóis lançados a partir de um punhado seguro pela mão esquerda; os pontos claros são anzóis apanhados individualmente no anzoleiro e lançados diretamente ao mar. Note-se que os anzóis lançados “direto” do anzoleiro (pontos claros) situam-se acima do ritmo médio (entre 1 e 1,5 seg.), enquanto aqueles lançados a partir da mão esquerda (pontos escuros) apresentam seqüências abaixo do ritmo médio (até 0,4 seg.), mas têm quantidade limitada pelo que a mão mão comporta. Em ambos os gráficos fica expresso o modo como os dois gestos são empregados em coordenações diferentes. Se Everaldo toma de quatro a cinco anzóis por vez, lançando alguns diretos entre cada punhado, Mira lança onze de início, e depois emprega os dois tipos de lançamento alternadamente, sem voltar a pegar um punhado expressivo.

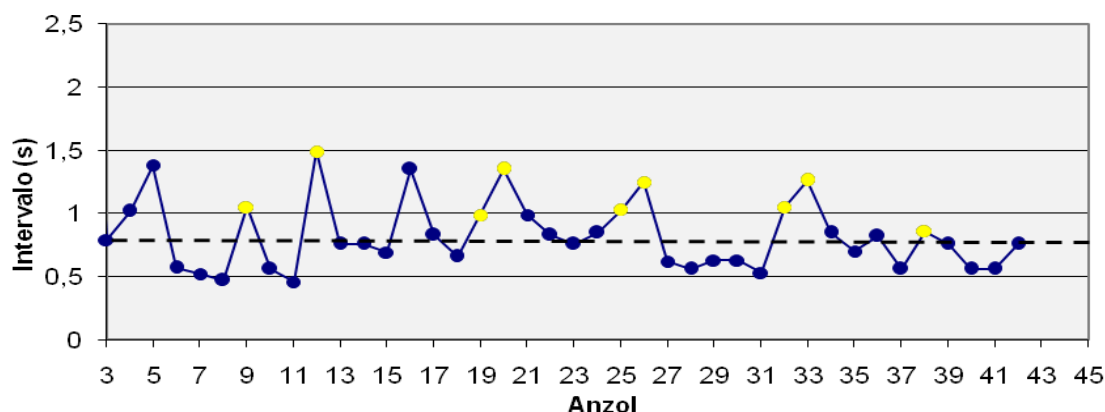
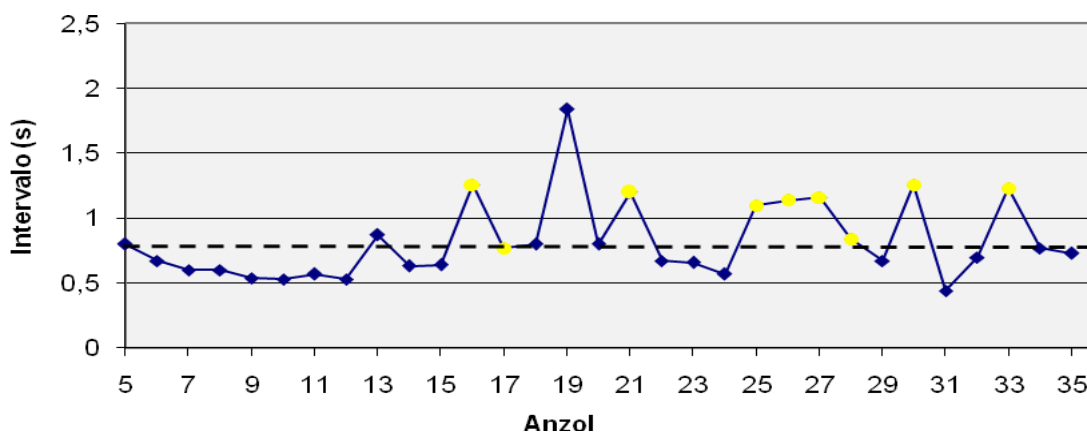


Gráfico 3 Seio lançado por Mira (barco *Nazareno*). Média de 0,83 segundo por anzol



Os lançamentos “diretos”, pegando anzol por anzol, são indicados com pontos claros, os lançamentos “indiretos”, pegando anzóis na mão esquerda, com pontos escuros. Observe-se, por exemplo, que Mira começa esse seio com onze anzóis nas mãos (gráfico 3), efetuando ampla vantagem sobre o ritmo médio (linha pontilhada). A maioria dos pescadores não toma mais do que cinco ou seis anzóis nas mãos de cada vez, pois isso envolve dificuldade para mantê-los ordenados com o polegar, que deve também preparar os anzóis para serem apanhados rapidamente pela mão direita.

A comparação das curvas desses gráficos e do modo como se distribuem os tipos de lançamento (“direto” e “indireto”) – associada ao fato de que eles correspondem ao mesmo ritmo médio de lançamento – expõe a atuação ao mesmo tempo coordenada e criativa do pescador diante do anzol, para produzir a linearidade do aparelho. O jogador interage com o anzol e com os demais componentes da tripulação de maneira flexível e circunstancial, buscando produzir o comportamento linear e uniforme do barco em relação à maré e o fundo. Se o gráfico 1 mostra o caráter cíclico e coordenado do *serviço* a bordo, e as linhas pontilhadas nos gráficos 2 e 3 indicam a dimensão do *horário*, ou seja, da relação do barco com a maré, as curvas de lançamento dos anzóis dos gráficos 2 e 3 demonstram que esse acoplamento entre a ação dos pescadores a bordo e a conduta do barco em relação à maré se realiza por ações muito diversas.

Encarar a dinâmica a bordo assim tem duas conseqüências. A primeira é que a ação individual dos pescadores nunca é diretamente voltada a algo exterior ao barco, mas a uma coordenação interna entre pescadores, artefatos e máquinas, que, por sua vez, gera o movimento do barco. Nesse sentido, é possível compreender o barco nos termos em que Maturana (2002) descreve as unidades compostas, onde a flexibilização da estrutura interna é que gera uma manutenção da conduta exterior. Note-se que o pescador, enquanto componente do barco, deve utilizar a capacidade de flexibilização de suas interações e propriedades a bordo em prol da ação do barco enquanto unidade. Para manter o “acoplamento estrutural” entre as interações que ocorrem a bordo e a linearidade do barco diante da maré, o jogador de anzol se engaja em mudanças internas ao barco (tanto na coordenação das tarefas com outros tripulantes quanto na execução de seus próprios gestos), que asseguram o aspecto principal, qual seja, a manutenção da organização do barco. Durante o lançamento da linha, no acoplamento entre as duas dimensões do barco – a unidade de suas ações frente à maré e a composição da dinâmica a bordo – o jogador

de anzol gera a repetição com ações diferentes e a uniformidade com variação na velocidade dos gestos. Sua atuação é definida como ‘*se virar com o anzol*’, num ritmo que impõe a agilidade criativa e onde a rigidez conduz a erros.

Pescador, engajamento e metamorfoses

(...) o seu corpo vivo que ele reproduz e desenvolve realmente aparece não como obra sua, mas como sua própria condição (...)

K. Marx, *Formações econômicas pré-capitalistas*

Encarregado e jogador de anzol são funções ligadas a duas dimensões importantes da atividade do barco, quais sejam, respectivamente, o seu funcionamento enquanto unidade que se desloca e efetua a captura, e a coordenação de sua dinâmica interna – o *serviço* – com o fluxo hídrico. Os encarregados demonstram a preocupação em levar o barco aos lugares-momentos propícios (de acordo com as fases da maré) e durante período condizente com as expectativas de produção, tratando de não *gastar a farinha do homem* em vão e nem colocar o patrimônio ou a tripulação em situação de risco. Sobre eles recaem o dever de articular os interesses do patrão e do dono (às vezes ele próprio) com a atuação do barco no espaço-tempo fluído da costa. O encarregado busca *dar conta* da responsabilidade que lhe foi repassada, atuando conforme o *horário*, orientando o deslocamento do barco e os momentos de inflexão da dinâmica a bordo.

Não obstante, o encarregado no Sucuriçu não pode ser visto como o elemento preeminente da atividade, seja pela construção de um saber próprio, à semelhança da *mestrança* em parte da pesca litorânea brasileira (e.g. Maldonado 1993: 97-9), ou nos moldes em que Gísli Pálsson descreve o capitão na pesca da Islândia: “*If, for the skipper, the crew is an ‘instrument’ analogous to his boat and fishing gear, it logically follows (...) that it, too, forms a part of the operating person of the skipper.*” (Pálsson 1994: 911). No Sucuriçu, a unidade mais importante a ser considerada é o barco, ainda que a responsabilidade sobre a segurança e a produtividade da pesca recaia sobre o encarregado; isso porque, como entidade englobante, o barco constitui suas ações na partilha e coordenação das ações entre os pescadores e objetos que o compõem. Ademais, se cabe ao encarregado a organização do serviço e principalmente a preocupação com o *horário*, ele não detém segredo, a tripulação não está englobada em sua pessoa e não é ele que

pesca, e sim o barco. Tanto é que as críticas mais severas ao encarregado, e que o desqualificam como tal, o acusam de não cumprir os preceitos tidos como necessários ao bom funcionamento do barco, principalmente no que se refere à coordenação com os *horários* da maré e à manutenção de uma convivência satisfatória a bordo. É sob tais justificativas que os camarados evitam embarcar de novo com o mesmo encarregado.²⁴

Já o jogador de anzol (que, aliás, pode ser o próprio encarregado), efetua a conexão entre o serviço a bordo e a ação da embarcação e do aparelho na água; sua performance é tão melhor quanto mais ele consiga harmonizar essa ligação, conferindo linearidade ao espinhel e ditando o ritmo da coordenação a bordo. Articulando essas duas dimensões, o lançamento dos anzóis é denominado tanto *semear* – referindo-se ao posicionamento da linha no fundo, e ao desenrolar do processo de captura que se passa alheio ao pescador – quanto *jogar fora*, indicando a preocupação que o pescador assume de se livrar dos anzóis a tempo, enviando ao mar objetos que podem ganhar movimento e causar problemas a bordo. Exatamente por isso, ele se expõe, inclusive fisicamente, aos eventuais problemas dessa conexão, causados ou não por sua atuação. Produzir a relação entre a maré e o serviço – expondo-se aos riscos de empregar a agilidade e a criatividade em prol da regularidade – é o que caracteriza a ação do jogador de anzol como *se garantir*.

Além da distinção no modo em que compõem as ações do barco, as disposições do encarregado para *dar conta* e do jogador de anzol para *se garantir* tem outra diferença significativa. O primeiro deriva de uma responsabilidade concedida, que é por si só um reconhecimento da sua capacidade para tal e envolve maior remuneração; já o jogador de anzol apresenta-se ele próprio para a função, numa demonstração de intrepidez, que não resulta em maior retorno financeiro, mas revela o mais alto grau de disposição para o *serviço*: ‘*o cara que vai jogar anzol ele tem que ter coragem, porque se ele jogar com medo, ele vai logo se fregar*’. Entretanto, se os complexos *horário-responsabilidade-dar conta* e *serviço-coragem-se garantir* definem as especificidades do encarregado e do jogador de anzol, isso não significa que a atuação dos camarados não seja qualificada também nesses termos. Há, porém, expressão mais

²⁴ É muito provável que o papel do encarregado tenha assumido essas características quando a pesca de anzol passou a ser realizada em locais mais rasos, perto da beira, em decorrência das mudanças no contexto da pesca regional durante a década de 1980, referidas no capítulo 1. Diz-se que no Sucuriçu ‘*não tem mais encarregados como antigamente*’, que dominavam os processos de navegação e captura afastados da costa, certamente porque não se pratica mais a pesca como antigamente. Atualmente há encarregados jovens e alguns pouco experientes, aos quais cabe basicamente a coordenação entre o *horário* e o *serviço* a bordo.

abrangente, que caracteriza o aspecto chave da integração a bordo. De qualquer pescador, se espera a capacidade de *ser ativo*, e inclusive o *dar conta* e o *se garantir* estão vinculados a essa propriedade.

Ser ativo remete, evidentemente, à idéia de que o pescador deve ser dotado de atitude e iniciativa, engajando-se no *serviço* à medida que a dinâmica a bordo evolui; aplica-se, portanto, ao encarregado, ao jogador de anzol e a qualquer camarado, seja quando corta a linha rapidamente numa emergência, quando antevê dois anzóis trançados no *anzoleiro* ou quando *pula* ao convés para puxar o espinhel numa noite chuvosa. *Ser ativo* quer dizer engajar-se em sinergia com outros elementos, envolvendo-se nas ações que compõem o serviço no barco, mas não de um modo maquinal, e sim se prontificando em qualquer situação e principalmente mostrando ímpeto e desembaraço, quando uma dada configuração dos elementos do barco propicia a intervenção do pescador.

Analisando a interação entre a tripulação, Pálsson coteja trechos de *O capital*, onde Marx aborda o trabalho cooperativo dando o exemplo da pesca. Citando Marx, Pálsson diz que, ao cooperar no âmbito do barco, “*the worker ‘strips off the fetters of his individuality’ (...), thereby creating ‘a new productive power, which is intrinsically a collective one’ (...)*” (Pálsson 1994: 924, nota 12). Para caracterizar a pesca costeira no Sucuriju, é necessário frisar que tal poder produtivo, que surge da vinculação das ações, requer que se considere o coletivo envolvendo os componentes do barco de modo geral, não apenas aos humanos. A atuação do pescador se coordena não só a outros pescadores, mas aos movimentos da água e dos objetos a bordo, num engajamento marcadamente corporal.

Abordando a pescaria em Vigia, no estuário do Amazonas, Loureiro observa, no âmbito do processo produtivo, que o pescador e os objetos condicionam mutuamente suas existências:

O limite [para a continuidade da pesca] é a exaustão física do pescador ou do aparelho que, em interrupções sucessivas e alternadas, ora pelo primeiro, ora pelo último, acaba por permitir a recuperação da forma indispensável ao ato de ambos existirem (Loureiro 1985: 98).

A autora observa aqui uma espécie de simetria, em termos físicos, da possibilidade de pescadores e aparelhos comporem o processo produtivo, particularmente em sua continuidade temporal. Assertiva pertinente no caso do Sucuriju, onde o pescador e os demais componentes do barco são considerados nos mesmos termos, centrados nas propriedades de *resistência* e *força*,

como veremos adiante. Consideremos antes, porém, as implicações dessa “simetria física” na dinâmica a bordo: *ser ativo* implica no engajamento corporal – em sua intensidade e temporalidade – mais do que na “aquisição” de habilidades específicas. Ou melhor, a competência a bordo resulta do engajamento no *serviço*, coordenando-se aos objetos e aos outros pescadores; de modo que o aprendizado – *ficar um profissional* – é definido não como acumulação de conhecimentos, mas como um processo de *ficar mais ativo*.

Engajamento corporal a bordo

Além do anzol, as cordas e a faca são importantes na atuação do pescador. A faca é o único objeto pessoal que participa no serviço a bordo. Ela é adquirida e mantida em condições de uso pelo próprio pescador, e o acompanha no barco; serve para as atividades preparatórias e de finalização da produção, especialmente cortar as iscas e *lanhar* o peixe para a salga. Por serem encadeadas e condicionantes do processo de captura, na operação do espinhel, estas são atividades intimamente coordenadas ao *horário*, o que boa parte das vezes leva à celeridade de suas ações. Além da cacetada letal, o pescador entra em contato o direto com o peixe por meio da faca, na sua transformação em produto; mas, se através dela o pescador se conecta à preparação do produto propriamente dito, noutros momentos a faca é a “caução” da sua interação a bordo. Ao seccionar as cordas em emergências, a faca libera os objetos e o próprio pescador da tração indesejada e potencialmente fatal, como nos casos em que o anzol o leva ao fundo.

Serviço e defesa, mas também ataque: a faca é por excelência o instrumento de agressão. Não nos barcos, onde a autoridade do encarregado e a premência do *serviço* balizam o escopo dos atritos, mas nas festas, farras e conflitos que evoluem para o confronto físico. Nesse contexto, a faca é a garantia subjacente e a manifestação explícita de uma masculinidade que passa pela possibilidade de exercício da violência. Instrumento da virilidade, ao mesmo tempo em que dota o pescador da capacidade de obter o provimento, a faca dá a forma de sua relação agressiva com outros homens. Como brincava um pescador com outro, ao ceder-lhe um pouco de farinha: ‘*eu não tenho que ficar enchendo bucho de macho, só de criança e mulher. Bucho de macho é pra faca*’.

O sentido do bucho na afirmação contrastiva da masculinidade desdobra-se noutras fórmulas, como na que se diz que a mulher enche o bucho do homem de comida (preparando-a), enquanto o homem enche o da mulher com filhos. Com a faca não é diferente, ela assume

também distintos aspectos da virilidade, que passam pelo exercício da violência, do serviço e da sexualidade. Mantido com muito esmero, o *fio* das facas ocupa papel de destaque nas jocosidades a bordo, que são, aliás, demonstração de aceitação e confiança entre os camarados. Quando solicitam que alguém lhe alcance sua faca, os pescadores de hábito pedem que se lhe passe ‘o *cabelo*’ de fulana, associando a sua faca a alguma jovem solteira da vila, que pode mesmo ser parente de outro pescador. Em outros momentos, avisam a quem toma o seu instrumento emprestado – ‘*cuidado, não vai te cortar, que aí é só triscar...*’ – enaltecendo as suas capacidades.²⁵

A faca não mata nem captura o peixe, ela atua na sua preparação e defende o pescador do anzol, este sim, responsável pela captura. O modo como estes objetos são considerados apresenta um aspecto significativo do próprio papel do pescador, que não se dá na relação de captura direta do peixe, mas na operação do barco. Se a faca é o instrumento da masculinidade pela inserção no serviço, o anzol, por sua vez, executa a pesca e representa ameaça ao pescador, sendo um “outro”, ante o qual se delineia a masculinidade do pescador. Este se considera mais como um elemento a bordo, na interação com vários objetos, do que na relação direta com o peixe; mesmo quando o manipula, é depois que o peixe foi trazido ao domínio do barco pelo poder de captura do anzol [prancha 24, foto 2].

A prática a bordo envolve também a ligação com as cordas, que efetua a conversão e a anulação de movimentos e, noutros casos, a conjunção de forças, como na reunião do motor e da maresia para retirar o ferro do fundo. A capacidade de dar nós e desatá-los com celeridade é essencial no trabalho da pesca, pois é o que organiza a coordenação entre os objetos e sua interação com o pescador. Essas operações são realizadas e aprendidas de modo cinestésico, isto é, os nós não são aquilo que se faz com as cordas, mas antes aquilo que se faz com as mãos, conforme a interação entre diferentes objetos. Os nós são ligações, e sua execução é tomada sempre em forma de uma relação entre duas coisas. Ao exemplificar os nós fora de seu contexto, os pescadores o fazem mostrando ou simulando os objetos ligados por ele, e os gestos com a corda referem-se a uma situação particular, sendo difícil efetuar um “mesmo” nó fora de contexto

²⁵ Com Duarte (1999: 253), podemos caracterizar essas interações a bordo como uma forma de “agressão ritual”, que expressa o caráter inevitável de uma interação pautada tanto na competição quanto no mútuo auxílio. Vale reproduzir a passagem de Radcliffe-Brown, traduzida e citada por Duarte: “*As relações jocosas são uma combinação singular de benevolência e antagonismo. Em qualquer outro contexto social esse comportamento expressaria e suscitaria a hostilidade; na realidade, ele não significa nada de sério e não deve ser tomado enquanto tal. Essa hostilidade aparente é a contrapartida de uma amizade real. Dito de outra forma, a relação implica a permissão de faltar com o respeito.*”

ou noutra posição – essa é uma habilidade que poucos apresentam, mais como demonstrações espetaculares de expertise. Mesmo sendo classificados em alguns “tipos”, os nós não são posições da corda independentes dos objetos ou de uma manifestação do gesto do pescador. ‘O negócio é na munheca’, lembra Everaldo – o nó é um gesto que se plasma na ligação dos objetos, incorporando por sua vez a forma e a força das cordas. O tratamento das cordas exprime o engajamento do pescador com os objetos, não apenas em termos de tração, mas de forma. Suas mãos assumem a aspereza necessária ao serviço pela própria fricção com as cordas, e estas são organizadas, enroladas e puxadas de acordo com as dimensões corporais do pescador.

Além do horário e do serviço, o *jogo da maresia* também caracteriza a presença do pescador na dinâmica à bordo, talvez num nível mais fundamental, que envolve não apenas o bem-estar e a disposição, quando não se fica mais enjoado e tonto (*porre*), mas a própria capacidade de atuação; para se incorporar ao serviço é necessário ter o equilíbrio necessário para *ficar de pé* e deslocar-se a bordo, usando o mínimo possível o apoio das mãos, que ficam assim disponíveis para a manipulação dos objetos. As situações de *ficar porre* e *andar de cú* (sentado) ou de *quatro patas* ocorrem quando o novato precisa recorrer a outros apoios, e ainda não adquiriu a mobilidade suficiente para *ser ativo*. Assumir a posição bípede sobre o convés é condição *sine qua non* da emergência do pescador por meio do serviço – e ela implica em *estar certo com a maresia*.

Tem pessoas que não se acostumam. (...) É porque, olhe, nós aqui nós temo conversando, temo quietos, temo parados. Lá no mar, nós pode tá até conversando, mas não temo parado assim. Nós temos ó [faz movimento de balançar o corpo], pra cá, pra’li, conversando... conforme o mar, assim nós temo. Nós vamos deitar pra dormir, nós não dorme sossegado, nós temos que tá rolando na rede ou no beliche lá da embarcação. Mesmo que tem [beliche], mas você não ta quieto, você ta sempre se mexendo de um lado pra outro. Porque o mar não deixa. Então é isso que a pessoa não se acostuma. Ele vai pra fora, faz uma quinzena, mas na outra ele não quer ir mais. Tem pessoas que não, pra ele tanto faz tá no mar como em terra é a mesma coisa (Seu Nestor).

Ser pescador tem como condição a inserção corporal no ambiente do barco, e essa capacidade pode ser perdida, seja por doenças, como os problemas estomacais, ou pela idade. A possibilidade, sempre presente, de perda das competências corporais se acentua entre os pescadores de mais idade, ao passo que aumentam as manifestações explícitas de seu potencial, como no caso do pescador mais velho que se ergueu sobre a casinhola num trecho onde havia muita maresia, abriu os braços e exclamou – ‘*ainda sou estaca!*’ – mostrando que podia manter

os pés fixos, apesar de sua idade e da agitação do barco. Mas a incorporação do pescador ao barco não pode ser definida como a aquisição (e acumulação) de capacidades, e sim como uma transformação. Ao *se acostumar* na pesca, o corpo do pescador se remodela, tornando-se ativo no serviço, mas perdendo parte dos atributos do engajamento na vida em terra.

Muitos deles enfrentam períodos de insônia quando chegam da pesca, acometidos pelas sensações cinestésicas da (falta de) maresia; a este propósito, é muito repetido o caso emblemático de um antigo pescador que, desembarcado, só adormecia se alguém balançasse sua rede no ritmo das ondulações. Mesmo que suas mãos tenham sido (orgulhosamente) *engrossadas* por e para a pesca, os pescadores expressam com angústia a ambigüidade de tal transformação, lamentando a falta de jeito de suas mãos em várias das atividades que constituem a vida em terra, como utilizar uma caneta ou acariciar uma criança. A passagem nos dois sentidos exige readaptações, mesmo que ela se dê após ausência temporária. Assim, quando ficam meses sem embarcar, os pescadores passam por um período, ainda que breve, para superar as náuseas e *calejar*, tornar mais espessa a pele das mãos.

A distinção entre a pesca e a vida em terra se define sobretudo pelos engajamentos corporais (é nesses termos inclusive que é delineada a comparação entre o pescador e o funcionário, que remete às vias contrastadas do *serviço* e do *estudo*). Vários pescadores acham que a identificação legítima, que justifica a obtenção de benefícios governamentais como o seguro defeso, não deveria se pautar em documentos de identificação profissional, passíveis de serem mal concedidos, mas nas mãos, no rosto e na capacidade de realizar alguns nós, como o que conecta o anzol à linha. Além do que, essa é uma forma de identificação situacional – só é pescador aquele que o corpo o demonstra, tanto assim que os que emigram e perdem os signos somáticos da pesca são desconsiderados como tal, não só para efeito de benefícios. Por causa disso, um ex-pescador, residente em Macapá, se dizia desencorajado a retornar em visita ao Sucuriju, preferindo não ‘*se expor*’ com os pés e as mãos *finos* da vida urbana; as pessoas poderiam pensar que ele ‘*foi embora e esqueceu as coisas daqui...*’, sustando assim um sentimento de pertencimento à pesca que a distância lhe conservara, mas que o corpo desmentia.

Analogias práticas ou das (equi)valências do pescador

Quando o neófito sofre as náuseas e tonteiras (*ficar porre*) das primeiras quinzenas, ou o pescador experimentado passa pela readaptação do retorno à pesca, o remédio mais eficaz é

entrar em contato com a água do mar, seja mergulhando, nos momentos de maré parada, ou tomando banhos de cuia. Além do contato, outra forma de aplacar o mal-estar advindo da exposição ao fluxo hídrico é provar um pouco da água marinha. Em situações de outro tipo, quando o pescador é afetado por problemas como contusões musculares, feridas ou cortes, o remédio aplicado para atenuar a dor, neutralizar a ferrugem do anzol ou cicatrizar a pele é o óleo lubrificante utilizado nos motores: *‘se é bom pro motor, tem que ser bom pro pescador.’* Cite-se também o momento da limpeza do convés e do pescador após o tratamento do peixe – ambas se dão no mesmo contexto (em ações contíguas), utilizando a mesma escova e a água do mar.

Além da maré, do motor e da embarcação, há diversos outros exemplos em que o pescador tem tratamento análogo a outros elementos envolvidos na pesca. A mais significativa dessas situações se expressa quando o barco depara com grandes maresias. Quanto uma *porrada* mais forte é iminente, os pescadores exclamam – *güenta!* – exortando a resistência da tripulação e da embarcação ao impacto. Os comentários subsequentes não deixam dúvidas de que se trata de um encorajamento ao barco como um todo, já que se fala nesse momento tanto da firmeza do casco de uma embarcação quanto do equilíbrio de um ou outro camarado. É que as propriedades envolvidas nas operações da pesca perpassam os vários elementos que a constituem. A mais evidente é sem dúvida a *resistência*, que não se resume a suportar impactos, mas também forças (trações) e agentes deteriorantes – sol, sal, água. Assim, sobre a capacidade de suportar os poderes abrasivos e corrosivos da água do mar, diz-se que *‘a água salgada só não leva largura com o ferro inox [de algumas embarcações] e com a pele do pescador’* [pranchas 24 e 25].

Na linha da resistência e da força, a qualificação que define um horizonte de significação no universo da pesca costeira são as dimensões das coisas e seres. *Porrudo* (grande) ou *jito* (pequeno) são qualificações extremamente importantes na definição dos entes envolvidos na pesca. Se a agência é disseminada de modo diferenciado entre os vários elementos – a pororoca, a maré, o barco, o motor, o pescador, o anzol etc. – ela se baseia em propriedades semelhantes – a resistência-força – cujo primeiro indício são as dimensões. Aquilo que é *porrudo*, *grosseiro* – seja um pescador, um barco ou uma maresia – ganha um sentido mais valorizado no contexto de interações da pesca. Mas a principal questão é que isso não é absoluto, pois o que está em jogo não é exatamente o tamanho, a dimensão, mas as propriedades da agência, que surgem nos engajamentos entre objetos que caracterizam a pesca. Isto é, a dimensão é um índice de força-resistência, mas não necessariamente sua garantia – essa é dada na prática.

Dito de outro modo, parte das coisas tidas como *porradas* ou *jitas*, nem por isso são dotadas de força ou resistência proporcionais, visto que suas propriedades e as formas de conexão que estabelecem não estão evidenciadas na dimensão – e nessa disjunção aparência-dimensão/interação-propriedade situa-se uma questão central para a consideração dos objetos na pesca. Referindo-se à importância dos motores, Everaldo diz ‘*só é jito, mas tem muita força, ajuda muito*’, apontando seus efeitos sobre o complexo do barco. Frente ao *peso* que a gurijuba imprime quando o pescador puxa o espinhel, Everaldo se mostra igualmente intrigado:

[o peixe] *na linha, é um peso mano, tu é doido! Eu não sei como é que o peixe tem uma grande velocidade, né, com aquele rabo pequeno; mas ela dá uma remada lá no fundo assim, o caboclo sente aqui em cima. O peso, ajudado com a correnteza...*

O anzol é o exemplo mais loquaz do desacordo que pode haver entre as dimensões e as capacidades agentivas de um artefato: ‘*é um arame, é fino, mas ele não erra o pulo dele nem com nojo!*’. Isso porque ele está conectado ao espinhel e à maré: ‘*o anzol na caixa é um quiabo, e ele estrovado é o diabo. Tá na caixa, não tá estrovado, não tá fazendo nadinha, tá quieto, mas estrovou ele, pode ver se ele erra um pulo. É difícil ele errar um pulo!*’. Porém, mesmo conectado ao espinhel, ele pode ter seus dotes neutralizados, como quando, durante a operação de puxar a linha do fundo, o pescador se acautela enrolando o anzol no seu próprio estropo: ‘*pronto, aqui ele não tem mais vontade*’ (Mira).

O próprio pescador é considerado assim, seu tamanho representado um dos principais índices para a relação com os demais elementos, como o anzol: ‘*Na pesca de fora a água corre muito. É muito arriscoso pegar um anzol e te levar pra água. Deus defenda! Tem homem grande que trabalha no anzol com uma faca na cintura pra poder cortar a linha se ele pegar.*’ E boa parte dos objetos e atividades que envolvem o engajamento humano são medidas em proporções humanas. O perigo que o anzol representa ao pescador é tanto mais espantoso por ele ser mais delgado que seu dedo mindinho. Por outro lado, o valor das coisas a serem mobilizadas no *serviço* é dado em pescadores, de modo que o ferro de um barco grande exige quatro *machos* para puxar; inversamente, a medida dos pescadores se dá na capacidade de mobilização dos objetos, de modo que um pescador mais velho pode dizer que já foi homem, ou que hoje em dia é ‘*meio homem, meio mulher*’, devido à diminuição em sua capacidade de interagir na dinâmica a bordo.

Portanto, assim como ocorre com os objetos, as dimensões corporais dos pescadores são índices de sua capacidade de interagir na pesca, mas elas também não exprimem

inequivocamente o seu valor, que emerge do engajamento prático. Também aqui pode haver desacordos: *‘tamanho dum macho desses ficando porre [i.e. mareado] ...’*; por outro lado, quando se fala de um pescador pequeno ou de outro que perdeu um braço, é comum acrescentar: *‘ele só é assim, mas ele é macho, ele é do trampo, viu!?’* Num contexto onde a relação entre as coisas é justamente a capacidade de deslocar e suportar o movimento de outros corpos, o desempenho mecânico é central, tanto na resistência ao movimento imprimido por outros corpos quanto na possibilidade de mover; o que vale para os objetos em geral e para o próprio pescador. As propriedades constituintes do barco e de seus elementos são comuns, e isso define as formas da agência dos pescadores e dos outros elementos a bordo. Mas não se pode dizer que se trata da atribuição de uma agência humana aos objetos e artefatos e nem que ocorre uma objetificação do pescador, definindo-o nos moldes dos objetos. Seria traçar uma linha demarcadora, circunscrevendo arbitrariamente dois domínios no âmbito do barco, quando na verdade os seres e coisas apresentam propriedades análogas, tal como são percebidas e definidas pelos pescadores, em função de suas formas de envolvimento na dinâmica a bordo.

Ao analisar os sistemas práticos e cosmológicos fundados na analogia, Descola frisa justamente que os aspectos da “pessoa” estão por toda parte, partilhando as mesmas substâncias de base e os mesmos princípios de existência, ainda que de modo difuso e ambivalente, às vezes difíceis a decifrar (Descola 2005: 409-11). Por isso não se pode repartir as qualidades numa dicotomia natureza e cultura (: 208); o que significa que

les systèmes analogiques n’ont (...) rien d’anthropomorphique ; malgré la position épistémique prépondérante que les hommes y tiennent, la diversité des pièces qui les composent est si grande, et leur architecture si complexe, qu’une seule créature ne saurait en constituer le gabarit (: 303).

As qualidades estão, portanto, no envolvimento, e não numa taxonomia dos seres. Isto é o que ocorre no barco, onde as características de resistência e força, somadas às qualidades do movimento (agilidade, rapidez, precisão), se disseminam entre os seres em função de sua interação no barco. É bem verdade que Descola aborda as analogias como esquemas que informam a prática, e que se materializam como disposições implicadas no habitus, conforme a noção de Bourdieu. Já no caso do barco talvez seja mais exato dizer que o sentido dos seres deriva do engajamento prático. Pode-se dizer que o pescador ganha sentido nesse contexto através de suas ações, e que o modo privilegiado de percepção do “verdadeiro” sentido das coisas

(e de si mesmo) é o envolvimento cinético, o contato corporal com os objetos. Pela interação entre suas propriedades e as dos objetos, sobretudo por meio das cordas, são apreciadas a movimentação ou a resistência do anzol, do peixe, da maré, do ferro, ao passo que o próprio pescador se institui a bordo nessa interação, sendo *ativo* nessas conexões. Portanto, a elaboração analógica que caracteriza a existência do pescador a bordo se fundamenta numa dimensão cinestésica, na integração concreta do pescador à dinâmica a bordo.

É necessário lembrar, entretanto, que o pescador se constitui na passagem entre os domínios do barco e da terra. Seu engajamento nas analogias de forças e resistências é tido em contraste com o tipo de envolvimento da vida em terra – o pescador se dá nesse ir e vir entre esses domínios. A primeira razão para enfatizar isto é que a principal forma de lidar com o imponderável da captura é fixada por um rito da vila, consagrado a Nossa Senhora de Nazaré, a quem pescadores, patrões e barcos dirigem oferendas. A Festa ou Arraial apresenta os traços característicos de um rito de sacrifício, onde parte do produto da pesca é destinado à Santa através de donativos (basicamente alimentos) e dos leilões que os arrematam em dinheiro, cujo montante é dirigido à paróquia. A garantia fundamental da pesca depende desse vínculo com o domínio da terra, que passa pelos traços do catolicismo dos caboclos amazônicos (cf. Galvão 1976, Maués 1995) e influencia o sucesso da pesca. Desse modo, os entes engajados, com agências mais ou menos sinérgicas, e concorrendo para a pesca costeira (marés, peixes, anzol, linha, pescador etc.) reúnem-se a uma vontade englobante, expressa por exemplo em frases manuscritas no interior das casinhas: *‘Que Deus e Nossa Senhora de Nazaré abençoe este e todos os barcos que navegam no mar’*. Uma pescaria ruim remete obviamente às explicações de uma má conexão entre seus elementos, mas não deixa de o ser porque *‘trouxemos o que Deus quis nos dar’*. A relação do pescador com Deus ou com a Santa aponta para o domínio da terra: *‘se Deus olhar a gente de frente [oferecendo uma boa captura], aí a gente volta mais cedo’*. E nessa vinculação estabelecida pela cosmologia católica local, a presença na pesca está sempre ligada à vida em terra – por mais que sejam dois domínios circunscritos e por vezes opostos, o barco e a casa não se desvencilham, mas complementam-se. Assim, é comum que os pescadores digam, ao término de uma refeição a bordo: *‘Eu já comi, graças a Deus. Não sei minha mulher e meus filhos, mas Deus há de dar pra eles lá.’*

Isso tem suas conseqüências na própria constituição da pessoa do pescador. Se ele se faz na possibilidade de imersão no barco, existe um contraste com a vida em terra. Ou seja, se o

trabalho no barco, na relação com a maré e com os objetos, tem uma positividade, institui o pescador, essa formação ocorre em contraposição à terra. Por mais que o pescador só o seja por meio do serviço a bordo, ele depende da vontade para embarcar e se incorporar de modo *ativo*, o que é referido por sua *disposição*.

A gente conhece o cara quando é ativo pro serviço; [ele] pega, passa-lhe a mão na linha assim. Mesmo que o cara não tem experiência, mas a gente conhece que o cara é ativo. Agora, quando a gente conhece que o cara não é ativo, ele vai manhoso... Não é que ele não tenha experiência, é falta de disposição. É sim, esse é que é o problema (Gero).

Esse termo é referido em outras etnografias sobre a pesca como um aspecto condicionante da inserção no trabalho, em paralelo com a adequação do “físico” do pescador à prática (Duarte 1999: 94-5; ver também Maneschy 1993: 239). No Sucuriçu pode-se dizer que o pescador tem uma passagem a cumprir – *terra-barco* – da qual resulta sua própria existência, ao se engajar, sendo *ativo* no serviço a bordo. Mas é algo que passa pela *disposição*, que o pescador não demonstra de outro modo do que por ser ativo no barco. Todavia, a possibilidade do pescador embarcar ou não mostra que a entrada no barco é uma espécie de imersão numa dinâmica própria, mas é ao mesmo tempo algo sobre o que o pescador apresenta um poder de decisão.

Definido por sua capacidade embarcado, nos moldes das propriedades vinculadas às operações de pesca, o pescador tem mais prestígio se ele pode atuar o maior tempo possível, trabalhando a cada maré, com intervalos reduzidos para repousar e se alimentar; se é capaz de lançar os anzóis a noite, às vezes apenas com a luz da lanterna que ele segura com a boca; se ele se apresenta para puxar a linha quando chove, se não precisa ser substituído à proa nessa tarefa, suportando a dor nas mãos. O pescador compõe a dinâmica a bordo, com propriedades equivalentes às dos outros elementos, em termos de força, resistência, eficiência. E se o trabalho a bordo é a via para a instituição do pescador por meio do corpo, ele é tido como uma transformação, inserção e convivência num meio contrastante ao da terra.

Essa passagem não é, porém, automática ou obrigatória. Assim como o pescador afirma com ênfase a intensidade de seu engajamento a bordo, ele frisa também, em contraposição ao embarque, a possibilidade de não ir, de negar-se a tomar parte numa tripulação, ficando em terra, fazendo da permanência um contraponto ao seu próprio modo de existência no serviço da pesca. Nessa passagem, o pescador tem muito claro o seu papel de elemento de um conjunto mais amplo, onde ele é substituível: ‘*eu não me mato de trabalhar, pois a gente morre e o trabalho*

fica. Cansei de ver pescador trabalhar a vida toda para enricar patrão.’ Do mesmo modo que *ser ativo*, a *disposição* para o serviço é algo que define o pescador; o primeiro termo refere-se à intensidade de sua imersão corporal no barco, já o segundo exprime a vontade do pescador no vínculo entre o trabalho da pesca e a vida em terra, expressa nas suas relações com a *Santa*, com o *patrão* e com a *casa*.

Capítulo 4

Buiar: palavras, humanos e artefatos entre o lago e a costa

Uma segunda abordagem do contexto da vila se impõe. Analisados os domínios lacustre e costeiro em seus aspectos ambientais e práticos, e também nas especificidades que a modulação do humano assume, é o caso então de evidenciar como tais particularidades compõem diferentes modos de socialidade na vila. Tal proposta não deixa de ecoar as preocupações de Mauss, demonstradas em sua análise das mudanças sazonais na sociedade esquimó (2003b); nesse texto, ele utiliza o contraste para evidenciar as relações que se estabelecem entre a economia doméstica, o sistema jurídico e moral, os ritos, e a forma de subsistência e de organização no espaço. É bom ressaltar que Mauss se refere ao movimento rítmico de um mesmo grupo por ambientes, formas de subsistência e organizações espaciais distintas, ressaltando, portanto, as variações sazonais de uma mesma sociedade; no caso do Sucuriçu, trata-se de dois grupos de um mesmo povoado, cujo contraste é sincrônico. Contudo, alguns fatores são inspiradores, principalmente o fato que Mauss não vê um determinismo natural ou técnico, mas uma variação da vida social e da composição dos grupos humanos junto com as mudanças em seu “substrato material”, num ritmo que ele reputa ao mesmo tempo social e técnico.²⁶

Em situações etnográficas análogas à do Sucuriçu, onde ao menos duas atividades com sistemas práticos e formas de reprodução distintas se articulam num mesmo eixo espacial e econômico, há autores que cuidam de afirmar a sua interdependência, ou pelo menos de negar sua autonomia completa. Furtado (1987: 314) observa que, se *curralistas* e *redeiros* de Marudá, no litoral paraense, organizam-se conforme as características particulares às suas atividades, eles não

²⁶ Aqui um trecho onde Mauss enfatiza os modos de agrupamento humano: “(...) de uma maneira geral, os homens têm duas formas de se agrupar, e a essas duas formas de agrupamento correspondem dois sistemas jurídicos, duas morais, duas espécies de economia doméstica e de vida religiosa. A uma comunhão real de idéias e de interesses na densa aglomeração de inverno, a uma forte unidade mental religiosa e moral, opõem-se um isolamento, uma dispersão social, uma extrema pobreza moral e religiosa no espalhamento de verão” (2003b: 499).

deixam de estar ligados a “relações de mercado” de mesmo tipo. Lanna (1995: 153) emprega argumento semelhante, ao dizer que a diferença entre donos de barcos grandes e pequenos no litoral potiguar, que praticam pescarias distintas, deve ser entendida a partir da relação que eles estabelecem com os comerciantes, o que significa dizer que estão sob uma “lógica patronal” comum. Mesmo a análise das particularidades de laguistas e pescadores sendo o foco deste trabalho, a preocupação em não tratar as situações do lago e da costa como isoladas e estanques é primordial para sua compreensão. Exatamente por isso este trabalho se iniciou pelo delineamento do horizonte comum da vila, que constitui um *parti pris* heurístico para a abordagem das duas atividades diferenciadas.

Para retomar um argumento já apresentado, lembro que tanto pescadores quanto laguistas se constituem pela atuação com técnicas e ambientes diferenciados, mas vinculados à socialidade da vila e a um sistema comum de comercialização da pesca. Diante disso, as diferenças ressaltam como profundamente ligadas à forma como ocorre a interação técnica dos lagos e da costa. Trato de enfatizar isso mostrando a seguir como as categorias que se referem ao ambiente e à pesca, as possibilidades de engajamento humano e as formas de uso dos artefatos encontram modos diferenciados conforme seu vínculo com a pesca de fora e do lago.

Fundo: da situação das categorias

Manoel Vales, um dos pescadores que já trabalhou tanto no lago quanto *pra fora*, expressa assim a diferença entre as duas pescas:

(...) a pesca do pirarucu é uma das pescas mais silenciosas que existem. Na pesca do pirarucu [o laguista] tem que depender da prática e do silêncio. Você tem de depender da calma do vento e da calma da maresia. Tem de depender do rastreamento, como a *siriringa*, que nós chamamos, que esse aí é o nosso guia principal, é o guia do pescador que trabalha na área da pesca do pirarucu. Sem isso aí nós não somos quase nada, sem esse guia. E sem a prática também não seria nada, não adiantaria eu ir pro lago, dizer que eu ia mariscar pirarucu se eu não tivesse a prática de trabalhar com a espécie. Então isso aí existe uma diferença muito grande de quem trabalha pra fora, na pesca da gurijuba (...) [onde] a prática depende de você conhecer o rumo que você vai trabalhar, a distância que você está trabalhando, pra baixo, pra cima, o horário... Então essa é uma prática assim ampla, né, onde você olha a planície, não é no caso do pirarucu que você tem de ver a prática mais pro fundo, como se você tivesse um aparelho de mergulho pra poder encontrar a coisa lá no fundo.

Ele enfatiza o papel do horário e os amplos espaços na pesca de fora, enquanto no lago a prática de interagir com o comportamento do peixe no fundo é o mais importante. Nessa comparação, como em outras, é possível notar alguns termos, como *prática* e *horário*, que circulam nos dois contextos, mas demonstrando sentidos diferentes, conforme as atividades e os ambientes. Os dois principais termos que circulam em ambos os contextos, e que servem para aprofundar uma análise comparativa entre as duas pescas, são *buiar* e *fundo*; eles remetem às operações de captura e se incorporam em modos de interação particulares no lago e na costa.

Buiar é uma expressão usada também no contexto da vila, por exemplo em relação a doenças ou males corporais, que *buiam* no corpo, no sentido de aparecerem, surgirem. No âmbito da pesca ele se liga de modo geral à ação de vir à tona, emergir, ganhar a superfície, mas de modos específicos no lago e na costa. Na pesca de fora, *buiar* se refere a um aspecto importante que é a chegada à superfície dos peixes e dos objetos que fazem parte do espinhel. Ao recolher a linha, quando um peixe preso ao anzol se aproxima da superfície, o pescador que puxa a linha grita ‘*vem buiar!*’ (ao que os demais camarados respondem exultantes), de modo que o ritmo do motor e da atividade a bordo diminui para que seja efetuada a tarefa de matar o peixe, antes de continuar com a velocidade normal de *colhida* da linha. Isso se repete, de maneira semelhante, porém menos efusiva, no momento em que *buiam* os ferros e as bóias. Além dessa dinâmica a bordo, o termo *buiar* é extremamente importante na definição da própria possibilidade de navegação. Nas ocasiões em que o barco *enseca*, seja na vila ou durante a pesca, o momento em que a maré o faz flutuar abre a possibilidade do movimento.

No caso dos objetos e dos peixes, *buiar* significa sair da influência do fluxo hídrico e passar a bordo; já em relação ao barco, o termo remete justamente ao momento em que ele se expõe ao movimento da maré. Ficar completamente exposto ao fluxo hídrico é estar *de bubuia* ou *bubuiando*, deslocando-se à deriva, conforme a corrente. Alguns barcos paraenses praticam a pesca assim (com redes flutuantes à deriva), mas no Sucuriçu a pesca costeira é basicamente *estacada* ou *escorada*, isto é, fixada ao solo, o que torna o ato de *buiar* a exposição a toda a intensidade do fluxo hídrico, um desafio à manutenção da imobilidade frente ao ambiente hídrico em movimento.

No lago a ação de *buiar* refere-se também a idéia de emergir, mas está ligada quase sempre à aparição dos seres no campo de ação do laguista, como o sucuriçu, o jacaré e, principalmente, o pirarucu, que habitam o fundo (mas também se refere a plantas; diz-se que o

cerrado *buiar* em determinada época do ano, quando viceja na superfície). Na atividade de captura a importância do *buiar* está em que é o momento quando um desses animais vem à superfície, mostrando-se ao laguista. O *buiar* implica na passagem ao mesmo plano de ação e percepção do laguista, indicando então um novo tipo de interação, evocando a agência do pescador. Em grande medida imprevisível, o *buiar* encerra a questão da intenção: um jacaré pode vir à tona para um enfrentamento, já um pirarucu apenas para respirar, avisado ou não da presença do laguista. De modo que o *buiar* no lago envolve a percepção atenta, a interpretação e alguma decisão do proeiro; no caso do pirarucu, envolve arpoar ou aguardar, além dos modos de se aproximar sem ser notado. A ação de vir à tona envolve portanto uma relação dialógica, na qual o proeiro é um especialista; sua ação envolve ‘*a prática pra trabalhar com um peixe de buiar. O talento da gente, levar devagar, esperar o peixe buiar...*’

O contraste dos contextos de engajamento que envolvem o ato de *buiar* no mar e no lago remete a uma outra distinção, ainda mais significativa, em torno do *fundo*. Tanto no lago quanto na costa, *fundo* é o ambiente líquido, meio que possibilita o deslocamento dos pescadores e o movimento dos seres aquáticos, notadamente os peixes. Mas se no lago a fronteira mais importante do fundo é a flor d’água, a superfície, onde ocorre a interação comunicativa entre o *fundo* e o *buiado*, no mar importa muito mais a relação com o solo, que é onde estão os peixes visados (que são demersais, alimentando-se rente ao chão), e tem uma relação direta com a possibilidade do barco bater, secar ou mesmo fixar-se, resistindo ao fluxo hídrico. Assim, se *buiar* no lago é quando algo aparece na superfície, na costa pode referir-se também ao ato do próprio barco ou de algum dos objetos que o compõem desconectarem-se do solo (*barro, lama ou praia*), expondo-se ao fluxo hídrico.

Na costa como no lago, a temporalidade das atividades se dá em torno do *fundo*, como coordenação entre as ações de laguistas e pescadores e dos demais elementos envolvidos. No mar, essa temporalidade apresenta-se no próprio fluxo do ambiente aquático, que se relaciona com a dinâmica do barco, nos termos do *horário*. Elaborando isso de modo esquemático, seria o caso de dizer que na costa o tempo é uma função do espaço, no sentido que os momentos das ações do barco atentam para as modificações em termos de volume e fluxo do ambiente marinho. Seguindo nessa ilustração contrastiva, é o caso de propor para o lago a relação inversa, o espaço sendo uma função do tempo. Sim, pois a espacialidade no lago é dada pela interação entre os

seres, no ritmo de seus encontros e no engajamento de seus “campos operatórios”, algo imprevisível por definição, uma vez que ligado às intencionalidades dos seres envolvidos.

É certo que no lago não há restrições do fluxo hídrico ao deslocamento ou à relação entre as possibilidades de captura e o fundo – *‘no lago, a água é parada, qualquer hora é hora’* (Macó). Mas à medida que se desloca, o laguista está exposto (e disposto) aos movimentos súbitos dos animais. Algo que pode ser ameaçador, como numa grande comoção de água e vegetação superficial, anunciando talvez uma cobra-grande – *‘aí eu fiquei com medo, se esse caralho buiar aqui...’* (Magrinho) – ou simplesmente denotando que o laguista é vigiado, como no caso do jacaré, que *‘tem um jeito de ficar na água que é só a ponta do nariz e a pestana do olho dele que fica de fora, mas ele tá enxergando’* (Paroca). E tanto jacaré como sucuriçu podem se interpor no caminho ou, mais preocupante, surpreender, pulando diretamente do fundo sobre o laguista, sem se mostrar *buiado*. Nesse tipo de interação com o fundo é que o laguista percebe o pirarucu e seus sinais, procurando depois alcançar o peixe no fundo por meio do arpão.

Na costa, o *fundo* é um domínio ao qual o fluxo hídrico impõe constante transformação, o que envolve a produção de uma resistência do barco e dos aparelhos para atuar frente a ele. No lago e pra fora, entretanto, o *fundo* é o meio em que estão os peixes, que os pescadores acessam por meio do arpão e do espinhel. O pescador não vai ele mesmo ao fundo, a não ser em ocasiões especiais, como para realizar um reparo no barco ou para retirar um arpão preso num tronco; ou ainda nas circunstâncias que envolvem o aprendizado ou as brincadeiras no lago ou a readaptação às ondulações, no caso da costa. Aqui também a comparação se torna significativa. Na costa, a ida ao fundo é usada como um modo de aplacar o mal-estar (náuseas, desequilíbrio) gerado pelo movimento da água, um modo de acelerar a adaptação corporal do pescador de fora. Já os laguistas mergulham no lago sobretudo nas brincadeiras e jogos que envolvem imitar o deslocamento dos animais, inversão de perspectivas considerada como um modo de experienciar a posição dos seres aquáticos.

A diferença significativa da utilidade educativa de ir ao *fundo* no mar e no lago – incorporar-se ao fluxo hídrico ou assumir outra perspectiva – será analisada mais detalhadamente quando tratarmos da aprendizagem e da construção da pessoa. Por ora, voltemos a atenção a outro tipo de comparação, não menos elucidativa, entre os riscos inerentes à passagem ao fundo. Na costa, o receio é cair para a água durante um fluxo intenso da maré, principalmente se é de noite, o que implicaria em grandes dificuldades da tripulação para recuperar o camarado. Mas a

situação mais comumente temida é aquela de ser levado ao fundo pelo anzol, durante o procedimento da linhada. Se quem foi tracionado ao fundo não porta uma faca, um companheiro mergulha em socorro, para encontrar o *camarado* e cortar o estropo do anzol, possibilitando-lhe emergir:

Quando [o encarregado] rodou o barco, eu peguei a faca (que eu sempre vou com a faca na cintura, como tu vê), coloquei aqui na boca e [pulei]... não deu tempo de tirar nada, porque se eu tirasse ele ia morrer afogado. (...) Quando eu ia chegando perto dele assim, que eu passei do anzol, o anzol – tchã ! – no cabo da faca, que saiu da minha boca. Aí eu buiei, puxei a suspiração e fui. Quando eu bati, quando eu levei a mão, eu peguei no calcanhar dele, eu passei dele. Quando eu passei dele ele atracou em mim, e nós buiemo. Mas ele atracou em mim, e segurando mesmo e me afogando também, ainda mais que eu tava pesado [devido às roupas]. Eu dei uma cotovelada nele assim. Aí ele me soltou. Quando ele me soltou, eu passei, eu trancei a mão [na linha] e puxei: o ferro buiou [desprende-se da lama]. Quando buiei, eu tava meio quase sem fôlego. Buiei e sentei, quando eu tornei a buiar, que eu peguei na bóia [do espinhel], que eu flutuei um pouco, o Oséas vinha chegando na montaria que a gente trazia [a reboque do barco]. A maré tava parando pra gente butar a linha. Aí ele me deu o terçado e eu – zip! – lá no fundo. Cortei a linha e buiemo; nós pulemo pra dentro da montaria (Mira).

No caso dos laguistas, a ida involuntária ao fundo ocorre apenas na hipótese de um desequilíbrio ou do ataque de um jacaré, situações bastante raras. Mais comumente, entretanto, os proeiros vão ao fundo para recuperar seu arpão, quando preso em algum tronco. São situações arriscadas, e mesmo reprovadas por alguns: *‘ninguém sabe que bicho tem no fundo’*. Além da possibilidade de um encontro indesejado, o fato de ir da montaria à água por algum motivo é a situação típica das histórias em que um laguista passa por uma metamorfose corporal ou é *mundiado* por um animal. Por tudo isso, na ocasião em que têm de buscar seu arpão no fundo, alguns laguistas amarram uma corda na cintura, como medida de segurança.

Quando são lembrados os dois casos de falecimento na pesca que fazem parte da memória recente da vila, evidenciam-se aspectos distintivos do ambiente do lago e da costa, particularmente no que diz respeito ao sentido do *fundo*. Já me referi aos dois acontecimentos trágicos: um foi o de Chumbinho, que faleceu na pesca de rede estacada. Outro foi um laguista antigo, que morreu *‘em meio palmo d’água’*. Ambos se afogaram, mas em situações significativamente diversas: o primeiro revistava a rede caminhando pela praia, quando a maré encheu, levando-o antes que o barco pudesse *buiar* para ir socorrê-lo. O outro tem sua morte atribuída à *malineza* de algum *dono*, em consequência de suas ações inconvenientes com os

animais. Na costa, é a dinâmica hídrica que caracteriza o ambiente, exercendo sua força sobre os objetos e os pescadores; já no lago, o *fundo* é povoado de intencionalidades e perpassado por interações nem sempre evidentes.

Também a caracterização da atividade de laguistas e pescadores passa pela utilização distinta dos mesmos termos. *Se fiar* no contexto da costa refere-se à confiança que o pescador deposita nos *camarados*, no motor, na embarcação. Já no lago, o proeiro tem como condição de existência *se fiar* no próprio arpão, uma relação de outra ordem, intrínseca à sua própria constituição. O termo *trabalho* também se apresenta nos dois lugares, mas de modo diferente. No lago é referente ao diálogo com o peixe – assim como o peixe *trabalha* de uma dada maneira, alimentando-se e deslocando-se em certos locais, o proeiro precisa saber *trabalhar com o peixe*, para levá-lo a certos comportamentos, sem *afobação*. Já no mar, o *trabalho* refere-se ao esforço da vida e do *serviço* embarcado, em oposição à vida em terra.

Mas, para além de uma terminologia que é comum apenas na aparência, as diferenças na forma de tratar as duas atividades dizem respeito também às propriedades e capacidades de pescadores e laguistas.

Laguista : pirarucu : : pescador : gurijuba

Como se pode concluir do que vem sendo apresentado ao longo desse trabalho, as características do laguista e do pescador não são exclusivas deles, mas aparecem nos outros seres e coisas envolvidos nas atividades no lago e na costa. As capacidades e modalidades de deslocamento, percepção e predação do laguista são encontradas também nos diversos seres que compõem o domínio dos lagos. No mar, o poder de resistência e de transformação e aplicação de forças são disseminadas pelos diversos objetos que compõem o barco, que em alguma medida são dotados das propriedades de interação com o fluxo hídrico e os demais agentes do ambiente costeiro.

A disseminação das características que definem o humano é algo recorrentemente apresentado pela antropologia, particularmente pela etnologia da pesca. Parte dos estudiosos considera essa semelhança entre as propriedades de entes diversos sob o estatuto de uma “humanização” ou “antropomorfização”. Murrieta, por exemplo, estudando a pesca do pirarucu no Baixo Amazonas, afirma:

Tal percepção humanizada é clara quando os pescadores referem-se ao animal usando um vocativo. Então, ao invés de *pirarucus* (referente ao tipo ou espécie), dizem “o pirarucu”, seguindo uma personificação efetiva que transforma o animal em um ator, um interlocutor ativo, um ser com vontade, “inteligência” e “emoções” (Murrieta 2001: 123).

Situação análoga é referida por Descola (1994: 346) entre os Achuar, não apenas em relação à caça, mas também para alguns tipos de peixes, especialmente os maiores e mais agressivos, que são predadores de pequenos peixes e exigem certas capacidades dos pescadores, inclusive o pirarucu. Esses peixes são dotados de capacidade comunicativa, característica central da “alma”, ou da personificação para os Achuar, segundo Descola. Também nas pescarias marítimas isto se apresenta, em contextos bastante distintos, como na “caça” ao peixe espada no estreito de Messina (Collet 1984, 1989), na predação de focas em ilhas da costa canadense (Geistdoerfer 1987), ou na pequena pesca de Jurujuba, no Rio de Janeiro, onde Duarte (1999: 110) observa que “o peixe passa a incorporar a carga semântica do ‘humano’”, para ser morto em duelo.

Reunidos assim, a partir de contextos etnográficos e perspectivas teóricas muito distintos, esses autores se assemelham ao indicar uma “atribuição” de características a princípio humanas a seres não humanos, no caso animais, mostrando assim que as distinções entre sujeito e objeto, entre cultura e natureza não são absolutas, e que esses termos não se apresentam como domínios estanques na visão de mundo dos diversos grupos de pescadores. Analisando o caso do Sucuriçu, tanto do lago quanto da costa, não há outra coisa a fazer senão concordar com essa forma de considerar de modo não estanque a distribuição das propriedades entre os seres. Ainda assim, creio que tomando o contraste laguistas e pescadores frente aos outros seres e objetos com os quais eles estão envolvidos, não apenas a antropomorfização, mas outro tipo de questão se alinha: sobre as características que definem o próprio humano.

Isto porque as características que se distribuem entre os seres (diferencialmente, diga-se) não são originadas propriamente dos humanos, até porque há humanos que não são pescadores nem proeiros, e que não as apresentam. Assim, trata-se muito mais da disseminação de capacidades e propriedades implicadas na atividade, de acordo com a relação que se estabelece no âmbito da ação entre os seres e coisas em suas diversas propriedades (físicas, comunicativas, agressivas, volitivas etc.). Segundo pude apurar no Sucuriçu, não se trata da distribuição das propriedades da “alma” humana entre os seres e coisas, mas da configuração de um campo de engajamento onde as propriedades são reconhecidas (inclusive nos humanos) com base na forma

da interação estabelecida, que implica ou não em graus de autonomização, intencionalidade etc. Em uma palavra, se a personificação de seres ou objetos passa pela semelhança de características entre humanos e não-humanos, não é porque aqueles distribuem suas particularidades aos demais (na forma geral do antropomorfismo), mas porque o engajamento numa atividade específica é que caracteriza a ambos. Pensando assim nos aproximamos da idéia de Ingold, segundo a qual as qualidades de humanos e não-humanos estão dadas em suas interações, em seu envolvimento prático:

To coin a term, the constitutive quality of their world is not intersubjectivity but *interagentivity*. To speak of the forest as a parent is not, then, to model object relations in terms of primary intersubjectivity, but to recognize that at root, the constitutive quality of intimate relations with non-human and human components of the environment is one and the same (Ingold 2000: 47).

Em vista disso, não é exagero algum dizer que, de um ponto de vista comparativo, a diferença entre laguistas e pescadores passa necessariamente por compreender a diferença entre o pirarucu e a gurijuba, entre o arpão e o anzol. Tendo analisado detidamente esses dois artefatos nos capítulos precedentes, falemos algo sobre a diferença entre os peixes. Em primeiro lugar, a relação entre pirarucu e proeiro se dá nos termos das capacidades para se deslocar, perceber e ludibriar, ao passo que entre o pescador e a gurijuba a interação passa pelo aparelho e pelo barco, implicados no movimento da maré. Assim, enquanto o potencial de mobilidade própria é ressaltado para laguista e pirarucu, na costa a capacidade de envolvimento com o fluxo da água é um aspecto essencial do comportamento do pescador e também da gurijuba. E se no lago há de certo modo uma relação dialógica (presa-predador), entre posições que podem se inverter, no mar não há interação direta entre pescador e gurijuba: eles se constituem em existências diferentes no engajamento com a maré, mas não necessariamente opostas e equivalentes em termos de capacidades, como laguistas e pirarucus se colocam no lago.

A gurijuba não apresenta as mesmas características de inteligência que o pirarucu. Mica conta que certa vez usou pedaços de gurijuba como isca para capturar a própria gurijuba e pegou uma boa quantidade: *‘eu, que raciocino, como qualquer coisa, imagina o peixe, que não pensa’*. Assertiva inimaginável para o pirarucu e os demais peixes do lago, mas coerente com o papel do peixe no contexto da costa, cuja inteligência é muito menos importante do que a capacidade de mobilização conforme o fluxo hídrico. Assim também, a gurijuba apresenta risco ao pescador

apenas depois que ela já está a bordo, capturada pela rede ou pelo anzol. Porém, sua ferroada é tratada como um descuido do pescador ou uma fatalidade da dinâmica do serviço, e não por uma intenção do peixe de ferir. Mas o modo de manejá-la não envolve a preocupação aplicada ao cuidar o pirarucu; um pescador em sua primeira quinzena no lago, como piloto, apanhou um pirarucu na montaria pela *goela* e o atirou sobre o tendal, à semelhança da manipulação da gurijuba no barco. O proeiro logo o repreendeu, avisando que com os peixes do lago, principalmente o pirarucu, era preciso trabalhar devagar, seguindo certos cuidados.

Também o consumo da gurijuba e do pirarucu mostra diferenças importantes. A ova da gurijuba (batida em gemada) e seu *teto* (gordura da cabeça) são fontes de força para o pescador, aumentando as capacidades viris, tanto para o serviço no barco quanto para a atividade sexual (*levanta o facão*). No caso do pirarucu, o mais importante fator de seu consumo não é exatamente a transmissão de certas propriedades, mas a distribuição de sua carne entre os outros laguistas, que consomem o seu melhor trecho. Enquanto a culinária da pesca de fora gira em torno das partes não aproveitadas para *passar* (ova, cabeça e nadadeira ou *orelha*), tratando-se do pirarucu, mesmo sendo sua carne o produto no qual se concentra maior valor monetário, as partes mais “nobres” são sistematicamente consumidas pelos laguistas. Comer a barriga ou o dobrado do pirarucu não visa obter alguma substância comum ao peixe e ao laguista, mas passa antes por aquilo que Descola (2005: 397) caracteriza nas situações de consumo do animal predado: o imperativo de absorver a alteridade corporal para que o caçador perceba a si mesmo como distinto, num contexto onde as qualidades e características da pessoa perpassam humanos e animais.

Com base nessa comparação, creio que não se pode creditar as distinções entre o pirarucu e a gurijuba unicamente às suas particularidades biológicas ou aos sentidos que lhes seriam atribuídos arbitrariamente pelos humanos – é preciso considerar a forma como são elaboradas as relações concretas em que eles estão envolvidos na atividade humana no lago e na costa. Se a gurijuba não tem uma interação dialógica com o pescador, que envolva volição, intencionalidade e sensibilidade, a recíproca é verdadeira, posto que peixe e pescador se relacionam sob a mediação da maré e do complexo mecânico do barco, onde outras propriedades são mais importantes, relativas à forças e aos deslocamentos. Em outras palavras, o lago e a costa não são apenas formas diferentes de representar/construir a natureza, mas são regimes de interação diversos.

Autores como Sebeok (1988), que trata da relação entre humanos e animais como um encontro de signos, de um ponto de vista semiótico, afirmam que é a forma desse encontro que define a concepção do animal para os humanos. Ingold (1995: 48) acrescenta que esse “envolvimento prático” é um fator importante não só para se compreender a distribuição dos atributos da “pessoa” entre os animais, mas também a própria definição dos parâmetros do humano. Nesse sentido, tendo como princípio os engajamentos no âmbito do lago e da costa, é possível dizer que o pirarucu e a guriuba são diferentes em suas propriedades assim como laguistas e pescadores, ou ainda, que o laguista está para o pirarucu, assim como o pescador para a guriuba.

Na discussão sobre a relação entre humanos e animais, vale lembrar a reflexão de alguns autores que criticam a diferenciação a priori e apontam para as formas de convívio como um definidor dos seres. Tanto em seus estudos sobre a técnica quanto nas pesquisas em paleontologia Leroi-Gourhan recusa a dicotomia homem/animal, assim como ele a percebe no pensamento ocidental moderno. Criticando a oposição entre material e espiritual que fundamenta a dupla forma em que a filosofia ocidental pensa as relações entre sociedades humanas e animais, Leroi-Gourhan (1991: 10) rejeita tanto a vertente biológica que afirma a identidade entre ambos, quanto a vertente humanista, que pensa numa disjunção completa. Ele propõe que o problema do “agrupamento” deve preponderar nas questões de animalidade e humanidade, pois as formas de vida em conjunto envolvem os aspectos zoológicos e sociais de humanos e animais.²⁷

Também da linha da etnologia da técnica francesa, de influência maussiana, Haudricourt coloca essa dicotomia em questão e propõe, com base em estudos sobre a domesticação animal e vegetal e as formas de organização das sociedades humanas, uma correspondência entre a maneira de se relacionar com a natureza e de se relacionar com os humanos. Comentando seu artigo seminal, “*Domestication des animaux, culture des plantes et traitement d'autrui*”

²⁷ Leroi-Gourhan (1991: 12) rejeita a oposição instinto/inteligência como forma de diferenciar animais e humanos; ele refere-se antes à diferença entre instinto e linguagem, mas pensando-os como modalidades alternativas de estabelecimento da memória – no interior ou no exterior do organismo, respectivamente – que informam os comportamentos de humanos e de animais. A dicotomia cartesiana também é rejeitada pelo filósofo Gilbert Simondon (2004; 2005), mas sob outra orientação epistemológica, ainda que pensando os aspectos técnicos e biológicos do vivo num mesmo patamar, à semelhança da proposta de Leroi-Gourhan. Para Simondon, os comportamentos tanto de animais quanto de humanos exprimem aspectos de inteligência e de instinto, e ele também coloca o problema nos termos do agrupamento, fazendo ver que os modos de associação são determinantes no estabelecimento das características de um ser. Tanto assim que ele define a própria ontogênese do ser (sua morfologia, propriedades e capacidades) como um processo de *individuação* pela relação. Bernard Stiegler (1998) realiza análises e comparações mais detalhadas sobre as contribuições desses dois autores.

(Haudricourt 1987), Descola (2005: 154-6) ressalta a homologia entre os princípios que dirigem as relações com humanos e com não-humanos, afirmando que não há simplesmente uma projeção das relações humanas nem extensão aos humanos de uma relação entre animais (posturas, aliás, que conviveram em propostas de abordagem da cultura material e da etnociência preocupadas com os aspectos “simbólicos” ou “sociais” [e.g. Posey 1986]). Porém, mesmo explicitando seu desacordo com a distinção natureza/cultura, Descola guarda uma perspectiva sociocêntrica, pois se ele afirma que dotar a natureza de propriedades humanas não constitui antropomorfismo, é para dizer que se trata de uma socialização da relação que se estabelece com ela (: 326). Reflexões críticas sobre o pressuposto sociocêntrico da perspectiva de Descola são realizadas por Ingold (2000) e Cayón (2006).

Discussão análoga se estenderia na consideração dos atributos que caracterizam os diversos artefatos envolvidos nas atividades do lago e da costa, a exemplo do arpão, do anzol e do barco. A personalização de diversos artefatos que se evidenciou no contexto da pesca costeira é algo recorrente na etnografia da pesca.²⁸ Sem entrar em detalhes aqui, digo apenas que no âmbito da ação técnica, em que se apresentam engajamentos diversos, porém recorrentes, talvez a questão seja pensar no tipo de agencialidades que conferem o próprio sentido dos seres e coisas envolvidos – objetos, animais, humanos – conforme as propriedades apresentadas nas interações particulares. Assim, dentro das particularidades tratadas nos capítulos 2 e 3, é possível dizer, contrastivamente, que na pesca costeira, o pescador conhece, comenta e interage com o anzol, em sua intencionalidade, de modo muito mais evidenciado do que com a própria gurijuba. Já no lago, o arpão está contido no proeiro, é uma parte dele, e o pirarucu aparece como um ser com o qual o laguista interage.

Diante de questão análoga, Duarte (1999: 218) expressou-se dizendo, com base em suas informações etnográficas, que *“paralelamente a essa ‘humanização’ dos instrumentos de trabalho, ocorre também como que uma ‘reificação’ do corpo humano (...)”*. Mas talvez fosse o caso de encontrar aqui não dois processos distintos e paralelos, mas um só, referente à constituição de humanos e não-humanos a partir de suas formas de engajamento. Isto não deixa

²⁸ Duarte (1999: 110 e 217) fala do “investimento desse caráter ‘humano’ aos meios de trabalho” como as redes e o próprio barco, que os pescadores de Jurujuba-RJ, consideram dotado de vontade. Chaves (1973: 55 e 96) refere-se ao caráter de unidade sociológica que assumem tanto o barco quanto o curral de pesca em Almofala, no litoral cearense; composto por pessoas e meios instrumentais, é o curral que entra no mar, que vende sua produção etc. Creio que os dois fatores estão ligados: a personalização e a intencionalidade dos artefatos passa na verdade pela formação de conjuntos englobantes, envolvendo humanos e não humanos em ações coordenadas.

de ficar exposto no próprio texto de Duarte (*ibidem*), quando ele considera em seguida que existe um “continuum” entre os termos da produção – pescador (vontade e força corporal), instrumentos (força) e peixe (matéria e vontade). Não se trataria, portanto, de discutir o *antropomorfismo*, isto é, como os não-humanos em geral (animais, objetos etc.) são dotados de características humanas (o que parece fora de questão, a menos que se assuma alguma natureza humana ou social substantiva, cujos aspectos seriam distribuídos), e nem o modo como os humanos se “descaracterizam” em algumas situações.

O problema etnológico (e antropológico) que coloco aqui, a partir da análise dos contextos técnicos como o lago e a costa no Sucuriçu, não se volta à questão de “atribuição” sentidos a objetos e animais, mas ao modo como se institui o próprio humano através de seus modos de engajamento, assumindo formas derivadas de contextos práticos, como as expressas por laguistas e pescadores. Em *Jamais fomos modernos*, Latour defende que, se não se pode falar de uma forma geral do humano, isto não significa dizer que não exista nenhuma – “*são suas alianças e suas trocas, como um todo, que definem o antropomorfismo*” (1994: 135) – para ele a forma do humano se dá nas diversas relações. Pela importância desse argumento para o que segue, vale a longa citação:

A expressão ‘antropomórfico’ subestima nossa humanidade, em muito. Deveríamos falar em morfismo. Nele se entrecruzam os tecnomorfismos, os zoomorfismos, os fisiomorfismos, os ideomorfismos, os teomorfismos, os sociomorfismos, os psicomorfismos. São suas alianças e suas trocas, como um todo, que definem o *antropos*. Uma boa definição para ele seria a de permutador ou recombinação de morfismos. Quanto mais próximo desta repartição, mais humano ele será. Quanto mais distante, mais ele irá tomar formas múltiplas nas quais sua humanidade rapidamente torna-se impossível de discernir, ainda que suas formas sejam as da pessoa, do indivíduo ou do eu. Quando tentamos isolar sua forma daquelas que ele mistura, não o protegemos – nós o perdemos. (...) Como ele poderia ser ameaçado pelas máquinas? Ele as criou, transportou-se nelas, repartiu nos membros das máquinas seus próprios membros, construiu seu próprio corpo com elas. Como poderia ser ameaçado pelos objetos? Todos eles foram quase-sujeitos circulando no coletivo que traçavam. Ele é feito destes objetos, tanto quanto estes são feitos dele. Foi multiplicando as coisas que ele definiu a si mesmo. (...) De onde vem a ameaça? Em parte daqueles que desejam reduzi-lo a uma essência e que, ao desprezarem as coisas, os objetos, as máquinas, o social, ao cortarem todas as delegações e todos os passes, ao construírem por preenchimento níveis homogêneos e plenos, ao misturarem todas as ordens de serviço, tornam o humanismo uma coisa frágil e preciosa esmagada pela natureza, pela sociedade ou por Deus. (...) O humano está no próprio ato de delegação, no passe, no arremesso, na troca contínua das formas (Latour 1994: 136).

Nesses termos, pode-se afirmar que as atividades no lago e na costa se desenrolam de acordo com “coletivos” particulares (ainda que não sejam estanques), compostos de elementos distintos, onde o humano se apresenta nas formas de laguistas e pescadores. Já se começou a mostrar isso com a circulação diferencial de termos comuns (como o *fundo* e o *buiar*), mas o contraste é ainda mais evidente nas comparações estabelecidas entre as habilidades e capacidades desenvolvidas pelos humanos, no seu trânsito entre os dois ambientes e no seu convívio nas situações da vila.

Trânsito humano: modalidades de inserção no lago e na costa

Não é rara a ida de um pescador ao lago, nem a presença de um laguista na pesca costeira; ao contrário, são mesmo situações corriqueiras. Entretanto, conforme o sentido, as passagens têm implicações distintas. De início porque a *parte* de um *camarado* na costa é via de regra maior do que a de um *piloto* no lago. Uma quinzena na costa é, portanto, uma boa estratégia quando o acesso ao lago é difícil, como no final da seca, ou durante os meses do defeso do pirarucu, e os proeiros que tem famílias maiores vão à costa com alguma constância. A transição definitiva de um laguista ao domínio da costa – sua transformação em pescador – também ocorre, nas situações em que o laguista não chega a se firmar na posição de proeiro. A superioridade dos ganhos na costa faz com que sejam raros os casos de um homem com mulher e filhos que permaneça como piloto no lago: ou ele chega a proeiro, ou migra para a pesca de fora. Salvo raras exceções, encontra-se na posição de piloto um solteiro, um proeiro aposentado, a mulher do proeiro ou um seu parente ainda jovem.

A segunda razão pela qual se dá a migração definitiva de um laguista para a pesca costeira ocorre quando ele se torna proprietário de um barco (o que ficou mais comum nas últimas décadas, com os programas de “financiamento” governamental). Temporária ou definitiva, a passagem do lago à costa exige do laguista *disposição* para o serviço e para a penosa (re)adaptação à vida embarcado, que envolve *não se entregar* às sensações desagradáveis. Apesar da insistência dos laguistas em explicitar suas possibilidades de pescar para fora, se necessário for, a maioria deles não projeta concretamente submeter-se à adaptação e à incorporação ao serviço do barco.

No sentido inverso – da costa ao lago – as passagens são mais constantes, mas sempre temporárias. A transição ocorre quando o pescador não tem possibilidade de sair ao mar, seja

durante as tempestades de fevereiro-março, seja em razão de uma avaria no motor, na embarcação ou nos aparelhos de pesca, ou se falta algum elemento ao barco (*camarados*, combustível, sal...). Note-se que, indo ao lago, o pescador pratica modalidades de pesca diferentes das que caracterizam os laguistas, ou então faz a função de piloto – jamais um pescador vai ao lago como proeiro.

Se esses domínios são permeáveis, a identificação ocorre com apenas um deles. Onde quer que esteja, o pescador é identificado como laguista *ou* como pescador de fora, e se existe a possibilidade de uma transição definitiva (do lago à costa), ela implica uma mudança de identidade. Essa passagem envolve um engajamento e uma designação novos, e é publicamente consumada pela filiação a um dos grupos formados para os jogos e competições na ocasião das festividades de Nossa Senhora de Nazaré ou de São Pedro, quando concorrem laguistas e pescadores.

A percepção comparativa de laguistas e pescadores sobre o contexto do lago e da costa coloca em relevo o tipo de diferenças significativas entre eles na relação com suas atividades técnicas. Os laguistas expõem assim o desconforto relativo do serviço embarcado:

O lago é mais tranqüilo de trabalhar, é mais melhor; se chove a gente não vai mariscar. Aí fora não tem hora, aí fora é colher e meter; as vez a gente nem finda de cuidar o peixe, a demora é de iscar a linha e já vai pro fundo. Aí depois vai cuidar o peixe, fazer comida. A gente não tem sossego... Mas quando!? A maré não deixa, a gente cuidando o peixe vai prum lado e outro, só falta cair pra água. Porra, mas é muito ruim! (...) A dormida de noite, não dorme, macho, fica a noite inteira rolando naqueles pau, levanta, ih... O barco fica só tombando prum lado e outro... Porra, ô caramba! (Antenor)

Os pescadores não deixam de se alinhar em opiniões desse tipo, assumindo que o lago é de fato um *serviço mais manso*, posto que os intervalos e as condições de descanso são maiores, a alimentação mais farta. Não só concordam como enfatizam, até porque sua condição enquanto pescador, diferente dos laguistas, está dada na capacidade de resistir, na transformação corporal que o permite suportar o ritmo da maré. Mas o aspecto central, pelo qual os pescadores reputam mais apazível a estada no lago, é a qualidade da água, diferente daquela que caracteriza o ambiente costeiro e fluvial:

Isso é que é água bonita, limpa, doce. (...) Deus podia mandar uma água como essa para o Sucuriçu o ano inteiro, seria uma benção. (...) Por isso que quando a gente chega aqui não quer mais voltar. Isso aqui alivia nosso corpo, da força que a gente faz. Por isso é que tem gente que passa mês, mês e meio pro lago, nessa água doce. (...) Já imaginou uma casa

aqui? Debaixo de uma árvore dessas, com sombra, uma água bonita dessas? Só falta colocar um motor [gerador] e uma parabólica (Gero).

Há pescadores que se referem às suas subidas ao lago como ‘*esporte*’, uma temporada de pesca de lazer (ainda que com fins comerciais ou para fazer rancho). Isso não impede que eles abominem os longos trajetos a remo a serem cumpridos no lago, além, é claro, de temerem os animais e outros seres, como donos e cobras grandes, que habitam a região:

O serviço mais manso pra pescar é o do lago. Uma hora dessas [após o pôr-do-sol] você já está deitado, não tem a maré na hora que der pra colher a linha ou a rede [como no mar]. Dorme a noite toda, se estiver chovendo não vai, merenda com calma. Mas no lago tem os perigos dos animais te baterem. Uma cobra pode te pegar (...). Hoje os jacarés do jeito que estão brutos... (seu Nestor)

Ao ressaltar tais perigos, os pescadores reprovam os laguistas que levam os filhos pequenos ao lago. Já estes, sem ignorar o risco que os animais representam, não pensam que a situação encerre ameaça maior do que na pesca costeira. Seu Orimilton, proeiro aposentado, explicava-me que ‘*o motor é o maior inimigo do homem*’: se auxilia no deslocamento, quando ocorre uma pane, ele deixa o barco à deriva. Além disso, Macó assevera que há o risco relativo aos movimentos do próprio instrumento de captura:

Ih, pra fora é duas vez mais perigoso. Se o anzol pegar, tá morto, vai pro fundo, não tem jeito. Ainda mais se a maré corre, que tá com a linha n’água, a embarcação vai com força. Aqui [no lago] tem os bichos, mas o cara tem salvação; tem, mas nunca acontece. Se tem perigo é o jacaré, mas a gente não vai marcar pra ele também... Aí fora é muito arriscado. Aí fora você tá com a vida na palma da mão, ele fispou, você perdeu.

Tais comparações não são trazidas aqui como forma de revelar distinções objetivas entre as atividades do lago e da costa, mas para ressaltar o papel fundamental das habilidades humanas na forma como laguistas e pescadores se compreendem, a partir dos engajamentos concretos a que estão vinculados. O fato do risco na costa estar associado à dinâmica do barco – particularmente na sua relação com a maré, dada pelo movimento do anzol – e no lago ao encontro com os animais e outros seres, indica que a participação humana, e as habilidades que ela envolve, estão associadas e constituídas num quadro de engajamentos específicos. É a partir disso que laguistas e pescadores comparam suas atividades, apontando suas próprias capacidades ou as inadequações de suas habilidades às interações implicadas na outra atividade.

Assim, quando laguistas e pescadores caracterizam a água dos lagos como *bonita*, estão se referindo a propriedades diferentes, já que vislumbram interações distintas. O pescador acha a água *bonita* porque ela é potável, não é salgada e nem barrenta, não tem movimento, representando um *alívio* para o corpo – ao contrário da água do mar, que impõe ao pescador o exercício da resistência, da força e as demais faculdades que o tornam capaz de engajar-se na pesca costeira. Para o laguista a água dos lagos é *bonita* quando está escura, de modo que ele fica menos visível aos animais subaquáticos, sem perder, entretanto, a capacidade de identificar seus sinais superficiais.

As diferenças podem ser consideradas também no âmbito das habilidades. Em geral, os laguistas não sabem realizar a variedade de nós empregados na pesca costeira, até porque no lago as cordas cumprem papel menos importante do que na costa. Mesmo se ela desarma o arpão e liga o proeiro ao peixe, no lago a corda envolve menor variedade e intensidade de forças. Por outro lado, os pescadores não demonstram as mesmas capacidades para deslocar-se e predar, necessárias à interação com os animais e seres do lago. As incapacidades se mostram mais evidentes nos gestos paradigmáticos de cada pesca. Conforme pondera Everaldo: *‘tem gente que [diz] – ah, porque eu sei jogar anzol. Não, jogar é uma coisa, agora tem que ter prática pra trabalhar com ele. É o mesmo que o cara dizer ‘ah, porque tu não sabe arpoar...’. Não, arpoar todos arpoam, agora o problema é acertar. Aí que é o problema.’*

A “especialização” de laguistas e pescadores é algo que se apresenta concretamente, inclusive em suas conformações anatômicas. Em geral, a musculatura dorsal é mais desenvolvida que a anterior, posto que nas duas atividades os movimentos que envolvem mais força e que são realizados por mais tempo são relativos à aproximação de objetos, a saber, puxar cordas e linhas (na costa) ou remar (no lago). Os lançamentos – do anzol ou do arpão – não tomam muito tempo nem exigem grande intensidade, mas demandam precisão e são especialmente valorizados. Não obstante, existem diferenças significativas. Os pescadores de fora têm especialmente desenvolvida a musculatura em torno das escápulas, dado o gesto repetitivo de puxar em direção ao próprio tórax. Entre os laguistas, além do fortalecimento notável da região lombar, os ombros são elevados, com as clavículas muito evidentes. Isso resulta (e propicia) a forma como remam, que exige apoio constante e rotação do tronco, para puxar e em seguida levantar o remo, na recuperação do movimento. A eficácia da remada requer a fixação do tronco ao banco da

montaria, transferindo assim os movimentos feitos com o remo, o que exige muito da região lombar.

Ouvi algumas vezes a observação um pouco zombeteira a respeito do corpo dos laguistas, dizendo que eles são feito jabutis, sem *juntas* (articulações). De fato, o caminhar dos laguistas apresenta uma rigidez flagrante comparado com o dos pescadores, o que alguns atribuem aos longos períodos que ficam sentados nas montarias, mantendo uma mesma postura, com pouca amplitude e variação de movimentos. Já os pescadores, ao contrário, reclamam da forte exposição de suas articulações aos movimentos do barco e às trações que suportam. Mas provavelmente a diferença mais referida seja a das mãos. Os pescadores de fora as têm mais *grossas* e com amplitude de abertura entre os metacarpos mais acentuada, dada a pressão e o atrito das cordas. Na vila se diz também que os laguistas são mais corpulentos, pois quando estão nos lagos eles repousam e se alimentam melhor: '*Esses caras que trabalham pro lago, são tudo forte, eles são gordos... E os pescadores de fora, são assim? Não, de jeito nenhum, são tudo magro, eles não engordam*' (Nestor).

O pescador tem em certa medida uma relação distanciada com seu corpo; ele fala do corpo de um ponto de vista exterior, dizendo por exemplo que sua mão *perdeu a prática*, ou afirmando que com uma linha mais leve, trabalha-se com o *corpo mais descansado*. Essa espécie de distinção entre o pescador e seu o corpo é que fundamenta o imperativo de *não se entregar*, quando ele procura fazer valer sua *disposição*, mesmo diante de sensações corporais penosas, como dores ou náuseas. A *disposição* é uma capacidade afetiva, da ordem da vontade pessoal, que mantém com maior ou menor determinação a integração do corpo no *serviço* a bordo. Essa forma de referir-se ao corpo como algo distinto não se vê entre os laguistas: ele é seu próprio corpo, suas capacidades agentivas, que o institui por meio da interação com outros seres. A eficácia dos gestos do laguista remete diretamente ao seu estado de interação com os outros seres, demonstrando, por exemplo, se ele está *panema* ou *feliz*, se foi ou não *mundiado* ou *enfeitado* etc.

Isto posto, comparemos os principais males que incidem sobre os pescadores. Um deles, que aflige principalmente os pescadores de fora, é o *reumatismo*. A dor nas *juntas* constitui-se num problema importante, visto que o pescador é justamente o elo de ligação e de transferência de força: através de seu corpo passam a tensão e o peso envolvidos nessa atividade; suas

articulações suportam e manejam diversas cargas na dinâmica a bordo. O reumatismo é considerado o principal mal da pesca de fora, e atribuído à ação da água sobre as juntas.

Já os laguistas convivem predominantemente com a *rasgadura*; uma espécie de contusão muscular. À rasgadura não se atribui causas exatas; ela não surge na atividade do laguista propriamente dita, tendo origem incerta: *até na rede a gente se rasga*, é o que se diz. Ela consiste na abertura na carne, e seu tratamento envolve *puxar* o músculo ou *tirar o vento* que se aloja no interior do corpo, juntando os dois trechos da carne do laguista que se abriu. Não encontrei indícios suficientes para afirmar que a rasgadura deriva da agência de algum ser em particular sobre o laguista, mas parece-me razoável supor a associação entre os termos em que ela se coloca – a abertura da carne – e o modo da predação vigente nos lagos, que implica na inversão em diversos níveis. Seja como for, *rasgadura* e *reumatismo* não apenas indicam os modos distintos de considerar a pessoa, mas também o papel do engajamento do organismo nas interações envolvidas no lago e na costa – como agente das interações ou como meio de incorporação ao barco.

As situações de *doidice*, que comportam “alterações de comportamento” diversas, também evidenciam essa distinção nos modos de interação. Veja-se o caso de um laguista que se dedicava também à tarefa de cortar *paus* no mato e vendê-los na vila, para a construção de casas e para a feitura de mastros para embarcações. Numa de suas idas ao *mato*, ele retornou diferente: *‘ele não fazia nada [de mau], só que ele falava tudo errado, não conhecia ninguém, começava a pescar dentro da casa, pensava que tava no lago. Queria correr pro mato, era quatro pra segurar ele na casa dele.’* Após um período nessas condições, ele visitou um pajé; este lhe recomendou um médico, que receitou medicamentos, e ele curou-se. Diante desse quadro, se apresentam explicações variadas, mas as dos laguistas giram em torno da certeza de que *‘a malineza de um bicho mundiou ele’*, atribuindo a alteração de comportamento à influência de outro ser com o qual ele interagiu e em função do qual ele deveria guardar distância do lago por algum um tempo, como preconizou o pajé. Já os pescadores, mesmo sem rejeitar a existência da malineza no mato e nos lagos, tendem a encontrar as causas da *doidice* desse laguista no enfraquecimento gerado por seu ritmo intenso de trabalho. O comportamento dele revelava extremo envolvimento nas atividades de pesca nos lagos e de cortar paus, passando noites em claro, às vezes jornadas inteiras sem se alimentar; aos olhos dos pescadores, isso deve ter gerado

um *esgotamento*, uma *fraqueza da mente*, assim como eles enfrentam devido ao ritmo do *serviço*, e que arrefece sua *disposição* para embarcar.

Casa: percursos do peixe e masculinidade entre laguistas e pescadores

A arquitetura das casas na vila tem alguma variação, conforme as habilidades de seu proprietário como carpinteiro, ou de suas posses, que lhe possibilitem adquirir o material (madeira, telha, pregos e, eventualmente, tinta) e pagar pelos serviços de um *mestre*. O aumento dos beneficiados pelo seguro desemprego da pesca e pela aposentadoria rural tem incrementado sensivelmente o custo e o tamanho das casas no Sucuriçu. São todas em madeira, algumas com dois pisos, mas apresentam diferentes formas de organização interior. Em geral, as casas de pescadores de fora são divididas em cômodos, separando ao menos a sala da frente e a cozinha, seja por panos ou paredes de madeira; em casas maiores, separam-se também os quartos. Entre os pescadores, a casa abriga preferencialmente a família nuclear; já no caso dos laguistas, além da mulher, do homem e dos filhos, de hábito há mais parentes e mesmo outras famílias juntas na mesma habitação; laguistas casados muitas vezes continuam habitando na casa dos parentes, preferindo contribuir à melhoria daquela habitação comum a construir outra em separado. Durante minha pesquisa de campo, um laguista já tinha sua casa semi pronta, mas a deixava de lado e permanecia na casa dos pais de sua mulher. Alguns pescadores estranhavam – ‘*não entendo esse povo, parece que gosta de estar tudo junto...*’.

Além disso, a casa dos laguistas é um ambiente mais permeável, e, com elevarem-se as redes durante o dia, torna-se um pátio para as atividades infantis, trabalhos diversos, rodas de conversa ou jogos de baralho. O fluxo de vizinhos e amigos de uma casa a outra não encontra resistência na varanda, adentrando as habitações. A casa dos pescadores normalmente é mais resguardada, a entrada exige um pedido de licença, visto que envolve a passagem ao domínio circunscrito da família. Entre eles, a casa é uma instituição complementar ao barco (as comparações são inúmeras, entre mulher e *camarados*, entre utensílios domésticos e de bordo etc.), de modo que a família nuclear estabelece uma oposição complementar ao ambiente a bordo, entre os quais transita o pescador.

Entre os laguistas, a casa não tem esse caráter de hipóstase da família e nem se apresenta como contraponto ao lago. Excetuando-se aquilo que implica a dinâmica da pesca e alguns utensílios domésticos, as condições gerais em que funciona a habitação não se diferenciam entre

a casa na vila e a feitoria – esta é, aliás, denominada também de *casa*. A forma de uso, como as pessoas transitam e executam atividades de várias ordens no interior da casa, não a tomam como um espaço de socialidade circunscrito à família nuclear, como entre os pescadores. Para alguns laguistas, pode-se dizer que a casa na vila é um duplo da feitoria, onde a mulher pode manter os filhos na escola durante o período de aulas e ele vem efetuar os *acertos* com o patrão. Conforme terminam as aulas, vão todos ao lago, principalmente ao final da seca.

Os regimes de freqüentação das casas estão associados aos modos de distribuição do alimento capturado. Para os pescadores ele está centrado no provimento da família nuclear e nas trocas interfamiliares, mas entre os laguistas a família nuclear é menos significativa nesse aspecto. O proeiro, posicionado numa rede estendida de parentes – se não vivendo sob o mesmo teto, pelo menos num grupo de casas próximas e interligadas pelo trânsito sistemático das pessoas – desempenha sua dádiva diante de uma ampla rede de distribuição-troca da *embiara* (carne do animal capturado). Se a socialidade do pescador de fora na vila é dada basicamente através do provimento – mais que isso, da prosperidade familiar como expressão de seu esforço embarcado – a do laguista é apresentada em sua capacidade de capturar (*ser feliz*) e, em certa medida, de distribuir a *embiara* entre seus pares, assim como faz no lago, no âmbito da feitoria. Não que o proeiro deixe de privilegiar mulher e filhos, mas, vivendo uma relação direta com o animal capturado, a forma de socialização do laguista pela partilha do alimento evoca aquilo que Clastres (1982: 80) vislumbrou como o papel da distribuição da caça: “*a disjunção do caçador e de sua caça funda a conjunção dos caçadores entre si*”.

Essa configuração distinta da organização da casa e dos circuitos de dádivas na vila remete ao fato que entre laguistas existe uma preeminência do círculo mais amplo de parentes, enquanto no caso da pesca a família nuclear é a instância mais valorada, que opera as trocas e a partir da qual os pescadores organizam-se entre si num sistema de parceria. Isso envia a uma segunda discussão, que é o fato de a masculinidade – ser *macho* – assumir aspectos diferenciados entre laguistas e pescadores, ainda que ela se dê sempre pelo engajamento no âmbito da captura e pelas formas de circulação de seu resultado.

Tanto na costa quanto no lago, ser *macho* envolve não *forgar*, mas isto remete a coisas diferentes. Enquanto o laguista não deve *forgar* diante de uma interação com um animal, fugindo (a menos que as condições lhe sejam desfavoráveis, o que legitima o ato de *forgar*), o pescador de fora precisa *agüentar* a interação com os diversos objetos, sem *forgar* na tarefa de fazer força,

erguer um objeto, suportar a dor e o desconforto. Assim, se o pescador é reconhecido pelos *camarados* por sua capacidade de atuação embarcado, o proeiro o é por sua capacidade de interação com os animais, em especial o pirarucu. Mas há ainda um segundo aspecto, derivado deste: o pescador se afirma em dois momentos – no barco e na vila – conforme sua disposição no serviço a bordo e com a circulação de sua *parte* no âmbito familiar (provisão), e das trocas inter familiares (vizinhos, parentes etc.). Já o laguista exerce sua masculinidade numa espécie de continuidade entre a socialidade do lago e da vila, baseada na predação e na distribuição da sua *embiara*. Em certo sentido, pode-se dizer que o laguista *está* na vila, mas essa estada não implica um espaço radicalmente diferente do ponto de vista de sua existência; ali se dá antes uma extensão do tipo de socialidade do lago.

Se não faço aqui uma análise focada nas relações de gênero, não posso deixar de apontar como a masculinidade se forja na articulação entre o engajamento corporal diferencial de pescadores de fora e laguistas nas relações técnicas empreendidas, e a valoração das atitudes comportamentais de acordo com os modos distintos como laguistas e pescadores contribuem distintamente como provedores e distribuidores de comida face ao contexto familiar e de parentesco.

Se a categoria de gênero somente pode ser apreendida enquanto dimensão analítica (pois não pode ser considerada sinônimo da concepção nativa da modernidade ocidental onde emergiu), o que proponho aqui é apontar como suas instituições e estatutos são diferenciais em distintas socialidades, como propõe Machado (2004). Strathern (2006), por sua vez, apresenta enfaticamente como, nas sociedades melanésias, as construções das idéias de masculino e feminino se fazem através de metamorfoses corporais segundo inversões e dádivas dos elementos considerados masculinos e femininos no contexto das relações sociais e dos ciclos de vida. No contexto melanésio, uma pessoa não se define por seus limites físicos e por seu corpo, mas por um feixe de múltiplas relações sociais, constituída e revelada pelo que é exterior aos limites do corpo e pelo contexto das relações. Essa proposição de Strathern ajuda a pensar as construções da masculinidade e das relações entre gêneros em Sucuriju, na perspectiva em que empreendo, assumindo a preeminência do engajamento corporal e subjetivo nas relações técnicas.

A posição valorativa da masculinidade como provedora é uma das configurações mais fortes nas tradições brasileiras rurais, em espaços camponeses ou pescadores, que se inscrevem também nos espaços urbanos (Machado 2002); mas está longe de ser suficiente para permitir

delinear as distintas constituições das relações de gênero. Para se entender como se definem as fronteiras e articulações entre gêneros no Sucuriçu, é preciso pensar que elas supõem necessariamente o engajamento corporal e subjetivo nas diferentes atividades técnicas de laguistas e pescadores de fora, articulada ao engajamento subjetivo nas atividades diferenciais de provedores. Perceber a socialidade e a subjetividade na Vila Sucuriçu implica em não perder de vista a dupla dimensão das atividades lacustres e costeiras – como captura e como destino do peixe (valor de troca e valor de consumo) – e a articulação dessas duas dimensões.

Para o laguista, a vila e o lago são diferenciados em vários aspectos, é claro, mas mantém semelhanças em pontos essenciais, tanto é assim que não existe uma vinculação específica entre a família e a vila, e tampouco contraposição entre o domínio da pesca e a relação com a mulher e a casa. Entre laguistas, é comum que a mulher assuma um papel ativo na atividade produtiva, principalmente se ela é nascida numa família dedicada ao lago. Desde muito pequenina, ela acompanha as expedições, desenvolvendo uma série de capacidades, e quando se casa, continua indo com o marido ao lago, quando a idade e os intervalos do calendário escolar dos filhos o permitem. Em geral, as mulheres de laguistas atuam no processamento, cuidando e secando os peixes na feitoria, e também pilotam a montaria e pescam peixinhos; mas não manejam o arpão, a não ser algumas mulheres que *segundam* o pirarucu capturado pelo marido, ou seja, cravam outro arpão no peixe, quando ele é aproximado da montaria pelo proeiro, tendo-o inserido já um arpão. De algumas mulheres, diz-se que são *do trampo*, e mesmo que *segundam melhor que um homem*.

As mulheres não são consideradas pescadoras nem laguistas, denominações afetas apenas aos homens, assim como os apelidos. Isso não impede que estes tenham como importante a atuação feminina noutras partes do processo produtivo e valorizem muito o desempenho de algumas mulheres na captura de peixes *pra bóia* no rio e na praia. Mas se elas situam-se nessa especialização entre lago e mar através do marido – como mulher de um proeiro ou como responsável pela casa de um pescador – elas passaram a figurar como *pescadoras*, no sentido geral do termo, frente à Colônia e os órgãos governamentais, para obtenção do benefício do seguro defeso da pesca. Assim, o papel da mulher no domínio das atividades de pesca é assumido e defendido pelos homens (inclusive sua participação “indireta”, na manutenção da família e do próprio pescador), ainda que alguns funcionários e mesmo pescadores o vejam com reservas, buscando resguardar o estatuto de provedor aos homens.

O trânsito da mulher entre a vila e o lago encerra certos riscos, principalmente no período em que está menstruada, mas observei isto sendo mais ressaltado pelos pescadores de fora do que pelos próprios laguistas. Ainda assim, esse trânsito ocorre com muita frequência e envolve uma organização distinta da socialidade entre laguistas, que passa pela forma em que a casa se organiza como espaço de interação de pessoas e de circulação de alimento, como foi dito. E isto relaciona-se com a socialidade mais ampla da vila, onde pescadores e laguistas assumem papéis e posturas um tanto diferentes. De modo geral, os laguistas são menos presentes nas atividades em comum da vida da *comunidade* (festas, bailes, datas comemorativas, reuniões e decisões diversas etc.), participando menos também na organização de tais eventos; sua postura deixa transparecer uma espécie de desinteresse, um distanciamento do “espaço público” da comunidade.

Se a passagem entre o barco e a casa é operativa para os pescadores e faz todo sentido envolver-se na organização dessa socialidade interfamiliar da vila, como um espaço fundamental e complementar da pesca, os laguistas em geral não vêem tais relações com o mesmo entusiasmo. Sua vida corre muito mais entre o círculo dos parentes e o lago, e o desejo de muitos deles é permanecer o maior tempo possível nas feitorias; se pudessem, o ano todo, dizem alguns. Se um antigo pescador de fora se refere com um orgulho distante às suas capacidades quando era ativo, os laguistas aposentados cultivam a presença nos lagos, mesmo não o freqüentando mais, seja por uma feitoria que mantém de pé, do arpão inativo que conservam a postos, ou ao menos no discurso nostálgico e sempre presente de um retorno ao lago.

Na vila, se tomarmos como regra o tipo de socialidade imposto pela organização dos pescadores, os laguistas dão a impressão de estarem deslocados, estrangeiros em seu próprio lugar, impossibilitados que ficam de executar o círculo que lhes é básico da predação e da distribuição da *embiara*. Portanto, se a implicação na relação entre o comércio e a captura (entre o patrão e o peixe), é algo comum ao pescador e ao laguista, a forma como eles articulam os elementos da socialidade da captura e da própria vila são muito diferentes. A relação com a mulher e a casa ilustra muito bem essa distinção. Se a mulher é excluída de tudo que envolve a pesca de fora, ela se coloca como um contraponto, estabelecendo a casa como uma complementaridade da situação a bordo. Já entre os laguistas a mulher não está separada do universo da predação, nem concretamente, nem conceitualmente. Ao contrário, a predação e as relações matrimoniais (ou afetivas) parecem constituir um mesmo arcabouço de interações, onde vigoram as trocas, seduções etc. Ponto, aliás, que parece ser consenso entre autores que tratam de

sociedades de caçadores (e.g. Ingold 1980, Descola 1994, 2005, 2006; Clastres 1982, 1995; Viveiros de Castro 1986, 2002; Århem 1996, 1998, 2001).

Os usos da bebida

A relação entre os domínios de captura no lago e no mar e as formas da socialidade na vila levam ainda à discussão das maneiras em que se dá o consumo de bebidas alcoólicas, que está diretamente relacionada às atividades da pesca. As diversas formas de consumo implicam em estados distintos de socialidade e elas têm suas esferas próprias de legitimidade, ou pelo menos de justificação. O consumo da *bebida* vincula-se aos ciclos do aviamento e é majoritariamente masculino, havendo apenas um dos modos de consumo, durante as festas, em que mulheres e homens exercem conjuntamente.

Conforme os termos locais, há quatro modos de relacionamento com a bebida: a) rejeição total ou evitação; b) *beber por data*, nas festividades; c) *beber por farra*, junto aos *camarados* de pesca, na chegada de uma quinzena; e d) o consumo contínuo que promove o estado alcoolizado durante toda a permanência na vila, levando o pescador a ser denominado *papudinho*. Abordando a questão pelo viés de suas implicações na composição da masculinidade, poderíamos dizer que a relação com a bebida é um fator crítico no estabelecimento das relações de trabalho, parentesco e amizade, constituindo uma problemática inarredável à existência do pescador, uma questão sempre presente no seu horizonte de possibilidades. Não se pode dizer que o consumo de álcool seja visto como um problema de saúde ou de qualquer outro tipo na socialidade da vila, como parece ser o caso em outras sociedades de pescadores. No Sucuriju ninguém o considera assim e recenseei poucos casos de doença ou morte com essa causa, mas a relação com a bebida está presente como uma sombra na conduta dos pescadores.

Não beber de forma alguma, ou muito raramente, não é um estado passivo, mas uma demonstração ativa de resistência frente à bebida. Seja quando diz, com indisfarçável orgulho, que nunca bebeu, ou contando a transformação ocorrida quando parou de beber, o pescador refere-se sempre às conseqüências disto em termos econômicos e do comportamento diante da família. Não beber ou *largar a bebida* são atitudes justificadas pela possibilidade de cumprir em plenitude o exercício da masculinidade, que é vinculado às obrigações de provimento doméstico, à *consideração* à mulher e ao comportamento de respeito recíproco que se dispensam *pais de família*. Tanto assim que, no mais das vezes, é a incompatibilidade entre algumas formas

acentuadas de consumo alcoólico e o provimento familiar que é apontada como a motivação das separações, ou, na perspectiva masculina, de ser *largado pela mulher*.

Porém, a bebida coexiste com o posicionamento masculino no contexto da família, permeando as situações de convívio feminino. *Beber por data*, em comemorações pessoais ou do calendário local, é uma prática implicada nos canais de relação dados pelo posicionamento no contexto da família. Aliás, a aversão completa ao álcool e às festividades marca uma atitude que pode ser considerada exagerada, prova de cautela excessiva diante do risco de levar o consumo para além dos limites previstos nas ocasiões das festividades. Uma parte das mulheres também bebe nesse contexto, o que é inteiramente legítimo, até porque se trata de uma forma de consumo baseada nos vínculos familiares; inclusive o convite para uma festa ou para compor a mesa de um baile são dirigidos à família.

Por ocasião das festas há sempre a presença das mulheres (ou a presença masculina é idealmente consentida pela mulher) e muitas vezes de crianças. As festas, referidas como *brincadeiras*, invariavelmente incluem dança em pares. Ainda que sejam também ocasiões de flerte e diversão para jovens e solteiros(as), são tidas como espaços de socialidade entre famílias. Assim, não só a bebida é compartilhada entre os homens de modo recíproco (cada um paga uma parte, alternadamente), como as *damas* transitam, dançando com diferentes *cavalheiros*, em tese com o consentimento explícito do marido (além da própria interessada, evidentemente). O *exagero* na bebida, que pode se exprimir em condutas agressivas (verbais ou físicas) ou de um convite à dança ou um cortejo inconvenientes, resulta na intervenção de parentes ou amigos, que retiram o homem do local. Há, portanto, um controle mediador desse ambiente de trocas, que organiza a socialidade da festa, incentivando o consumo alcoólico até certo ponto e salvaguardando os limites para os comportamentos dele derivados.

Já na *farra* a bebida implica em relações de outro tipo. Ela ocorre na chegada da pesca costeira; para alguns começa antes mesmo que finde o trabalho no barco (lavagem, desembarque e reparo dos apetrechos) e as *vi* durarem até quatro dias. Assim como constatou Duarte (1999: 252-3) entre pescadores do Rio de Janeiro, a *farra* no Sucuriçu repete estruturalmente a situação de trabalho, desenrolando-se exclusivamente entre homens e antes da passagem ao universo doméstico. No contexto da vila, ainda que seja vista como algo legítimo, principalmente para pescadores solteiros, ela contrasta com o universo doméstico. *Se meter na farra* é uma expressão que marca a alternativa excludente desse consumo ritualizado do álcool na chegada da pesca com

as relações implicadas no âmbito doméstico, referido pela expressão *se meter com* fulana. Assim também as diversas associações da bebida com a mulher, pois são dois modos alternativos de exercício da masculinidade em terra.

Diferente das festas, na *farra* não há o equilíbrio na compra de bebida. Os *camarados* concorrem para suprir o grupo, sem concessão à reciprocidade, ao contrário, enfatizando as expressões de provimento; se há um equilíbrio nos gastos, ele acaba se apresentando como fruto dessa “concorrência ritual”. Outra diferença importante: a bebida por *farra* acarreta o uso intenso do álcool, associado ao comportamento agressivo e evoluindo com frequência para a perda dos sentidos e da capacidade de locomoção. Sabe-se que os que bebem numa *farra* estão sujeitos a manifestações violentas, e nesse estado são evitados. Enquanto os solteiros levam essa prática ao extremo, os casados participam com menor frequência ou intensidade, e fazem da *farra* um breve interstício entre a pesca e o universo doméstico, interrompido às vezes pela vinda da mulher ou de um parente para buscá-lo.

O desembarque implica, então, uma passagem necessária do exercício da masculinidade pelo trabalho (*serviço*) para o exercício da masculinidade pelo fruto do trabalho, pelo provimento. No caso das *farras*, este último ocorre no âmbito do mesmo grupo que atua a bordo, durante a pesca. Em terra, o modo de exercer a masculinidade é propiciando o consumo daquilo que foi produzido: enquanto os casados o fazem preferencialmente pelo provimento familiar (ainda que alguns passem rapidamente pelas *farras*), os solteiros, que *não têm responsabilidade* com a *casa*, consomem-demonstram o resultado de seu trabalho, não raro completamente, junto aos *camarados*, suprimindo o grupo com bebida, numa situação em que a ostentação do serviço compõe as demonstrações de virilidade, que não excluem a violência. O consumo de bebida e a capacidade de *sustentar* a mulher evocam a relação que Lanna aponta, de assunção pelo pescador da lógica patronal, buscando, quando em terra, assemelhar-se à figura do patrão, seja no provimento da família ou no oferecimento de bebida aos colegas. Ainda em referência a uma vila do litoral potiguar, esse autor escreve que o pescador elabora sua identidade conforme três situações de prestígio – enquanto pescador, chefe de família e colega (Lanna 1995: 165). É possível dizer o mesmo dos pescadores de fora no Sucuriçu, mas com a preocupação de se considerar a *farra* como um momento de passagem, tanto como intervalo entre o barco e a casa, quanto como um modo de exercício da masculinidade dos jovens, antecedendo a vida de casado.

Portanto, se a evitação e a bebida por datas perpassam igualmente o comportamento de laguistas e pescadores, a *farra* é algo que caracteriza o comportamento destes últimos. Entretanto, há ainda uma quarta forma de relação com a bebida: a alcoolização intensa e constante durante o período de permanência da vila, entre duas quinzenas. Os que assim se comportam são chamados *papudinhos*; na prática um pequeno grupo de laguistas, dentre os quais alguns tidos como os proeiros mais *felizes*. Não se evita os papudinhos por agressivos, posto que não o são, mas por inconvenientes; eles requisitam as pessoas que passam pela ponte para tomar algo e também para conversar, fazendo demonstrações de afeto e vangloriando-se de seus dotes como arpoadores ou de uma prosperidade imaginária. Os papudinhos não mantêm uma unidade doméstica – não se casaram ou são *deixados* das mulheres – e muitas vezes não tem casa na vila. Ficam em casas improvisadas ou de passagem pela casa de alguém, voltando ao lago em seguida aos dias de bebedeira; durante a quinzena no lago boa parte deles não bebe.

Se a *farra* é uma transição entre a pesca costeira e a terra, entre os domínios do barco e da casa, o consumo alcoólico dos papudinhos não pode ser considerado do mesmo modo; ele seria antes uma “desconexão” com a vila, um modo de estar na vila sem de fato vincular-se às suas formas de socialidade. Um comportamento tido como exagerado, sem dúvida, mas que demonstra tanto o deslocamento dos laguistas em relação às instituições da vila quanto sua relação mais constante com a bebida, sem estar ligada necessariamente a ocasião das datas ou da alternância entre a pesca e a vila. Nos lagos não é incomum que se leve bebida para consumir nas viagens e mesmo nas feitorias. Um proeiro aposentado, que hoje não bebe mais, gostava de dizer que no Sucuriçu deveriam existir três rios: um de enchente, para subir ao lago, e outro de vazante, para baixar; dadas assim as condições ideais para o deslocamento, faltaria apenas um último rio, pelo meio, de cachaça.

A Festa: mito, sacrifício e ludicidade

Ao analisar a devoção e as festividades dedicadas a Nossa Senhora de Nazaré no Pará, em especial o Círio, Maués propõe alguns aspectos gerais, dentre os quais sua presença como “*rainha das águas*” e seu papel de proteção de naufrágios. Mas ele também se refere à presença da cobra grande, subjacente a vários elementos desta festividade (por exemplo, na própria corda, para onde converge a multidão), atribuindo-lhe o caráter de “símbolo dos encantados em geral”, que são os espíritos presentes em igarapés, rios, matos etc. (Maués 1995: 394-6). Considerando

que as entidades de origem católica e ameríndia são complementares, convivendo sem identificarem-se, na linha do argumento clássico de Galvão (1976), Maués afirma que, numa população de pescadores próxima a Vigia, no litoral paraense, “suas áreas de abrangência de poder são em parte coincidentes, mas o poder dos santos vai além do dos encantados [especialmente falando]: no contexto do trabalho do mar não há lugar para estes” (Maués 1995: 214). Nas situações de dificuldade ou de propiciação das atividades marítimas, os pescadores recorrem aos santos, e não às formas de relação com os “encantados”; estes povoam apenas as regiões de terra firme, mato, mangais, igarapés e rios.

No Sucuriju se faz notar essa mesma divisão espacial notada na região, ainda que não se use o termo “encantado” no sentido de uma categoria que compreende grande variedade de espíritos. Enquanto a atividade de barcos e pescadores está relacionada à figura da *Santa* e também de Deus, nos lagos as situações se dão na interação entre os laguistas, os animais e seres tais como os donos, as cobras grandes, canoas encantadas. Isso tem desdobramentos para a compreensão do convívio destes grupos na vila como, por exemplo, durante a Festa de Nossa Senhora de Nazaré, acontecimento mais importante da localidade. A Festa é uma celebração referente ao mito de origem da vila, atualizando o pagamento da promessa original, a partir da qual a foz do rio abriu à entrada da maré (cf. capítulo 1), vinculando elementos católicos e ameríndios. As diferenças ocorrem por conta das versões do mito, posto que algumas pessoas que emigraram e outras mais próximas à Igreja exprimem dúvidas quanto à participação da cobra grande na abertura do rio. Nessa direção, aparecem algumas versões da origem que recuam no tempo o momento do surgimento e nomeação do rio, ficando caracterizada a (re)abertura, resultado da promessa à Santa, como um evento distinto e posterior, que fundaria de fato a vila. Em todas as demais variantes que registrei, o papel da cobra é central e inequivocamente vinculado à *Santa*: no surgimento simultâneo da vila e do rio, o pedido à *Santa* é atendido pela ação da cobra.

A Festa ocorre durante oito dias seguidos em agosto, quando há durante o dia missas de agradecimento pelo feito e à noite baile dançante e leilões – tanto as rezas quanto o resultado dos leilões são dirigidos à *Santa*. O padre chega nos últimos dias, quando realiza casamentos e batizados, reza a missa, coordena a procissão e recolhe o dinheiro da festa. De certo modo essa presença abreviada é um alívio, pois sua chegada implica preocupação sobre a limitação dos bailes. O ponto alto da Festa são as noites organizadas por pescadores e laguistas, quando o grupo

que oferece maior soma à paróquia é tido (informalmente) como vencedor daquele ano. O arraial consiste em um duplo momento de dádivas: o oferecimento dos donativos durante os preparativos, em sua maioria alimentos (bolos, pudins, frangos assados, carne de gado ou de porco etc.); em seguida, o ato de *arrematar* esses bens em leilão para comê-los ali mesmo, durante a Festa, caracterizando uma disputa entre os que estão presentes. Assim como Lanna (1995: 175-8) descreveu no litoral nordestino e eu mesmo sugeri anteriormente (Sautchuk 2005), o arraial no Sucuriçu apresenta traços semelhantes ao *potlach*, pois consiste num ritual de competição-consumo do produto do trabalho dos pescadores (a diferença estaria no fato que o *potlach* é um “dar-destruir”, e não um “comer competitivo”).²⁹

Tanto pescadores quanto laguistas fazem economias para a época da festa, chegando a gastar somas equivalentes ao resultado médio de uma quinzena (cerca de R\$ 400,00) durante os dias da celebração. Mas as diferenças nos seus modos de participação são manifestas. A começar pelo torneio de futebol que se desenrola durante as festividades. Das cinco equipes existentes, uma delas é coordenada pelos laguistas e apresenta uma flexibilidade na organização e uma forma de ingresso no torneio mais afetas à diversão do que à conquista do título. Enquanto os laguistas mais hábeis são solicitados por outros times em busca da competitividade, como o da Colônia, o clube dos laguistas se apresenta sob o espírito de uma participação pelo gozo, mais do que pelo título, e acaba abrigando mesmo os pescadores menos destros.

As diferenças mais significantes, entretanto, referem-se à própria dinâmica da Festa. No ano em que estive presente, observei os pescadores angariando com afinco contribuições em dinheiro e donativos para a sua noitada, preparando muitos *foguetes* (fogos de artifício) e preocupando-se com a efetividade do leilão. Tudo envolto em certo segredo, com o intuito de

²⁹ Segundo pude apurar nos documentos eclesiásticos (de contabilidade da Festa) e em alguns relatos, no início havia apenas uma cerimônia religiosa, em que se rezava por três noites, a partir do dia 6 de agosto, para cumprir a promessa. A partir da década de 1940, a festa ganhou a forma dos arraiais católicos da região (estendendo-se por oito dias/noites), articulada à transformação do sistema de financiamento da pesca, quando se estabeleceram os patrões locais no lugar dos regatões. Todas as informações indicam que foi a partir da iniciativa dos patrões locais que a Festa surgiu, complementando as celebrações religiosas. Nos anos que se seguiram, os patrões passaram a presidir, patrocinar e angariar donativos para a Festa, que ganhou importância com o desenvolvimento da pesca, chegando a ser uma das mais destacadas da região, e decresceu nos anos oitenta, com a queda da produção pesqueira. Nessa época se dá a polêmica transferência da Festa para o mês de julho, em busca de uma data no período de férias, para atrair ao festejo sucuriçuenses emigrados e turistas. Não houve sucesso, pois além de muitos temerem um castigo da Santa, os jovens que vinham provocavam bebedeiras e pouco contribuía aos leilões, ponto alto do evento. Hoje a festa não é presidida por um patrão, mas por um funcionário da prefeitura, e os donativos externos estão mais escassos, dependendo basicamente da contribuição dos próprios pescadores e dos patrões locais, menos prósperos que outrora. De qualquer modo, a Festa segue sendo o principal acontecimento da vila, e a disputa entre laguistas e pescadores continua sendo muito importante.

surpreender. Já os laguistas participaram e contribuíram menos durante os preparativos, consumiram num churrasco parte de um boi que receberam de um patrão e proporcionam uma noitada sem atentar para vários dos aspectos que preocuparam os pescadores, como a quantidade de foguetes e donativos, a regulamentação dos trajes, os tipos de dança permitidos etc. [pranchas 26 e 27]

Ao transitar entre os dois grupos, além das piadas quanto à minha filiação, dado que se tratava de uma disputa, existia uma distinção entre o tipo de convite dirigido a mim e também a outras pessoas. Enquanto os laguistas convocavam para sentar em sua mesa e *tomar uma gelada*, os pescadores me perguntavam se eu iria *gritar alto*, arrematando donativos em sua noitada. Como observa um patrão, ‘*os laguistas preocupam mais em beber e os pescadores em arrematar*’. É verdade que os laguistas também participam dos leilões, principalmente na sua noitada, mas se a noitada dos pescadores sempre supera a dos laguistas na arrecadação do leilão (*renda de fora*), o inverso ocorre na arrecadação do bar (*renda de dentro*). Como esta entra nos cofres da paróquia, mas *não aparece* na contabilidade da disputa, os pescadores ganham a festa todos os anos, mesmo se em algumas edições a renda total da noitada dos laguistas foi maior.

O maior envolvimento dos pescadores com a dimensão “sagrada” da Festa não se resume a isso: há laguistas que chegam apenas para sua noitada ou nem mesmo *descem* para a Festa em alguns anos, permanecendo nos lagos, algo muito raro entre os pescadores. Mais significativo ainda é que os barcos são entidades importantes na festa. Antigamente, em cada canoa havia um trecho do espinhel, de quinze anzóis, chamado *linha da Santa*, cuja produção era acumulada durante o ano e revertida para a Festa, adquirindo donativos para a noitada dos pescadores. Isso durou até 1979 e, com a transformação da pesca, não vigora mais; entretanto, atualmente o proprietário ou encarregado oferece donativos em nome do barco, que é pronunciado enquanto o leiloeiro expõe o prato pelo salão.

As formas particulares de envolvimento de laguistas e pescadores na Festa não é algo que se estenda a todas as situações e condutas individuais, e não quer dizer que laguistas não freqüentem as missas nem participem da procissão e da admiração a Nossa Senhora. Não obstante, o grau de preocupação dos pescadores em oferecer à *Santa* uma celebração bonita e rica não é compartilhado pelos laguistas, que se dispõem muito mais à diversão e à socialidade intra humana, o que está diretamente ligado às implicações do festejo para as atividades lacustres e costeiras. Evocar a separação espacial entre santos e encantados, à semelhança do que propõe

Maués no litoral paraense (1995), é inevitável aqui: no lago, ainda que não se exclua a presença de Nossa Senhora, ela está distante das questões aí vigentes, como a *panema* e a relação direta com o comportamento animal, que se colocam nos termos de uma interação dos laguistas com seres como, por exemplo, os donos e os animais. Já na costa, a referência à *Santa* é absolutamente central, inclusive para a explicação do insucesso, a propiciação da pesca e a proteção contra as ocorrências indesejáveis. No interior da casinhola do barco Jerusalém aparece a frase: ‘*Que Deus e Nossa Senhora proteja este e outros barcos que navegam no mar*’. Ao contrário dos barcos, o nome de nenhuma das montarias evoca temas católicos.

A partir das análises dos contextos técnicos do lago e da costa, e considerando-as aqui frente às noções que propõe Descola (1995), podemos dizer que, tidos como uma “ontologia analogista”, os pescadores reúnem os vários elementos da realidade da costa, com potenciais agentivos diversos, sob uma entidade englobante e até certo ponto ordenadora – daí a importância da Santa e de Deus. Já para os laguistas, mais próximos daquilo que Descola define como “animismo”, as principais questões envolvem a interação com uma série de pessoas não-humanas com capacidades agentivas semelhantes aos laguistas, apesar de diferenciadas pelas aparências e capacidades corporais. Para os pescadores, a Festa se dá basicamente nos termos do sacrifício, em que são ofertadas à Santa os donativos e o resultado do leilão, assim como lhe são dirigidas as preces e a procissão (a semelhança entre o arraial dos santos e o sacrifício também foi sugerida por Lanna [1995: 180]). Nesse sentido, para a pesca costeira, no âmbito da Festa é extremamente importante propiciar a recompensa da *Santa*.

Já os laguistas, ainda que alguns participem destes ritos, o fazem em menor quantidade e concedendo-lhe importância inferior, apresentando na Festa mais que tudo uma atitude lúdica. A questão do sacrifício não parece ser fundamental para eles, visto que seu contexto de interações não recorre a uma entidade englobante, como é caso dos pescadores, mas se desenrola na interação dialógica e numa mesma dimensão com inúmeros seres. À semelhança da cobra grande, que está na origem da vila, mas não se mostra (ao menos explicitamente) na Festa e nem vê reivindicado seu papel original, os laguistas estão lá, participam em alguma medida, mas desprezam o objetivo propriamente sacrificial, apenas tomando parte numa disputa onde o sucesso só importa de fato aos pescadores. Porém, de algum modo eles cumprem com o rito que lhes interessa; enquanto a noite dos pescadores é povoada de mesas com famílias atentas ao leilão, o centro da noite dos laguistas são um ou dois grupos masculinos que, reunidos em

torno de uma mesa, divertem-se e consomem bebida, num circuito de dádivas que se limita ao plano humano. Mas apenas aparentemente: agindo assim eles também contribuem para a *Santa* com a *renda de dentro* (do bar), que, no entanto, *não aparece*.

Duas razões para rejeitar a rede: de compromissos e apetrechos de pesca

Boa parte da etnologia da técnica de origem francesa consagrou-se nas últimas décadas ao estudo daquilo que se convencionou chamar “escolhas técnicas” (*choix techniques*), debruçando-se sobre os motivos da adoção de um determinado instrumento ou procedimento, quando outros seriam possíveis ou conhecidos (cf. Lemonnier 1986 e 1993; Faure-Rouesnel 2001). Essas abordagens guardam seu interesse em não se limitarem a encontrar os significados da técnica no “estilo”, mas em seus aspectos propriamente “funcionais” – no *processo* – buscando o significado nas facetas essenciais da técnica, em seu desenrolar propriamente material. Assim, o significado não se restringe à circulação dos objetos ou à organização da produção, mas ao desenrolar mesmo da relação com a matéria. Analisando a fundo as interações implicadas no funcionamento de um objeto ou em processos de produção, seus aspectos basilares se mostram permeados por sentidos particulares. Assim, um determinado processo de produção, um objeto, um gesto técnico, constituem a uma só vez aspectos eficientes de um ponto de vista técnico e significantes no âmbito social. Destarte, a etnografia é capaz de notar as articulações entre as minúcias do funcionamento e o sentido de uma prática.

Alguns pontos merecem, no entanto, reflexão. A noção de “escolha” nesses estudos tem um sentido propriamente estatístico, na medida em que uma sociedade opta por uma das opções possíveis inconsciente e arbitrariamente (no sentido saussureano de não determinado), a partir de certas razões. Entre diversas vias possíveis do ponto de vista material, a decisão é da esfera sociológica, está no campo das representações sociais. Essa forma de perceber as mudanças técnicas acaba relegando a um segundo plano a agência humana concreta e, mais, a distribuição das agências entre os não humanos. Esses aspectos são temas de uma controvérsia que entabularam Lemonnier e Latour, após participarem de algumas publicações em conjunto (Lemonnier [org.] 1993; Latour e Lemonnier 1994; cf. Cohen e Pestre 1998). Lemonnier (1996) reprovava Latour por semiotizar processos que seriam basicamente materiais, reduzindo os comportamentos técnicos e ações eminentemente físicas a outros tipos de estratégias sociais;

Latour (1996) diz não ignorar os aspectos propriamente físicos, mas defender a simetria na análise dos processos sociotécnicos, evitando partir do corte entre meio físico e sociedade, técnico e simbólico.

Em alguma medida; a posição de Descola é intermediária entre as duas propostas, já que ele retoma a análise da técnica enquanto ação humana sobre o mundo material, considera-a sob a esfera das representações, pensando também em termos de “escolhas” sociais, mas assume a distribuição das agências, sob influência da proposta latouriana de uma antropologia simétrica. Isto pode ser encontrado particularmente em alguns de seus trabalhos (Descola 1994; 2002; 2005), notadamente quando atribui a (não) domesticação de animais na Amazônia pré-colombiana ao esquema de relações entre as coisas característico das populações ameríndias, centrado no animismo e na predação. Adota, assim, a noção latouriana de “coletivo” para designar as formas pelas quais determinadas populações tomam o envolvimento entre humanos, objetos, animais e o ambiente de um modo geral, mas não assume que esses elementos estejam ligados numa rede indefinida, e sim em espaços circunscritos de socialidade pré-definidos por uma disposição específica para a organização do mundo, que Descola chama “ontologia” (quatro, segundo ele vislumbra percebe no etnográfico disponibilizado pela antropologia: naturalista, analogista, animista e totemista).

Esta digressão vem a propósito de uma terceira forma de trânsito entre o lago e a costa. Já falei das expressões que transitam, modulando seus sentidos, e também dos humanos e de suas formas de envolvimento nos dois contextos, mas é necessário abordar também a circulação de objetos e o modo como eles são considerados e incorporados por diferentes grupos. No Sucuriçu, vários objetos relacionados à pesca aparecem tanto no lago como no mar; eles assumem sentidos diferentes, a depender do modo como concretizam os procedimentos de captura. Um caso interessante a esse respeito é a forma como a rede para capturar pirarucu foi adotada pelos laguistas ao longo da década de 1980, e em seguida rejeitada, por ocasião de um termo de compromisso que os sucuriçuenses estabeleceram com o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Nesse processo, a decisão dos laguistas leva em conta os modos de funcionamento dos objetos e o modo como eles se envolvem no sistema de interações vigente nos lagos. Mas tal decisão ocorre a partir de uma situação específica, no contexto de políticas de controle do território, e na interação entre concepções distintas sobre o ambiente dos lagos, os pirarucus e seu modo de reprodução.

A Reserva biológica do Lago Piratuba (doravante Rebio) foi criada em 1980, a partir da indicação de motivos e da delimitação preliminar feita por um projeto que mapeara os recursos naturais no Brasil na década anterior, com ênfase nos aspectos minerais. Os pesquisadores registraram naquela área “‘habitats’, *relativamente menos modificados pela ação antrópica*” do que a região em torno, ocupada pela pecuária, e vislumbraram principalmente a possibilidade de proteção de aves migratórias como o flamingo (*Phoenicopterus ruber ruber*) (Brasil 1974: V/37-9). Nos anos que se seguiram à criação da unidade de conservação, os laguistas passaram a conviver com incursões esporádicas da fiscalização ambiental, que vinha de Macapá ou de Amapá e recorria a algum laguista para adentrar a região. Apesar de ser por vezes truculenta e gerar prejuízos materiais, essa atuação não resultava em constrangimento sobre as atividades, dado que era realizada em intervalos muito dilatados (pelo menos um ou dois anos), não instaurando de fato a interdição da ação humana, que fora criada de direito com a decretação da Rebio. Mesmo referindo-se a alguns episódios traumáticos, que incluem atos humilhantes de fiscais e o incêndio de feitorias e apetrechos, os laguistas mantiveram suas atividades ao longo dos anos, sem a influência de uma ação mais sistemática do Estado. No início deste século, entretanto, a Rebio ganha força, experimentando um aumento de recursos humanos e financeiros. Até o presente momento não se instaurou um ponto de fiscalização no Sucuriju (sendo o mais próximo a cerca de cinco horas de barco, no igarapé *Tabaco*, no curso do rio Araguari) e a capacidade de mobilidade náutica e aérea dos quatro funcionários da unidade é bastante limitada; ainda assim, tornaram-se mais freqüentes nos últimos anos as diligências e atividades empreendidas pela reserva no âmbito da consolidação do plano de manejo e do conselho consultivo, tais como projetos de educação ambiental e pesquisas científicas.

A postura dos funcionários do Ibama também se modificou em relação à atitude das incursões de fiscalização das décadas de 1980 e 1990. Os responsáveis pela condução da unidade iniciaram um processo efetivo de aproximação e diálogo com a população local, demonstrando compreensão diante do uso dos recursos do lago e executando um processo de “conscientização” sobre as funções da Rebio, sob a ótica da preservação dos recursos naturais. No final da década de 1990 explicitou-se o conflito latente entre o uso da área pela população local e os objetivos legais da Rebio; instaurou-se então no então Centro Nacional do Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais (CNPT), do Ibama, um processo para modificar a categoria da unidade de conservação de Rebio para “reserva extrativista” (resex), em que modalidades de uso

humano são permitidas. Por alguns motivos, esse processo não caminhou. Em primeiro lugar, a proposta sugerida inicialmente era abarcar tanto o cinturão de lagos orientais (a área freqüentada pelos laguistas), como uma faixa costeira – formando, portanto, uma resex marinho-lacustre. Isso encontrou resistência dentro do órgão, basicamente porque seria retirado da rebio o lago que lhe dá nome (o Piratuba, que entre os sucurijuenses é chamado de Lago Grande) e seus arredores, justamente a região menos “alterada” pelos búfalos que ocupam as franjas sul e oeste da unidade (cf. Santos 2006); também diminuiria sensivelmente seu tamanho, o que acarretaria a perda de recursos do projeto ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia), que financia boa parte de suas atividades. Além disso, esferas centrais do Ibama opunham-se à mudança, basicamente sob o argumento que ela teria de passar por aprovação no Congresso Nacional, onde outras forças locais (principalmente fazendeiros) pressionariam por mudanças mais profundas na área e/ou no estatuto da unidade, podendo desfigurá-la.

Por outro lado, a forma que a proposta assumiu – implantar a resex apenas na costa – foi algo que os sucurijuenses não aceitaram, temendo, dentre outras coisas, que isso fosse um modo de restringi-los à zona marinha, vedando-lhes definitivamente o acesso ao lago. Paralelamente ao impasse, o uso da área pelos laguistas prosseguiu e as ações de fiscalização do órgão diminuiriam, até porque a direção da unidade via nelas um risco ao processo de diálogo. Entretanto, os próprios sucurijuenses passaram a repassar informações ao Ibama e mesmo a requisitar a fiscalização. As “denúncias” partindo da própria vila na realidade sempre existiram, demonstrando o emprego da legislação ambiental como instrumento das disputas internas, mas nesse momento elas ganham maior vulto, transcendendo as desavenças pessoais e colocando em questão dois tipos de situações: (i) o aumento do uso e do tamanho da rede para pescar pirarucu, associada ao procedimento de *bater água* (assustando o peixe para cercá-lo), que a maioria dos laguistas julga inapropriado; e (ii) a entrada de pescadores estranhos à vila, seja pelo próprio rio Sucuriju, em associação com alguns moradores locais, ou pelo *varadouro* feito recentemente defronte à ilha de Maracá, que abre passagem entre o mar e os lagos do norte.

Com a situação colocada nessas bases, os instrumentos legais da Rebio foram vislumbrados pelos funcionários do Ibama e pela própria população local enquanto algo que possibilitaria o exercício de formas mais estritas de controle sobre o território. Ambos os grupos projetaram tirar partido, não apenas do aparato legal, mas da atuação do outro, como um modo de

alcançar certos interesses implicados em suas próprias perspectivas.³⁰ Para continuar a tratar disso vejamos o que Barreto Filho diz a respeito das unidades de conservação (UCs). Ele as considera enquanto artefatos, sujeitos a diversas intervenções, e não simplesmente como aplicação de um modelo pré-estabelecido de uso do ambiente natural.

(...) [E]m muitos casos (...) as UCs de proteção integral que pontuam o mapa da Amazônia brasileira estariam protegendo não áreas *naturais*, mas paisagens *artefactuais*. Ademais, num exercício de ecologia histórica prospectiva, as UCs mesmas poderiam ser tratadas como artefatos em ambos os sentidos destacados por Balée: por um lado, porque constituem heranças de programas e planos governamentais, produtos deliberados, conscientes e intencionais de ações humanas, de tomadas de decisão política de uma sociedade particular, gestadas em contextos históricos específicos por agentes determinados; por outro lado, porque estes produtos vêm sendo apropriados e partilhados hoje em dia de modo não necessariamente antecipado por aqueles que os conceberam e criaram. (...) [A]s UCs de proteção integral encontram-se, hoje, submetidas a múltiplas apropriações e semiotizações, escapando ao controle do que foi originalmente premeditado pelos que as conceberam (Barreto Filho 2001: 38).

Para o autor, isso significa dizer que as trajetórias entre a criação de uma UC e sua concretização jurídica, política e administrativa implicam a intervenção de inúmeros fatores e atores; e que essas intervenções, particularmente no que se convencionou chamar de “manejo”, formam parte de um processo sociotécnico e simbólico que transforma não apenas a natureza, mas as compreensões que dela se tem (*idem*: 40). Argumentações essas que me parecem importantes para a interpretação das formas em que a Rebio aparece no horizonte de práticas da população local e dos funcionários.

Um dos aspectos a ressaltar é que os funcionários não atuam na linha de uma defesa irrestrita dos dispositivos legais que constituem a Rebio, mas manejam com tais dispositivos diante de conflitos e pressões diversas, por vezes de modo estratégico (mesmo que mantenham o

³⁰ Evidentemente não se pode falar de uma opinião unívoca na vila a este respeito. Ao contrário, os posicionamentos comportam divergências, por várias razões. Há famílias que não se opõem de todo às posições preservacionistas, aproximando-se de funcionários e pesquisadores; outros, pelo próprio envolvimento com os pescadores “estrangeiros” ou com as modalidades de pesca criticadas, vêem com maus olhos a presença do órgão ambiental na localidade. Há, também, os que se mostram refratários às ações de regulação governamental na área e outros que a tomam como algo inevitável, e buscam tirar o melhor proveito da situação. Entre os funcionários, também há divergências, pressões internas ao órgão, mas a chefia da unidade constitui em certa medida uma fonte de posicionamentos claros. De qualquer modo, as posições de funcionários e moradores nas assembléias mostram certa tendência, em alguns pontos chave, sobre os quais é possível falar em termos gerais. É a isto, mais do que às controvérsias internas à vila ou ao Ibama, que me reporto.

ideal da conservação em seu horizonte). Foi assim que surgiu uma saída para formalizar a presença dos laguistas dentro da UC, regularizando (e regulando) sua atividade diante do Ibama e também colhendo os desdobramentos disto para um melhor controle sobre a entrada de outras pessoas no território, algo impossível de ser fiscalizado pelo órgão. Visto que a mudança de estatuto da UC para resex estava fora de questão, o instrumento legal acionado para permitir a “presença humana” na área foi o seguinte: o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) prevê que “populações tradicionais” presentes em “Unidade de Conservação de Proteção Integral” sejam reguladas por um “termo de compromisso”. Ora, a vila do Sucuriçu está na verdade situada fora da Rebio, mas os laguistas têm habitações sazonais em seu interior (para alguns seria mais exato dizer o contrário, do ponto de vista temporal). Solicitado pela chefia da unidade e com a anuência dos moradores, argumentei sobre essa permanência sazonal e a importância do uso da água e dos recursos pesqueiros dos lagos para a população local, além do sentido propriamente cosmológico dessa área para os habitantes locais, em documento que se juntou ao processo interno do órgão, que demandava o estabelecimento de um “termo de compromisso” para o uso da área. Após um percurso interno e alguns reveses, o termo foi por fim assinado, com o auxílio da gestão de outro funcionário, que argumentou a seu favor em diversas instâncias do órgão em Brasília (cf. termo de compromisso em anexo).

O termo funciona como um acordo de pesca, permitindo aos pescadores utilizar a área com algumas condições, como a limitação dos apetrechos, a interdição rotativa de algumas zonas e assembleias periódicas de avaliação. Dentre essas condições, está incluída também a exclusividade de entrada na área dos pescadores do Sucuriçu, a partir de então cadastrados pela Rebio. Sem fazer uma discussão histórica, necessária para avaliar as transformações no controle do território (principalmente na sua articulação com processos macro-regionais e globais, como os representados nos ciclos econômicos e ambientalistas [cf. Barreto Filho 2001; Ingold 2000: cap. 12; Little 2001]), mas considerando a Rebio como um artefato, e, portanto, sujeita a diversas agências e reconfigurações, ressalto dois pontos do episódio de estabelecimento do termo de compromisso – sem prejuízo de se considerar as evidentes desigualdades de poderio institucional nesse processo de regulação. Em primeiro lugar, os laguistas viram no acordo a possibilidade de garantir a continuidade de sua exclusividade histórica no acesso aos lagos, ameaçada tanto pela legislação ambiental quanto por pescadores estrangeiros à vila, que, mais do que adentrar a região, praticavam a pesca sem respeitar uma série de preceitos que os sucuriçuenses consideram

importantes. Além disso, o estabelecimento de algumas limitações, em particular a proibição do uso de rede para pirarucu, contou com o apoio da ampla maioria dos laguistas e, mais importante para o que segue, numa lógica distinta da dos funcionários, ainda que a regulação tenha assumido uma forma que contentou a ambos.

Laguistas, funcionários e pirarucus: a ecologia da rede

No âmbito do termo de compromisso, uma das preocupações dos funcionários girava em torno da “manutenção do estoque” de pirarucu. Assim como em outros lugares, como na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (Queiroz 1999) ou no Baixo Amazonas (Murrieta 2001), a utilização da rede parece constituir um problema para este objetivo. Ainda que os sucurijuenses critiquem o estabelecimento de uma série de regulamentações sem o devido embasamento empírico, como o próprio período de defeso do pirarucu na bacia amazônica, que não estaria coordenado ao período reprodutivo da espécie nos lagos da Rebio (cf. também crítica semelhante dos pescadores de Mamirauá, em Queiroz [1999: 82]), eles concordam que a rede seja algo prejudicial, que diminui a quantidade de pirarucus capturados. Como constatou Queiroz, a partir de pesquisa realizada em Mamirauá,

all local fishermen have general knowledge about the more relevant biological aspects of the life of the pirarucu and refer to the introduction of the gill nets as the main cause of the alleged decline of production ... (Queiroz 1999: 92)

Mesmo que se possa afirmar que os laguistas detêm sofisticado conhecimento sobre os aspectos da vida do pirarucu, é preciso dizer que os motivos de considerarem a rede como algo negativo entre eles não evoca algo semelhante ao “estoque pesqueiro” e nem os parâmetros de distribuição e reprodução ictiológica, aspectos estes que orientam pesquisadores e funcionários em suas convicções. São empíricas e operativas as conclusões dos laguistas, indubitavelmente, mas elas diferem essencialmente do modo como pesquisadores e funcionários pensam a manutenção da existência dos peixes. Pode-se dizer então que laguistas e funcionários rejeitam a rede, e chegaram a um acordo em torno disso, mas por motivos diferentes.

Isso é tanto mais significativo porque, em relação à pesca costeira, a rede é tida como uma modalidade menos prestigiosa que o anzol, mas ainda assim é legitimamente utilizada; tanto assim que um dos motivos pelos quais os pescadores não vêem com bons olhos o estabelecimento

da resex na costa é a possibilidade de uma limitação na utilização da rede. As razões pelas quais a rede é igualmente desprestigiada, mas diferencialmente usada na costa e no lago, referem-se aos contextos e formas em que ela se engaja. Antes de falar disso, para tratar da forma como os laguistas consideram a rede na captura do pirarucu, vale repassar o sentido de um objeto como o anzol, que é empregado tanto no mar quanto no lago, para evidenciar suas propriedades interativas.

O anzol transita bem nos dois ambientes; elemento principal na pesca costeira, ele é também importante no lago, mas com uma forma de agir muito distinta. No mar, ele funciona conectado ao espinhel; já no lago, é uma das partes da *linha de mão* – e essas distinções referem-se a articulações específicas entre humanos, objetos e animais. Se na costa o anzol atua em duas situações – captura o peixe no fundo e se relaciona ativamente com o pescador, sempre envolvido na tração gerada pela maré – no lago é uma extensão do proeiro, através do que ele chega ao campo operatório dos *peixinhos*. Ali ele mimetiza o comportamento de pequenas presas superficiais, atraindo a *bocada* dos peixes visados ao mesmo tempo em que se esquia das piranhas. De modo que o anzol se acopla a modos de ação diferentes, desempenhando um papel central tanto no que se refere ao fluxo hídrico da costa quanto na interação entre o comportamento dos seres do lago.

A rede, no entanto, não tem a mesma sorte, e acaba sendo mal vista na costa e no lago. De certo modo, ela é, como o anzol, uma armadilha, pois emprega uma forma de engodo como princípio de captura (cf. Mérite 1942 e também Leroi-Gourhan 2002: 90); mas, fruto de uma inovação, introduzida que foi no Sucuriú ao longo de década de 1980, a rede é vista como uma modalidade de captura menor. Para a costa costuma-se dizer que ‘*o encarregado de anzol não é o de rede*’, dando a entender que a rede implica uma coordenação menos sofisticada com os horários e menor habilidade (e risco) no envolvimento com o instrumento, ao passo que captura peixes menores e *moídos*, ou seja, já um pouco deteriorados pelo tempo e o sol. Por isso alguns pescadores experientes censuram os mais novos, que conseguem barcos dos programas de financiamento, dizendo que eles não vão pescar de fato, mas apenas ‘*jogar rede pela praia*’.

Na costa é a rede que pesca, não o pescador³¹; ela está no fundo, aguardando a passagem do peixe, e o pescador não se envolve em sua operação, a não ser no posicionamento e retirada.

³¹ Essa forma de expressar a distribuição da agência entre os artefatos é semelhante àquela indicada por Maneschy (1993: 284) para a pesca no litoral do Pará, onde os pescadores dizem que “*le curral est le pêcheur, pas nous*”. Duarte (1999: 110) também retrata algo semelhante, quando registra a frase de pescadores do litoral fluminense:

Mas se com o anzol ocorre o mesmo – é a linha que pesca no fundo – então onde estaria de fato o caráter menor, por que o desprestígio da rede? É que na relação com a rede o pescador não vive o contato direto com a maré, que o constitui enquanto um ser envolvido na dinâmica de trações e relações com os objetos. O uso da rede é tido em alguma medida como fruto do medo e da falta de habilidade para lidar com o anzol, que faz, não apenas os verdadeiros encarregados, mas os pescadores de fato. No Sucuriju, aqueles que só pescam de rede, que não têm coragem para *enfrentar o anzol*, são diminuídos enquanto pescadores.

O ato de recolher os peixes na rede é chamado *despescar*, diferente da linha, em que se designa *colher*, ou *meter mão*. Ora, *despescar* é o termo utilizado para designar furtos, quando alguém entra numa casa ou num barco às escondidas e toma algo para si indevidamente. Em certo sentido, a pesca de rede é tida como uma forma de se apropriar de um peixe que não foi fruto direto do trabalho do pescador. Ao contrário da linha, que pesca no fundo, mas cujos termos enviam ao léxico da agricultura – *semear anzol* e *colher a linha* – indicando o envolvimento direto do pescador, propiciando a captura do peixe, colocando e retirando a linha no ritmo da maré. Além disso, alguns pescadores acham que a rede pega guriubas muito pequenas, e que as captura quando têm os filhotes na boca (época em que não mordem o anzol), caracterizando-se tal prática como uma espécie de *desperdício*.

Não obstante, a rede é legítima enquanto instrumento de captura, usada alternativamente ao espinhel por praticamente todos os barcos, e na relação com a política ambiental, pescador algum pensa em interditá-la. Isto porque ela é responsável por um período da *safra*, quando a pesca de anzol fica dificultada; mas ela também encerra de algum modo o engajamento do pescador no *serviço*, que é considerado menor, mas ainda assim legítimo. Se a rede é considerada uma opção em vários sentidos menor em relação ao anzol (os encarregados que só pescam de anzol o dizem com orgulho), ela não deixa de afirmar a faceta do *serviço* dado na resistência à maré. Ao fixar a rede e mantê-la assim por dias seguidos, o pescador constrói e repara a estacada quantas vezes forem necessárias, reafirmando seguidamente a resistência de sua fixidez em relação à maré. Além do que, a captura em si não deixa de apresentar analogias à estabelecida pelo anzol, isto é, derivada principalmente do fluxo hídrico.

“quem entende de peixe é rede”. Valeria explorar aqui uma comparação interessante com o Sucuriju, sobre o sentido dos objetos de captura e o modo como eles estão engajados em coletivos mais complexos.

No lago, entretanto, a rede foi rejeitada pelos próprios laguistas, na oportunidade do termo de compromisso; ainda que boa parte deles utilizassem a rede como uma estratégia, coordenada ao arpão. Os proeiros que dispunham de rede para pirarucu não possuíam mais do que poucas dezenas de braças; o material para essa rede é relativamente caro e sua feitura não é simples, mas seu pouco tamanho se deve a que eles a utilizam em geral conjugada com o arpão, apenas para vedar a saída de um local, obrigando o pirarucu a permanecer ali, sendo capturado com o arpão. Se a rede no mar é fixa, e o peixe fica emalhado quando se movimenta com a maré, no lago a rede para pirarucu também é estática, mas ela impede o trânsito ou interpõe-se no caminho que segue o pirarucu, de modo dissimulado, em cor escura, para que ele não distinga facilmente. Mas é possível também que o peixe fique emalhado se a rede veda completamente uma passagem que ele objetiva *varar* de qualquer modo; então há pirarucus que *metem a cabeça por teimosia*, mesmo cientes do obstáculo, e ficam presos.

Ainda que o uso da rede viesse crescendo entre os proeiros, ela era empregada de modo dissimulado e até, digamos, envergonhado. Não em função de nenhuma sensação de contravenção, já que a proibição específica à rede só veio a se instalar com o acordo de pesca, mas por conta do tipo de relação com o peixe que se estabelece. Para entender isso, voltemos a atenção à seguinte situação. No meu primeiro retorno ao Sucuriju trouxe impressas algumas fotos que havia feito, para distribuir aos que nelas apareciam. Uma das fotos mostrava um proeiro chegando na feitoria com um pirarucu no *porão* da montaria. Contento com a imagem, esse proeiro, que figura entre os arpoadores mais afamados, passou a carregá-la consigo pela vila, mostrando aos outros a bela preza capturada. Eis que outro laguista, para fazer chacota com o orgulho do colega, disse, ao ver a imagem: *‘mas também, de rede, não!? Olha a marca de rede no toco da badana dele!’*. Apesar do tom de brincadeira, o laguista se sentiu ofendido e não exibiu mais a fotografia.

Isso se repete nas piadas que os proeiros têm a liberdade de se dirigirem e também na forma como se avaliam entre si. Para além do pressuposto geral de que *todos* matam, mas uns são mais *felizes* do que outros, quando a avaliação inclui o uso da rede, a hierarquização aparece – não pela quantidade, mas pela forma da captura. Os mais prestigiosos são sem dúvida aqueles que *trazem* e que o fazem *‘só na ponta do arpão, nunca apelam para a rede’*. Há outros que são bons, mas que ainda *apelam*; já os que passam a usar muito esse apetrecho, chegam a receber críticas como a seguinte: *‘ele se confiou demais na rede, e perdeu a fé no arpão’*, situação deveras

problemática para um proeiro. As propriedades desiguais entre o arpão e a rede não se restringem ao prestígio da habilidade envolvida no manejo do arpão, em comparação com a rede. Há que se entender também o tipo de interação com o pirarucu. A rede é nociva por *espantar* o peixe da interação com o laguista, não exatamente porque diminui sua população, como quer a lógica da conservação.

Justamente por isso os laguistas decidiram proibir o uso da rede, por ocasião do termo de compromisso. A maioria deles *usava uma redezinha*, mas isso era algo nunca verdadeiramente explicitado; aliás, sempre diminuído ou evitado entre os próprios laguistas. Mas no momento em que isso se tornou tema de debates, por ocasião das assembléias de condução do termo de compromisso, a questão que era incômoda, tema de brincadeiras ou de acusações veladas, ficou exposta, e a ampla maioria dos laguistas exprimiu a convicção de acabar com o uso da rede. Para além da proposta inicial dos funcionários, que limitava as dimensões e as ocasiões de seu uso, os proeiros decidiram pela proibição total da rede, propondo inclusive que cada um entregasse seu apetrecho no ato de recebimento da carteira de identificação que permite o acesso aos lagos.

A explicitação serviu também para que alguns proeiros, que usavam a rede de modo limitado, pudessem forçar alguns, que a empregavam abertamente, a deixar essa prática. Mas não se pode atribuir essa decisão apenas a um controle da captura de alguns laguistas – é necessário dizer que configurou-se também nesse processo uma espécie de *mea culpa* coletiva dos laguistas face a eles próprios, ainda que não tivesse nada a ver com aceitar uma posição conservacionista. Ou melhor, foi uma decisão estimulada pela intervenção de funcionários e pesquisadores, concretizada pelos instrumentos de regulação criados através da presença do Estado e em convergência com as preocupações conservacionistas e referentes à produtividade pesqueira – mas que partiu de razões afetas às interações particulares ao lago, que passa pela “competição” entre os laguistas e se estabelece enquanto forma de relação com o pirarucu e com os *donos*.

Quais seriam, então, os motivos de tal decisão? Por que a rede *espanta o peixe* e o que exatamente isso significa? Em primeiro lugar, é preciso dizer que o problema não está na rede em si, mas no uso que se faz dela. Se é um pequeno pedaço, apenas para vedar uma das possibilidades de fuga do peixe, a rede não encerra muitos problemas (e auxilia pouco na captura), já que o pirarucu mantém sua autonomia: *‘ele coloca a cara [na rede] se ele quiser’*. É este uso que a maioria dos laguistas alegava. Todavia, cercar o peixe com a rede, saltar na água e/ou fazer barulho, espantando o peixe em direção à rede, são todas ações mal vistas, pois

interferem no domínio do *fundo* – movem a vegetação e o solo, atraem jacarés, emanam o *pitiú* (odor de peixe). Tudo isso quando o fundo deveria ser um lugar onde o arpoador procura exercer o mínimo de intromissão, realizar entradas estratégicas, “cirúrgicas”, sob pena de avisar o peixe de sua presença.

Portanto, o primeiro problema da rede é que ela denuncia o laguista, dadas as capacidades perceptivas, intelectivas e comunicativas do pirarucu. Como explica Paroca:

Afugenta da seguinte maneira: ele percebe o pitiú [cheiro de peixe]. (...) Quer dizer que aí colocou [a rede] na água, aquele pitiú fica ali secando, aí o pirarucu, ele é pitiú, mas ele não gosta do pitiú, ele percebe o pitiú aí ele vai lento ali naquela posição, ele vai procurar ver o que é aquilo lá. Aí ele encosta, aquilo é resistente, ele desconfia que não é o cerrado, sabe que é alguma coisa mais potente, que ele não tem condição de passar por ali, aí ele volta. Quer dizer que ali pelo menos a gente não sabe o contato que um peixe pode ter com outro. Eles podem se entenderem muito bem como nós se entendemos. Nós pode dizer ‘olha, rapaz, tu não varar por ali pelo Bó, ou lá pela Mamorana que tá muito cerrado, tá cheio de fusil [vegetação aquática], tá ruim. Olha, por lá pela Enseadinha tá bonito, vai por lá’. A gente não sabe se o peixe tem esse contato. E se eles tiverem esse contato um com o outro? Ele vem de lá, ‘olha, não vai passar lá naquele rego que lá tem um negócio lá que não dá pra gente passar’. Aí quer dizer que o peixe não vai mais lá, já desvia por outra parte, vai dar por outro lugar. Os peixes só podem entenderem um ao outro, porque a gente acha que eles devem se entenderem mesmo, porque muitas vezes a gente tá parado, aí de repente o peixe bate, dá-lhe aquela porrada em cima d’água – te-bei! – o outro aparece lá. Agora, a gente não sabe o que ele disse pro outro. Chamou o outro, ou gritou lá, que seja, mas o outro aparece lá. Quer dizer que aí ele bateu pra chamar o outro, só pode ter sido. E o outro aparece lá. Então, daí dá pra ver que o peixe entende um ao outro, igualmente nós. (...) Eu acho que o peixe deve ter uma base da seguinte maneira: a sua casa trancada, você não tem por onde entrar, e se você saiu e voltou, sua casa tá aberta, você vai ter o mínimo cuidado, porque alguma coisa pode tá por ali esperando. Aí quer dizer que você vai ter o mesmo feitio do pirarucu. Ele chega lá tá trancado, não dá dele passar, e ele já tá acostumado com aquilo, ele volta, vai embora. Se um não tá acostumado, ele vai tentar passar e é onde ele morre (Paroca).

Se a rede chama a atenção do peixe, dando-lhe os elementos com que desconfiar e se afastar do proeiro e mesmo da região, avisando aos demais, seu uso comporta ainda outro malefício, pois implica abrir mão do contato direto com o peixe na captura. Portanto, além de *espantar* o peixe, a rede é uma espécie de “trapaça”, uma evitação da relação direta com o peixe em que se funda (ou *se fia*) o proeiro. Quando se prepara para cuidar um peixe na feitoria, não é raro que um proeiro ouça uma brincadeira como: ‘*Covardia! Pegou na malha e agora mete a faca!*’. Gracejos em torno de uma questão delicada: a rede aparta o proeiro do pirarucu,

desfazendo o vínculo de predação fundamental à sua existência nessas bases. Algo inquietante para os proeiros que usavam a rede, como expressa um deles, antes de ser firmado o termo de compromisso:

Com a rede não tem arpoador, é ela que vai malhar o peixe, não é a gente. Ó por exemplo, o caso da minha, tá ali né [na água]; se eu for de manhã e tiver um pirarucu seguro, já não foi eu que matou, já foi ela. Aí já é outro tipo de serviço, já é ela que tá trabalhando pra mim.

Para os laguistas, o problema da rede não está exatamente na quantidade que ela captura, mas no fato que ela é uma modalidade de captura diferida, que prescinde do encontro com o pirarucu. Uma questão tanto mais séria quanto o espaço do lago está fundado nessa interação, que é de predação, mas é antes de *confiança*. A captura pelo arpão engaja o laguista na relação com o peixe e o dono, possibilitando a própria renovação dos animais – a morte não extingue, mas reproduz. Essa é uma configuração presente em várias sociedades amazônicas, que expõem um “universo de caçadores”, para usar a expressão de Ârhem (1996: 189, cf. também Ârhem 2001), onde a ecologia nativa considera a predação como um modo de procriação (daí, por exemplo, as propriedades sexuais atribuídas às armas). Numa interpretação estruturalista de aspectos análogos entre os Jivaro, Taylor diz que “*pour que les bêtes engendrent, il faut donc que meurent d’autres animaux de la même espèce. La reproduction du gibier est ainsi placée sous la dépendance des humains prédateurs*” (Taylor 2000: 325). Essa é uma das razões da feminilização da presa, presente na relação de caça. No caso do Sucuriju, a questão do lago se coloca nestes termos; daí que a decisão de sustar o uso da rede passa pela inquietude dos laguistas com as formas de interação com os donos e os peixes – que garantem a reprodução dos encontros entre laguistas e pirarucus – e não pela lógica naturalista da população e da produção.³²

³² Sobre os papéis que os dispositivos de captura podem cumprir num dado complexo de relações envolvendo seres, ambientes e artefatos, é elucidativo citar o caso da *pesca de galho* na lagoa de Maricá. Ali a pesca é constituída sob a ótica da lavoura, com uma série de operações tidas como relativas à fecundação e ao cultivo. Nesse sentido, a *pesca de galho*, que consiste em depositar o ramo de uma árvore no fundo, para que os peixes ali se achem e vivam, sendo coletados de tempos em tempos, é mais bem vista que as demais modalidades. Como explicam Mello e Vogel, “além dessa redução da incerteza, a pesca de galho conta com outro atrativo. É uma espécie de jogo, onde o talento e a perícia surgem articulados a uma parelha de valores – o peixe capturado vivo e de bom grado. O primeiro é de natureza estética. O peixe que se retira vivo da água, isto é, aquele que não morreu, antes, por asfixia ou ‘esmagamento’, tem força e paladar incomparáveis. (...) O segundo aspecto é de caráter ético. Na pesca de estacada (ou aperto), na rede de tróia e no arrastão, ‘o peixe morre obrigado’, ‘com raiva’, ‘lutando para se salvar’. Na pesca de galho, bem como na pescaria de rede solta, ao contrário, ‘ele morre sem sofrimento’, e, por isso, brinda o seu captor com suas melhores qualidades.” (2004: 324)

O problema que se apresentou sobre a coexistência de laguistas e pirarucus, por ocasião deste termo de compromisso, ganha formatos semelhantes aos que se nota no âmbito amazônico, trazendo contradições tais quais as expostas por Murrieta:

Os projetos para uso racional dos recursos e gerência dos estoques pesqueiros parece esbarrar no conflito entre uma perspectiva naturalista da pesca (o peixe, o recurso, o produto) e a socialização local das relações humanas (o pirarucu, o velhaco, o outro) (...) [T]alvez o segredo da preservação do “recurso pesqueiro” (o pirarucu) esteja na valorização do significado que a vivência da pesca carrega, com sua mística particular e suas ramificações para os diferentes domínios sociais. Desta forma, evitaremos abordar a pesca do pirarucu pelas lentes de um cientificismo excessivo e sua conseqüente “des-socialização” semântica da natureza, que tem orientado tantas das iniciativas equivocadas de projetos desenvolvimentistas da região (Murrieta 2001: 127-8).

Não sei se neste ocorrido do Sucuriju é possível entrever o “segredo” de que fala Murrieta; mas parece-me, ao menos, que aparece aqui o exemplo do estabelecimento de um acordo em torno de uma norma a partir de um desacordo em relação aos seus pressupostos e seus fins. Não deixa de ser elucidativa, entretanto, a forma como um acordo se estabeleceu com modos de engajamento distintos e com a forma de enquadrar a participação de outros (animais, humanos e artefatos), motivadas por interesses afetos a modos de ação díspares, ainda que interdependentes. Para laguistas e funcionários, a rede apresenta sentidos diferentes, mas igualmente inapropriados ao contexto do lago. Porém, não creio que funcionários e pesquisadores, preocupados em harmonizarem os interesses da “comunidade” com os da “conservação”, vislumbrem o papel que jogaram na relação entre donos, pirarucus e proeiros. Da mesma forma, a maioria dos laguistas, aliviados do incômodo ecológico-existencial que a rede lhes representava, se mostram muito pouco interessados pelos caminhos que essa regulação seguiu no âmbito administrativo e de seus desdobramentos para a manutenção dos estoques pesqueiros e da imagem da Rebio no campo da política ambiental. Assim, se o diálogo alcançou êxito, não foi pelo convencimento, pela fusão dos pontos de vista, mas pela capacidade de realizar um compromisso oportuno e circunscrito de perspectivas diferentes, que se viram complementares.

Capítulo 5

Construção da pessoa e aprendizagem da pesca

Transmission de la forme des techniques –
Dernier point de vue : l’enseignement des
techniques étant essentiel, nous pouvons les
classer par rapport à la nature de cette éducation et
de ce dressage.

M. Mauss, *Les techniques du corps*, 1934

An individual’s character structure, his attitudes
toward himself and his interpretations of
experience are conditioned not only by what he
learns, but also by the methods of his learning.

G. Bateson e M. Mead, *Balinese Character*, 1942

O valor de ‘*saber alguma coisa*’ é algo que perpassa a vida dos jovens do Sucuriju, como a capacidade de inserção tanto no domínio do lago quanto da costa, de se envolver na atividade de laguistas e pescadores. É sobre isso que tratarei aqui, relacionando a capacidade de atuação na pesca e sua forma de aprendizado com a construção da pessoa no caso de laguistas e pescadores. Contudo, é preciso estabelecer de antemão que outras possibilidades se apresentam, dadas sobretudo na possibilidade de ‘*ser alguém*’, o que remete à via da escolarização e dos empregos que dele podem derivar.

As pescas costeira e lacustre não são, portanto, as únicas atividades vislumbradas pelos jovens do Sucuriju. O *estudo* é visto também como uma opção a ser seguida, altamente valorizada, sobretudo pelos pais. Efetivamente, há estudantes que saem do Sucuriju, onde só é possível cursar o ensino fundamental, e buscam a formação de ensino médio (e, eventualmente, superior) nas cidades de Macapá ou Amapá. O horizonte dos estudos é uma constante no discurso paterno, que não deixa de ser ao mesmo tempo um conselho aos jovens e uma autojustificação da trajetória que o levou à pesca:

As vez você olha assim, todo dia a gente vai e vem, ou fica pra lá [na costa], as vez traz porção de peixe; mas não pensa você que [a pesca] é coisa boa, porque não é. Mais antes você pegar e estudar, se formar se tiver condição, que ali você vai ganhar de pé enxuto, sem fazer força. Mais tarde você pode olhar pra sua mão, calo espocando aí, e dizer ‘bem que meu pai falou que a pesca é ruim’ (...) Então você tando estudando ali, você está mais tranqüilo, tá mais seguro, tá livre de você causar um problema, uma dificuldade, um prejuízo pra ti. Então se torna melhor o estudo. Hoje em dia, as vez eu digo pra eles, ‘se eu não sou nada hoje em dia, meus filhos, é porque meu pai não teve condição de me sustentar nos estudos’ (Mira).

O *estudo* e sua derivação, o *emprego* – ‘*ganhar de pé enxuto, sem fazer força*’ – consistem oposição à pesca (ao *serviço*), e este contraponto baseia as intervenções pedagógicas em prol dos estudos. Ao julgar que seu filho não segue como deveria a atividade escolar, é comum que o pai o leve consigo a uma temporada de pesca, às vezes apenas uma quinzena, com o objetivo de fazê-lo experimentar a rudeza do *serviço* (ênfatizando tarefas como puxar o espinhel, expor-se às intempéries etc.), visando assim estreitar (*conchar*) seus vínculos com a escola. Ainda que dirigida num sentido, esse tipo de medida pedagógica surte efeito de dois modos, já que o rapaz pode de fato mostrar aversão à pesca e retomar a vida escolar com maior interesse, ou então adaptar-se e seguir a atividade paterna. Mas a situação é mais complexa, e o contraste entre a escola e a pesca tem mais dimensões do que o discurso, e as ações paternas em relação aos filhos, demonstram num primeiro momento.

Antes de tudo, é necessário diferenciar entre duas inserções no universo escolar. Uma é absolutamente necessária, e se configura num cuidado esperado dos pais e na imposição destes aos filhos. Trata-se das séries iniciais, onde são adquiridos os rudimentos da língua e das operações matemáticas: ‘*primeiro a gente tem que aprender o nome, a escrever alguma coisa; pra tirar o filho [da escola] assim, de repente, fica muito difícil*’ (Gero). O domínio destes códigos tem grande valor, sendo evocado em várias situações, principalmente naquelas em que há relação direta com os agentes do estado – situações diversas de identificação, como eleições, requisição de benefícios etc. – onde a falta de domínio da escrita é motivo de constrangimento.

Mas, a partir disto, a escola pode se tornar um projeto de educação formal dos filhos, que pode ser conduzido diferencialmente, a depender da margem de renda da unidade familiar. Há neste passo um “cálculo”, para usar a expressão de Duarte (1999) e Guedes (1997), em função das projeções futuras, das possibilidades econômicas daquele núcleo familiar, e ainda da avaliação das capacidades do jovem para o engajamento na escola e na pesca. O termo cálculo se

aplica bem, não só porque se trata de uma conjuntura bastante complexa, com diversos fatores, mas também porque é uma projeção de expectativas, o estabelecimento de caminhos possíveis a partir da realidade familiar e da avaliação sobre as capacidades do jovem. Se até certo ponto é possível levar concomitantemente os dois tipos de atividade, em dado momento é necessário decidir, seja quando a continuidade do ensino inviabiliza o contato com a pesca (por exemplo, ao ter de se mudar para cursar o ensino médio) ou, alternativamente, quando a pesca torna-se uma *obrigação* de fato, e a permanência do jovem na escola se torna inviável ou simplesmente perde o sentido. Sim, pois não é só uma questão de incompatibilidade de horários, mas de vida: as duas direções constituem formas diferentes de existir e de concretizar o sustento familiar – designadas pelos binômios *estudo-emprego* e *pesca-serviço*.

A possibilidade de estudar, ou seja, a “decisão” por retirar um jovem da pesca e favorecer sua continuidade nos estudos, é uma projeção geralmente almejada, mas só possível caso a unidade doméstica não tenha necessidade de que ele participe como produtor naquele momento do ciclo, podendo, ao contrário, dispensar seu trabalho em prol de uma formação que só trará retorno futuramente, com um *emprego* – talvez como professor ou funcionário público. Diante desse quadro, as situações são as mais variadas, a começar pela diferenciação de gênero. O que venho dizendo até aqui se aplica aos rapazes, até porque esse estudo privilegia o enfoque do engajamento masculino na pesca. Mas, se para os homens a possibilidade de seguir o trilha dos estudos é rara (um pouco mais presente entre os filhos caçulas, quando os irmãos já se casaram ou trabalham na pesca e a balança produtores/consumidores da unidade doméstica já não é tão crítica), as moças vivem intensamente essa encruzilhada entre a vida no Sucuriu e a emigração para estudar, pois se lhes apresenta com muito mais constância a possibilidade de tomar a via da escolarização e do *emprego*.

Grosso modo, entre os homens o comum é que a continuidade dos estudos seja frustrada pelo imperativo da produtividade familiar; já entre as mulheres, ela é o mais das vezes incentivada. Na dificuldade de liberar um rapaz, que se engajaria diretamente na produção, as famílias normalmente tomam a via de *investir nas mulheres*, procurando dar-lhes condições de seguir adiante o projeto estudo-emprego, o que não acarreta em perdas diretas no potencial produtivo doméstico. Isto se reflete na maior escolaridade das moças no próprio Sucuriu e na expressiva emigração feminina a partir da adolescência. Na vila, a relação é de 58% de homens e 42% de mulheres, diferença que se estabelece após os quinze anos: em 2005, havia 117 homens e

118 mulheres com menos de 15 anos; na faixa de 15 a 60 anos, eram 146 homens para 77 mulheres, praticamente uma proporção de dois para uma (Mendonça 2005). Há de se observar, entretanto, que isso não se deve unicamente ao projeto de estudos, há também a possibilidade dos trabalhos urbanos (sobretudo como empregada doméstica), que caracterizam outra via de atuação produtiva para as mulheres, além da união com um pescador ou um laguista.

Além disso, contribui para esta disparidade o fato de que parte dos homens emigrados volta para a pesca no Sucuriju, em função do fracasso nos estudos, do desengano com o garimpo ou mesmo da preferência pela pesca em relação aos trabalhos urbanos que exigem pouca instrução escolar (pedreiro, carpinteiro etc.).³³ Já as mulheres dificilmente voltam (a não ser em poucos casos de professoras ou enfermeiras, que retornam profissionalmente); elas se casam e passam a habitar outras localidades. Em ambos os casos, entretanto, a consecução do projeto estudo-emprego apresenta-se à família como uma virtualidade muito valorizada, mas com inquietantes possibilidades de malogro. Os riscos ao projeto iniciam-se pela manutenção da capacidade econômica de *sustentar* o(a) filho(a) na cidade, e também de configurar de algum modo a ordenação de sua vida: *‘é preciso vigiar’*, dizem os pais, o que normalmente se estrutura através da rede de parentes. No âmbito dos comportamentos na cidade, além do próprio fracasso escolar, o risco mais direto é a gravidez, no caso feminino: *‘o único diploma que elas ganharam foi barriga’*, dizia um pescador sobre suas irmãs; já para os rapazes, os desvios de rota mais preocupantes são o envolvimento com a *marginalidade* e a *bebida*.

Mas talvez seja necessário compreender os “insucessos” também como formas de “decisão”, como caminhos possíveis e não apenas desvios de uma rota. Quero dizer que quando falo de “projeto”, não pretendo dar a entender uma decisão racional e definida em função de um objetivo inequívoco. Esses rumos são permeados de decisões difíceis, em que não só o jovem, mas as famílias se vêem diante de escolhas como a vida em proximidade no Sucuriju, ligada à pesca, e a possibilidade de um afastamento para a vida na cidade, que abre a perspectiva de melhores condições econômicas, mas também de não mais retornar. Ainda há que se contar a

³³ No contexto francês da produção de sal, Delbos e Jorion assinalam também um movimento de retorno, que ocorre mesmo com a inserção dos jovens na instrução profissional institucionalizada. Os autores atribuem isso ao vínculo dos jovens ao seu contexto natal e à atividade paterna: “(...) [O]n pourrait établir la liste de tous ces jeunes destinés par leurs parents à d’autres activités et qui reviennent à point nommé, « par goût » comme ils disent, pour assurer la transmission : Robert, le menuisier, Charles, le plombier, Alain, dans l’industrie pétrolière, Claude qui élève les moutons, et bien d’autres encore ; tous paludiers par goût, par inclination, par un acte de grande liberté qui a dû suivre des hésitations douloureuses, tous ont renoué avec un destin inscrit dans la nature des choses au jour même de leur naissance. Ou faudrait-il dire, le jour même où ils furent conçus ?” (Delbos e Jorion 1984: 73)

probabilidade de um fracasso, que não configure nenhuma das duas situações. Presenciei alguns episódios de decisão, como a ida de duas jovens irmãs para Macapá. Apesar da pressão familiar pela partida, uma delas resistira até a véspera, tomando por fim o barco, mas sob forte comoção, dela própria, da família, dos amigos e dos pretendentes, que viram restringirem-se ainda mais as possibilidades de conseguir uma companheira na vila. Vale citar ainda dois casos, que exprimem a “decisão” inversa. Num deles, a moça, meses antes de acompanhar o irmão para os estudos na cidade de Amapá, *fugiu* da casa paterna com um pescador, passando a morar com ele. Fato este que foi tomado como um “rapto”, mas altamente ritualizado, nos moldes locais, onde os pais reagem com veemência e cortam relações com o casal, mas paulatinamente aceitam a nova união e o fim dos estudos da moça. Outro caso ocorreu com dois jovens que, morando na cidade de Amapá, cancelaram os estudos por uma gravidez, voltando ambos para o Sucuriju e constituindo família algum tempo depois, também através do “rapto”.

No caso dos homens, e mesmo contra o discurso paterno, a permanência (ou o retorno) ao Sucuriju, para engajar-se nas atividades lacustres ou costeiras, é uma opção extremamente válida.³⁴ É muito comum que o rapaz desista dos estudos a meio caminho, retornando à pesca, que não só lhe traz rendimentos imediatos e considerados melhores que os trabalhos a que teriam acesso nesse momento na cidade (pedreiro, carpinteiro etc.), mas também lhe dá a possibilidade de afirmar-se definitivamente como *macho*, incorporando os valores do trabalho no barco ou da predação. O estudo e o serviço entram assim em projeções diferentes, o primeiro ligado à perspectiva de *ser alguma coisa*, no sentido de ter um *emprego*, fora do campo das atividades manuais; já o *serviço* envolve *saber alguma coisa*, que se refere à pesca e às atividades características do Sucuriju. Gero explica esse balanço entre duas perspectivas, mostrando as ambigüidades da posição paterna, entre os papéis de incitar um projeto de estudos e impor o valor do trabalho na pesca:

³⁴ O que é ressaltado também em outras populações de pescadores, como no litoral do Pará: “On observe que quand le garçon compare les perspectives très lointaines ‘d’améliorer sa vie’ avec un diplôme, et la possibilité immédiate de gagner chaque jour son propre argent, en allant à la pêche, c’est cette dernière option qui prévaut. On peut aussi ajouter à cela, le prestige de devenir ‘maître de son destin’, libre de la tutelle parentale. Cette idée apparaît très souvent dans les discours des parents, lorsqu’ils se plaignent que leurs enfants n’accordent pas d’importance aux études, laissant ainsi de côté une chance qu’eux-mêmes affirment n’avoir pas eu pendant leur jeunesse. L’abandon des études se fait normalement après une succession d’échecs : mauvaises notes, difficultés d’apprentissage, redoublements des classes. De cette façon, ils brisent le rêve des parents qui leur souhaitaient un avenir différent.” (Maneschy 1993: 313)

No Sucuriçu hoje em dia a gente não sabe se o filho da gente termina os estudos, ou não. A gente pensa assim, de não ter aquela condição de manter nosso filho na cidade, de estudar [o ensino médio] na cidade. A gente não tem aquela condição, então a gente trabalha no lago, ou então na pesca, a gente coloca, às vezes, quando o filho da gente tá de férias, né, a gente leva o filho da gente pra se dedicar naquele serviço. Quem sabe se ele no futuro vai ser alguma coisa ou não. Mas mesmo que não seja alguma coisa, mas ele já sabe alguma coisa de pesca. Pelo menos ele vai aprendendo, né. Às vezes a gente não tem condição mesmo de manter o filho da gente na cidade, no estudo, pelo menos uma profissão nossos filhos já tem.

Não se tratam só de dificuldades do prosseguimento nos estudos e do estabelecimento profissional no contexto urbano. Quando usei o termo “cálculo”, logo acima, não se tratava apenas de caracterizar uma decisão utilitária, em bases econômicas. É necessário incorporar aqui a discussão de Guedes (1991), sobre a opção das classes trabalhadoras urbanas pelas profissões que tem algum envolvimento corporal, mesmo quando há outras opções. Guardadas as especificidades, é possível ver na prática desta “decisão” pela pesca no Sucuriçu, não apenas o fracasso em relação aos estudos, mas o valor também da atividade da pesca, como algo que conforma uma identidade e um modo de vida, mesmo que apresentados por vezes com tons negativos frente ao estudo. Ainda dialogando com o trabalho de Guedes (1991), se não é o caso de falar de uma “cultura antiescola” no Sucuriçu (mesmo que exista algum menosprezo pelo saber escolar face às capacidades relativas à pesca), pode-se evocar sem dúvida o papel central de um “ethos masculino”, que envolve as atividades profissionais opostas à escola. *Saber alguma coisa* da pesca é algo extremamente valorizado no Sucuriçu, mesmo para aqueles que emigram em busca dos estudos; é uma forma de definir a capacidade de inserção tanto no domínio do lago quanto da costa, e está ligado ao conjunto de elementos que sustentam a atuação de pescadores e laguistas.

Assim, mesmo que o estudo e o emprego sejam perspectivas viáveis aos jovens do Sucuriçu – dependendo de diversos fatores – a pesca é predominante. A inserção no domínio da pesca é algo que pretendo analisar em seguida, discutindo a relação entre a aprendizagem de habilidades técnicas e a construção da pessoa. Em seguida, passo à análise dos processos particulares de inserção dos jovens no âmbito do lago e da costa.

Aprender a pescar: comentário bibliográfico

Vários são os autores que, por diferentes vias, assinalam a importância da transmissão ou do aprendizado do saber-fazer no âmbito das sociedades de pescadores. Aliette Geistdoerfer chega mesmo a afirmar que através da prática e da experiência, balizados pela organização familiar, populações de pescadores do Atlântico Norte não apenas transmitem conhecimentos e técnicas, mas conservam seus “*droits d’usage exclusifs sur ces deux domaines publics: la mer et la banquise*” (Geistdoerfer 1987a: 409; ver também 1987b: 220). Assim, não apenas o domínio do processo produtivo, mas o controle do território e do acesso aos recursos dependeria basicamente dos processos de replicação das competências para a execução da pesca, já que não ocorre uma apropriação de antemão do espaço, como no ambiente terrestre. Nos estudos realizados no Brasil, também aparece esta forma de abordar a possibilidade de acesso a ambientes hídricos pela capacidade para explorá-los. Analisando o contexto amazônico, Furtado, por exemplo, considera o conhecimento “*como uma das pilastras de sustentação da reprodução social da pesca*” (Furtado 1993: 200).³⁵

Todavia, se boa parte dos estudos sobre sociedades de pescadores consultados indicam a relevância do processo de aprendizagem, às vezes descrevendo ou mesmo definindo-o em linhas gerais, eles não fazem disso efetivamente um tema de análise. Lacuna que não é, diga-se, exclusiva dos estudos sobre comunidades de pescadores, mas das etnografias de modo geral (Jahoda e Lewis 1988: 21). Ainda assim, a forma como a transmissão de conhecimentos ou do saber-fazer é tratada, mesmo *en passant*, revela um modo específico de considerar o pescador e a própria atividade da pesca. Antes de passarmos ao caso do Sucuriçu, vejamos as implicações de alguns termos como “transmissão”, “socialização” e “reprodução”, correntes no tratamento dessas questões.

Uma das formas de considerar a aprendizagem é como a transmissão de um conjunto de conhecimentos, que compõem certa cultura, das gerações mais velhas às mais novas. Os antropólogos de tradição estadunidense que efetuaram pesquisas no Brasil se expressaram nestes termos. Cordell (1974: 388), por exemplo, diz que “*a continuidade e viabilidade da tradição de*

³⁵ Mais adiante a autora detalha esse argumento: “Esses dois fatores – conhecimento do meio ambiente e circundante e a habilidade para manufaturar e manejar os instrumentos de trabalho - atribuem um poder ao indivíduo que os detêm, semelhante ao do proprietário da canoa e dos arreios. Concluímos então que os meios de produção não devem ser circunscritos apenas às formas materiais aparentes desses instrumentos mas, estender-se às suas formas mentais, forjadas estas na interação dos membros do grupo. E estas são a ciência da natureza e a habilidade do manejo da pesca (...)” (Furtado 1993: 269)

pesca depende da transferência bem sucedida deste saber ambiental para novas gerações de pescadores". Também Kottak (1966) e Forman (1970) colocaram a questão nessas bases, e dão ênfase, como Cordell, aos conhecimentos e habilidades, não apenas como o eixo da continuidade de uma atividade, mas como uma forma de explicar as diferentes competências individuais na pesca – a “aquisição” de conhecimentos sobre o ambiente explicaria então a maior produtividade de alguns pescadores em relação a outros. Essa perspectiva econômica das habilidades técnicas individuais é claramente expressa no artigo de síntese sobre a pesca escrito por Acheson (1981), cujo “reducionismo” é criticado por Pálsson (1994: 909). Considerando os rendimentos individuais como derivados da aplicação diferencial de um arcabouço cultural de saberes, esses autores, além de tomar o corpo de conhecimentos da pesca como um valor econômico, pensam a prática da pesca basicamente como um exercício de “escolha” dos conhecimentos a serem aplicados, selecionando-os conforme o ambiente e os meios de que dispõe o pescador (e.g. Cordell 1974: 388).³⁶ No âmbito das sociedades caboclas amazônicas, Adams *et alii.* (2006: 306) também se referem à importância das “habilidades individuais” na eficiência da atividade pesqueira.

Furtado (1987; 1993) também fala de transmissão de conhecimentos sobre o ambiente amazônico, mas enfatiza outros processos, considerando como fator gerador do aprendizado a “experiência contínua” no âmbito de determinada organização social que sustenta a pesca – de modo que o que se reproduz é um contexto sócio-ambiental. Mesmo que a autora não use o termo, suas considerações sobre o aprendizado se aproximam bastante daquelas definidas pela noção de “socialização”, que predomina no tratamento estrutural-funcionalista sobre a continuidade das atividades ao longo das gerações (cf. Jahoda e Lewis 1988; Cohn 2006: 18). Edna Alencar se refere a esse processo de modo semelhante, enfatizando a inserção dos mais jovens no contexto produtivo da pesca e as diferenciações de gênero que isso implica: “*é através da família que a criança ao ser socializada, interioriza os papéis a serem desempenhados no universo social e constrói as referências das identidades de gênero*” (1991: 123). Se a perspectiva anterior considera como processo chave a aquisição e a utilização dos conteúdos culturais pelo indivíduo (aculturação), essa está voltada ao processo de inserção na sociedade (socialização), garantindo a reprodução pela ocupação de papéis específicos.

³⁶ Note-se que a noção de “escolha” como uma decisão do indivíduo frente ao ambiente é tomada aqui de modo diferente da tradição da antropologia cognitiva; tome-se como exemplo o trabalho minucioso de Maranhão (1975) sobre a navegação e a pesca no Ceará.

Apesar de também utilizarem o termo reprodução, são bastante distintas as abordagens sob influência do marxismo e do estruturalismo; elas tomam o processo de aprendizagem a partir da noção de reprodução, não das relações sociais ou do conhecimento em si, mas das estruturas subjacentes à sociedade, sejam elas econômicas, de parentesco e/ou simbólicas. Mas a reprodução se coloca como um processo, não simplesmente de subordinação a um modelo (econômico ou estrutural), e sim de mobilização de uma lógica interna ao grupo face ao contexto mais amplo. Sofisticado trabalho nessa linha é desenvolvido por Serge Collet (1984; 1989), a partir de pesquisa etnográfica sobre a “pesca-caça” do *espadon* no estreito de Messina, na Itália. Ele se refere à “arte” de arpoar como uma habilidade transmitida em linhagem masculina, por meio de um processo de exclusão que, juntamente com o controle dos territórios de captura, são os fundamentos da reprodução da pesca sob o controle de uma elite aristocrática.

A etnografia de Luiz Fernando Dias Duarte (1999) sobre pescadores de Jurujuba, no litoral do Rio de Janeiro, pode ser incluída nesse mesmo esquadro, mas numa abordagem bastante diferente. No âmbito dos estudos sobre a classe trabalhadora urbana, Duarte considera a socialização do pescador como um processo implicado tanto na reprodução da unidade de produção quanto da unidade familiar (1999: 93 e 159-63). Mas ele se volta especificamente às questões da identidade e da constituição do pescador através do “saber-fazer” e do “conhecer”. Nessa linha, Duarte avança um argumento extremamente importante para a análise que desenvolvo aqui; ele toma a aprendizagem como um aspecto do processo de reprodução da atividade e do pescador. Assim, a aprendizagem figura como um elemento chave para compreender “a lógica de sua gênese [do pescador], o processo de legitimação pela aquisição do conhecimento indispensável à construção do pescador feito” (1999: 91).

Não obstante, nenhum desses trabalhos se debruça especificamente sobre a aprendizagem da pesca. Para avançar nas particularidades sobre o tema, refiro-me a dois estudos a ele dedicados, com abordagens próprias. Em *La transmission des savoirs*, Delbos e Jorion (1984) analisam o saber prático e sua transmissão, dentro do contexto da reprodução de atividades produtivas como a pesca e a produção de sal numa região costeira da França. A afirmação com a qual introduzem seu argumento é que o aprendizado não é linear e nem cumulativo, mas uma sucessão de estados que implicam em participações diferentes do neófito na atividade e em reorganizações do sistema cognitivo (*idem*: 35). Num primeiro instante, a participação é suplementar; mas a criança é “ajuda” e não “aprendiz”, ela serve para evitar a perda de tempo dos

que estão envolvidos no processo produtivo (por exemplo, transportando objetos) e não demanda sua atenção. Em seguida, o iniciante passa a uma posição complementar, participando efetivamente da divisão do trabalho, inicialmente num nível não qualificado. Delbos e Jorion afirmam que o desenvolvimento da integração ao processo produtivo é um processo de reprodução que passa pelo reconhecimento e a identificação com o pai, gerente do processo produtivo: no primeiro estágio dá-se uma identificação metonímica, pois o filho executa parte do todo, que é a atividade do pai, condutor do processo global; após apresentar-se como uma engrenagem do trabalho familiar, o jovem passa a controlar sua própria salina, e então se torna de fato uma metáfora do pai, identificando-se com ele por assemelhar-se à sua atuação como um todo (*idem*: 117-8). Delbos e Jorion sublinham os processos de engajamento do jovem na atividade como o que de fato determina o processo; de modo que, para eles, o que se transmite não é um saber internalizado pelo indivíduo, mas o trabalho em si, ao qual o indivíduo se integra em estados distintos. Prova disso é que os saberes do processo produtivo não são aquisições automaticamente transferíveis, mas relativos a um espaço de produção particular.

Outro ponto interessante é a crítica que a perspectiva desses autores encerra ao estabelecimento de períodos e processos padronizados para o desenvolvimento de cada indivíduo. Considerando que o desenvolvimento da relação do jovem com a atividade produtiva está implicado no processo de reprodução da unidade familiar, seria necessário entender que a família não é uma instância imutável, mas tem um ciclo evolutivo, como demonstram os autores, com dados quantitativos. A partir da proposição clássica de Chayanov (1966), que considera a unidade doméstica a partir das alterações no balanço entre “consumidores” e “produtores” que a compõem, compreende-se que um jovem se envolverá com a atividade produtiva tendo em vista também o estado evolutivo de seu núcleo familiar, que é compreendido entre o nascimento dos primeiros filhos e sua dissolução e a formação de outras famílias (*idem*: 75). Pode-se depreender disso que, se há fatores determinantes da organização familiar sobre a participação do jovem na atividade de produção, isso não se mostra em períodos fixos, em termos etários, mas na relação entre o desenvolvimento dos ciclos da reprodução da família e das capacidades do neófito.

Ademais, os autores abordam a forma da “transmissão” em si. Com muita propriedade, eles criticam as noções correntes de aquisição, interiorização e imitação, apontando seus pressupostos “sensualistas”, de transferência de algo do mundo exterior ao mundo interior, e também a inadequação destes termos aos processos que ressaltam de seu estudo etnográfico.

Volto a esses argumentos a seguir, mas agora vejamos a explicação, a minha ver igualmente insatisfatória, que Delbos e Jorion oferecem para o processo de replicação de uma capacidade ou conhecimento. Eles a atribuem a um sistema abstrato, uma cosmologia, uma representação ordenada e hierarquizada, ainda que situacional, através da qual os jovens abordam o mundo em sua experiência, e que os levaria a encontrar respostas similares ao se depararem individualmente com as situações envolvidas no trabalho produtivo (*idem*: 114). Seria uma forma de recriação através da experiência prática pessoal, mas a partir de estruturas cognitivas pré-estabelecidas:

Il n'y a pas d'inconscient collectif, pas de culture ou d'habitus qui se reproduiraient d'eux-mêmes à travers des agents humains qui en seraient les supports, bien au contraire, il y a pour chaque sujet réinvention du monde, à partir de rien, ou, si l'on préfère, à partir du solipsisme initial. Si les mêmes solutions, les mêmes stratégies, les mêmes représentations se trouvent réinventées, c'est que le système tout entier est précontraint (...) (Delbos e Jorion 1984: 139)

Baseando-se em pesquisa sobre a pesca marítima na Islândia, Gísli Pálsson (1994: 903) também rejeita as noções de transferência ou de internalização de um script superorgânico, seja ele um estoque de conhecimentos ou um modelo cultural; ele identifica tais propostas como derivadas de uma compreensão culturalista, que considera o indivíduo enquanto recipiente a ser preenchido de conteúdos. Pálsson não deixa de criticar a noção de socialização, sob influência da tradição durkheimiana, que também coloca o problema nos termos da relação entre indivíduo e sociedade, mas enfocando o processo de modelação aos papéis sociais. Diferentemente de Delbos e Jorion, porém, em sua proposta de análise Pálsson enfatiza o desenvolvimento do aprendizado na prática, postulando a formação do pescador como uma forma de *enskilment*, termo que busca evitar as dicotomias pessoa/ambiente e indivíduo/sociedade: “the process of enskilment is not just a cognitive one; rather, it involves the whole person interacting with the social and natural environment” (Pálsson 1994: 919; cf. também Descola e Pálsson 1996: 06).

Tais reflexões buscam sustentação nas propostas de uma teoria da prática – tendo Bourdieu e Ingold como referências básicas –, conferindo um poder de ação e de replicação não apenas às condutas refletidas, que atravessam o universo discursivo e consciente, mas às formas de ação, de inserção no contexto prático. Para Ingold, a noção de *enskilment* se opõe à concepção logocêntrica, que entende a estabilidade das práticas entre gerações como resultado da fidelidade com que informações ou regras de conduta são copiadas de uma mente a outra. Essa noção implica em repensar algumas disjunções problemáticas à compreensão do aprendizado, como

entre o sujeito e o mundo objetivo que ele conhece, entre a tecnologia e a linguagem, e entre o processo de aprendizado e a atividade propriamente dita (2000: 386 e 416).

Repassados os argumentos centrais de Pálsson e Delbos e Jorion – ou seja, suas críticas aos modelos da aprendizagem como aculturação e como socialização, e o papel que eles conferem à experiência prática como uma forma de recriação do conhecimento, ainda que de modos particulares – tratemos dos modos de aprendizado ou de transmissão das capacidades envolvidas numa dada atividade. François Sigaut (1991: 34) comenta que são poucas as etnografias que abordam o tema e, quando o fazem, parecem limitar-se a uma antítese estereotipada do que seria a educação escolar, apegando-se, por exemplo, aos termos “informal” ou “oral”, o que lhe parece insuficiente, mesmo que parte destas conclusões generalizantes possam ser validadas por pesquisas de campo voltadas particularmente ao assunto.

De fato, um dos aspectos constantemente ressaltados pelos estudos que tratam de diversos tipos de formação não escolar é indicar o seu caráter “oral”, opondo-se à noção de uma transmissão baseada na escrita. No caso da pesca, vários autores recorrem a assertivas desse gênero, como Chaves (1973: 149), que afirma se tratar de um saber “não registrado em linguagem escrita e sim transmitido simplesmente através de linguagem oral” (cf. também Maldonado 1993: 108 e 146; Furtado 1993: 200; Diegues 2001: 04 e 2002: 01). O mérito dessas afirmações é afastar a concepção, bastante difundida no âmbito da modernidade ocidental, do saber vinculado estritamente ao registro escrito; mas, limitando-nos a esta distinção bastante ampla, deixaríamos de considerar as especificidades envolvidas nas formas concretas do aprendizado, utilizando ou não a escrita como suporte (ver as críticas de Chamoux [1981: 91], Cohn [2005: 37-8] e Sigaut [1991] a essa dicotomia). Ademais, corre-se o risco de fortalecer a idéia de que os saberes relativos à pesca seriam passíveis de transmissão pela linguagem verbal ou pelo registro simbólico, como se fossem representações, regras de atuação ou sistemas de classificação.

O argumento de que não se deve tomar o aprendizado como a absorção de um conteúdo abstrato não quer dizer, evidentemente, que a linguagem verbal, com suas diferentes funções (Silverstein 1990), não cumpra um papel importante nesse processo. A esse respeito, vale lembrar a assertiva de Malinowski, de que “*a principal função da linguagem não é expressar o pensamento, não é duplicar o processo mental, mas jogar uma parte pragmática ativa no comportamento humano*” (Malinowski 1977: 13). A fala pode ser considerada uma forma

específica de agir, ou de interferir na ação de outro, levando-o a certo comportamento, reprovando um gesto ou dirigindo sua atenção a algo, como para as *affordances* envolvidas num dado artefato com o qual se interage (Pálsson 1994: 905). No âmbito das atividades técnicas, esta forma múltipla de se considerar o papel da fala é de grande importância, já que ela não se limita a expressar a representação mental de um processo concreto – até porque as descrições verbais não se assemelham à realidade dos processos psicológicos envolvidos na ação (Reed 1988: 115) – mas se configura em diversas formas de intervenção na prática.

Mesmo se boa parte dos estudos sobre pesca no Brasil ressaltam a transmissão oral, ou de modelos abstratos, eles não deixam de fazer referência também ao fator eminentemente prático destes processos. Surgem assim outras noções explicativas, como a de um aprendizado pelo contato empírico com a natureza e a sociedade (Furtado 1993: 199), de familiarização progressiva com a atividade (Maldonado 1993: 99 e 146) ou a de um sistema de aprendizado fundado na imitação (Diegues 2001: 05; Furtado 1993: 232). Mesmo tendo delineando com maior precisão os processos envolvidos na aprendizagem das atividades relativas à pesca – acentuando de um modo ou de outro a preeminência da experiência prática – essas noções não deixam de suscitar uma reflexão crítica. A primeira delas, da formação pelo envolvimento empírico no ambiente humano e natural, encerra uma dicotomia entre os potenciais educativos da relação com a natureza e com a sociedade. Se é de uma formação empírica sócio-ambiental que se trata, através de espaços que se constituem em contextos de reprodução da aprendizagem, posto que a natureza é socializada segundo os parâmetros da organização do trabalho produtivo humano, não há uma correlação efetiva entre os aspectos sociais e naturais. Já a noção de familiarização progressiva deixa entrever a formação do pescador como um processo não problemático, de inserção adaptativa, linear e paulatina do indivíduo no âmbito da atividade prática, como se fosse efeito meramente do tempo e da experiência.

O termo imitação, por sua vez, situa o aprendizado no âmbito da experiência, mas enfatizando seu caráter de reprodução, considerando a prática como execução dos mesmos atos de modo cada vez mais aperfeiçoado. É indubitável que a similaridade tem papel essencial na conservação e reprodução de práticas, como aquelas envolvidas na atividade da pesca, mas talvez seja mais exato considerá-lo como a reprodução de modos engajamento, sob circunstâncias semelhantes. Quer dizer, o que se chama imitação é mais que tudo um processo de mimese, que

compreende identificação e atenção aos movimentos de outros, e não propriamente a uma reprodução idêntica de sua conduta. Recorrendo a Merleau-Ponty e Bourdieu, Ingold afirma que

the reproduction of movement patterns is a function not of the fidelity with which information specifying these patterns is copied from one generation to the next, but of the co-ordination of perception and action that lies at the heart of practical mimesis (2000: 358).

Assim, se é possível falar de observação e de imitação como processos importantes de aprendizado, não é como forma de copiar informações (regras, classificações...) ou de executar mecanicamente modelos de ações; trata-se antes de perceber ativamente o movimento de outros e de alinhar essa atenção com a orientação prática própria a cada um em relação com o ambiente (Ingold 2000: 37). Portanto, o termo imitação seria legítimo para descrever uma espécie de mimese de um determinado engajamento, mas não para apontar a reprodução em fac-símile de um padrão de conduta – ou seja, a continuidade de uma atividade implica recriação. Ingold está tratando aqui de atividades predominantemente cinestésicas, que envolvem a participação ativa do organismo, assim como aquelas que nos interessam na análise das atividades lacustres e costeiras no Sucuriju. Na antropologia de Ingold, em particular quando aborda esse tipo de temática – marcada pela noção de *skill*, uma das pilstras de sua proposta teórica – se expressa a influência de uma corrente de estudos sobre desenvolvimento motor, denominada ecológica. Segundo essa linha de estudos, não se deve pensar no desenvolvimento de “padrões motores” intrínsecos ao organismo, que surgiriam como ações cada vez melhor automatizadas face às informações colhidas do ambiente, como num modelo de *input* (percepção) e *output* (ação). Essa corrente critica as conclusões obtidas em estudos de laboratório e afirma a necessidade de se pensar a motricidade e a percepção em contextos dinâmicos e não estandardizados. Ela se estrutura sobre dois preceitos: considerar o ser humano enquanto um sistema aberto de interações com o ambiente e conferir preeminência à ação contextual na análise das atividades motoras (Turvey e Hollis 1978; Thelen 1995; Reed e Bril 1996; Bril e Roux 2002).

Essas idéias seguem os argumentos basilares do pesquisador russo Nicholai Bernstein (1996); segundo ele, o que se aprende são formas de solucionar determinados problemas motores, que, aliás, nunca se repetem perfeitamente. Posto que a ação surja da interação do organismo com o ambiente (gravidade, inércia, objetos, superfícies etc.), cada gesto é uma inovação, mesmo aqueles que parecem ser repetitivos. De modo que a destreza não consiste na mecanização do

gesto, mas na capacidade de solucionar diferentes problemas motores de modo satisfatório³⁷; a estabilidade do gesto, sua aparente repetição, não é o princípio nem o meio, mas o objetivo da aprendizagem. Daí a expressão maior de Bernstein, segundo a qual a aprendizagem motora consiste num processo de “repetição sem repetição”: se o processo de solucionar um problema motor é executado várias vezes, é para ampliar a experiência nas inúmeras variantes que ele comporta, não para mecanizá-lo. Evocando diversos argumentos neurológicos, Bernstein diz que a destreza não advém, portanto, de uma representação mental do gesto, a ser construída no sistema nervoso, mas de uma condução cada vez mais flexibilizada das interações com o ambiente.

Exemplificando essa concepção da destreza com as atividades enfocadas nesse trabalho, lembremos que um bom jogador de anzol não é aquele que repete um padrão mecanizado, mas o que é capaz de constituir a regularidade da atividade ao manejar as particularidades de cada situação (velocidade da maré, disposição dos anzóis, coordenação com os outros pescadores etc.), executando criativamente diversas variantes do lançamento (ver capítulo 3). Também o proeiro não se caracteriza pela capacidade de lançar seu arpão conforme um padrão de eficiência pré-fixado, mas sim por conjugar o lançamento às inúmeras variáveis de uma situação, como velocidade e posição da montaria, direção e profundidade do peixe, sinais que ele emite etc. Nesse sentido, uma arpoada *nunca* é idêntica a outra, e o papel do proeiro é promover o encontro do arpão e do peixe em circunstâncias *sempre* únicas.

Estendendo o argumento de Bernstein, Reed e Bril defendem, com base em pesquisas de campo, que a capacidade de encontrar soluções motoras dinamicamente estáveis em diversas situações (como aprender a andar) depende da intervenção direta de outras pessoas ou da estruturação (intencional ou não) do ambiente e, portanto, derivam de um contexto propriamente cultural (1996: 438). A princípio essa conclusão parece ir ao encontro de concepções difundidas na antropologia cultural, sobre o aprendizado como um processo socialmente determinado; mas esses estudos estão mostrando, com sofisticadas pesquisas empíricas, que não se pode partir da oposição entre indivíduo e contexto (ambiente e sociedade), pois a habilidade motora reside

³⁷ Mauss apresenta uma convicção muito próxima à de Bernstein neste aspecto. Sobre a noção de destreza, reputando-a muito importante para a psicologia e a sociologia, ele pondera: “Mas, em francês, temos apenas um termo ruim, ‘*habile*’, que traduz mal a palavra latina ‘*habilis*’, bem melhor para designar as pessoas que têm o *senso da adaptação de seus movimentos bem coordenados a objetivos*, que têm hábitos, que ‘sabem como fazer’” (2003 [1934]: 410-1, ênfase minha)

justamente no acoplamento, sua gênese e estatuto são uma função da interação. Vejamos o que diz Thelen:

The lesson from looking at motor skill (...) is that there is no ‘essence’ of a behavior – an icon or structure that represents the ‘real’ ability. It is impossible to isolate disembodied instructions to act from the actual, real-time performance of the act itself. All behavior is always an emergent property of a confluence of factors. Six-month-old infants do not step without a treadmill. Where does treadmill stepping reside, in the baby or the treadmill? Language does not develop unless infants are raised in a language environment. Where does language really exist? Just as each movement is the on-line product of complex, multiple processes, so it is that we can make no distinction between the center and the periphery, the inside and the outside, the ‘biological’ and the experiential, the genetic and the environmental. Focusing on these dualisms diverts attention from questions of developmental process (Thelen 1995:83).

Para explorar a validade deste tipo de argumento para uma proposta de etnografia da técnica, vejamos os dois pontos que dele ressaltam: a) não existe uma habilidade orgânica enquanto tal, senão destrezas que emergem das próprias interações; b) em decorrência disso, não há “aquisição” de uma habilidade, estritamente falando, já que a aprendizagem não é simplesmente a apropriação de uma capacidade pelo organismo, mas o estabelecimento de acoplamentos de várias ordens. Evoco então um exemplo significativo. Em diversas atividades desenvolvidas no Sucuriju, o equilíbrio é algo importantíssimo; manter-se de pé, com postura e deslocamento bípede, tendo as mãos livres para as diversas operações envolvidas na pesca, é algo primordial no meio hídrico, tanto no barco quanto na montaria. Mas não faz sentido tratar do equilíbrio como uma capacidade humana generalizável. O equilíbrio no barco é tarefa altamente sofisticada, que envolve integrar as posturas corporais e os deslocamentos às ondulações, deixando-se levar em alguma medida por uma onda e mantendo a posição ereta, não por uma “correção” imediata efetuada pelo próprio pescador, mas pela interação do corpo com o movimento seguinte do convés, em sentido contrário. Todavia, por mais sofisticada que seja, essa destreza não garante ao pescador de fora a capacidade de manter-se de pé na proa de uma montaria, quando um piloto rema para ele brincar de arpoar; também não o capacita a se equilibrar sobre uma bicicleta, algo que poucos no Sucuriju conseguem, dada a inexistência desse veículo na urbe local; e se o equilíbrio sobre as ondas assegura o bem-estar fisiológico dos pescadores embarcados, há entre eles quem sinta náuseas quando trafega a bordo de um ônibus pelas ruas de Macapá. Não quero apenas ressaltar a conclusão mais evidenciada pelos estudos em

aprendizagem motora – que as habilidades não são necessariamente transferíveis – mas o motivo disso: o equilíbrio não é uma capacidade postural desenvolvida pelo organismo, mas uma forma de acoplar-se em situações específicas, como o convés embalado pelas ondulações ou a proa estreita da montaria propulsãoada pelo piloto.

Tendo exposto a visão das habilidades corporais em termos ecológicos, é o caso de passar às considerações sobre o processo de aprendizagem. Ingold (2004) levanta alguns pontos a serem considerados: a) deve-se pensar na participação ativa e criativa dos neófitos, já que o saber ou as capacidades não se transmitem passivamente, mas se constituem a partir da ação; b) a aprendizagem não é algo separado da vida ordinária, da ação à qual se refere; c) nesse processo, o ambiente humano e não humano é decisivo. Mesmo quando é institucionalizado, como no ambiente escolar, o aprendizado não ocorre pela transmissão de conhecimento, mas pelo envolvimento num contexto particular. Entretanto, caberia ainda analisar os tipos de interações envolvidas no aprendizado, e alguns autores mostram preocupação com esta definição, também a partir de um enfoque voltado às ciências sociais.

Claudia Strauss (1984) aponta as limitações da distinção entre educação “formal” e “informal” e ressalta os diversos processos envolvidos no contexto da aprendizagem, estejam ou não configurados em situações institucionalizadas (onde a autora inclui não só o sistema escolar moderno, mas as mais variadas formas de sistematizar o processo de aprendizagem). Ela propõe então uma divisão mais ampla entre uma forma de aprendizagem incidental e outra intencional. Esta última se subdivide em formas predominantemente “pouco definidas”, como a aprendizagem por tentativa e erro, e as predominantemente “bem definidas”, como os ensinamentos através de cantos, a estratégia de ensaios consecutivos da mesma tarefa e o direcionamento da atenção a demonstrações. Strauss não propõe essa classificação como exaustiva, e assinala que todas as estratégias têm sua eficácia em situações particulares.

Chamoux (1981), a partir de uma etnografia das técnicas entre os Nahuas do México, também põe de lado a distinção entre transmissão escrita e oral, e propõe uma classificação das formas de aprendizado usando como critério as implicações de cada tipo de aprendizado conforme a divisão do trabalho. Tratando especificamente sobre o saber-fazer, ela fala de uma “transmissão por impregnação”, que se daria de acordo com experiência cotidiana do neófito, sem uma interação efetiva e sistemática com um responsável por sua educação; essa seria uma modalidade de aprendizado utilizada para técnicas difundidas e constantemente praticadas no seio

daquela sociedade, ocorrendo à semelhança do aprendizado da linguagem, dos gestos e demais traços culturais. Outra forma de aprendizado seria aquela propiciada pela relação com um “mestre”, particularmente no caso de técnicas restritas a círculos familiares ou que não são acompanhadas pelo neófito em sua vida cotidiana. Essa divisão lembra aquela estabelecida por Strauss entre aprendizado incidental e intencional, mas há diferenças profundas no sentido que elas atribuem ao aprendizado. Enquanto Strauss ressalta em sua classificação o tipo de interação estabelecida entre os mais experientes e o neófito, Chamoux assinala a ligação dos modos de aprendizagem com a reprodução das atividades técnicas numa dada sociedade, levando em conta não só os aspectos técnicos, mas também a estrutura familiar e econômica. Segundo ela, “*les liens entre rapport sociaux, modalités d’apprentissage et division des savoir-faire techniques constituent tout un champ d’études*” (1981: 91).³⁸

Esse tipo de estudo abre um leque mais amplo, apontando a diversidade dos modos de interação e sondando o significado social dos processos de aprendizagem, sejam ou não sistematicamente orientados. Contudo, pensando na formação de laguistas e pescadores, que serão tratadas mais a frente, é possível notar nas propostas de Strauss e Chamoux dois aspectos que merecem alguma reflexão. Em primeiro lugar, os processos educacionais são tratados predominantemente como resultado de uma relação entre humanos. Ora, creio que a formação em muitas situações não só passa pelo contato com não humanos, como chega a ser definida pelo tipo de interação estabelecida com eles; ou seja, os não humanos (sobretudo animais e artefatos), não são apenas objetos do conhecimento, mas participantes do processo de formação, com os quais o neófito interage ativamente. No campo da psicologia do desenvolvimento, os estudos sobre o brincar, notadamente de Vigotsky (1984), apontam o caráter socializado da interação com os objetos, nos significados que ele assume para a criança, em função de suas propriedades e das formas de sua existência no âmbito de uma sociedade particular.

Ademais, parece-me importante ressaltar outro aspecto, negligenciado pelos textos de Strauss e Chamoux, qual seja: o processo de aprendizagem não é *apenas* um meio de dotar o neófito de um conhecimento ou de uma capacidade no futuro, mas é uma realidade em si mesmo. Mesmo se creio justificado entender a aprendizagem das técnicas como um processo em alguma

³⁸ Um bom contraste às distinções dos tipos de aprendizagem elaboradas por Strauss e Chamoux (centradas no modo de interação que se estabelece: com um grupo ou com um mestre, aleatória ou sistematizada) é aquela proposta por Bourdieu e Passeron. Eles pensam em três formas de educação – difusa, familiar e institucionalizada (1975: 20) –, levando em conta os diversos agentes da ação pedagógica no âmbito da reprodução social, cujas formas passam invariavelmente pela imposição de um arbitrário cultural, ligado às relações de força.

medida teleológico, com vista ao mundo prático dos adultos, tal processo não deveria ser entendido de modo utilitário – simples meio para alcançar um fim –, mas como uma realidade que tem um sentido em si mesma, que encerra características próprias a um dado sistema cultural. Isto é, a forma do aprendizado – o modo e o contexto de interação entre o neófito e os humanos, os objetos e o ambiente em geral – não é apenas uma maneira de dotá-lo de algum conhecimento ou capacidade, mas está ligado ao papel do desenvolvimento e das capacidades técnicas para uma sociedade particular (cf. Cohn 2005).

Chega-se, assim, à proposta que figura no princípio deste capítulo, expressa na vinculação entre as duas epígrafes que o encimam. Enquanto Mauss fala da “natureza” diferente que pode assumir a educação das técnicas, Bateson e Mead ressaltam o papel não apenas dos “conteúdos”, mas dos vários “métodos” de aprendizado na instituição do “caráter” do indivíduo, incluindo suas atitudes em relação a si mesmo e suas interpretações da experiência. Ora, se a prática de determinadas atividades técnicas é assumida freqüentemente como o estabelecimento de uma identidade, então o aprendizado dessas habilidades não pode ser minimizado enquanto modo ativo de construção da pessoa. O aprendizado não significa meramente um método, enquanto modo eficaz de chegar a um fim, mas a gênese ou o manejo das propriedades e envolvimento que fundam o engajamento numa dada atividade. Sendo assim, e como veremos para o caso de laguistas e pescadores, o aprendizado não deixa de ser um modo particular de construção da pessoa.

Corpo, habilidade técnica e construção da pessoa

Ao apresentar os estudos antropológicos sobre a criança, Clarice Cohn busca relativizar esta categoria como período etário, fazendo-a significar a partir das compreensões sobre a pessoa e seu desenvolvimento, particulares a cada sociedade; de modo que o aprendizado se coloca como uma questão antropológica mais ampla:

(...) o que se sugere aqui é que, ao invés de se estabelecer uma apreciação generalizante e universalizante sobre os conhecimentos e os modelos de ensino e aprendizagem, devemos observar contextualizadamente concepções, meios e processos: em cada caso, uma concepção de pessoa, criança, e aprendizagem conformará um modelo específico de transmissão e apropriação de conhecimentos (Cohn 2005: 38-9).

Isso tem repercussões óbvias para tudo aquilo que envolve o desenvolvimento de habilidades técnicas e a entrada (ou o engajamento efetivo) no âmbito das atividades produtivas. Afinal, a constituição da pessoa não deixa de ser também resultado da própria atividade prática, já que, como afirmam vários estudiosos preocupados com as atividades materiais: “*the very practice of a technique is itself a statement about identity...*” (Ingold 2000: 318). Não faltam exemplos etnográficos a respeito. Descola observa que a palavra *achuar* mais próxima da noção ocidental de trabalho (*taka*) – que denota atividade física árdua, com habilidade técnica e mediação de um instrumento – refere-se também a um atributo pessoal. Assim, “*work and worker are conceptually inseparable*” (Descola 1994: 297).

Na antropologia brasileira desenvolveram-se estudos em torno do tema da construção da pessoa pelo envolvimento no processo produtivo entre classes trabalhadoras urbanas, impulsionados notadamente pelos trabalhos de Duarte (1986; 1999). Ele nota que, ao produzir, o pescador produz-se também a si, num “*produzo, logo existo*” (1999: 85). Portanto, “*ser um pescador feito é (...) legitimar a sua posição de ‘produtor’, de gerente da ‘produção’ pelo domínio do código cultural de acesso ao mar e ao peixe.*” (*idem*: 90). Nessa linha, Simoni Guedes (1991; 1997) preocupa-se especificamente com o percurso dos jovens, na passagem crítica ao mundo da produção, analisando o sofisticado universo de categorias e de afecções que rege a sua transformação num trabalhador (no meio industrial, não necessariamente na pesca). Ainda que se situe predominantemente no âmbito simbólico, Guedes não deixa de frisar a “corporalidade” enquanto fator primordial na composição da resistência e da força, que caracterizam a positividade dos valores na cultura da classe trabalhadora: “de fato, o trabalho duro e pesado não apenas consome um corpo, mas constrói uma identidade” (1991: 233).

Proposições assim guardam paralelos com as análises etnográficas entabuladas a seguir, mas remetem antes a uma discussão propriamente teórica. Não é só nos trabalhos de Duarte e Guedes que os dados e reflexões sobre a noção de pessoa se desenrolam articulados a uma discussão sobre o corpo. Nos textos fundamentais da tradição de pesquisa sobre a noção de pessoa, e em boa parte de seu desenvolvimento posterior, o corpo é um tema recorrente (não raro sendo tratado de modo mais refinado do que nos estudos explicitamente voltados a ele). Se Mauss não dedica espaço ao assunto no seu texto seminal sobre a noção de pessoa (Mauss 2003 [1938]), voltando-se especialmente à análise histórica da emergência da “categoria do *eu*” no ocidente moderno, outros esposaram a temática. Tanto assim que parece ser em torno da

relativização do indivíduo moderno que a problemática do corpo emerge na antropologia, juntamente com outros aspectos recorrentes nos estudos sobre a pessoa, dentre eles a questão do espírito, da alma, da mente, e ainda a própria discussão da unidade do indivíduo.³⁹

Num dos clássicos nesse tema, Lévy-Bruhl, ao notar que entre os “primitivos” não opera o “*concepto riguroso de una individualidad unitária*”, já que o ser é “*un verdadero ‘lugar de participaciones’*” (1974 [1927]: 171), afirmou que

The self is not rigorously delimited by the external surface of the body... there is identification between the object possessed and the person who possesses... and this object is a part of individuality” (apud Leenhardt 1979: 13).

Maurice Leenhardt (1971 [1947]), escrevendo sobre os Canaques, duas décadas depois, descreveria como o processo de cristianização dessa população passara justamente por estabelecer a idéia de um corpo objetificado, separado dos outros e do ambiente, fixando as fronteiras do indivíduo e servindo de suporte à alma. A apresentação de diversas formas de constituição da pessoa onde as propriedades dos humanos se vêem distribuídas por espíritos, objetos, animais e onde o corpo humano é formado das mais diversas propriedades do ambiente ganhou incontáveis exemplos no campo dos estudos antropológicos (e.g. CNRS 1981; Strathern 2006).

No âmbito da antropologia brasileira, essa relação entre corpo e pessoa também gerou pesquisas e reflexões importantes. Márcio Goldman (1999: 37) apontou a possibilidade de se alargar a tradição de estudos sobre a noção de pessoa, incluindo aquilo que não é expresso pelas abordagens lingüísticas – as práticas – que ele localiza mesmo em outros escritos importantes de

³⁹ Um exemplo significativo da articulação entre as análises sobre o indivíduo moderno e a discussão sobre o corpo é o comentário de Louis Dumont (1985: 254-7 e 1997: 373) sobre o famoso texto de Robert Hertz (1970), que trata da preeminência da mão direita. Partindo do fato geral de que a mão direita é mais utilizada que a esquerda, Hertz procurou afirmar uma determinação sociológica para essa distinção corporal, argumentando que, em função de estar associada ao sagrado, a mão direita é universalmente mais utilizada e, portanto, tem maior destreza e comporta estrutura anátomo-funcional mais importante que a mão esquerda, associada ao profano. Dumont, no contexto de sua análise da ideologia moderna, rejeita essa forma de colocar o problema, afirmando que, apesar de voltar-se contra um determinismo biológico das ações humanas, Hertz o faz nos termos de um paradigma moderno. Quer dizer, ele parte de uma igualdade neutra entre as mãos, dada por sua natureza (biológica) comum, e procura afirmar um domínio sobreposto e substancialmente distinto, orientado pela sociedade. É isto que Dumont reprova: justamente porque cada mão tem um lugar definido no todo (sagrado/profano) é que elas não podem ser consideradas iguais e nem neutras (destituídas de valor), como quer a compreensão ocidental. Segundo o pensamento de Dumont, não pode haver, senão na anatomia moderna, a percepção de que antes de mais nada as mãos são iguais (biologicamente), dissociadas de seu valor, e que sobreposto a isso há um processo de diferenciação (social) das mãos. Sendo assim, afirma ele, “*como partes diferentes de um todo, direita e esquerda diferem tanto em valor quanto em natureza (...)*” (idem 1985: 254).

Mauss, como os textos sobre a expressão obrigatória dos sentimentos e as técnicas do corpo. E não seria inexato dizer que esse tipo de interesse se desenvolveu tanto na linha de pesquisa já citada, sobre a construção de trabalhadores urbanos (Duarte e Guedes), quanto no contexto etnográfico amazônico, através dos estudos de Viveiros de Castro (1986; 2002 e Seeger *et alii* 1979).

A própria noção de perspectivismo (que Viveiros de Castro elabora a partir de Ârhem) confere ao corpo um estatuto operativo privilegiado no sistema cosmológico das sociedades ameríndias; é através dele, de suas afecções (formas de interação) e do ponto de vista situado por ele, que se instauram os sujeitos – tudo isto num contexto marcado pelo signo da predação, como um tipo privilegiado de relação entre os seres de modo geral (Viveiros de Castro 2002). Mas, antes de chegar a suas proposições mais elaboradas, Viveiros de Castro já apontava o alto valor dos idiomas corporais na construção da pessoa em sociedades amazônicas, ressaltando principalmente o papel da manipulação do corpo nos rituais xamânicos. Contudo, Viveiros de Castro faz questão de ressaltar que chega a esta discussão por outra via que a da emergência das temáticas relativas à antropologia do corpo nas últimas décadas (o que, aliás, pode ser dito também de outros estudos que relacionam os temas da pessoa e do corpo [e.g. Duarte 1986 e CNRS 1981]).

Ainda que não esteja preocupado diretamente com os domínios da cultura material, a forma como Viveiros de Castro chega à discussão sobre os “idiomas corporais” a partir de uma preocupação com a noção de pessoa é de interesse para nossa perspectiva. Ele distingue apropriações heterogêneas do termo pessoa, que refletiriam três tipos de aplicação: instrumento do discurso antropológico (Mauss); formas análogas ao indivíduo ocidental em outras sociedades (Dumont); categorias nativas traduzidas por um conceito antropológico (Geertz). Em seguida, Viveiros de Castro afirma uma postura distinta, aplicando a noção de pessoa em função de uma “hipótese propriamente etnológica de que os ‘idiomas’ nativos referentes a domínios sensório-corporais e aos conceitos de alma, nome, substância, morte, alteridade, são capazes de guiar a descrição de certos tipos de sociedade” (1986: 124-5). Com isso, ele está afirmando uma caracterização etnológica para o contexto amazônico, em contraste com as formulações da teoria antropológica na qual aspectos da organização social, como as corporações linhageiras e as formas de casamento, são primordiais na instituição do sujeito.

Essa forma, digamos, metodológica, de encarar a noção de pessoa encerra alguns pontos importantes para os objetivos deste trabalho, que se voltam às atividades materiais, onde estão relacionados o corpo e os objetos. Para Viveiros de Castro, o indivíduo humano não está dado como pressuposto, evidentemente, mas ele também não permanece subjacente ou contido no teatro mais amplo das relações estruturais ou da organização social. Ele é um operador multiforme, e seu próprio estatuto surge das relações que estabelece. No contexto ameríndio, a utilização da pessoa como “hipótese etnológica” transparece como solução interpretativa à emergência das agencialidades diversas e o modo como o sujeito se integra a elas. É neste roteiro que a materialidade corporal emerge em sua efetividade operativa fulcral no campo de relações cosmológicas. Guardadas as especificidades, esse tipo de atitude epistemológica não é sem interesse para a abordagem das habilidades técnicas, como forma de tratar o corpo sem considerá-lo dado de antemão ou integrá-lo de modo determinístico ou adaptativo aos processos materiais, e evitando também a sua desmaterialização pela via de uma concepção puramente simbólica. Isso é particularmente importante para evitar alguns problemas que apresentam as pesquisas atualmente em voga sobre antropologia do corpo, ao buscarem contrapor o paradigma de interpretações biológicas sobre o corpo.

No interesse pelo corpo no cenário contemporâneo da antropologia (ver, por exemplo, Polhemus 1978, Le Breton 1990) o argumento de que as propriedades corporais são culturalmente constituídas e se instalam irrefletidamente nos corpos individuais tem sido muito repetido, o mais das vezes em referência à famosa exposição de Marcel Mauss sobre as técnicas do corpo (2003 [1934]). Todavia, creio que parte das apropriações do texto fundamental de Mauss buscam apontar a existência de um arbitrário cultural das formas, usos e concepções do corpo, escamoteando a complexidade mais importante da idéia maussiana. Ao propor o tema das técnicas do corpo, Mauss mantém no horizonte a idéia do “homem total”, construto teórico que articula os aspectos biológico, psicológico e social. Ainda que esse *homo triplex* não represente uma saída válida ao problema do corpo no panorama antropológico contemporâneo, ele tem o mérito de guardar o aspecto orgânico como um fator primordial (porém não determinístico), preocupação minimizada em boa parte das abordagens sobre o corpo atualmente.

Um dos termos que tem se prestado comumente a uma “desmaterialização” do corpo nas ciências sociais é a noção de *habitus*, que foi empregada por vários autores, notadamente por Mauss, e disseminada na teoria social contemporânea a partir de Bourdieu (2000). Há que se

notar, entretanto, que essa noção é colocada por Mauss tendo em vista a preocupação em legitimar a prática como uma esfera das preocupações sociológicas:

(...) durante muitos anos tive a noção da natureza social do ‘*habitus*’. Observem que digo em bom latim, compreendido na França, ‘*habitus*’. A palavra exprime, infinitamente melhor que ‘hábito’, a ‘*exis*’ [hexis], o ‘adquirido’ e a ‘faculdade’ de Aristóteles (que era um psicólogo). (...) Esses ‘hábitos’ variam não simplesmente com os indivíduos e suas imitações, variam sobretudo com as sociedades, as educações, as conveniências e as modas, os prestígios. *É preciso ver técnicas e a obra da razão prática coletiva e individual, lá onde geralmente se vê apenas a alma e suas faculdades de repetição.* (Mauss 2003 [1934]: 404, grifos meus).

Conforme Bourdieu o empresta, o termo *habitus* reaparece como uma forma de enfrentar o problema epistemológico da oposição entre o estruturalismo e a filosofia da consciência, enfatizando a orientação não mecânica que a coletividade detém sobre as ações individuais, mas sem eliminar o papel da agência criativa e estratégica.⁴⁰ Isto porque a noção de *habitus* implica que as práticas culturais, ao invés de serem levadas da mente aos contextos da experiência, consistem em disposições e sensibilidades inerentes ao envolvimento prático nesses próprios contextos. O agir e o sentir não fluem de um espaço interior de reflexividade, formado por regras e representações, mas do próprio engajamento no cenário das atividades coletivas – e se reproduzem neste mesmo registro prático a partir das “estruturas estruturantes”. Tanto no inspirador programa de pesquisa maussiano quanto na sofisticação da etnologia de Bourdieu, a noção de *habitus* cinge as manifestações concretas do corpo. Não obstante, a banalização de seu uso nas ciências sociais – sobretudo como uma forma de dar sentido por delegação às práticas corporais, mas sem, no entanto, se debruçar empiricamente sobre as manifestações corporais – pode ser incluída no rol de algumas facetas criticáveis do paradigma antropológico do *embodiment* (cf. Csordas 1990).

Numa das críticas a este movimento, Connerton aponta que através dele se efetua uma “eterificação” do corpo: *“frequently what is being talked about is the symbolism of the body or attitudes towards the body or discourses about the body; not so much how bodies are variously*

⁴⁰ Ainda que se possa assinalar sua evidente filiação à proposta de Mauss, Bourdieu (2002: 60-4) explicita três fontes principais, a partir das quais ele empreende uma “reprodução ativa” do conceito de *habitus*: Panofsky e sua reflexão sobre a dinâmica da inovação no contexto artístico; Hegel, na intenção de romper com o dualismo kantiano; e Husserl (e também Heidegger e Merleau-Ponty), que rejeita a consciência cartesiana, afirmando uma relação ontológica do sujeito com o mundo.

constituted and variously behave” (1989: 104). Há também a censura fenomenológica de Jackson, que vê nesse movimento a “*subjugation of the bodily to the semantic*” (1989: 122). Para Ingold, “*the embodiment of culture, in short, leads to nothing less than the disembodiment of the organism!*”; segundo ele, para consolidar o corpo de fato como um objeto da antropologia contemporânea, seria necessário outro passo: “*to recognize that the body is the human organism, and that the process of embodiment is one and the same as the development of that organism in its environment*” (2000: 170). Comentário que evoca a investida de Ingold contra o construcionismo, e nos leva à conclusão que considerar o corpo meramente através do discurso ou do simbolismo não substitui a abordagem do corpo enquanto organismo, relação concreta com o mundo. Se o corpo é um artefato cultural, é porque as próprias práticas em que ele se envolve e se forma são culturalmente configuradas.

Destarte, as propriedades corporais relacionam-se significativamente com as questões de identidade e de constituição do sujeito porque viabilizam as interações concretas em que os sujeitos se envolvem e através das quais eles se afirmam num dado complexo cultural. Para dar conta desse engajamento prático, isto é, para pensar a construção da pessoa a partir da cultura material, sublinhando a aprendizagem e a inserção no contexto das atividades técnicas, interessa saber de que modo a habilitação em determinadas atividades pode ser considerada como a formação da pessoa dentro de um sistema de práticas particular. Perguntar-se sobre a aprendizagem é algo central, pois ela se caracteriza como o processo de formulação concreta, instituindo as possibilidades de interação da pessoa no âmbito de determinado contexto prático.

Sobre o desenvolvimento das capacidades do indivíduo humano, tenha-se em conta o pressuposto da antropologia de Ingold, segundo o qual

the growth and development of the person, in short, is to be understood relationally as a *movement along a way of life*, conceived not as the enactment of a corpus of rules and principles (or a ‘culture’) received from predecessors, but as the negotiation of a path through the world (2000: 146).

Considerando a unidade “organismo-pessoa” em relação com o mundo, Ingold trata a interação e as capacidades do organismo através da noção de *skill*, que pode ser imperfeitamente traduzida por habilidade. *Skill* para Ingold é essencialmente uma capacidade do organismo, referente às possibilidades de um agente num dado engajamento em atividades práticas (o termo que ele usa para indicar uma habilidade em particular é *ability*). Assim, o processo de

enskilment seria a constituição de um ser capaz de executar certas ações no âmbito de uma atividade; de um ponto de vista mais amplo, tais capacidades seriam relativas ao ambiente onde ele mora (*dwelt*), no sentido que há uma correlação ativa entre as capacidades do ser e a configuração do ambiente. Entretanto, preocupado em afirmar a preeminência do organismo contra as perspectivas culturalistas e cognitivistas, Ingold às vezes corre o risco de derivar para um substancialismo, considerando a noção de *skill* como uma capacidade do organismo. É verdade, porém, que em *The perception of the environment* (Ingold 2000) estão reunidos textos de épocas diferentes, e isso facilitaria algum deslizamento do conceito.

De qualquer modo, no seguinte trecho, ele define o termo inequivocamente como uma capacidade dada pela relação, e não algo desenvolvido pelo indivíduo:

As Gregory Bateson argued, by way of his example of the skilled woodsman notching with an axe the trunk of a tree he is felling, to explain what is going on we need to consider the dynamics of the entire man-axe-tree system (1973: 433). The system is, indeed, as much mental as physical or physiological, for these are, in truth, but alternative descriptions of one and the same thing. Skill, in short, is a property not of the individual human body as a biophysical entity, a thing-in-itself, but of the total field of relations constituted by the presence of the organism-person, indissolubly body and mind, in a richly structured environment. That is why the study of skill, in my view, not only benefits from, but *demands* as ecological approach (Ingold 2000: 353).

Penso que há outro motivo para a flutuação da noção de *skill* em Ingold: o fato de ela sustentar-se entre duas propostas de tratamento ecológico das ações humanas. Uma delas é dada pela concepção ecológica do indivíduo-organismo, tanto em suas capacidades perceptivas (psicologia ecológica de Gibson) quanto motoras (teorias ecológicas do desenvolvimento e da ação: Bernstein, Thelen, Reed e Bril). Por outro lado, como fica evidente na citação acima, e de acordo com Otávio Velho (2001), Ingold tem fortes influências da ecologia da mente de Bateson, que pensa em termos de sistemas mais amplos que o cérebro ou mesmo o corpo anatômico. A mente para Bateson não é algo transcendente e nem se restringe aos limites corporais: “*the individual mind is immanent but not only in the body. It is immanent also in pathways and messages outside the body (...)*” (2000: 467).

Numa abordagem explicitamente cibernética, Bateson considera a mente formada por seres, instrumentos e ações envolvidos num circuito de fluxo de informações. O que determina os limites da mente é a “relevância” das relações envolvidas em determinada atividade. Assim, para analisar a ação de cortar uma árvore, é preciso ter em conta o lenhador, o machado e a árvore

como um sistema, assim como o cego, sua bengala e a calçada constituem um circuito significativo. Dessa forma, o conceito ingoldiano de *skill* tenderia às vezes a aparecer disseminado nas múltiplas interações do indivíduo, e não como capacidade orgânica, como fica expresso na citação acima. Mas e a capacidade perceptivo-motora para estas ações, também não encontra sede numa dada conformação do organismo humano, enquanto fundamento de um ser com processos internos próprios? O lenhador não deve desenvolver alguma capacidade corporal para derrubar a árvore, e o cego para usar a bengala? Essas habilidades não seriam também constituintes do sistema? Quando responde a essas preocupações, Ingold dialoga predominantemente com as concepções ecológicas do indivíduo-organismo. A meu ver, a noção de *skill* transita de maneira muito fértil entre essas duas concepções sobre a ecologia da ação, que ele traz para compor sua proposta, manejando-as sob a idéia de um organismo-pessoa.

Todavia, para o objetivo desse trabalho – que consiste em analisar a integração de laguistas e pescadores na atividade do lago e da costa, investigando a emergência conjunta do técnico e do humano –, pareceu-me necessário recorrer também a outra noção. É que, tomando o que foi apresentado nos capítulos anteriores sobre a atividade dos lagos e da costa, a proposta ingoldiana, da maneira como a pude compreender, ao mesmo tempo em que ilumina várias situações, apresenta uma limitação compreensiva no que diz respeito aos processos de gênese, de surgimento do sujeito. Pensando na realidade etnográfica do Sucuriju, esta limitação poderia ser expressa da seguinte forma: a partir do enfoque de uma ecologia das relações (ao estilo da mente batesoniana), pode-se interpretar os aspectos relevantes para a atividade dos laguistas como sendo a interação com o pirarucu, que implica no acoplamento do laguista à montaria e ao arpão. Já na costa, é razoável supor que o sistema de pesca e deslocamento está colocado pela interação entre a maré e o barco, onde ficam incluídos os aparelhos de pesca e os pescadores. Fixado o âmbito dos circuitos significativos destas atividades – isto é, o fluxo de informações e ações – atentemos ao engajamento humano, sob a influência da ecologia da ação; nesse nível chegamos à capacidade do proeiro em deslocar-se e arpoar (formando corpo com a montaria e o arpão) e de participar no sofisticado diálogo com o pirarucu. Já na costa a habilidade do pescador fica patente na sua interação com os diversos elementos na dinâmica interna do barco.

Ora, mas aqui temos então fixados dois planos – o da estrutura da atividade e o das habilidades e propriedades do humano – que, mesmo conferindo uma leitura bem fundada das atividades do lago e da costa, deixam entre si uma solução de continuidade no que diz respeito à

ligação entre a atividade técnica enquanto tal e as habilidades humanas. Acredito que interrogando este hiato é possível obter informações importantes a respeito do aprendizado da técnica, particularmente naquilo que as ciências sociais mais ressaltam: seu papel tanto na reprodução da atividade quanto na constituição do próprio agente. Se o objetivo aqui é justamente compreender como um sistema de atividades (no caso, a pesca do lago ou da costa), pode ao mesmo tempo gerar e depender da habilidade do laguista e do pescador, então a questão da aprendizagem se reveste de uma preocupação com a emergência do sujeito num sistema de relações técnicas. Nas atividades enfocadas, isto se dá predominantemente através de habilidades e capacidades corporais, que são geradas pelas interações no contexto prático.

Para abordar este problema, a noção de “individuação” de Gilbert Simondon (2005) aporta alguns elementos significativos.⁴¹ Em linhas gerais, Simondon incorpora pressupostos da cibernética, e toma o mesmo estilo de crítica de Merleau-Ponty (1996) à matéria, à substância e à forma como termos fixos e estáveis, como realidades em si formando a estrutura do mundo (Garelli 2005: 10). O notável de seu trabalho é que, com uma proposta radicalmente anti-substancialista, ele se coloca justamente a questão sobre o processo de individuação – física, biológica, psicológica e coletiva – afirmando que a realidade a explicar é o indivíduo em si, o modo como ele se institui (Simondon 2005: 23). Ele não nega, portanto, que as coisas tenham uma unidade – ao contrário, pergunta por ela – mas não a considera como fruto de uma identidade estável, e sim como derivações de um sistema de relações. Não é que as relações ocorram entre indivíduos (o que seria uma forma de interacionismo), mas os indivíduos emergem de um “sistema de individuação” constituído por relações: *“pour penser l’individuation, il faut considérer l’être non pas comme substance, ou matière, ou forme, mais comme système tendu,*

⁴¹ De ampliado alcance filosófico e epistemológico, o trabalho de Simondon é evocado por estudiosos das técnicas, que vêm analisando os desdobramentos de suas contribuições, colocando-as em diálogo com autores como Leroi-Gourhan, Heidegger e Bertrand Gille (Stiegler 1998; Neves 2006; vale notar que Simondon [1989] dedica-se especificamente ao tema da técnica). Mas Simondon é levado a dialogar em várias outras esferas, notadamente na filosofia da diferença de Deleuze. No caso da antropologia, Viveiros de Castro (1986: 120) apontou o potencial deste pensamento frente à problemática da pessoa: “para um estudo magistral dos limites de uma visão substancialista e identitária do Indivíduo, feito a partir da biologia mas cujas implicações deveriam ser meditadas pelos teóricos e analistas da problemática da ‘pessoa’ em antropologia, ver Gilbert Simondon, 1964 [Viveiros de Castro refere-se a *L’individu et sa gênese physico-biologique*, que constitui a primeira parte da tese de doutorado de Simondon; esta foi publicada em volume único, na íntegra, apenas recentemente (Simondon 2005), contendo também as partes sobre individuação psíquica e coletiva]”. Não é o caso aqui de empreender a necessária “meditação”, requerida por Viveiros de Castro; apenas tomo de empréstimo algumas reflexões em torno do princípio de individuação para abordar questões relativas   pessoa,   técnica e à aprendizagem, procurando elucidar aspectos suscitados nesta etnografia.

sursaturé, au-dessus du niveau de l'unité, ne consistant pas seulement en lui-même (...)" (Simondon 2005: 19)

José P. Neves (2006: 52) enfatizou a cautela ao se transpor a noção de individuação para contextos sociais, onde existem seres produtores de signos, argumentando que nesses casos é preciso ter em conta os diversos planos do agenciamento. Não é, portanto, uma transposição completa do pensamento de Simondon que proponho aqui, mas uma utilização pontual e dirigida, tendo em vista certas contribuições para a compreensão da relação entre o humano e o técnico. Nesse sentido, três aspectos são particularmente iluminadores. Primeiramente, a idéia que o critério de individualidade não é morfológico:

L'indépendance anatomique est donc bien loin de constituer le critère de l'individualité; c'est l'indépendance, ou mieux encore l'autonomie fonctionnelle qui constitue le critère de l'indivitalité; (2005: 195)

Ainda que a anatomia corporal seja obviamente um fator importante, é a autonomia funcional enquanto tal que define a individualidade: o fato de regular-se por si mesmo, de controlar um fluxo de informações (no sentido amplo que a cibernética confere ao termo). A consideração sobre os padrões de ação leva a que se distinga morfologia e individualidade: *"l'individu n'est pas un être mais un acte, et l'être est individu comme agent de cet acte d'individuation par lequel il se manifeste et existe"* (2005: 192).⁴² No que se refere às habilidades técnicas do lago e da costa, esse tipo de assertiva é inspirador; primeiro, para se compreender o processo de formação do proeiro, visto que ele depende de uma constituição protética mais ampla, que passa pela solidarização de outros movimentos e informações – oriundas do arpão, da montaria e do piloto – formando um sistema de ações e percepções que tem como epicentro o seu corpo anatômico. Pensando no pescador de fora, a realidade é completamente outra: ele se vê incluído no processo de individuação do barco; isto é, ele se constitui como elemento de uma unidade mais abrangente, e é nesses termos que se coloca a problemática da interação com outros elementos como o anzol e o motor e na exposição de seu corpo às relações cinéticas e perceptivas que caracterizam a dinâmica a bordo.

⁴² Em certo sentido, a base biológica constitui um aspecto pré-individual, conceito que, no pensamento de Simondon, deve ser entendido como uma potencialidade não determinante: *"L'état d'un vivant est comme un problème à résoudre dont l'individu devient la solution à travers des montages successifs de structures et de fonctions"* (2005: 205).

Nesses termos, não seria o caso de dizer que laguistas e pescadores possuem uma identidade adquirida, mas que são uma unidade “transdutiva” – para Simondon, transdução são as relações que surgem no processo de individuação e que se só se mantêm com a continuidade deste fluxo. Assim, o indivíduo não é o resultado, mas o teatro da individuação, ele conserva atividade de individuação permanente – o indivíduo não é jamais uma constituição plena. Como vimos, as possibilidades de dissolução se apresentam tanto ao laguista quanto ao proeiro, ainda que de modos particulares. Fora as possibilidades de desestruturação do sistema (p.ex. rupturas econômicas na atividade), existe o risco inerente à própria atividade, que no caso do proeiro gira em torno da eficácia da interação de seu corpo estendido com o pirarucu e outros seres; para o pescador, está na manutenção de sua disposição, da capacidade de ser *ativo*, de continuar se integrando ao processo constante de individuação do barco. Em suma, a noção de identidade estável não serve plenamente para compreender o fato que laguistas e pescadores se constituem sempre como um devir – pela reinscrição contínua e ativa no contexto das atividades do lago e da costa.

A rejeição do primado do corpo anatômico e da identidade estável como forma de tratar o engajamento humano nos contextos técnicos – em prol dos critérios da autonomia funcional e da recriação de relações instáveis – leva a um terceiro ponto do pensamento de Simondon, diretamente ligado ao assunto deste capítulo. Refiro-me a algumas reflexões que seu trabalho evoca sobre a aprendizagem. Como sabemos, Simondon se volta à questão da ontologia do indivíduo; tratando sobre a individuação de seres vivos, ele afirma que “*l’apprentissage ne diffère pas profondément de la genèse, mais il se trouve être une genèse qui exige une formation somatique très complexe*” (2005: 191-2). Porém, ele considera que o indivíduo não apenas assimila uma gênese, mas a exerce ativamente; nisso consiste a essência dos “sistemas de individuação”, que constituem ao mesmo tempo o plano de emergência e de agência do indivíduo.

É o caso de propor uma leitura nesses termos dos “sistemas de aprendizado” (Ingold 2000: 37), aos quais se atribui a continuidade dos sistemas técnicos. Deste modo é possível chegar a propor que a continuidade de uma atividade técnica depende do processo de emergência dos indivíduos e das relações que os fundam e que eles exercem (vale lembrar que estes indivíduos não são apenas humanos, mas também objetos técnicos e demais seres vivos). Em sendo correta essa proposição, abre-se a possibilidade de considerar: a) o aprendizado como um

processo inseparável do sistema de relações do qual ele faz parte (assim, por exemplo, o processo de formação de um proeiro é intrínseco ao contexto dos lagos); b) a emergência da pessoa (laguista ou pescador) como uma integração ativa e multiforme com as relações deste sistema (lago ou costa).

Ainda sobre isso, acredito que o pensamento de Simodon suscita uma orientação metodológica preciosa para a etnologia da técnica, que consiste em procurar pela ontologia do indivíduo (seja um artefato, um humano ou um animal) enfocando a atividade em que ele se engaja. Se o indivíduo (enquanto proeiro ou pescador, por exemplo) é mais propriamente um ato, e não um ser, deve-se atentar para a sua formação não como resultado de adaptação ou de determinação, mas como parte do fluxo das operações da atividade mais ampla:

L'individu est ce qui a été individué et continue à s'individer ; il est relation transductive d'une activité, à la fois résultat et agent, consistance et cohérence de cette activité par laquelle il a été constitué et par laquelle il constitue (2005: 192).

Penso que é possível levar este argumento para a abordagem etnológica da inserção humana em contextos técnicos, considerando a dimensão material como um aspecto chave das configurações humanas, ou da construção da pessoa, para usar a expressão consagrada pela antropologia. Tudo isto porque, se a identificação com a atividade prática parece ser um fator primordial, deve-se abordá-lo evitando tanto o determinismo e o adaptacionismo técnico-ambiental quanto a concepção de apropriação ou de dominação da natureza-objeto empreendida pelos humanos erigidos previamente em sujeitos sociais. A hipótese, portanto, é que desse modo talvez se possa abrir uma via para abordar os modos operativos em que se dá o processo de subjetivação para e pela atividade técnica em que o organismo se engaja. Mas não nos adiantemos demais; vejamos no que tais reflexões podem contribuir à compreensão do aprendizado técnico e da construção da pessoa nas atividades de laguistas e pescadores.

De zagaías, barcos e moleques

A vida de crianças e jovens no Sucuriju – os *moleques* – ressalta vários aspectos gerais, como a frequência à escola até certa idade (entre dez e quinze anos); brincadeiras nas margens do rio (a *beira*); jogos de diversas naturezas (com bola, de pique etc.); brincadeiras relativas à pesca (de barco ou de arpoar); incursões pelo *mato* atrás da vila, onde há caminhos diversos, habitados por animais imaginários (cobras, búfalos etc.) e outros seres (como a *Iara*, espírito feminino que

desorienta e leva as pessoas); rivalidade entre as crianças *de cima*, que habitam à montante, e *de baixo*, que vivem nas casas a jusante; são apreciados também filmes e desenhos animados, nos curtos períodos em que há energia.

Mesmo se é possível dizer que as atividades sejam praticadas por todos os *moleques*, os filhos de laguistas e pescadores se distinguem na intensidade e no modo em que se entregam a elas. Os filhos de pescadores experimentam um controle mais próximo dos pais, que monitoram espaços e períodos de suas atividades; em consequência disso, eles freqüentam a *beira* do rio com mais comedimento e se distanciam menos de suas casas. Suas brincadeiras são predominantemente em torno do *barco*, do qual produzem desenhos e miniaturas, representam as ações a bordo etc. Já os filhos de laguistas passam horas na *beira* ou pelo *mato* atrás da vila; empunham constantemente hastes, constroem pequenas *feitorias*, para onde levam peixes (reais ou simbólicos) e reproduzem as principais ações da vida doméstica dos adultos. A interação efetiva com o trabalho dos pais é também particular; tanto descendentes de laguistas quanto de pescadores atuam na *defesa da bóia*, isto é, pescando no rio ou na praia para obter alimento, mas a inserção das crianças no universo do lago e da costa propriamente ditos ocorre de modo muito particular. Os filhos de laguistas acompanham seus pais ao lago desde os três ou quatro anos (ou ainda antes, quando vai também a mãe), viajando no meio da canoa, e já com cerca de oito anos alguns exercem a função de piloto. Já os filhos de pescadores só vivenciam a pesca quando se incorporam a uma tripulação, por volta dos quinze anos; antes disso, auxiliam eventualmente os pais nas pequenas tarefas de terra.

Na inserção no contexto do lago e da costa, laguistas e pescadores seguem processos e ritmos próprios. O aprendizado das situações do lago é paulatino, ao longo de todo o período inicial da vida, predominantemente no círculo de parentes consangüíneos (pais, tios, irmãos), com utilização de instrumentos (remo, haste) continuamente adaptados ao desenvolvimento orgânico do rapaz; há várias possibilidades do noviço experimentar-se na condição de proeiro, em circunstâncias especialmente organizadas para isto, e a interação formativa entre proeiro e piloto é considerada um fator central, sobretudo se eles são da mesma família. Já na pesca costeira, o engajamento a bordo é árduo e repentino. Ainda que a criança tenha contato com alguns elementos técnicos da pesca (artefatos e gestos), ela só experimenta os fatores essenciais do trabalho a bordo – como as ondulações, as intempéries e o ritmo e a coordenação das tarefas – quando se incorpora efetivamente como *camarado* numa tripulação, o que ocorre por volta dos

quinze anos, quando o rapaz alcança maturidade física e ímpeto moral. Durante o intenso processo de integração à tripulação, que normalmente ocorre sem a participação de parentes, não há condução professoral, como no lago; o pescador noviço aprende pela própria participação no *serviço* a bordo, observando, ouvindo conselhos ou reprimendas, ou seja, em interações difusas, agindo em consonância com *camarados* e artefatos diversos. Nesse processo, o fator primordial é manter-se *ativo* a bordo, o que implica no desafio do árduo período de náuseas, dores e desconforto físico das primeiras viagens, que pode ou não terminar por engajar seu corpo plenamente às atividades do barco (Sautchuk 2005).

Essas descrições referem-se não apenas a processos de aquisição de habilidades, ou de adaptações corporais, mas podem ser entendidos como formas particulares de elaboração do humano, dadas na passagem ao estatuto de *proeiro* ou de *pescador*. A forma como eles são definidos em torno da *responsabilidade* é sugestiva: o *proeiro* se constitui quando passa a ser ‘*responsável da própria montaria*’; o *pescador*, quando ‘*tem sua responsabilidade*’ diante das tarefas e da dinâmica do barco. Isso leva a uma consideração importante, ainda a respeito da conclusão de que *proeiro* e *pescador* são configurações do humano relativas a engajamentos técnicos específicos. O *proeiro* se configura numa “protetização” lenta, vivendo desde a infância o acoplamento de alguns artefatos a seu corpo, transformando-o em alguém capaz de atuar na socialidade dos lagos, que está fundada em certas modalidades de deslocamento e comunicação dadas na relação de predação. Já o *pescador*, inicialmente constituído no ambiente da família e da *casa*, passa por um processo abrupto de descentrar suas condutas motoras, articulando seu comportamento e propriedades (gestos, percepção, cognição) às relações constituintes do barco; ele torna-se *pescador* por um processo que, partindo de seu pertencimento à terra (à *casa*) e de sua *disposição* para a vida a bordo, o faz passar por uma metamorfose, com profundas conseqüências orgânicas, que o integra à dinâmica do barco.

Essa visão comparativa é útil para fixar de antemão os contrastes das diferentes formas de inserção na pesca, mas ela só assume pleno sentido se discutirmos os contextos próprios dos termos em comparação. Para tanto, vejamos de mais próximo o aprendizado no lago e na costa.

Arpão inato: o acoplamento técnico como processo de individuação

Em suas histórias de vida, os *proeiros* não deixam de mencionar duas coisas. Uma delas, o *proeiro* para o qual ele pilotou e que o ensinou a atividade do lago; às vezes são vários, mas há

sempre um ou dois com os quais a interação perdurou mais tempo ou foi mais significativa. Outro ponto sempre lembrado é o *patrão* que o *aviou* pela primeira vez, adiantando-lhe a *despesa* (farinha, sal etc.) para ir ao lago e, por meio desse gesto, sancionando-o publicamente como *proeiro*, isto é, como alguém capaz de *trazer*, o que implica em *dirigir o trabalho* e *matar pirarucu*. A idade em que os laguistas passam a *proeiro* é muito variada – de treze a vinte anos, segundo pude registrar – pois, ainda que ele seja capaz de fazê-lo, sua passagem à proa é normalmente precipitada pela ascensão a um novo estatuto no grupo de parentes. Em outras palavras, normalmente o jovem *pega a proa* quando seu pai morre, pára de trabalhar ou abandona a família, ou ainda quando o jovem *se junta* com uma moça, assumindo então novas responsabilidades em termos de sustento, incompatíveis com o posto de piloto.

O primeiro fato a se considerar é que só os filhos de laguistas passam a *proeiro*; ou seja, não existe *proeiro* que não seja nascido numa família de laguistas. Não que outras pessoas não se dediquem ao marisco de pirarucu; vários dos pescadores de fora trabalham anos nos lagos como pilotos, mas eles não chegam a passar a *proeiro*. A estória de Gilson (nome fictício) é elucidativa a este respeito. Filho de um pescador de fora, mas sem nunca ter praticado a pesca na costa ou no lago, ele se uniu com a filha de um laguista. Vindo da cidade, onde estudara por alguns anos, Gilson passou a freqüentar o lago, pilotando para um primo de sua mulher. Exerceu essa função durante pouco mais de cinco anos, esforçando-se para se estabelecer como *proeiro*, mas não obteve sucesso. Segundo conta, sem esconder a decepção, os labirínticos caminhos por entre os mangais nunca se fizeram transitáveis para ele, o manejo com o arpão também não lhe foi fácil, e o encontro com o pirarucu esteve muito além de suas possibilidades. Como fizeram vários outros, ao se imporem as necessidades oriundas do nascimento dos filhos, ele abandonou a esperança de prosseguir no lago e passou para a pesca costeira, como *camarado* de um barco, onde se encontrava quando de minhas primeiras viagens ao Sucuriju.

Há apenas uma notável exceção à regularidade do surgimento dos *proeiros* no interior de círculos de consangüinidade. Trata-se de um pescador que chegou com dezoito anos ao Sucuriju, proveniente de uma das ilhas da foz do Amazonas. Ele também se casou com a filha de um laguista, e começou a pilotar para seu sobrinho, que não tinha filhos. Depois de cerca de cinco anos, ele se viu só e assumiu a função de *proeiro*, sob influência de sua mulher:

Aí eu fiquei né: ‘poxa, o camarado foi embora...’ Aí a mulher disse ‘olha, rapaz, tu podia ir trabalhar tu mesmo de *proeiro*, será que tu não dá conta? Tu podia arranjar uma despesa

e ir tu mesmo, por tua conta.’ Eu era meio curioso: ‘é, eu vou eu mesmo’. Peguei uma hasta, um arpão, uma arpoeira, meti um camarada aí, convidei, fui num cara lá [patrão]. O cara era meio patife: ‘bem, macho, será que tu não vai só comer minha despesa pro lago?’ Eu digo ‘é, nós vai ter que comer, né, porque a gente não pode morrer de fome’. Aí fomo embora, cheguei lá na Maresia, na feitoria, desembarquemo os bagulho. ‘Vamos dar uma estreitada num lago que tem lá pra dentro.’ Esse dia fui pra lá e matei três. Aí nós tinha uma redinha lá (esses tempos nós já usava rede de pirarucu), umas nove braças só. Eu coloquei lá. De manhã fui ver, tinha três. Aí quando foi o negócio, a porrada choveu de pirarucu... com poucos dias cheguei aí. Nesse tempo não era proibido o jacaré, nós matava, trouxe a montaria até bater: jacaré e pirarucu. Uma remessa boa pra ele. (...) Aí o negócio foi bem, de lá pronto, continuei na proa da montaria. Ainda dediquei mesmo no trabalho, aí não ficou nada difícil mais. Melhorou bastante. Agora eu trabalho em proa de montaria, trabalho pra cá nessas beradas [na praia], pesco aí pra fora [na costa] quando eu quero...

De fato, trata-se de uma exceção, não apenas pelo percurso incomum que o levou a proeiro – que passa por ter encontrado, pela relação de afinidade, um proeiro sem filhos homens e disposto a lhe tomar na posição de aprendiz – mas também porque ele não é um proeiro como os outros. Ele próprio considera sua eficiência com o arpão um tanto precária, e por isso usa (usava, cf. capítulo 4) a rede e dedica-se à pesca de fora com mais constância que os demais laguistas. Mas o principal motivo pelo qual este caso é significativo é justamente a “ambigüidade” à qual remete, que diz respeito ao modo como os laguistas consideram a sua própria reprodução. Por um lado, em consonância com essa forma de endogenia em sucessão agnática através da qual a atividade dos lagos se reproduz, diz-se que os filhos de proeiro já nascem com uma espécie de *dom* para arpoar. Porém, isto não constitui uma ideologia exclusivista; ao contrário, esse tipo de afirmação vem junto com o argumento, aparentemente oposto, de que qualquer um pode aprender essa atividade, bastando para tal praticar durante algum tempo, como ocorreu no caso acima.

A assertiva mais interessante que registrei sobre isso é a do proeiro Macó, quando diz que a capacidade para capturar um pirarucu *‘é um dom que ele traz já pra ser proeiro; mas ele aprende, porque tudo o cara tem que aprender, porque pra tudo tem professor.’* A capacidade de tornar-se proeiro é, portanto, a um só tempo aprendida e dada pela filiação. Isto fica especialmente evidenciado nos casos, também considerados excepcionais, de laguistas que permaneceram a vida toda na condição de pilotos, sem, contudo, chegarem a proeiro nem abandonarem o lago para dedicarem-se à pesca costeira. Tendo tudo para chegarem a proeiro, esses laguistas não tiveram sucesso no processo de aprendizado. Creio que as duas considerações

relacionadas – a “inatista” e a derivada do aprendizado – remetem a aspectos significativos da formação dos proeiros e da atividade dos lagos, que merecem uma análise mais detalhada.

Para Ingold,

Humans children, like the young of many species, grow up in environments furnished by the work of previous generations, and as they do so they come literally to carry the forms of their dwelling in their bodies – in specific skills, sensibilities and dispositions. But they do not carry them in their genes, nor is it necessary to invoke some other kind of vehicle for the inter-generational transmission of information – cultural rather than genetic – to account for the diversity of human living arrangements (Ingold 2000: 186).

A potencialidade do proeiro enquanto um *dom* de nasença pode ser interpretada segundo o argumento de Ingold, de que sua vinda ao mundo implica em morar (*dwelt*) num dado círculo de parentes, vivendo num ambiente que propicia certas condições de desenvolvimento e experiências particulares (muito diferentes daquelas apresentadas aos filhos de pescadores de fora). Tomando-se o desenvolvimento das capacidades e propriedades corporais como fruto de um contexto de relações entre humanos e não humanos em geral, o inato não pode ser considerado apenas na dimensão biológica, já que o ser não nasce como um organismo isolado, mas engajado num nexo de relações. Não se trata, portanto, de afirmar um domínio cultural suplementar, que lhe seria repassado para além da base biológica, mas de considerar que o organismo só existe e se desenvolve na interação com um contexto particular⁴³, o que, no caso dos laguistas, é fixado pela filiação.

Nascer entre parentes proeiros é, por várias razões, uma forma de se desenvolver como tal. A começar pelo acoplamento com o arpão. A relação do filho de um laguista com sua haste é tal que ele não só a porta durante boa parte do dia, mas vários dormem junto com elas. Ao longo da vida de um filho de laguista, o arpão o acompanha, desenvolvendo-se concomitantemente ao seu corpo. Seria melhor dizer, aliás, que o que se mantém ao longo dos anos é o acoplamento, a forma protética de agência, de modo que, se o arpão aumenta suas dimensões junto com o menino, é justamente para conservar um mesmo tipo de relação. É bem verdade que algumas

⁴³ Isso é um argumento que pode ser repetido para várias habilidades, como andar ou falar. Ainda que os seres humanos tenham a possibilidade orgânica de o fazerem, isso só ocorrerá em determinadas circunstâncias ambientais. Como escreve Ingold, “bipedalism cannot be attributed to the human organism unless the environmental context enters into the specification of what that organism is” (2000:375). Cf. também Bril (2000) e Ledebt e Bril (2000), sobre o desenvolvimento diferencial da marcha entre humanos. Além de Strivay (2006), que faz uma compilação dos relatos sobre crianças que viveram períodos isoladas do contato humano; ainda que voltado para outras questões, aborda escritos que trazem importantes subsídios para se repensar o estatuto do orgânico e do inato no desenvolvimento.

coisas se alteram: a ponta, que no início é rombuda e talhada na mesma peça da haste, passa a ser afiada, depois feita em metal; por fim, ela assume a configuração destacada da haste, com maior potencial para perfurar e aderir ao alvo. Mais correto seria dizer, conforme a nomenclatura local, que os meninos brincam com *hastes* (sem ponta), depois com *zagaias* (ponta conectada à haste), para finalmente usar o *arpão* (ponta destacável). Precisoções importantes, relativas ao potencial agressivo e à complexidade do dispositivo, mas que não devem diminuir o valor do processo contínuo de acoplamento à arma. [pranchas 28 e 29]

Também a forma de uso se modifica; empregada de início para atingir objetos inanimados, a arma passa logo a ser dirigida a objetos flutuantes (garrafas plásticas, pedaços de madeira, isopor) e depois a pequenos peixes, quando já dotada de ponta metálica. Há duas restrições dos adultos ao uso das hastes pelas crianças. Uma delas é em relação a seu potencial agressivo; ao contrário do anzol, que tem a manipulação infantil regulada em função do risco que representa a quem o maneja, o uso das pequenas zagaias é restrito por causa do risco de acertar outra criança; de tal modo que receber autorização para portar a zagaia nas perambulações pela *beira* provoca extremo orgulho, pois é um signo do auto-dimensionamento de seu potencial agressivo. Isto não se refere apenas aos humanos, mas também aos pequenos animais, como caranguejos e peixes que se deslocam na região da vila. Quer dizer, os pais restringem o uso da zagaia pelo filho até que ele tenha domínio suficiente da arma para não acertar um colega e passe a não *malinar* os pequenos animais, o que significa usar indevidamente seu potencial.

Daí que o uso da haste pelos *moleques* não indica apenas o acoplamento corporal à arma, mas implica no desenvolvimento de uma forma de se relacionar com outros seres. As brincadeiras infantis são voltadas para o universo da predação, e a vida infantil dos laguistas deve ser considerada a partir de sua frequência à *beira*; costuma-se dizer que os *moleques* passam o dia inteiro às margens do rio, correndo e imergindo em suas águas, ‘*só com os olhos de fora*’. Isto porque o manejo da arma não significa apenas o acoplamento motor ao artefato, mas uma forma de interação com elementos no meio líquido, sejam eles objetos ou seres animados. As brincadeiras na água passam assim por dois aspectos importantes, quais sejam: a interação com animais e a experimentação do *fundo*, aos moldes dos animais subaquáticos. O pequeno não só arpoa peixes e outros animais que habitam a *beira*, mas vivencia também o universo do *fundo*. Por isso, entre os laguistas diz-se que *menino homem você não pode criar só em cima do jirau.*’

Antes de falar destes jogos, diga-se que eles são praticados também pelos adultos, e tanto na *beira* defronte a vila, como nos lagos, já que a vida das crianças e laguistas não obedece a um corte absoluto entre os dois ambientes. Mesmo que eles sejam diferentes em vários aspectos, os comportamentos, as brincadeiras e a forma de interagir no lago e na vila se assemelham; a principal brincadeira – o *jô* – é praticada por adultos e crianças tanto no lago quanto na vila. Divididos em dois grupos, ambos situados na água, um parte da *mãe* (estaca que serve de pique) com o objetivo de tocar os participantes do grupo oposto, enquanto os membros deste grupo tentam se esquivar e alcançar a mãe, e cada um que chega se encontra *salvo*. Se todos os perseguidos atingem a mãe, a brincadeira se reinicia com os dois grupos nas mesmas posições; se um deles é *pego*, ou seja, tocado por alguém do grupo que persegue, as posições dos grupos se invertem. Outro jogo consiste em “arpoar”, a partir do trapiche na vila ou da feitoria no lago, alguém que se desloca na água, com uma haste leve com um tecido protetor enrolado à ponta.

Em ambos os casos, os jogadores assumem o papel de diferentes animais, segundo o seu comportamento na água. As diversas condutas dos animais aquáticos são lembradas pelos que assistem à brincadeira – profundidade de deslocamento, velocidade, agilidade, produção eventual de signos visíveis à superfície etc. – como também são feitas considerações mais gerais sobre sua inteligência. Isto dá lugar a comentários e apelidos que se tornam correntes na vida cotidiana da vila, mostrando que a socialidade geral entre os laguistas passa pelos animais e seus comportamentos. Paroca, o laguista mais famoso nesses jogos, é conhecido também pelo apelido *Ela*, que remete à pirapema grande (*Tarpon atlanticus*) o mais ágil dos peixes lacustres. Alguma capacidade para a natação em superfície, mesmo se ela não é de muita utilidade para esquivar-se das “arpoadas” e de perseguidores subaquáticos, valeu-me a (honrosa) denominação de *ariranha* (*Pteronura brasiliensis*).

Sem escamotear seu caráter lúdico, é perfeitamente possível considerar tais brincadeiras como um modo de experimentar a posição de um animal subaquático. Longe de propor tomá-las num sentido utilitarista, penso que não se pode, por outro lado, ignorar que elas se fundam nos elementos concretos da socialidade nos lagos, que passa pelos fatores da relação de predação, dados na relação direta de percepção e mobilidade. Aliás, a importância de se conhecer a perspectiva do animal no aprendizado da caça é evocado por etnólogos como Descola (1994: 236-9) e Laura Rival (1996). Esta afirma que o aprendizado da caça compreende a percepção do

ambiente nos termos dos outros animais: “(...) *by interpreting the environment from an animal’s perspective, they were recognising the animal’s capacity for will and purpose*” (idem: 148).

Uma proposição assim pode ser entendida apenas como o resultado do conhecimento etológico objetivo ou do esforço intelectual de se colocar no lugar do animal; mas há motivos suficientes para considerar que a mudança efetiva de posição – isto é, de ambiente e de propósito – é um elemento chave na formação dos laguistas. Por exemplo, ao tentar explicar-me os cuidados necessários ao remar numa região com muita vegetação superficial, Paroca propôs-me o seguinte. Eu mergulharia e ele tomaria um talo de lodo, rompendo-o sob a água, do modo como o remo faz ao puxar essa vegetação; assim eu poderia compreender a intensidade em que este ruído se faz sentir, e o tipo de cuidado que se deve ter ao remar.

Esse lodo, essa flor que fica no fundo, isso é muito danado pra fazer pirarucu sentir a gente, porque no fundo ele arrebenta e faz trec!, o peixe percebe logo onde tá. (...) Ele ouve de longe, ih, percebe tudinho o barulho. A gente que não é acostumado sente, por aí a gente tem uma base; mas o peixe, que é acostumado, claro que ele ouve muito mesmo.

A diferença básica da capacidade perceptiva entre o proeiro e o peixe está dada no fato de se *acostumar* com uma situação, ou seja, trata-se muito mais da prática de uma interação do que de um aparato orgânico pré-formulado. As brincadeiras submersas cumprem exatamente esse papel de fazer o laguista experimentar o ambiente do fundo, naquilo que ele apresenta em termos de suas particularidades perceptivas e motoras. Isso ganha em importância se colocarmos este processo diante da formação do proeiro enquanto alguém capaz de predar. Podemos atribuir à formação do proeiro aquilo que Taylor (2000: 328) diz a respeito dos caçadores jivaro, que eles só se tornam uma “*vrai personne*” através da capacidade de predar; mas isto implica na constituição de suas possibilidades de engajamento na socialidade dos lagos, que passa também pela experimentação do ponto de vista da presa, como forma de manter uma interação eficaz nos termos da predação.

Essa é uma preocupação que permanece sempre no horizonte dos laguistas, e mesmo quando os filhos pequenos acompanham as expedições ao lago, lhes são oportunizadas tanto a utilização de sua zagaia quanto a experimentação do *fundo* e das relações em que se engajam nos lagos. Durante todo esse tempo a criança ocupa o meio da montaria, efetuando tarefas secundárias e bem delimitadas, como segurar e organizar objetos, mas ela não está de modo algum eximida das relações entre os seres. A primeira mudança de comportamento necessária à

criança é permanecer silencioso, o que é essencial, sobretudo para a pesca do pirarucu. Durante o marisco, os adultos trabalham pacientemente esta capacidade das crianças, raramente se irritando além da conta ou castigando uma atitude da criança que espante a presa. Para que eles possam se dedicar a uma postura silenciosa, os proeiros procuram não levar duas crianças muito pequenas, o que tornaria seus mariscos inviáveis. É necessário também não movimentar a montaria, às vezes por até duas ou três horas, em algumas situações evitando inclusive os gestos para tomar água ou espantar um inseto.

Quando vários laguistas estão numa mesma feitoria, formando um meio masculino, os adultos brincam com as crianças, muitas vezes sublinhando os aspectos de sua virilidade e os colocando em questão. De ordinário, são brincadeiras de ordem sexual, ou observações dubitativas concernindo suas capacidades para cumprir alguma tarefa relativa à pesca, o que é tomado pelas crianças como ofensa. Acontece, por exemplo, que um adulto se engaje numa espécie de competição com as crianças para pescar piranhas (*Serrasalmus rhombeus* e *Pygocentrus nattereri*) sob a feitoria. Cuidando para que a vitória do pequeno seja possível, ele lança desafios e provocações aos quais a criança responde prontamente e com veemência, estimulada nisso pelos demais adultos. Se para a criança essa situação reveste-se de um caráter fortemente agonístico, os adultos vêm nisso um divertimento menor, e não há tensões entre eles e o pai ou o responsável pela criança. Este permanece a parte de tais atividades, ocupando uma posição distinta: ele trata da alimentação e dos cuidados elementares das crianças pequenas, impondo os limites e indicando os deveres que ela incorpora ao longo do tempo. Mas além dos desafios e provocações, os laguistas fazem calorosos encorajamentos, dirigindo-se ao pequeno como se ele fosse um proeiro. Quando avistam uma montaria, por exemplo, em lugar que ela seja identificada pelo proeiro, como de hábito, pode-se saudá-la em nome da criança que vêm no centro. Quando uma montaria chega à feitoria trazendo um pirarucu, a criança pode ser aclamada no lugar de seu pai, tio ou irmão. De maneira que o comportamento dos laguistas em relação às crianças se estabelece entre o desafio e o reconhecimento.

As oportunidades para arpoar também lhe são conferidas em ocasiões especialmente conduzidas com este fim. Além das brincadeiras a partir da feitoria, quando arpoam outros laguistas ou os estreitos e roliços troncos de *aninga*, as crianças são levadas pelos proeiros a arpoar peixinhos a partir da montaria em movimento, seja durante as viagens entre o lago e a vila, ou em situações especiais, quando saem para arpoar peixinhos mais lentos, como o *apaiari*. O

aruanã também é visado para isto, já que em momentos de chuva forte, ele se move desorientado pela superfície, tornando-se um alvo mais fácil. Mas este desenvolvimento assume outro ritmo quando a criança assume a posição de piloto, por volta dos oito anos, incorporando-se ativamente à perseguição ao pirarucu. A idade disto varia conforme as atividades escolares e a idade dos outros irmãos, pois a maioria dos proeiros procura sempre ter um filho à popa, não precisando dividir o resultado da quinzena e facilitando o exercício da autoridade implicada nessa relação. [prancha 31]

A relação entre proeiro e piloto se conforma a uma interação de condutas e sinais. Quem vai na popa deve aportar velocidade e direção à montaria, além de perceber o peixe, sobretudo atrás da montaria. Entretanto, quando se trata de um piloto noviço, o proeiro emprega suas competências a medida que elas se desenvolvem. No caso de um menino de até dez, onze anos, sabe-se que ele apenas mantém a estabilidade da popa no instante da arpoada, sem a força para perseguir o peixe em fuga; em conseqüência, o proeiro aguarda a melhor ocasião para acertar a arpoada de primeira. Pela mesma razão, o proeiro passa à popa durante o trajeto entre o lago e a vila, pois o pequeno piloto não conhece o caminho no interior do mangal, sua força não é suficiente para executar as curvas acentuadas e sua resistência não suporta as longas viagens a remo (que chegam a mais de quinze horas seguidas). Durante este período inicial, o proeiro assegura que o piloto aprenda os trajetos e o posicionamento da montaria no momento da arpoada.

No lago existe uma interação pedagógica intencional, organizada pelo proeiro em função do piloto, e que assume contornos especiais se são parentes. O costume que exprime isto com mais ênfase é aquele que reserva os domingos para a troca de posições entre proeiro e piloto, quando este já tem alguma experiência no lago. Assim, o piloto tem excepcionalmente a chance de conduzir a montaria e de arpoar o pirarucu em condições normais de perseguição, com a velocidade e as interações nela envolvidas. Ademais, essa é uma situação *sui generis*, pois o “piloto” de ocasião tem legitimidade para dar conselhos e mesmo para reprovar o arpoador, corrigindo suas ações e, principalmente, dirigindo sua atenção aos aspectos essenciais das ações de predação. De modo que, antes mesmo de *pegar a proa*, o proeiro estreante já terá *matado*. Todavia, mesmo nos dias normais, espera-se que a relação entre proeiro e piloto seja de aprendizagem, já que esse conduz a montaria atento a todas as interações, táticas e gestos, buscando posicionar o proeiro conforme as situações e as chances de arpoar. Cabe ao proeiro

assinalar os elementos importantes ao piloto, até porque isto é primordial à sua própria eficácia, posto que o ocupante da popa é responsável por sua *posição* (distância) e sua *feição* (direção) diante do peixe. Em suma, o piloto participa diretamente das ações, englobado no comportamento do proeiro; este é um período em que se aprende ao participar na ação de outro (em seus próprios gestos), atuando conforme suas estratégias e seu modo de percepção e, principalmente, à sua condução da interação com o pirarucu.

Em certa medida, na popa o piloto *enxerga* mais que o proeiro, pois ele se encontra mais próximo da lâmina d'água, atento às mínimas ondulações (*carculos*) que indicam os movimentos do peixe. Por isso, um piloto experimentado já sabe de antemão se a haste atingirá ou não o peixe e o motivo do erro, informando assim o proeiro para que ele regule melhor o próximo lançamento. Entretanto, ao considerarem essa importância dos pilotos, os proeiros não deixam de acrescentar: *‘a popa é bem perto da proa – é pertinho – mas o caboclo quer ver a diferença, passe de lá pra frente, ele vê logo a diferença’*. A condução da atividade envolve, logicamente, outros fatores, que passam pela constituição do proeiro como o epicentro da conexão entre o piloto, a montaria e o arpão. E nisso retorna-se ao argumento da interação pedagógica intencional, sob outra ótica: o proeiro se volta ao aprendizado do piloto na medida em que ele busca ter no piloto reverberação e complementaridade a seus movimentos. E tanto melhor quando se trata de um filho ou um parente, pois o resultado da quinzena não precisa ser partilhado com um piloto “estrangeiro”. Além disso, se o piloto é um parente, esse processo de aprendizagem ganha ainda mais significado, pois visa efetivamente a futura passagem do piloto a proeiro.

De um proeiro aposentado se diz que os filhos *matam por ele*. Normalmente os filhos todos pilotam para o pai, até a idade em que ele ainda atua. Há dentre os filhos de proeiros, obviamente, aqueles que não chegaram a *pegar a proa* ou desistiram, e entre estes estão com inequívoca constância os últimos filhos. Estes não encontram o pai e muitas vezes nem um irmão que os conduza ao lago, efetuando a inserção na atividade:

As outras pessoas não vai ensinar como um pai tem paciência pra ensinar um filho. O pai tem paciência pra ensinar o serviço, ensinar como é a posição, pegar a posição... E outros não vai ter a disposição pra ensinar pra outras pessoas que não é nada pra ele, não vai ensinar o que ele sabe. (Macó)

Voltamos então à ambigüidade colocada de início, onde o proeiro aparece tanto fruto do *dom* quanto do aprendizado; o que ressalta do discurso dos laguistas, na verdade, é que o *dom*

significa a capacidade de arpoar, que é dada pelo desenvolvimento da criança acoplada ao arpão, que ocorre entre os laguistas. Mas a *ciência do pirarucu*, isto é, a interação com o peixe, não passa simplesmente por este *dom*, considerado inato aos laguistas, mas envolve a participação efetiva no lago, com o pai ou um parente que tenha disposição para levar o piloto a passar de sua posição englobada para tornar-se o epicentro deste sistema constituído pela montaria. Não se trata de propor um determinismo na transmissão da função de proeiro, já que, como vimos, um sobrinho pode levar como piloto o marido de sua tia, recém chegado de outra cidade. Além disso, os pilotos fazem quinzenas com outros proeiros que não seus parentes, e aprendem também nestas atuações. Mas os proeiros que têm filhos homens, dão, efetivamente, prioridade para seus descendentes, e isto é um fator primordial na reprodução da atividade.

Na sua obra clássica sobre a pesca na Amazônia, José Veríssimo faz uma observação digna de nota no que tange as habilidades da pesca. Diz ele, tratando sobre a sofisticada habilidade de flechar peixes:

Essa operação difficilíssima, em que têm de levar em conta o fenômeno da refração, a executam, tal a sua perícia dada por um *longo hábito* e por aptidões hereditariamente transmitidas, com *rara habilidade* e simplesmente *sem lhe darem valor*. (Veríssimo 1970: 77, grifo meu)

Ainda que não se saiba exatamente o que Veríssimo queria dizer com “hereditariamente transmitidas”, o fato de que a operação é extremamente sofisticada, desenvolvida ao longo de muitos anos, e ao mesmo tempo menosprezada, apresenta alguns fatores importantes para nossa análise, já que é exatamente assim que os laguistas se referem à capacidade de arpoar. O manejo da arma é algo naturalizado, posto que fruto de um acoplamento solidário ao desenvolvimento da criança. Isto torna a habilidade com o arpão, assim como no exemplo do arco e flecha, algo que, não evoca grandes valorizações, pois é generalizado. O que suscita as maiores preocupações no Sucuriju é o que chamam de *ciência do pirarucu*, e que noutros contextos os etnólogos também apontaram como o fator de maior interesse. Descola, por exemplo, diz que o principal aprendizado dos caçadores achuar situa-se na capacidade por passar despercebido e antecipar as reações da presa. Segundo Descola, o que diferencia um caçador experimentado de um noviço não é exatamente a pontaria, mas a capacidade de lidar com o comportamento do animal:

[The stalking] is the most delicate phase, when experienced hunters show their superiority. Not only must the hunter make no sound in order to get as close to the game

as possible – keeping down mind if he is stalking ground game – but he must also foresee every reaction if the game is startled. (1994: 237 e 249)

Pode-se dizer o mesmo para a situação do Sucuriju, e um bom exemplo é a situação em que o pirarucu *buia*, que exige grande experiência sobre o comportamento do peixe depois de tomar ar – de tal maneira que, para os proeiros novatos, essa é forma mais difícil de arpoar, já para os experientes, é uma das mais fáceis. Para além, portanto, do *dom*, que se refere ao manejo do arpão, a atividade dos lagos deve proporcionar a experimentação dos jovens laguistas, e isso passa por uma organização da atividade também em torno deste fator. A relação com o piloto e a integração dos noviços não são acessórias, ao contrário, elas compõem a atividade do proeiro. Tanto é assim que aqueles que não têm filhos ou sobrinhos desenvolvem alguns traços técnicos tidos como incomuns. Paroca, por exemplo, por só ter filhas, a certa altura especializou-se em executar as atividades dos lagos sem piloto, apenas com o *joão de pau*, assumindo uma forma de *trabalhar com o peixe* que inclusive o dificulta quando atua eventualmente com um piloto. Já Zé Nádio, tido como o proeiro mais *feliz pra pirarucu*, sem filhos, não executa a arpoada do mesmo modo que os demais, apresentando uma particularidade técnica reveladora. Ele não retém a volta da arpoeira, segurando-a com a mão junto da haste, mas a deixa solta, fazendo uma larga volta ao sair do cabeçote da haste e retornando para a proa passando livremente sobre seu bíceps. A diminuição da volta da arpoeira, trazendo-a para frente junto à haste, é uma medida adotada por todos os demais proeiros, pois evita que no momento da arpoada uma criança sentada no meio da montaria seja enlaçada violentamente pela arma.

A despreocupação do gesto de Zé Nádio é notável para os demais proeiros e significativa para a análise da reprodução da pesca lacustre. Diferentemente dos demais, em sua arpoada Zé Nádio não demonstra a presença de um futuro proeiro em sua montaria, sua ação não apresenta os traços da existência de noviços englobados em seu “corpo estendido”. Isto nos remete à conclusão mais geral de que, se a preparação para ser proeiro se constitui ao mesmo tempo num *dom* e num *aprendizado*, ela não envia apenas às estruturas de transmissão hereditária de uma função, mas diz respeito à estruturação do contexto técnico. Ora, a inserção dos noviços se realiza através do englobamento na atividade de um proeiro; mas ao inserir o pequeno em seu domínio, o proeiro assume o processo de desenvolvimento dele em todos os momentos de sua atuação, nos mínimos gestos.

Por outro lado, idealmente o rapaz se desenvolve enquanto proeiro fazendo parte dos acoplamentos estabelecidos na montaria, até se tornar piloto e experimentar a atuação como arpoador, para depois *pegar a proa* de sua própria montaria. Por isso, se falamos de reprodução da pesca no lago, o termo não deveria ser tomado no sentido de imitação, de transmissão ou de produção de um mesmo padrão. Para tratar da reprodução do proeiro, fazendo jus às particularidades de seu engajamento e da atividade técnica, é o caso de emprestar uma noção da biologia, fazendo uma analogia da relação entre proeiro e piloto com o processo de gestação. É através do englobamento nesse corpo estendido que um novo indivíduo se desenvolve e emerge, com características semelhantes àquele que o gestou, relacionando-se com os seres no lago através da articulação arpão-montaria-piloto. Por isso, ao falar de sua evolução na pesca, os proeiros referem-se ao proeiro do qual foi piloto, assinalando sua origem técnica, e ao padrão que marcou sua passagem definitiva ao estatuto de um ser independente, que *se fia no seu arpão*.

Disposição e metamorfoses: o engajamento a bordo como modo de subjetivação

Antes de começar a pescar, por volta dos quatorze anos, o jovem conhece a vida a bordo apenas pelas ocasiões em que teve de fazer uma viagem – situação muito diferente daquela experimentada na pesca. Contudo, as operações da pesca não são completamente estranhas para ele. Por suas incursões para *defender a bóia* no rio ou na praia, acompanhado de um adulto, a bordo de uma montaria, o *moleque* pratica certas operações elementares, como realizar os nós mais simples, manipular peixes e instrumentos importantes como a faca, e sabe também em termos gerais usar e prevenir-se contra o anzol etc. O próprio cotidiano da vila faz com que o fluxo hídrico seja bem conhecido; ele acompanha a influência da temporalidade da maré sobre os movimentos mais importantes da pesca – sair, retornar, linhar – pelos comentários e atividades dos pescadores nos trapiches. Portanto, mesmo se os filhos de pescadores estão alheios às ações a bordo e vivem um controle próximo de suas atividades lúdicas, que os leva a gravitarem em torno do ambiente doméstico, mais do que incursionarem pela extensão da *beira*, a pesca não é, de modo algum, distante de seu universo.

Bastaria falar do fascínio que o barco exerce sobre todos no Sucuriçu, e que é experimentado pelos meninos como um arrebatamento, sobre o qual é difícil exagerar. Os barcos são desenhados por todos os lugares, dos cadernos escolares às tábuas da ponte; fabricam-se miniaturas, às vezes dotadas de motor a pilha e vela, adaptadas assim à disputa de regatas no rio –

diversos materiais são usados nestas pequenas construções, como madeira, metal, isopor, casca de melancia etc. Há também barcos equipados com todos os elementos para a pesca, como sacas de sal e de farinha, bóias, linhas e redes (trechos de redes usadas na pesca de estacada); embarcações em miniatura, mas que efetuam operações de pesca na *beira*, capturando inclusive alguns peixes, e que os meninos levam para o meio do rio, onde elas enfrentam a *maresia* e por vezes naufragam, perdendo tudo o que levam. Objetos maiores, capazes de suportar o corpo dos meninos, como um balde, um tronco ou um resto de antena parabólica, são momentaneamente transformados em barco para a representação da pesca e da navegação.

Deixo para outro local uma abordagem mais detida sobre o imaginário e os jogos infantis em torno do barco, mas é inescapável mencionar aqui o grande interesse pelos barcos “de verdade”. As embarcações aportadas na vila são assiduamente ocupadas pelos *moleques*, tanto assim que os pescadores têm dificuldade em afastá-los um pouco quando os trabalhos relativos à pesca devem se desenrolar. A presença e a curiosidade dos meninos é tal que uma das tarefas dos tripulantes ao aportar na vila é organizar cuidadosamente o barco, a fim que eles não encontrem instrumentos que possam danificar ou retirar para suas brincadeiras. Quando um barco parte ou retorna da pesca, normalmente estão a bordo vários *moleques*, pois eles sobem ou saltam quando a embarcação navega pelo rio. Essas ocasiões sempre evocam a atenção e suspendem por segundos a atividade da vila, mas para os *moleques* a passagem das embarcações defronte a vila é um momento de exaltação, e os que não acompanham os barcos fazem comentários e imitam o som dos motores, cujas minúcias são conhecidas, desde as especificações técnicas até as particularidades de cada um. [prancha 32]

Sem dúvida, trata-se de uma situação em que a brincadeira é o signo do trabalho (cf. Duarte 1999), formulando desde muito cedo os elementos envolvidos no universo da pesca. Mas é importante ressaltar, ao contrário do que pode parecer, que as práticas lúdicas em torno da pesca no Sucuriçu não constituem uma preparação lenta e progressiva dos *moleques* para o que eles virão a experimentar quando embarcarem para efetuar a pesca. A passagem para a vida a bordo é um corte nítido e abrupto na trajetória do rapaz, que se efetua ao longo de alguns meses, sem preparação e condução outra que a inclusão numa tripulação de pesca, situação tão desafiante quanto desconhecida (apesar de imaginada). Momento grave, que se pode sem hesitação qualificar como uma iniciação, já que é um processo decisivo e que acarreta mudança de estatuto.

Na decisão sobre a entrada do rapaz na pesca intervêm vários fatores, dentre os quais sua motivação e sua maturação corporal, a alternativa de prosseguir nos estudos e a premência econômica de sua *casa*. Quando das primeiras viagens, os pais é que *dão* o filho ao encarregado e fazem o acerto da sua *parte* no resultado da quinzena; mas o rapaz não é necessariamente acompanhado de um parente próximo, visto que a composição das tripulações inclusive evita essa prática (como, aliás, alhures, cf. Furtado 1993: 276-9). De início, o novo *camarado* orienta suas preocupações num processo de *se acostumar*; ele sabe de antemão que a falta de conforto, as náuseas e as dores podem atingir um nível elevado, para em seguida diminuir – mas sabe também que algumas pessoas não suportaram esse processo e abandonaram a pesca. Não é sem inquietude que o rapaz vai a bordo pelas primeiras vezes, com a responsabilidade de manter a *disposição* e se mostrar *ativo no serviço*, mesmo experimentando sensações penosas.

Tanto a inserção a bordo não guarda necessariamente uma ligação com a experiência anterior que se integram à pesca pessoas que não tiveram experiências próximas a este universo. Os exemplos são vários, como os laguistas que não se tornaram proeiros ou os proeiros que fazem algumas quinzenas na costa enquanto o rio está seco; um carpinteiro que adquiriu um barco através de financiamento governamental; um forasteiro ou alguém que retorna da cidade para trabalhar na pesca, definitivamente ou por algum tempo. Para todos eles é necessário, entretanto, *disposição* para enfrentar o período de adaptação ou de readaptação. Nesse processo inicial, dois objetivos relacionados são enfatizados: a possibilidade de equilibrar-se e de deslocar-se em meio às ondulações, e de passar pelos momentos de grande maresia sem que sobrevenham náuseas, como, aliás, parece ser algo disseminado na pesca marítima e costeira (e.g. Duarte 1999; Pálsson 1994; Cardoso 2002).

Se firmar sobre o barco, assumindo postura bípede, sem a necessidade de usar o apoio das mãos, é um fator primordial para a execução da pesca. Os noviços, e mesmo pessoas já habituadas, mas que passaram longos período afastadas da pesca, enfrentam dificuldades de equilíbrio e sofrem quedas, até conseguir *estar certo com a maresia*. Essa expressão envolve uma sutileza biomecânica digna de nota. Contra o desequilíbrio, os novatos utilizam a estratégia de afastar as pernas, mantendo uma base de apoio mais ampla, que os possibilita corrigirem a inclinação do tronco a cada movimento do convés. Porém, se minimiza a chance de uma queda, sempre vergonhosa, isso acarreta menor mobilidade e agilidade nas ações a bordo. À medida que o pescador *fica certo com a maresia*, ele aproxima os pés, até assumir uma postura de

deslocamento aparentemente análoga à utilizada em terra. Mas ao firmar-se numa base estreita (com os pés a pequena distância), o pescador está sujeito a que uma ondulação mais forte incline seu tronco, faça seu peso pender para o lado e, sem apoio, ele poderia então cair. Entretanto, há processos mais sofisticados, indicando que o pescador não reage, mas interage com o movimento do barco.

Em primeiro lugar, a relação entre seus pés e o convés torna-se não apenas um “apoio”, mas uma “articulação”; sem desconectar os pés, o pescador é capaz de inclinar o tronco ao ritmo das ondulações, numa angulação proporcional aos movimentos do convés, mantendo postura próxima à vertical, apesar da inclinação do barco. O detalhe importante é que essa compensação só é possível porque não é imediata, mas se baseia nos movimentos subsequentes das ondulações. Em outras palavras, ao ser levado a inclinar-se, o pescador experiente não executa uma correção instantânea de sua postura, mas se deixa levar, numa aparente perda do equilíbrio, que, no entanto, será restaurado com o movimento seguinte do barco, em sentido contrário. Essa importante relação entre os gestos do pescador e os movimentos do convés exigiria um estudo mais aprofundado, mas as observações rudimentares aqui expostas levam a uma compreensão mais exata da expressão *ficar certo com a maresia*. Ela não significa simplesmente saber reagir ao ritmo das ondulações, mas adotar um modo “ondulatório” de marcha e postura bípede, associando nas ações movimentos hídricos e corporais. Talvez isso fique mais claro com o exemplo singelo da relação com os objetos a bordo: para apanhar algo a certa distância, não se deve efetuar grande mobilização, basta aproveitar o impulso favorável de uma ondulação; para tomar água contida em um recipiente, ingere-se o líquido a intervalos, conforme os movimentos do barco o trazem à boca.

Há também uma adaptação propriamente fisiológica à estada no mar, que envolve superar um período em que sobrevêm tonturas, náuseas e eventualmente vômitos. Esse estado é denominado *estar porre* (a mesma expressão usada para a embriaguês alcoólica), que acarreta uma baixa capacidade de ação. Ele está, obviamente, relacionado com o estabelecimento do equilíbrio sobre o convés, mas significa um mal estar que prejudica a incorporação do noviço ao serviço. É diante dessa situação que se coloca a necessidade de *não se entregar*, demonstração aguda da *disposição* que deve acompanhar o pescador todo tempo. A postura ativa é primordial, já que o processo de inserção a bordo não se dá assumindo uma condição confortável para em

seguida incorporar-se no *serviço*; ao contrário, apenas a atividade a bordo é que pode aplacar o desconforto que experimenta o novato.

Eu tinha que tá no trabalho, pra poder fazer e ajudar meus companheiros, pra aprender. Ai eu dizia ‘olha, agora seu Honestino [encarregado], eu tô assim, mas quando for pra fazer o serviço você me avisa que eu vou fazer, meio assim, meio mal, mas eu vou fazer.’ Porque se eu fosse parar ali no canto, eu todo tempo ia ficar naquele estilo. Então eu tinha que me movimentar pra poder aquilo me deixar, me desprezar. Então foi, foi, até mesmo acabou o enjôo. Aí eu fazia tudo já. (Everaldo)

Na inserção a bordo, o pescador novato está relativamente solitário, posto que ainda é estranho no ambiente do barco. E a forma de integrar-se não é outra que estabelecer a conexão com a temporalidade da pesca costeira, que é dada tanto na dinâmica do *serviço* – o *horário* para efetuar as tarefas – quanto no próprio fluxo hídrico, que constitui um novo modo de interação com os objetos e de experimentação cinestésica. Por isso, além do *serviço*, o contato com a água é de grande valia. Como lembra Mira, os conselhos que lhe davam eram nesse sentido:

Depois eu comecei a ficar em pé, em cima [no convés], começar a mover... O pessoal me incentivava: ‘tu tem que levantar, tu tem que tomar banho com essa água salgada, tu tem de ir provando pouquinho [dela], que tudo isso vai tirar o enjôo do estômago’. Eu deixava eles dormirem e ia lá, pegava a cuia, tomava banho, aqui e acolá provava um pouquinho, e aí foi acabando mesmo.

Trata-se do processo de *se acostumar*, que necessita, como vimos, da *disposição* do novato para se manter em atividade, mas cujo desenrolar e o sucesso dependem da vinculação à dinâmica a bordo. Como explica seu Nestor, se acostumar é

passar tempo na pesca trabalhando. Depois que ele passa os tempo, ele acha que é bom, ele continua. Quando ele acha que é ruim, não se acostuma de jeito nenhum, ele tira o time, vai procurar outro serviço.

É claro que para *ser ativo* a bordo é preciso conseguir executar as tarefas, algo que depende de uma aprendizagem. Mas a competência a bordo resulta do próprio engajamento no *serviço*, coordenando-se aos objetos e aos outros pescadores; de modo que o aprendizado – *ficar um profissional* – é definido não como acumulação de conhecimentos, mas como um processo de *ficar mais ativo* frente a uma atividade que está se desenrolando de qualquer maneira. O essencial a se ter em conta é que o pescador se torna competente porque está efetivamente a bordo, isto é, realiza tarefas que lhe são designadas, não havendo nisso nada que se assemelhe à situação

privilegiada e deslocada de um aprendiz. Não se trata de imputar aos pescadores qualquer má vontade para ensinar. Na verdade, o novato encontra sempre pescadores mais atenciosos que, percebendo que ele é *ativo*, dedicam-se a demonstrar algum nó ou corrigir-lhe o modo de cortar o peixe, nos momentos de pausa no *serviço*.

Mas essa atitude não é um fator preponderante, até porque durante a pesca a sucessão de operações não dá margem a interrupções pedagógicas. No conjunto das tarefas, são atribuídas ao novato as menos centrais e perigosas; mas elas compõem, como as demais, um sistema que funciona coordenadamente e num ritmo determinado. Quando o noviço não consegue executar algo, um pescador experimentado assinala seu erro ou, se é o caso, efetua célere aquela tarefa e retorna a seu posto. Para se ter a exata medida desta premência pelo ritmo, é o caso de lembrar que, junto com os pescadores, fazem parte deste sistema elementos com comportamentos e ritmos de ação particulares, cujas dinâmicas não são alteradas pela presença de um noviço. A maré, o anzol, a linha, o motor, a própria embarcação – toda uma série de outros elementos com os quais também é preciso interagir.

Existe, obviamente, uma forma de aprendizagem, já que o pescador se engaja cada vez melhor nas atividades, mas não se trata de uma modalidade orientada de aprendizado – pelo menos não numa relação circunscrita entre o novato e o pescador experiente. A dinâmica a bordo tem seu valor pedagógico, de modo que seria mais justo falar de uma imersão abrupta no *serviço*, seguido do esforço do noviço para se integrar o melhor possível às ações. O ritmo segue indiferente à defasagem que o neófito experimenta – desde o seu deslocamento trôpego ou mesmo sentado (*de bunda*) até a arriscada ignorância sobre a magnitude da tensão existente num cabo. A única via a seguir para o novato é tornar-se *ativo*, apresentando *disposição* para engajar-se nas tarefas e resultando disso sua coordenação com os ritmos a bordo. Em suma, interrogado sobre seu processo de aprendizagem, o pescador só pode fazer referência à inserção no trabalho a bordo:

Bom, eu trabalhei assim de camarado, eu ia de camarado. De lá, depois, lá dentro, eu ia praticando. Jogar anzol, cuidei peixe, tudo. E foi bom, fiquei mestre pra tudo. Sabia jogar anzol, sabia descabeçar, tirar grude, abrir peixe, lanhar, salgar, tudo (seu Branco).

Quando relembram seu aprendizado na pesca, os pescadores assinalam os barcos em que começaram. De fato, o relevante (e, eventualmente, fonte de prestígio) é o barco em que o pescador se incorporou, e isto implica que a inserção na dinâmica a bordo é o fator primordial de

sua constituição. Em contexto etnográfico semelhante, na pesca de anzol do litoral do Pará, Cardoso (2002: 166-7) transcreve a seguinte assertiva de um pescador: “pesca é uma coisa que ninguém ensina ninguém. O cara aprende olhando”; além disso, Cardoso também frisa o papel chave das primeiras viagens e de ficar ou não “porre” para a continuidade do novato na pesca. No caso do Sucuriju, as afirmações são também assim, conferindo menor valor à interação pedagógica intencional e sublinhando a adaptação corporal – mas isso não significa que não haja intervenções entre pescadores. Elas ocorrem, são importantes e lembradas pelos pescadores, mas estão subsumidas à dinâmica e ao sentido do serviço a bordo, isto é, articuladas às formas principais de desenvolver a competência, quais sejam *observar* e *praticar*. Portanto, quando me refiro ao nível do *serviço* como o mais importante, não é para retratar uma situação de incomunicabilidade entre os pescadores ou de determinismo dos artefatos, afinal, eles compõem a dinâmica do barco. Porém, a interação entre eles se dá nos termos de seu papel a bordo; se a interação educativa intencional existe, juntamente a uma série de outros fatores, não é ela que dirige a integração na pesca.

Assim, por exemplo, na ocasião em que o filho de um laguista fora levado pelo pai a tentar a pesca costeira, visto que não teria condições de chegar a proeiro, o único conselho que recebeu foi o de prezar pelas boas relações com seus camarados, evitando tensões e desentendimentos. Mesmo tendo sido pescador reconhecido (além de proeiro afamado), e mostrando preocupação com o futuro do rapaz, não cabia ao pai acrescentar nada mais: a inserção a bordo diria tudo. O circuito da família é extremamente importante na produção dessa disposição e na decisão do momento de entrar na pesca, mas uma vez que o jovem inicia a incorporação nesse domínio, a influência dos parentes é eventual e, se ocorre, é orientada pelo ambiente do barco. Mesmo sendo pescadores em atividade, os pais permanecem em grande parte alheios ao desenvolvimento dos filhos; atuando de ordinário em barcos diferentes, apenas têm notícias de seu desempenho. Conforme o filho segue na pesca, os pais até se preocupam, mas o mais das vezes não sabem, por exemplo, se ele já *joga anzol*, até porque os jovens passam a guardar para si os detalhes de sua inserção a bordo. Nas primeiras viagens, alguns pais fazem recomendações ao encarregado, mas estas se limitam a enumerar as tarefas que o filho ainda não sabe realizar e a enfatizar que o encarregado pode exigir sua participação ativa. Trata-se mais que tudo de um ato formal de passagem do filho da autoridade de terra (pai) para aquela que rege o barco (encarregado):

Quem vem pedir [meu filho] aqui as vez pra mim deixar ele ir com ele, eu primeiro converso com o caboclo. ‘Olha, eu vou te dar meu filho, mas ele não sabe estrovar anzol, ele não sabe casear, ele ainda não tem bem prática como é pra se puxar uma linha, como é pra ferrar um peixe quando tá pra fugir... Ele é potro novo, é grande no tamanho, mas não sabe de nada ainda. Então, vai ensinando pra ele, vai incentivando ele, vai colocando, chama ele e bota ele pra trabalhar mesmo.’ Parar com esse negócio, porque tem caboclo que a gente tá chamando, ele dobra prum lado, você chama ele dobra pro outro, até que ele vai se levantar, perde até o ânimo da gente aprender um caboclo desse, porque ele não tá demonstrando que ele é esforçado pra aprender. Então a gente não quer nem saber mais de ensinar um caboclo desse (Mira).

Note-se que o pai se preocupa com que o filho se torne ativo e evoca ao encarregado, não algum cuidado com o rapaz, mas as principais interações envolvidas com os processos de *ensinar* e *aprender*, quais sejam, o *incentivo* e *conselho*. Sobre isso, vejamos as primeiras vezes em que um iniciante executa a função de jogar os anzóis. Vale lembrar alguns aspectos já expostos no capítulo três: no barco não há especialização das tarefas (fora as funções de autoridade e responsabilidade patrimonial do encarregado), mas jogar anzol é a mais prestigiosa e a que envolve maior risco; sua execução depende da vontade pessoal do pescador, de modo que existem pescadores experimentados que nunca realizaram essa tarefa, enquanto um noviço pode executá-la em suas primeiras viagens. Isto posto, a integração na atividade de jogar anzol serve de exemplo para o que vimos descrevendo, sobre a inserção no serviço. Nota-se nessa ocasião tanto a ênfase na *disposição* do jovem (demonstrando que é *ativo*, pronto a executar as tarefas que compõem a dinâmica a bordo), como também a preocupação dos camarados em infundir-lhe *coragem*. De resto, é a relação direta com o anzol (e não com o camarado) que rege as ações do noviço. Júnior narra a situação em que jogou anzol pela primeira vez:

Tem gente que dá nervoso quando vai jogar anzol. Eu, quando a primeira vez que eu fui jogar, me deu um nervoso... Chega a minha perna tremia, assim. Eu trabalhei muito, só que eu nunca tinha jogado anzol, eu digo ‘qualquer dia eu vou experimentar’. Nós fomos dar uma linhada, a maré tava correndo muito, meu irmão disse ‘olha, agora é a hora de tu experimentar’. Eu disse ‘será?’. Ele disse ‘é rapaz, vai que não vai acontecer nada contigo. Depois que tu jogar a primeira vez, toda vez tu vai querer jogar.’ Eu digo ‘então tá’. Aí peguei e fui jogar. Ainda joguei coisa, só que eu tava com muito nervoso, e quando o nervoso é muito, atrapalha a gente. A gente só fica imaginando o que vai acontecer, né, que com a gente vai dar tudo errado. Depois que joga a primeira vez, não, aí já dá vontade de jogar.

Abaixo, Mira narra a ocasião em que Jeandré estreou na *jogação de anzol*. Note-se que, quando fala de *ensinar* a jogar o anzol, é basicamente às medidas de incitar e conferir segurança que ele se refere:

Ele disse que tinha vontade de aprender a jogar anzol. Ai eu ensinei ele; uns dois dias lá com nós [no barco Nazareno], eu ensinei ele. Mas só que eu tava ensinando ele, mas eu tava no lado dele: ‘vou te ensinar, agora qualquer coisa que tu não der conta, tu me avisa. Porque eu pego logo o anzol na tua frente e tu passa pra trás de mim, aí eu já fico jogando e não tem problema nenhum’. Mas não, mesmo que ele teja tremendo ali, o caboclo tando ‘não, não treme, não treme...’. Aí vai incentivando, vai dando a coragem nele, aí ele vai e depois, se ele jogou tudinho, sem dar problema nenhum, quando é no outro dia ele já quer jogar de novo, já fica curioso pra jogar de novo. O caso dele, por exemplo, jogou no primeiro dia, a primeira vez que ele jogou. Quando foi no outro dia, ele disse ‘deixa eu jogar de novo!’ Eu digo, ‘joga, pode jogar, não tem problema nenhum. A posição é aquela, que tu começou, até tu tirar o nervoso e ficar melhor, daí pra melhor.’

Este procedimento se repete para várias situações, mas há outras em que o ímpeto do novato deve ser controlado, pois ele executa certas ações sem dimensionar a força ou o movimento que advirá dos objetos. Assim, na ação de trazer do fundo a linha ou a amarra da âncora, é importante enlaçá-la na *bita* (artefato usado para conter a tração de cabos, ver capítulo três), de modo que o pescador coordena o motor e a maré numa ação que exige mais força do que seu corpo poderia suportar. Por isso os mais experientes o exortam a efetuar essa operação: *passa na bita!*. Entretanto, se o novato ainda não dimensiona bem as trações, o pescador mais experiente pode, nessa mesma situação, prescindir da *bita*. Para tanto, ele enrola a linha entre sua mão e seu cotovelo flexionado em ângulo reto, e mantém uma postura ereta, alinhada com o peso, transferindo-o assim para o apoio das pernas. Destarte, ele faz com que seu próprio corpo cumpra o papel de controlar e transferir a força, dando prova de extrema integração somática ao barco.

A integração no barco produz transformações corporais notáveis, tanto no que diz respeito ao comportamento e à interação com os objetos – como o equilíbrio, o fim das náuseas, a harmonia com as trações – quanto no domínio morfológico: as mãos tornam-se *grossas* e com maior abertura entre os metacarpos, devido à tensão das cordas, a pele do rosto enruga, fruto do sol e de *fazer cara para o vento*, a sola dos pés se insensibilizam, aderindo ao convés sem desconforto etc. Todos estes aspectos constituem um processo esperado, que torna o pescador *ativo*, apto a conectar-se com os artefatos presentes no barco em diversas condições climáticas e oceanográficas.

Depois que eu me dediquei a pescar, o pessoal já vinha em casa falar pra mim – depois que eu completei meus dezoito, dezenove anos, já me dirigia por si mesmo – o pessoal vinha ‘pô, você não quer dar uma viagem comigo?’ Eu digo ‘bora!’ Já sabia do trabalho. Aí podia vim maresia, podia vim a porra... Não era aquele Everaldo que vivia porre no porão, não dava conta de nada. Depois que eu aprendi, fiquei de cabeça fria, eu disse ‘bom, a pesca pra mim eu já aprendi’. (Everaldo)

Aprender a pesca passa por ficar de pé no convés e manter-se *ativo*, o que encerra alterações significativas – ‘*não era aquele Everaldo que vivia porre...*’ Como uma iniciação, a integração no *serviço* a bordo envolve mudanças, passagem a outro estatuto, com padrões de ação modificados. Recorrendo outra vez a uma analogia biológica, pode-se aproximar esse processo de entrada na pesca costeira a uma metamorfose, na medida em que ele se apresenta como modificação intensa e circunscrita de forma e comportamento. Assim, tomando-se o plano mais geral das interações técnicas que constituem o barco, é preciso dizer que tornar-se pescador é uma forma de descentrar-se, de incluir seus gestos nas ações do barco, que envolve a coordenação de outros elementos. Isso tanto em atividades como o lançamento dos anzóis – quando o gesto do pescador expressa em sintonia fina a conjunção temporal dos diversos fatores em jogo – quanto no simples ato de postar-se de pé ou caminhar, onde a ação se dá através de um sistema biomecânico composto pelo pescador, o convés e as *maresias*. Ação esta, aliás, que expressa para o pescador a essência desse aprendizado – ‘*depois que eu deixei de tá porre no porão e subi pra cima [do convés], aí pronto*’ (Mira) – e também o declínio de sua capacidade para a pesca, que

Se engajar-se a bordo e suportar a situação árdua é algo da esfera da vontade do pescador – da sua *disposição* – a sua transformação leva à participação num processo de outra ordem, onde suas ações estão ligadas às relações que formam o *barco*. Nessa metamorfose o pescador ganha o estatuto de um elemento nas relações de individuação do barco, e é este o fator preeminente. O seu prestígio é proporcional à capacidade de conectar-se, de incluir seu corpo nas relações necessárias à ação do barco, de responder rapidamente aos imprevistos – em suma, de ser *ativo*. Mas se estou frisando que se trata de algo que se caracteriza melhor como metamorfose, e não aquisição ou transmissão de um conhecimento, é porque esse processo, além de implicar em modelações profundas às relações a bordo, acarreta também a perda de determinadas características da vida em terra.

Isto é importante, porque o pescador não apenas passa pelas modificações necessárias ao trabalho a bordo, mas faz o caminho inverso, de retorno à vida em terra. Ele vive uma trajetória

pendular entre o *barco* e a *casa*, e, se a incapacidade para as mudanças que o levam a se engajar a bordo é um empecilho determinante, a dificuldade em executar o retorno a terra não deixa de ser assinalada como um problema. Há os casos de pescadores que não conseguem adormecer em terra, sentindo falta das ondulações; ou que acham difícil usar uma caneta, acariciar uma criança ou mesmo fechar completamente as mãos, *grossas* ao extremo; além daqueles para os quais, por motivos variados, a continuidade do engajamento na pesca vem de par com a sensação de inadaptação geral à vida em terra:

Tem cabra que ele chega hoje, por exemplo, em casa, ele passa aqueles três, quatro dias ele já quer embarcar, já quer ir embora. Se acostuma mais lá fora do que aqui dentro de casa. (seu Nestor)

Gestação e metamorfoses: da formação de laguistas e pescadores

Nessa discussão sobre a aprendizagem no lago e no mar, usei dois termos – gestação e metamorfose – que merecem algum comentário, pela dificuldade que podem apresentar e pelo potencial que têm, creio, de caracterizarem tais processos. É preciso dizer que, ainda que eu não esteja tomando os sistemas técnicos como organismos, esses termos são úteis por caracterizam processos de gênese de modos particulares, servindo para articular a aprendizagem com considerações relativas à técnica, ao corpo e à pessoa, que ficaram subentendidas nas descrições acima. [pranchas 30 e 33]

Na noção do proeiro como uma gestação, está expressa, antes de mais nada, a idéia de um vínculo necessário e primordial entre proeiro consagrado e noviço, que normalmente o acompanha durante boa parte de seu processo de maturação orgânico-técnica. Vale ressaltar este binômio porque o desenvolvimento do laguista passa por um acoplamento aos artefatos envolvidos na atividade dos lagos, dentre os quais a montaria e o remo, mas, principalmente, o arpão. Em segundo lugar, a noção de uma gestação leva à idéia de englobamento corporal – e é justamente disso que se trata, já que consideramos o proeiro enquanto indivíduo formado pela relação protética com a montaria, o piloto e o arpão. Esse englobamento corporal não é apenas um vínculo acessório, ele tem grande influencia sobre as ações do proeiro; é o caso de dizer que um proeiro vive situações diferentes, orientando suas ações de acordo com as necessidades do neófito que ele leva consigo. Inclua-se aqui sua preocupação em envolvê-lo em suas ações, levando-o a piloto, além dos momentos em que o posiciona à proa, oferecendo-lhe a

oportunidade de arpoar. Um terceiro ponto interessante da analogia entre a formação do proeiro e a gestação, é que *pegar a proa* significa a separação de seu estado de englobado, tornando-se um indivíduo, deixando de trabalhar com alguém para configurar sua própria corporalidade – ‘*peguei uma hasta, um arpão, uma arpoeira, meti um camarado aí...*’. Resta-lhe demonstrar sua eficácia no domínio dos lagos através de sua capacidade para estabelecer a relação de predação por si mesmo, como um indivíduo independente, a partir do que ele se configura enquanto proeiro: ‘*trouxe a montaria até bater (...). Uma remessa boa pra ele [o patrão]. (...) pronto, continuei na proa da montaria.*’

É necessário precisar algumas conseqüências dessa forma de analisar a formação do proeiro; ao considerá-lo enquanto indivíduo, quero dizer que ele é dotado de autonomia (valor preeminente no lago) e atua sinergicamente a partir deste sistema formado pelo seu corpo anatômico e as próteses a ele ligadas, dentre as quais o próprio piloto. Nisso reside seu potencial perceptivo, de deslocamento e de predação, que estabelecem sua atuação nos lagos e são condicionantes de seu estado. É esta forma de ação, dada no campo operatório do proeiro, no modo como ele encontra e captura os animais, que constitui a questão principal de sua instituição enquanto pessoa. Assim, é possível compreender que, para os proeiros, as ações de arpoar, de deslocar-se e de perceber não constituem um problema, são consideradas algo dado; trata-se de sua própria constituição, um *a priori*, desenvolvido nos termos de uma maturação – em uma palavra, trata-se de seu próprio corpo. É na relação desse indivíduo com a alteridade, com o pirarucu especialmente, que se apresenta o ponto essencial: a dependência do *outro* para afirmar-se enquanto predador coloca ao mesmo tempo questões fundamentais e inquietantes ao proeiro.

No caso do pescador de fora, a situação é outra. Antes de mais nada, ele se constitui na passagem entre a *casa* e o *barco*, e nisso reside a primeira observação importante: o simples fato de estar a bordo exige *disposição*. Não apenas nas primeiras viagens, como em todas as vezes que embarca, o pescador demonstra ímpeto e vontade para *suportar* e *dar conta*. Apresentei as primeiras viagens, que definem a constituição do pescador, como um processo de iniciação; não apenas porque envolvem sua entrada no barco, mas porque marcam o início de um movimento pendular entre o barco e a terra, tão mais árduo quanto mais tempo ele tenha se afastado, em qualquer um dos sentidos. Ou seja, o pescador que não embarca há muito tempo, têm as *mãos finas*, ficará nauseado e desequilibrado (*porre*); já aquele que passou muito tempo a bordo, enfrentará os processos de insônia e de reconfiguração à vida em terra. De modo que o próprio

estar a bordo constitui um desafio para o pescador, que ele vive em termos de uma mobilização da vontade – da *disposição* – que o tornará *ativo* a bordo. Mas esse processo configura-se não diretamente conduzido pela vontade. Isto é, o pescador apresenta a *disposição* para estar a bordo e a mantém, mas, uma vez aí, sua atuação segue o ritmo do barco, a integração às ações. Do ponto de vista do pescador, sua integração no barco passa por um processo que exige demonstração de vontade, mas suas ações, seu comportamento, seguem o curso da dinâmica a bordo.

O que define o pescador é essa mudança constante nos modos de engajamento, por isso caracterizá-lo pela capacidade para a metamorfose, para a mudança de seus modos de andar, de dormir, de se conectar aos objetos e às pessoas etc. Isso indica duas coisas importantes e relacionadas: o pescador não se forma de uma vez por todas ao engajar-se no barco, mas ao instituir a mudança como forma de vida; a vontade permanente que o qualifica é a disposição para atravessar uma metamorfose periódica. O corpo do pescador é considerado por ele como o palco dessa mudança constante e prova inequívoca de sua identidade, que guarda mesmo em terra os traços das conexões a bordo. Por isso se pode dizer que ao referir-se aos barcos enquanto vetores de sua formação, o pescador faz uma referência muito diferente daquela do laguista, quando evoca os proeiros para os quais pilotou. O laguista dá a sua filiação, diz de onde provém, demonstrando as circunstâncias que o fizeram emergir enquanto tal; já o pescador está se referindo aos domínios em que se engajou, onde se colocou, tendo disposição para compor as conexões que formaram um dado barco. Enquanto o proeiro se refere ao seu processo de aprendizagem como alguém que assinala um progenitor, uma linhagem, o pescador trata sua formação muito mais como um jogador fala da equipe da qual fez parte. Isto é, mostrando sua participação na configuração de entidades importantes como os barcos, onde ele teve disposição suficiente para manter-se ativo, criando a si mesmo pela atividade do barco – é uma forma concreta de se constituir enquanto pessoa pela participação.

Epílogo

Sobre técnicas e humanos

L'anthropologie ne peut être principe de l'étude de l'Homme ; ce sont au contraire les activités relationnelles humaines, comme celle qui constitue le travail, qui peuvent être prises pour principe d'une anthropologie à édifier. C'est l'être comme relation qui est premier et qui doit être pris comme principe (...)

G. Simondon, L'individuation à la lumière des notions de forme et d'information.

Sabe-se bastante sobre como os humanos fazem arpões e anzóis, outro tanto sobre como os utilizam, mas quase nada sobre o papel destes artefatos na configuração dos humanos. A feitura de um barco também é aspecto que desperta interesse, muito mais do que a constituição daqueles que o tripulam. A economia e a biologia do pirarucu e da gurijuba são estudadas com algum detalhe, mas fala-se pouco da sua relação com os humanos envolvidos em sua captura. Parece haver nisso tudo algum desequilíbrio, pois, se o estudo da técnica é de interesse, o deveria ser em todos os seus aspectos, tratando inclusive dos humanos que a compõem. É em torno de tal preocupação que o presente estudo se desenrolou.

Para tanto, empreendeu-se pesquisa etnográfica comparando laguistas e pescadores de fora a partir de uma preocupação com a construção da pessoa, privilegiando as relações técnicas e seu aprendizado, aspecto definidor desses grupos. O argumento mais importante aqui discutido é que a partir da observação e análise das relações entre a prática da pesca e a instituição do pescador se pode apreender, de uma perspectiva fecunda, o processo de engajamento corporal e subjetivo suposto na construção da pessoa. O que tem como pressuposto uma forma de considerar a técnica e, particularmente, de considerar a inserção do humano nos contextos técnicos. Ou melhor, que tem como pressuposto antropológico que o humano se configura pelas relações, não apenas com outros humanos, mas com os não-humanos (artefatos, animais etc.) que constituem

juntamente com ele os contextos práticos. É essa proposta que reafirmo a seguir, fixando algumas formas de tratamento do tema.

Ao abordar as técnicas e as relações dos humanos com os artefatos é inescapável referir-se ao trabalho de Bruno Latour (1994), pela fecundidade que representa para o campo da antropologia da técnica. Sobretudo no que se refere ao princípio de simetria na consideração das técnicas, que sustenta a necessidade de considerar humanos e não-humanos em relação: *“considérez des choses, vous aurez des humains. Considérez des humains, vous êtes par là même intéressés aux choses”* (Latour 1993). Para além de analisar humanos e não-humanos conjuntamente, esse princípio implica também em partir da explicação simultânea da natureza e da sociedade, ao contrário de se fazer recair exclusivamente sobre a sociedade todo o peso da explicação, o que resulta de um esquema assimétrico, e evitando também a determinação inversa. Mas é preciso notar que a simetria ganha importância na obra de Latour associada à chamada teoria do ator-rede, cujas influências na antropologia se fazem sentir na análise minuciosa da constituição dos artefatos, das produções científicas, levando em conta os modos complexos e as controvérsias pelos quais os atores (como o cinto de segurança ou os micróbios) chegam à existência.

Mas há aqui uma questão de ênfase, posta no fato de que Latour enfoca o modo como os artefatos se constituem em redes, juntamente com os humanos, mas se preocupa menos com a produção destes últimos, que, entretanto, estão igualmente articulados à interação existente na rede. Em outras palavras, se o princípio de simetria é uma proposta para ultrapassar o determinismo tecnológico e o construtivismo social, dando lugar à noção de hibridez das relações entre humanos e objetos técnicos, ela é mais tímida na consideração dos processos de engajamento técnico e, portanto, da formação híbrida dos humanos. Parceiro de Latour nessas proposições, o próprio Michel Callon reconhece que a sociologia do ator-rede deixa um pouco de lado as questões de caracterização dos atores humanos, ao privilegiar o estudo dos papéis dos inovadores em detrimento dos outros atores presentes nas redes, particularmente aqueles vinculados ao uso dessas técnicas (Neves 2007: 732).

É bem verdade que Latour (1994: 135) afirma que, segundo o princípio da simetria e da formação dos híbridos, o humano assume também morfismos vários, ganhando existência conforme atua nas relações e se engaja com os outros elementos do coletivo. Porém, ele não se volta à questão das diferentes formas de produção do humano face à rede sociotécnica, e menos

ainda ao modo como isto se relaciona com a dimensão orgânica do humano.⁴⁴ Até porque a proposta é justamente enfocar as translações (ou traduções) que ocorrem na rede, e a forma de estabelecimento dos coletivos.

Outro tipo de reparo que se faz à abordagem das técnicas proposta por Latour é referente ao modo como é tratado o aspecto propriamente material dos artefatos. Esse é o tema dos artigos que trocaram Lemonnier (1996) e Latour (1996) (que foram caracterizados por Guille-Escuret como “*missives balistiques*”, jogo de palavras em referência ao título do livro que eles haviam organizado juntos dois anos antes – *De la préhistoire aux missiles balistiques: l'intelligence sociale des techniques* [Latour e Lemonnier 1994]). Lemonnier diz que não se pode reduzir a materialidade das técnicas ao desenrolar das controvérsias, ao que Latour responde que incorpora esse aspecto em sua proposta, mas não enquanto infraestrutura material, e sim na composição de “ontologias práticas”, junto com determinantes sociais. De fato, mas é inegável que em sua antropologia simétrica, assim como a subjetivação dos atores humanos, a constituição material e a eficiência dos objetos técnicos se vê subsumida na análise da rede de interações (ainda que os enfoques variem; veja-se, por exemplo, a interessante análise que Latour [1993] faz dos objetos envolvidos na vida cotidiana).

O princípio da simetria e a noção de coletivo são incorporados no projeto de uma antropologia da natureza de Philippe Descola, e aqui eles ganham uma configuração um tanto específica, que interessa em particular ao esforço de etnografia das atividades técnicas, por dois motivos. Primeiro, porque Descola rejeita a idéia da rede enquanto encadeamentos indefinidos; ele considera os coletivos como grupos limitados de elementos, que se relacionam de modo particular, constituindo modos de categorização, sistemas de mediação e tipos de *affordances* técnicos e perceptivos relativos a ambientes específicos (Descola 1996: 99).

Isto posto, para Descola o projeto antropológico se coloca justamente na comparação entre esses coletivos, estabelecendo o contraste entre as relações como o modo de compreensão por excelência. Creio que esse é um suposto importante para a análise do envolvimento técnico dos humanos, pois instrumentaliza uma aproximação simétrica dos elementos envolvidos, propiciando que se encontrem as suas características nas relações práticas, evitando ter de

⁴⁴ Em outro trabalho (Sautchuk 2006), mesmo sem aprofundar nessa discussão, busco mostrar como a elaboração científica e a utilização dos métodos de avaliação da composição corporal estão associados a um modo específico de elaboração do humano – que passa pelas configurações do corpo, da subjetivação e das práticas que lhe são associadas nas academias de ginástica.

recorrer aos domínios pré-colocados da “técnica” e do “social”. É tal postura que orienta esse trabalho, cujo primeiro passo consistiu em delinear e compreender o tipo de relação estabelecido entre os elementos envolvidos no lago e na costa, evitando considerar as relações como divididas em campos simbólicos, sociais ou técnicos.

Mas há ainda outro ponto da proposta de Descola que tem interesse para a análise do envolvimento humano nas atividades técnicas. Além de incorporar aspectos da antropologia simétrica, ele busca reformular o projeto de Lévi-Strauss, notadamente incorporando uma preocupação ontológica, cuja ausência foi sobejamente criticada no estruturalismo. É assim que Descola (1996: 99) pode falar de uma “fenomenologia estrutural”, buscando restaurar o papel da prática e da propriedade dos seres num sistema de relações (como, por exemplo, reformulando a compreensão radicalmente classificatória do totemismo que Lévi-Strauss desenvolvera). Assim, para Descola

(...) um système de relation n’est jamais indépendant des termes qu’il unit si l’on entend par « termes » des entités dotées *ab initio* de propriétés spécifiques qui les rendent aptes ou inaptes à nouer entre elles des liens, et non pas des individus interchangeables ou des unités sociales constituées. Il fallait donc se dépendre du préjugé sociocentrique et faire le pari que les réalités sociologiques – les systèmes relationnels stabilisés – sont analytiquement subordonnées aux réalités ontologiques – les systèmes de propriétés imputées aux existants (2005: 180).

Aqui se encontra um segundo problema que se buscou enfrentar nesse trabalho, qual seja, o de caracterizar as formas dos diversos elementos envolvidos num coletivo determinado, para então se perguntar pelo lugar do humano no contexto técnico, interagindo com ambientes, artefatos, animais humanos e não-humanos de acordo com certas propriedades. Com isto, creio ter sido possível evitar dois problemas muito presentes na análise da cultura material, que são as dicotomias entre simbólico e material, sujeito e objeto, determinantes técnicos e sociais. O engajamento do pescador no barco é, inseparavelmente, condição material e fundamento dos sentidos atribuídos à pesca costeira; e o pescador é ao mesmo tempo atuante e parte de um sistema onde ele se coloca como elemento – é nessa “duplicidade” de condição que se configura sua subjetividade, centrada na *disposição* para *ser ativo*. Já o proeiro só se institui na socialidade dos lagos pela capacidade concreta para predar, que inclui as capacidades perceptivas e agressivas; a elaboração em torno do encontro com o pirarucu está ligada à relação comunicativa de pessoa a pessoa, conforme o seu desenrolar do ponto de vista prático.

Mas há um aspecto importante a ser frisado nesse processo de instituição do humano que a proposta de Descola parece não dar conta – trata-se da configuração corporal pelas quais os atores passam na constituição de um coletivo. Ainda que trate do corpo como fundamental na objetificação das relações, emprestando a noção de *habitus*, Descola enfatiza mais os aspectos já dados (características das espécies ou dos artefatos) do que a modulação pela prática. Para o modo como propomos enfocar essa questão – pela via do engajamento humano em atividades técnicas, o que implica em sublinhar os processos em escala individual, e não apenas os padrões de relação – é necessário considerar o desenvolvimento da aprendizagem e o modo como ela atua na articulação do organismo com o ambiente. Nesse ponto creio que os conceitos de Ingold, como *skill*, são bastante operativos e por isso insisto ao longo desse trabalho na complementaridade entre os dois autores.

A semelhança mais importante entre a perspectiva de Descola e Ingold está na proposição de uma abordagem “ecológica”, centrada na relação com o ambiente (veja-se essa preocupação expressa desde seus trabalhos iniciais: Ingold [1980] e Descola [1994a]), o que resulta numa rejeição comum à consideração das culturas como textos interpretáveis, ao estilo de Geertz. Para Descola e Ingold, a pessoa e o ambiente formam um sistema irreduzível, sendo que, se a percepção e a ação podem ser elaboradas diferencialmente, isto ocorre em função da prática, e não por causa de uma dimensão cultural intermediária (Descola e Pálsson 1996: 18; Ingold 2000: 159-60). Mas há diferenças significativas, e é isto que pode tornar a concepção dos dois complementares em algum sentido.

Enquanto Descola enfatiza a instituição do sujeito a partir da matriz que organiza as relações entre humanos e as coisas (dadas nos “modos de identificação” e nos “esquemas da prática”), Ingold trata do organismo-pessoa em interação com o ambiente, o que leva a um enquadramento mais individual do processo de constituição da pessoa. Ainda que ele considere que o caráter coletivo esteja implícito no aspecto ecológico (e não físico) das interações concretas – portanto, para Ingold não há construções culturais diferentes do mesmo ambiente, mas tantos ambientes quanto formações culturais, pois a pessoa e o ambiente estão na relação ecológica. A postura fenomenológica de Ingold também difere daquela de Descola, pois ele lança mão das idéias de Merleau-Ponty (1996) para considerar a constituição do organismo-pessoa na interação concreta com o ambiente. A esse respeito, vale citar o comentário de Otávio Velho, que discorre sobre a relação entre Ingold e Bateson:

Estamos longe, aqui, da exaltação da reflexividade e/ou da representação, abrindo-se espaço para o imenso terreno do “processo primário”, aparentado ao “pré-objetivo” de Merleau-Ponty. (...) Aqui, a metáfora e o simbolismo não existem como ‘figuras de linguagem’, mas apenas se tomados como modo de comunicação vital, no seu sentido mais forte. Da mesma forma, pode-se contestar a associação permanente do biológico ao universal e do cultural ao particular, pois à medida que o biológico deixa de ser reduzido ao genético (redução que, para Ingold, representa a manifestação no interior da biologia do logocentrismo, na forma da suposição de que os fenômenos manifestos do mundo físico estão subscritos ao trabalho da razão), pode-se reconhecer que a cultura nele se imprime. Aí se coloca a problemática do *embodiment* (“encorporação”), que para Bateson (ao contrário, aqui, de Merleau-Ponty e de antropólogos por ele inspirados, como Csordas 1994) tem como suporte, não propriamente corpos, mas relações, padrões comunicativos. Mas ao mesmo tempo, mais radicalmente, pode-se dizer que em um plano fenomenológico, pré-objetivo, a cultura sequer existiria em si – e daí a centralidade da noção de *skill* –, o que, por sua vez, lembra a elaboração de Roy Wagner a respeito da (re)invenção da cultura. Lembra também os signos não simbólicos de Peirce (o índice e o ícone), que antecipam um questionamento do postulado do arbitrário cultural (Velho 2001: 137-8).

A proposta de Ingold, baseada na ecologia da mente de Bateson e nos estudos ecológicos sobre o comportamento humano, foi trazida aqui como suporte para a compreensão do modo como se dá o engajamento corporal e subjetivo na constituição da pessoa do pescador. Ele possibilitou que se estabelecesse uma relação entre as habilidades envolvidas numa atividade técnica e de como as relações práticas envolvem as formas de agência humana em processos comunicativos e propiciações (*affordances*). Assim, tornou-se possível caracterizar a interação com o pirarucu como o aspecto chave na constituição do laguista, que envolve não apenas a capacidade comunicativa, mas também a constituição de próteses corporais como um modo de se instituir enquanto sujeito. No caso do mar, a consideração em torno das ações dos camarados indicou sua coordenação em torno da ação do barco, de modo que os movimentos a bordo (de pescadores e objetos) só ganham de fato um sentido quando, articulados, produzem as ações do barco. Assim, o pescador, enquanto indivíduo, não captura diretamente o peixe; isto é, ele se relaciona com os diversos elementos (como o anzol) e configura-se ele também enquanto elemento do barco, que é uma entidade englobante do ponto de vista das ações de navegação e pesca.

Diante dessa análise mais ampla dos sistemas práticos envolvidos nas atividades do lago e do mar – de um ponto de vista simétrico e centrado na ação – emerge então uma nova questão, e não se encontra subsídios para sua abordagem nas perspectivas de Latour ou Descola, e nem

mesmo na noção de *skill* de Ingold. Trata-se do modo como o humano se constitui na atividade, de como ele se articula pela ação propriamente dita, formando, a partir do engajamento de seu organismo (propriedades e morfologia), configurações distintas, expressas na forma de laguistas e pescadores de fora, e que estão diretamente ligadas ao domínio dos lagos e do barco. As seguintes questões se impuseram, portanto: de que modo o proeiro se forma enquanto um ser capaz de deslocamento, de se relacionar com outros seres no âmbito do lago e de *matar*? Como o pescador se institui pelo engajamento a bordo, realizando o ideal de *ser ativo*, conectando-se à dinâmica do *serviço*?

Acredito que isso não é apenas uma questão afeta às preocupações da antropologia do corpo, mas é justamente o ponto chave para entender a relação das atividades práticas com o processo de construção da pessoa. O fato de que a existência humana concreta passa pela modulação nas formas de engajamento prático, configurando-se de acordo com o sistema de práticas em que está envolvido, dá outra profundidade à questão da identificação entre o trabalhador e o trabalho, que é apontada em diversas circunstâncias (para ficar nos autores já citados, cf. Guedes 1991: 233; Duarte 1999: 95; Descola 1994: 297; Ingold 2000: 318). Esse trabalho buscou abordar especificamente essa relação, perguntando-se pela forma que assume o humano nas interações práticas que, como nos casos do lago e da costa, envolvem processos de reconfiguração corporal.

Daí toda a importância dos argumentos de Leroi-Gourhan (1991a e 1991b) e Simondon (1989; 2005), que se fundam numa continuidade entre técnico, social e biológico. Para o primeiro, a questão não é se os humanos criam, dominam ou são dominados pela técnica (tecnotopia *versus* tecnofobia), e sim que a técnica é o seu fundamento – o humano só existe em sociedade porque é um ser técnico, desde a sua formação orgânica até o modo de se comunicar e pensar. Esse argumento propriamente Antropológico (e que não tem a ver com um determinismo técnico, diga-se) pode ter seus desdobramentos etnológicos entrevistados no texto de Mauss [2003c] sobre as técnicas corporais, quando ele toma as ações humanas mais corriqueiras, como andar e dormir, enquanto ações técnicas. Isso implica em considerar as possibilidades do corpo a partir da tradição e da transmissão e também em rever a idéia da cultura material como algo exterior ao próprio humano – para Mauss os corpos se moldam aos artefatos. E é considerando a tecnicidade como fenômeno característico do humano que se pode pensar o engajamento técnico como processo de individuação, no sentido de Simondon, como constituição de um ser autônomo no

interior de uma atividade, pelas formas de atuação e percepção, que não se limitam às fronteiras anatômicas e se articulam a outros elementos.

A proposta que se desenvolveu aqui é, portanto, de uma análise do humano na atividade técnica e, mais, da constituição dos humanos a partir dessa inserção num domínio técnico, envolvendo-se em interações particulares. Nesse âmbito, trata-se também de abordar o processo de subjetivação enquanto uma *praxiogenética*, isto é, levando em conta o papel que o agente humano cumpre num dado sistema de atividades práticas e o valor disso para sua instituição enquanto tal. Isto porque, se a pessoa existe num feixe de relações (com humanos e não-humanos), essas relações não a situam livremente, como um ator que simplesmente se adapta a quaisquer conexões, efetuando uma atividade ou dominando um saber-fazer. Mesmo que as possibilidades de mudanças sejam algo a se ter em conta, a depender do tipo de situação, as relações dadas nas atividades técnicas tais quais analisadas aqui consistem em algo que, relacionada com outros aspectos da vida, são mais ou menos estáveis e fundamentais para o processo de construção da pessoa.

É assim que o arpão e a montaria estão acoplados ao corpo anatômico do proeiro, do ponto de vista morfológico e comportamental, sendo condição de sua subjetivação; já o pescador desenvolve as capacidades para conectar-se à dinâmica de ações a bordo, constituindo-se na medida em que pode atuar no desenvolvimento das ações do barco. Assim, a inserção na atividade técnica implica num modo de construção da pessoa associado àquela atividade. Ainda que não se possa reduzir, evidentemente, todo o processo de construção da pessoa à sua participação numa atividade como a pesca, esta é fundamental naquilo que se concebe como as identificações como proeiro e pescador.

No projeto de uma antropologia da técnica, a consideração dos aspectos materiais abre a possibilidade de se pensar também na constituição do humano a partir da relação com os outros elementos da atividade. É por isso que, ao abordar o arpão e o anzol, trata-se também do modo de existência de laguistas e pescadores e de suas formas particulares de se relacionar com os demais elementos. Se o desenrolar de uma técnica implica na produção de artefatos e no estabelecimento de engajamentos particulares, ela também requer uma forma particular dos humanos nela envolvidos.

Referências bibliográficas

- Acheson, J. 1981. Anthropology of fishing. *Annual Review of Anthropology* (10): 275-316.
- Adam, B. 1994. Perceptions of time. In: Ingold, T. (org.). *Companion encyclopedia of anthropology*. London & New York; Routledge: 503-526.
- Adams, C.; Murrieta, R. e Neves, W. (orgs.) 2006a. Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo; Annablume/Fapesp.
- _____. 2006b. Introdução. In: Adams, C., Murrieta, R. e Neves, W. (orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo; Annablume/Fapesp: 15- 32.
- Adams, C.; Murrieta, R.; Siqueira, A., et al. 2006. O pão da terra: da invisibilidade da mandioca na Amazônia. In: Adams, C., Murrieta, R. e Neves, W. (orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo; Annablume/Fapesp: 295-321.
- Alencar, E. 1993. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: Furtado, L., Leitão, W. e Mello, A. F. d. (org.). *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém; MCT/CNPq/Museu Goeldi: 63-81.
- _____. 1991. *Pescadeiras, companheiras e perigosas: a pesca feminina na Ilha de Lençóis*. (Dissertação de mestrado). Brasília; UnB, Departamento de Antropologia.
- Alves, A. 2004. *Os argonautas do mangue*. Campinas e São Paulo; Editora da Unicamp e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Araújo, A. R. d. R. 2001. *Dinâmica Populacional e pesca da Gurijuba, Arius parkeri (Traill, 1924) (Siluriforme, Ariidae), na costa atlântica do estado do Amapá*. (Dissertação de mestrado). Fortaleza; Universidade Federal do Ceará, Engenharia de Pesca.
- Århem, K. 1996. The cosmic food web: human-nature relatedness in the northwest Amazon. In: Descola, P. e Pálsson, G. (org.). *Nature and society: anthropological perspectives*. Londres e Nova Iorque; Routledge: 185-204.
- _____. 1998. Powers of place: landscape, territory and local belonging in northwest Amazonia. In: Lovell, N. (org.). *Local belonging*. Londres; Routledge: 78-102.
- _____. 2001. Ecocosmología y chamanismo en el Amazonas: variaciones sobre un tema. *Revista Colombiana de Antropología* 37: 268-288.
- Barretto Filho, H. T. 2001. *Da Nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação*. (Tese de doutorado). São Paulo; USP, FFLCH, Departamento de Antropologia.
- Bateson, G. 2000 [1972]. *Steps to an ecology of mind*. Chicago; University of Chicago Press.
- Bateson, G. e Mead, M. 1942. *Balinese Character: a photographic analysis*. New York; The New York Academy of Sciences.
- Béguin, P. e Clot, Y. 2004. L'action située dans le développement de l'activité. *@ctivités* 1 (2): 35-49.
- Besançon, J. 1965. *Géographie de la pêche*. Paris; Gallimard.
- Bernstein, N. A. 1996. On dexterity and its development. In: Latash, M. L. e Turvey, M. T. (org.). *Dexterity and its development*. Mahwah, New Jersey; Lawrence Erlbaum Associates: 1-244.
- Bourdieu, P. 2000 [1972]. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Paris; Éditions du Seuil.
- _____. 2002 [1989]. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. e Passeron, J. C. 1975. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de*

- ensino. Rio de Janeiro; Francisco Alves.
- Brasil/DNPM. 1974. *Projeto RADAM/BRASIL. Folha NA/NB-22 Macapá: geologia, geomorfologia, solos, vegetação e uso potencial da terra*. Rio de Janeiro; Departamento Nacional de Produção Mineral.
- Bril, B. 2000. La genèse des premiers pas. In: Rivière, J. (org.). *Le développement psychomoteur du jeune enfant*. Marseille; Solal Éditeur.
- Bril, B. e Roux, V. (orgs.) 2002. *Le geste technique: réflexions méthodologiques et anthropologiques*. Ramonville Saint-Agne; Éditions érès.
- Cardoso, L. F. C. e. 2002. O cotidiano da criança em uma comunidade de pescadores. In: Furtado, L. e Quaresma, H. D. A. B. (orgs.). *Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal*. Belém; Museu Paraense Emílio Goeldi: 153-71.
- Casey, E. S. 1996. How to get from space to place in a fairly short stretch of time: phenomenological prolegomena. In: Feld, S. e Basso, K. (org.). *Senses of place*. Santa Fe; School of American Research advanced seminar series: 13-52.
- Cayón, L. 2006. Vivendo entre o "doce" e o "forte": Natureza e Sociedade entre os Makuna. *Anuário Antropológico/2005*: 51-90.
- Chamoux, M.-N. 1978. La transmission des savoir-faire: un objet pour l'ethnologie des techniques? *Techniques et culture - Bulletin* (3): 46-83.
- _____. 1981. Les savoir-faire techniques et leur appropriation: le cas des Nahuas du Mexique. *L'Homme* 21 (3): 71-94.
- Chaves, L. d. G. M. 1973. *Trabalho e subsistência. Almofala: aspectos da tecnologia e das relações de produção*. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro; UFRJ, Museu Nacional.
- Chayanov, A. 1966. *The theory of peasant economy*. The American Economic Association; Richard Irwin.
- Chiara, V. 1986. Armas: bases para uma classificação. In: Ribeiro, B. (org.). *Suma etnológica brasileira - vol. 2, Tecnologia*. Petrópolis; Vozes: 117-137.
- Clastres, P. 1982 [1966]. O arco e o cesto. In: (org.). *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. Rio de Janeiro; Francisco Alves: 71-89.
- _____. 1995 [1972]. *Crônica dos índios Guayaki*. Rio de Janeiro; Editora 34.
- CNPT-IBAMA. 1997. *Levantamento socioeconômico do Distrito do Sucuriju - Município de Amapá / AP*, Macapá.
- CNRS. 1981 [1973]. *La notion de personne en Afrique Noir*. Paris; Ed. du CNRS.
- Cohen, Y. e Pestre, D. 1998. Présentation. *Annales* 50, 4-5 (n. especial *Histoire des techniques*): 721-44.
- Cohn, C. 2005. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor.
- Collet, S. 1984. Il territorio, il ferro, il segno e la parte: la pesca al pesce spada nello stretto di Messina. *La Ricerca Folklorica* 9: 113-9.
- _____. 1989. 'Faire de la parenté, faire du sang': logique et représentation de la chasse à l'espadon. *Études rurales* 115-116: 223-250.
- _____. 1991. Guerre et pêche: quelle place pour les sociétés de pêcheurs dans le modèle des chasseurs-cueilleurs? *Information sur les sciences sociales* 30 (3): 483-522.
- _____. 2004. Pêche. In: Bonte, P. e Izard, M. (org.). *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*. Paris; PUF: 569-70.
- Collier, J. 1973. *Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa*. São Paulo; EPU, Editora da Universidade de São Paulo.
- Comolli, A. 1995. *Cinématographie des apprentissages: fondements et stratégies*. Paris; Éditions Arguments.

- Connerton, P. 1989. *How societies remember*. Cambridge; Cambridge University Press.
- Cordell, J. 1974. The lunar-tide fishing cycle in Northeastern Brazil. *Ethnology* (13): 379-92.
- Costa, L. T. d. R. 1996. *Sedimentação holocênica do Estuário do rio Araguari - AP*. (Dissertação de mestrado). Belém; UFPA, Centro de Geociências.
- Coudreau, H. A. 1887. *La France equinoxiale*, v. 2: *Voyage a travers les guyanes et l'Amazonie*. Paris; Challamel Ainé.
- _____. 1887. *Les français en Amazonie*. Paris; A. Picard et Kaan e Maurice Dreyfous.
- Cresswell, R. 1994. La nature cyclique des relations entre le technique et le social: approche technologique de la chaîne opératoire. In: Latour, B. e Lemmonier, P. (org.). *De la préhistoire aux missiles balistiques: l'intelligence sociale des techniques*. Paris; La Découverte: 275-89.
- _____. 1996. *Prométhée ou Pandore ? Propos de technologie culturelle*. Paris; Kimé.
- Csordas, T. 1990. Embodiment as a paradigm for anthropology. *Ethos* (18): 5-47.
- Cunha, M. C. d. e Almeida, M. B. d. (org.) 2002. *Enciclopédia da floresta*. São Paulo; Companhia das letras.
- DaMatta, R. 1973. Panema: uma tentativa de análise estrutural. In: *Ensaio de antropologia estrutural*. Petrópolis; Vozes: 63-92.
- De la Barre, L. F. 1666. *Description de la France Equinoxiale, cy-devant appellée Guyanne, et par les Espagnols, El Dorado*. Paris; Jean Ribou.
- Deely, J. 2004. Semiotics and Jakob von Uexküll's concept of umwelt. *Sign systems studies* 32.1/2: 11-34.
- Delbos, G. e Jorion, P. 1984. *La transmission des savoirs*. Paris; Ed. de la Maison des sciences de l'homme.
- Descola, P. 1994a [1986]. *In the society of nature: a native ecology in Amazonia*. Cambridge; Cambridge University Press.
- _____. 1994b. Pourquoi les indiens d'Amazonie n'ont-ils pas domestiqué le pécari? Généalogie des objets et anthropologie de l'objectivation. In: Latour, B. e Lemmonier, P. (org.). *De la préhistoire aux missiles balistiques*. Paris; La Découverte: 329-44.
- _____. 1996. Constructing natures: symbolic ecology and social practice. In: Descola, P. e Pálsson, G. (org.). *Nature and society: anthropological perspectives*. Londres; Routledge: 82-102.
- _____. 2002. Genealogia de objetos e antropologia da objetivação. *Horizontes antropológicos* 8 (18): 93-112.
- _____. 2005. *Par-delà nature et culture*. Paris; Éditions Gallimard.
- _____. 2006 [1993]. *As lanças do crepúsculo: relações jivaro na Alta Amazônia*. São Paulo; Cosac Naify.
- Descola, P. e Pálsson, G. 1996. Introduction. In: Descola, P. e Pálsson, G. (org.). *Nature and society: anthropological perspectives*. Londres; Routledge: 1-22.
- Diegues, A. C. 1983. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo; Ática.
- _____. 2001. *Traditional knowledge and social appropriation of marine resources in Brazil*. Amsterdam; trabalho apresentado em *Mare conference: people and the sea* (mimeo).
- Digard, J.-P. 1979. La technologie en anthropologie: fin de parcours ou nouveau souffle? *L'Homme* XIX (1).
- _____. 1988. Jalons pour une anthropologie de la domestication animale. *L'Homme* 28 (4): 27-58.
- _____. 1990. *L'homme et les animaux domestiques. Anthropologie d'une passion*. Paris; Fayard.
- Duarte, L. F. D. 1986. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro;

- Zahar.
- _____. 1999. *As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba*. Niterói; EdUFF.
- Dumont, L. 1985. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro; Rocco.
- _____. 1997 [1966]. *Homo hierarchicus: o sistemas das castas e suas implicações*. São Paulo; EdUSP.
- Erikson, P. 1987. De l'apprivoisement à l'approvisionnement: chasse, alliance et familiarisation en Amazonie amérindienne. *Techniques et culture* 9: 105-139.
- Evans-Pritchard, E. E. 1999. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo; Perspectiva.
- Faure-Rouesnel, L. 2001. French anthropology and material culture. *Journal of material culture* 6 (2): 237-247.
- Favret-Saada, J. 1977. *Les mots, la mort, les sorts: la sorcellerie dans le Bocage*. Paris; Gallimard.
- Firth, R. 1971. *Malay fishermen: their peasant economy*. Londres; Routledge & K. Paul.
- Forman, S. 1970. *The raft fishermen; tradition & change in the brazilian peasant economy*. Indiana University Press.
- Furtado, L. 1981. Pesca artesanal: um delineamento de sua história no Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nova Série - Antropologia* (79): 1-50.
- _____. 1987. *Currallistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará*. Belém; Museu Paraense Emílio Goeldi.
- _____. 1993. *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém; Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Furtado, L. e Nascimento, I. H. d. 1982. Pescadores-de-linha no litoral paraense: uma contribuição aos estudos de campesinato na Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nova Série - Antropologia* (82): 1-49.
- Gabioux, M. 2002. *Influência da lama em suspensão sobre a propagação da maré na plataforma amazônica*. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro; UFRJ, COPPE.
- Galvão, E. 1976 [1954]. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*. São Paulo; Companhia Editora Nacional.
- Garelli, J. 2005. Introduction à la problématique de Gilbert Simondon. In: Simondon, G. *L'individuation à la lumière des notions de forme et d'information*. Grenoble; Éditions Jérôme Millon: 9-19.
- Geistdoerfer, A. 1987. Histoire et ethnologie: l'apport d'André Leroi-Gourhan. *La Pensée* 258: 45-60.
- _____. 1987a. *Pêcheurs acadiens, pêcheurs madelinots: ethnologie d'une communauté de pêcheurs*. Paris/Québec; CNRS/Université de Laval.
- _____. 1987b. Neutraliser le hasard: les aléas de la production halieutique (Atlantique Nord). *Ethnologie française* XVII (2-3): 219-26.
- _____. 2004. Anthropologie Maritime. In: Bonte, P. e Izard, M. (org.). *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*. Paris; PUF: 447-8.
- Geistdoerfer, P. 2002. *Océanographie générale*. Paris; InfoMer.
- Gell, A. 2001 [1992]. *The anthropology of time: cultural constructions of temporal maps and images*. Oxford e Washington; Berg.
- Gibson, J. J. 1979. *The ecological approach to visual perception*. Boston; Houghton Mifflin.
- Goldman, M. 1999. Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa. In: *Alguma*

- antropologia*. Rio de Janeiro; Relume Dumará.
- Guedes, S. L. 1991. A construção dos trabalhadores. *Anuário Antropológico*/88: 223-235.
- _____. 1997. *Jogo de corpo: um estudo de construção social de trabalhadores*. Niterói-RJ; EdUFF.
- Guerra, A. T. 1954. *Estudo geográfico do Território do Amapá*. Rio de Janeiro; IBGE.
- Guille-Escuret, G. 1989. *Les sociétés et leurs natures*. Paris; Armand Colin.
- Harris, M. 2006. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: Adams, C., Murrieta, R. e Neves, W. (org.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo; Annablume/Fapesp: 81-108.
- Haudricourt, A.-G. 1987. Domestication des animaux, culture des plantes et traitement d'autrui. In: (org.). *La technologie science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie des techniques*. Paris; Éditions de la Maison des sciences de l'homme: 277-85 [publicado originalmente em L'Homme, 2(1), 1962: 40-50].
- Hertz, R. 1970 [1906]. La prééminence de la main droite. Étude sur la polarité religieuse. In: *Sociologie religieuse et folklore*. Paris; PUF.
- Hornborg, A. 2001. Vital signs: an ecosemiotic perspective on the human ecology of Amazonia. *Sign systems studies* 29.1: 121-152.
- Ibama/Cepnor. 2000. *Estudo da biologia e pesca da Gurijuba (Arius parkeri, Traill, 1932) na Costa Norte do Brasil - Programa REVIZEE*. CNPq, MMA/Ibama/Cepnor, Belém-PA.
- Imbiriba, E. P. 1994. *Reprodução, larva e alevinagem do Pirarucu (Arapaima gigas)*. Embrapa - CPATU, Belém.
- Ingold, T. 1980. *Hunters, pastoralists and ranchers: reindeer economies and their transformations*. Cambridge; Cambridge University Press.
- _____. 1986. *The appropriation of nature: essays on human ecology and social relations*. Iowa; University of Iowa Press.
- _____. 1988. Introduction. In: Ingold, T. (org.). *What is an animal?* Londres; Unwin Hyman: 1-16.
- _____. 1993. The Reindeerman's lasso. In: Lemonnier, P. (org.). *Technological choices: transformation in material cultures since the Neolithic*. Londres; Routledge: 108-125.
- _____. 1995. Humanidade e animalidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (28): 39-53.
- _____. 2000. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. Londres e Nova Yorque; Routledge.
- _____. 2004. Apprentissage. In: Bonte, P. e Izard, M. (org.). *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*. Paris; PUF: 764-5.
- Isaac, V.; Araújo, A. R. e Santana, J. V. 1998. *A pesca no estado do Amapá: alternativas para seu desenvolvimento sustentável*. Macapá; SEMA/GEA-BID.
- Jackson, M. 1989. *Paths toward a clearing: radical empiricism and ethnographic inquiry*. Bloomington; Indiana University Press.
- Jahoda, G. e Lewis, I. M. 1988. Child development in psychology and anthropology. In: Jahoda, G. e Lewis, I. M. (org.). *Acquiring culture: cross cultural studies in child development*. Londres e Nova Yorque; Routledge: 1-34.
- Junk, W. J. 1983. As águas da região amazônica. In: Salati, E., Shubart, H., Junk, W. e Oliveira, A. E. (org.). *Amazônia: desenvolvimento, integração, ecologia*. São Paulo; Brasiliense: 45-100.
- Kant de Lima, R. e Pereira, L. 1997. *Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói; EDUFF.
- Lanna, M. 1995. *A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro*. Campinas; Editora

- da Unicamp.
- Latour, B. 1993. *La clef de Berlin et autres leçons d'un amateur de sciences*. Paris; La Découverte.
- _____. 1994 [1991]. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo; Editora 34.
- _____. 1996. Lettre à mon ami Pierre sur l'anthropologie symétrique. *Ethnologie française* XXVI (1): 32-7.
- Latour, B. e Lemmonier, P. (org.). 1994. *De la préhistoire aux missiles balistiques: l'intelligence sociale des techniques*. Paris; La Découverte.
- Le Breton, D. 1990. *Anthropologie du corps et modernité*. Paris; PUF.
- Ledebe, A. e Bril, B. 2000. Acquisition of upper body stability during walking in toddlers. *Developmental psychobiology* 36 (4): 311-24.
- Leenhardt, M. 1971 [1947]. *Do kamo: la personne et le mythe dans le monde mélanésien*. Paris; Gallimard.
- Lemonnier, P. 1975. *Production du sel et histoire économique: introduction du marais salant de guérande*. (Tese de doutorado). Paris; Université René Descartes – Sorbonne.
- _____. 1986. The study of material culture today: toward an anthropology of technical systems. *Journal of Anthropological Archaeology* 5: 147-86.
- _____. 1993. Introduction. In: Lemonnier, P. (org.). *Technological choices: transformation in material cultures since the Neolithic*. Londres; Routledge: 1-35.
- _____. 1996. Et pourtant ça vole! L'ethnologie des techniques et les objets industriels. *Ethnologie française* XXVI (1): 17-31.
- Lemonnier, P. (org.). 1993. *Technological choices: transformation in material cultures since the Neolithic*. Londres; Routledge
- Leroi-Gourhan, A. 1991a [1964]. *Le geste et la parole I - Technique et langage*. Paris; Albin Michel.
- _____. 1991b [1965]. *Le geste et la parole II - La mémoire et les rythmes*. Paris; Albin Michel.
- _____. 2002 [1945]. *Évolution et techniques II - Milieu et techniques*. Paris; Albin Michel.
- _____. 2004 [1943]. *Évolution et techniques I - L'homme et la matière*. Paris; Albin Michel.
- Lévi-Strauss, C. 1968. O triângulo culinário. In: Lévi-Strauss. São Paulo; L'ARC Documentos: 24-35.
- _____. 1987. "... nous avons lui et moi essayé de faire à peu près la même chose." In: CNRS (org.). *André Leroi-Gourhan ou Les Voies de l'homme - Actes du colloque du CNRS, mars 1987*. Paris; Albin Michel: 201-206.
- Lévy-Bruhl, L. 1974 [1927]. *El alma primitiva*. Barcelona; Ed. Península.
- Lima, D. 2006. A economia doméstica em Mamirauá. In: Adams, C., Murrieta, R. e Neves, W. (org.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo; Annablume/Fapesp: 145-172.
- Lisboa, A. d. S. 2005. *Caracterização do processamento e cadeia de comercialização do "grude" da pescada-amarela Cynoscion acoupa (Lacépède, 1802) e guriuba Arius parkeri (Traill, 1832) comercializado no município de Vigia de Nazaré, PA*. (Monografia de graduação). Belém; Universidade Federal Rural da Amazônia, Instituto sócio ambiental e dos recursos hídricos - Engenharia de pesca.
- Little, P. 2001. *Amazonia: territorial struggles on perennial frontiers*. Baltimore; J. Hopkins.
- Loureiro, V. R. 1985. *Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia*. Belém; CNPq e Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Machado, L. Z. 2002. Famílias e Individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. *Revista*

- Interfaces* 5 (8): 11-26.
- _____. 2004. Perspectivas en conflicto: género y patriarcado. *Revista de Historia Social y de las Mentalidades* VIII (8): 25-40.
- Maldonado, S. 1993. *Mestres & Mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo; Annablume.
- Maldonado, S. C. 1986. *Pescadores do mar*. São Paulo; Ática.
- Malinowski, B. 1977. *El cultivo de la tierra y los ritos agrícolas en las islas Trobriand*. Barcelona; Labor.
- _____. 1978 [1922]. *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo; Abril Cultural - Coleção Os Pensadores.
- Manesch, C. 1993a. *Pêcheurs du littoral de l'Etat du Para, nord du Brésil: systèmes techniques et sociaux d'exploitation des ressources marines*. (Tese de doutorado). Toulouse; Université de Toulouse Le Mirail.
- _____. 1993b. Pescadores nos manguezais: estratégias técnicas e relações sociais de produção na captura de caranguejo. In: L. G. Furtado et. al. (org.). *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém; Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Maranhão, T. 1975. *Náutica e classificação ictiológica em Icarai, Ceará: um estudo em antropologia cognitiva*. (Dissertação de mestrado). Brasília; UnB, Departamento de Antropologia.
- Martinelli, N. M. C. e Petrer, J. 1999. Morphometric relationships and indirect determination of the length frequency structure of the pirarucu, *Arapaima gigas* (Cuvier), in Brazilian Amazonia. *Fisheries Management and Ecology* (5): 233-240.
- Mason, O. T. 1900. *Aboriginal American harpoons: a study in ethnic distribution and invention*. Washington; Report of U.S. National Museum.
- Maturana, H. 2002. *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte; Editora UFMG.
- Maués, R. H. 1995. *Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico. Um estudo antropológico numa área do interior da Amazônia*. Belém; Cejup.
- Mauss, M. 1947. *Manuel d'ethnographie*. Paris; Payot.
- _____. 1948. Les techniques et la technologie. *Journal de Psychologie* (esp.: Le travail et les techniques).
- _____. 2003a [1906]. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo; Cosac & Naify: 185-318.
- _____. 2003b [1906]. Morfologia social. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. In: *Op. cit.*: 423-506.
- _____. 2003c [1934]. As técnicas do corpo. In: *Op. cit.*: 399-424.
- _____. 2003d [1938]. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de 'eu'. In: *Op. cit.*: 367-397.
- Meggers, B. 1987. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. São Paulo; EdUSP.
- Meggers, B. e Evans, C. 1957. *Archaeological investigations at the Mouth of the Amazon*. Washington; Bulletin of the Bureau of the American Ethnology, n. 167.
- Meira, S. 1989. *Fronteiras setentrionais: 3 séculos de lutas no Amapá*. Belo Horizonte e São Paulo; Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo.
- Mello, M. A. d. S. e Vogel, A. 2004. *Gente das areias: história, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro. Maricá, RJ - 1975 a 1995*. Niterói; EdUFF.
- Mendonça, D. B. d. A. e Mariz, D. L. 2005. *Análise socioeconômica da Vila do Sucuriju*. Projeto de eletrificação da Vila de Sucuriju com sistema híbrido de energia - CNPq 504591/2003-

- 7 - MME/UFPE/UFCG/UFGA, Recife.
- Mérite, É. 1942. *Les pièges: étude sur les engins de capture utilisés dans le monde*. Paris; Payot.
- Merleau-Ponty, M. 1996. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo; Martins Fontes.
- Morán, E. 1990. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis; Vozes.
- Motta-Maués, M. A. 1999. Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. *Etnográfica* III (2): 377-399.
- Mourão, F. 2003. *Os pescadores do litoral sul de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial*. São Paulo; Editora Hucitec, Nupaub/CEC.
- Murrieta, R. S. 2001. A mística do pirarucu: pesca, *ethos* e paisagem em comunidades rurais do Baixo Amazonas. *Horizontes antropológicos* ano 7, n. 16: 113-130.
- Nery, A. d. C. 1995. Traços da tecnologia pesqueira de uma área de pesca tradicional na Amazônia - Zona do Salgado - PA. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nova Série - Antropologia* 11 (2).
- Neves, A. M. B. 2000. Conhecimento atual sobre o Pirarucu, *Arapaima gigas*. In: IBAMA (org.). *Recursos pesqueiros do Médio Amazonas (biologia e estatística pesqueira)*. Brasília; IBAMA: 89-113.
- Neves, J. P. 2006. *O apelo do objeto técnico: a perspectiva sociológica de Deleuze e Simondon*. Lisboa; Campo das Letras.
- _____. 2007. A relação entre a técnica e a organização: a emergência da sociologia do actor-rede. *Encontro Nacional de SIOT*, 12: 725-36.
- Nöth, W. 2001. Ecosemiotics and the semiotics of nature. *Sign systems studies* 29.1: 71-80.
- Open University. 2000. *Waves, tides and shallow water processes*. Oxford; Butterworth-Heinemann.
- Pálsson, G. 1994. Enskilment at sea. *Man* (29): 901-27.
- Peirano, M. 1975. *Proibições alimentares numa comunidade de pescadores (Icarai, Ceará)*. (Dissertação de mestrado). Brasília; UnB, Departamento de Antropologia.
- _____. 1992. A favor da etnografia. Brasília; DAN/UnB, *Série Antropologia* (130).
- Peirce, C. 1999. *Semiótica*. São Paulo; Perspectiva.
- Polhemus, T. (org.) 1978. *Social aspects of the human body*. Londres; Penguin.
- Posey, D. 1986. Etnoentomologia de tribos indígenas da Amazônia. In: Ribeiro, D. e Ribeiro, B. (org.). *Suma etnológica brasileira - vol. 1, Etnobiologia*. Petrópolis; Vozes: 251-271.
- Queiroz, H. L. d. 1999. Artisanal fisheries of pirarucu at the Mamirauá Ecological Station. In: Padoch, C., Ayres, J. M., Pinedo-Vasquez, M. e Henderson, A. (org.). *Várzea: diversity, development, and conservation of Amazonia's Whitewater Floodplains*. New York; The New York Botanical Garden Press: 83-99.
- Reed, E. 1988. The affordances of the animate environment: social science from the ecological point of view. In: Ingold, T. (org.). *What is an animal?* Londres; Unwin Hyman: 110-26.
- Reed, E. e Bril, B. 1996. The primacy of action in development. In: Latash, M. e Turvey, M. (org.). *Dexterity and its development*. New Jersey; Lawrence Erlbaum Associates: 431-51.
- Reis, A. C. F. 1949. *Território do Amapá: perfil histórico*. Rio de Janeiro; Departamento de Imprensa Nacional.
- Reis, A. F. 1993. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira. vol. 1: A fronteira colonial com a Guiana Francesa*. Belém; Secretaria de Estado da Cultura - PA.
- Ribeiro, B. 1995. *Os índios das águas pretas: modo de produção e equipamento produtivo*. São Paulo; Companhia das Letras/EdUSP.
- Rival, L. 1996. Blowpipes and spears: the social significance of Huaorani technological choices. In: Descola, P. e Pálsson, G. (org.). *Nature and society: anthropological perspectives*.

- Londres; Routledge: 145-164.
- Rocque, C. 1968. *Grande enciclopédia da Amazônia*. Belém; Amazônia Editora.
- Samain, E. 1995. 'Ver' e 'dizer' na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. *Horizontes antropológicos* ano 1, n. 2: 23-60.
- _____. 2004. Balinese character (re)visitado: uma introdução à obra visual de Gregory Bateson e Margaret Mead. In: Alves, A. (org.). *Os argonautas do mangue*. Campinas e São Paulo; Editora da Unicamp e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: 16-72.
- Santos, R. 1980. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo; T.A. Queiroz.
- Santos, V. F. d. 2006. *Ambientes Costeiros Amazônicos: avaliação de modificações por sensoriamento remoto*. (Tese de doutorado). Niterói - RJ; Universidade Federal Fluminense, Centro de Geociências.
- Sautchuk, C. E. 2005. *Laquistas et pescadores: l'apprentissage de la pêche dans une région côtière de l'Amazonie (Vila Sucuriju, Brésil)*. *Techniques et culture* 45: 161-86.
- _____. 2006. "Esse rio abriu da noite pro dia": a Vila de Sucuriju, comunidade pesqueira do litoral do Amapá. Brasília; ACT Brasil.
- _____. 2007. A medida da gordura: o interno e o íntimo na academia de ginástica. *Mana* 13 (1): 153-79.
- Schaeffer-Novelli, Y. e Cintron-Molero, G. 1988. *Expedição nacional aos maguezais do Amapá - Ilha de Maracá*. CNPq.
- Schlanger, N. 2004. "Suivre les gestes, éclat par éclat" - la chaîne opératoire d'André Leroi-Gourhan. In: Audouze, F. e Schlanger, N. (org.). *Autour de l'homme: contexte et actualité d'André Leroi-Gourhan*. Paris; Éditions APDCA/INHA/CNRS: 127-148.
- _____. 2005. The *chaîne opératoire*. In: Renfrew, C. e Bahn, P. (org.). *Archaeology - Key concepts*. Londres; Routledge.
- Sebeok, T. 1988. 'Animal' in biological and semiotic perspective. In: Ingold, T. (org.). *What is an animal?* Londres; Unwin Hyman: 63-76.
- Seeger, A. 1980. Pesquisa de campo: uma criança no mundo. In: *Os Índios e Nós: estudos sobre sociedades tribais brasileiras*. Rio de Janeiro; Campus: 25-40.
- Seeger, A.; DaMatta, R. e Castro, E. V. d. 1979. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. *Boletim do Museu Nacional* (32).
- Sigaut, F. 1988. Critique de la notion de domestication. *L'Homme* 108: 59-71.
- _____. 1991. L'apprentissage vu par les ethnologues. Un stéréotype? In: Chevallier, D. (org.). *Savoir faire et pouvoir transmettre: transmission et apprentissage des savoir-faire et des techniques*. Paris; Ed. de la Maison des sciences de l'homme: 33-42.
- _____. 1994. Technology. In: Ingold, T. (org.). *Companion encyclopedia of anthropology: humanity, culture and social life*. London; Routledge.
- Silva, J. C. d. 1861. *L'Oyapoc et l'Amazone: question brésilienne et française*. Paris; L. Martinet.
- Silveira, I. M. 1979. Formas de aviamento num povoado pesqueiro da Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nova Série - Antropologia* (74): 1-24.
- Silveira, O. F. M. 1998. *A planície costeira do Amapá: dinâmica de ambiente costeiro influenciando por grandes fontes fluviais quaternárias*. (Tese de doutorado). Belém; UFPA, Centro de geociências.
- Silverstein, M. 1990. La semiotique jakobsonienne et l'anthropologie sociale. In: L'ARC (org.). *Roman Jakobson - semiótica, poética, epistémologie*. Paris; Duponchelle: 45-49.
- Silverwood-Cope, P. 1990. *Os Makú: povo caçador do noroeste da Amazônia*. Brasília; Editora UnB.
- Simondon, G. 1989. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris; Aubier.

- _____. 2004. *Deux leçons sur l'animal et l'homme*. Paris; Ellipses.
- _____. 2005. *L'individuation à la lumière des notions de forme et d'information*. Grenoble; Éditions Jérôme Millon.
- Sousa, I. S. d. 2000. *Aviamento e reciprocidade: estudo da vila de pescadores Apeú Salvador - Viseu*. (Dissertação de mestrado). Belém; UFPA, Departamento de Antropologia.
- Stiegler, B. 1998. *Techniques and time 1: the fault of Epimetheus*. Stanford; Stanford University Press.
- Strathern, M. 2006 [1988]. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas; Editora da Unicamp.
- Strauss, C. 1984. Beyond 'formal' versus 'informal' education: uses of psychological theory in anthropological research. *Ethos* 12 (3): 195-222.
- Strivay, L. 2006. *Enfants sauvages: approches anthropologiques*. Paris; Gallimard.
- Tapiassu, A. 1968. Aspectos tecnológicos e biológicos da pesca na Vigia. *Estudos Paraenses - IDESP* 13.
- Taylor, A. C. 1998. Corps immortels, devoir d'oubli: formes humaines et trajectoires de vie chez les Achuar. In: Godelier, M. e Panoff, M. (org.). *La production du corps*. Amsterdam; Overseas Publishers Association: 317-338.
- _____. 2000. Le sexe de la proie: représentations jivaro du lien de parenté. *L'Homme* 154-155: 309-334.
- Thelen, E. 1995. Motor development: a new synthesis. *American Psychologist* (50): 79-95.
- Turvey, M. e Hollis, F. 1978. On the control of activity: some remarks from an ecological point of view. In: Landers, D. M. e Christina, R. W. (org.). *Psychology of motor behavior and sport*; Human Kinetics.
- Uexküll, J. von. 1982. *Dos animais e dos homens (Digressões pelos seus mundos-próprios e Doutrina do Significado)*. Lisboa; Edição Livros do Brasil.
- Velho, O. 2001. De Bateson a Ingold: passos na constituição de um paradigma ecológico. *Mana* 7 (2): 133-40.
- Veríssimo, J. 1970 [1895]. *A pesca na Amazônia*. Belém; Editora UFPA.
- Vernant, J.-P. 1996 [1965]. *Mythe et pensée chez les Grecs*. Paris; La Découverte.
- Viveiros de Castro, E. 1986. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar.
- _____. 2002. *A inconstância da alma selvagem*. Rio de Janeiro; Cosac & Naify.
- Wacquant, L. 2002. *Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro; Relume Dumará.
- Wagley, C. 1988. *Uma comunidade amazônica: estudo dos homens nos trópicos*. Belo Horizonte; Itatiaia.
- Warnier, J.-P. 1999. *Construire la culture matérielle: l'homme qui pensait avec ses doigts*. Paris; PUF.
- _____. 2001. A praxeological approach to subjectivation in a material world. *Journal of material culture* 6 (1): 5-24.
- Weber, A. 2004. Cognition as expression: on the autopoietic foundations of an aesthetic theory of nature. *Sign systems studies* 29.1: 153-69.
- Woortmann, E. e Woortmann, K. 1997. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica camponesa*. Brasília; EdUnB.

Anexo 1

Nomes de plantas e animais citados

Açaí, <i>Euterpe oleracea</i>	Maçaranduba, <i>Manilkara huberi</i>
Acapu, <i>Vouacapoua americana</i>	Maguari, <i>Ciconia maguari</i>
Aninga, <i>Montrichardia arborescens</i>	Mangueiro, <i>Rhizophora mangle</i>
Apaiari, <i>Astronotus ocellatus</i>	Maparajuba, <i>Manilkara amazonica</i>
Apé, <i>Nymphaea gardneriana</i>	Maruim, <i>Culicoides paraensis</i>
Ariranha, <i>Pteronura brasiliensis</i>	Mururé, <i>Eichhornia azurea</i> , <i>Eichhornia crassipes</i>
Arraia, <i>Potamotrygon</i> sp.	Onça, <i>Panthera onca</i>
Aruanã, <i>Osteoglossum bicirrhosum</i>	Orelha de poraquê, <i>Hydrocotyle</i> sp.
Bagre, <i>Arius</i> sp.	Pato, <i>Cairina moschata</i>
Bandeirado, <i>Bagre bagre</i>	Peixe-boi, <i>Trichechus inunguis</i>
Camorim, <i>Centropomus</i> sp., <i>Centropomus parallelus</i> e <i>Centropomus undecimalis</i>	Pequiá, <i>Caryocar villosum</i>
Canarana, <i>Echinochloa polystachya</i> , <i>Hymenachne amplexicaulis</i> , <i>Leersia hexandra</i>	Pescada, <i>Cynoscion</i> sp.
Cangatá, <i>Arius phrigitatus</i> e <i>Arius quadricustis</i>	Pescada amarela, <i>Cynoscion acoupa</i>
Capivara, <i>Hydrochoerus hydrochaeris</i>	Piranha, <i>Pygocentrus nattereri</i> , <i>Serrasalmus rhombeus</i> , <i>Serrasalmus elongatus</i> , <i>Catoprion mento</i> e <i>Metynnis</i> sp.
Caranguejo, <i>Ucides cordatus</i>	Pirapema, <i>Tarpon atlanticus</i> ou <i>Megalops atlanticus</i>
Carapanã, <i>Anopheles</i> spp., <i>Culex</i> spp., <i>Aedes</i> spp. etc.	Pirarucu, <i>Arapaima gigas</i>
Carará, <i>Anhinga anhinga</i>	Sabiá, <i>Saltator coerulescens</i>
Caratipioca, <i>Curimata</i> sp.	Sapucaia, <i>Lecythis pisonis</i>
Cutia, <i>Dasyprocta aguti</i>	Sarda, <i>Pellona castelnaeana</i> e <i>Pellona flavipinnis</i>
Dourada, <i>Brachysplatystoma flavicans</i>	Siriuba, <i>Avicenia germinas</i>
Fusil, <i>Pistia stratiotes</i>	Sucuriju, <i>Eunectes murinus</i>
Guará, <i>Eudocimus ruber</i>	Taboca, <i>Guadua glomerata</i>
Guariba, <i>Alouatta seniculus</i>	Tainha, <i>Mugil</i> sp.
Gurijuba, <i>Arius parkeri</i>	Tambaqui, <i>Colossoma macropomum</i>
Jacaré-açu, <i>Melanosuchus niger</i>	Tucunaré, <i>Cichla monoculus</i>
Jaquinha, <i>Annona glabra</i>	Uritinga, <i>Arius proops</i>
Jacaretinga, <i>Caiman crocodilus</i>	Urubu, <i>Coragyps atratus</i>
Junco, <i>Eleocharis interstincta</i> , <i>Eleocharis mutata</i>	

Anexo 2



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO AMAPÁ
DIVISÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA

TERMO DE COMPROMISSO Nº 001/2006

Ementa: termo de compromisso firmado entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Comunidade do Sucuriju, município de Amapá (AP), referente à utilização dos lagos do cinturão lacustre oriental do Estado do Amapá, localizados no interior da Reserva Biológica do Lago Piratuba.

I. PARTES

- 1. O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA**, Autarquia Federal de Regime Especial, criada pela Lei nº 7.735, de 22/02/89, alterada pela Lei nº 7.804 de 18/07/89, 7.957 de 20/12/89 e 8.028 de 12/04/90, e Medida Provisória nº 1.794 de 01/01/99, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, com sede e foro em Brasília/DF, e jurisdição em todo Território Nacional, inscrito no CGC do Ministério da Fazenda sob o nº 03.659.166/0005-36, sediada no SCEN, Trecho 02, Edifício Sede do IBAMA, em Brasília, Distrito Federal, e com a Superintendência Estadual estabelecida na cidade de Macapá (AP) à Rua Hamilton Silva, 1570, Santa Rita, neste ato presente na forma prevista na lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, por seu presidente **MARCUS LUIZ BARROSO BARROS** e pelo superintendente no Amapá, **EDIVAN BARROS DE ANDRADE**, nomeado através da Portaria nº 368, de 16/09/2003, publicada no Diário Oficial da União de 17/09/2003, portador do RG nº 062.455-AP e CPF nº 341.831.592-53, e designado conforme os termos da Portaria nº 1.951, de 27/11/2006, publicada no Diário Oficial da União de 28/11/2006;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO AMAPÁ
DIVISÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA

2. **A COMUNIDADE DO SUCURIJU**, adiante denominada SEGUNDA COMPROMISSADA, localizada na foz do rio de mesmo nome, ao norte da desembocadura do Amazonas, no Cabo Norte, costa do município de Amapá (AP), neste ato representada pela **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA DO SUCURIJU**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.925.632/0001-10, com sede na Vila do Sucuriyu e foro no município de Amapá (AP), por seu presidente **EDILSON VALES PENA**, brasileiro, viúvo, pescador, residente e domiciliado na Vila do Sucuriyu, Distrito do Sucuriyu, município do Amapá (AP), portador do RG nº 40.930-AP e CPF nº 059.869.582-68, e pela **COLÔNIA DE PESCADORES Z-4**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.715.905/0001-48, por seu presidente **ORIMÍLTON CASTRO**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Vila do Sucuriyu, Distrito do Sucuriyu, município do Amapá (AP), portador do RG nº 42233-AP e CPF nº 083.860.562-15;

II. CONSIDERANDOS

1. Considerando a existência da RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA, criada pelo decreto federal nº 84.914, de 16 de julho de 1980, cujos limites foram alterados pelo decreto federal nº 89.932, de 10 de julho de 1984, localizada no Estado do Amapá;
2. Considerando o relatório sobre a relação da Comunidade da Vila de Sucuriyu, município de Amapá – AP, com os lagos do norte da Reserva Biológica do Lago Piratuba, de autoria do antropólogo Carlos Emanuel Sautchuk, que afirma a existência de moradores, desde a passagem do século XIX para o XX, tanto no Cabo Norte, região litorânea do município de Amapá - AP (onde hoje se encontra a Vila do Sucuriyu) quanto nos lagos – denominados de cinturão lacustre oriental (que passaram a pertencer à Reserva Biológica do Lago Piratuba em 1980);
3. Considerando as disposições da lei 9.985, de 18 de junho de 2000 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC), que, regulamentando o art. 225, § 1º, da Constituição Federal, instituiu o SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão dessas unidades de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO AMAPÁ
DIVISÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA

conservação e definiu, como órgão executor, em relação às unidades de conservação federais, o IBAMA (SNUC, art. 6º, IU);

4. Considerando que o art. 42, § 2º, da lei nº 9.985/00 SNUC determina que deverão ser estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade de conservação, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e os locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações;
5. Considerando o decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, do Exmº Sr. Presidente da República, regulamentando os arts. 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 36, 41, 42, 47, 48 e 55 da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;
6. Considerando o art. 39 do decreto federal nº 4.340/2002, segundo o qual as condições de permanência das populações tradicionais em Unidade de Conservação de Proteção Integral serão reguladas por termo de compromisso, negociado entre o órgão executor e as populações, ouvido o conselho da unidade de conservação;

CELEBRAM o presente

TERMO DE COMPROMISSO

nos termos constantes das cláusulas abaixo.

III. CLÁUSULAS

DO OBJETO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
 RENOVÁVEIS
 SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO AMAPÁ
 DIVISÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
 RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA

Cláusula primeira – Enquanto os lagos do cinturão lacustre oriental (que hoje fazem parte da Reserva Biológica do Lago Piratuba) forem imprescindíveis para a subsistência da Vila do Sucuriju e existirem as moradias sazonais dos pescadores nesses lagos, o presente termo de compromisso tem, em suma, os objetivos de:

- I. garantir a execução pelos compromissados das regras e princípios do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC); e
- II. estabelecer normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença dos pescadores da Vila do Sucuriju, no interior da Reserva Biológica do Lago Piratuba, com os objetivos da unidade de conservação, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e os locais de moradia destas populações, conforme estabelecido pelo SNUC, art. 42, § 2º.

DA VIGÊNCIA

Cláusula segunda – O presente termo de compromisso entrará em vigor, na data de sua assinatura e permanecerá vigente até ulterior determinação.

Parágrafo único. Este termo de compromisso será publicado no Diário Oficial da União, por iniciativa do IBAMA.

DA COMPATIBILIZAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA NOS LAGOS DO CINTURÃO LACUSTRE ORIENTAL (INTERIOR DA RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA)

Cláusula terceira – O acesso para o cinturão lacustre oriental (interior da Reserva Biológica do Lago Piratuba) só será permitido para pescadores cadastrados e UNICAMENTE a partir da Vila do Sucuriju.

Cláusula quarta – O cadastramento que trata a cláusula anterior será realizado pelo IBAMA que também ficará responsável pela emissão das carteiras de identificação e acesso ao cinturão lacustre oriental da Reserva Biológica do Lago Piratuba.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO AMAPÁ
DIVISÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA

Cláusula quinta – Poderão participar do cadastramento os pescadores que atendam os seguintes requisitos:

- I. ser morador efetivo da Vila do Sucuriju, da Comunidade do Paratu ou da Comunidade de Araquçaua (as duas últimas comunidades estão localizadas na costa do município do Amapá, entre a foz do rio Araguari e a Vila do Sucuriju, dentro da Reserva Biológica do Lago Piratuba, antes da Unidade ter sido criada);
- II. ser maior de 18 anos; e
- III. possuir carteira de pescador profissional.

Cláusula sexta – Todos os pescadores cadastrados ficam obrigados a portar a carteira de identificação nos lagos da REBIO do Lago Piratuba (cinturão lacustre oriental), a ser fornecida pelo IBAMA.

Cláusula sétima – Os pescadores cadastrados poderão, eventualmente, levar entes familiares para acompanhá-los nas atividades de pesca (inclusive menores de idade) desde que se responsabilizem pelos mesmos.

Cláusula oitava – Fica permitida a utilização de motor de popa tipo rabeta, até 5 HP, para facilitar o deslocamento das unidades de pesca (montarias) APENAS até a região dos lagos, permanecendo o deslocamento tradicional, a remo, para o desenvolvimento das atividades de pesca.

Cláusula nona – Fica proibida qualquer utilização da Enseada e do Laguinho do Trindade durante um período de 02 (dois) anos, a partir da assinatura do presente termo, por serem considerados locais de reprodução pelos próprios pescadores e para fins de monitoramento.

Cláusula décima – Ficam proibidos, em toda a região do cinturão lacustre oriental, bateção, cerco e tapagem.

Cláusula onze – Fica permitida a pesca da espécie pirarucu (*Arapaima gigas*), desde que:

- I. seja respeitado o período de defeso da espécie, que ocorre anualmente de 01º de dezembro a 31 de maio;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO AMAPÁ
DIVISÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA

II. o tamanho mínimo seja de 1,50 m;

III. seja proibido, a qualquer tempo, matar indivíduos, machos ou fêmeas, em processo de acasalamento (cama) ou de proteção aos filhotes;

III. sejam utilizados apenas os apetrechos tradicionais: arpão e zagaia; e

IV. sejam capturados, no máximo, 10 (dez) pirarucus por viagem de cada unidade de pesca (montaria).

Cláusula doze – Fica permitida a pesca das espécies tucunaré (*Cichla monoculus*), aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*), piranha (*Pygocentrus nattereri*, *Serrasalmus rhombeus*, *Serrasalmus elongatus*, *Serrasalmus sp.*, *Catoprion mento* e *Metynnis sp.*) e pirapema (*Megalops atlanticus*) com anzol nº 05.

Cláusula treze – Fica permitida a pesca das espécies tambaqui (*Colossoma macropomum*) e pirapema (*Megalops atlanticus*), desde que:

Para a pirapema:

I. sejam utilizados apenas o anzol nº 05 e os seguintes apetrechos tradicionais: arpão e zagaia;

Para o tambaqui:

I. sejam utilizados apenas os seguintes apetrechos tradicionais: arpão e zagaia; e

II. sejam pescados apenas no lago Grande.

Cláusula quatorze – Fica permitida a pesca das espécies pescada (*Cynoscion acoupa*), aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*), camurim (*Centropomus parallelus*), bagre (*Arius sp.*), tainha (*Mugil brasiliensis*), apaiari (*Astronotus ocellatus*) e caratipioca (*Curimata sp.*) desde que:

I. sejam utilizados os seguintes apetrechos: rede de náilon monofilamento (tretreque) ou rede plástica, com espessura do fio de 50 ou 60mm e comprimento da malha entre nós opostos de, no mínimo, 100 mm ou, ainda, rede de poliamida de multifilamento (seda), com espessura do fio de 24 ou 36 mm e comprimento da malha entre nós opostos de, no mínimo, 100 mm; e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO AMAPÁ
DIVISÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA

II. sejam utilizadas apenas 02 (duas) panagens de 50 m para cada unidade de pesca (montaria).

Cláusula quinze – Para as espécies aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*), pirapema (*Megalops atlanticus*), tambaqui (*Colossoma macropomum*), apaiari (*Astronotus ocellatus*) e caratapioca (*Curimatá amazônica*, *C. inorata*) deverá ser respeitado o período de defeso da piracema que ocorre anualmente de 15 de novembro a 15 de março, de acordo com a instrução normativa federal nº 43, de 18 de outubro de 2005.

DAS REUNIÕES DE AVALIAÇÃO

Cláusula dezesseis – A cada 6 (seis) meses, o IBAMA e a Comunidade do Sucuriju comprometem-se a realizar reunião conjunta, na Vila do Sucuriju, a fim de ser apresentado, em prazo não superior a 30 (trinta) dias dessa reunião, relatório sobre o cumprimento do presente compromisso.

Cláusula dezessete – As reuniões serão convocadas pelo IBAMA, como gestor da Reserva Biológica do Lago Piratuba.

DA FISCALIZAÇÃO DOS COMPROMISSOS

Cláusula dezoito – Caberá ao IBAMA, por meio da Reserva Biológica do Lago Piratuba, e aos pescadores da Vila do Sucuriju, especialmente os presidentes da Associação dos Moradores da Vila do Sucuriju e da Colônia de Pescadores Z-4, a observância dos compromissos deste termo, devendo fiscalizar, direta ou indiretamente, a execução do acordo, devendo, quando tomar conhecimento por qualquer meio de inadimplemento de cláusula(s) deste termo, adotar imediatamente as medidas necessárias para a retificação da conduta omissiva ou comissiva.

DAS OMISSÕES E DAS DIVERGÊNCIAS INTERPRETATIVAS

Cláusula dezenove – As omissões deste termo, bem como eventuais divergências sobre o pactuado, serão discutidas em reunião, com a participação dos representantes das partes compromissadas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO AMAPÁ
DIVISÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA

DO DESCUMPRIMENTO DAS SANÇÕES

Cláusula vinte – Configura descumprimento ou violação, total ou parcial, de compromisso deste termo qualquer conduta comissiva ou omissiva imputável às compromissadas, incompatível com as obrigações assumidas nas cláusulas acima.

Cláusula vinte e um - O descumprimento ou violação, total ou parcial, de compromisso deste termo implicará a cada pescador cadastrado:

- a. pelo acesso ao cinturão lacustre oriental da Reserva Biológica do Lago Piratuba em desacordo com a cláusula terceira, o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e cancelamento da carteira de identificação e acesso ao local acima especificado;
- b. por não portar carteira de identificação e acesso ao cinturão lacustre oriental da Reserva Biológica do Lago Piratuba durante o trabalho de pesca, o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais);
- c. pela utilização de motor rabeta de maior potência ou em desacordo com o estabelecido na cláusula oitava, apreensão do equipamento e o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais);
- d. pela utilização da Enseada e/ou do Laguinho do Trindade, o valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) e, se houver reincidência, o cancelamento da carteira de identificação e acesso ao cinturão lacustre oriental da Reserva Biológica do Lago Piratuba;
- e. pela realização de bateção, cerco e/ou tapagem em qualquer parte do cinturão lacustre oriental da Reserva Biológica do Lago Piratuba, o valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) e, se houver reincidência, o cancelamento da carteira de identificação e acesso ao local acima especificado; e
- f. pelo descumprimento de qualquer uma das regras de pesca estabelecidas nas cláusulas onze, doze, treze, quatorze e quinze, o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) mais R\$ 10,00 (dez reais) por quilo do produto da pescaria em desacordo e, se houver



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO AMAPÁ
DIVISÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA

reincidência, o cancelamento da carteira de identificação e acesso ao cinturão lacustre oriental da Reserva Biológica do Lago Piratuba.

Parágrafo único – As multas serão atualizadas, na data da efetiva execução judicial ou extrajudicial, pelos índices de atualização dos tributos federais.

Cláusula vinte e dois – As sanções acima previstas não eximem os pescadores cadastrados pelo prejuízo causado, nem prejudica a apuração das responsabilidades administrativa, civil ou penal de quem lhe tiver dado causa.

Cláusula vinte e três – A execução judicial poderá ocorrer por iniciativa do Ministério Público Federal ou mediante provocação das compromissadas, de quaisquer entidades civis ou públicas ou qualquer cidadão que tiver conhecimento do descumprimento deste termo.

Cláusula vinte e quatro – A execução judicial poderá deixar de ser proposta se ocorrer a seguinte condição:

I - Apresentação de justificativas, por escrito, sobre o descumprimento, em que se comprove a ausência de dolo ou culpa no inadimplemento e/ou inobservância de condições estabelecidas, desde que resultante de caso fortuito ou força maior.

Cláusula vinte e cinco – Os valores eventualmente desembolsados pelos pescadores cadastrados, a título de multa, deverão ser revertidos em benefício do FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE.

DA REVISÃO DOS COMPROMISSOS

Cláusula vinte e seis – A celebração deste compromisso de conduta não impede que um novo termo seja firmado entre o IBAMA e a Comunidade do Sucuriju, desde que mais vantajoso para a proteção do meio ambiente.

Cláusula vinte e sete – O IBAMA ou a Comunidade do Sucuriju poderão, a qualquer tempo, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias os exigirem, propor a revisão ou a complementação dos compromissos ora firmados, desde que mais vantajoso para a proteção do meio ambiente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO AMAPÁ
DIVISÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA

Cláusula vinte e oito – Alterações na legislação ambiental, seja de natureza constitucional, legal ou infralegal (resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA), sobre o regime jurídico das Unidades de Conservação poderão implicar, ex-officio ou por provocação de qualquer das partes, a rescisão do pactuado, desde que tenha ocorrido alteração substancial no quadro normativo que suporta o presente termo de compromisso, a ser discutido em reunião conjunta das partes.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula vinte e nove – A assinatura deste Termo de Compromisso não exime as responsabilidades de reparação, compensação e indenização por qualquer ato que venha a descumprir a legislação ambiental, nem impede a responsabilização civil, administrativa e criminal por fatos ilícitos.

DO FORO

Cláusula trinta – As questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no foro da Justiça Federal do Distrito Federal, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim combinados, firmam o presente compromisso, em 02 (duas) vias originais, uma que será juntada ao procedimento administrativo estabelecido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, e outra que ficará com a Comunidade do Sucuriju.

Distrito de Sucuriju (AP), 30 de novembro de 2006.

EDIVAN BARROS DE ANDRADE
Superintendente Estadual do IBAMA no Amapá



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO AMAPÁ
DIVISÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA

EDÍLSON VALES PENA

Presidente da Associação dos Moradores da Vila do Sucuriçu

ORIMÍLTON CASTRO

Presidente da Colônia de Pescadores Z-4



Caderno de Fotos

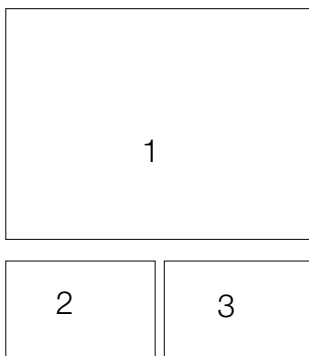
Prancha 1 - A vila e o rio

Posicionada na foz do rio Sucuriju, em região de manguezais, a vila experimenta forte influência das marés, que adentram o rio até as cabeceiras.

foto1, (Patrícia Pinha, Ibama-AP)

As construções são elevadas do solo em cerca de um metro e meio, pois nas grandes marés enchentes dos períodos de *lanço* (marés de lua cheia e nova), o rio se expande, tomando toda a região. Nesses dias, a diferença entre a baixa-mar e a preamar é muito acentuada, como demonstra o contraste entre o panorama da vila e do rio no meio da manhã e no fim da tarde.

fotos 2 e 3





Prancha 2 – Maré: temporalidades hídricas

Mesmo quando é pequena, ao adentrar o rio no início da maré enchente, a pororoca (onda de maré) marca o fim do futebol, pois alaga em alguns minutos a *praia* que a maré baixa fizera aparecer no leito do rio. Em seguida, a maré inunda a área onde estão as casas, transformando o futebol dos meninos num jogo aquático, que permanece sendo jogado com os pés até certo nível da água, a partir do qual se utilizam as mãos. Várias outras atividades são influenciadas por essa expansão acentuada do leito do rio.



Prancha 3 – Atividades na vila: águas

A intensidade com que o rio é ocupado pelas marés tem como consequência dois fatores importantes para o cotidiano no Sucuriçu. A distância entre o leito do rio e a vila muda muito conforme as marés, e os períodos de chuvas. Além disso, durante o *verão* (estiagem, de julho a dezembro) o rio permanece todo tempo salobro, o que leva ao consumo de água pluvial, armazenada durante o *inverno* (chuvas, de janeiro a junho).

Intensamente explorado pelas brincadeiras infantis, o *barranco* constitui o limite das águas do rio, sendo transposto apenas durante os dias de grandes marés (nas luas nova e cheia). A cada inverno, quando o volume do rio aumenta, o barranco muda de posição. (Da esquerda para direita: Roni, Antônio e Pitico)

foto 1

O *barranco* é central no reposicionamento constante dos barcos nos trapiches. Ele é considerado para as possibilidade de navegar, para a proteção em relação à força da maré enchente, e também para a execução de reparos, como o empreendido por Agenildo no *Rio-mar*, seu barco.

foto 2

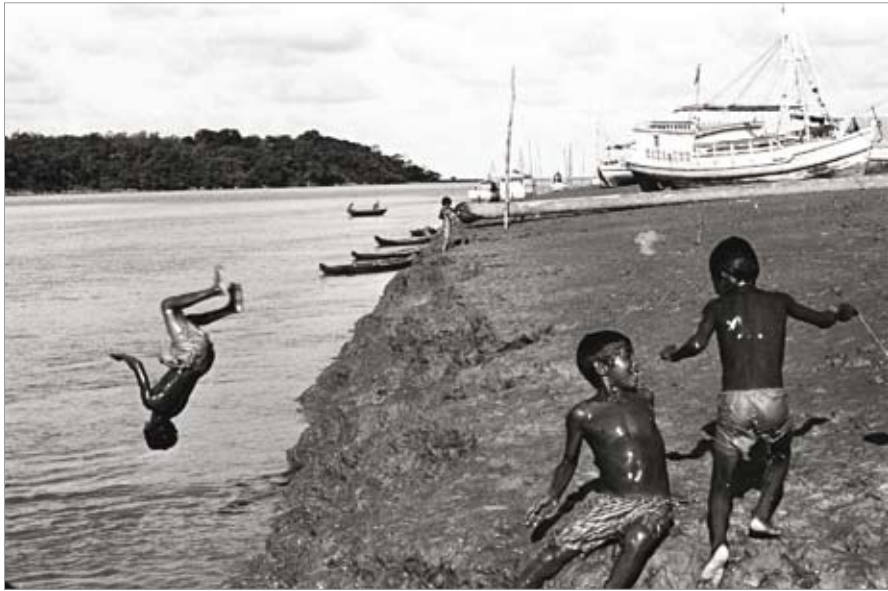
Durante o *verão*, o rio permanece sob influência das águas marinhas, e a cada sábado são distribuídas quotas de água doce, armazenada em dois reservatórios coletivos durante as chuvas do *inverno*. No *verão* de 2005, é dona Vera quem controla a retirada dos trinta litros semanais estipulados para cada morador.

foto 3

1

2

3



Prancha 4 – A casa e as atividades na vila

Jogo de damas no pátio de uma casa, à beira da ponte.

foto 1

Pelado, pescador de fora, tece rede para gurijuba no interior da casa onde vive, que pertence à família de sua mulher, composta por *laguistas*. Ao fundo, note-se o sistema de coleta de água pluvial a partir do telhado e o *freezer*, que funciona nas poucas horas em que há energia elétrica.

foto 2

Tati, mulher do proeiro Antenor, borda ao lado das filhas Tatiele e Tatiane.

foto 3

Everaldo expõe os documentos que lhe asseguram a identidade de pescador profissional e conferem direito a benefícios estatais, como o seguro desemprego da pesca. Essa forma de identificação contrasta com aquela centrada nas formas e habilidades corporais, que legitimam os pescadores localmente e estabelecem a distinção entre ‘pescadores de fora’ e ‘laguistas’.

foto 4

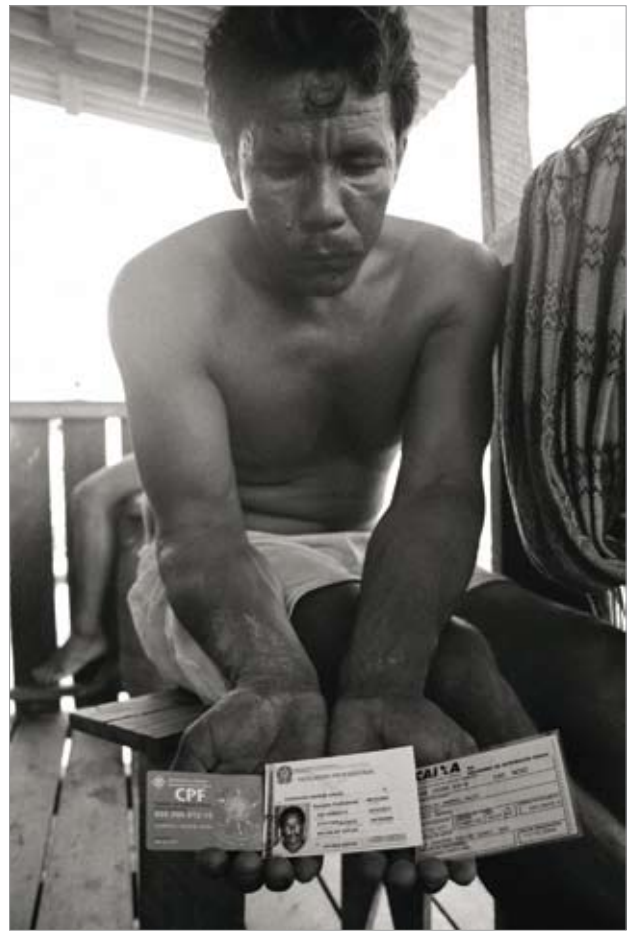
Interior da casa de Tijora e dona Isabel. Além dos recipientes de água doce, nota-se o aparelho de som, seu orgulho e onde ele gosta de ouvir *bregas antigos* (estilo de música romântica característico de Belém) e cantores como Raul Seixas ou Zeca Pagodinho, que passa o

1	2
3	4
5	6

a apreciar após comprar fitas cassetes ao acaso em Macapá.

Crianças e jovens circulam constantemente pela ponte, extravasando as proximidades do espaço doméstico e atuando na comunicação de informações, no transporte de objetos e na consecução de grande parte das relações de troca, sobretudo de alimentos. (Da esquerda para a direita:

foto 6



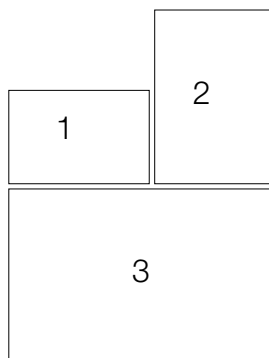
Prancha 5 - Percursos do peixe: alimentação e aviamento

O peixe capturado pode ter dois destinos diferentes: se é *pra bóia*, dirige-se ao consumo da unidade doméstica e à distribuição na vila, através da rede de trocas; quando é *pra passar* o peixe é encaminhado ao patrão, conforme o sistema de aviamento.

Na chegada, os pescadores separam principalmente peixes menores e cabeças de gurijuba para a alimentação local (*pra bóia*). Tendo posto de lado previamente o que cabe a parentes e amigos próximos, distribuem o restante por meio das crianças, cuja presença a bordo tem valor de lembrança, mas sem o peso de uma solicitação direta. *foto 1*

Gero, Silvana e Dudu, que me hospedaram no Sucuriçu, almoçam no pátio da casa, adjacente à ponte da vila. *foto 2*

Seu Chicão, ex-laguista, hoje *patrão* e comerciante, faz o acerto de contas de seu Preto Maciel, que atua no lago. Essa relação se dá nos termos do sistema de aviamento, que implica no adiantamento de víveres ao pescador e na obrigatoriedade do retorno do pescado ao patrão. Além disso, o pescador adquire mercadorias no comércio do patrão. Relação comercial e de patronato, a interação patrão-pescador pode assumir também as formas de amizade e compadrio. *foto 3*





Prancha 6 – Formas elementares da locomoção no lago

O modo mais comum de deslocamento é a remada em trechos abertos (*lagos, enseadas, escavados*), onde se estabelece cadência sincronizada entre piloto e proeiro, que remam em lados opostos. Quando várias montarias deslizam juntas, seus remadores também costumam estabelecer, automaticamente, sincronia entre si. *foto 1*

É comum que alguns lugares, sobretudo os cantos dos lagos, fiquem *cerrados* pela vegetação aquática de superfície, que é facilmente movimentada pelos ventos. Acontecimentos detestáveis, já que os laguistas vêem diminuir drasticamente sua capacidade de movimentação e captura. Se atravessam esses trechos, a montaria pára a cada remada; sem a continuidade cíclica, os laguistas produzem a sincronia dos movimentos através de sinais verbais, aliados a grande esforço físico, que os leva a ‘remar’ de pé, usando as pernas, e não o quadril, para transferir o impulso à embarcação. *foto 2*

No interior do mangal a sincronia entre piloto e proeiro não existe; eles fazem movimentos diferentes, porém coordenados, visto que buscam realizar manobras mais agudas, incluindo curvas, frenagens e arrancadas. Os remos são usados de ambos os lados, puxando a água e também empurrando ou amortecendo o contato com troncos e raízes aéreas. *foto 3*

Nos mangais o remo é constantemente deixado de lado, para que as mãos possam efetuar a propulsão, puxando troncos e raízes. Nesses lugares é necessário muita atenção aos obstáculos aéreos, que atingem sobretudo quem vai desatento no meio da montaria, como crianças e etnógrafos. *foto 4*

Ao utilizarem a vela, nos lagos maiores, o remo assume a função de leme. O piloto estabelece com o pé o ponto fixo dessa alavanca e a inclinação de seu tronco lhe dá a força necessária para fazer frente à intensidade do vento, mantendo a embarcação na direção desejada. *foto 5*

Quando vão sozinhos aos lagos, os laguistas controlam da proa o leme retrátil chamado *joão de pau*. Eles lamentam, jocosamente, que este, mesmo sendo um *camarado* que pilota bem e não consome a *despesa*, não ajuda a remar e não conversa. Muitos levam também um(a) filho(a) pequenino(a), um aparelho de rádio ou um cachorro, para lhes fazer companhia na montaria e na feitoria. *foto 6*

1	2
3	4
5	6
7	8

Nas *cabeceiras* do rio Sucuriçu, isto é, no trecho que liga o rio ao lago, a profundidade nem sempre é suficiente para a navegação. Por vezes é possível *puxar* a montaria, mas há situações, durante o *verão* (estiagem) que ele fica totalmente seco e o trânsito depende das grandes marés. *foto 7*

O fator mais importante na passagem entre o lago o rio é a maré. Os laguistas aguardam numa feitoria próxima às *cabeceiras*, até que ouçam a maré enchente se aproximando. Então eles saem no momento propício, para descer o rio junto com a vazante. *foto 8*



Prancha 7 - *Feitoria*

As feitorias são habitadas por famílias ou por grupos de homens; quem as constrói na maioria das vezes são laguistas que costumam levar mulher e filhos aos lagos. Além de ser habitação, a feitoria é também espaço de produção do peixe (corte, salga e secagem). Na parte central do dia, enquanto o peixe seca ao sol, os laguistas descansam, se alimentam ou se distraem.

Feitoria de seu Preto Maciel no Lago Grande em dezembro, no auge do *verão* (estiagem), com as águas baixas. *foto 1*

Os irmãos Zé Paulo e Léo costumam ir aos lagos acompanhados de filhos(as), sobrinhos e mulheres. *foto 2*

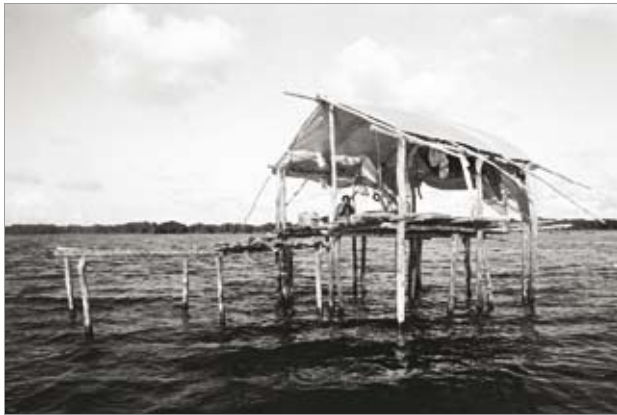
Enquanto Borcage transporta sua pilha de peixes para o sol, outros laguistas descansam. Ao fundo, alguém dorme na rede; em primeiro plano, seu Sabá repousa ouvindo o programa esportivo da Rádio Clube de Belém. *foto 3*

Borcage arremessa os peixes e Onça, seu piloto, os dispõe ao sol no *tendal*. *foto 4*

O jogo de dominó é uma das diversões nas feitorias ocupadas por homens, como a do lago *Maresia* (da esquerda para a direita: Magrinho, Marcinei, João, seu Marcelino, Canti e Macó). *foto 5*

Sob o olhar do pai, Antenor, Passarinho pesca piranhas sob a feitoria, aproveitando que elas se agrupam durante o almoço dos laguistas, compartilhando as sobras caídas na água. *foto 6*

1	2
3	4
5	6



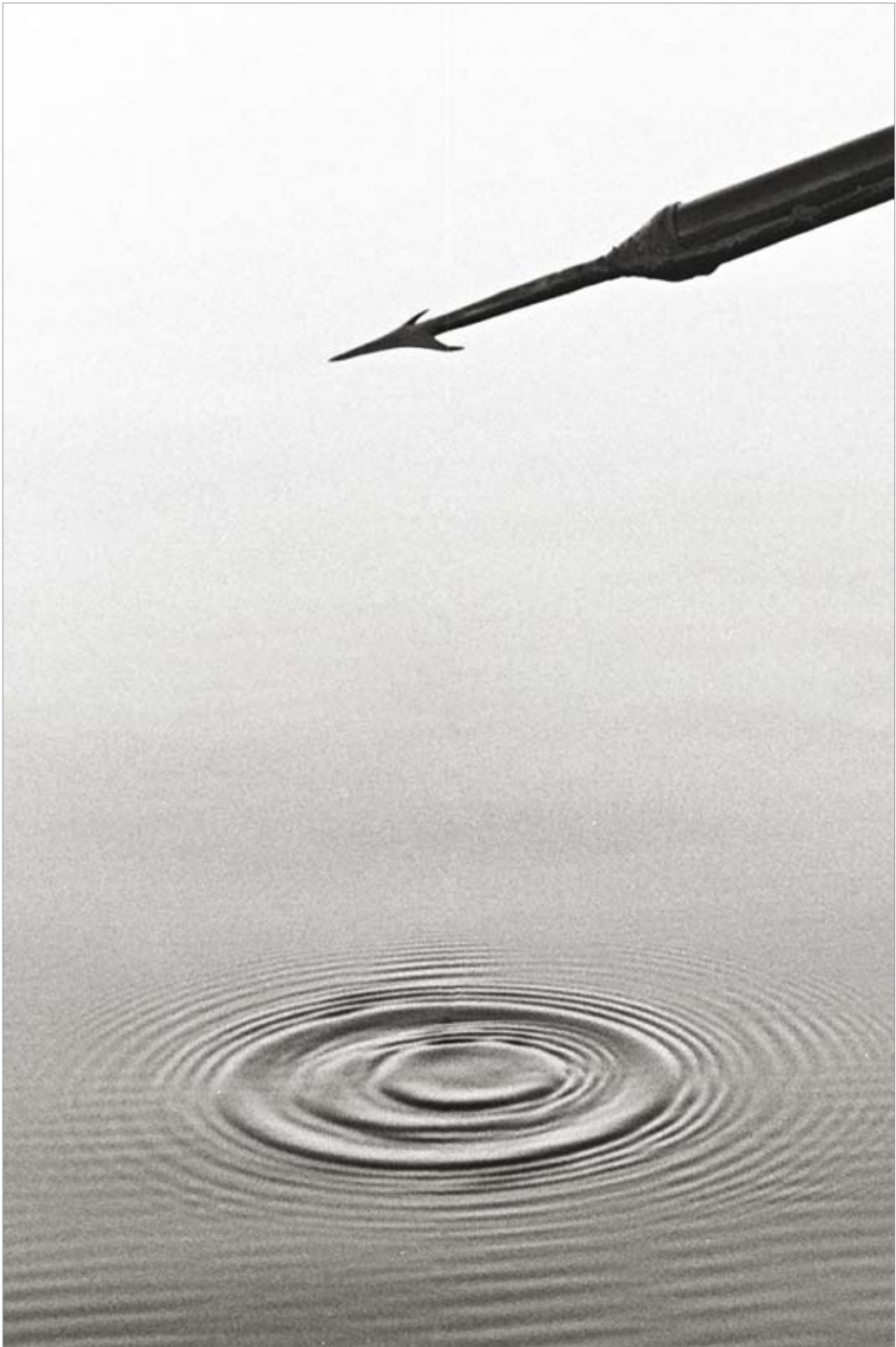
Prancha 8 – Marisco de peixinhos

O laguista lança a linha de mão – anzol com isca (pedaço de peixe ou de planta) conectado a fio de nylon de 30 a 40 metros – e a puxa com gestos conforme o comportamento de cada peixinho. O tucunaré pega o anzol em velocidade, e perto de troncos, já para o aruanã deve-se jogar bem perto, como um vegetal que cai ao seu lado, pois ele é mais lento. Para lançar, o laguista gira a linha sobre a cabeça, solta e depois volta a prender para fazer a isca cair no ponto determinado. À distância, o laguista maneja a interação entre os peixes e a isca. Na água clara esta operação é mais fácil, pois mesmo que a isca esteja a certa distância, os peixinhos a vêem e abocanham rapidamente. Na água escura ela pode afundar (sentar) e então as piranhas e pirapemas a pegam por baixo, antecipando-se aos peixes visados. Por causa disto, o estrovamento é encapado com fio metálico, para que a piranha não leve o anzol.



Prancha 9 - Interface fundo-buiado

É na *flor d'água*, interface comunicativa entre o *fundo* e o *buiado*, que laguista e pirarucu inscrevem suas ações e percebem os movimentos alheios.



Prancha 10 - Semiótica do pirarucu

Normalmente o proeiro arpoa sem *enxergar* diretamente o peixe, baseado apenas nos sinais que ele emite na flor d'água. A arpoada certa é aquela que conhece a relação entre o sinal e o peixe e que antecipa seus movimentos.

Haste em punho, Macó *repara* em torno, buscando os sinais do peixe e indicando ao piloto a direção a seguir. *foto 1*

Seu Sabá e o filho, imóveis, aguardam longamente o pirarucu *buiar*. A espera por uma boa oportunidade (*enseio*) pode durar até três ou quatro horas. *foto 2*

Borcage mede a fundura com a haste, proporcionando melhor calibragem do gesto de ataque. *foto 3*

Antenor arpoa no cume de um *carculo*; o sinal é bastante nítido, pois o peixe vai com muita velocidade, espantado pela arpoada errada de outro proeiro (note-se os vestígios em baixo e à esquerda). *foto 4*

Macó lança o arpão à frente da *siriringa*, rastro de borbulhas que o peixe emite em contato com o fundo (a haste aparenta estar envergada em função da deformação provocada pela lente grande angular). *foto 5*

Após intensa perseguição dentro do mangal, acossado e sem espaço para manobrar, o pirarucu *buiá só a ponta do nariz*. Mas produz na superfície o sinal que o denuncia ao proeiro (Macó), pronto a lançar a arma. *foto 6*

1	2
3	4
5	6



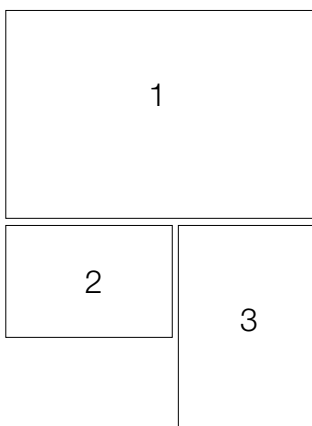
Prancha 11 - Arpoar: comunicação e predação

A arpoada envolve uma postura preparatória, com observação atenta, e o lançamento é disparado quando *o peixe dá o sinal*. Durante o deslocamento do arpão, o pirarucu também pode se mover; assim, se a arma e o alvo convergem em suas trajetórias, a arpoada é certa, se não, o arpão *fura o barro* ou, pior, *dá no pau*.

Antenor aguarda o *enseio*, momento oportunizado pelo peixe para a arpoada, ao qual o proeiro deve responder de pronto. *foto 1*

A *posição* é a relação entre a localização do peixe e o ‘campo de ação’ que um proeiro abrange com seu arpão (que se desloca junto com ele). A *posição*, portanto, não é do peixe nem do proeiro, mas da arpoada, que estabelece a relação entre ambos. *foto 2*

Assim também a *feição*, que se refere à localização do peixe tendo em vista a postura do arpoador, que implica em zonas de diferentes efetividades para o ataque. Na foto, a *feição* da arpoada não é das melhores, pois o proeiro (Macó) deve cruzar o arpão para o lado esquerdo. *foto 3*





Prancha 12 - Arpoeira: extensão e maleabilidade do acoplamento proeiro-arpão

A ligação entre o proeiro e sua arma se dá fundamentalmente pelo aumento na capacidade de atingir e aproximar-se do animal, mas o proeiro não se separa fisicamente do arpão. Para lançar ao longe, atingir e trazer o animal submerso, é necessário manejar a arpoeira, corda que estende a capacidade de predação do laguista.

Na preparação do gesto, a *volta da arpoeira* que sai do cabeçote é dobrada para frente, acompanhando a haste. O proeiro (Macó) retém a arpoeira junto à haste, segurando-a na mesma empunhadura do lançamento, para eliminar a folga da arpoeira em suas costas. *foto 1*

Isso diminui o “laço” que se abre atrás do proeiro (Antenor) no momento da arpoadada, que poderia prender-se com violência em sua cabeça ou braço ou numa criança que esteja no meio da montaria. *foto 2*

Quando envia a haste para longe, duas ações completam a arpoadada: imediatamente ao lançamento, a mão esquerda joga a volta da *arpoeira* na mesma direção, para minimizar a resistência ao movimento da haste. Ato contínuo, as duas mãos são levadas para baixo, cercando a arpoeira que se desenrola a partir da proa. Quando o arpão chega ao destino, as mãos se unem sobre a arpoeira, seja para puxar o apetrecho de volta ou para controlar a tração exercida pelo animal atingido. *foto 3*

1

2

3



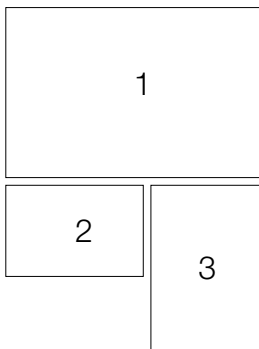
Prancha 13 - Matar: ato instituinte do proeiro

Conectado ao pirarucu, começa um diálogo que se mostra na extensão e na tensão da arpoeira. Com cuidado para não soltar o arpão da carne, o proeiro busca aproximar o peixe para matá-lo. Diante de sua inteligência e força, é um paradoxo para os laguistas que ele se *mostre tão frouxo pra porrada*, não resistindo por vezes à primeira cacetada. '*Mas também, indaga Antenor, quem não morre com uma porrada na nuca?*'

Ao ser puxado pelo pirarucu, Macó obedece a seus movimentos. Sentindo que a tensão da arpoeira pode extrair um arpão mal fixado, ele dá linha, e a recolhe aos poucos, aproveitando os instantes em que a força do peixe diminui. foto1

Tendo apenas um arpão preso ao peixe (o que encerra algum risco de fuga), Macó desfere a primeira cacetada na nuca. Ele usa o *cacete de pirarucu*, cuja forma de martelo proporciona situar o golpe com precisão. Esse objeto é confeccionado a cada vez que o proeiro chega para uma quinzena nos lagos, sendo desprezado ali mesmo. foto 2

Antenor *dobra*, ou seja, desfere pancadas sucessivas, com força e intervalo decrescentes. A cabeça do peixe funciona como uma caixa de ressonância, que ecoa o som da morte através dos lagos. Ação segura e grave, a dobra é também o gesto que reverencia o pirarucu e ecoa a altivez do proeiro numa vasta região, sendo ouvido por proeiros e outros seres. foto 3





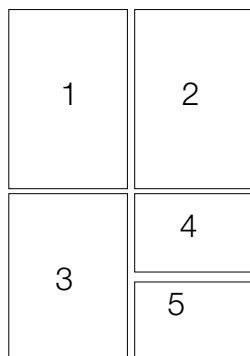
Prancha 14 - Cuidar o pirarucu

O momento de preparar a manta do peixe para a comercialização evoca atitude circunspecta de todos. As brincadeiras (sobretudo em relação ao peixe) são evitadas e as ações se desenrolam numa seqüência ritualizada, em que o proeiro manipula a carne do animal. *foto 1*

O piloto (Prego) desembarca o pirarucu e em seguida, golpeando com a ponta do terçado, remove duas séries de escamas: um “colar” entre a cabeça e o corpo e uma linha longitudinal ao longo da espinha dorsal, da cabeça à cauda. Cortando nesses dois locais, o peixe é *descascado* e o *couro* sai numa peça inteira, com todas as escamas. *foto 2*

O piloto cede lugar ao proeiro (Zé Nádio), que toma sua faca e faz um corte longitudinal, do fim da cabeça à extremidade da cauda, atingindo a espinha dorsal. Por meio de cortes pequenos e rápidos a carne é separada da espinha para ambos os lados, o que resulta numa peça única e triangular, a manta, cuja parte central é a ventrecha (ou barriga) e as laterais, o *dobrado*. *foto 3*

A *manta* é pendurada no *vareiro*. Sob os olhares dos outros, o proeiro (Dedé) delineia com delicadeza os *lanhos*, na tarefa mais habilidosa. A carne é desdobrada em várias camadas subseqüentes, mas unidas; assim, o resultado é uma *manta* mais fina (porém sem *furos*), o que facilita a penetração do sal. Nesse processo, que é esteticamente valorado, a faca é utilizada delicadamente, com movimentos rápidos e leves, ou pressionando lentamente a carne, apenas com o peso do próprio instrumento. *foto 4*



Por fim, o proeiro (Bobó) salga a manta, antes que ela seque ao sol por dois ou três dias. *foto 5*



Prancha 15 - Barco

Entidades que executam a pesca costeira, os barcos são também a única forma de deslocamento entre a vila e outras localidades. Para a navegação e a pesca na região do *Cabo Norte*, a vinculação estrita do barco ao fluxo hídrico é imprescindível, visto que são áreas rasas e com intenso regime de marés.

Barco partindo para a *pesca de anzol* (espinhel). Deste lado estão pendurados as bóias e os ferros; do outro lado, Mira, Jeandré e Nei iscam e organizam os anzóis. foto 1

Dudu, Gero e Silvana observam a partida do barco *Cabo Norte*, despedindo-se e apreciando o *ronco* de seu motor, numa atitude comum durante a saída e chegada das embarcações. foto 2

O *prumo* consiste num objeto pequeno e pesado – pedra ou peça em metal – amarrado na extremidade de uma corda, que tem nós indicando cada *braça* (medida entre a extremidade dos braços estendidos, usada para medir a profundidade). Já a *vara* é uma peça de madeira delgada e longa, sendo mais ágil na medição de trechos rasos e em barcos menores (na foto, Cuiuca a utiliza para orientar a navegação por entre as arriscadas praias adjacentes ao *Baillique*). Guardadas as especificidades de um objeto rígido e de uma corda, ambos são empregados a partir do convés ou da proa e com o barco em movimento, de modo que atacam a água à frente, tocam o solo, efetuam a medição na vertical, e são recolhidos quando ficam para trás de quem faz a medida. Nos locais rasos, a medição deve ser contínua, sendo necessário fazer o objeto tocar o solo exatamente sob quem o opera, visualizando-se nesse instante o ponto em que a água o marca. fotos 3 e 4





Prancha 16 - Pesca de rede estacada

Fixando a rede numa linha de estacas, os pescadores aguardam o movimento das marés, que traz o peixe e em seguida abaixa a água, tornando possível recolhê-lo.

Acompanhado de Naílson, Gero leva aos ombros mais uma *panagem* de rede, que será fixada no início da *estacada*, próximo à beira. As estacadas medem até três quilômetros. *foto 1*

A cada maré baixa a rede é revistada; a atividade deve ser rápida, principalmente se a captura é considerável ou se há muitas estacas a reposicionar. Em lugares de fortes correntes, a rede pode avariar-se consideravelmente, sendo necessário interromper a quinzena e voltar à vila para repará-la. Para evitar a deterioração dos peixes (ou seu consumo pelos urubus), toda maré vazante é necessário fazer a revista. Salvo quando se trata de maré noturna em período de lua nova; nas demais ocasiões, a luminosidade desse astro deteriora (*mói*) os peixes, assim como o sol. *foto 2*

Antes da chegada da enchente, os peixes são levados para o barco e tratados. Além da preocupação com o *horário* da maré, revistar a rede requer atenção para não pisar em raias nem ser ferroadado quando um peixe emalhado se debate. *foto 3*

1

2

3



Prancha 17 - A bordo

Unidade de deslocamento e que efetua a atividade de captura, o barco comporta as atividades de produção e de armazenagem do pescado e é a habitação dos pescadores.

Gero cuida o peixe na proa do *Jerusalém*.

foto 1

A carne do peixe quase nunca é colocada ao sol, sendo salgada e empilhada úmida. Já a bexiga natatória (*grude*), produto mais rentável, é sempre limpo e posto para secar ao sol no teto da casinhola.

foto 2

Salgar o peixe, tarefa que cabe ao encarregado, é o fecho da produção. Nesse caso, Gero salga o peixe no porão do *Jerusalém*, sob a atenção de Nailson, deitado no interior da casinhola.

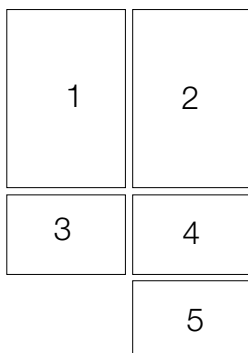
foto 3

Gero, Diógenes e Nailson almoçam gurijuba cozida com farinha, após terem *revistado* a rede e *cuidado* o peixe. Assim como o repouso, as refeições a bordo são realizadas em consonância com o comportamento da maré, que determina tanto os intervalos na atividade produtiva, quanto os momentos de menor agitação do mar.

foto 4

No interior da casinhola, Gero tenta sintonizar uma rádio brasileira entre as emissoras estrangeiras. Abrigo do sol, do mar e da chuva, esse espaço é também cozinha e dormitório, onde são estendidas as redes. Sob o assoalho fica o motor.

foto 5



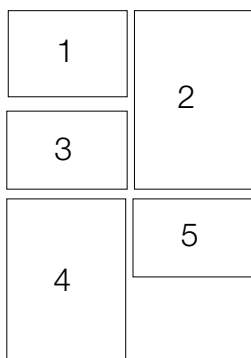


Prancha 18 - Preparação do aparelho

A linha é organizada previamente, para ir ao mar de modo progressivo e sem embaraços.

Pablício, Gero e Nailson ajeitam a linha no barco *Jerusalém*: iscam e ordenam os anzóis; amarram ferros e bóias ao *aparelho*. *fotos 1,2,3 e 4*

Sobre o convés do barco *Navegando com Deus*, o aparelho está pronto para a linhada – ferros amarrados, linha empatada e anzóis iscados – aguardando apenas o sinal da maré. *foto 5*





Prancha 19 - Linhada e coordenação

Durante a linhada, que dura cerca de dez minutos, a coordenação dos movimentos é primordial; a ação de cada pescador atém-se à dinâmica do barco. Uma alteração em qualquer das tarefas resulta na mudança do ritmo global e, portanto, na readaptação dos demais ou, eventualmente, na suspensão emergencial da atividade (cortando a linha ou desligando o motor).

Gero no anzol e Jeandré na bóia aguardam Nei, proprietário e encarregado do barco *Nazareno*, jogar o ferro para que eles entrem em ação. *foto 1*

Ao final da linhada, Gero retém a linha até que ela estire e grita para Jeanei, na proa, jogar o ferro do barco, fundeando ao mesmo tempo o aparelho e a embarcação. Imediatamente, Nei, situado na popa, desacelera o motor e gira o leme, findando a linhada. *foto 2*

1

2



Prancha 20 - Jogar o ferro: entre a linearidade do aparelho e os ciclos a bordo

Ao longo da linha há os ferros (ou *ancorotes*), que fixam o aparelho bem estirado no fundo. A cada grupo de 20 a 40 anzóis (um *seio*) há um ferro e, atado a ele, uma bóia. À medida que o barco se desloca e a linha é fixada ao fundo, um pescador lança os ferros e outro as bóias. Desse modo, a configuração linear do aparelho tem como contrapartida o ritmo cíclico a bordo.

Na sequência das fotos, Nei retém o ferro, para alinhar o *seio* que já foi lançado à água. À medida que a tração aumenta, fruto do deslocamento do barco, ele se apóia e segura até certo ponto, quando dá o grito de aviso aos outros *camaradas* e joga o ferro, que sai em alta velocidade, devido à tensão da linha. Nesse instante crítico, o jogador de bóia efetua o lançamento e o jogador de anzol continua a enviar ao mar, célere, a fileira de anzóis.



Prancha 21 - Semear anzol: ritmo, risco, respeito

Jogar a fileira com centenas de anzóis ao mar é a tarefa mais perigosa e mais prestigiosa: *tem de respeitar* quem a executa com destreza. Ela envolve lidar com a interação entre o barco e a maré, que se expressa no ritmo geral da dinâmica a bordo. Mesmo tendo de manter a constância e a ordenação dos lançamentos, os gestos do pescador não são maquinais – eles refletem antes estratégias diversas de interação com o anzol, visando manter a regularidade. O jogador tem em média menos de um segundo para lançar ao mar cada anzol, antes que o artefato ganhe movimento pela tração da linha. As alterações na organização do aparelho ou na coordenação a bordo recaem diretamente sobre o jogador de anzol, que porta uma faca na cintura para cortar a linha, caso ele seja fisgado pelo anzol: *‘se a gente vacilar, ele pega a gente. Se marcar pra ele, ele pula na gente, a gente nem percebe.*

Gero lança o anzol de cima da casinhola; o ferro aguarda a seu lado o momento de ser levado para a popa.

foto 1

Tomando um punhado de anzóis na mão esquerda, ele os atira rapidamente com a outra mão.

foto 2

Joga um anzol apanhado diretamente do *anzoleiro*.

foto 3

1

2

3



Prancha 22 - Colhida

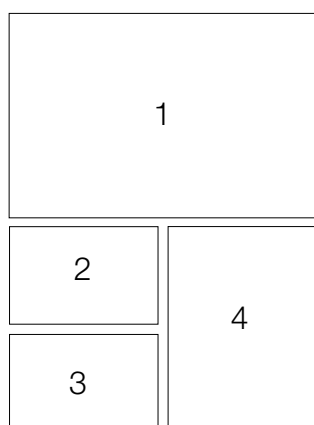
Mesmo se ocorre num ritmo mais lento, o recolhimento da linha envolve coordenação das ações. Essa atividade já dispõe os objetos para a *linhada* seguinte, e ela deve ser completada antes que a maré mude de direção, o que poderia causar a perda do aparelho.

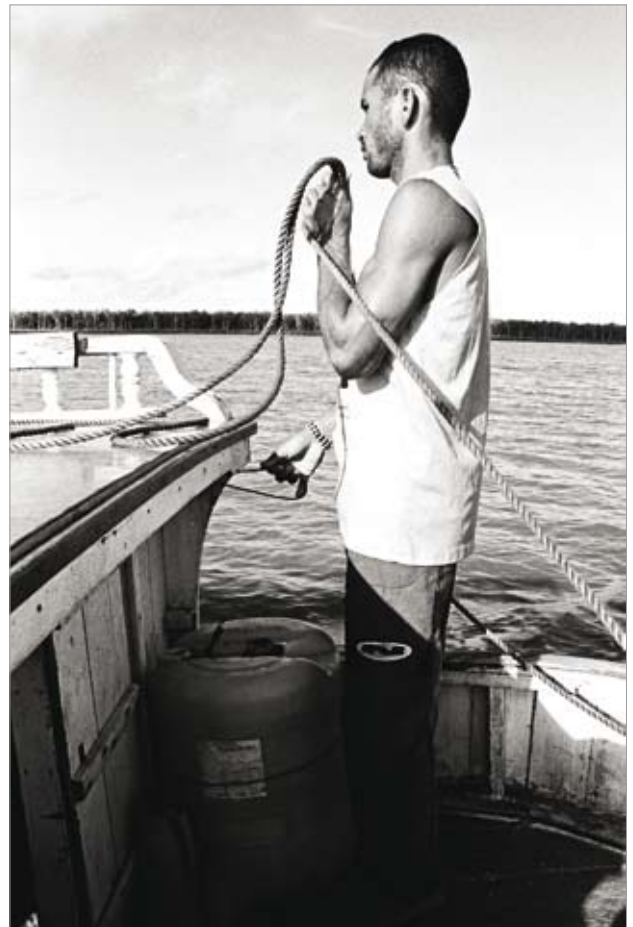
Na proa, Naílson puxa a linha, desamarra os ferros, desisca os anzóis e mata os peixes. Ele joga a linha de novo para a água, para que Mira a recupere e a *empate* ao longo do convés e da casinhola.

fotos 1, 2 e 3

Nei recolhe as bóias; controla a corda do leme e o acelerador, conforme o ritmo da colhida da linha, fazendo com que os movimentos do barco facilitem as ações de Naílson na proa. Essa coordenação ganha em importância nos momentos em que é preciso desenterrar os ferros ou embarcar o peixe, quando os gestos do pescador e a força do motor atuam em consonância com a tensão da linha.

foto 4





Prancha 23 - Matando o peixe: coordenação e júbilo

Quando o peixe *vem buiar*, o puxador (seu Berlindo) solta um grito. Rara comunicação verbal durante todo o processo, ele é repercutido pelos demais *camaradas*, sendo ao mesmo tempo um aviso para a mudança de ritmo e expressão de júbilo. Em seguida, o puxador mata a gurijuba com uma cacetada no *jabuti*, figura que o peixe apresenta na cabeça. Uma pancada mais abaixo ensangüenta e estraga a sua bexiga natatória (*grude*).



Prancha 24 - Disposição para ser ativo: a moral cinestésica da vida a bordo I

A inserção do pescador a bordo depende de sua *disposição* para enfrentar o rigoroso processo de transformação corporal e as conexões que se estabelecem com os objetos no *serviço*. O reconhecimento do pescador, diante dos outros camaradas, depende de sua articulação à dinâmica a bordo, e seu prestígio é associado à *disposição* e presteza com que se engaja nas diferentes tarefas.

Gero puxa a linha para empatá-la em voltas proporcionais ao tamanho de seu braço. Ao recolher a linha do espinhel, cada volta empatada ou enrolada ganha as dimensões do gesto do pescador, que desliza sequenciadamente as mãos pela corda para enrolá-la. Em movimentos regulares, ele não perde em momento algum o contato com a linha, atento às arriscadas modificações em sua tensão e estirando-a conforme a extensão de seu gesto.

foto 1

A faca é tomada pela lâmina, o que aprimora seu acoplamento perceptivo-motor à mão. Realizados com rapidez, os lanhos requerem precisão para fender a carne até o fim, sem entretanto romper o couro do peixe: '*a gente sente na faca que o lanho não chegou na pele*'. Para tanto, duas modificações são feitas nas lâminas das facas industrializadas: suas *costas* são *desamoladas*, possibilitando segurá-la pela lâmina com mais firmeza; algumas vezes a ponta é arredondada, evitando furar a mão que segura o peixe durante as ações rápidas e embaladas pela *maresia*.

foto 2

Nei roda a manivela para dar partida no motor.

foto 3

1	2
3	4
5	
6	

Loca pilota o barco, controlando a corda de leme.

foto 4

Náilson puxa a linha.

foto 5

Descansando recostado à bita (artefato onde são amarrados os cabos, para *matar a força* que os traciona).

foto 6



Prancha 25 - Disposição para ser ativo: a moral cinestésica da vida a bordo II

O pescador se afirma pela capacidade em se articular à dinâmica a bordo, o que passa por adaptar-se ao movimento das marés e à atividade embarcado. O fator chave em sua atuação é a disposição que ele apresenta para empregar suas propriedades corporais nas diversas conexões que constituem o serviço do barco.

‘*Güenta!*’ é uma evocação à resistência do conjunto – embarcação, pescadores, motor etc. – face à *maresia*. foto 1

As transformações morfológicas do pescador incluem as mãos grossas e as ‘*rugos de fazer cara para o vento.*’ foto 2 e 3

1

2

3



Prancha 26 - Festividades, jogos e religiosidade

Os dois principais acontecimentos da vila são a festa de São Pedro, padroeiro dos pescadores, que é promovida pela Colônia de pescadores em julho, e o *arraial* de Nossa Senhora de Nazaré, organizado em torno da igreja católica. A *Festa*, como é chamada, remete à promessa original, que abriu o rio e deu início à vila. Durante oito noites, a partir de 6 de agosto, há várias atividades, cujas principais são as missas, os bailes e o torneio de futebol. No período da *Festa* o padre visita a vila, realizando casamentos e batizados; há, normalmente, algum desacordo, visto que ele busca limitar as demais atividades da festa (jogos, dança, bebida), em prol das atividades litúrgicas.

Dois grupos disputam o cabo-de-guerra durante os festejos dedicados a São Pedro, padroeiro dos pescadores, em julho. O grupo “pirarucu” (no alto) é formado por laguistas e o “gurijuba”, por pescadores de fora.

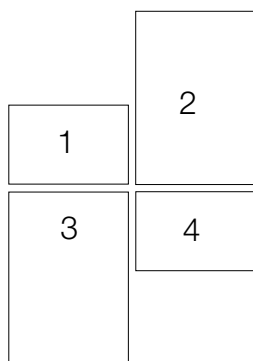
foto 1

O mastro permanece erguido durante os oito dias da *Festa*, em homenagem à padroeira local, Nossa Senhora de Nazaré, a partir de 6 de agosto. Ele é posicionado sobre a caixa d'água, que funciona como praça; em segundo plano, a Colônia de Pescadores e a igreja católica.

foto 2

Loca ergue a taça conquistada pelo time da Colônia de pescadores no torneio de 2005. Com cinco times locais, a grande maioria dos homens adultos atua nesses jogos.

foto 3



Retrato de seu Nestor e Meire, sua filha, ao lado da imagem de Nossa Senhora de Nazaré.

foto 4



Prancha 27 - A Festa: noitada e leilão

Uma das principais atividades aspectos da *Festa* são os leilões que têm lugar todas as noites; os momentos mais esperados são as noitadas organizadas por laguistas e pescadores. O resultado financeiro da *Festa* é revertido para a igreja (parte fica no local e parte vai para a diocese), e há uma competição entre os dois grupos pelo resultado que suas noitadas reverterão para a *Santa*. Na verdade, a concorrência se dá em dois momentos: na coleta dos donativos na vila (e fora dela) e, depois, na disputa individual entre os participantes do baile pelos arremates no leilão. Os pescadores organizam com esmero o baile e demonstram maior preocupação com o resultado de sua contribuição à *Santa*, visto que ela tem relação direta com a pesca costeira. Já os laguistas experimentam a festa sobretudo em seu sentido lúdico.

Durante os intervalos do baile, Elvis, leiloeiro da Festa, caminha pelo salão paroquial com um *donativo*, incitando os *lances* dos presentes, que procedem a uma disputa onde está em jogo o prestígio que a demonstração pública de poderio financeiro confere. Os preços se elevam bastante, chegando a mais de cem reais por um bolo ou um frango assado.

foto 1

A *banca* fica repleta de donativos durante a noitada dos pescadores, que é, invariavelmente, mais rentável que a dos laguistas. Não só pescadores, comerciantes, patrões, mas os *barcos* também enviam donativos; a canoa sobre a mesa, apesar de não entrar este ano no leilão, ocupa um espaço privilegiado na *Festa*, circulando de quando em quando pelo salão, sob aplausos.

foto 2

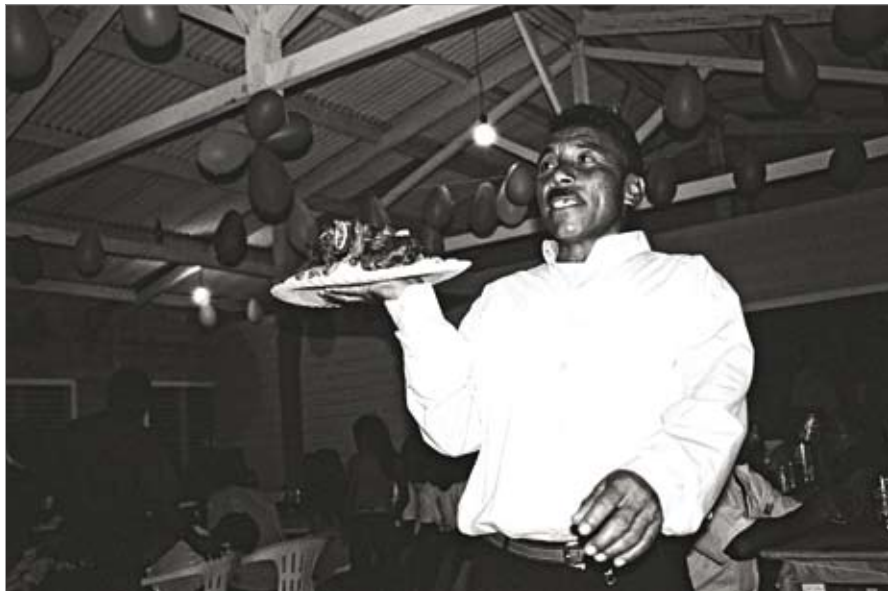
1

2

3

Mesa composta por laguistas e convidados, durante a sua noitada. Menos preocupada com a organização e a competição envolvida no leilão, a noitada dos laguistas costuma superar a dos pescadores na rentabilidade do bar, que não entra, no entanto, na contabilidade da disputa.

foto 3



Prancha 28 - Desenvolvimento do arpão

O proeiro se faz a partir da ligação com o arpão. À medida em que o pequeno laguista se desenvolve organicamente, o artefato o acompanha, mantendo uma evolução do acoplamento.

Passarinho, de sete anos, porta uma pequena haste, leve e sem ponta, que dirige contra objetos flutuantes ou pequenos animais sem grande mobilidade. *foto 1*

Com a maré sob a vila, as crianças menores se mobilizam, pois as diversas brincadeiras na água se tornam possíveis para elas (jogos com bola, natação etc.). Fernando, onze anos, porta sua zagaia com ponta de metal pela ponte, visando os pequenos peixes (*tralhotos*) trazidos pela maré. *foto 2*

Ainda pilotando para seu pai, Preto Maciel, pouco antes de se tornar proeiro, Alan, dezessete anos, se exercitava ao redor da feitoria com o artefato que utilizava nas oportunidades em que ia à proa. *foto 3*

1

2

3



Prancha 29 - A beira: passagens entre o fundo e o buiado

Uma característica das atividades lúdicas dos laguistas é a exploração prática do fundo, seja imitando o comportamento animal, seja jogando com o potencial de predação do arpão a partir desse domínio.

Grupo de meninos se desloca unido pela *beira*.

foto 1

Até certa idade as meninas participam com os meninos nas brincadeiras na *beira*, inclusive arpoando (principalmente as filhas de laguistas). Mas depois diminui esse interesse e é menos comum vê-las empunhando um arpão, na época em que essa prática toma para os meninos os ares de uma atividade produtiva, e torna-se um modo de elaboração da masculinidade. Ao mudarem também sua relação com a atividade, elas atuam de outras formas, engajando-se nas *feitorias* em miniatura construídas nos arredores da vila, onde os jovens exercem as atividades ligadas à vida dos lagos, que muitas das meninas freqüentaram quando pequenas (Da esquerda para a direita: Liliane, Elena e Carlene.)

foto 2

A brincadeira de 'jô' – espécie de pique-pegas subaquático que retoma aspectos do comportamento dos animais – acontece tanto no rio quanto no lago. Na foto, enquanto seu Preto Maciel organiza os apetrechos de pesca, rapazes e adultos brincam nas proximidades de uma feitoria do Lago Grande.

foto 3

Roni leva seu arpão em incursão solitária pela *beira*, defronte a vila, transitando entre a água e o seco, em busca de pequenos peixes. A constituição do arpão, enquanto arma capaz de estender as capacidades do proeiro aos espaços do *fundo*, passa pelas experimentações anfíbias dos jovens.

foto 4

À medida que os garotos crescem, passam a andar em grupos menores ou solitários pela *beira*. Suas atividades lúdicas passam da socialidade entre os colegas para a postura autônoma e centrada na interação com os peixes e objetos aquáticos, além do permanente exercício com a arma.

foto 5

1	2
3	4
5	



Prancha 30 - Antenor e filhos ou a gestação do proeiro

Os jovens vivem no lago sob a figura do pai e, às vezes, de outro parente. Trata-se de uma formação em que é central a reprodução agnática, onde a criança evolui imersa no rol das tarefas e, mais importante, diretamente no campo de percepção e de ação do pai. Em famílias numerosas, os filhos mais novos, que chegam à adolescência quando o pai já atua menos nos lagos, normalmente não chegam a proeiro.

Há participação diferencial dos irmãos na atividade de captura e processamento do peixe. Na montaria, com o pai à proa, Bicudo, doze anos, piloto, e Passarinho, sete, permanece no centro, cumprindo tarefas circunscritas, instado a permanecer silencioso e quieto nos momentos de encontro com o peixe e por vezes auxiliando na percepção dos sinais. Os três planos do outro fotograma indicam também modos particulares de assumir a *responsabilidade*. Recém chegados do *marisco*, Antenor lanha o pirarucu capturado, com a manta pendurada no *vareiro*, Bicudo *cuida* os peixinhos à direita e Passarinho *brinca*, pescando piranhas sob a feitoria. fotos 1 e 2

Bicudo situa-se entre a relação de brincadeira e a responsabilidade por suas tarefas e por seu irmão. Os *moleques* vivem o tempo da *quinzena* em estreita ligação com o pai, vivendo e participando em todos os momentos de sua atividade.

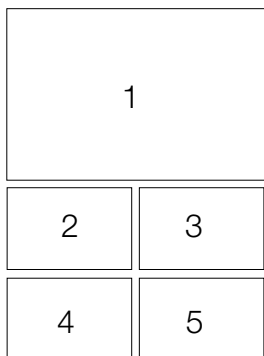
foto 3

Na água, Antenor dá banho em Passarinho, enquanto Bicudo age independentemente.

foto 4

Antenor faz haste para passarinho, que recebe uma ponta de madeira afiada o bastante para capturar pequenos peixes, mas que só poderá utilizar em companhia do pai. Bicudo confecciona sua própria zagaia, a parte.

foto 5





Prancha 31 - O arpão no lago

As oportunidades para a experimentação dos pequenos com o arpão e à proa são um fator constituinte da atividade nos lagos. Há instituições para tal, como a troca entre piloto e proeiro aos domingos, mas a postura do proeiro é de constante atenção aos aspectos da formação, principalmente se são seus filhos.

Adenildo, de três anos, emprega a haste desarmada do pai, Dedé, para arpoar o barro sob uma feitoria no *Lago Grande*. Ocupando o centro da montaria durante o *marisco*, nas situações de encontro com o pirarucu ele é avisado para não usar sua haste e seu remo pequenos. Por vezes estes lhe são retirados, para garantir sua inatividade. *foto 1*

Macó leva seu filho Antônio, nove anos, para arpoar *apaiaris*; comenta sisudo suas ações, avisando o momento de arpoar, chamando a atenção para os comportamentos dos peixes etc. Como eu ocupo a posição de piloto, excepcionalmente o pai divide a proa com o filho nessa atividade. *foto 2*

Observado pelo pai e pelos tios, Roni arpoa pirapeminhas e outros peixes para *defender a bóia*, ao final da longa viagem de subida desde a vila. Junto com as indicações e a condução da montaria, os tios Magrinho e Antenor fazem comentários com hipérboles e ironias bem-humoradas, enaltecendo os acertos e zombando os erros do rapaz. A relação dos adultos com as crianças constitui um balanço entre o reconhecimento e o desafio. *foto 3*

1

2

3



Prancha 32 - O barco na vida dos *moleques*

A brincadeira com os barcos ocupa intensamente a vida dos *moleques*, sobretudo dos filhos de pescadores de fora. As suas diversas manifestações no imaginário, jogos, miniaturas e desenhos apresentam um traço muito evocado – trata-se da mobilidade, isto é, dos aspectos que fazem do barco uma entidade capaz de movimento e transporte.

Dudu, dois anos, representa o som do motor e o balanço característicos da navegação, conforme incitam os pais e os irmãos. *foto 1*

Na maré enchente de *lanço*, que alaga a área da vila, os meninos descem para a água e empregam inúmeras coisas como embarcação. *foto 2*

David, que só freqüenta a *beira* acompanhado dos pais, toma banho sobre a ponte e leva seu barco puxando-o pela corda. *foto 3*

Eliel e Elian navegam pela ponte propulsionados por Rodrigo *foto 4*

Além dos barcos a vela, são confeccionados alguns equipados com motores elétricos, cujo grande interesse é seu caráter automotivo. *foto 5*

A chegada e a saída dos barcos é também seguida pelos jovens, que saltam para a água quando os barcos ainda navegam pelo rio. *foto 6*

1	2
3	4
5	6



Prancha 33 - Metamorfose a bordo

O jovem só ingressa na pesca de fora na adolescência, quando compõe uma tripulação. Trata-se de uma integração rápida e intensa à dinâmica a bordo, em que transformações corporais penosas ganham forma em alguns meses. À direita, Pablício em sua segunda viagem na pesca de anzol, vivenciando intenso mal estar; as náuseas o abatem quando aumenta a maresia, por isso ele evita se alimentar. A *mão fina* também torna difíceis várias das suas ações a bordo, como puxar a linha. Tarefa obrigatória e significativa para quem vem a bordo pelas primeiras vezes, ela implica em modificação dolorosa mas efetiva das disposições corporais, *engrossando* as mãos.



